UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

MUDAR PARA MANTER:

ANÁLISE DO PROCESSO DE PSEUDOMORFOSE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

JOSÉ SIDNEI GONÇALVES

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por José Sidnei Gonçalves em 17/10/97 e orientada pelo Prof. Dr. Waldir José de Quadros. IE/UNICAMP, 17/10/97

Tese de Doutoramento em Ciências Econômicas, na Área de Política Econômica, apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do **Prof. Dr. Waldir José de Quadros**.

Campinas - SP

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
G586m
Ex
TOMBO BC/32995
PROC. 281/97
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 12/12/97
N.º CPD

CM-00104022-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

Gonçalves, José Sidnei
G586m Mudar para manter: análise do processo de pseudomorfose da agricultura brasileira / José Sidnei Gonçalves. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : Waldir José de Quadros.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Questão agrária - Brasil. 2. Agricultura e estado - Brasil. 3. Agricultura e desenvolvimento econômico. 4. Questão social - Brasil. I. Quadros, Waldir José de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

"É uma grande extravagância querer fazer consistir a felicidade do homem na realidade das coisas, quando essa realidade depende exclusivamente da opinião que dela se tem. Tudo na vida é tão obscuro, tão diverso, tão oposto, que não podemos certificar-nos de nenhuma verdade".

ERASMO DE ROTTERDAM em "Elogio da Loucura" (1509)

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 1

1.1 O Sentido Iníquo das Transformações na Realidade Brasileira 8

1.2 Objetivos do Trabalho 13

2. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REPETIBILIDADE HISTÓRICA 15

2.1 Agricultura e Agropecuária: Desenvolvimento Capitalista e Diferenciação 16

2.2 Inadequação da Abordagem Tradicional de Agricultura 21

2.3 Discussão de Abordagens Abrangentes da Agricultura 27

2.4 Agricultura no Desenvolvimento de Economias Continentais 36

3.- CRÍTICA À IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO HOMOGENEIZADORA 43

3.1 - Questão Agrária no Debate dos anos 60: Progressistas versus Conservadores . . . 44

3.1.1 - Alberto Passos Guimarães: Latifúndio Feudal e Dominação 46

3.1.2 - Caio Prado Jr.: A Questão Agrária e a Revolução Brasileira 47

3.1.3 - Celso Furtado: Questão Agrária e Subdesenvolvimento 50

3.1.4 - Ignácio Rangel: Questão Agrária e Industrialização 52

3.1.5 - Ruy Miller Paiva: Dualismo Tecnológico e Modernização Conservadora 53

3.1.6 - Núcleo da Questão Agrária nos Anos 60: Predomínio das Forças Conservadoras e Constituição de uma Sociedade Excludente 55

3.2 Questão Agrária no Debate Recente: Problema Econômico ou Problema Social 60

3.2.1 - Claus Magno Germer: Questão Agrária como Questão Política e Luta de Classes 62

3.2.2 - Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga: Agricultura Familiar e Modernização . . . 66

3.2.3 Francisco Graziano Neto: Modernização do Latifúndio e os Limites do Distributivismo Agrário 69

3.2.4 - Geraldo Muller: Complexo Agroindustrial e Produção "Independizada" da Terra . . 73

3.2.5 - José Graziano da Silva: Questão Agrária numa Realidade Heterogênea e Desigual 76

3.2.6 - Núcleo da Questão Agrária no Debate Recente: O Desafio do Rompimento com o Aprofundamento das Desigualdades 79

3.3.- Crises Brasileiras Recentes: Transformações e Perenidade da Questão Agrária . . . 91

4.- CONSERVADORISMO E DEFESA DO PATRIMÔNIO: Lógica da Não Solução da Questão Agrária 102

4.1.- Questão Agrária como Questão Política : A Força e Perenidade Histórica do Poder dos Conservadores 104

4.1.1 - Independência Brasileira e Consolidação do Poder Oligárquico 105

4.1.2 - Proclamação da República e a Força da Oligarquia Rural 109

4.1.3 - Revolução de 30 e Manutenção do Poder Ruralista 111

4.1.4 - Revolução de 64 e Modernização do Latifúndio 122

4.2.- Sistema Tributário e Patrimonialismo: Tributo à Classe Dominante 134

4.2.1 - Estrutura Tributária e Desenvolvimento no Brasil 135

4.2.2 - Agricultura e Estrutura Tributária no Brasil: Características Gerais e Reflexos . . 144

4.3.- Expansão Territorial da Agricultura e Preço da Terra: Especulação Financeira e "Valorização" do Patrimônio 156

4.3.1 - Ocupação das Fronteiras Agrícolas e Especulação com Terras no Brasil 157

4.3.2 - "Valorização" do Patrimônio e Preço da Terra: Especulação com Terras como "Barreira à Entrada" de Novos Agricultores 161

4.4 - Politicas Agrícolas com Alta Concentração de Beneficiários e o Acirramento da Questão Agrária 170

4.4.1 - Mudando de Endereço para Igual Destinatário: As Políticas Brasileiras do Café . 171

4.4.2 - Do Senhor de Engenho ao Usineiro: Políticas Canavieiras e a Grande Propriedade 196

4.4.3 - Crédito do Privilégio: As Culturas e os Tomadores dos Subsídios na Modernização Agropecuária pós 1964 215

5. - DUAS FACES DA MESMA MOEDA: A Abundância das Supersafras e o Flagelo da Fome na Agricultura Brasileira 259

5.1 - Duas Teses Vencidas na Questão Agrícola: Produção Insuficiente e Preços Escorchantes 261

5.1.1 - Questão da Incapacidade de Produção: A Polêmica da Inelasticidade e a Dicotomia entre Grupos de Produtos 261

5.1.2 - Questão dos Preços da Agricultura e o Custo de Vida Urbano: Maior Oferta a Preços Menores 270

5.1.3 - Transformações da Estrutura Produtiva: Modernização e Incremento da Produção279

5.1.4 - Agricultura e Custo de Vida: Crescimento da Renda e os Preços Relativos 344

5.2.- Dois Problemas Persistentes da Questão Agrária: Concentração de Renda e Alargamento das Disparidades 362

5.2.1 - Médias Pouco Representativas: Regiões e Atividades como um Mosaico de Disparidades 364

5.2.2 - Concentração da Terra, Concentração de Renda e a Realidade de Pobreza na Agricultura Brasileira 379

5.2.3 - Modernização da Agropecuária e Exclusão Social: Menos Emprego e Alterações na Sazonalidade 391

5.2.4 - Destino Insólito Nas Cidades: Êxodo Rural e Não Incorporação de Grande Parcela da Mão-de-Obra Migrante 411

6. CONCLUSÕES: INIQÜIDADE COMO PRESSUPOSTO E NÃO COMO RESULTADO . . 423

LITERATURA CITADA 429

TESE COMO PRODUTO DA TEIMOSIA

A realização desta tese de doutoramento, consiste num exercício de intensa teimosia. A própria escolha do tema foi resultado de inúmeros embates com mestres e amigos, mas nenhum deles foi capaz de vencer minha teimosia, mesmo porque ela tem razões históricas, de uma história de vida. Alguns me aconselhavam a usar de minha experiência e da facilidade de acesso a dados no Instituto de Economia Agrícola (IEA) para realizar rapidamente um trabalho consistente e "ganhar minha carta de alforria". Afinal a tese não deveria ser o trabalho definitivo de um autor, apenas seu começo e, além disso, culminado o doutoramento ganharia grau de liberdade para desvendar temas e estudá-los. Outro argumento tocaria num ponto palpável, de que o cumprimento das exigências da academia me abriria portas e possibilitaria minha rápida ascensão profissional. Desse modo, como a todos que me aconselharam tenho como amigos, devo uma explicação a eles por tanta teimosia, ainda que os argumentos fossem muito fortes e relevantes.

A questão decorre do porque fui parar num curso de doutoramento e do porque no Instituto de Economia da UNICAMP. Isso exige o conhecimento da trajetória de vida, ou seja a tese tinha que estar coerente com minha história, e toda ela permeada por intensa teimosia. Filho de motorista de caminhão, transportador de cereais (feijão) no Sudoeste de São Paulo (Itaberá), criado com o avô Alcides Fonseca Lobo, lavrador sem terra, desde cedo em contato com as agruras que o desenvolvimento nacional traz a certas camadas da população, desde cedo teimo em tentar compreender a mim e aos meus semelhantes. O bairro onde morava, pelo próprio nome pode ser identificado, tratava-se do Bairro do Querosene, pela ausência de energia elétrica, e que hoje, com a chegada da civilização e dos benefícios do progresso esta urbanizado e integrado no perímetro urbano da cidade, com a denominação de Vila Carolina. De qualquer modo para mim ainda chama-se Querosene e ainda estão vivas na minha mente as pinguelas e os quebra-corpos que ultrapassávamos (eu e meus irmãos) para chegarmos à cidade.

Afinal quem erámos senão os 9 filhos do Roque do Cilico (que hoje são 8 por ter sido meu irmão Luiz Gonzaga abatido pelo cancer aos 21 anos de idade). Meu pai praticamente vivia na estrada, "engolindo a noite e namorando lua" e fomos criados pela minha mãe na presença atuante do avô materno. Desde cedo, todos os irmãos foram obrigados a adentrar no mercado de trabalho para ajudar a família, meu começo foi aos 7 anos quando meu avô e meu pai me fizeram uma caixa de engraxate, que me lembro bem me fazia arcar ao carregar pois era maior que meu corpo franzino. Os instrumentos de trabalho (escovas, graxas e tintas) foram adquiridos com dinheiro emprestado o qual me encarreguei de saldar. Mas diferentemente dos demais meninos de bairros periféricos de uma pequena cidade de interior, meu avô e minha mãe faziam questão de que estudássemos. Para eles essa era a porta de saída da pobreza.

Lembro-me bem que aos 12 anos em 1969 ganhei de presente de aniversário o livro "História Econômica do Brasil" de Caio Pardo Jr (11ª edição), presente de meu avô (Nesse caso, ainda que o Prof João Manoel insista, ele me desculpe mas continuarei considerando este e não "Formação do Brasil Contemporâneo" o melhor livro desse autor). Meu avô Alcides era prestista e votava sempre na chapa do velho líder, e por indicação de amigos escolheu esse livro para me presentear, e me obrigava ler capítulos para ele e fazer comentários. Foi meu primeiro orientador, embora mais tarde tenha me confessado que não "entendia patavina" do assunto e que fazia aquilo para me forçar a ler. Ele próprio plantava de "meia" e, ao acompanha-lo, desde logo fui tomando contato com o que hoje conheço por renda da terra. Ao final da colheita, feita manual e com o concurso dos netos, o feijão era "batido a vara" no terreiro e após peneirado e abanado a mão, eram separados 20% da colheita para serem entregues ao proprietário da terra, em pagamento do "foro". Colhíamos 20 sacas de 60 kg e deixávamos 4 no paiol do proprietário da terra.

Mas ainda que o trabalho infantil fosse uma necessidade (e para contrariariedade de certos modernos pedagogos de plantão uma forma de disciplinamento fundamental), estudar era o objetivo e todos os premios eram vinculados ao desempenho escolar. Para o velho Alcides não bastava ter boas notas, mas as maiores notas da classe pois apenas sendo os primeiros teríamos alguma chance. Parece que ele tinha razão pois dos 8 filhos vivos todos são universitários e da velha casa amarela do Bairro do Querosene, a teimosia em trapacear as regras sociais fez emergir agrônomos, jornalistas, biólogos, professores. Afinal esse fato criou pela Itaberá até mesmo uma mistica de inteligência em torno dos "filhos do Roque do Cilico". Todos os irmãos sabemos que não é nada disso, apenas a necessidade forjando a vontade de vencer, ainda que com suor e lágrimas. A estratégia do velho Alcides (auxiliado pelo seu Cilico e pelo querido tio Magrelo) era inserir os netos na estrutura urbana e o caminho encontrado foi o de entregador de jornal. Distribuia o Estadão (O Estado de São Paulo) para os assinantes, além de ter uma importante fonte de leitura nas mãos. Deixava o exemplar do Seu Pedro Mariano (hoje Prefeito Municipal de Itaberá pelo 3º mandato) por último, e ao chegar à sua casa lia-o inteiro antes de entrega-lo.

A adolescência foi preenchida por trabalho, diversificado pela inserção como "boia fria" para colher feijão nas safras porque dava mais dinheiro. Eu e o Paulinho (meu primo) enfrentamos a tarefa de aplicadores de "veneno" (defensivos agrícolas) aplicando o cloro-fosforado Granutox nas lavouras de batata do Massanori. Eram duas latas de 2 litros, com um furo no fundo cada uma, que eram enchidas "um produto" preto no inicio da linha e que "na carreira", uma em cada mão, deveria bastar para distribuir o veneno por 200 metros de linha de plantas de batata de cada lado. Não podia ser aplicado no sentido do vento e o copo de leite ingerido a cada hora era uma iguaria que os demais "boias frias" não tinham direito. Não tinhamos nenhuma consciência do perigo, e se saímos limpos as 5 horas da madrugada, chegávamos

"pretinhos" às 18 horas. Cansados era tomar banho e dormir. Ainda bem que essa tarefa coincidia com as férias. Desde cedo, desconfiava que o problema das contradições capitalistas não era privilegio do latifúndio canavieiro, no feijão tudo parecia igual. O lazer disponível era andar a cavalo e apartar bezerros na Chácara do Sola, à tarde após a aula, em companhia do amigo João Afonso (esse um amigo inesquecível).

Terminado o Ginásio fui matriculado no Colégio Técnico Agrícola Estadual de Itapeva, atualmente a Escola Estadual do Segundo Grau Dr Dário Pacheco Pedroso do recém emancipado Município de Taquarivaí. Era uma escola técnica que propiciou minha formação básica em técnicas da agricultura no processo do aprender fazendo, pois o estabelecimento tinha uma ampla area de cultivo onde eram praticadas as técnicas. Nas férias continuava o trabalho como "boia fria" visando ganhar dinheiro para estudar. É preciso destacar que em tudo, como irmão mais velho, eu acabava sendo o cobaia, e se desse certo ia sendo seguido pelos demais irmãos, pois pelo colégio agrícola passaram também o Gilmar e o Zeca. Formei-me Técnico Agrícola em 1974, e em razão de estarmos à época em plena crise do petróleo e com a idade do serviço militar (17 anos), fiquei mais um tempo na lavoura, agora "boia fria" tempo integral para arrumar os documentos e tirar carta. Nessa época, quando se alastrava o uso dos insumos modernos, o cerealista de quem meu pai era motorista (Luizinho do Rotide), montou um loja de venda de adubos e defensivos da qual fui vendedor e instrutor de aplicação aos plantadores de feijão. Eram as aplicações com aplicador costal movidos a força humana, mais tarde "modernizados" pelos aplicadores costais motorizados. Agora já com certa consciência do perigo, com mais cuidado e com a produtividade máxima (tinha pernas longas e alto rendimento operacional com o aplicador costal).

Ainda que entusiasmado com o desempenho nessa função, que rendia um dinheiro que nunca havia visto na vida, por pressão do meu avô Alcides, assim que meus documentos estiveram em ordem, vim para São Paulo (meu avô faleceria logo a seguir). Outro personagem assume papel relevante na minha vida, o tio Magrelo (Edson Benfatti), muito articulado politicamente, militante ativo do MDB do Butantã, com simpatias pelo PC do B, metido em movimentos sindicais tendo sido diretor da Associação de Funcionários do Instituto Butantã. Era um visionário que queria a todo custo promover mudanças na sociedade. O latifúndio era para o tio Magrelo um quisto a ser extirpado, ele mesmo expulso da terra e que ganhava a vida como funcionário público além de trabalhar na construção civil. Até arrumar emprego fiquei 8 meses trabalhando como ajudante de pedreiro nas obras empreitadas pelo velho Magrelo. Até que prestei concurso e fui trabalhar no Instituto de Economia Agrícola(IEA),

Erámos 3 parentes, eu, o meu irmão Gilmar e o primo Silvinho, que como técnicos agrícolas iniciávamos nosso caminho definitivo. No IEA, de cara uma pessoa especial veio a ser meu primeiro chefe, o lúcido, inteligente e amigo economista Alceu de Arruda Veiga Filho, que nos chefiou na Seção de Preços. A ele se juntariam a Rosa, Stella, Fernando e Maura com quem

viria a aprender as técnicas de estatística econômica sendo envolvido da reformulação dos levantamentos do IEA e em projetos de aplicação de econometria como o ajustamento de funções de oferta e demanda. A participação em grandes projetos convivendo com pesquisadores experientes ampliavam rapidamente meu aprendizado. Desse processo surgiram a admiração e amizade com o Afonso Negri e o Nelson Martin, amplos conhecedores de econometria aplicada. Essa formação básica no campo de economia iria complementar minha formação como técnico agrícola e meus conhecimentos aplicados no tema. No campo político, emerge a figura singular do Vassimon, sociólogo e estudioso pioneiro da problemática do "boia fria", o "Veio" foi o orientador de toda uma geração formada pelo IEA nos anos 70 e 80.

Finalmente, acabei ingressando no Curso de Engenharia Agronômica na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAVJ-UNESP) em Jaboticabal (SP). Aí, comissionado no Departamento de Economia Rural, trabalhando no projeto "Tecnologia na Agricultura" sob o rigor da orientação de José Garcia Gasques disciplinei-me para o trabalho científico. O Zé Garcia me obrigava a ler os textos teóricos que serviriam de base para a discussão do projeto, a fazer o fichamento e, em participando das reuniões de discussão, a elaborar um resumo dos debates. Isso foi fundamental para a sistematização da leitura que realizava e alicerce de meus futuros trabalhos. Trabalhei nas pesquisas do Zé Garcia (em especial na sua tese de doutorado "Fatores que Afetam os Salários Agrícolas no Brasil"), do Zé Gebara (também na sua tese " Analise do Comportamento do Salário Agrícola no Brasil") e do Xico Graziano (no seu livro " Questão Agrária e a Ecologia") e no projeto Borba Gato com o Manoel Monteiro e Zé Landim. Peço, entretanto licença a todos (pois seria hipócrita não faze-lo), para destacar a figura do Mestre Argemiro de Oliveira Souza, figura singular cuja simplicidade decorre de uma imensa erudição, que enfrentava horas de debate sobre variados temas da economia política à filosofia, da engenharia à religião, da "Súmula Teológica" de São Tomas de Aquino ao "Capital" de Marx. Eu procurava resposta e o Argemiro acabou convencendo-me que o máximo que poderia obter na analise da história seriam perguntas. E ter as perguntas era uma grande descoberta.

Enquanto fazia Agronomia enfrentei as dificuldades da militância no Movimento Estudantil representando os alunos na Congregação por vários mandatos, defrontamos com os últimos suspiros da ditadura com a cassação de uma diretoria inteira do Diretório Acadêmico (atingindo o amigo Nicodemos Alves Macedo, outro lutador) e o injusto afastamento do Prof Orlando Toledo Piza (hoje reintegrado com justiça). No campo dos movimentos sociais militávamos na Comissão Pastoral da Terra (com o Padre Bragheto, Padre Alfredo e Padre Antenor, Prof. Gebara e Prof. Argemiro), na formação da base sindical da qual floresceriam os combativos sindicatos regionais de boias frias. Nesse período casei-me com Noemia, filha de agricultores do polígono da seca da Chapada Diamantina Bahiana, imigrante para São Paulo como tantas outras para fugir das agruras da vida difícil do campo nordestino. Completava-se assim meus laços pessoais com o conhecimento, agora por relações familiares, da dura face

de exclusão social dessa região brasileira, o que destina legiões inteiras rumo ao Sul-Sudeste.

Para finalizar a Agronomia tornava-se necessária uma monografia de final de curso. Foram oferecidos vários temas, como o de "Formação de Preços de Feijão" com modelos econométricos para estudar o comportamento dos preços desse alimento nos varios niveis de mercado. Entretanto, minha teimosia acabou enredando para o pretensioso estudo da "Crise de Alimentos sob a Égide do Capital", cuja árdua orientação coube ao Zé Gebara. Logo após a defesa o Zé Gebara enviou ofício ao Santo Padre solicitando documento comprabatório de direito ao Paraiso Celeste, pois havia se redimido de todos seus pecados. Foi realmente uma maluquice, realizada a contento sob os protestos do Gebara e aquiescência do Argemiro. De qualquer forma o resultado foi aprovado e, se há inconsistência no relatório final, ele permitiu sistematizar ampla e variada literatura e colocar os primeiros tijolos da obra enquanto pesquisador em economia política.

Voltei ao IEA em janeiro de 1983, em plena restauração da democracia e formação do Governo Montoro. Baixos salários depois da lufada malufista, a mudança da familia de Jaboticabal para São Paulo, só tornou-se possível com o dinheiro do premio pelo desempenho na Disciplina de Cooperativismo, ministrada pelo Roberto Rodrigues. Logo enturmado no IEA em mudança, novamente passei a trabalhar com o Nelson Martin, que me auxiliou na obtenção dos recursos junto à FINEP para a realização de meu primeiro trabalho de pesquisa completo em co-autoria com o próprio Nelsão e a Terezinha. Tendo sido nomeado Coordenador da Pesquisa Agropecuária pelo então Secretario de Agricultura José Gomes da Silva, o Nelsão me levou para cuidar da difusão de tecnologia e programação de pesquisa na CPA/SAA, um dos principais centros de pesquisa agropecuária brasileira, envolvendo instituições centenárias como o Instituto Agronômico. Quero destacar o valor do gesto do Nelsão ao apostar num recém formado para tarefa de elevada complexidade, e no período 1983-89, sob a orientação do Nelsão adquiri formação de administração publica e de pesquisador. Na CPA, encontrei e firmei amizade com o Zé Venâncio, desde então parceiro de discussões e de luta, que tem dado um duro danado para que meus textos, incluindo esta tese, não sejam uma afronta ao léxico.

Essa experiência de administração publica, concomitante com a de pesquisador, permitiu a visualização, com clareza, dos limites impostos à transformação social pelo corporativismo da maquina pública associada à privatização do Estado. Disso resultou além da amizade e admiração pelo Nelsão, o relacionamento com o Zé Gomes, com quem travei varios contatos e de quem obtive estímulos desde a escolha do tema. Numa entrevista a uma revista francesa cita capitulo da tese a que teve acesso (sobre tributação) junto com Carlos Lorena. Certamente esses elogios são muito mais frutos da bondade do Dr Zé Gomes que da realidade da contribuição efetuada, mas serviram de inegável estímulo à perseguir o objetivo de completar a tese tal como a tinha desenhado. Ou seja mais um estímulo à teimosia, vinda de um Zé da Silva especial que durante décadas teimou em lutar pelos muitos outros zés da silva

marginalizados pela exclusão social inerente ao modelo brasileiro de desenvolvimento.

Me empolguei e pulei uma parte da história, pois em 1990 ingressei no Instituto de Economia para realizar o Curso de Doutorado. A primeira pessoa a travar contato foi com o Prof Waldir José de Quadros na Disciplina Desenvolvimento Econômico, num profícuo processo de discussão que iria dar contornos finais à ideia original, e ao final de março o projeto básico da tese estaria desenhado. Em silêncio fui aprimorando a concepção nas disciplinas dos Profs Paulo Davidoff, Fabricio de Oliveira, Wilson Cano, José Graziano da Silva, Maria da Conceição Tavares, Angela Kageyama, João Manuel Cardoso de Mello, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira e muitos outros, pois certamente estarei cometendo a injustiça do esquecimento, pelo qual peço antecipadas escusas. De qualquer maneira o Instituto de Economia configurou-se como um lugar excepcional e de convivência fundamental para a formação profissional, seja dos debates de economia brasileira do Davidoff, nas discussões de finanças públicas do Fabricio, no profundo estudo das crises do capitalismo do Prof Wilson Cano, nas analises dos autores fundamentais à compreensão do Brasil do Prof João Manuel, nas teorias da industrialização e transformações capitalistas do Prof Alonso, nas aulas de economia política da Profª Conceição, no estudo das políticas publicas norte-americanas e européias com o Prof Graziano, na analise da agricultura brasileira com a Profª Angela. E de muitas outras aulas e pessoas.

Agora apresento minha tese de doutoramento. A despeito do esforço do Prof. Graziano, ainda não consegui fazer uma pergunta de cada vez. Mas ao menos faço muitas de maneira um pouco mais ordenada, o que é um enorme avanço pessoal. O resultado final tem o que de melhor foi possivel captar de todos, mas que certamente encerra os erros das deficiências do autor. Afinal, pelo exposto, haveria condição da tese ser diferente da que aí está, como por exemplo a aplicação de um sofisticado aparato estatístico a séries temporais de preços? Acredito que não pois seria um trabalho incoerente com uma história construida na base da teimosia. E quando sofro alguma admoestação sobre essa minha característica, lembro-me da resposta do velho Alcides : "esse guri é teimoso como uma mula, e por isso mesmo vai resistir a todo baque da vida e virar gente". Além do agradecimento fraterno a todos, é preciso antes de mais nada pedir desculpas aos amigos e conselheiros, em especial aos professores, pelos devaneios de um teimoso inverterado. Peço licença a eles para destacar a figura impar, de amigo e intelectual, representada pelo orientador Prof Waldir Quadros que, após concluída a tese, ja terá vencido seu purgatório, e entrará direto no reino dos céus.

Acrescento meus agradecimentos aos amigos Ivan Guimarães, colega de Republica do Anjos, ao Edmilson, também membro do "Soviet das Ortencias", ao Laurenti, com quem a discussão e troca de experiências foi ponto relevante no decorrer do curso e ao Claus Germer, doce radical e amigo de opiniões fortes porque convictas. Isso vale também para o seminarista fujão e, me parece, arrependido, Zé Carlos Salvagni, missionário da indignação, que insiste na reflexão teológica como caminho para a busca de sentido para a vida. Tenho também uma dívi-

da insaldável para com a Sueli, amiga e companheira, que há muito me acompanha nos trabalhos de pesquisa que contribuiu, de forma decisiva, para que obtivesse sucesso nessa atividade, em especial na conclusão desta tese. Por outro lado, tudo não teria se efetivado sem o esforço solidário da Irene na reprodução de materiais bibliográficos e das diversas versões da tese, bem como da Raquel, Roseli e Deborah que me salvaram de apertos na editoração. Na UNICAMP devo muito ao Alberto e à Cida da Secretaria de Pós-graduação e ao Ademir e à Dora do CEDOC, que ajudaram as construir as condições para a realização da tese. A presença de todos eles nos melhores tópicos da tese torna-se fato incontornável pois a convivência mutua reservou momentos inesquecíveis.

A força para escrever esta tese veio da benção de Dom Pedro Maria Casaldáliga, meu padrinho de formatura em agronomia na Turma de 1982, que me guiou para a convicção de poder fazer concreta, em vida, a celebração da "Missa da Terra Sem Males". Outro estímulo intenso, aliado a contribuições de cunho intelectual indicando e referindo leituras, que enlargueceram minha formação, veio do Prof Tamas. Finalizando, enfim nada mais justo do que pedir perdão à Noemia por ter me dado um divórcio temporário e me permitido o adúltero casamento com os livros e o computador. Aos meus S's amados, tortuosamente doces, minhas filhas Sheila, Simone e Sibelle, tempos roubados, sem volta, mas que necessariamente contribuirão para algum avanço na construção da felicidade que, acredito, só pode ser coletiva. Se fosse realiza-las com o rigor de todo o conhecimento que adquiri até hoje, não as faria tão boas e tão belas como as fiz como resultante de um ato de amor.

No mais, concluiu-se uma tese, teimosa porém uma tese que antes de compreender a realidade, foi cinicamente o esforço de alguém que tentou compreender-se a si próprio. Nada mais contraditório para quem vive pregando a supremacia do público sobre o privado, do coletivo sobre o individual, mas ninguém é de ferro, afinal sobram desculpas, como a máxima da realidade como contradição em processo, e nela ninguém e nada se revela deterministicamente resolvido. Aí sim seria o fim da história, o que para o desgosto de muitos constitui uma impossibilidade. Esta versão final incorpora as ponderações dos Professores Alonso, Graziano da Silva, Gebara, Claus Germer e Waldir Quadros durante a defesa. Mais que os vários pontos que ficaram melhor elucidados pelas críticas, devo à banca a contribuição de que o conservadorismo da classe dominante, e sua perenidade no poder, explica-se pela capacidade dessa classe em moldar o conformismo conservador, e porque não também autoritário, das classes subalternas. Esse "disciplinamento histórico", alimentado por conquistas trabalhistas consentidas, vem garantindo a perenidade do poder conservador colocando o cumprimento das normas acima dos direitos da cidadão. No mais, trata-se de ponderações generosas muito mais fruto da amizade que de um tribunal acadêmico. Afinal, a banca não se constitui de juízes do apocalipse, além de ter sido avaliada só uma tese, nada mais que isso, com um montão de equívocos e alguns acertos, mas resultado de muito esforço e teimosia. Nem poderia ser diferente tendo sido feita

por quem teve de lastrear-se na teimosia fazendo dela razão existencial, como tantos outros iguais, que por caminhos distintos teimam em buscar objetivos na vida.

ZÉ SIDNEI

Esta tese, infelizmente não pode ser apreciada na sua versão definitiva nem pelo velho Alcides, nem pelo Velho Cilico, nem pelo mano Zago (Luiz Gonzaga), nem pelo tio Magrelo (Edson). À suas memórias dedico este trabalho. A Dona Maria, Seu Roque, Vó Etelvina, Tia Tei, Dona Edite, Seu Joaquim, simbolos de esperança, honestidade e confiança, ofereço esta tese. Aos "Filhos do Roque do Cilico": Gilmar, Zeca (José Luiz), Carlos, Junior, Glória, Nelson, Giselle, irmãos de sangue, de luta, de dor e de alegrias, lembro que esta é a nossa tese, construída e vivida juntos. Pois é, embora muitos não acreditassem, vencemos.

1 - INTRODUÇÃO

A heterogeneidade estrutural e a desigualdade social têm sido a marca das economias latino-americanas. A industrialização, que deveria promover a homogeneização, apresentou efeito contrário nos capitalismos tardios, alargando diferenças. As transformações da agricultura, ao internalizar o "modelo americano", espalharam esse processo excludente por todo o espaço geográfico. A questão agrária é um elemento central dessa disparidade estrutural que se move no tempo dada a importância da agricultura nessas economias. Após dominar o processo de discussão das alternativas da política econômica brasileira na década de 60, essa temática foi paulatinamente sendo deixada de lado, persistindo contudo em alguns grupos que, destacando sua raiz estrutural, a recolocam constantemente, trazendo-a à tona. Essa preocupação assenta-se no entendimento de que determinantes conformaram a excludência extremada à sociedade nacional.

A compreensão do quadro paradoxal de uma sociedade industrial com elevado contingente populacional, que não possuindo renda suficiente, não acessa o mercado ou o faz precariamente mesmo para a sua alimentação básica , só pode ser realizado partindo da analise da construção histórica da economia brasileira. E esse percurso metodológico tem que ter clareza conceitual para não confundir a essência com a aparência , como se configura a contextualização crítica da questão agrária e da questão agrícola. Resgatando no seu conteúdo as definições de problemas próprios e impróprios de RANGEL (1962), isso é feito com precisão por GRAZIANO DA SILVA (1980) ao aludir que "a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc...". A apreensão da realidade e as soluções dependem da amplitude da compreensão em relação a essas "duas questões" intrinsicamente associadas. Nos anos 50, as análises já mostravam essa diferença de perspectiva em relação ao desenvolvimento capitalista da agricultura, visualizando a internalização da realidade então vigente na agricultura norte-americana.

Os defensores da solução apenas da questão agrícola argumentavam que esta estaria associada à necessidade de modernização da agricultura, com o que a produtividade da terra e do trabalho se elevariam com a incorporação de insumos, máquinas e técnicas de condução modernas. A incorporação do "modelo americano" consistiria em aumentar a produtividade dos fatores, pois "os agricultores não podiam aumentar suas rendas nas culturas

e nas criações usando os mesmos métodos extensivos ... isso somente poderá se dar com a intensificação do uso de ferramentas, máquinas, benfeitorias, adubos, animais selecionados, etc ... Esse é o motivo da agricultura dos Estados Unidos ter aumentado sensivelmente a sua produção durante a última guerra, apesar da diminuição do número de seus trabalhadores" (PAIVA, 1946). Nessa visão de Ruy Miller Paiva datada da segunda metade da década de 40, os instrumentos de políticas públicas para concretizar tais objetivos deveriam ser o crédito facilitado e a garantia de preços remuneradores, ou seja, condizentes com a preservação da economia de mercado (GONÇALVES & VEIGA Fº, 1996).

Os estruturalistas, visualizando essa problemática do ângulo da questão agrária, ou seja, de uma outra forma de compreender esse processo, privilegiavam mudanças estruturais inseridas numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento econômico, embora a referência também se orienta para o "modelo americano". Nessa perspectiva, "o exemplo típico é o dos Estados Unidos da América no século passado. O processo de industrialização não só não veio emparelhado com uma destruição das bases materiais da produção natural, senão que, ao contrário, teve como resultado uma contínua melhoria de tais bases. Sem dúvida, mais que nenhum outro país grande produtor agrícola do mundo, a agricultura converteu-se numa indústria tão especializada como as outras... O camponês norte-americano, melhor que qualquer outro no mundo, teve a possibilidade de defender sua participação na renda nacional, durante todo o processo de industrialização, e pode capitalizar-se, melhorando sempre a sua técnica... O tratamento básico dispensado ao problema da agricultura é objetivamente o mesmo indicado para França e Estados Unidos, ou seja o fortalecimento das bases materiais do complexo rural pela reforma agrária" (RANGEL, 1954). Essa perspectiva, datada da primeira metade dos anos 50, coloca em questão os elementos estruturais da transformação, entendendo o processo de modernização no contexto da industrialização e do desenvolvimento capitalista na sua amplitude de mudança da estrutura econômica e social e não apenas como uma alteração nas práticas produtivas.

Na opção pela solução parcial no período pós-64, enfocando apenas a questão agrícola, a modernização da agricultura consolidou uma produção agropecuária em larga escala calcada no uso de insumos e máquinas, tendo sido aprofundada no período recente pela industrialização da agricultura que levou a um crescente processamento/beneficiamento de matérias primas produzidas pelo agropecuarista (KAGEYAMA et al ,1990). Assim, no final da década de 70 tem-se a consolidação no espaço geográfico brasileiro do "modelo americano". Esse movimento dá-se dentro do processo de internacionalização de uma estrutura industrial, gestada no final do século passado e início deste nos Estados Unidos, e que ganha o mundo no período virtuoso de expansão capitalista no Pós-Guerra. A essência desse "modelo" é o rompimento dos limites setoriais tradicionais para configurar uma economia extremamente

integrada , com a junção dos planos financeiro e produtivo, ao mesmo tempo que se entrelaçam agropecuária e indústria numa forma específica de ocupação produtiva do espaço geográfico. Essa nova conformação setorial tem propiciado um amplo debate sobre as categorias conceituais que seriam mais apropriadas para a compreensão dessa realidade e sobre os limites das variantes utilizadas (POSSAS, 1991; MULLER, 1991; GRAZIANO DA SILVA, 1991).

Esse processo havia sido realizado nos países avançados, notadamente nos Estados Unidos da América (EUA) que montaram um portentoso parque produtivo costa a costa, o que os transformou, tal como a Inglaterra na 1ª Revolução Industrial (MARX, 1983), em caso único. Isso porque apenas nos EUA tem-se, pioneiramente na plenitude, as pré-condições estruturais para desenvolver tal configuração de economia e sociedade. Nos países de capitalismo tardio como o Brasil o desenvolvimento desse modelo experimenta inúmeras condicionantes internas que conformaram resultados distintos daquele realizado nos Estados Unidos. O principal, visto que define o perfil de sociedade resultante, são as condições distributivas prévias profundamente desiguais, que ao contrário do que propugnavam as teorias clássicas de desenvolvimento econômico, se aprofundaram em vez de se homogeneizarem. Surgem então análises que mostram a gravidade da questão social e a profunda heterogeneidade estrutural do campo produzidas pelo "sucesso" do desenvolvimento capitalista na agricultura (MARTINE ,1989 ; GRAZIANO DA SILVA, 1992).

A profundeza das transformações da agricultura brasileira, demonstrada em séries históricas de produtividade do trabalho e da terra e pelos índices de crescimento da oferta, teve como decorrência o obscurecimento da problemática estrutural que conforma um elevado perfil de desigualdade na sociedade. Nas análises do processo de industrialização, realizadas por PINTO (1979), tem-se a utilização do conceito de heterogeneidade estrutural para caracterizar as profundas disparidades regionais, de renda e sociais, que marcam as economias latinoamericanas, mesmo aquelas que passaram por um amplo processo de industrialização. Diz esse autor que é "difícil desconhecer que existe realmente uma descontinuidade, isto é, uma situação patente de heterogeneidade estrutural, seja qual for o ângulo que se escolha para a comparação, e que, por outro lado, contrasta com a apreciável homogeneidade das economias industrializadas ... Não resta dúvida que a visão dessa experiência estava na mente daqueles que defenderam o caminho da industrialização ... partia-se da suposição de que o novo polo estabelecido em volta da indústria e projetado para dentro iria cumprir uma missão homogeneizadora semelhante à registrada nos centros ... No entanto, atualmente é notório que o otimismo desapareceu ... a capacidade de irradiação ou atração do setor moderno se mostrou muito menor que a esperada, para colocar a situação de maneira discreta. Desse modo, em vez de um progresso no sentido da homogeneização da estrutura global o que se apresenta é um aprofundamento da heterogeneidade" (PINTO, 1979).

Essa era a face da sociedade que seria forjada com a industrialização sem reformas estruturais. Isso porque "o setor agrícola tende a comportar-se na prática como o grande regulador do mercado de trabalho da economia ... A crise agrária, portanto, interessa essencialmente à quantidade de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola. A crise agrária brasileira atual exprime-se por um excedente concomitante de bens agrícolas supridos e de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola, com a peculiaridade de que o excedente agrícola produz-se essencialmente no Sul (áreas desenvolvidas de antiga colonização) enquanto o excedente de mão-de-obra manifesta-se essencialmente no Nordeste e Minas Gerais (áreas subdesenvolvidas de antiga colonização)". Tem-se aí enunciados os dois problemas próprios da crise agrária brasileira na visão de RANGEL (1962) que tomados na profundidade de sua própria analise são na realidade três : a superpopulação, que está na raiz do problema de desemprego urbano, a superprodução agrícola que só pode realizar-se no mercado externo, e a desigualdade regional constantemente colocando a necessidade de integração nacional. Dentro do processo de industrialização, essa heterogeneidade se aprofunda ganhando contornos de séria questão nacional.

Da ótica da produção, de partida é fundamental definir o movimento geral das transformações ocorridas nas últimas décadas. A agricultura brasileira insere-se no processo de expansão ao nível mundial do "modelo americano", consubstanciado num padrão de produção característico associado a um particular regime alimentar. A chamada "industrialização da agricultura" configura portanto a internalização dessa tendência hegemônica mundialmente. O padrão produtivo está calcado na mecanização e no uso em larga escala de insumos industriais na produção agropecuária, corroborados por um intenso processamento das matérias primas agrícolas, com as indústrias agroalimentares consubstanciando a "produção de alimentos duráveis" tanto em termos de vida útil como do tipo de mercadoria. A esse padrão produtivo está associado um regime alimentar calcado em novos produtos industrializados onde a proteína animal é o elemento central (FRIEDMANN, 1991). Assim, a expansão da produção agrícola está associada às definições emanadas desse "modelo americano" hegemônico.

No plano das culturas, o trigo e a soja são os elementos fundamentais ao nível da produção vegetal. A soja tem no farelo um componente das rações animais e o óleo é matéria-prima para óleos vegetais e para a confecção de outros derivados como a margarina. O trigo é a fonte de amido para as indústrias de massas alimentícias e panificação. A proteína animal é base do regime alimentar, tanto de carne bovina como avícola. Esse regime alimentar, nos seus elementos básicos, pode ser representado pelo "sanduíche americano", que tem como elemento central o "hambúrguer" de carne de animais produzido com farelo de soja ou na sua versão vegetariana a própria "carne" de soja. Esse "hambúrguer", acompanhado de um ovo frito, tem como complemento pão de trigo ou centeio. Tais produtos - trigo, soja e proteicos

animais - predominam no mercado mundial, sendo motivo da guerra comercial entre os Estados Unidos e a União Européia (UE), que são os mais importantes exportadores mundiais (BURBACH E FLYNN, 1982). A esse nucleo de produtos se agregam as frutas, as olerícolas e os sucos, notadamente os cítricos.

No plano da produção agropecuária brasileira tem-se um avanço das culturas ligadas ao regime alimentar "fordista" (trigo[1], soja e milho), e uma perda de espaço das associadas à alimentação tradicional do brasileiro (feijão e mandioca), estas últimas tornando-se cada vez menos fundamentais e meros complementos aos novos produtos. Além desses, a laranja destina-se à produção de sucos cítricos para o mercado mundial e a cana para indústria para abastecer de açúcar os mercados interno e externo e fornecer álcool combustível. Contudo, de grande importância são as frutas e olerícolas, as aves e ovos, o papel e celulose, o arroz irrigado, o leite e laticínios; todos com elevada capacidade produtiva e moderna tecnologia, em contrapartida ao café que reduz sua oferta à metade nas três últimas décadas. A cada cadeia produtiva, um complexo de "organizações de interesses" estrutura a produção dentro de uma realidade dominada pela grande empresa, seja os conglomerados cooperativos seja as agroindústrias.

No entanto, olhando a distribuição dessa capacidade produtiva pelo espaço geográfico, observa-se que a produção está profundamente concentrada no Centro-Sul, sendo que o Nordeste, mesmo em produtos tradicionais, sempre teve uma participação minoritária. Essa supremacia é inequívoca para as principais culturas como algodão, cana para indústria, soja, trigo, leite e carnes (bovina, suina e avícola). A expansão da agricultura deu-se no sentido da fronteira do Centro-Oeste, tendo como base a grande propriedade produtora de grãos, e não avançou para o Nordeste. Assim não houve um processo homogeneizador na expansão do "modelo americano", havendo ao contrário um aprofundamento da heterogeneidade espacial que faz do Centro-Sul a região prevalecente na oferta agrícola relevante.

Entretanto, em termos da distribuição da população, em que pese as intensas migrações inter-regionais, o excedente populacional ainda está no Nordeste. O processo de urbanização radical realizado nas últimas décadas não foi homogêneo, mesmo porque ele reflete

---

[1]No caso do trigo tem havido uma reversão da expansão da produção, que tendo beirado a auto-suficiência no final dos anos 80, retrocedeu na década de 90 como resultado do desmonte da politica setorial e abertura do mercado interno. FERNANDES F° (1995) historia mais de meio século de política tritícola que visava reduzir a dependência de importação desse produto para o abastecimento interno, tendo conseguido chegar bastante próximo da auto-suficiência. Segundo o autor "esse grande crescimento da produção e da produtividade foi resultado de uma grande intervenção do Estado na economia do trigo ... As normas e o aparelho institucional montados pelo Estado brasileiro permitiram completo controle da 'economia' do trigo". No processo de abertura do mercado interno aos produtos estrangeiros, realizado nos anos 90, acabou-se desmontando o aparato regulatório do complexo tritícola brasileiro e nos últimos anos tanto a area como a produção caíram drásticamente atingindo níveis em torno da metade dos observados nos tempos áureos da política protecionista (MARJOTTA & COSTA, 1995).

a heterogeneidade econômica. Dessa maneira, a evolução da população rural nas grandes regiões foi desigual, sendo que somente a expansão da fronteira agrícola foi capaz de impedir um êxodo do campo ainda mais rápido. As reflexões sobre a dinâmica populacional brasileira revelam a verdadeira magnitude do processo de desenvolvimento da agricultura nacional e a sua incapacidade de funcionar como reguladora do mercado de trabalho pela sua formação estrutural.

A redução da participação da população rural no total regional está intrinsicamente vinculada à expressividade do processo de desenvolvimento vivenciado. A região Sudeste saiu na frente pois tinha 60% da população no campo em 1940 (todas as outras regiões saíram de patamares maiores que 70%), caindo para menos de 20% em 1980, seguida nessa redução pelo Sul e pelo Centro-Oeste com índices finais superiores a 30%. Ao se particularizar o Estado de São Paulo, essa precocidade é mais flagrante e a redução mais expressiva. O Norte e o Nordeste ainda tinham quase a metade da população no campo em 1980, ao passo que ofertavam algo em torno de 10% da safra de grãos, numa clara demonstração de que um estoque expressivo do excedente populacional ainda estaria no campo nessas regiões, cuja superpovoação contrasta com o produto obtido.

O Centro-Sul, que concentra a parcela preponderante da oferta agrícola, tem uma população rural proporcionalmente reduzida, enquanto o Nordeste que tem uma oferta exígua apresenta grande contingente populacional. Não é difícil deduzir a extrema disparidade do produto por pessoa residente com reflexos nas condições econômicas e sociais. A modernização produtiva do Sudeste não só elevou enormemente a produção por homem como também reduziu substancialmente o emprego relativo. Nesse sentido, o processo foi pouco incorporador de pessoal, descumprindo a esperada função homogeneizadora que eliminaria a heterogeneidade estrutural. Ao contrário, aprofundou-a. O Nordeste, região de colonização antiga, ao ficar ao largo da expansão da moderna agricultura, manteve, apesar do fluxo migratório, um elevado grau de excedente populacional no campo. Esse contraste estrutural da década de 60 permanece com toda a sua expressão, tornando-se inclusive mais dramático.

A urbanização que caracterizou o desenvolvimento capitalista recente no Brasil é um dos elementos dessa dramaticidade com o elevado fluxo migratório rumo às grandes cidades. MARTINE (1992) mostra que o período 1940-80 representou a megalopolização da população brasileira, sendo que as cidades menores de 20 mil habitantes reduzem suas participações relativas de 85% da população total em 1940 para 46% em 1980, enquanto que as cidades maiores de 500 mil, que detinham 8% da população em 1940 e passaram a comportar 32% em 1980. A aglomeração da atividade econômica provoca o adensamento da população no Centro-Sul dadas as melhores oportunidades de trabalho que atraem pessoal das regiões menos dinâmicas. Ao mesmo tempo nessa mesma região, a modernização agropecuária

provoca o êxodo rural. Esse processo reverte-se no período 1980-91 dando início a um movimento de desconcentração populacional, com todas as grandes regiões e as megalópolis reduzindo o ritmo de crescimento. Ao lado disso, ocorre uma periferização caracterizada por maiores taxas de crescimento dos municípios à orla do núcleo da megalópole. As regiões mais distantes crescem, o que enseja um processo de interiorização do desenvolvimento (MARTINE, 1992).

A mudança da performance tem duas razões básicas. De um lado, a interiorização reflete o dinamismo da agricultura que cresce na década na contramão da crise econômica em geral consolidando o "modelo americano" como uma forma de desenvolvimento capitalista de ocupação do espaço geográfico, uma vez que tem como característica a participação expressiva da industria de transformação na agricultura na medida em que a regionalização da produção agropecuária a ser processada e o deslocamento das plantas industriais para essas regiões são um imperativo de ordem econômica para reduzir custos com o transporte de mercadorias de maior valor agregado unitário. Com isso há uma descentralização de polos de atração populacionais na trilha das agroindústrias espalhadas territorialmente no Centro-Sul.

De outro lado, a crise da indústria nas regiões da orla das megalópoles promoveu uma redução das oportunidades de emprego com o retorno de contingentes populacionais às regiões de origem, notadamente familiares de pequenos proprietários. Um sintoma disso esta no fato de que os dados do Censo Agropecuário de 1985 apresentaram um crescimento do pessoal ocupado e do número de pequenos estabelecimentos, em todo Brasil mas com uma particular concentração no Nordeste que recebeu metade dos 2,1 milhões de pessoas ocupadas acrescidas no período 1980-85 (MUELLER, 1987). A falta de perspectiva no meio urbano, na fase de recessão intensa em 1981-82, e a desativação das frentes de trabalho decorrentes da seca do início da década forçaram o retorno ao campo, mesmo em condições precárias. De qualquer maneira, esses movimentos populacionais, embora expressivos, mantêm um excedente populacional no Nordeste, enquanto a produção é concentrada no Centro-Sul e mesmo o processo de desconcentração não significa um deslocamento do núcleo de dinamismo dessa região.

Essa heterogeneidade estrutural tem razões históricas, pois a industrialização se concentra no Sudeste e a agricultura moderna tem o mesmo condão, uma vez que o "modelo americano" é calcado na integração vertical da produção agropecuária com a indústria. CANO(1980) já detectou a origem desse processo ao estudar as raízes da concentração industrial em São Paulo , no bojo da internalização do "modelo inglês" da 1ª Revolução Industrial concomitantemente com o complexo cafeeiro no início deste século. Para esse autor, "a economia paulista contou com amplas condições para o seu desenvolvimento ao contrário do restante do pais... São Paulo formou um compartimento industrial eficientemente estruturado, com alta produtividade, o que lhe conferia melhores condições de

competitividade... Não foi apenas do lado da produção industrial que as demais regiões perderam suas oportunidades: também pelo lado da produção agrícola deixaram de ganhar pelo fato de que a agricultura mercantil de São Paulo desenvolveu-se cedo, abastecendo, em grande medida, a própria economia paulista" (CANO, 1980). Desde cedo, portanto, a industrialização não cumpria uma função homogeneizadora, pois na verdade vem aprofundando a heterogeneidade estrutural e a desigualdade social. Os indicadores produtivos e sociais mais simples demonstram essa realidade dramática.

1.1 - O Sentido Iníquo das Transformações da Realidade Brasileira[2]

O perfil marcantemente desigual da sociedade brasileira tem na questão agrária um elemento persistente, em função de que seu equacionamento é pré-condição definidora do perfil de sociedade constituído no desenvolvimento capitalista. Dessa forma, o processo brasileiro tem como caraterísticas basilares o conservadorismo da sociedade (decorrente da capacidade de reprodução do poder de uma classe dominante conservadora que, além disso, "disciplina" as classes subalternas num conformismo também conservador) e a excludência no plano social, tendo portanto o capitalismo tardio brasileiro se constituído com base no **aprofundamento das iniqüidades** como universalidade fundamental. Dado o papel estrutural da questão agrária, conformou-se a heterogeneidade como caraterística da sociedade brasileira, o que revela em última instância que a agricultura passou por um processo de pseudomorfose definido pela ocorrência de profundas transformações produtivas realizadas sem rupturas no plano sócio-político. Dessa maneira, não é possível uma alternativa mais igualitária para essa sociedade desigual sem ao menos ter em conta os aspectos políticos e econômicos afetos à propriedade da terra concentrada.

As transformações que se processaram na agricultura e na economia brasileira não se concretizaram como uma metamorfose profunda das estruturas políticas, econômicas e sociais. Antes de mais nada representaram mudanças com afirmação dos elementos essenciais

---

[2]Karl Marx e Friedich Engels, na metade do século XIX, haviam caracterizado o desenvolvimento capitalista como um desenvolvimento de contradições. Segundo eles "o operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais dentro de sua própria classe. O trabalhador cai na miséria e esta cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza" (MARX & ENGELS, 1980). Entretanto, percebendo que a sobrevivência do capitalismo passava por algum meio de amenizar as disparidades, a partir dos anos 30 deste século os países capitalistas desenvolvidos passaram a executar políticas sociais de corte keynesiano conhecidas como a busca do Estado do Bem Estar Social (Welfare State). Isso para assegurar "a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão, porque (a burguesia) é obrigada a deixá-lo a cair numa situação, que deve nutri-lo em lugar de fazer-se nutrir por ele" (MARX & ENGELS, 1980). Portanto, a disparidade na apropriação da riqueza produzida constitui a essência do modo de produção capitalista, e o que se quer é destacar a radicalidade dos contornos desse processo em sociedades em que as políticas sociais são reconhecidamente tímidas como a brasileira.

que historicamente caracterizaram a sociedade brasileira e, nesse sentido, trata-se nada mais que uma pseudomorfose onde a mudança aparente esconde uma essência permanentemente reafirmadora de diferenças em aprofundamento. Trata-se do "modelo americano caricato", como bem definiu MELLO (1984), cuja essência revela as **iniqüidades em aprofundamento** como característica da agricultura nacional, e também de toda a economia, como sendo produto histórico de um processo peculiar onde determinantes endógenos moldaram e deram conteúdo específico aos determinantes emanentes do movimento mais geral do capitalismo no plano mundial.

A **iniqüidade** exacerbada revelando-se como elemento intrinseco ao desenvolvimento capitalista brasileiro, mostra-se funcional com os movimentos das transformações evoluindo com os desdobramentos do processo ao aprofundar-se em todos os planos. Nesse devir histórico, houve **modernização** porque avançou no processo industrial, internalizando a base técnica do "padrão americano" da Segunda Revolução Industrial no final da década de 80 deste século. Esse "padrão americano" se expandiu mundialmente no pós-guerra e se consubstancia num perfil produtivo calcado na metalmecânica como núcleo engendrador da dinâmica econômica e num perfil de consumo peculiar que tem como elemento central a cadeia proteico-animal com o consumo crescente de produtos industrializados. Nesse sentido, o "padrão americano" está associado a um modelo de sociedade cuja economia tem na industrialização da agricultura seu elemento basilar. Tem-se então a internalização do **novo padrão agrário** no plano produtivo calcado no **uso de insumos modernos** na agropecuária, exigindo a constituição de um departamento produtor de bens de capital com um forte segmento voltado para o atendimento dessa agropecuária. Tem-se também a constituição de uma sociedade urbanizada e consumidora de produtos transformados, seja por uma industrialização de matérias-primas agrícolas, seja pela padronização/classificação. Nesse sentido, o **novo padrão produtivo da agricultura** incorpora a necessidade de uma estrutura industrial de transformação e beneficiamento associada a uma rede de distribuição desenvolvida calcada nos hipermercados e supermercados. A **modernidade**, portanto, conduziu a uma economia de grandes empresas na agricultura , o que pode ser notado nas grandes empresas de insumos e máquinas, nas grandes cooperativas que centralizam o capital agropecuário e avançam no processamento/distribuição, no conjunto com as agroindústrias que organizam a produção. Esse perfil está também presente na rede varejista, cuja face atual é o hipermercado.

Mas o progresso também impregna-se de ter sido uma opção **conservadora** em razão de que, esse processo de transformações no plano produtivo, foi hegemonizado por uma elite dominante, cujo perfil historicamente é caracterizado pela capacidade de promover transições sem rupturas preservando seu poder político e econômico. Trata-se de constituir a modernidade sob a égide de velhos métodos como a coerção extra-econômica e apego ao

patrimônio. Na agricultura, com reflexos em toda sociedade, tem-se o postergamento no século XIX da abolição da escravatura, condenada mundialmente no início da década de 30 e só realizada no final da década de 80 daquela época. Esse postergamento condicionou de forma irreversível o sentido tardio do capitalismo brasileiro e ainda assim foi solucionado de maneira a manter "resquícios coloniais-escravistas" que garantiram a permanência do poder de dominação das elites. Esse segmento dominante absorveu o ideário republicano e o tenentismo fazendo da República e da Revolução de 30 também passagens não traumáticas para si. A transição para a democracia recente, realizada de maneira consentida, é a mostra atual da persistência desse poder de moldar os resultados por parte das elites. Mas essa hegemonia política de mais de quatro séculos decorre de que, no conjunto das classes subalternas esse conservadorismo autoritário também se reproduz nas famílias e nas organizações sociais, como resultante: a) do disciplinamento a que foram submetidas essas classes, em muitos momentos pela força (o que nega a ideia de que as mudanças brasileiras prescindiram do derramento de sangue) e, b) de um processo de alienação que conduz o caldeirão de cultura por uma dominação ideológica onde o dominado projeta-se como reflexo do dominador. A defesa do patrimônio é outro elemento recorrente desse perfil conservador.

Na agricultura esse elemento é persistente na história , desde a Lei de Terras de 1850 que deu base institucional para a consolidação da grande propriedade até o caráter especulativo que marcou a ocupação de todas as fronteiras agrícolas na fase posterior, ou seja, do Oeste Paulista, do Norte do Paraná e mais contemporaneamente do Centro-Oeste e a Amazônia. Isso condiciona um aspecto estrutural radicalmente distinto da situação originária na qual foi gestado o "padrão americano". Nos Estados Unidos, o Homeasted Act de 1862 consolidaria a pequena e média propriedade e não a grande propriedade como no Brasil e o mercado de terras americano, ainda que com caraterísticas especulativas, levou **proprietários** a venderem suas fazendas e com esse capital migrarem para as cidades buscando melhores oportunidades. No Brasil, diferentemente dessa condição, são **agregados** de diversos matizes que saindo de uma miséria crônica dos latifúndios, sem nada, vão às cidades. Aqui, a despeito de uma imensidão de terras a incorporar, a ocupação não foi de livre acesso face aos preços especulativos , impedindo que **agregados** tivessem acesso à terra. Desse modo, a especulação com terras na fronteira é uma barreira garantidora do domínio territorial das elites e nas áreas de ocupação antiga um estímulo à concentração da terra, sendo portanto duplamente prejudicial em termos estruturais. A financeirização dessa riqueza, na medida em que as elites proprietárias de terras conseguem manter intócavel a propriedade da terra como forma basilar de propriedade privada e ao mesmo tempo bloqueiam medidas tributárias de taxação desse patrimônio, não promove a democratização do acesso à terra. Sendo um "ativo" de custo de manutenção quase nulo, de preço alto face a um estoque crescente nas mãos de poucos e de segurança elevada,

sua atratividade revela-se como um elemento funcional para um perfil patrimonialista das elites, perfil este historicamente consolidado.

A modernização, por ter sido hegemonizada por forças sociais conservadoras, lideradas por elites ávidas e fortes o suficiente para manter seus privilégios, mostra-se **excludente** na medida em que esse processo é marcado por um aprofundamento da heterogeneidade estrutural e da desigualdade social. A sociedade brasileira atual é extremamente complexa e essa complexidade está perpassada por inúmeras realidades dicotômicas interagindo no mesmo espaço geográfico. Entender essa realidade significa necessariamente encontrar elementos que sejam significativos desse universo contraditório e que como universais sejam historicamente capazes de explicar o movimento das contradições. Pode-se portanto olhar a realidade brasileira por várias faces e, em todas elas, a dicotomia é a regra como produto de um processo de desenvolvimento heterogeneizador que marca a história nacional. Esse aspecto aparece tanto quando se olha para o conjunto dos setores, onde alguns ramos se apresentam mais modernizados tecnologicamente que outros, quanto para dentro do mesmo setor onde as firmas tem níveis diferentes de modernidade. Não só ao nivel da tecnologia isso esta presente, mas também ao nível da organização empresarial onde os métodos de gestão são diferenciados em razão das estruturações terem se processado sem uma linha geral uniforme. De qualquer forma, tem-se a grande empresa moderna tanto tecnologicamente quanto em termos de organização empresarial imersa num universo onde parcela preponderante, embora não dominante, é formada de empresas arcaicas.

Mas a questão central está no seio social, onde a desigualdade extrema é a marca. No plano macroeconômico, isso está associado à participação reduzida e cadente dos salários em relação ao lucro no produto nacional. No contexto pessoal, a grande maioria da população recebe parcela reduzida da riqueza, pois a **fatia do bolo** destinada aos trabalhadores, mesmo tendo este crescido pelo fermento do desenvolvimento experimentado, é relativamente cada vez menor para mais gente. De outro lado, uma minoria tem participação crescente na renda nacional. Esse perfil de má distribuição de renda se configura em precárias condições de vida para a maioria da população, o que se traduz na **iniqüidade** exacerbada como elemento universal persistente no desenvolvimento nacional. A enorme parcela da população não vive a modernidade por estar excluída do mercado de consumo de massas, fato tornado mais dramático por ser essa mesma parcela o sustentáculo do aprofundamento das disparidades por não terem atingido a plena cidadania, ao se submeterem a inumeros mecanismos autoritários de coerção extra-econômica. Noutras palavras, como massa de manobra de um sistema de representação em que normalmente, estão sujeitas ao clientelismo político em razão de sua própria miserabilidade, acabam por reforçar a estrutura do poder conservador vigente há séculos de transformações para manter os privilégios e o controle sobre a sociedade.

Dentro desse contexto, pode desdobrar-se a hipótese central da persistência da questão agrária, como fator basilar na determinação da heterogeneidade estrutural, em elementos específicos tais como:

a) A modernização, tal qual a industrialização, é um processo que não se revelou "homogeneizador" no Brasil por determinantes estruturais endógenos. Essa é a explicação para o equívoco dos seus ideólogos ao propugnarem a repetibilidade da história que levaria inexoravelmente a uma redução das desigualdades no "processo de desenvolvimento econômico". As desigualdades não teriam assim raízes estruturais, mas seriam produto do "atraso" das economias periféricas. No entanto, isso não é correto, pois, se a semelhança geral das estruturas econômicas ao nível mundial é forjada pela irradiação do "modelo americano", os perfis de sociedade revelam heterogeneidades que não são disfunções aleatórias ou advindas de um processo incompleto, mas têm resposta numa essência estrutural distinta em função das diferentes realidades históricas em que os processos se desenvolveram. É preciso, por essa razão, desvelar o conteúdo da questão agrária em cada realidade, em razão dela ser um elemento definidor da base estrutural;

b) O perfil conservador das elites, que se reproduz e impregna todo o tecido social de alguma forma, é uma característica intrínseca da realidade brasileira não só porque essa elite tem sido capaz historicamente de transições sem rupturas no seu poderio econômico e político, mas também porque essa elite conseguiu legitimar-se como representação de uma sociedade conservadora no plano político, em função do conformismo conservador no qual moldou-se as classes subalternas. Além disso, essa elite mantém uma vinculação umbilical com a propriedade da terra enquanto forma basilar de propriedade privada. Esse perfil patrimonialista condiciona os movimentos das transformações de maneira a manter intacta a propriedade em geral, daí historicamente ter ocorrido o postergamento da questão agrária , inclusive acirrada por um mercado de terras especulativo que se revela uma eficaz barreira à entrada frente uma crescente massa de sem terra. Isso num País continental onde, teoricamente, a abertura de fronteiras agrícolas devesse significar abertura de oportunidades face à magnitude das áreas a incorporar em cada momento histórico. No entanto ocorreu o contrário.

c) A "solução" da questão agrícola , aventada com as supersafras e a magnitude dos níveis de modernização atingidos, não encontra respaldo na realidade. Isso porque, se a oferta está equacionada , esse equacionamento tem como parâmetro uma demanda irreal. Enquanto demanda dada nos modelos de oferta agrícola, essa demanda mensura apenas o nível de exigências face a um nível de renda também dado. Se é o nível de renda que determina o acesso ao "mercado", o fato de uma parcela ponderável da população não participar plenamente do "mercado" faz a demanda potencial ser incomensuravelmente maior que a demanda manifesta. Um processo de elevação da renda média e melhoria do perfil distributivo,

se prolongado e generalizado, desvelaria a fragilidade da estrutura de oferta agrícola para fazer frente às necessidades globais da população e mostraria a parcialidade da "solução". **A problemática da demanda está associada a elementos estruturais e não conjunturais, é o elo que liga a questão agrícola à questão agrária ou, em outras palavras, é a face agrária da questão agrícola e, assim, só pode ser estudada e entendida no seu conteúdo estrutural**[3]. Desse modo, não é dada de forma aleatória, nem é resultado do equilíbrio de um mercado "neutro", mas elemento condicionado pelo perfil estrutural da sociedade constituída, e esta característica, afeta à questão agrária, só pode ser interpretada no contexto do seu movimento de constituição histórico.

1.2 - Objetivos do Trabalho

A profundeza das transformações tem embaraçado a visão de inúmeros estudiosos da agricultura brasileira. A virtuose da moderna agricultura teria transformado profundamente a problemática agrária que, por meio do progresso técnico, teria reduzido à insignificância a contradição representada pela propriedade da terra ao desenvolvimento capitalista na agricultura. Isso tem propiciado uma postura triunfante do patronato rural, desconsiderando a problemática sócio-política ligada à terra. **O presente trabalho tem pressuposição antagônica a esse enfoque analítico, que pretende pela impropriedade da questão agrária. Está embasado, portanto, no pressuposto de que, sem o entendimento da questão agrária na sua profundidade e no contexto da história que a constitui, não há como entender a conformação da sociedade brasileira no presente, nem aceitar a consolidação de alternativas que rompam com a excludência que a caracteriza**. O trabalho tem como objetivo principal estudar as crises brasileiras recentes para demonstrar que a alternativa implementada de desenvolver o capitalismo brasileiro sem enfrentar as questões estruturais apenas transportou o problema no tempo, sem solucioná-lo. Noutras palavras, enquanto a sociedade movia ancorada por taxas de crescimento elevadas, em que a renda *per capita* crescia substancialmente, mesmo que as faixas de maior renda abarcassem maiores índices, o fato de a maioria de baixa renda auferir crescimentos de seus ganhos, embora menores, mascarava a questão social com a impressão de um processo distributivo.

Ancorado unicamente no crescimento, o sucesso impedia uma radiografia precisa das desigualdades principalmente quando se aventava uma perenização de um processo

---

[3]Além disso, a situação precária da qualidade de produto e da não generalização de movimentos de sofisticação do consumo é outro indicador de que a renda mal distribuída configura uma demanda qualitativamente inferior ao padrão internacional.

incorporador das massas. A crise da década de 80 desvela de maneira dramática essa heterogeneidade estrutural levada a um extremo aprofundamento. A questão agrária tem atualmente, como no seu período clássico da década de 60 quando dominou o debate sobre a agricultura, um papel central na explicação desse processo de alargamento da excludência. Desse modo, a perspectiva aqui adotada é a de buscar no movimento geral das transformações da agricultura elementos definidores da problemática atual. A história da análise da agricultura tem contribuições fundamentais ao entendimento das contradições atuais da agricultura e da sociedade nacional.

No esforço de caracterizar a crônica crise agrária brasileira como determinante de uma sociedade estruturalmente heterogênea o trabalho procura mostrar a impropriedade da simples transposição das análises da construção do "modelo americano" na sua situação original para o caso brasileiro, pois pré-condições historicamente distintas forjam diferentes perfis de sociedade. Essas especificidades serão buscadas nos elementos que conformam a predominância, no caso brasileiro, de forças politicas conservadoras, capazes de reproduzir-se historicamente enquanto facções dominantes que modernizam a estrutura produtiva mantendo características da velha ordem e, com isso, intactos seus interesses de classe. Assim, objetiva-se mostrar a evolução da legislação agrária e a presença persistente da especulação com terras na ocupação das fronteiras agrícolas que sucederam-se como decorrentes desse predomínio conservador e, desse modo, como forjadoras de um particular processo de acumulação de riqueza. Nesse contexto, pretende-se apresentar os resultados das transformações como tendo provocado o aumento significativo da oferta agrícola, alterarando a composição da produção, mas sem contudo reduzir a desigualdade regional e sem garantir que parcela significativa da população fosse incorporada ao mercado de consumo, superando-se a realidade de fome e miséria, que do campo urbanizaram-se e ganharam as cidades. Dessa maneira, permeia toda a analise, o fato de que o sentido iníquo das transformações da agricultura constitui elemento fundante da sociedade das diferenças que se concretiza como a marca da realidade brasileira. A iniquidade, assim, não aparece como resultado natural ou aleatório, detectável *ex-post* às mudanças, mas sim visualizável *ex-ante*, como conformadora da estrutura de socieda-de, **pois se o que aí está, é exatamente tal como é, foi porque foi feito para ficar como está.**

2 - TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REPETIBILIDADE HISTÓRICA

O processo de desenvolvimento capitalista, ainda que tenha assumido amplitude mundial, não representa a reprodução em todo tempo e lugar de um mesmo caminho percorrido pelas transformações produtivas, econômicas e sociais. A constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, que advem da inserção crescente da indústria como determinadora da dinâmica econômica, não ocorre como uma sucessão linear de fatos e estágios de mudanças (OLIVEIRA, 1985). Se a lógica do capitalismo decorrente da sua internacionalização significa condicionamentos principais do movimento transformador, em última instância são as pré-condições nacionais que conformam o fundamental dos resultados no tocante aos elementos estruturais. Dessa maneira, não há inexorabilidades da reprodução entre transformações verificadas em distintos espaços geográficos.

Na agricultura, com base na experiência verificada nos Estados Unidos da América, onde os padrões produtivos referentes à 2ª Revolução Industrial conformaram pioneiramente a moderna agricultura muitos procuram destacar similaridades e, com base nelas, conceber projeções de mudanças inexoráveis que viriam no sentido da constituição das modernas estruturas produtivas. Nessas concepções, o atraso seria a justificativa de todas as "distorções" encontráveis no plano da ineficiência produtiva, das diferenças sociais e do conservadorismo político. A emergência do moderno produziria mudanças tão profundas que essas "disfunções" seriam indelevelmente eliminadas. A teoria do desenvolvimento econômico faz das nações desenvolvidas o espelho que refletiria o futuro das demais que ainda não atingiram aquele estágio.

A história do desenvolvimento capitalista tem sido pródiga em negar peremptoriamente essas inexorabilidades, derrubando um a um os argumentos da repetibilidade[4]. Em distintos espaços geográficos nacionais e mesmo em diferentes regiões dentro de um mesmo território, se o processo mais geral pode revelar similaridades, a essência da estrutura econômica e social mostra profundas discrepâncias entre realidades. O entendimento do movimento que reordenou tais especificidades para conformar resultantes aparentemente similares constitui-se no desafio da análise dos vários processos de

[4]As distinções são ponderáveis dentro dos países desenvolvidos como mostram os diferentes processos de industrialização retardatária (OLIVEIRA, 1985). Mesmo fora da comparação entre países desenvolvidos, as diferenças são importantes e dizem respeito a vários aspectos, como é o caso da especificidade brasileira da unidade territorial dentro da América Latina. Como destaca Darcy Ribeiro, "a unidade nacional, viabilizada pela integração econômica sucessiva dos diversos implantes coloniais, foi consolidada, de fato, depois da independência, como objetivo expresso, alcançado através de lutas cruentas e da sabedoria política de muitas gerações. Esse é, sem dúvida, o único mérito indiscutível das velhas classes dirigentes brasileiras. Comparando o bloco unitário resultante da América portuguesa com o mosaico de quadros nacionais diversos a que deu lugar a América hispânica, pode se avaliar a extraordinária importância desse feito" (RIBEIRO, 1995).

transformação capitalista. Noutras palavras, isso significa desvelar as pré-condições que conformaram o sentido dos diferentes processos de desenvolvimento.

2.1 - Agricultura e Agropecuária: Desenvolvimento Capitalista e Diferenciação[5]

A análise das transformações da agricultura no processo de desenvolvimento econômico tem-se calcado no pressuposto de que agricultura e agropecuária enquanto conceitos exprimiram e exprimem sempre a mesma base concreta, ou seja, referem-se a um igual conteúdo empírico. Entretanto, o conteúdo dos conceitos, enquanto formulações históricas e, portanto, sujeitas às vicissitudes das transformações, altera-se no devir das mudanças. A agricultura pode ser considerada a primeira atividade econômica sedentária do homem como decorrência da evolução da caça, da pesca e do extrativismo vegetal, estando ligada a elementos definidores da sobrevivência. Dessa maneira, da revolução neolítica à revolução agrícola do século XIX tem-se enormes rupturas em vários momentos históricos que alteram substancialmente o que se entende por agricultura.

A análise histórica, quando referenciada à última grande ruptura que corresponde à passagem do feudalismo para o capitalismo, mostra bem o sentido que se quer dar à necessidade de diferenciação conceitual entre agropecuária e agricultura. No modo de produção feudal, a agricultura era o principal setor da economia, a maioria da população vivia no campo e a massa trabalhadora eram servos que produziam na terra e a ela estavam vinculados. As cidades eram habitadas quase sempre por pessoas consideradas marginais na ordem feudal e suas atividades, à orla dos castelos, eram condicionadas à dinâmica decorrente do domínio senhorial. A população urbana européia nos séculos XII a XV representava em torno de 10% do total, com o núcleo da sociedade localizando-se nas comunidades aldeãs imersas no latifúndio feudal. Este possuía uma organização sólida que lhe conferia enorme independência, conformando uma estrutura praticamente autárquica. As lavouras e as criações eram a base da atividade econômica (PIRENNE, 1973).

Nas lavouras e nas criações, realizavam-se atividades que produziam bens finais quase sempre consumidos nos limites do próprio feudo. A tração era humana e paulatinamente ganhava espaço a tração animal, que ainda assim não rompia com os limites do feudo, pois os animais eram produzidos dentro de seus domínios. Os implementos rústicos eram forjados e aprimorados pela própria comunidade aldeã. As plantas e os animais eram uma contínua

---

[5] A formulação aqui apresentada mostra grande similaridade com a concebida por SZMRECSÁNYI (1977), que construiu um esquema amplo para visualizar o processo de transformações da agricultura no desenvolvimento capitalista. Entretanto, não foram seguidas de forma rígida as postulações desse autor.

reprodução do material genético original disponível com poucas introduções de novas linhagens. O beneficiamento e o processamento eram realizados pelas próprias comunidades para suprir suas necessidades e as das classes as quais se subordinavam. No geral, a agricultura não recebia *inputs* externos dada, inclusive, a reduzida atividade comercial existente.

Nesse universo, no qual atividade produtiva era somente a agricultura, não existia diferenciação clara entre agricultura e agropecuária. Não é sem razão que as primeiras análises econômicas representadas pelos fisiocratas tivessem uma enorme vinculação com a ordem natural e considerassem apenas o trabalho agrícola como produtivo (QUESNAY, 1983). O produto final era associado diretamente à terra, sendo as demais atividades, tanto as de suporte à sua produção como as de preparo para o consumo, consideradas partes intrínsecas e indissociáveis do trabalho agrícola. Nesse contexto, era compatível o entendimento de agricultura e agropecuária como conceitos explicitadores do mesmo conteúdo, pois o predomínio das lavouras e criações em todo espaço geográfico não deixava margem para outra compreensão.

A constituição do capitalismo rompe com essa lógica em vários ângulos. O primeiro aspecto a ser destacado é que a indústria passa a corresponder ao núcleo produtivo engendrador de dinamismo na economia capitalista, pois incorpora na plenitude "as forças produtivas especificamente capitalistas" (OLIVEIRA, 1985). Nesse sentido, a agricultura passa a ser determinada progressivamente pelo movimento do desenvolvimento industrial. A ruptura com o regime servil, constituindo o trabalhador livre, ao mesmo tempo em que a população se urbanizava, transfere do campo para a cidade o *locus* principal da atividade produtiva. Esse processo obriga a uma expansão e a modificações no processo produtivo, de maneira a propiciar o atendimento das necessidades da massa urbana em expansão, cujos contornos se denominou Revolução Agrícola.

A 1ª Revolução Industrial incorpora na sua própria concepção uma ruptura entre agropecuária e agricultura. O núcleo dinâmico era a indústria têxtil, portanto correspondendo à emancipação em relação à agropecuária da primeira atividade complementar inerente à agricultura. A arte de tecer o algodão dos aldeões feudais passou para o artesanato, depois para a manufatura, até concubstanciar-se numa indústria. A indústria têxtil, com toda a revolução das relações sociais de produção a ela inerentes e com a profunda modificação da divisão social do trabalho, não deixa de ser uma agroindústria. Entendê-la simplesmente como indústria impede que se visualize as profundas transformações que ela impôs à agropecuária, pois as relações sociais mutantes não foram somente a liberação do servo da gleba para torná-lo, como trabalhador livre, em operário. Como demandadora de algodão, produziu a necessidade de uma revolução nos processos produtivos agropecuários, os quais, realizados primordialmente nas terras recém-descobertas da América, conformaram os grandes latifúndios escravocratas.

No início, a expansão da produção de lã a partir da produção da ovinocultura, realizada na própria Inglaterra, chegou a sustentar a oferta de matéria-prima para a manufatura (OLIVEIRA, 1985). Entretanto, foi com o algodão que se concretizaram as condições da expansão em escala da produção (MANTOUX, 1988), viabilizadas pelas terras norte-americanas e pela escravização de africanos, numa recriação de práticas de trabalho compulsório feitas paradoxalmente para sustentar a expansão do trabalho livre na Inglaterra. A compreensão das transformações relacionadas à indústria têxtil, tendo como base apenas o espaço geográfico inglês, pode impedir a visualização da profunda mudança ocorrida num espaço mais amplo, no qual se inclui as zonas produtoras da matéria-prima e da tração motora dessa produção, bem como as áreas consumidoras dessas mercadorias. Noutras palavras, o processo de produção industrial de têxteis realizado na Inglaterra representou uma diferenciação entre a agropecuária - agora sujeita às exigências da demanda em escala de matéria-prima - e a agricultura, com a separação do beneficiamento do algodão e do processamento do tecido.

Nos primórdios desse processo, a tração motora da produção, apesar de humana, não provinha da família camponesa. Era uma mercadoria comprada de um grande conjunto de empresas especializadas em aprisionar, transportar e vender escravos africanos. De qualquer forma, era também um rompimento com a autarquia da agropecuária, que já não produzia a força motriz do processo produtivo dentro da fazenda. A evolução do processo industrial, com o avanço da metal-mecânica, aumentava a qualidade e a quantidade de implementos e ferramentas, principalmente nas grandes *plantations* nas quais a exigência desses instrumentos era ao mesmo tempo grande em volume e específica quanto à adequação, dando suporte à criação de oficinas para a fabricação dos mesmos. Contudo, seria a 2ª Revolução Industrial, iniciada no final do Século XIX, que iria propiciar uma alteração significativa com a mudança da força motriz para a tração mecanizada. A indústria de máquinas cria o trator agrícola, no início a vapor e depois a diesel, para substituir a tração animal e humana no processo produtivo em escala. Ao mesmo tempo, surge a revolução da química que gera os fertilizantes, os quais permitem intensificar o uso do solo bem como agregar áreas até então consideradas inaptas à agropecuária.

Dessa época em diante, o sistema de tratamento do solo não se resume mais ao clássico método de separação em campos, de maneira que, enquanto se plantava em uma determinada gleba numa safra, outras estavam em descanso para recuperar sua fertilidade para plantios futuros. A indústria de fertilizantes e corretivos viabilizou a exigência de intensificação do uso do solo em grandes áreas, repondo os nutrientes e corrigindo as deficiências químicas do solo. O produto agropecuário, embora continue produto biológico, não pode ser considerado mais tão natural, pois a terra, antes fonte perfeita da produção, foi corrigida em deficiências antes consideradas inexistentes e áreas antes imprestáveis puderam virar celeiros da produção

em escala.

A indústria de tratores e implementos, avançando como força motriz do processo produtivo agropecuário, substitui progressivamente a tração humana, permitindo seu deslocamento para as cidades nas quais passa a exercer outras atividades exigentes de mão-de-obra. Não é simples a relação comumentemente apresentada, de que cada homem no campo tem de produzir proporcionalmente mais para atender o homem urbano, pois, mesmo na cidade, é o homem urbano que produz cada vez mais a força motriz que move o processo produtivo agropecuário. No plano demográfico, a população, antes rural, sofre um intenso processo de êxodo para passar a viver nas cidades (RANGEL, 1954). Do mesmo modo que a força motriz agropecuária provém da cidade, isso ocorre com as sementes e os reprodutores animais, agora criados em laboratórios de genética e não sendo mais produtos da seleção da própria lavoura em dado ano para plantar no seguinte.

A pesquisa agropecuária, que emergiu da 2ª Revolução Industrial como suporte à ocupação do Meio-Oeste americano (MANN & DICKINSON, 1980), passou a realizar processos intensos de seleção para gerar sementes de variedades mais produtivas das espécies cultivadas (reprodutores e matrizes no caso das criações), ao mesmo tempo em que alargava o número de espécies utilizadas e os cruzamentos inter-específicos. A sofisticação desse processo forjou enormes estruturas produtoras de material genético para a produção agropecuária cujos produtos são cada vez mais complexos e progressivamente realizados em ambientes separados da produção comercial final. O mesmo caminho percorreu a indústria de defensivos agropecuários que, com o advento da química, rompeu com o empirismo rudimentar do controle de pragas e doenças para constituir-se numa atividade estratégica, ou seja, mais um produto do homem urbanizado que move a produção rural.

As transformações até aqui detalhadas envolvem principalmente atividades de suporte à agropecuária. Entretanto, elas ocorreram também naquelas realizadas no pós-colheita. O beneficiamento e processamento avançaram para inúmeros outros produtos além do caso pioneiro dos têxteis. O açúcar de cana para indústria foi um produto que alargou o mercado quase na mesma época dos têxteis. Seguiu, contudo, um processo menos visível do ponto de vista espacial, pois, ao invés de a matéria-prima ir até a indústria como no caso do algodão, a estrutura industrial veio até o campo na forma dos engenhos primitivos que evoluíram para as modernas usinas açucareiras. Na essência, os processos de transformação são semelhantes, verificando-se em outras atividades, como laticínios, óleos vegetais, farináceos, carnes, etc, cuja localização espacial entre rural e urbano depende da especificidade do produto final.

De qualquer maneira, com a agroindústria processadora reforça-se a separação entre agricultura e agropecuária. A agropecuária, que havia deixado de ser setor "primário" no sentido de que se tornará cada vez mais uma "confecção de produtos biológicos" a partir de sementes,

reprodutores, fertilizantes, corretivos, máquinas e implementos, agora deixa de ser setor gerador de "bens finais". A agropecuária, empregando insumos e máquinas, produz bens intermediários para uma atividade de agroprocessamento cada vez mais expressiva. Da mesma forma, a comercialização de produtos agrícolas sofre uma revolução, saindo das feiras das aldeias até constituir-se nos modernos equipamentos de vendas do varejo. O processo de troca alarga-se progressivamente, afastando a relação direta original entre agropecuarista e consumidor, típica dos processos de reprodução simples, para constituir uma relação complexa, inerente aos processos de reprodução ampliada (MARX, 1983).

Numa economia monetária de produção, esse processo se "financeiriza" com a inserção do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 1986). Portanto, as transformações produtivas da agricultura, ao romperem com o domínio do capital agrário "estrito senso", inserem-na num movimento mais amplo como espaço de reprodução do capital industrial, financeiro e comercial, ou seja, do capital em geral. A mercadoria produzida na agricultura, inserida na divisão social do trabalho típica do capitalismo, é majoritariamente produto do trabalho urbano, uma vez que a quantidade incorporada pelo segmento representado pela agropecuária é minoritária em relação ao total.

Desse modo, mesmo que a agropecuária seja desenvolvida só com o trabalho familiar, não se tem "produto da propriedade familiar", mas sim produto da agricultura capitalista produzido preponderantemente por trabalho assalariado utilizado na produção de insumos e máquinas e no processamento e distribuição. Até mesmo produtos consumidos *in natura*, como frutas frescas (banana e uva) e cereais (arroz e feijão), têm participação majoritária de trabalho assalariado nas fases anteriores e posteriores à agropecuária. Noutras palavras, o produto da agricultura não se confunde mais com produto da agropecuária, distinguindo-se de forma definitiva porque, em termos de valor, rompeu com a contradição da persistência das relações de produção pré-capitalistas na agricultura, ainda que estas subsistam parcialmente na agropecuária.

Nesse sentido, a realidade atual da diferenciação entre agropecuária e agricultura corrobora a formulação de MARX (1983), que em pleno século XIX escrevia: " a revolução que a grande indústria provoca na agricultura e nas condições sociais de seus agentes de produção só poderá ser abordada mais tarde ... Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, 'o camponês', substituindo-o pelo trabalho assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ela cria, ao mesmo tempo, os pressu-

postos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações antiteticamente elaboradas".

2.2 - Inadequação da Abordagem Tradicional de Agricultura

A análise da agricultura na abordagem tradicional não rompe com os limites da agropecuária. Essa formulação tem como ponto de partida a construção de três setores: primário, secundário e terciário. Dentro dessa ótica, a agricultura seria o setor primário, a indústria o setor secundário e o terciário corresponderia ao setor de serviços (CLARK, 1940). De uma situação em que era claramente perceptível essa divisão antes da disseminação da 2ª Revolução Industrial, essa abordagem enfrenta hoje uma clara deficiência para se estudar as chamadas economias industriais integradas.

A formulação tradicional, na forma expressada por MYINT (1977), confere à agricultura papéis no processo de desenvolvimento econômico que dizem respeito apenas à agropecuária, ou seja, toma a parte como se fosse o todo. Nessa abordagem, as funções realizadas durante o processo de desenvolvimento econômico seriam: a) produzir alimentos e liberar mão-de-obra para o setor industrial; b) ser mercado para os bens manufaturados; c) aumentar a poupança interna; e d) obter divisas pela exportação de produtos agrícolas. Na produção de alimentos, ter-se-iam preços baixos pelo aumento da produtividade e mercado competitivo, resultado também obtido compulsoriamente através de políticas de preços aos consumidores, via tabelamento ou importações. Como mercado para os bens manufaturados, a forma voluntária seria aquela na qual os produtores decidiriam comprar manufaturas numa economia aberta às importações e compulsória quando exerceriam essa decisão enfrentando políticas de restrição às importações. O aumento da poupança interna poderia ser exercido compulsóriamente por meio da taxação do setor, ou voluntariamente com estímulos ao investimento dos produtores fora da sua atividade (MYINT, 1977). Trata-se, como se nota, de funções bastante restritas e passivas, enquanto inexoráveis ou indiscutíveis, frente à necessidade do processo de desenvolvimento.

Os modelos de desenvolvimento agrícola seguem o mesmo caminho na busca da explicação para a "dicotomia" agricultura/indústria, ao longo do tempo. ROSTOW (1969) concebe o crescimento econômico através de estágios distintos, numa periodização dentro da qual o atrasado metamorfosearia para o moderno. Nesse enfoque, a agricultura, também encarada como se restringida à agropecuária teria um papel subordinado. Isso porque suas transformações são essenciais para que a sociedade se alimente sem ter que importar produtos. A modernização desse setor, nesse contexto, produziria mudanças, fazendo-o perder paulatinamente sua importância na economia em expansão, ou seja, atribui-se um sentido

negativista ao processo de transformação, ao modernizar-se para deixar de ser relevante.

A análise de RANIS & FEI (1961) alicerça-se nas mesmas bases para construir um modelo de dois setores, destacando a agricultura e a indústria numa economia fechada. Também reproduzindo um conceito de agricultura preso aos limites da agropecuária, põe em destaque o papel da tecnologia, que teria a função de liberar mão-de-obra e garantir o suprimento de alimentos para a indústria. Ainda para RANIS & FEI (1961), as transformações são inerentes a um processo natural de crescimento econômico inexorável, ao fim do qual os países atrasados se tornariam desenvolvidos e modernizariam suas agriculturas.

A abordagem tradicional da agricultura baseia-se na capacidade setorial de dar sustentação à transformação da economia, desde que fossem cumpridas adequadamente suas funções no processo de desenvolvimento. Mantendo uma similaridade entre agricultura e agropecuária, para JOHNSTON & MELLOR (1961), essas funções seriam: a) produzir alimentos e matéria-primas para toda a economia; b) liberar mão-de-obra para os demais setores; c) criar poupança para inversão em outros setores; d) alavancar a poupança interna via exportações, de forma a propiciar importações; e) abrir mercados para produtos dos demais setores. As diferenças entre os modelos concebidos dentro da abordagem tradicional não são profundas no tocante ao papel da agricultura, que seria sempre igual independentemente do país, se continental ou de território reduzido.

A rigidez dessa equalização entre agricultura e agropecuária desloca a dicotomia estrutural fundamental da economia para a relação entre agricultura e indústria, ambas concebidas como setores autárquicos. Duas generalizações são estabelecidas a partir dessa concepção: a) o declínio secular da participação da renda agrícola; e b) a redução do emprego agrícola em termos relativos e mesmo absolutos. As explicações para a perda de importância relativa são que a agricultura repassa à indústria atividades que anteriormente lhe eram típicas e, como empregava basicamente trabalho no processo produtivo, ao passar a incorporar insumos produzidos fora do setor, desloca mão-de-obra para a cidade. Paradoxalmente, essa perda de importância relativa era sinal, quanto mais progressiva fosse, da magnitude da sua modernização. Ou seja, trata-se de uma contradição, na medida em que o setor deve desenvolver-se para perder expressão econômica, política e social.

O estudo de JOHNSTON & KILBY (1977) mostra nitidamente essa inadequação inerente à formulação tradicional. Os autores identificam três caraterísticas comuns a todas economias tradicionais: a) a alta porcentagem da população empregada na agricultura; b) a baixa produtividade dessa numerosa força de trabalho; e c) a predominância dos alimentos amiláceos, menos preferidos nas sociedades modernas, embora os níveis médios de consumo situem-se acima do patamar de subsistência. As transformações dessa agricultura tradicional produziriam a elevação da produtividade do trabalho, liberando mão-de-obra para os demais

setores e apesar da participação da renda agrícola cair em termos relativos, a redução populacional seria mais que proporcional, elevando a renda *per capita* rural e melhorando as condições de bem-estar da população rural. Portanto, mantida nos limites da agropecuária, a agricultura deve seguir a trilha da perda de relevância, não só para constituir-se moderna como para melhorar a qualidade de vida dos que dela dependem.

A concepção tradicional tem sido transportada para o caso brasileiro, sem qualquer questionamento do pressuposto inerente à concepção adotada quanto à setorização da economia. O trabalho de DIAS (1967) é um exemplo esclarecedor dessa prática. Ao discutir o papel da agricultura no desenvolvimento econômico, o autor argumenta que um país de baixo estágio de desenvolvimento é definido como aquele de baixa renda *per capita*, onde grande parte da população se encontra no setor agrícola e a agricultura contribui com a maior parcela da renda interna. A agricultura será de subsistência, com baixo nível técnico e pouco intensiva em capital, apresentando reduzida utilização de fatores de fora do setor agrícola. Mais uma vez, como não visualiza a diferenciação entre agricultura e agropecuária, o estudo não capta um movimento importante que ocorreu na agricultura brasileira no mesmo período, qual seja a constituição da agroindústria de processamento. De outro lado, confere à agricultura o papel passivo de perder progressivamente sua importância numa economia como a brasileira, que caracteristicamente é uma economia continental.

Mantendo-se preso aos limites de uma conceituação inadequada, DIAS (1967) destaca duas funções básicas da agricultura no processo de desenvolvimento econômico: a) produção de alimentos e matéria-prima para atender as exigências de consumo interno e externo; e b) fornecimento de recursos para si e para os demais setores da economia. O não atendimento das exigências do mercado consumidor, pela insatisfatória disponibilidade de alimentos a preços altos, produziria pressões salariais e diminuição da renda agrícola disponível para aquisição de bens e serviços dos demais setores, constituindo-se em obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico. Por outro lado, a modernização da agricultura, tornando-a mais produtiva, propiciaria a transferência de recursos para outros setores econômicos.

A limitação decorrente do caráter a-histórico da concepção utilizada reduz o alcance das medidas propostas. Dentro dessa visão reducionista, segundo DIAS (1967), o impulsionamento do processo de transformação da agricultura brasileira deveria estar baseado em programas destinados a aumentar a produtividade da agropecuária, com a geração e a difusão de tecnologia realizadas por instituições de pesquisa agropecuária e organismos de extensão rural; adoção de um sistema de educação que reduzisse drasticamente o analfabetismo, o qual obstaculiza o emprego de técnicas modernas; e a constituição de uma grande infra-estrutura de apoio. Essa perspectiva não conseguiu sequer captar as transformações estruturais já

consolidadas na agricultura paulista, pois, como se sabe, a geração e a difusão de tecnologia ultrapassaram os limites da agropecuária, já em 1962, com a criação do Centro Tropical de Tecnologia de Alimentos junto ao Instituto Agronômico da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Semelhante problema pode ser encontrado no clássico estudo da agricultura brasileira realizado por PAIVA; SCHATTAN; FREITAS (1973). Os autores destacam como objetivos básicos a serem alcançados: a) aumentar a oferta de alimentos e matéria-prima a preços menores; b) elevar a renda líquida do próprio setor abrindo mercado para o consumo de produtos não agrícolas; c) aumentar o número de empregos no setor agrícola e as condições de acesso à terra; d) melhorar a distribuição da renda setorial com maiores salários e melhores condições de trabalho; e) garantir níveis satisfatórios de qualidade de vida. Destacam dentre esses objetivos, os dois primeiros que consideram fundamentais pelos efeitos altamente benéficos ao processo de desenvolvimento econômico do País, daí a exigência da modernização. Da mesma maneira que DIAS (1967), os autores não compreendem a magnitude do processo em curso à época ao se restringirem ao estrito conceito de agropecuária, que obscurece a visão da globalidade do movimento.

Essas análises da agricultura brasileira centradas na abordagem tradicional são na verdade tributárias das idéias de Ruy Miller Paiva desenvolvidas em vários estudos dos anos 40 e 50. Com base em influência dos criadores da denominada "economia agrícola norte-americana", esse autor transformou-se num dos mais importantes ideólogos da modernização da agricultura concebida como forma de realizar o desenvolvimento nacional. Para tanto, a agricultura brasileira deveria "repetir" o processo visualizado no caso norte-americano, introduzindo insumos e máquinas como parte mais importante de um progresso tecnológico que liberasse grandes contingentes de mão-de-obra, na medida em que elevasse a produtividade do trabalho. Quanto às condicionantes estruturais como a miséria rural e a concentração da terra, estes de forma alguma se constituiriam em obstáculos à concretização da modernização. Tanto o é que os instrumentos fundamentais a serem empregados deveriam ser os compatíveis com uma "economia de mercado", como preços mínimos e crédito rural "facilitado". As questões sociais então prevalentes eram decorrentes não de determinantes estruturais, mas sim de problemas derivados do "atraso", que, superado, produziria o bem estar social. Em grandes linhas, todo o aprofundamento do processo de modernização da agricultura brasileira, nos anos 60 e 70, segue as proposições de Ruy Miller Paiva nas décadas anteriores (GONÇALVES & VEIGA Fº, 1996).

As formulações teóricas calcadas na abordagem tradicional, de suporte à implementação de um processo de modernização da agricultura brasileira, não vislumbram a perspectiva de que essa transformação estrutural se conforma espacial e setorialmente, de

forma muito mais ampla que a abordagem tradicional permite conceber. O processo provoca uma intensificação extrema da integração intersetorial, diminuindo ou mesmo eliminando os limites e principalmente alargando a base produtiva da agricultura numa crescente e profunda diferenciação entre a parte, agropecuária, e o todo representado pela agricultura, que incorpora a indústria de insumos e máquinas e a agroindústria de processamento, bem como um amplo segmento de serviços especializados.

Mesmo para o caso clássico, os Estados Unidos, de acordo com o trabalho de ROY (1967), a abordagem tradicional explicaria apenas 11% dos negócios agrícolas do país não captando outros 68% do segmento de processamento/distribuição e 21% do setor de insumos agropecuários. Nessa realidade, a tese da **tendência secular à insignificância** revela plenamente sua limitação pois, no critério de agricultura como *agribusiness*, os resultados obtidos da participação setorial na renda e no emprego são radicalmente distintos daqueles previstos pela abordagem tradicional de agricultura. No caso norte-americano, se as estatísticas não apresentam uma performance de avanço da agricultura, não exibem uma queda relativa tão pronunciada da participação setorial. Desenvolvidos, os Estados Unidos são ainda a maior nação agrícola do mundo e têm nesse setor expressiva fonte da renda e do emprego nacional.

A inadequação da abordagem tradicional de agricultura pode ser verificada por inúmeros aspectos da realidade sobre os quais não apresenta encaminhamentos explicativos. **O primeiro** a ser citado está no fato de que os países mais desenvolvidos do mundo, os Estados Unidos e o bloco da União Européia (UE), não são apenas as maiores potências industriais, mas também possuem as principais agriculturas. Dessa maneira, **a tendência secular à insignificância** além de não se ter concretizado como realidade, deu-se, ao contrário, colocando, pela sua importância estratégica, a agricultura como ponto fundamental nas disputas comerciais ensejadas recentemente no âmbito da Rodada Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT).

Outro ponto está na generalidade implícita nessa formulação, tratando indistintamente as nações e, portanto, ignorando suas particularidades geográficas e históricas. Nesse aspecto, o desenvolvimento da Inglaterra e do Japão, economias insulares, certamente produziu desempenhos e exigiu funções distintas dessas agriculturas. A revolução dos têxteis na Inglaterra só ganhou impulso com a colonização da América do Norte e o descumprimento da função fornecedora de matéria-primas não se constituiu em impecilho à formação da maior potência econômica do mundo no século XIX.

No mesmo sentido, tem-se a função de liberar mão-de-obra, que na verdade criou um enorme conjunto de problemas em razão do excedente populacional inglês. Várias foram as medidas tomadas pelos governos ingleses, visando e não conseguindo estancar o êxodo rural por falta de ocupação produtiva nas cidades. A crise do excedente populacional na Inglaterra,

Europa e mesmo no Japão foi reduzida com a migração em massa para o continente americano no qual essa incorporação (e não liberação) de mão-de-obra pela agricultura impulsionou o desenvolvimento econômico.

O terceiro aspecto que merece ser realçado está no fato de que a concepção tradicional, ao não apreender o universo geográfico, leva à incompreensão do papel da agricultura como integradora do mercado nacional. Em países continentais com enormes vazios geográficos a serem preenchidos produtivamente, especialmente no caso brasileiro, com enorme excedente populacional na região nordestina a ser ocupado produtivamente e incorporado ao mercado nacional, torna-se fundamental pensar num processo de transformação que concretize esses objetivos nacionais. No caso da agricultura nordestina, a pequena expressão econômica frente à massa de população regional torna necessário impulsionar polos de desenvolvimento que elevem a participação da agricultura na renda regional, ampliando as possibilidades de emprego e com isso abrindo espaço para a alavancagem do desenvolvimento local. O processo de desenvolvimento nesse caso passa pelo fortalecimento da agricultura como um objetivo estratégico e não como mero instrumento de sustentação dos demais setores.

O quarto aspecto está no transplante de elementos conceituais desenvolvidos em distintas realidades que, sem se aprofundar nas características sociais e políticas que lhes deram concretude histórica, a abordagem tradicional considera dados. Fundamentalmente, o principal determinante do sentido das transformações, que diz respeito às condições da estrutura de produção e estrutura social, não pode ser tratado como fato menor. Isso porque exatamente essas pré-condições derivadas do plano econômico, social e político, afetas ao desenvolvimento histórico de cada sociedade de per si, interferem decisivamente no resultado das transformações. Os progressos no processo produtivo não apenas condicionam, mas permanentemente estão condicionados por elementos estruturais, podendo em distintas situações configurarem resultantes antagônicas no plano distributivo. A modernização da agricultura, concebida tão somente como mudança, ainda que profunda, nos métodos de produção, antes de reduzir, pode fortalecer o poder político conservador e perenizar o alargamento das desigualdades sociais. Em sociedades onde as contradições são elevadas no tocante à participação na renda e nas decisões políticas, a modernização, ao invés de romper, contribui para consolidar uma estrutura de dominação.

Finalizando, para compreender e impulsionar o desenvolvimento de economias continentais deve-se eliminar o preconceito maléfico derivado da visualização da agricultura como setor tendente à insignificância, principalmente pelos seus corolários políticos. A perda da importância relativa prognosticada no plano econômico deveria ser acompanhada pela redução da força política dos segmentos sociais ligados à agricultura. Entretanto, isso não ocorreu como pode ser demonstrado pela força dos agricultores franceses, norte-americanos

e mesmo brasileiros. Na verdade, o entrelaçamento de interesses de agroindústrias, comerciantes, banqueiros e trabalhadores conforma na agricultura moderna um enorme bloco político que pode não ser rural, mas não deixa de ser agrícola. Pelos acontecimentos atuais em países desenvolvidos, e mesmo no Brasil, nada indica que esse poder político tenda a se tornar insignificante, embora tenha alterado bastante sua agenda de reivindicações. Por todos esses elementos característicos de sociedades desenvolvidas, a agricultura está longe da insignificância.

2.3 - Discussão de Abordagens Abrangentes da Agricultura

A crítica da formulação tradicional exige um esforço de busca de uma alternativa conceitual que apreenda a riqueza das transformações realizadas, bem como permita discutir as implicações dessas mudanças na formulação de políticas públicas setoriais. A diversidade de ângulos de que podem ser visualizadas as mudanças ocorridas tem produzido do mesmo modo uma enorme gama de conceitos para caracterizar essa nova realidade. Nesse conjunto de análises, a unanimidade refere-se ao fato de que as antigas perspectivas que abordam cada setor como elemento autônomo, desprovido de subordinação e inter-relação com os demais, perderam poder explicativo.

As concordâncias, contudo, terminam nesse ponto, dado o universo de conceitos que afloram nesse esforço de pensar a nova realidade. DAVIS & GOLDBERG (1957) cunharam para o caso norte-americano a formulação de *agribusiness* na qual abarcam, num único agregado, a indústria de insumos, a produção agropecuária, a indústria processadora e a estrutura de distribuição de produtos finais oriundos da agricultura. Esse agregado ganha concretude empírica com a utilização da matriz insumo-produto de LEONTIEF (1983). No caso brasileiro, RANGEL (1954, 1962 e 1986) já havia chamado a atenção para o fato de que, no tocante à função de produzir bens, a agricultura moderna deveria ser estudada no contexto das matrizes intersetoriais.

MALASSIS (1969), analisando a agricultura francesa, deu uma dimensão histórica a esse agregado, construindo o conceito de **sistema agroalimentar** formado de inúmeras cadeias ou *filiéres* que produzem o produto final. Nessa visão, a transformação decorrente do desenvolvimento capitalista constituiria o sistema agroalimentar que abarca um amplo conjunto de atividades de produção, distribuição e serviços relacionados com as necessidades de alimentos e matéria-prima de origem agropecuária. Dessa forma, entendendo sua constituição no processo histórico de desenvolvimento capitalista, a formulação de sistema agroalimentar capta a mesma amplitude da de *agribusiness*.

Dessas duas concepções originais, tem-se nos estudos da agricultura brasileira uma grande profusão de conceitos, cada qual ensejando uma amplitude caraterística. GUIMARÃES (1979) pioneiramente, para a economia brasileira, utilizou o conceito de complexo agroindustrial para mostrar a integração técnico-produtiva entre a agropecuária e as indústrias a montante e a jusante. LAUSCHNER (1975) aplica a formulação de *agribusiness* para defender que apenas nessa acepção ampla é permitido o entendimento da problemática e o ensejo de uma política consistente de desenvolvimento da agricultura. A análise mais profunda dessa visão é a de MULLER (1981), que estuda em toda amplitude a dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro, tanto nos seus aspectos técnico-produtivos, quanto de poder de mercado, ao identificar o núcleo do Complexo Agroindustrial (CAI).

O período recente tem sido marcado por um amplo debate conceitual, com críticas às formulações originais bem como com a proposição de alternativas. A análise de GOODMAN et al. (1990), por exemplo, afirma que agricultura é tudo aquilo que ainda não virou indústria, sendo que por um processo de apropriação crescente, embora às vezes ainda parcial e descontínuo, a produção agropecuária se transforma em indústria de base biológica, na qual o substitucionismo promove até mesmo a indiferenciação da matéria-prima frente a diferentes produtos finais. Para esses autores, não existiria o complexo agroindustrial global que supõe a presença de capitais homogêneos e não contraditórios, o que não encontra respaldo na realidade, além de que outra limitação desse conceito é a suposição de um processo unificado de produção, também inexistente.

A analise de ZYLBERSZTAJN (1995) contempla a formulação mais próxima da concepção de DAVIS & GOLDBERG (1957), que focaliza o "agronegócio" em toda sua amplitude. Dentro da tradição da nova economia da firma concebida como um nexo de contratos, insere a teoria dos custos de transação como um aprimoramento da percepção neoclássica de eficiência marginal. Dessa maneira, sua contribuição fundamental está em compreender como as empresas estruturam e gerenciam contratos de diversas formas nos vários elos do "agronegócio", o que significa entender como se dá a governança dentro de cada cadeia produtiva. Assim, enquanto uma nova teoria da firma, essa perspectiva revela-se compatível com a noção de "organização em rede" em que o comportamento individual dos agentes não pode ser dissociado de outros com os quais estabelece interações sistemáticas, com o sistema agroalimentar sendo concebido como um complexo de ligações de firmas em rede (GREEN & SANTOS, 1991b).

A formulação de DELGADO (1986) confronta a tese de que os capitais são diferenciados. Para esse autor, a caraterística do processo é a integração de capitais, dada uma prévia integração técnico-produtiva. Desse modo, no avanço de uma economia monetária de produção, na qual a órbita financeira ganha posição cada vez mais importante na agricultura,

tem-se a existência cada vez mais nítida do capital em geral, descaracterizando os particulares capitais agrários, industriais e comerciais. Tal como qualquer outro ramo, tem-se na produção agropecuária a aplicação de capitais como uma das esferas do domínio do capital financeiro.

A análise do processo de transformação da agricultura brasileira deu origem a uma visão histórica alternativa, calcada no apreendimento da passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais. Essa perspectiva é tributária da concepção de RANGEL (1954) que pensa o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da desagregação do complexo rural, sendo que cada atividade que se emancipa dos limites da propriedade rural dá origem a um particular ramo industrial. O trabalho de KAGEYAMA et al (1990) avança enormemente nessa formulação ao mostrar historicamente como se dão, no Brasil sob os auspícios do Estado, a modernização e a industrialização da agricultura, constituindo os complexos agroindustriais.

De forma bastante original, agregando ao debate as concepções institucionalistas de orquestração de interesses, GRAZIANO DA SILVA (1991), numa abordagem neocorporatista, concebe "os complexos como verdadeiras máquinas de organizar interesses para o processo de elaboração e implementação dessas políticas públicas específicas, um dos elementos centrais na explicação das dinâmicas particulares dos distintos processos". Nota-se nessas concepções a amplitude do debate conceitual contemporâneo, que dá sustentação ao surgimento de um diversificado e amplo conjunto de abordagens, cada qual particularizando uma ótica do processo. A profusão de conceitos tem como marca fundamental a caracterização da profunda alteração na morfologia do processo produtivo.

Entretanto, o debate em torno de conceitos pode tornar-se num embate semântico no qual poderá ser perdido o que realmente importa: o conteúdo e as implicações futuras das transformações ocorridas[6]. Para se ter uma idéia do intrincado debate a que isso está afeto basta somente enumerar as principais correntes analíticas. BARROS (1989) enseja o fluxo produtor-consumidor como um processo de produção no qual, a partir da atividade na terra, se tem a incorporação ao produto agrícola de utilidades de lugar (transporte), tempo (armazenagem), forma (processamento/ beneficiamento) e posse (acesso). Dentro dessa concepção tipicamente neoclássica, tem-se a produção e a comercialização de produtos agrícolas em concorrência perfeita, no encadear de diferentes mercados no fluxo físico produtor-consumidor, que daria base a um fluxo monetário em sentido inverso. Distinta é a concepção de cadeia

[6]Isso faz lembrar outro debate inerente às transformações da agricultura brasileira, relativo à caracterização se o setor tinha uma lógica capitalista ou feudal. Ficou-se por demais centrado nessa discussão quando o que realmente importava na década de 60 era a realidade inegável da existência de coerção extra-econômica e de desigualdade distributiva no campo e que, a industrialização com aquela estrutura agrária, conformaria, como acabou acontecendo, uma sociedade extremamente desigualitária. No debate atual, um problema enfrentado por todas as alternativas de análise que procuram contrapor-se à formulação tradicional, diz respeito à insuficiência das bases de dados estatísticos cuja concepção rigidamente tradicional não permite tabulações mais ricas que possibilitem caracterizar plenamente as mudanças ocorridas.

produtiva de MULLER (1991), na qual não impera a concorrência perfeita dado o poder de mercado do núcleo do complexo agroindustrial, que consiste "numa determinada capacidade de articulação que provoca impactos generalizados na cadeia e que imprime a ela uma certa duração e dando seus limites".

A abordagem dos complexos agroindustriais, tanto na concepção de KAGEYAMA et al (1990) quanto na acepção de GRAZIANO DA SILVA (1991), é própria para análises históricas da formação desses complexos, mediados por políticas públicas específicas para cada segmento, podendo até mesmo, na tônica neocorporatista, ser utilizada para estudos de formação de preços em economias de grande empresa. Por outro lado, tem-se ainda a formulação de "rede agroalimentar", concebida por GREEN & SANTOS (1991a) para destacar a importância da contribuição dos serviços na conformação do fluxo de produtos agroalimentares, constituindo imensas redes multirramificadas que processam e distribuem essas mercadorias num amplo espaço geográfico.

A grande maioria das análises está associada à noção de agroindústria, tendo como pressuposto a predominância da atividade de processamento como agregadora de valor no fluxo produção/consumo de produtos da agricultura. Entretanto, tal concepção, de complexo agroindustrial, não consegue abarcar toda a riqueza de situações resultantes das transformações operadas pelo processo de desenvolvimento. Para mostrar essa limitação, basta considerar dois produtos finais classicamente ligados à agricultura moderna e com presença importante no comércio internacional: o suco de laranja e a banana.

A conformação do complexo citrícola, tanto na região norte-americana da Flórida quanto na brasileira em São Paulo, está associada à posição marcante da agroindústria processadora predominando na cadeia produtiva, na qual a indústria de insumos e máquinas, a agropecuária e as estruturas de distribuição são "organizadas" por inúmeras formas de contratos, visando constituir um produto final agriprocessado[7]. Esse é o caso mais geral, podendo ser identificado numa série de produtos, como o açúcar e o álcool, o frango e os ovos, nos quais não existem atividades autônomas de agropecuária e indústria, mas todo um conjunto delas encadeado segundo normas rígidas de procedimentos. Enfim, tem-se aí na plenitude o que se convencionou denominar "complexo agroindustrial".

---

[7]As mudanças recentes na sistemática de contratos utilizada nas transações do complexo de sucos cítricos no Estado de São Paulo vem reforçar a posição da agroindustria na governança do processo. Anteriormente a 1995, prevaleciam contratos multilaterais entre citricultores e industriais, o que permitia alguma forma de pressão conjunta dos produtores de matéria-prima. Com a proibição legal dos contratos multilaterais, a regra vigente tem como base acordos bilaterais entre cada citricultor e cada industrial. A dispersão é maior do lado dos citricultores, e a produção de laranja vinculada à industria é predominante (entre as lideranças da agroindústria citrícola estimava-se, em 1996, que cerca de 67% quando são somadas as frutas dos pomares próprios às frutas "prisioneiras" colhidas em pomares de familiares ou diretores dos controladores dos grupos industriais). A indústria, constituída de oligopólios, fará valer seu maior poder de barganha numa realidade de negociação individualizada com cada agricultor.

Entretanto, na banana para mesa, cujo consumo tem crescido expressivamente no mercado internacional, tem-se as mesmas caraterísticas sem a presença da agroindústria processadora. O "complexo bananeiro", no tempo histórico, rivaliza-se com os demais, sendo sua origem datada do final do século passado com o surgimento da United Fruit Co. na América Central. As grandes companhias que dominam o fluxo produção/consumo de banana atuam mediante contrato com bananicultores, ou através de produção própria, e procedem a um sofisticado tratamento pós-colheita, bem como organizam toda uma logística de transporte e distribuição, nos vários pontos do mundo, sem o que um produto perecível e altamente depreciativo, quando submetido a choques físicos, dificilmente atenderia às exigências dos consumidores de alta renda dos países desenvolvidos. Por outro lado, a característica diferenciadora de um produto não processado está presente na venda com marcas próprias, numa disputa de mercados oligopólicos. Tem-se aí, dessa maneira, todos os elementos básicos definidores da agricultura moderna, na ausência da agroindústria processadora (GONÇALVES; PEREZ; SOUZA, 1994).

A concepção de complexo agroindustrial revela-se assim estreita para compreender toda a magnitude do movimento da agricultura moderna, não podendo ser utilizada como se tivesse o mesmo significado de *agribusiness*, a exemplo do que foi realizado por ARAUJO; WEDEKIN & PINAZZA (1990). Isso vale tanto para a concepção de complexo agroindustrial como um todo quanto para a visão de vários complexos agroindústriais. Tal ocorre em razão de que esses conceitos não abarcam um segmento cujo volume de transações se apresenta crescente no comércio internacional e nos mercados internos das economias modernas, como são os casos das frutas *in natura* (SOUZA & GONÇALVES, 1995). A utilização de recorte analítico calcado na diferenciação crescente entre agricultura e agropecuária não apresenta esse inconveniente, podendo mesmo abranger a amplitude do conceito de "negócio agrícola", tal como concebido por DAVIS & GOLDBERG (1957). A agricultura abrangeria todo um complexo de atividades executadas para realizar a constituição de um produto final, dentro dos requisitos de qualidade das economias desenvolvidas, nas quais os produtos diferenciados e compatíveis com as exigências da demanda são a tônica das expansões de mercado. Da mesma forma, a agropecuária caracterizaria um segmento dessa agricultura crescentemente rivalizado pelo predomínio dos demais segmentos agregadores de valor a esse produto final.

A visão da matriz produtiva da agricultura tem uma horizontalidade marcada pela indústria de insumos e máquinas, agropecuária, agroindústria processadora e estrutura de beneficiamento/distribuição associada à verticalidade na qual se visualizam várias cadeias produtivas. Esse aspecto é pouco analisado uma vez que, ainda na situação original na qual a agricultura e a agropecuária embora representasse praticamente a mesma realidade, existiam enormes diferenças internas em razão das distintas culturas. Quando a agropecuária produzia

um produto final, tinha-se pouca incorporação de insumos e máquinas, mas ainda assim os processos produtivos das diversas culturas eram extremamente diferenciados produzindo desdobramentos nas regiões nas quais exerciam seu predomínio.

A cana para indústria tem requisitos diferentes do café, este da soja e de outros cereais e todos eles da pecuária. O elemento articulador que permitia incorporá-los num único conjunto denominado agropecuária era o fato de que exigiam a produção na terra, ou seja, tinham um processo caracteristicamente mediado por influencias de cunho biológico. Sob outra ótica, era clara a distinção horizontal no sentido das diferenças entre as culturas e suas inserções geopolíticas e econômicas que reproduziam verticalizações específicas no fluxo produção/consumo. Com o crescente aprofundamento da diferenciação entre a agricultura e a agropecuária, essas culturas, num alongamento vertical de seus processos produtivos, formaram as cadeias produtivas, às vezes entrelaçando-se entre si. Desse modo, visualiza-se na agricultura, quando olhada verticalmente, uma gama de cadeias produtivas ligadas a um ou vários produtos finais.

Numa sofisticação analítica, para aprimorar o conceito às exigências da agricultura moderna, pode-se incorporar uma diferença entre "seqüência produtiva" e "cadeia produtiva". A constituição de um produto final com alta competitividade no mercado internacional e também nacional, numa situação de economias mais abertas, exige uma harmonização extrema de todos os passos de construção dessa mercadoria com qualidade elevada para atender ao exigente consumidor dos países desenvolvidos, diferenciando-se dos demais concorrentes.

A realização dessa sistemática por várias empresas independentes só se torna possível com um processo de orquestração de interesses, que reduza as instabilidades entre elas, levando-as a confluir para um objetivo comum, sem o que a competitividade pode ser comprometida. Quando essa orquestração não ocorre, como no caso dos têxteis no Brasil, tem-se uma mera "seqüência produtiva", desconexa e não competitiva, pois, a despeito da modernidade de alguns segmentos, observa-se um profundo conflito entre os elos produtivos que impede a soldagem de interesses. Contudo, na presença da consensuação, constitui-se uma "cadeia produtiva" na qual, ao invés de cada qual se preocupar exclusivamente com o seu bem intermediário, existe uma procura pela solidarização na produção de um dado bem final. Essa perspectiva permite incorporar a visão neocorporatista de GRAZIANO DA SILVA (1991) na qual a constituição das diferentes "cadeias produtivas" tem a presença do Estado como elemento importante para a sua concretização, atuando como maestro da orquestração de interesses.

As distintas abordagens abrangentes do processo de transformação da agricultura brasileira têm conformado essa ampla gama de "conceitos", procurando explica-lo à luz das mudanças. Essa profusão de posições causa alguma perplexidade em se tratando da mesma realidade em analise. Entretanto, mais que uma profunda discordância, essa enorme quantidade

de conceitos revela a resultante multifacetada do desenvolvimento capitalista da agricultura nacional, levando a que cada analista realce um particular aspecto e, ao inseri-lo na totalidade, às vezes acaba condicionando-a à particularidade que considera mais relevante. A heterogeneidade estrutural resultante do movimento transformador, enquanto profunda diferenciação entre empresas, regiões e ramos de produção, acaba condicionando o surgimento desse "complexo" de perspectivas teóricas. A ordenação de seus aspectos principais permite ampliar a visualização do conteúdo das transformações da agricultura brasileira.

O primeiro aspecto diz respeito à perspectiva técnico-produtiva. O sentido das mudanças nesse caso orientou-se para a transformação da base técnica da agropecuária com a incorporação de insumos e máquinas, além de técnicas propulsoras do aumento da produtividade da terra e do trabalho. Em linhas gerais, para as diversas atividades, isso representou sensível incremento na escala de produção detectada no crescimento das áreas médias de lavouras. Maiores áreas agricultadas com maiores produções por unidade constituiram-se na maneira de compatibilizar o aumento da renda bruta com preços cadentes. A constituição das indústrias de agroprocessamento, e de beneficiamento e padronização para os produtos "in natura" (além da armazenagem e transporte), promoveu não apenas a integração mas também o "esticamento" da base técnica para frente. Assim, tem-se um complexo tecnico-produtivo que adquire especificidade para os distintos produtos, mas que em linhas gerais aponta para insumos e máquinas cada vez mais específicos por culturas, que por sua vez crescentemente são orientadas pelos requisitos de qualidade e época de produção das estruturas de processamento e beneficiamento. Independentemente das diferenciações existentes entre os complexos produtivos dos distintos produtos da agricultura, a regra geral é que a agropecuária deixou de ser produtora de bens finais para ofertar bens intermediários.

O segundo aspecto diz respeito à presença da grande empresa "organizando" o fluxo de produção. As indústrias de insumos e máquinas da agricultura conformaram-se como enormes oligopólios da estrutura produtiva a montante nas diversas cadeias produtivas. Por outro lado, seja pela agroindustrial processadora, seja pelas *tradings companies* de beneficiamento e comercialização, ou pelos conglomerados cooperativos ou até mesmo pelo capital comercial tradicional, no centro das cadeias produtivas organizaram-se portentosos oligopsônios/oligopólios para compra, preparação e venda de produtos. Nesse nucleo, a modernização ainda não atingiu todas as cadeias produtivas, verificando-se a presença de práticas arcaicas do esquema de comercialização tradicional, agora como negócio de porte maior, em muitos produtos. Na parte final, nota-se a emergência dos supermercados e hipermercados que também funcionam como oligopsônios/oligopólios com posições privilegiadas na distribuição varejista.

Desse modo, não há mais espaço para caracterizações desse fluxo de produção

como uma sucessão de transações calcadas no princípio da concorrência perfeita. Nem mesmo as transações têm o formato tradicional, com a proliferação de um emaranhado de relações contratuais e integrações verticais e horizontais constituindo diferentes e diversos complexos coordenadores das cadeias produtivas aumentando-lhes a eficiência. A regra da estrutura de mercado das diversas cadeias produtivas, está na presença da grande empresa, sendo que no geral, os conflitos assentam-se na concorrência entre "oligopólios", seja dentro de cada elo (insumos, preparação, varejo), seja entre os elos de produção. À orla dessa grande empresa surgiram diversas firmas para prestar serviços ou realizar a produção "terceirizada" de uma ou mais operações, conformando as cadeia produtivas como uma gama de empresas diversas submetidas à lógica do grande capital dominante dessas estruturas produtivas. Essas estruturas de mercado integram-se pela radicalidade da "financeirização" da produção e da riqueza com a presença ativa do capital financeiro nas diversas fases dos processos produtivos, e por essa razão a lógica financeira passou a orientar essa "economia monetária de produção", surgindo aí a presença dos grandes bancos no fluxo de produção e distribuição da agricultura.

O terceiro aspecto está relacionado com a característica fundamental da economia brasileira. Anteriormente à industrialização pesada atribuía-se à produção nacional a peculiaridade de "economia primário-exportadora". Notadamente em função dos ciclos do açúcar e do café, a argumentação fundamental procurava demonstrar que toda a estrutura estava voltada para o atendimento da demanda manifestada no mercado internacional de produtos primários. Realizada a industrialização, ainda que tivessem ocorrido mudanças expressivas notadamente no segmento de máquinas e equipamentos e outros produtos da metalmecânica e da mineração brasileiras, que passaram a ocupar fatias importantes do mercado mundial, parcela significativa das exportações brasileiras é ainda baseada em produtos da agricultura. A alteração qualitativa mais relevante está em que a maior parte representa produtos com transformação parcial ou total. Essas vendas externas são estratégicas para as várias cadeias produtivas que dependem delas para sustentar a sua capacidade de produção, tais como sucos cítricos, calçados e mesmo açúcar, café e soja. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a economia brasileira transitou da "economia primário-exportadora", para a "economia agroindustrial-exportadora" não tendo constituído um mercado interno capaz de sustentar a valorização de parte preponderante da sua produção.

O quarto aspecto está relacionado ao poder explicativo da análises de política agrícola concebidas como instrumentos horizontais. A discussão da política agrícola brasileira tem particularizado o crédito rural subsidiado como o elemento fundamental das transformações ocorridas, enfocando-o como o único indutor das mudanças da agropecuária, em particular nas lavouras. Entretanto, ao expandir-se a amplitude da visão nota-se que se tratou tão somente de parte constituidora de uma política econômica mais ampla, sustentadora da industrialização

brasileira. Nessa concepção, o credito rural subsidiado configurou-se como indutor da utilização de insumos e máquinas e, por essa razão, alavancador da demanda industrial desses produtos. Isso em plena internalização das plantas produtivas de "bens de capital" da agricultura no contexto da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)[8]. Mais ainda, como o período áureo coincide com o pico da aplicação de recursos no financiamento da expansão da agroindústria processadora (BELIK, 1992), pode-se afirmar que o mesmo apresenta funcionalidade com a maior demanda de matérias primas, aumentando a produtividade da terra e do trabalho e reduzindo custos de produção.

A concomitância de tais períodos áureos certamente não pode ser creditada ao acaso, principalmente quando as mais importantes cadeias produtivas da agricultura brasileira atual consolidaram-se nessa época. Portanto, se o crédito rural subsidiado foi relevante, ele não é o único condicionante das transformações realizadas e tanto isso é verdade que, na sua ausência nos anos 80, a agricultura persistiu mostrando taxas de crescimento positivas sustentadas pela capacidade ociosa dos grandes investimentos da década anterior nos seus vários segmentos. A análise das políticas públicas para a agricultura numa ótica vertical, inserindo as perspectivas das políticas de internalização da base industrial de produtos agropecuários, ganha em conteúdo explicativo e permite acrescentar as especificidades das políticas para cadeias particulares como a sucroalcooleira, moageira de trigo, de produtos de cacau (achocolatados) e de laticínios. A decorrente alteração da dinâmica da economia em geral e da agricultura em particular, tendo passado despercebida ainda hoje por vários analistas, tem propiciado prognoses equivocadas sobre os efeitos das alterações conjunturais de administração dos instrumentos de políticas públicas para a agricultura, em especial no tocante à produção agropecuária.

O quinto aspecto, que de certa forma dá concretrude à diversidade de abordagens do processo de transformação verificado, está no fato de que o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira aprofundou as diferenças. As diversas cadeias produtivas experimentaram

---

[8]Esse aspecto foi brilhantemente pontificado por GRAZIANO DA SILVA (1981), que de maneira pioneira no início dos anos 80, tratando da expansão do setor de maquinaria da agricultura, escreveu: " os próprios empresários do setor reconhecem que a elevada capacidade ociosa nesse ramo industrial tem encarecido os produtos brasileiros a ponto não só de tirar a sua competitividade no mercado externo, mas também de assegurar a sua aquisição em função do amparo dos financiamentos oficiais. Dessa maneira, o setor depende não apenas de incentivos financeiros aos projetos industriais, como do apoio creditício aos agricultores para a aquisição das unidades produzidas... no caso dos financiamentos de máquinas e equipamentos agrícolas, às vantagens dos juros reais negativos aliam-se as dos prazos de financiamento... É importante ressaltar que esse subsídio à aquisição de máquinas e implementos agrícolas é condição "*sine qua non*" da sua demanda efetiva... Uma conclusão que se delineia de imediato é a de que o crédito rural é um instrumento de política econômica destinado a incentivar a aquisição de produtos industriais por parte da agricultura. Assim, embora pareça apenas um privilégio do setor agrícola, não deixa de ser também um crédito ao consumidor, como tantos outros financiamentos existentes no país: o governo paga para que a agricultura ajude a indústria. Mas não a indústria em geral e sim a grande indústria, o grande capital" (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

graus de desenvolvimento distintos e com isso profundidades variadas de alteração nas suas dinâmicas específicas. Ainda que internalizando as linhas mestras da expansão capitalista, como resultado da concentração das políticas públicas em segmentos, produtos e regiões, tem-se a amplificação da heterogeneidade da estrutura de produção, o que problematiza transposições de concepções de cadeias produtivas a outras sem mediações que levem em conta as especificidades envolvidas. Quando se agrega a esse quadro a desigualdade social produzida, reproduzida e ampliada nesse processo, o quadro mostra-se com complexidade ainda maior. Dentre as várias cadeias produtivas, e mesmo entre elos de uma mesma cadeia, verifica-se realidades sociais radicalmente diferentes.

Fruto dessa pseudomorfose, em que as transformações produtivas se realizam com o aprofundamento das desigualdades e da heterogeneidade estrutural, a agricultura brasileira configura-se como um mosaico, constituído de um emaranhado de situações, onde a regra é representada pela elevação persistente da exploração da força de trabalho, seja do trabalho livre, seja mesmo pela recriação ou estímulo à expansão de relações de produção arcaicas, chegando mesmo aos múltiplos mecanismos de trabalho compulsório. Mantendo-se a tendência atual, isso tende a agravar-se pois "as desigualdades sociais não se reduzem, ao contrário reiteram-se ou agravam-se... (numa) história que revela a escassa 'modernização' alcançada em determinadas esferas da economia onde tudo parece muito próspero, diversificado e moderno. A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social" (IANNI, 1991).

2.4 - Agricultura no Desenvolvimento de Economias Continentais

A compreensão do papel da agricultura no desenvolvimento de economias continentais exige que sejam rompidas as visões setorialistas de caráter autárquico. Duas posições extremas, defendidas por segmentos específicos de analistas da economia brasileira, são enormemente problemáticas no sentido da capacidade de entendimento do processo experimentado na realidade nacional. **A primeira** corresponde ao que se pode denominar "**visão para dentro da porteira**", típica do ruralismo extremado e que, com base na velha teoria das vantagens comparativas que destaca a existência de recursos naturais abundantes, propugna que a agricultura se configura na única saída para o crescimento sustentado brasileiro.

A segunda, tão perniciosa quanto a primeira, está relacionada à "**visão para dentro das paredes da fábrica**", típica de um industrialismo que, supervalorizando as operações de transformação sem ter em conta o caráter continental da economia brasileira, pretende negar a importância econômica e social da agricultura, tendo uma postura arcaicamente preconceituosa em relação a esse setor, associando-a inexoravelmente ao atraso. A radicalidade dessas

concepções, que permeiam varias abordagens da economia brasileira, tem contribuído muito pouco para o debate das questões nacionais.

A proliferação dessas posturas revela na verdade uma profunda incompreensão do que significa o desenvolvimento capitalista - e no seu contexto o processo de industrialização - levado a efeito em economias continentais como a brasileira. Na primeira metade da década de 50, RANGEL (1954) já argumentava pioneiramente de forma conceitualmente ampla, ao referir-se ao processo de industrialização. Para ele, numa divisão do trabalho primitiva, onde persiste a agricultura tradicional, cada parte podia ser pensada separada do todo. Entretanto, com o desenvolvimento da economia as partes tornam-se extremamente interdependentes que não podem ser pensadas em separado. Nas economias mais desenvolvidas, à época isso já ocorria e a formulação estatística que permitia visualizar tal interdependência "é a matriz insumo-produto devida ao trabalho do economista W. Leontief. Seu valor para o economista moderno sustenta-se no fato de que, nas estruturas sociais desenvolvidas, o equilíbrio funcional das distintas indústrias não se restabelece - quando é rompido - por um esforço isolado das indústrias diretamente interessadas, mas impõe um esforço coordenado de todo organismo" (RANGEL, 1954).

Mais que essa propositura metodológica para o entendimento das transformações econômicas numa perspectiva multissetorial, a análise rangeliana ultrapassa a percepção simplista de modernização da agricultura como mera incorporação de insumos modernos e adoção de novas práticas. Isso porque, "como ocorre nos países não desenvolvidos, não é comum que essa população (rural) dedique todo seu tempo e recursos a produzir bens agrícolas, mas também elabora diretamente parte de tais bens e os consome. Quando essas atividades são transferidas para fora do setor agrícola, o qual por conseqüência muda radicalmente as condições tecnológicas de produção, se diz que o país se industrializa, e como se faz em condições de aumento da produtividade social, se diz que se desenvolve ... As tarefas de elaboração dos produtos primários são realizadas em unidades especializadas (fábricas) o que implica em criar um setor novo, fora da agropecuária mas dentro do país. Esse setor é a manufatura ou no sentido corrente a indústria. É a criação desse setor que muda toda dinâmica da economia" (RANGEL, 1954).

A partir dessa concepção de industrialização, pode-se rediscutir o processo de internalização do padrão produtivo da 2ª Revolução Industrial no Brasil. O Plano de Metas do Governo Juscelino Kubisteschk (1957-61) representaria assim um primeiro movimento nesse sentido, ainda que decisivo e com implicações econômicas irrefutáveis. Isso porque significou a constituição da indústria pesada no Brasil sem que houvesse uma mudança profunda na agropecuária e nem mesmo as industrias de "bens de capital" da agricultura tivessem sido instaladas. As metas para a produção de várias mercadorias agropecuárias, como o trigo, não

apenas eram tímidas como não foram alcançadas. Também os demais segmentos da agricultura, como a indústria de tratores e a de fertilizantes e o setor de armazenagem, foram contemplados com metas acanhadas e na maioria das vezes não concretizadas (LESSA, 1975). Dessa maneira, do ponto de vista de alterar espacialmente a dinâmica da economia continental brasileira, o Plano de Metas produziu efeitos bastante reduzidos.

Os impactos mais significativos decorreram da implementação do processo de industrialização (que incluiu a modernização da agropecuária com a criação do Sistema Nacional de Credito Rural- SNCR) deslanchado na metade dos anos 60. A década de 70 correspondeu ao período áureo dessa política econômica no qual: a) o crédito rural subsidiado administrado por "pacotes tecnológicos" modernizava as técnicas de produção das principais atividades agropecuárias, aumentando a produtividade da terra e do trabalho no campo (GATTI, VIEIRA e SILVA, 1993); b) era implementado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que internalizaria as modernas plantas industriais de fertilizantes, defensivos agrícolas e de tratores, ou seja, "os bens de capital para a agricultura" (KAGEYAMA et al, 1990); c) a indústria de agroprocessamento estimulada por crédito estatal aumentava consideravelmente sua capacidade de transformação (BELIK, 1992); e d) a estrutura varejista das grandes metrópoles sofria verdadeira revolução com a emergência dos supermecados (CYRILLO, 1986).

Portanto, foi no final dos anos 70 que estavam plenamente assentadas, internamente à economia brasileira, as plantas produtivas e a base técnica da 2ª Revolução Industrial[8]. Desse modo, a dinâmica econômica ganhou outra característica principalmente no Sul-Sudeste, movimento este ampliado para o Centro-Oeste nos anos 80 e para zonas específicas da região Nordeste. Forma-se na grande região Centro-Sul, que agrega o sul do Maranhão e o Oeste da Bahia, a área de agricultura relevante, concentrando a produção dos principais produtos agropecuários, associada a corredores de exportação visando atingir o mercado externo, em especial de soja, sucos cítricos, café e açúcar. A indústria de agroprocessamento deslocou-se para as áreas de produção de matéria prima e com isso ocorreu a interiorização do desenvolvimento, ou seja, a nova dinâmica econômica abrangeu um espaço geográfico consideravelmente ampliado.

Essas transformações da agricultura brasileira produziram profundas reordenações no espaço produtivo rural. As cadeias produtivas, altamente integradas, são a tônica da maioria

[8]O Prof. Wilson Cano realiza com raro brilhantismo a síntese histórica do processo de industrialização retardatário brasileiro, mostrando que os diversos movimentos de industrialização têm sido completados com defasagens temporais de 100 anos em relação às nações pioneiras. A 1ª Revolução Industrial maturou em 1820 na Inglaterra, enquanto que no Brasil ela foi iniciada em 1880 e consolidada em 1930, ou seja tardia em 100 anos. A 2ª Revolução Industrial estava plenamente estabelecida nos Estados Unidos em 1880, mas no Brasil começou em 1930 e completou-se em 1980, mais uma vez tardia em 100 anos. Na 3ª Revolução Industrial, nas nações desenvolvidas avança desde 1970 enquanto a economia brasileira enfrenta vários constrangimentos para sua implementação desde a década perdida de 1980-89 (CANO, 1993).

dos produtos mais importantes, não havendo como promover uma delimitação de onde começa a agropecuária e onde termina a indústria de insumos e, também, onde é o processamento. Nessas cadeias produtivas indivisíveis, tem-se a presença de três tipos fundamentais de empresas dominando o núcleo das mesmas e, com isso, organizando e operando todo o processo. A diferenciação decorre do tipo de capital predominante, ou seja, tem-se: a) a agroindústria de uma sociedade anônima controlada pelo capital industrial; b) a cooperativa de agricultores como resultado da integração para frente do capital agrário; e c) as empresas de comércio montadas pelo capital comercial. As relações contratuais entre cada tipo de organização empresarial e os agricultores têm grande distinção decorrente, na essência, de perspectivas diferentes quanto ao objetivo do "negócio" envolvido[10].

A agroindústria é uma unidade processadora com elevado investimento de capital fixo em face dos demais segmentos da cadeia produtiva e, nesse sentido, determina a dinâmica de todo o processo produtivo, constituindo-se no núcleo indutor do progresso tecnológico ao procurar reduzir riscos e garantir fluxos de produção regulares de matéria-prima, além de um nível de qualidade compatível com elevada produtividade e homogeneidade do produto final. Esse conjunto de atividades, representado pela produção agropecuária e pela transformação industrial, traz também agregada a realização, senão de toda, pelo menos de parcela importante dos insumos e, às vezes, de máquinas e equipamentos, além de incorporar estruturas avantajadas de serviços e manutenção de equipamentos e de armazenamento da produção. Os principais segmentos da agricultura brasileira ou já atingiram um nível elevado de integração, como o avícola e o sucroalcooleiro, ou caminham para a constituição dessas estruturas, com a execução de integrações em fase intermediária, como a soja e óleos vegetais, a produção de sucos cítricos, de leite e laticínios e do trigo e farináceos. A divisibilidade desses processos, para atender à abordagem tradicional, se faz cada vez mais com o aumento das arbitrariedades quanto aos limites.

A análise, partindo da concepção da agroindústria, enquanto empresa associada a um capitalista industrial na sua relação com uma gama de agricultores que fornecem a matéria-prima, pode ser problematizada quando se inclui as cooperativas, nas quais a complexidade torna-se ainda maior, pois os agricultores são proprietários da cooperativa. As grandes cooperativas têm suas próprias estruturas de transformação, que recebem a matéria-prima, e para o conjunto dos agricultores que nelas centralizam seu capital produzem um produto final indivisível. Isso tanto no ramo de leites e laticínios, no qual tem grande participação no mercado

---

[10]Uma discussão detalhada sobre a diferenciação entre esses três tipos básicos de empresas que detêm a hegemonia sobre o núcleo das cadeias produtivas da agricultura pode ser encontrada em GONÇALVES & VEGRO (1994). Entretanto no trabalho citado não foi incorporada a diferenciação entre *tradings* modernas e empresas do capital comercial tradicional, aqui realizada para incorporar as cadeias produtivas de frutas frescas.

consumidor paulista, o maior do País, e em segmentos dos hortigranjeiros. Muitos são os segmentos nos quais a presença dos conglomerados cooperativos é predominante como, os do trigo, da soja e do café, sendo que é crescente a tendência a comporem suas próprias estruturas de transformação.

As cooperativas não apenas organizam os agricultores para atuar como pólos difusores de tecnologia na produção agropecuária, mas também processam, padronizam e até mesmo distribuem os produtos finais. Conjuntos de cooperativas têm suas próprias estruturas produtoras de insumos e fornecimento de máquinas e equipamentos e, recentemente, se uniram para formar uma grande *trading* para atuar no comércio exterior. Recentemente têm avançado a constituição de seu próprio sistema de crédito, com a difusão das cooperativas de crédito. Muitos analistas, por desconhecimento do formato jurídico, tratam um conglomerado cooperativo como uma empresa frente a um universo de agricultores e não como uma empresa de agricultores frente à realidade oligopolizada do mercado nacional. A rentabilidade não pode ser vista pela renda líquida da fazenda, mas pela incorporaração das distribuições de "sobras líquidas" relativas a cada agricultor.

As empresas de capital comercial apresentam duas conformações básicas em função do tipo de "compromisso" que têm com a produção[11]. Um **primeiro tipo** são as empresas que do capital comercial tradicional, que atuam em operações rotineiras de compra e venda sem organizar ou operar a cadeia produtiva e, por essa razão, sem compromisso com a qualidade do produto e com o progresso tecnológico. O tipo característico dessa formação empresarial refere-se àquele predominante no fluxo de comercialização de feijão, cuja lógica reside em "comprar barato e vender caro", sempre promovendo o ajuste para trás, com o ônus recaindo sobre o agricultor.

O **segundo tipo** são as modernas *tradings companies* que organizam e operam uma ampla estrutura logística para tratamento pós-colheita, acondicionamento, transporte e distribuição de perecíveis muito sensíveis como são os casos das frutas frescas. No mercado brasileiro, a formação característica encontra-se na maçã e na uva, principalmente destinadas à exportação. Do ponto de vista técnico-produtivo, essas *tradings* têm um comportamento assemelhado ao da agroindústria processadora, pois os *packing houses*, as câmaras frigorificadas para armazenamento, os *containers* frigorificados para transporte e as estruturas

[11] Essa diferenciação sustenta-se nas distintas constituições históricas de cada tipo de empresa. Como coloca PEREIRA (1989), " os conceitos de capital mercantil e capital industrial não são conceitos físicos. São conceitos econômicos e históricos. Há empresas industriais que se identificam com o capital mercantil na medida em que são incapazes de incorporar progresso técnico e realizar mais valia relativa, baseando seu processo de acumulação em subsídios do Estado e em outras formas de acumulação primitiva. Em contrapartida existem empresas comerciais que já fazem parte do capital industrial, porque adotam práticas modernas de gestão, porque realizam lucro principalmente na medida em que aumentam a produtividade baixando custos".

portuárias representam um investimento vultoso em capital fixo. Por outro lado, o compromisso com a qualidade intrínseca do produto final exige uma atenção com a tecnologia de produção, forjando relações contratuais sólidas com os agricultores.

Nesse processo, não se tem mais uma lógica restrita ao capital agrário. Este se converte crescentemente em capital industrial, avança no sistema de distribuição, como capital comercial, e abre as portas para atuar como capital financeiro, buscando o crédito de custeio e imobilizando recursos para investimento. Por outro lado, um conjunto expressivo de agricultores urbanos, produzindo na terra e residindo na cidade, obtêm parcela importante de seus lucros na forma de lucros não operacionais, provenientes de aplicações financeiras[12]. Assim, o capital torna-se cada vez mais capital em geral, num nível de solidarização avançada, rompendo com o bucolismo da agricultura, caraterístico da abordagem tradicional.

A abordagem tradicional da agricultura não dá conta da compreensão desse processo, ao apegar-se a uma tese da tendência secular à insignificância que apenas reforça a perspectiva de uma importância marginal para o setor. A especialização regional também não tem explicação nos limites restritos da abordagem tradicional da agricultura, bem como o dinamismo não tem seu núcleo gerador na agropecuária, pois a sua participação na renda setorial é decrescente frente ao valor adicionado dos demais segmentos. Aos agricultores não sobra outra alternativa para participar de maior parcela da renda gerada que não se integrar a complexos cooperativos e/ou agroindústriais (LAUSCHNER, 1979). Ademais, como no complexo de frutas de mesa, com participação crescente no mercado internacional, assume posição estratégica o esquema logístico montado por grandes empresas com enormes e sofisticadas estruturas de pós-colheita, transporte e distribuição, mostrando com isso que as transformações vão além dos produtos agriprocessados.

A comprovação da insuficiência da abordagem tradicional, para apreender e explicar a riqueza das transformações da agricultura no processo de desenvolvimento, torna também inaplicáveis os papéis por ela desempenhados nesse movimento. A redefinição da concepção de setor torna fundamental a rediscussão das funções a serem cumpridas pela agricultura, numa perspectiva radicalmente distinta, quais sejam: a) impulsionar a geração de riqueza nacional enquanto departamento produtor de bens de consumo salário e com isso alavancar a

---

[12]Outras maneiras de romper com os limites da atuação como mero capital agrário estão nos mecanismos de aluguel de capacidade industrial ("*toll processing*") ou realização do processamento do produto primário com a contratação de serviços. Acessível a grandes lavradores isolados, ou em "*pool*", essa prática permite a participação no valor adicionado ao menos da primeira transformação, ou seja, em vez de produto primário esses agropecuaristas passam a produzir semi-manufaturados. NEVES & ZYLBERSZTAJN (1995) mostram a importância e os mecanismos envolvendo as práticas de "*toll processing*" na industria paulista de sucos cítricos. Já a contratação de serviços tem crescido em importância para os cotonicultores que, em vez de comercializarem algodão em caroço, compram serviços de beneficiamento, e passam a vender algodão em pluma.

demanda de bens intermediários, bens de capital e serviços; b) interiorizar o processo de desenvolvimento, incorporando novas regiões ao avanço capitalista e com isso alastrando espacialmente o movimento expansivo, integrando todo o espaço territorial ao processo de desenvolvimento e, com isso, reduzindo as disparidades inter-regionais; c) incrementar a especialização produtiva em torno de cadeias de produção de mercadorias de maior valor agregado e melhor qualidade, na escala compatível com o aumento da competitividade e atendimento de um consumidor cada vez mais exigente; e d) acrescentar progressiva diferenciação entre a agricultura e a agropecuária alargando a transformação do produto primário nacional e a base geradora de empregos.

Numa síntese, a agricultura atualmente não tem uma função marginal nem passiva no desenvolvimento econômico. Ao contrário, trata-se de setor estratégico nesse processo em economias continentais como amplificador da acumulação capitalista num espaço geográfico mais amplo. A transformação da agricultura deve ser colocada no universo de medidas de elevação do valor agregado, não apenas como instrumento de crescimento da renda *per capita*, mas fundamentalmente ensejando medidas que levem a uma distribuição menos desigualitária da renda nacional entre a população de um país e de regiões dentro dele. O desenvolvimento capitalista da agricultura, entretanto, não se realiza calcado apenas em medidas "rurais", ao contrário, como uma indústria de base biológica os instrumentos fundamentais na determinação do dinamismo são elementos da política industrial verticalizada.

3 - CRÍTICA À IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO HOMOGENEIZADORA

As transformações da agricultura brasileira têm na questão agrária seu elemento constituidor perene. Essa característica configura a condicionante estrutural fundamental que conduziu à concretização de um processo de desenvolvimento capitalista, o qual aprofundou as contradições relativas à heterogeneidade estrutural e à desigualdade social. A radicalidade dessa questão agrária não resolvida manifesta-se em toda a plenitude nas crises. A essência do conflito distributivo permanece atuante no processo de transformação ocorrido entre as crises do início da década de 60 e dos anos 80, quando a realidade da sociedade desigualitária mostrou sua face mais dura. O resgate dos elementos fundamentais definidores da questão agrária, tal como foi apreendida nessas últimas duas crises brasileiras, constitui tarefa importante para compreender o desenrolar das transformações operadas na economia e sociedade nacionais.

A crise dos anos 60 mostra-se como aquela em que o comportamento da agricultura não havia acompanhado a transformação da economia como um todo, por meio da alteração da sua dinâmica com a industria pesada. O fraco desempenho da agricultura permitiu, assim, que muitos analistas o relacionassem com causas estruturais, embora esse problema produtivo tivesse alternativa de solução dentro do modelo estrutural vigente, mesmo que essa solução aprofundasse as disparidades. Já a crise da década de 80, quando a agricultura revelou taxas de crescimento positivas e maiores que os outros setores, destaca com maior clareza o papel da condicionante estrutural na definição do perfil de sociedade resultante. A análise da questão agrária, nas duas crises de conformações tão distintas quanto ao desempenho da agricultura, permite que sejam realçados seus pontos permanentes. Grosso modo, pode-se mesmo afirmar que a década de 80 apresentou a resultante do aprofundamento da questão agrária dos anos 60, na sua face mais dramática de violência, miséria e fome.

Essa realidade persistente de miséria e fome, no campo e na cidade, a despeito das transformações ocorridas vem ao encontro de postulações do debate prévio à industrialização brasileira que argumentavam que as disparidades não decorriam do atraso tecnológico nem seriam diminuidas com eles. Sobre a fome já havia escrito Josué de Castro nos anos 60 que, " o homem dispõe hoje de conhecimentos tecnológicos que racionalmente aplicados, permitiriam à humanidade dispor de alimentos em quantidade suficiente e nas diversas qualidades indispensáveis ao equilíbrio alimentar da população mundial ainda por longos anos, ... as dificuldades de vencer, ao contrário do que afirma a tese malthusiana, não são de ordem técnica, são dificuldades de natureza política, de uma complexidade bem maior" (CASTRO, 1983a). Assim, a modernização da agricultura e a própria industrialização, ao manterem intacto o perfil concentrador de riqueza não contribuiriam para a eliminação da fome, criando a miséria

na abundância.

Nesse contexto os teóricos do desenvolvimento econômico equivocam-se ao postularem o transplante das experiências dos países desenvolvidos para as demais nações. Isso porque, no próprio decorrer dessas transformações no final dos anos 60, " todos parecem concordar quanto ao malogro da estratégia de desenvolvimento utilizadas nas regiões menos desenvolvidas. Tornou-se evidente que essa estratégia foi estabelecida com base em princípios e sistemas de pensamento que estavam longe de conduzir à eficácia ... O maior de todos esses erros foi considerar o processo de desenvolvimento em toda parte como semelhante ao desenvolvimento dos países ricos do Ocidente. Uma espécie de etnocentrismo conduziu os teóricos do desenvolvimento a assentar suas idéias e estabelecer os seus sistemas de pensamento com base em concepções da economia classica que ignoravam quase totalmente a realidade sócio-econômica das regiões de economia de dependência" (CASTRO, 1983b). Daí ser extremamente revelador retomar o debate para compreender os equívocos e acertos das várias postulações.

3.1 - A Questão Agrária no debate dos anos 60: Progressistas versus Conservadores

A questão agrária esteve presente como tema central nos debates da economia nacional nos anos 60, notadamente à medida que se aprofundava a crise que eclodiu no contexto da maturação do bloco de investimentos representado pelo Plano de Metas, levado a efeito no período 1957/61. A internalização da indústria pesada trazia à tona não só a necessidade de reordenamento institucional para alavancar novo ciclo expansivo. Preconizava também, a urgência de um processo que modernizasse a agricultura, face à miséria e ao "atraso" do campo. A análise dual, tradicional e moderna, nas suas variantes distintas, ganhou corpo para dar conta de uma realidade de contradições latentes em movimento. A eliminação dessa "dualidade" trazia como necessidade, o que unificava as preocupações, o desenvolvimento capitalista, o qual deveria impulsionar a modernidade em todo o espaço geográfico e em diferentes segmentos sociais.

Os caminhos propostos, no entanto, eram diversos: uma opção era pela posteriormente chamada "modernização conservadora", que preconizava a expansão do moderno, eliminando o tradicional; a outra era pela "modernização estruturalista" que buscava o avanço do moderno, modernizando o tradicional. Essa classificação, mesmo podendo ser simplista, permite caracterizar os dois blocos fundamentais das forças políticas envolvidas no embate da época. Para os conservadores, a questão agrária não era fundamental à modernização e a exclusão social proveniente de não enfrentá-la seria solucionada pelas novas

oportunidades fora da agropecuária. Já para os progressistas, ao não solucionar essa questão, não só estaria perpetuando, mas também acirrando, uma realidade política e social excludente. A saída conservadora consubstanciada no golpe militar se impôs pela força no plano político, desdobrando-se num amplo arco de intervenções governamentais de modernização do campo e numa concomitante repressão policial.

No plano das idéias, as forças derrotadas passaram a enfrentar, e até hoje enfrentam, o embate de uma avalanche de estudos, "comprovando" as formulações vencedoras, alguns destacando o caráter "anacrônico" daquelas postulações. A avalanche incorporou até mesmo segmentos outrora "críticos", mas, no entanto, não conseguiu soterrar definitivamente seus oponentes, o que vem comprovar a força de suas idéias. Para compreender essa "força", é preciso fugir do triunfalismo da "modernidade capitalista" e compreender a profundidade da contribuição dos clássicos, resgatando o ponto considerado mais "anacrônico" pelas lides conservadoras: a questão agrária. Para tanto, é preciso visualizá-la, à luz da história, na sua essência rica em elementos estruturais contraditórios que ainda permeiam a realidade brasileira. Sendo assim, esta é muito mais ampla e profunda que sua aparência revela, uma pura e simples redistribuição patrimonial. É a sua essência que move o processo, determinando uma sociedade tão desigual que sua própria aparência faz transbordar, em intermináveis rachaduras, essas desigualdades latentes, mesmo com uma "pintura nova" de modernidade que tenta encobri-la[13].

A crítica conservadora, às vezes centrando-se nas questões teóricas, pretende descartar a realidade que lhes deu origem. Em vez de discutir a teoria a partir de sua relação com o concreto, falseia-se o concreto ao descartar pura e simplesmente a teoria. Afinal, para quem não enxerga uma dada realidade inexorável, bater-se contra teorizações da mesma é um caminho profícuo. Esse caminho é antigo. Na década de 60, muitos (embora nem todos) negaram o "feudalismo", não para discordar dessa concepção mas para negar a realidade de existência da coerção extra-econômica cuja revelação derrubaria a máscara "democrática" da oligarquia dominante. No período recente, nega-se a existência do latifúndio, não por impropriedade do conceito, mas a partir do fato de que agora seriam modernos, pois se procura mascarar a essência do debate em torno da concentração de poder e de renda que a grande propriedade confere à classe proprietária de terras[14].

---

[13]É com esse conjunto de preocupações que se procura discutir a questão agrária nos clássicos dos anos sessenta, estudando quatro de seus principais autores progressistas: ALBERTO PASSOS GUIMARÃES, CAIO PRADO Jr., CELSO FURTADO e IGNÁCIO RANGEL. Para efeito de contraponto, é apresentada a formulação conservadora na visão da obra de um de seus mais respeitados autores: RUY MILLER PAIVA.

[14]O caminho aqui proposto é o oposto, pois, a partir da seleção de pontos considerados fundamentais nos autores escolhidos, busca-se caracterizar, com base na seleção inicial quase literal de suas postulações, a convergência de idéias ou as visões distintas de uma mesma realidade que de forma semelhante captavam-na

3.1.1 - Alberto Passos Guimarães: Latifúndio Feudal e Dominação

A análise de Alberto Passos Guimarães, datada do início da década de 60, circunscreve-se no fato de representar de forma completa a visão de parcela importante da esquerda brasileira, alinhada com a luta pela reforma agrária, objetivando destruir os resquícios "feudais" ainda prevalecentes no campo brasileiro. O trabalho clássico de Guimarães, de 1963, preconiza a determinante feudal da colonização brasileira. Para o autor, " a despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização de nosso país, ele não pode desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole, não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente mobiliárquica e ao poder feudal instituídos" (GUIMARÃES, 1982).

Para Guimarães, " o básico num regime econômico é o sistema de produção, isto é, o modo pelo qual, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência". Assim, é o modo como os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens. A partir dessa concentração, o autor assinala que, "no sistema de plantação, como aliás no conjunto da economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante meio de produção. O fato de se destinarem ao mercado exterior, sob o controle da metrópole, os produtos obtidos através desse mesmo sistema, só contribuiu para juntar um novo elemento à condição colonial" (GUIMARÃES, 1982).

Guimarães procura demonstrar que "o fato de ser a terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola peculiar às condições históricas pré-capitalistas..." e, sendo predominante o papel da terra no conjunto de meios de produção da agricultura brasileira, o autor se insurge contra aqueles que apregoam um desenvolvimento sem reformas, "acrescentando-se à atual estrutura agrária alguns ingredientes: mais adubação, mais mecanização, numa palavra mais capital, alcançaríamos a forma milagrosa para acelerar o progresso agrícola em geral, sem precisarmos apelar para qualquer reforma de base" (GUIMARÃES, 1982). Para comprovar sua tese, o autor elenca o fracasso do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubistschek no tocante à agricultura.

---

como contraditória. Desde logo, não se trata de uma análise exaustiva da rica contribuição de cada autor, mas de destacar dois pontos considerados centrais em todos eles no tocante a questão agrária: a coerção extra-econômica e a face perversa da sociedade que existia e se aprofundaria dentro da "ordem". Certamente não haverá nada "inovador" no sentido acadêmico, mas isso não é demérito frente a uma realidade que também insiste em manter-se contraditória, apesar de alguns dos "inovadores" procurarem negá-la nesse aspecto.

Não somente esse aspecto, monopólio da terra, é central na análise de Guimarães, mas principalmente o poder extra-econômico que dele decorre. Para o autor, " o poder extra-econômico é uma característica e uma sobrevivência do feudalismo. Ele se exerce, ainda nos nossos dias, através do "governo" das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios... Graças a esses tipos de relações coercitivas entre os latifundiários e seus "moradores", "agregados", "meeiros", "colonos", "camaradas" e mesmo assalariados estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terras" (GUIMARÃES, 1982).

Desse modo, o elemento central para Guimarães não é um mero redistributivismo das terras do latifúndio enquanto extensão territorial, mas do latifúndio enquanto instituição. Portanto, não é uma pura e simples questão social, mas o rompimento com uma estrutura de dominação. Para ele, "uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e "jurídico" da classe latifundiária" (GUIMARÃES, 1982). A essência do latifúndio, por conseguinte, não é sua grande produção, mas as relações sociais a ela inerentes, permitindo um nível elevado de exploração de uma imensa legião de trabalhadores, pelo fato de que, mesmo após a abolição da escravatura, se reorganizou, com base no monopólio da terra, uma sólida estrutura de dominação dos senhores de terra sobre os demais viventes do campo.

3.1.2 - Caio Prado Jr.: A Questão Agrária e a Revolução Brasileira

A análise de Caio Prado Jr., datada da metade da década de 60, tem como debatedores as correntes de esquerda que viam no latifúndio um "resquício feudal" que obstaculizava o desenvolvimento capitalista. PRADO Jr. (1966) critica a concepção de revolução agrária para superar os restos feudais, pois "o Brasil não apresenta nada que legitimamente possa conceituar como restos feudais... aquilo que é essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores... não existindo lugar para a revolução antifeudal com a superação das relações semifeudais de produção em particular e diretamente pela destruição do latifúndio" (PRADO Jr. 1966).

Ao posicionar-se contra as análises que enxergavam, no latifúndio, formas de subordinação semelhantes às antigas submissões de servos aos senhores da terra no feudalismo europeu, o autor não pretende negar a situação de pauperidade do trabalhador rural brasileiro e sua submissão ao "dono" da terra, mas tão-somente marcar uma perspectiva teórica distinta dada à impropriedade histórica de aplicar-se, no Brasil, categorias teóricas extemporâneas e exógenas. Para PRADO Jr. (1966), "segundo essas interpretações, o latifúndio constituiria uma sobrevivência 'arcaica' de natureza feudal ou semifeudal, hoje inteiramente obsoleta e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico... No caso da economia açucareira, que constitui sem dúvida um dos principais setores da agricultura brasileira, é certamente aquele em que se concentra a maior concentração fundiária. Observa-se sem margem de dúvidas que essa concentração tem por estímulos fatores de natureza essencialmente capitalistas, mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária do aumento verificado de produtividade e do desenvolvimento econômico resultante".

Deixa marcada, portanto, o autor a sua posição de que a extensão de terras das propriedades não representaria um obstáculo ao desenvolvimento capitalista. Ao contrário, no seu veio mais evoluído, a agricultura industrializada avançava a passos largos, modernizando grandes propriedades açucareiras. Não havia, portanto, limitação técnica e estrutural ao nível do "latifúndio" para o progresso técnico e também "não seria por uma hipotética superação 'capitalista' dos remanescentes do passado nas relações de trabalho, que se realizará efetivamente a grande tarefa... de elevação dos padrões materiais e culturais dos trabalhadores do campo sob os quais ainda pesa de forma tão brutal a velha tradição escravista... no Nordeste, o trabalhador rural vive hoje em piores condições que no passado. E o fato diretamente responsável por isso foi precisamente o desenvolvimento e a apuração das relações capitalistas de produção e trabalho" (PRADO Jr., 1966).

Destacam-se aí duas circunstâncias fundamentais ao entendimento da problemática agrária. **De um lado**, o fato de que o avanço do capitalismo numa realidade tão brutamente desigual lança condições para o acirramento das contradições com a maior exploração do trabalhador. Desse modo, o campo não precisava de mais capitalismo, mas do rompimento de uma estrutura de dominação que perpetuando um processo capitalista o faz com mais elevados níveis de desigualdade. **De outro lado**, o autor define claramente a historicidade dessa estrutura de dominação como um "resquício" escravista-colonial. Pois "é também certo que a abolição não eliminou desde logo, pelo menos em alguns lugares, acentuados traços escravistas que permanecem de fato e à margem do regime legal de trabalho livre. Mas essas sobrevivências escravistas longe de constituírem obstáculos ao progresso e desenvolvimento do capitalismo lhes têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração dos trabalhadores, ampliando com isso a parte da mais valia e favorecendo por conseguinte a

acumulação capitalista" (PRADO Jr., 1966).

Nesse reconhecimento da raiz escravista colonial da questão agrária, PRADO Jr. (1966) mostra a preocupação com um perfil exportador da economia brasileira e o tipo de relações de produção que faz do trabalhador na agropecuária vivente em condições morais e materiais críticas. Nesse sentido, o "resquício" escravista-colonial determina um perfil de desenvolvimento capitalista profundamente excludente. Para ele, "o antigo sistema colonial em que se constituiu e evoluiu a economia brasileira, apesar de todo progresso e as transformações realizadas, fundamentalmente se manteve, embora modificado e adotando formas diferentes. E o processo de integração da economia nacional, embora se apresente moderno para sua completa e definitiva eclosão, se mostra incapaz de chegar a termo e se debate em contradições que não consegue superar".

Apesar de contraditória, essa realidade não encontra suporte num antagonismo campesinato/senhores de terra, estando, portanto, segundo PRADO Jr. (1966), equivocadas as forças políticas que viam nesse antagonismo uma realidade crítica da qual eclodiria a revolução brasileira. Pela visão do autor, "o que sobretudo explica essa debilidade e falta de projeção da luta pela terra no Brasil, apesar da grande concentração da propriedade fundiária rural, é o argumento, de fato único, daqueles que colocam aquela luta pela terra no centro da reforma ou revolução agrária. É que a luta pela terra não tem no Brasil, na sua origem e base, um forte e generalizado movimento de massas rurais, efetivo ou potencial, impulsionado por uma economia camponesa tolhida ou limitada em seu progresso, ou contido em sua expansão pelo obstáculo e persistência que oferece a concentração da propriedade fundiária rural" (PRADO Jr. 1966).

Assim na visão de PRADO Jr. (1966), o problema central não era a grande propriedade em si pelo seu aspecto tamanho, mas pelo fato de que historicamente ela propicia a manutenção de um nível de exploração elevado de uma massa trabalhadora enorme. Daí que a contradição fundamental está entre trabalhadores e grandes agricultores e não camponeses "sem terra" e latifundiários. A resolução dessa questão passava, na visão do autor, pela generalização de lutas por direitos trabalhistas, pois "uma parte seguramente apreciável da grande exploração se mantém graças unicamente ao baixo custo da mão-de-obra empregada, baixo custo fruto da exploração intensiva do trabalhador, inclusive através de formas semi-escravistas. A acentuação e o desenvolvimento da luta reivindicatória por melhores condições de trabalho e emprego tenderá assim a eliminar empresas que não tiveram condições para se adaptarem, pelo aumento da produtividade, à nova situação criada pelas exigências dos trabalhadores. A solução será então o desmembramento da propriedade" (PRADO Jr. 1966).

3.1.3 - Celso Furtado: Questão Agrária e Subdesenvolvimento

A análise de Celso Furtado, datada do início da década de 70, tem como debatedores os ideólogos da modernização da agricultura, para quem o progresso técnico inexoravelmente eliminaria não só o atraso como a miséria rural. Como ponto de partida FURTADO (1972) define que "o Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola". Para o autor, "a instalação da empresa agromercantil dependia principalmente de capacidade financeira. Explica-se, assim, que as primeiras concessões de terras hajam sido feitas a homens que dispunham de recursos para empreender a instalação de tais empresas. Dessa forma, a classe dirigente é, desde o início, formada por homens economicamente poderosos... Contudo, é no controle da propriedade da terra que essa classe dirigente encontrará o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder. Os homens livres que chegaram ao país como artesãos, soldados ou simples aventureiros foram de uma ou outra forma transformados em dependentes da classe de grandes proprietários".

Ainda contextualizando o desenvolvimento da agricultura brasileira, FURTADO (1972) argumenta que "foi graças à escravidão que a empresa agromercantil pôde dominar tão completamente a vida rural brasileira, imprimindo-lhe o perfil de autoritarismo que a caracteriza até o presente. A essa dominação se deve atribuir o fato de que o Brasil, país por excelência de abundância de terras, se haja caracterizado por tão difícil acesso à propriedade da terra, a qual permanece sempre nas mãos de uma pequena minoria... Coube à escravidão o papel de matriz do processo pois deu à grande empresa agromercantil os meios de frustar qualquer outra forma de organização agrícola. Mas foi o monopólio da propriedade da terra que permitiu consolidar as posições ganhas com base na escravidão".

Na visão de FURTADO (1972), pela manutenção de formas de coerção extra-econômica que constituem um sistema de dominação, "o latifundismo brasileiro tem sido qualificado em publicações de órgãos internacionais de sistema de poder. Com efeito, ele constitui um meio de assegurar a uma minoria uma oferta elástica de mão-de-obra e de impor à população um certo esquema de distribuição de renda. Se ignora que o latifundismo é primeiramente um fenômeno político, que permitiu preservar o quadro de privilégios surgidos com a escravidão, não será fácil explicar certos paradoxos da organização da agricultura brasileira. Assim, do ponto de vista da empresa agromercantil, a mão-de-obra é simultaneamente escassa e barata" (FURTADO, 1972).

Contrapondo-se às teorias de desenvolvimento da agricultura pelas quais eram desnecessárias reformas estruturais uma vez que o desenvolvimento era por si só um processo inexorável de superação das iniqüidades, FURTADO (1972) argumenta que "o modelo clássico

de desenvolvimento agrícola das economias capitalistas baseia-se na hipótese de que crescimento da demanda de excedentes agrícolas e forte absorção de mão-de-obra rural pelas zonas urbanas em níveis mais altos de salários são dois processos que ocorrem paralelamente. A elevação do custo da mão-de-obra e a redução relativa dos custos dos insumos agrícolas induzem o empresário agrícola à capitalização, abrindo-lhe a via do progresso técnico. O caso brasileiro diverge duplamente desse modelo, pois as terras continuam a ser abundantes e a oferta de mão-de-obra permanece elástica no que respeita ao conjunto do setor agrícola. Em face a essa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agromercantil impor à população rural salário inferior... como a estagnação do nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual" (FURTADO, 1972).

O elemento central da análise de FURTADO (1972) é que a não solução da questão agrária levaria à constituição no Brasil de uma sociedade com níveis crescentes de excludência social. Essa é a crítica fundamental que o autor faz aos teóricos clássicos do desenvolvimento econômico. Essa teoria de desenvolvimento da agricultura foi formulada tendo como parâmetro a realidade norte-americana, onde a modernização da agricultura, a formação e avanço da agroindústria e o próprio processo de industrialização foram realizados, do final do século XIX em diante, tendo como base uma estrutura fundiária de pequenos e médios estabelecimentos. A colonização do Sudoeste e a conquista do Meio Oeste dos Estados Unidos tiveram como elemento consolidador o Homeasted Act de 1862 que institucionalizou uma estrutura agrária melhor distribuída que a brasileira. Para FURTADO (1972), dada a distribuição desigual da propriedade da terra, não se repetiria no Brasil os preceitos da Teoria Clássica de Desenvolvimento Econômico, que correspondem ao ocorrido nos Estados Unidos, segundo os quais a mão-de- obra liberada encontrava empregos no meio urbano com salários satisfatórios. No Brasil, os "agregados" da grande propriedade seriam "desagregados" e ofertariam sua força de trabalho por qualquer preço.

Finalizando, FURTADO (1972) afirma na organização da agricultura brasileira "um elemento invariante, que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agromercantil... Esse sistema de privilégios, que se apoiava inicialmente na escravidão, pode sobreviver em um país de terras abundantes e clima tropical graças ao controle da propriedade da terra... e é uma das causas principais da extrema concentração da renda nacional... Sem um tratamento de fundo desse problema, dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país".

3.1.4 - Ignácio Rangel: Questão Agrária e Industrialização

A análise de Ignácio Rangel, datada do início da década de 60, trata primordialmente de um processo de industrialização levado a efeito numa sociedade agrária inadequadamente estruturada, que, sendo implementado sem uma reforma agrária, não permitiria a superação dos gargalos estruturais que iriam se configurar em problemas crônicos no movimento subseqüente. RANGEL (1962) argumentava que "a crise agrária brasileira atual exprime-se por um excedente concomitante de bens agrícolas e de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola, com a peculiaridade de que o excedente agrícola produz-se essencialmente no Sul, enquanto que o excedente de mão-de-obra manifesta-se essencialmente no Nordeste e Minas Gerais". Assim, o núcleo do problema agrário brasileiro tem para RANGEL (1962) dois problemas próprios: superpopulação e superprodução.

A superpopulação designa uma realidade na qual a população é majoritária no meio rural, submetida ao domínio das grandes propriedades e que, com o processo de industrialização, tenderia às cidades onde a geração de empregos industriais não seria capaz de absorvê-las. De seu lado, a superprodução coloca permanentemente um problema de mercado, uma vez que a agricultura nacional teria um ciclo colado nos altos e baixos do mercado internacional. A resolução desses problemas seria crucial para que a industrialização não se realizasse de forma anômala, sem reformas estruturais (RANGEL, 1962).

A superpopulação do campo no processo de industrialização se converteria em êxodo rural e como a indústria implantada é poupadora de mão-de-obra, se teria apenas o transporte espacial do problema para a cidade, pois a exigüidade do emprego urbano criaria grande número de desempregados ou subempregados sem solucionar a desigualdade estrutural. O paradoxo dessa situação de excedente de força de trabalho é que a própria agricultura moderna teria carência sazonal de mão-de-obra, o que pode ser um limite à sua expansão. A superprodução forma excedentes globais de bens agrícolas, fato derivado de uma oferta agrícola com determinantes exógenos na formação de preços, dada a incapacidade de absorvê-la no mercado interno por problemas de renda, fruto da elevada taxa de exploração que induz uma baixa propensão a consumir (RANGEL, 1963).

Além desses dois problemas próprios, destacados pelo autor, acrescenta-se aqui um terceiro problema que deriva da forma como a superpopulação e a superprodução se manifestam na realidade: o problema regional. Isso tem a ver com a construção da nação e dá contornos mais graves à questão agrária. A disparidade regional, com o aprofundamento do processo de industrialização, produziria como conseqüência um aprofundamento dos desequilíbrios regionais, que com os níveis de renda já concentrados e díspares ganhariam contornos extremos de gravidade (RANGEL, 1962).

O elemento central para RANGEL (1962 e 1986a), tal como FURTADO (1972), é que a industrialização sem reforma agrária produz uma sociedade excludente calcada numa economia de baixos salários. O autor coloca que "o capitalismo brasileiro recruta sua mão-de-obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária, isto é, do processo de desagregação da velha estrutura agrária (feudal) e de sua nova estrutura agrária (capitalista),... isto importa na formação de uma oferta excessiva de mão-de-obra, a qual deprime o poder de barganha das massas trabalhadoras do setor capitalista" (RANGEL, 1986a). Esse processo de solução pelo "mercado" seria portanto perverso socialmente. A correção plena dos problemas próprios exige "não a simples promulgação de alguns textos legislativos ou alguns decretos executivos, mas uma revolução social que mudasse o conteúdo social do próprio Estado. Ora não há no interior da sociedade brasileira coisa alguma que faça prever tal revolução... (RANGEL, 1962).

3.1.5 - Ruy Miller Paiva: Dualismo Tecnológico e Modernização Conservadora

A análise de Ruy Miller Paiva, datada do final da década de 60, é uma das mais consistentes dentro da defesa da modernização da agricultura brasileira, conceituada tal como foi formulada pelos clássicos da teoria do desenvolvimento econômico, tendo como pressuposto a função homogeneizadora das condições estruturais da industrialização. PAIVA (1968) tinha uma visão clara da realidade desigual da agricultura brasileira. Dizia ele que "constata-se que nos países subdesenvolvidos a melhoria da técnica agrícola não alcança um grande número de agricultores. Nunca se encontra nesses países aquelas paisagens típicas dos países desenvolvidos... onde a agricultura mostra-se uniformemente eficiente, com altas percentagens dos agricultores empregando modernas e uniformes técnicas. Nos países subdesenvolvidos, o que se constata é uma situação de dualidade tecnológica em que apenas uma pequena porcentagem de agricultores faz agricultura moderna, ao lado de uma grande maioria que mantém suas técnicas tradicionais" (PAIVA, 1968). Nessa visão, a limitação básica a ser vencida é o dualismo tecnológico, impulsionando um processo de modernização da agricultura.

O dualismo tecnológico não tinha como causa, na visão de PAIVA (1968), apenas aspectos inerentes à insuficiência de assistência técnica e a baixa capacidade financeira. Estes estavam presentes e podiam ser solucionados com extensão rural e crédito, mas existiam elementos estruturais consubstanciados no excesso de população. O Brasil tinha um excedente populacional rural que havia deixado de ser necessário. Define-se aí um dos conceitos fundamentais de sua análise: o mecanismo de autocontrole da expansão da modernização. Segundo ele, "existe outro elemento que é a porcentagem da população no setor agrícola e que

determina a expansão que a melhoria da técnica pode alcançar entre os agricultores. Aliás, nos países em crescimento desenvolve-se um **mecanismo de autocontrole** que funciona através das flutuações de preços de produtos e dos fatores, e que impede essa expansão, isto é, que tira os incentivos financeiros para que os agricultores desejem essa melhoria" (PAIVA, 1968). A modernização aumenta a oferta de produtos a preços cadentes e, com isso, ocorre a queda nos preços dos fatores (terra e trabalho) que torna a agricultura tradicional menos desvantajosa.

Dessa forma, é fundamental para que a modernização agrícola avance que a população excedente deixe o setor agrícola. Tal como coloca o autor, "a expansão das melhores técnicas para que possa ocorrer em grande escala, abrangendo grande número de agricultores, terá que depender de uma transferência acentuada de mão-de-obra do setor agrícola para o setor não agrícola, pois, somente assim, pode-se evitar a falta de mercado consumidor, os excessos de produção e as quedas de preços que retiram o incentivo para que se amplie a melhoria técnica. Ou então, terá que depender do mercado externo, de uma ampliação constante desse mercado, que possa absorver os acréscimos de produção sem queda de preços" (PAIVA,1968). A absorção de volumes crescentes de produção e de mão-de-obra do campo pelo setor não agrícola é uma necessidade para a melhoria da produtividade na agricultura.

Ao centrar sua análise no dualismo tecnológico, PAIVA (1968), embora tenha claro, desconsidera a problemática estrutural. Segundo o autor, " a divisão das propriedades agrícolas no Brasil é muito irregular... existiu e ainda existe uma distribuição desigual das propriedades quanto às áreas... Entretanto, essa referência ao tamanho das propriedades, no país, economicamente não é de importância fundamental... Com essa distribuição desigual de propriedades agrícolas compreende-se que a população de agricultores não proprietários se mostre elevada" (PAIVA, 1968). A partir desse diagnóstico de uma desigualdade estrutural, o autor toma posição frente à pobreza dela decorrente, ao afirmar que "a posição do trabalhador rural no Brasil, principalmente dos não proprietários, mostra-se em geral muito difícil. As rendas e os salários são baixos e por isso são pequenas as perspectivas de poder amealhar o suficiente para adquirir a sua terra própria, ou ampliar a que já possui. E as condições de vida são em geral muito precárias" (PAIVA, 1968).

As colocações de PAIVA (1968) desconsideram os aspectos históricos da constituição da agricultura e os elementos políticos que porventura fossem componentes explicativos da realidade, daí a sua explicação obedecer a preceitos "técnicos". Tal fica patente ao dizer que " é verdade que dificilmente se encontra no Brasil a dependência servil do pequeno produtor ao dono da terra, da forma descrita e dramatizada por muitos ... A raiz desse mal se encontra principalmente na baixa produtividade da agricultura. A agricultura sendo economicamente pouco produtiva é difícil conseguir-se melhor salário e maior renda para os pequenos agricultores" (PAIVA, 1968).

3.1.6 - Núcleo da Questão Agrária nos Anos 60: Predomínio das Forças Conservadoras e Constituição de uma Sociedade Excludente

A realidade brasileira atual é marcada por enorme conjunto de contradições. No plano produtivo, prevalece a heterogeneidade estrutural, dado que sendo uma economia industrial desenvolvida persistem firmas "atrasadas" convivendo com "modernas" tanto no aspecto gerencial como tecnológico. Mas esse não é o aspecto mais dramático do fato de que o desenvolvimento econômico no Brasil não apresentou um resultado homogeneizador. No contexto social a marca é a desigualdade, tendo sido aprofundada a concentração de renda e poder. Isso faz contrastar elevados padrões de vida de uma parcela da população com uma maioria vivendo abaixo da linha da pobreza. Essa sociedade excludente e fragmentada, que foi produzida no processo de desenvolvimento econômico, exige para compreendê-la um resgate do debate das questões estruturais, as chamadas **questões de base**, presente no cenário político da década de 60. Desse conjunto, destaca-se aqui a questão agrária.

A questão agrária nos clássicos não está presa a uma pura e simples redistribuição da propriedade. Esse fato, por confrontar interesses patrimoniais de uma poderosa oligarquia rural, acabou sendo tomado como o ponto central dessa problemática no período que culminou na crise brasileira do início da década de 60. Ao reduzir a questão agrária principalmente ao tamanho das propriedades, procurou-se encobrir os elementos essenciais do debate. Os motivos ideológicos são óbvios, pois ao centralizar a atenção na propriedade privada situa-se a luta entre duas alternativas excludentes: **expropriar a grande propriedade** para então conformar uma nova estrutura fundiária, mesmo que fazendo ressurgir a propriedade privada em tamanho menor, ou **manter a propriedade intacta**, tal como historicamente se constituiu. As elucubrações sobre os corolários disso no desenvolvimento capitalista, medidos em termos de oferta agrícola e modernização, apenas adornam o ponto central que não poderia ser colocado em dúvida: a propriedade da terra como síntese da propriedade privada.

A discussão se colocada pura e simplesmente como um problema de tamanho de propriedade, fragiliza enormemente propugnações de cunho mais profundo, que envolvem as relações de produção no campo, ficando na superfície do sistema de produção no sentido técnico-agronômico. Não é sem outra razão que esse último aspecto tenha se convertido no elemento basilar da argumentação conservadora. Essa posição está bastante explícita nas próprias categorias analíticas elaboradas e defendidas por Ruy Miller Paiva. O dualismo é tecnológico, envolvendo uma dicotomia de técnicas de produção que condicionam todo o entorno do processo. O mecanismo de **autocontrole** é definido no mercado **auto-regulável** pelos preços relativos. A economia natural é, portanto, um elemento central num processo de modernização que resgataria a massa de "não proprietários" do campo da condição de miséria.

O fundamental a destacar é que a apreensão da realidade foi idêntica tanto para os teóricos conservadores (os mais brilhantes, é claro) quanto para os progressistas da primeira metade da década de 60: a grande propriedade, a pequena parcela de modernos frente a uma maioria arcaica, as condições de vida deploráveis do trabalhador rural e o fato dos não-proprietários constituírem a maioria. A diferença essencial entre eles está no entendimento da significação dessa realidade e de qual o caminho propõem para superar esse diagnóstico das contradições. As opções sustentam-se em argumentações totalmente antagônicas em função dos distintos enfoques de leitura do processo. Os conservadores, aqui representados por PAIVA (1968), apregoam uma história por fases inexoráveis, na qual, de uma situação originária arcaica, todos caminham indelevelmente para a modernidade, não importando as condições econômicas e sociais. Os países em desenvolvimento estariam apenas em estágio atrasado em relação aos desenvolvidos. As condições sociais não determinam o ritmo e o perfil do processo de desenvolvimento, mas sim são sua decorrência. Noutras palavras, é esse processo que determina as relações de classe e não as relações de classe que determinam o processo. A visão progressista, representada pelos outros quatro autores, com base na história, contra-argumenta negando o processo como sendo uma sucessão de fases inexoravelmente pré-estabelecidas e colocando as relações de classe como motor das transformações.

Tendo como base a constatação de que a terra não era previamente concentrada nos Estados Unidos, berço da moderna agricultura, procuram mostrar que esse fato é determinante dos desdobramentos das transformações naquele país, conformando uma estrutura típica de sociedade. Ocorre, entretanto, que isso não seria inexorável no caso brasileiro por duas razões básicas: a coerção extra-econômica e o excedente populacional, que em conjunto definem uma economia de distribuição desigualitária da renda. Todos os clássicos progressistas tinham claro essa questão política fundamental afeta à coerção extra-econômica. Uma nação cuja oligarquia rural havia conseguido fazer a transição da escravatura para o trabalho livre num processo gradual e controlado, minimizando perdas patrimoniais funda sua agricultura numa submissão de um grande conjunto de agregados ao grande proprietário de terras.

A raiz explicativa distinta dentre os progressistas tinha portanto a mesma percepção da realidade. Para GUIMARÃES (1982), o estatuto era o da servidão, numa reprodução do feudalismo europeu que entravaria o desenvolvimento das forças produtivas, daí a radicalidade de sua posição de defesa do extirpamento da grande propriedade territorial. Já RANGEL (1962), apesar de também utilizar a caracterização de feudal para designar a situação vigente, captava o movimento das transformações, o que estaria constituindo um segmento de empresários capitalistas na agricultura. Logo, não era um entrave mas uma condicionante da formação de uma burguesia de perfil extremamente conservador. De qualquer forma, ambos, ao utilizarem

o estatuto da servidão para a caracterização da coerção extra-econômica, chamavam a atenção para o fato de que não havia como erguer-se na plenitude uma sociedade consciente das idéias burguesas de igualdade e fraternidade, nem a democracia burguesa plena, uma vez que parcela preponderante da população estava submetida à dominação econômica e política.

As opções de encaminhamento contudo eram diferentes, uma vez que RANGEL (1962), tal como PRADO Jr. (1966), reconhecendo o poderio político das forças agrárias conservadoras, propugnava uma aliança com segmentos urbanos e rurais de capitalistas de caráter transformador, enquanto GUIMARÃES (1982) propunha o enfrentamento geral de todas as forças, não reconhecendo o núcleo capitalista moderno do campo. Para RANGEL (1962), era difícil confrontar a grande propriedade e existiam caminhos alternativos de avanço. Para GUIMARÃES (1982), era necessário colocar a propriedade em xeque. A defesa de uma tradição democrática como sendo própria das transformações brasileiras era a tônica dos conservadores, que simplesmente não reconheciam a coerção extra- econômica. PAIVA (1968) aduzia que os trabalhadores eram livres para procurar melhores oportunidades de emprego na agricultura, sem atentar para o fato de que tal emprego só se consubstanciaria em iguais precárias condições. A questão política é simplesmente descartada dentro de uma visão liberal/capitalista que, não contemplando os atores sociais, não havia porque considerar a democracia como valor imprescindível, pois submetia a liberdade à economia, negando o próprio estatuto teórico do liberalismo neoclássico, no qual a liberdade conduz à economia.

Nesse aspecto, as posições de PRADO Jr. (1966) e de FURTADO (1972), embora diferenciadas conceitualmente, aproximam-se bastante da de RANGEL (1962). A coerção extra-econômica era para esses autores produto dos resquícios coloniais-escravistas, sendo que FURTADO (1972) é enfático ao caracterizar a empreitada colonizadora como realizada sob a égide da empresa agromercantil. Já PRADO Jr. (1966), dentro de sua argumentação nos marcos da concepção marxista da história, mostra, no mesmo quadro teórico utilizado por GUIMARÃES (1982), a impropriedade do conceito de resto feudal para designar a coerção extra-econômica a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. Ambos, PRADO Jr. (1966) e FURTADO (1972), tendo clara a existência da coerção extra-econômica, buscaram na capacidade da classe dominante de engendrar transições minimizadoras de perdas políticas e econômicas a explicação para a sua persistência, daí aparecerem os resquícios coloniais-escravistas com o produto de uma transição conservadora. Nesse sentido, são concepções semelhantes à de RANGEL (1962), podendo mesmo afirmar que as distinções são quase semânticas, de designação do objeto, pois as soluções políticas sugeridas caminham na mesma direção, de aliança com segmentos capitalistas progressistas para engendrar transformações institucionais modernizadoras, o que não só alavancaria a liberdade, como também desaguaria na formação de uma coalização dominante não apegada a instrumentos arcaicos de submissão.

Assim, o perfil conservador seria perenizado na sociedade brasileira caso não fossem gestadas condições de engendramento de um processo que, descolando a formação da burguesia industrial da oligarquia rural, impedissem a gestação de uma nova geração da elite dominante tão conservadora quanto seus antecessores em termos da forma de dominação da força de trabalho. E esse conservadorismo é reproduzido nessas classes subalternas mantidas compromissadas com esse ideário pela sofisticação progressiva de instrumentos de alienação. O encaminhamento de um processo de "pseudomorfose" (transformações sem ruptura) perenizaria o perfil de dominação, sofisticando seus mecanismos numa modernização econômica com manutenção do poder político secular, a "modernização conservadora". Entretanto, na visão dos progressistas, esse não é o único aspecto da persistência do poder conservador, mas também o de que não seria produzida a propalada oportunidade para todos, declamada pelas forças conservadoras. Noutras palavras, em vez de uma industrialização incorporadora do excedente populacional rural, conformando uma "economia de altos salários" como no país originário, os Estados Unidos, seria constituída uma "economia de baixos salários" com um desmesurado exército de reserva que obstaculizaria um movimento de modernização com distribuição de renda.

Outro ponto fundamental das análises progressistas é que a agricultura deveria funcionar como reguladora do mercado de trabalho para propiciar uma oferta de mão-de-obra não desmesuradamente maior que a demanda. Isso ocorre principalmente em RANGEL (1986a) e FURTADO (1972) que tratam da capacidade de incorporação do processo de industrialização e dos impactos da modernização agrícola. Para os conservadores, notadamente aqueles com viés setorialista como PAIVA (1968), a agricultura tinha um excedente populacional que inexoravelmente deveria ser absorvido pelo setor urbano. Assim, a modernização teria como resultado o êxodo rural que fortaleceria a demanda por produtos agrícolas, sendo, portanto, duplamente benéfica ao setor agrícola. Isso porque esse processo, ao mesmo tempo em que a melhoria das condições dos trabalhadores do campo e da cidade, provocaria aumento da demanda.

FURTADO (1972) mostra que esse prognóstico conservador era falacioso, pois nem todo excedente populacional rural seria absorvido, como também a capacidade de incorporação industrial não seria capaz de abrir oportunidades para todo o fluxo do êxodo rural. RANGEL (1986a) já havia argumentado na mesma direção ao mostrar que a economia brasileira tinha uma baixa propensão a consumir decorrente de uma alta taxa de exploração. Para esse autor, a modernização do campo e a industrialização, ambas com elevada produtividade do trabalho ,são paradoxalmente escasseadoras de emprego numa realidade de excedente populacional. Por outro lado, sazonalmente a agricultura moderna tem escassez de mão-de-obra face à sua estrutura monocultora. Todc esse problema era causado pela não regulação do mercado de

trabalho.

RANGEL (1962), como outros importantes autores, é crítico da teoria do desenvolvimento econômico na forma proposta pelos "defensores da modernização da agricultura". Para estes últimos, a miséria rural seria problema do atraso, que eliminado daria lugar a uma economia de "altos salários" e, para tanto, a experiência dos países avançados se repetiria. Nesse sentido, a concentração da propriedade da terra não seria um empecilho, mas uma virtude da realidade brasileira (NICHOLLS, 1971). Os teóricos da "modernização conservadora" tinham claro a pobreza rural, que era um dado inegável da realidade objetiva. Para eles, contudo, havia um excesso de população no campo, como deixa claro um dos mais conceituados téoricos brasileiros dessa abordagem, Paiva, ao aduzir que a generalização do moderno "terá de depender de uma transferência acentuada de mão-de-obra do setor agrícola para o setor não agrícola" (PAIVA, 1968). Isso perpetuaria a baixa produtividade e a pobreza, com o autor reconhecendo que "a posição do trabalhador rural no Brasil, principalmente dos não proprietários, mostra-se em geral muito difícil. As rendas e os salários são baixos ... e as condições de vida são em geral muito precárias ... A raiz desse mal encontra-se principalmente na baixa produtividade da agricultura" (PAIVA, 1968). Portanto, nessa concepção , a modernização da agricultura, ao elevar a produtividade e liberar o excedente de mão-de-obra, realizaria uma função homogeneizadora, gerando maior renda para os que ficassem, tal como nos países avançados, e reduzindo a pobreza.

Para RANGEL (1962) e GUIMARÃES (1986), tanto quanto para PRADO Jr. (1966) e FURTADO (1972), não ocorreria uma economia de "altos salários" na situação brasileira, porque a base estrutural era literalmente distinta da norte-americana, onde a estrutura agrária do Leste deu os contornos de um tipo específico de inserção da população no mercado de trabalho, bem como a conquista da fronteira do Meio-Oeste não se deu com a grande propriedade tal como os latifúndios escravistas que existiam no Sul e que inclusive perderam a Guerra de Secessão, tendo sido obrigados a libertar os escravos. Dois instrumentos legais, o "Homestead Act" de 1862 e o "Reclamation Act" de 1902, consolidaram uma estrutura agrária calcada em pequenas e médias propriedades, num processo de desenvolvimento sustentado e regulado pela ação estatal (MANN E DICKINSON, 1980). A construção de um padrão de consumo e de um padrão de industrialização cujo perfil da indústria de bens de consumo era calcado na agroindústria com todos os corolários espaciais em termos geográficos de um mercado continental costa a costa, forjou uma economia que HOBSON (1983) determinou como sendo de "altos salários".

GUIMARÃES (1982) mostra de forma clara que, enquanto o Homeasted Act de 1862 constituiu a pequena e média propriedade americana, a Lei de Terras de 1850 criava barreiras à sua implantação no campo brasileiro, consolidando o latifúndio. Comprova-se, portanto, que no caso brasileiro não se aplica a inexorabilidade da concepção conservadora de

industrialização com generalização social dos benefícios. No país de origem, esse processo se deu com os proprietários migrando para as cidades em ritmo e condições radicalmente distintos dos agregados dos latifúndios brasileiros. A demanda por bens agrícolas não cresceu com o mesmo vigor nos centros urbanos, dado que a massa salarial cresceu vegetativamente, decorrente do aumento do número de trabalhadores mais que compensando os salários médios cadentes.

No Brasil se constituiria uma economia de baixos salários, que se explicaria pela persistência de duas condições os quais deprimiriam os ganhos dos trabalhadores. De um lado, estava uma sociedade conservadora, hegemonizada por uma elite conservadora que reformulando os mecanismos de coerção extra-econômica e de alienação das classes subalternas, mantinha esse conservadorismo como característica fundamental. De outro lado, a demanda de mão-de-obra criada, tanto urbana quanto rural, era sempre inferior à oferta gerada e, com isso, um exército de reserva fragilizaria a classe trabalhadora nas lutas salariais. A resultante, portanto, da análise progressista da década de 60 apontava para a construção, mantida a velha ordem, de uma modernidade com aprofundamento das iniqüidades.

3.2 - Questão Agrária no Debate Recente: Problema Econômico ou Problema Social

O período recente mostra-se marcado por paradoxos que, sendo produto de especificidades inerentes ao capitalismo tardio brasileiro, demarcam as trilhas sobre as quais serão construídos os caminhos para a sociedade brasileira nos anos vindouros. Resultantes de um processo aprofundador de disparidades, esses paradoxos colocam em xeque, a todo instante o conteúdo das transformações realizadas pela economia brasileira. Um deles está na coexistência de superssafras e fome, ou seja, mesmo com a valorização de parte importante dos produtos da agricultura no mercado internacional, a exigüidade do mercado interno não o permite absorver a oferta realizada por insuficiência de renda de um contingente da população, mantida à margem dos benefícios do desenvolvimento no campo e na cidade. Além dessa, muitas outras visualizações da realidade brasileira mostram a cada ângulo um particular desenho de enormes iniqüidades.

Nesse contexto, o desempenho positivo da agricultura, ao consolidar o moderno padrão agrário e as transformações produtivas relativas a esse processo, desloca as posições produtivistas do seio do debate estrutural. Noutras palavras, como produzir não é um problema, a questão configura-se em como constituir uma sociedade cujo perfil garanta o acesso da grande massa aos benefícios do desenvolvimento alcançado. Em certa medida, isso significa também criar condições para permitir as taxas sustentáveis de crescimento da oferta, ou seja, criar demanda para valorar cada vez mais produtos, o que em última instância representa um

retorno à antiga discussão sobre a necessidade de ampliação do mercado interno.

Tolhida no plano internacional face às imensas barreiras protecionistas erguidas pelos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos - novo gendarme do liberalismo entre as nações - e a União Européia, a agricultura brasileira enfrenta o desafio da continuidade das transformações que levaram o Brasil à privilegiada posição mundial de fazer parte dos New Agricultural Countries (NACs), ou seja, grupo de países de agricultura moderna e competitiva. Quais seriam os caminhos? Certamente os tradicionais modelos de oferta não apresentarão resposta satisfatória, já que a solução da face oferta da questão agrícola os fez superados. Se o tamanho e o perfil da demanda é que deverão ser ampliados, para isso deve-se compatibilizar a continuidade do processo de transformações produtivas com mecanismos redistributivos da renda de tal forma que alarguem o mercado interno e o levem à sofisticação do consumo. Mas há como fazer isso sem executar reformas estruturais, ou seja, sem discutir o perfil aprofundador de disparidades do desenvolvimento realizado?

Na agricultura, essa temática tem propiciado vários posicionamentos referentes a diferentes formas de compreensão histórica da questão agrária[15]. Há os que acreditam que a solução do lado oferta da questão agrícola tornou irrelevante o problema fundiário e, nesse sentido, a concentração da propriedade da terra. Outros tentam mostrar que o desenvolvimento da agricultura das nações capitalistas hegemônicas deu-se com base na propriedade familiar e a estrutura de sociedade, decorrente nesse caso, propiciou o crescimento sustentado dessas economias. Também alguns enxergam o processo ainda em curso, indicando um aprofundamento do antagonismo das classes próprias do capitalismo, burgueses e proletários, e que o desenrolar dessa luta de classes produzirá os contornos do futuro da agricultura brasileira.

Essas são algumas das posições referentes a reflexões sobre a realidade da agricultura brasileira atual, calcadas em distintos aportes teóricos[16]. Entretanto, ainda que a realidade

---

[15]Buscou-se nesta parte do trabalho discutir algumas das principais postulações explicativas da realidade da agricultura brasileira, tanto na compreensão das transformações ocorridas quanto no tocante aos desafios que os novos tempos lhe impõe. Selecionou-se para tanto um universo de contribuições que se acredita incluam as posições mais distintas no estudo da realidade da agricultura brasileira. Certamente muitos outros estudiosos poderiam ser incluídos, mas, como era preciso limitar o conjunto dos estudos abordados, escolheu-se textos de CLAUS MAGNO GERMER, RICARDO ABRAMOVAY e JOSÉ ELI DA VEIGA, FRANCISCO GRAZIANO NETO, GERALDO MÜLLER e JOSÉ GRAZIANO DA SILVA para caracterizar o debate recente sobre a questão agrária brasileira. Certamente não se trata de estudo exaustivo da obra dos autores escolhidos, mas da seleção quase literal dos pontos reputados como principais, com vistas a procurar construir um arco explicativo sobre o tema proposto, ainda que incompleto.

[16]Desde logo, é importante frisar que a tratativa de uma questão do presente, buscando estudar um processo em que o autor foi personagem do mesmo - ainda que um grão de areia no oceano, de forma alguma redundará numa conclusão neutra, ou seja, a discussão acabará inevitavelmente descambando para uma particular explicação do processo, ou seja para uma particular maneira de encarar a questão agrária brasileira. Num tema tão candente não há como fugir a isso, mas esse erro é desculpável pois até Eric Hobsbawn, um dos maiores historiadores deste século, escreveu: "meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida - do início da adolescência até hoje -

permita essa ampla gama de posições, a compreensão do movimento transformador exige o conhecimento dos elementos determinantes do mesmo, encarando a tarefa de cotejar, à luz do processo histórico, as distintas postulações com as mudanças da realidade concreta. Em grande medida, isso significa desvelar a pertinência do conteúdo da questão agrária das diferentes postulações para discutir a pertinência dos caminhos que os varios analistas propõem como desdobramento das transformações.

3.2.1 - Claus Magno Germer: Questão Agrária como Questão Política e Luta de Classes

A análise de Claus Magno Germer insere-se dentro da tradição marxista de predominância do trabalho assalariado com o desenvolvimento capitalista da agricultura. A agricultura brasileira teria as seguintes características gerais: "a) sofreu e ainda sofre um profundo processo de transformação capitalista e portanto de formação do capitalismo no seu interior; b) o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira deu-se sem a realização prévia de uma reforma agrária, baseou-se portanto na estrutura latifundiária amplamente dominante desde a colonização e a acentuou, ... seguiu a chamada via prussiana[17]; c) ja é ... um conjunto de ramos de produção plenamente submetidos às leis econômicas do capitalismo. Ela está integrada aos fluxos de capitais e de mercadorias, o que se traduz pela afirmação de que a agricultura estabeleceu relações inter-setoriais plenas com os demais setores da economia. Através do conjunto destas relações constituiu-se o chamado complexo agroindustrial" (GERMER, 1994).

Na concepção de Germer, se existe um certo consenso na aceitação dessas teses genéricas, inúmeras distinções surgem quando se trata de definir seus conteúdos. Uma delas, segundo o autor, redundaria do fato de que "o conteúdo da transformação da agricultura costuma ser interpretado de um modo predominantemente economicista, ou seja, dando-se excessiva ênfase nos aspectos econômicos e tecnológicos. Há pouca preocupação em examinar

---

tenho consciência dos assuntos públicos, ou seja acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso... Os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importante que nunca no fim do segundo milênio... A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou... De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender" (HOBSBAWN, 1995).

[17]De acordo com a explicação do próprio autor, no tocante à designação de via prussiana, " não interessa tanto a denominação, mas o que ela expressa. Na via prussiana, a transformação capitalista não 'revoluciona' a realidade agrária preexistente, mas promove uma evolução ou adaptação dela ao capitalismo: por um lado, transforma paulatinamente o latifundiário em capitalista (ou seja, promove uma 'modernização' em termos econômicos e técnicos, mas raramente em termos político-ideológicos) e os diversos tipos de pequenos agricultores, dependentes ou agregados, em trabalhadores assalariados" (GERMER, 1994).

mais profundamente o aspecto essencial do desenvolvimento capitalista, que é a transformação da estrutura de classes, e em identificar a nova estrutura de classes, que é o que efetivamente constitui a transformação capitalista" (GERMER, 1994).

Assim, prossegue o autor, "as particularidades muitas vezes complexas da formação do proletariado agrícola conduzem por vezes à própria negação da predominância do trabalho assalariado na agricultura capitalista e, em seqüência quase lógica, ao esforço de 'provar' que a agricultura possui particularidades que a tornam imune à transformação capitalista ... Desse modo, por exemplo, a sobrevivência da 'produção camponesa' ou 'produção familiar' passa a ser explicada a partir de características exclusivamente econômicas, deformando-se por completo a realidade da agricultura sob o capitalismo dando origem a exdrúxulas teorias do 'desenvolvimento não-capitalista da agricultura sob o capitalismo'. Com este procedimento deixa-se de avançar no que seria fundamental: a compreensão das causas básicas das lutas sociais agrárias e da sua evolução, que são os conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais presentes na agricultura[18]" (GERMER, 1994).

Outro ponto que autor considera que as concepções sobre o conteúdo são distintas estaria no fato de que, "embora a agricultura brasileira já seja, em sua essência, capitalista, isto não quer dizer que ela seja capitalista em toda sua extensão ou que já seja puramente capitalista. Embora as leis econômicas do capitalismo já sejam dominantes, há entretanto um processo de formação capitalista ainda em curso, ou de transformação ainda não concluída da realidade agrária anterior em uma agricultura capitalista... Uma destas particularidades da agricultura brasileira são os diversos tipos de pequenos agricultores autônomos e principalmente os semi-assalariados e o papel revolucionário da sua proposta de reforma agrária... (assim), fica claro que há, não só uma realidade de tipo capitalista já estabelecida, na agricultura, mas também um processo de transformação ainda em curso, no sentido capitalista, da realidade agrária herdada do passado" (GERMER, 1994).

Na evolução recente da agricultura capitalista brasileira, devem ser destacados alguns aspectos fundamentais: a) o papel dirigente, econômico e também político, de uma camada formada recentemente de grandes empresários agrários - a grande burguesia agrária - , estreitamente vinculados à estrutura agroindustrial e ao mundo empresarial em geral; b) a estrutura agroindustrial, cujo papel dominante sobre a produção agrícola cresce cada vez mais, devendo também ampliar-se e consolidar-se...; No Brasil, verifica-se um processo crescente de implantação de empresas agroindustriais processadoras... (com) novos procedimentos tecnológicos na produção agrícola, no sentido de padronizar e unificar a matéria-prima

[18]Segundo Claus Germer, "há uma urgente necessidade de que o conceito de 'agricultura capitalista' englobe aquilo que lhe é essencial: a estrutura de classes e as contradições ou conflitos de classes próprias das sociedades capitalistas" (GERMER, 1994).

produzida[19]; c) durante a década de 80, a agricultura foi o setor que mais cresceu na economia brasileira. Não a agricultura como um todo mas seu segmento empresarial ... Como parte... é destinada à exportação, ...tem tido, inclusive, em certos momentos decisivos, efeitos anticíclicos significativos[20]" (GERMER, 1994).

Na visualização da estrutura de classes da agricultura brasileira, "o fato mais importante a apontar é o de que ela apresenta a característica essencial das estruturas de classes capitalistas: uma nítida polarização no plano econômico, entre a burguesia, detentora da maioria dos meios de produção em caráter concentrado, e a força de trabalho assalariada plenamente proletarizada. Entretanto, constata-se facilmente que o processo está adiantado mas não concluído, pois existe uma significativa camada de trabalhadores semi-assalariados, ou semi-proletarizados que constitui... uma ampla força de trabalho a serviço do capital em seu processo de expansão". Essa transformação incompleta leva a que " não sejam ainda as classes-pólo próprias do capitalismo que ocupem o centro das lutas sociais agrárias, de modo explícito. Ou seja, atualmente o centro da luta de classes no campo não está localizado nas tensões estabelecidas entre a burguesia e o proletariado, embora as influenciem de modo crescente e ...constituem as classes polarizadoras apenas potencialmente" (GERMER, 1994).

Desse modo, "a explicitação da contradição burguesia-proletariado depende principalmente do amadurecimento político-ideológico do proletariado do campo, para que ele possa identificar-se a si mesmo, como proletariado, e assumir plenamente, no plano político, o espaço que já possui no plano econômico. A este respeito é importante destacar o fato de que a classe-pólo dominante - a burguesia, especialmente a burguesia agrária - já completou a sua auto-identificação, no plano político-ideológico, enquanto classe dos capitalistas, ou dos empresários rurais, portanto ...se identifica não como possuidora de títulos de nobreza ou de atributos dinásticos, mas simplesmente como possuidora de terras e de recursos produtivos como capital produtor de lucros... No extremo oposto da estrutura de classes, o grande bloco da força de trabalho rural constitui um conjunto heterogêneo, ainda com diferenciações

---

[19]Nesses sistemas, surge a expansão do mecanismo de contratos, com vários avanços e recuos. Segundo o autor, "um ponto de controvérsia, hoje, é a extensão que poderá atingir este processo de contratualização... A ênfase e a esperança exageradas neste fenômeno podem dar origem a deformações de interpretação, o que atualmente já começou a ocorrer, ..., através da superestimação de contratualização, ... (pois) a contratualização na realidade não constitui uma alternativa econômica real para a maioria dos pequenos agricultores, que deverá prosseguir na sua rota de empobrecimento e proletarização (ou semiproletarização)" (GERMER, 1994).

[20]O desenvolvimento experimentado pela agricultura brasileira durante os anos 80 permite "afirmar que empresariado rural inicia a nova década em condições econômicas extremamente favoráveis ... Ao contrário do segmento empresarial, a grande massa de pequenos agricultores prossegue em sua trajetória de empobrecimento e proletarização (integral ou parcial), ao mesmo tempo que os segmentos intermediários lutam para sobreviver e integrar-se estavelmente à estrutura comercial cada vez mais competitiva da agricultura" (GERMER, 1994).

significativas e sem uniformidade política[21]" (GERMER, 1994).

Nesse contexto, "a situação no campo da classe trabalhadora rural (aí incluído tanto o proletariado quando os segmentos de pequenos produtores não capitalistas) ao invés de convergir para um processo de unificação organizativa e programática (de direção política) desenvolvia-se no sentido de uma diversificação nestes terrenos". Das entidades mais importantes, o Movimento dos Sem-Terra (MST) "tem a sua base social predominantemente no semi-proletariado agrário, isto é, entre os pequenos agricultores semi-autônomos cuja área total é menor que 20 hectares e que ou não tem terra própria, ou não tem sequer equipamentos de tração animal para o seu trabalho, ou não possuem ambos. Este é o segmento em que as contradições com o desenvolvimento capitalista da agricultura são mais acentuadas, o que origina uma postura mais contundente de contestação ao sistema estabelecido". Por seu lado, "o sindicalismo de trabalhadores rurais, ao contrário, possui uma base social essencialmente heterogênea. Atualmente, delineia-se, com clareza, a existência de dois grandes campos de atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais: os pequenos agricultores autônomos (em seus diversos segmentos) e os assalariados rurais puros, ou seja o proletariado do campo" (GERMER, 1994).

Essa heterogeneidade conforma pautas diferenciadas de lutas reivindicatórias, que muitas vezes forjam conflitos internos ao campo dos trabalhadores rurais. Assim, "levado pela emergência evidente dos desafios de curto prazo, pela necessidade de dar respostas a problemas do momento e mostrar resultados imediatos, parece porém que o movimento sindical não tem conseguido articular e subordinar as lutas imediatas ao objetivo estratégico da luta anticapitalista. Em vez de enfrentar o difícil desafio desta articulação, o que se faz é jogar o objetivo estratégico para o futuro indefinido do longo prazo" (GERMER, 1994).

Essas perspectivas distintas acabam-se refletindo "nas lutas da classe trabalhadora rural através da idéia, bastante difundida, de que a reforma agrária é uma bandeira de luta superada, e que o avanço político-ideológico mais significativo, entre os trabalhadores do campo, é o estabelecimento recente do sindicalismo reivindicatório, cujas bandeiras são de tipo exclusivamente trabalhista (maiores salários, carteira assinada, assistência média, etc)... Dois equívocos graves caraterizam essa tese: o primeiro é a suposição de que a reforma agrária esteja superada como bandeira de luta da classe trabalhadora brasileira, e o segundo é o de que o proletariado rural não teria interesse na reforma agrária. Ambos os equívocos decorrem, não da análise concreta da realidade, mas da concepção ideológica, arbitrária, de que uma mudança estrutural, que revolucione a realidade atual pela raiz, só será possível num futuro

[21]É importante ressaltar que "do ponto de vista político-ideológico não há burguesia moderna na agricultura brasileira. Esta é uma conseqüência necessária da via prussiana de desenvolvimento do capitalismo" (GERMER, 1994).

indefinido" (GERMER, 1994).

Assim, o panorama atual da estrutura de classes do campo brasileiro mostra que se encontra a " classe trabalhadora agrária diante de diversos e graves impasses, tanto no plano organizacional, quanto no que diz respeito à definição de seu projeto político global, do seu objetivo estratégico e da articulação das lutas imediatas a ele. A superioridade das classes dominantes agrárias, embora neste momento nítida, é momentânea, em parte, possibilitada pelos impasses organizativos e político-ideológicos que a classe trabalhadora enfrenta e ainda não resolveu... Parece evidente que o avanço das lutas dos trabalhadores na agricultura depende fortemente do rompimento da distância que hoje separa o proletariado do semiproletariado. É preciso aproximá-los para que seus processos de lutas sejam interligados... Entretanto, uma tal mudança organizativa exige uma reformulação das atuais concepções político-ideológicas expostas acima, imperantes no sindicalismo brasileiro[22]" (GERMER, 1994).

3.2.2 - Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga: Agricultura Familiar e Modernização

As contribuições de Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga representam a defesa da concepção de que as transformações da agricultura no contexto do desenvolvimento capitalista em vez de significar a supremacia da grande propriedade capitalista, mostram na verdade o fortalecimento e a consolidação da propriedade familiar. Nesse sentido, o trabalho assalariado não seria prevalecente na agropecuária, mas sim a produção que preponderantemente utilizaria mão-de-obra familiar. Essa realidade, observável nas agropecuárias européia e norte-americana, deveria ser a base para as mudanças a serem operadas na realidade brasileira, caracterizada por profundas desigualdades, com vistas a constituir o desenvolvimento sustentado.

ABRAMOVAY (1994) argumenta que "o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas centrais vai contradizer aspectos essenciais daquilo que se caracterizou como modernização da nossa agricultura". A análise histórica dos casos norte-americano, britânico e europeu ocidental mostra que "o peso da agricultura familiar foi decisivo no próprio processo de modernização". Entretanto, " o peso da agricultura familiar não quer dizer que não tenha

---

[22]Segundo GERMER (1994), "com esta mudança de concepções seria possível a organização e as lutas dos pequenos produtores de mercadorias, começando por eliminar a crença de que seja possível salvá-los de desaparecimento sob o capitalismo. Esta crença é hoje um dos maiores causadores do conformismo e da rotinização das lutas dos pequenos agricultores, pois para sobreviver dentro do sistema é preciso saber conformar-se e adaptar-se às suas regras. O pior é que estas lutas, quando baseadas na crença de que é possível sobreviver dentro da estrutura atual são inglórias e frustrantes, porque a possibilidade de sucesso é pequena".

havido concentração. Houve sim e em dois sentidos: primeiro, ... com o uso cada vez mais intensivo de máquinas e insumos. A agricultura é cada vez menos importante... Em segundo lugar, no sentido de que o patamar mínimo para o funcionamento da atividade vai aumentando em todos os países capitalistas... O interessante é que este aumento de patamar não fez com que fosse necessário recorrer a mais trabalhadores assalariados, mas a menos" (ABRAMOVAY, 1994).

Quanto às características dessa produção agropecuária familiar, Abramovay frisa que " não se trata de pequena produção, nem de campesinato: Em primeiro lugar, pela base técnica do processo produtivo, a mão-de-obra na agricultura é cada vez menos importante. Além disso, o tipo de mercado é totalmente diferente daquele característico de sociedades camponesas... Os preços são decididos em esferas públicas e universais, como, por exemplo, as negociações de Bruxelas. Isso não quer dizer que exista simplesmente livre mercado: ao contrário, os mercados são organizados institucionalmente" (ABRAMOVAY, 1994).

Ainda destacando a realidade das agropecuárias dos países desenvolvidos, prossegue Abramovay, dizendo que "outra característica importante da agricultura familiar nos países capitalistas centrais é a passagem da agricultura familiar para a agricultura individual (ou de responsabilidade pessoal)... Não se trata de estratégias que tenham a manutenção da família rural como eixo, mesmo porque existe cada vez menos algo que se aproxime de uma família rural. Hoje, são muitas as unidades produtivas em que o chefe da família é agricultor e os outros membros exercem profissões urbanas... Mais um elemento deve ser posto em destaque: é a importância do Estado na determinação da renda, nas políticas de estrutura, nas políticas sociais. (E concluindo), se é verdade que a modernização foi baseada na agricultura familiar, não se trata, porém, de pequena produção. Mais que isso, existe um verdadeiro abismo social entre a agricultura familiar moderna e aquilo que, entre nós, habitualmente se entende por pequena produção" (ABRAMOVAY, 1994).

Sustentando-se nessa concepção para defender a reforma agrária, Veiga coloca que na "discussão sobre o papel que pode desempenhar a reforma agrária no desenvolvimento capitalista brasileiro, a primeira pergunta que deve ser feita é a seguinte: será correto afirmar que a distribuição da riqueza não é condição necessária para a retomada do crescimento econômico? Se a resposta for positiva, isto é, se o país puder avançar no seu desenvolvimento sem que haja distribuição, a reforma agrária não tem mesmo sentido econômico. No entanto, se a tese inversa for aceita e a redistribuição for vista como uma exigência do processo, então será forçoso admitir o papel crucial desse tipo de programa, pois são poucas as políticas públicas com impactos comparáveis na distribuição da riqueza" (VEIGA, 1994).

Face à constatação de que o desenvolvimento capitalista representou também a urbanização, Veiga afirma que "a questão distributiva se coloca hoje muito mais fora do setor

agropecuário do que dentro, visto que sua importância sócio-econômica se torna cada vez mais residual. Seria necessário, portanto, examinar o papel que a agricultura desempenha no processo geral de desenvolvimento e, principalmente, o impacto redistributivo que ela pode provocar fora de suas fronteiras, isto é, entre a população urbana". Buscando tal resposta, o autor argumenta que a produção científica mais recente sobre o desenvolvimento econômico (regulacionistas, equi-desenvolvimentistas e neomarxistas) converge para o mesmo ponto: " a desconcentração da riqueza é o alicerce do desenvolvimento sustentado" (VEIGA, 1994).

Prosseguindo na sua análise, Veiga coloca que "a questão chave que decorre desses estudos é a passagem de um padrão fundamentalmente extensivo de crescimento, baseado na expansão da economia para novos setores e novas áreas, sem grandes alterações nos níveis de produtividade e nos padrões de consumo, para um padrão intensivo, no qual o rápido aumento da produtividade e a produção em massa engendraram substanciais mudanças nos padrões de consumo e nos modos de vida, tornando o poder aquisitivo do salário o componente central da demanda... A acumulação predominantemente intensiva implica que os próprios trabalhadores consumam uma parte considerável dos novos produtos" (VEIGA, 1994).

E visualizando o Brasil, o autor completa afirmando que "tudo indica que a economia brasileira dava os primeiros sinais de estar ingressando em sua fase intensiva, lá pelo final dos anos 70, mas a formação de seu mercado de consumo de massa foi atropelada durante a década de 80. Terá sido mera coincidência? Talvez não. E a suspeita de que não se trata de uma coincidência fica mais forte quando se pensa em duas características básicas das sociedades capitalistas que mais se desenvolveram: sua opção pela agricultura familiar e seu modelo de administração dos mercados agrícolas" (VEIGA, 1994). A partir desse ponto, Veiga procura demonstrar a afirmação da agricultura familiar nos processos de desenvolvimento das nações capitalistas desenvolvidas.

Prosseguindo, Veiga coloca que, ao contrário das prospecções dos economistas do seculo XIX, neste século a agricultura familiar foi fortalecida e não exterminada pelo desenvolvimento capitalista e "o que está a exigir uma análise mais aprofundada dos economistas é a razão dessa consolidação da agricultura familiar durante a intensificação do capitalismo industrial americano, europeu e japonês, etc... Não existe nenhuma superioridade intrínseca de uma forma específica de produção que pudesse estar ligada à especificidade do processo de trabalho na agricultura... Ao contrário ...as duas formas fundamentais de produção - a patronal e a familiar - se equivalem em termos de eficiência técnica" (VEIGA, 1994).

Essa equivalência técnica decorre das condicionantes da rentabilidade das distintas formas de produção e " o maior ou menor predomínio da agricultura familiar durante a expansão do capitalismo industrial, neste século, está diretamente ligado às características de intervenção do Estado nos mercados agrícolas... As principais condicionantes dessa intervenção tenderam

a reduzir bastante a rentabilidade corrente das atividades agropecuárias e, por isso mesmo, inibiram a expansão da agricultura patronal... e deixou um grande espaço para o florescimento da agricultura familiar moderna" (VEIGA, 1994).

Concluindo, Veiga afirma que, "com base na experiência histórica dos países do Primeiro Mundo, deve-se pensar que a passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha a fortalecer, aqui também, a agricultura familiar... E esse é o objetivo estratégico que dá sentido econômico à reforma agrária. Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis, uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Isto só será possível, evidentemente, se a política agrícola deixar de favorecer escandalosamente o segmento patronal da agropecuária brasileira, que ganhou muita força nos últimos vinte anos devido ao apego de nossas elites ao modelo pré-fordista de crescimento" (VEIGA, 1994).

3.2.3 - Francisco Graziano Neto: Modernização do Latifúndio e os Limites do Distributivismo Agrário

A analise de Francisco Graziano Neto procura trazer para o primeiro plano das discussões as profundas transformações derivadas da modernização agropecuária. Nesse contexto o autor procura relativizar os impactos estruturais que seriam obtidos com a reforma agrária distributivista. Numa realidade como a agricultura brasileira atual,"para enfrentar a questão agrária dos anos 90 é preciso compreender que o dominante não é mais o latifúndio. Há que se descobrir o dinamismo do setor agrícola no contexto de uma economia industrializada e multinacionalizada, para aí buscar as soluções para enfrentar a miséria ... Enfim não se equaciona a questão agrária dos anos 90 com paradigma elaborado nos anos 60. Para prometer cidadania aos homens do campo não basta desapropriar os latifúndios improdutivos, embora isso seja necessário. É urgente implementar uma política que redistribua, em favor dos trabalhadores rurais, a riqueza gerada na agricultura empresarial ... O distributivismo agrário pouco significará na melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, salvo em regiões atrasadas da agricultura" (GRAZIANO NETO, 1990).

As tranformações econômicas alteraram profundamente a agropecuária, pois "séculos de sociedade agrária-tradicional desmoronaram num curto espaço de tempo, enquanto a modernização tecnológica revolucionava a forma de produção no campo...Essa radical

mudança, aliada às características de país continental, com enormes distâncias e grande diversidade nos ecossistemas naturais e nas relações sociais de produção, resultou numa heterogeneidade sócio-econômica que exige esforço redobrado para ser compreendida corretamente. E essa dificuldade de compreensão aumenta quando se considera que as variadas formas de produção na agricultura não permaneceram isoladas, mas sim foram se subordinando à dinâmica do capitalismo que se expandia no campo e ia estabelecendo sua lógica de reprodução por toda a economia" (GRAZIANO NETO, 1996).

A partir da realização de um "vigoroso processo de modernização tecnológica ocorrido a partir dos anos 60, impulsionado pela expansão do capitalismo no campo, não pode mais haver dúvidas de que a agricultura brasileira perdeu seu caráter latifundiário... Após séculos de dominância, o sistema oligárquico de produção, assim como seu carro-chefe, o latifúndio, perdeu o comando na dinâmica da agricultura. Quem comanda agora é a grande empresa rural, capitalista, vinculada ao complexo agroindustrial que determina a forma de produção no campo... Nesse contexto, o latifúndio ainda existente, assim como a pequena produção tradicional, ficam subjugados à lógica de funcionamento dessa estrutura produtiva, que é fortemente capitalista... Essa fazenda moderna não pode ser confundida com o latifúndio. São coisas muito diferentes... Hoje, o latifúndio serve apenas à especulação de terras, enquanto que a empresa rural representa a agricultura profissionalizada. São muitas as diferenças, mas há uma semelhança básica: ambas significam a grande propriedade, que permanece ainda dominando o campo, agora sob nova dinâmica" (GRAZIANO NETO, 1996).

Entretanto, Graziano Neto ressalta o caráter iníquo das transformação ao questionar: "desapareceram os problemas? É óbvio que não. Pelo contrário, em certos aspectos os problemas se agravaram, como se percebe no drama do desemprego tecnológico rural. Mas é fundamental entender que a origem dos problemas agrários mudou. Se, antes, eles advinham do sistema latifundiário, da falta de produção, agora eles advêm preponderantemente da própria produção capitalista que se instalou no campo... Cresceu a produção agropecuária mas, regra geral, não melhorou a vida dos homens que trabalham no campo. Formaram-se algumas vezes 'ilhas' de pobreza em meio aos modernos campos tratorizados. A opulência convivendo com a miséria. Os mais fracos, inclusive a natureza, desprotegidos das políticas governamentais, pagaram o preço da modernização agropecuária" (GRAZIANO NETO, 1996).

No plano político, "não é a oligarquia tradicional que está comandando esse desempenho, mas sim modernos empresários rurais, profissionais, tecnologicamente avançados, articulados com as grandes empresas do setor agroindustrial". Essa transformação revela-se relativa pois "parte importante dos empresários rurais é, ao mesmo tempo, detentor de grandes extensões de terra usadas como reserva de valor... Nesse caso, o capitalista é, também, latifundiário, numa estranha simbiose que conspira contra a evolução". Assim," a

agricultura brasileira já não é a mesma da época dos coronéis. Mudou, e felizmente mudou para melhor. Mas essa mudança foi incapaz de trazer benefícios sociais generalizados, restando contingentes populacionais à margem do processo de transformação. Isso tem que ser corrigido" (GRAZIANO NETO, 1996).

Graziano Neto destaca que "o desenvolvimento brasileiro pressupõe a redução das desigualdades sociais, para a construção de uma nação melhor, sem miséria. Dentre as reformas necessárias, uma certamente se destaca: a reforma agrária. Sem democratizar a posse da terra e alterar o modelo agrícola baseado na grande propriedade, o país continuará em dívida com seus cidadãos. Toda a economia brasileira cresceu vigorosamente, urbanizando-se e industrializando-se, sem necessitar democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural...O projeto de reforma agrária foi, assim, esquecido... Permaneceu o problema clássico: muita terra na mão de pouca gente, muita gente com pouca terra... A questão agora é outra: é inaceitável que existam latifúndios, e conseqüentemente terras improdutivas, enquanto milhões de famílias passam fome" (GRAZIANO NETO, 1996).

Entretanto, para Graziano Neto essa perspectiva do "distributivismo agrário" seria insuficiente. Coloca o autor que "a desapropriação das terras ociosas e suas distribuição aos trabalhadores é uma necessidade inquestionável para a construção de uma sociedade mais justa. Mas esse modelo de reforma agrária não pode ser entendido como panacéia para os problemas da agricultura. Muito menos, ainda, para os problemas maiores da sociedade... Certo, a desapropriação dos chamados latifúndios deve ser defendida ao mesmo tempo em que se deve buscar outros mecanismos de ação pública que possam contribuir para a democratização da posse da terra e para a melhoria das condições de vida, seja dos homens do campo, seja daqueles que dependem de sua produção básica, dos alimentos...Nessa busca de soluções mais amplas é decisivo entender que a agricultura brasileira se apresenta com enorme diversidade, tanto econômica quanto espacialmente, exigindo medidas adequadas e pertinentes para cada situação em foco. É um terrível equívoco propor a mesma política para as várias partes do país, como se houvesse homogeneidade de situações no campo" (GRAZIANO NETO, 1996).

Um ponto relevante esta no fato de que, "no Brasil o ITR sempre foi inócuo, pois a legislação existente nunca gravou fortemente a grande propriedade e a propriedade improdutiva... Assim, na prática, a pequena e a média propriedade sempre pagaram, proporcionalmente à sua área, mais imposto do que a grande. O que é um absurdo...A baixa arrecadação do ITR é o exemplo mais flagrante da necessidade de sua revisão... É preciso aprimorar a sistemática de seu recolhimento e, principalmente, alterar as alíquotas do imposto sobre a terra, elevando-as não só para as propriedades improdutivas mas também para as grandes propriedades rurais em geral... Os recursos arrecadados, ou parte deles, poderiam

constituir um fundo agrário, destinado a viabilizar a aquisição de terras por parte de filhos de pequenos agricultores, técnicos agrícolas outros trabalhadores rurais, impulsionando uma espécie de negócio para o qual inexiste financiamento na atualidade. O fundo agrário se alimentaria do imposto das grandes propriedades, junto com demais fontes de recursos, para auxiliar na democratização da posse da terra" (GRAZIANO NETO, 1996).

Outras medidas poderiam ser tomadas: a) "as políticas de regularização fundiária, quer dizer, de titulação de terras ocupadas, e também a colonização de terras públicas, nas fronteiras, são outras políticas governamentais importantes para democratizar o acesso à terra no país"; b) "despeito do direito de usucapião e de toda a legislação pertinente, o Brasil talvez precise novamente de algo semelhante à lei de terras de 1850, porém com sinal contrário, para equacionar os conflitos existentes nas fronteiras agrícola"; c) "Hoje, exige-se uma verdadeira cruzada contra a grilagem de terras, em defesa dos posseiros legítimos, para que se garanta inequivocamente o direito daqueles que vivem e produzem na terra há anos"; d) "Nas regiões de fronteira, mas não apenas nelas, há um estoque considerável de terras públicas da União e de terras devolutas dos estados que também precisa ser considerado no processo de restruturação fundiária do país" (GRAZIANO NETO, 1996).

Assim, "em resumo, a ocupação e a colonização de terras públicas carecem de maior atenção no contexto da questão agrária, exigindo a mobilização das forças políticas em geral, visando alargar as possibilidades de se promover a democratização da terra no país...Há várias outras ações governamentais, de políticas fundiárias, que precisam complementar a política chamada de "reforma agrária", entendida esta no sentido restrito da desapropriação de terras com posterior divisão e conseqüente distribuição em lotes aos trabalhadores rurais...Essas outras políticas - o imposto sobre a propriedade, a legislação trabalhista, a urbanização da zona rural, a regularização fundiária, a colonização, o assentamento em terras públicas, o arrendamento - junto com a redistribuição de terras poderão, aí sim, modificar a estrutura agrária, contribuindo para a redução das desigualdades no meio rural... Essa reforma agrária ampliada - uma nova reforma agrária - teria, certamente, um efeito macroeconômico positivo, aumentando o emprego e a produção de alimentos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida seja daqueles que recebem um pedaço de terra seja também dos demais trabalhadores da sociedade" (GRAZIANO NETO, 1996).

Desse modo, para Graziano Neto, "as várias políticas fundiárias precisam ser utilizadas, conjuntamente, para promover a democratização da terra no país. Entretanto, isso ainda é pouco para enfrentar a miséria no Brasil. Transformar trabalhadores "sem-terra" em agricultores e promover a democratização da posse da terra, quebrando o poder dos grandes proprietários rurais, é objetivo imperioso de uma política governamental interessada em mudar o modelo agrícola concentrador de riqueza...Mas, na luta contra as desigualdades sociais, na

busca da superação da pobreza, um outro objetivo pode assumir relevância ainda maior: trata-se do apoio e do fortalecimento dos pequenos produtores rurais, chamados de agricultores 'familiares'... Uma política de apoio aos pequenos agricultores pode significar uma ação mais eficiente que a desapropriação de terras na luta contra a pobreza, melhorando o panorama da miséria do país. Entender isso é fundamental para a evolução do pensamento agrarista e, importante, para canalizar os esforços na luta contra as desigualdades sociais no país" (GRAZIANO NETO, 1996).

Finalizando, o autor coloca que "a reforma agrária distributivista é uma boa receita para reduzir a violência e para atender à demanda por trabalho de milhares de famílias que não conseguem ocupação no mercado capitalista e que perambulam pelo campo. Mas essa reforma agrária, necessária para atender a esse público e a essa população, apresenta limites que não podem ser ultrapassados, sob pena de se transformar numa falácia... Quanto aos beneficiários do distributivismo da terra, torna-se necessário atender não apenas aos "sem-terra" afiliados às organizações políticas, que gritam por justiça, mas incorporar também outros segmentos rurais, notadamente os filhos de pequenos agricultores, cujo anseio pela terra ecoa silencioso. Oferecer terras a esses contingentes majoritários deve ser uma marca da reforma agrária planejada" (GRAZIANO NETO, 1996).

3.2.4 - Geraldo Muller: Complexo Agroindustrial e Produção "Independizada" da Terra

A análise de Geraldo Muller insere-se na perspectiva mais ampla de constituição do ele que denomina complexo agroindustrial brasileiro. Nesse universo, diz o autor, "a produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio mas também de um conjunto de indústrias que tem nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica a mudança de padrão agrário. O que configura uma situação distinta daquela em que a agricultura encontrava-se na dependência da circulação em geral, ainda que o comércio e as comunicações tenham sido transformados pela acumulação de capital no âmbito da economia nacional. Assim o padrão agrário moderno ...é distinto do padrão agrário latifúndio-minifúndio que predominou por cerca de um século no país" (MULLER, 1989).

Na sociedade como um todo, essas transformações aprofundaram as disparidades econômicas e sociais, pois "do ângulo da organização agrária anterior, esta criou uma nova estrutura produtiva e distributiva que se constituiu em barreira a entrada para a grande maioria dos produtores e trabalhadores. Das gigantescas massas rurais, remanescentes das igualmente gigantescas massas migratórias que foram para os centros urbanos, a maioria não foi incorporada à dinâmica dos novos negócios agrários: exceto como trabalhadores, segundo a

demanda por braços produtivos. A desintegração social rural foi devastadora, sem que se dispusesse, no âmbito da sociedade, dispositivos de reintegração" (MULLER, 1994).

No processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, "o Brasil passou de um conglomerado de plantações para um expressivo parque industrial e de serviços. Passou do campo para as cidades. Das oligarquias rurais para novos grupos, categorias e classes sociais, e uma classe média afluente. Mas passou também a ser o país com maior concentração de pobres do mundo". E com a crise dos anos 80, " com rapidez e voluptuosidade ímpar vem à tona a face mais cruel do modelo que se esgotara: as imensas massas sociais de pobres e miseráveis. Agora, convidados pela democracia infante a exercerem seus direitos sociais, a participarem com os demais grupos sociais da cidadania, ... o velho dilema entre acumulação e distribuição reaparece numa situação de profunda crise nacional e grandes mudanças técnico-produtivo-comerciais e socio-político-culturais também no âmbito internacional" (MULLER, 1993).

Esses desafios apresentam-se numa realidade da agricultura marcada por enorme concentração de poder econômico, social e político, dada "a combinação que hoje marca a estrutura agrária moderna: concentração creditícia, concentração de meios modernos de produção e de comercialização e concentração fundiária. Esta última apresenta, na dinâmica da modernização agrária, desenhos diversos em virtude das ligações entre pequenos produtores familiares com as agroindústrias e cooperativas". Desse modo, a "não integração da esmagadora maioria dos estabelecimentos do país à produção moderna está ligada ao estilo de incorporação posto em prática". Entretanto, isso não quer dizer que "os produtores excluídos" compõem um mundo à parte, pois, " do ângulo do modo predominante de produzir, a incorporação das atividades agrárias em geral foi total. Não dá mais para produzir, a não ser sob a forma moderna"[23] (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

Desse modo, a realidade brasileira mostra que "a modernização agrária não dissolveu as questões agrárias como problemas resolvidos. Na verdade, o padrão moderno recoloca essas questões: repõe a questão da propriedade territorial, a concentração fundiária, a especulação com terras, a reforma agrária, o crédito, a estocagem, as estradas e comunicações, o cooperativismo e o sindicalismo. E as repõe em vários níveis: nacional, regional e local; produtos, tecnologias e formação de preços, impostos e incentivos. As repõe, no entanto, no patamar da modernização. Nesse sentido, não se trata de ser a favor ou contra a reforma agrária, mas cabe indagar: qual reforma agrária? A dos anos 50 e 60, que

[23]Nesse contexto, "as demandas sociais sobre a estrutura fundiária estão aí e pode-se apostar favoravelmente em revisões fundiárias, como assentamentos e colonizações, mas serão atos localizados e que, a médio prazo, para terem êxito, deverão se organizar à moda moderna" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

praticamente se repete, enquanto reivindicação, nos anos 70 e 80?" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

O debate atual da reforma agrária, premido por uma realidade de conflitos, estaria ancorado em premissas falsas. Isso decorre de que: a) persiste "uma visão da terra que é incapaz de ultrapassar os limites de vê-la sob a ótica produtiva. A terra tem que produzir. E na base de sua propriedade pode-se obter emprego e renda para viver. Na verdade, há uma dificuldade de aceitar que a produção agrária moderna se independizou consideravelmente das condições naturais e que esta produção tem, no conjunto da economia, taxas de crescimento negativas no que diz respeito ao emprego"; b) "há uma expectativa difusa na sociedade de que o crescimento conjunto das atividades econômicas não propicia emprego e renda (haja vista as favelas) condizentes; são pouco seguros os empregos urbanos. Esse temor ... induz a uma revalorização da terra agrária na organização social brasileira: possuir e trabalhar em terra própria ainda é um porto mais seguro do que trabalhar no meio urbano" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

Nesse contexto, "a reivindicação por reforma agrária pode ser entendida como uma reivindicação geral por emprego e renda, por melhores condições de vida. A terra, assim, é encarada corretamente como uma coisa social, pública, coletiva, que deve cumprir uma função social : dar emprego e renda". No entanto essa visão não leva em conta que "a produção moderna prescinde de braços para obter mais produção e de melhor qualidade. A reforma agrária tradicional, tal como é desejada por organizações e partidos políticos, está descolocada do tempo econômico e político. O descolamento reside na não inserção da questão no contexto agrário... A terra não mais é, atualmente, um meio para resolver a tragédia ou a maldição acarretada pela modernização agrária para milhões de pessoas. Somente o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços poderia redirecionar o destino dessa gente - o que passa pela sua capacidade de organização social e política" (MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

Nesse contexto, "o espaço rural não pode mais ser definido apenas em termos de suas relações produtivas ou de seus outros constituintes: como o uso da terra. Mais que isto, há um crescimento potencial das combinações entre a produção gerada externamente ao meio rural e as novas formas de consumo, capazes de conferir novos valores aos espaços rurais ... (que) não mais se reduz à produção apenas e que se pode admitir uma gestão multipropósito deste território" (MULLER, 1994). Em tais circunstâncias, "a reforma agrária tradicional, que mantém um profundo apelo na psicologia social de um povo recém-emancipado da terra, cabe ser interpretada como um desejo de repensar o padrão de desenvolvimento nacional. E não há dúvida, a partir daí cabe ser resposta à questão fundiária, o destino social da terra brasileira. Pode-se pensa-la como reserva ecológica, como moradia com infra-estrutura urbana ... como centros de prestação de serviços econômicos e sociais locais, como áreas de turismo e assim

por diante. E essas atividades como gerando emprego e renda"(MULLER, FALEIROS e SANTONIERI, 1990).

3.2.5 - José Graziano da Silva: Questão Agrária numa Realidade Heterogênea e Desigual

A contribuição de José Graziano da Silva pontifica com clareza as transformações da agricultura brasileira dentro do que denomina constituição dos complexos agroindustriais (CAIs). Realiza isso não apenas elencando seu inegável dinamismo produtivo, mas também mostrando esse processo como acirrador das contradições, ao construir uma realidade presente marcada pela heterogeneidade e desigualdade. Segundo o autor, "muito se tem falado e escrito sobre o 'notável' desempenho do ponto de vista produtivo da agropecuária brasileira, nas décadas passadas, especialmente na crise dos anos 80. Mas pouco se fala sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente: aumentou drasticamente a concentração da renda no campo, a proporção de pobres cresceu e os pobres se tornaram relativamente mais pobres. E quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os que já foram excluídos, os 'barrados no baile', ou os descamisados, ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa verdadeira população sobrante, marginal do ponto de vista das necessidades internas de acumulação do sistema" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

A agricultura brasileira tem características fundamentais a serem consideradas na busca de resposta à indagação sobre a possibilidade de "integração produtiva/social dos excluídos pela modernização conservadora com a reestruturação da agropecuária" que se desenha até o final do século. Essas características seriam: a) "a agricultura já é hoje - e será ainda mais até o final do século - uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada"; b) "a idéia de uma 'burguesia agrária' como fração distinta e (muitas vezes com) interesses opostos a uma 'burguesia nacional' perde qualquer sentido relevante ..., ou seja, os grandes capitais passaram a ter também uma face agrária na medida em que o mercado de terras torno-u-se uma aplicação alternativa para sua valorização"; c) " o Estado não tem mais elementos comuns suficientes para impor uma regulação geral a esses distintos segmentos produtivos do campo somente através de políticas macroeconômicas ...necessitando por isso cada vez mais de políticas específicas para cada complexo agroindustrial" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Nesse contexto, a tendência em relação à estrutura produtiva sinaliza para a maior concentração e centralização de capitais. "Uma característica da modernização agropecuária em nosso país (é) seu caráter excludente quer se considere o tamanho dos produtores (médios e grandes), quer se considere a região do país (Centro-Sul) ... Nada indica que a concentração produtiva a nível dos CAIs venha a se alterar. Pelo contrário, as tendências mais recentes apontam no sentido de uma centralização ainda maior, ou seja, pelo crescimento da escala

mínima viável em vários ramos da atividade agropecuária". Outro aspecto produtivo a destacar está na "crescente integração dos segmentos modernos da agropecuária com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos, constituindo-se assim 'soldagens específicas para trás' dando origem aos CAIs completos" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

No tocante às relações sociais: a) "a nível do processo de proletarização, espera-se primeiro a continuidade da purificação das relações de trabalho assalariadas através da expropriação dos trabalhadores semi-assalariados que ainda mantêm um vínculo empregatício com a terra. Em segundo, um crescimento relativo do contingente de assalariados permanentes em relação aos temporários[24]"; b) "no espectro de diferenciação do campesinato, desenha-se uma polarização crescente: de um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores ...de outro, uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia"; c) "no segmento dos empresários rurais, ... elevação da escala mínima de capital necessário para permanecer em determinadas atividades ... e crescente integração intersetorial.... Em resumo, uma tendência crescente à concentração de capitais dentro dos ramos de atividades agropecuárias, em seu sentido estrito, e uma centralização intersetorial dos grandes capitais oligopólicos" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Outra tendência relevante diz respeito à distribuição da população entre o campo e a cidade. Espera-se "a aceleração da urbanização da população brasileira e uma redução ainda maior nos níveis de emprego - inclusive com queda nos níveis absolutos na região Centro-Sul do país. Assim, é provável uma desaceleração do êxodo rural em termos relativos dada a ampliação da atual base urbana, mas em níveis absolutos o esvaziamento dos campos continuará sendo um elemento muito significativo... A tendência de aumento dos assalariados permanentes não tende a reverter a crescente urbanização da população economicamente ativa. Os próprios empresários rurais agora se interessam em urbanizar seus trabalhadores, evitando custos (elevados) de mantê-los nas suas propriedades e transferindo ao poder público seus ônus". O acesso a infra-estrutura e serviços urbanos e o crescimento do trabalho agrícola em tempo parcial ("*part time*") reforçam a urbanização do trabalhador rural[25] (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

---

[24]Isso em "razão de: a) crescentes requerimentos de treinamento e qualificação exigidos pelos segmentos mais modernos do campo em relação a seus operários; b) crescimento das atividades administrativas e de prestação de serviços por parte de profissionais liberais; c) redução da sazonalidade do trabalho naquelas atividades que logrem maiores índices de mecanização da colheita" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

[25]Urbanização esta já estimulada por um quadro em que "as evidências empíricas disponíveis, no caso brasileiro, indicam que as melhores condições de vida e trabalho das populações rurais parecem estar muito mais relacionadas com o 'nível de urbanização' que com o grau de desenvolvimento tecnológico alcançado pelas atividades agropecuárias de uma região" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

O panorama visualizado por Graziano da Silva indica que "o final do século mostraria assim a nossa agropecuária - que não seria mais apenas rural, dada a urbanização de inúmeros ramos de atividades e do próprio trabalho no campo - segmentada não mais em grandes ou pequenos produtores. Mas sim em produtores integrados ou não aos CAIs ... Mas a grande maioria dos produtores não integrados aos CAIs - em particular os pequenos localizados nas regiões Norte e Nordeste - estarão condenados à produção para auto-consumo, ou quando muito para fornecimento direto às populações locais com um nível tecnológico rudimentar" (GRAZIANO DA SILVA, 1993). Mas existem aqueles que nem não integrados são. E a construção de alternativas para a redução da excludência social numa realidade multifacetada como a brasileira, onde as tendências indicam um aprofundamento ainda maior das disparidades com redução das oportunidades de emprego nos segmentos dinâmicos da economia nacional, revela-se complexa.

A proposição de Graziano da Silva vai no sentido de que, ao se reconhecer as particularidades dos distintos grupos sociais de "excluidos", sejam consideradas políticas específicas: a) aos inúmeros posseiros das áreas de fronteira, seria necessária a regularização da propriedade das suas terras; b) aos minifundistas do Sul, é necessário o aumento da ocupação urbana dessa força de trabalho, com investimentos em infra-estrutura nas cidades de pequeno porte e de agrovilas nas periferias das cidades, que permitam combinar ocupações domésticas com empregos rurais e urbanos; c) aos pequenos rendeiros que têm acesso precário à terra mediante pagamento de renda em produto ou dinheiro, exige-se uma redefinição do aparato legal sobre parceria e arrendamento para facilitar o acesso dos mesmos a mecanismos estáveis de obtenção da terra para plantio; d) para o "lumpesinato", excluído pela modernização conservadora das atividades agropecuárias e que hoje está entre os segmentos mais pobres e marginalizados do país, a solução é mais complexa, devendo advir de complementos de sua renda por serviços não rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

Quanto aos principais instrumentos de política agrária para executar uma transformação diminuidora da exclusão, segundo o autor, tem-se: a) reforma agrária - "não há dúvidas que as possibilidades de uma reforma agrária no sentido de uma intervenção ampla e massiva sobre a estrutura fundiária têm que ser repensada hoje para algumas 'regiões especiais' do país"; b) imposto territorial rural - recupera-lo do ponto de vista da eqüidade social, pois, embora não sirva como indutor de transformação no uso e posse da terra, tem importância fiscal. " O proprietário rural, grande ou pequeno, não paga tributos hoje para o país"; deve-se portanto reorientar o sistema tributário, desonerando o produto - em especial da cesta básica - e gravando o patrimônio; c) nova lei de arrendamento e parceria, a partir da revisão do Estatuto da Terra, não como "alternativas a programas de reforma agrária, mas como formas de permitir o acesso 'a terra por parte do campesinato mais pobre com base num diploma legal que lhe

permita maior estabilidade"; d) reorientação da política de colonização para eliminar fraudes e, para isso, "há necessidade de um processo de discriminação e regularização ativo", revendo as doações de terras da fronteira agrícola amazônica; e) "implantação de um código de uso do solo, águas e outros recursos naturais... (que é) um espaço privilegiado para inserir as preocupações ambientais e procurar compatibilizar as demandas dos trabalhadores"; f) reorientação da previdência rural - não apenas com a equalização dos direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos, "mas jogando papel ativo na reinserção produtiva dos camponeses sem terra"; g) políticas sociais compensatórias para o campo, não apenas como políticas agrícolas diferenciadas para os pequenos, "mas também constituindo um rol de políticas específicas para determinados segmentos sociais regionais" (GRAZIANO DA SILVA, 1993).

3.2.6 - Núcleo da Questão Agrária no Debate Recente: O Desafio do Rompimento com o Aprofundamento das Desigualdades

A discussão da questão agrária brasileira no período recente demarca uma enorme amplitude de concepções, o que em certa medida decorre da própria realidade heterogênea e desigual que, se consubstanciando de diversos paradoxos, de certa forma, nos seus aspectos aparentes, acaba chancelando aspectos específicos das várias postulações. A tentativa de mapear os elementos fundamentais da definição dos contornos da questão agrária, nesse quadro, torna necessário um posicionamento sobre os pontos mais controversos. O primeiro certamente está ligado à pertinência ou não da questão na situação atual de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira. Noutras palavras, trata-se de definir o conteúdo da crise agrária atual.

- Capitalismo e Persistência da Propriedade Familiar

Um ponto controverso está na discussão em torno da persistência da propriedade familiar na agricultura e, até mais que isso, na defesa dessa propriedade familiar moderna como opção de desenvolvmento setorial com menor concentração de renda. Visualizando o desenvolvimento da agricultura nas economias capitalistas desenvolvidas, ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994) argumentam que as transformações ocorridas, ao invés de representarem a supremacia da propriedade empresarial, constituiram-se na preservação da propriedade familiar. Nessa concepção, a propriedade familiar, ao incorporar-se ao movimento da expansão capitalista, equipara-se em eficiência à propriedade empresarial. Isso seria resultado de políticas públicas

que, rompendo com a idéia de livre mercado, moldaram um mercado institucionalizado capaz de permitir a sobrevivência da propriedade familiar competitiva.

Essa realidade significaria a negação da tendência à polarização entre burguesia e proletariado, preconizada por teóricos do final do século passado. Nesse caso, ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994) investem contra a análise de Lenin, que em 1915, refletindo sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana, escreveu que "o indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado. É possível constatar o desenvolvimento do trabalho assalariado, bem como o aumento do emprego de máquinas, em todas as regiões do país e em todos os ramos da agricultura... A eliminação da pequena produção pela grande avança na agricultura... O capitalismo não se expande apenas pela aceleração do desenvolvimento das explorações de grande extensão nas regiões de agricultura extensiva, mas também pela criação de explorações maiores quanto ao volume de sua produção, de caráter capitalista mais acentuado em lotes de menor dimensão, nas regiões de agricultura intensiva. Em suma, a concentração da produção nas grandes explorações é efetivamente mais forte" (LENIN, 1980).

Estudiosos norte-americanos no período recente têm, ao contrário da proposição de ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994), reafirmado a tese leninista. VOGELER (1982) argumenta que o mito da propriedade familiar tem dificultado a compreensão do domínio da lógica do agronegócio e das causas básicas dos problemas rurais. Para esse autor, os proprietários familiares norte-americanos praticamente deixaram de existir como produtores autônomos e têm crescentemente se tornado em trabalhadores fora da propriedade, embora a maioria continue a acreditar que são empresários independentes. Assim, a ilusão de que as propriedades familiares predominam na agricultura norte-americana, e que a competição é a característica desse setor, obscurece o fato de que as grandes corporações e as políticas governamentais têm concentrado o grosso da produção nas mãos de agropecuaristas de larga escala, enquanto os proprietários familiares estão se destruindo numa competição cerrada. Na mesma direção argumenta MOONEY (1988), para quem a agricultura norte-americana realizou uma dramática transformação nas 4 décadas posteriores ao fim da 2ª Guerra Mundial, e as características desse movimento contestam a noção de que o coração da agricultura norte-americana é um sistema de propriedades familiares imune à penetração capitalista.

A questão central da crítica às concepções da prevalência da propriedade familiar na agricultura deve basear-se na amplitude que se dá ao conceito de agricultura[26]. Ou seja,

[26] A crítica sobre a pertinência da utilização do conceito de propriedade familiar pode ser feita, do ponto de vista teórico, por inúmeros ângulos. Escolheu-se aqui abordar rapidamente esse tema apontando o fato de que a defesa da propriedade familiar vem sendo feita dentro dos limites da concepção tradicional de agricultura. Exemplo de crítica teórica profunda, pode ser encontrada em GERMER (1996), que apresenta uma crítica teórica na procura de mostrar a irrelevância pratica do conceito para o emprego. Esse, bem como outros estudos,

adota-se o velho paradigma de agricultura tradicional, ao invés da concepção de agricultura moderna, como um amplo conjunto de cadeias produtivas nas quais a produção intrapropriedade rural constitui parcela minoritária. Noutras palavras, se o trabalho necessário incorporado na produção de dada mercadoria da agricultura representa o valor dessa mercadoria, essas duas realidades são profundamente diferentes. Um proprietário familiar, num universo em que vige a agricultura tradicional, qual seja onde prevalece a agropecuária, pela sua atuação quase autárquica incorpora nas mercadorias ofertadas a quase totalidade do trabalho necessário à confecção das mesmas. Numa realidade em que a operação na terra representa apenas parte, ainda que estratégica para o conjunto, da confecção de um produto final, não há como falar em prevalência do trabalho familiar na agricultura.

Na realidade do novo padrão agrário, a agricultura, ao ampliar o seu horizonte produtivo, representa a preponderância de atividades extra-propriedade rural na fabricação das suas mercadorias. A análise de LAUSCHNER (1975) para a agricultura norte-americana revela informações interessantes nesse aspecto. Os provedores de insumos e serviços aos agropecuaristas eram responsáveis por 6 milhões de empregos em 1954 (25,3%), 6,6 milhões em 1965 (27,5%) e 7,5 milhões em 1975 (31,0%) num universo de 23,7 milhões, 24 milhões e 24,2 milhões do emprego total da agricultura para os mesmos anos. Os agropecuaristas forneciam 7,4 milhões (31,2%), 6,1 milhões (25,4%) e 3,9 milhões (16,1%), enquanto que as ocupações em orgãos governamentais e do processamento e distribuição da agricultura totalizavam 10,3 milhões (43,4%), 11,3 milhões (47,1%) e 12,8 milhões (52,9%), respectivamente. Esse quadro permite inferir que o trabalho rural perde importância absoluta e relativa na formação do valor das mercadorias da agricultura norte-americana, enquanto esses mesmos indicadores se mostram crescentes para os demais segmentos da produção setorial.

A produção familiar, embora proporcionalmente signifique a maior parcela do emprego agropecuário, tem importância relativa e absoluta reduzida e decrescente na formação do valor das mercadorias da agricultura. Como o trabalho assalariado prepondera e avança nos outros segmentos que são majoritários em termos de renda e emprego na agricultura moderna, a bipolarização burgueses-proletários constitui a característica definidora das relações de classe da agricultura norte-americana. A mecanização intensiva pode até ter viabilizado as grandes lavouras e criações familiares, extremamente intensivas nessa realidade, mas isso de maneira alguma reverte a tendência clara de constituição das "forças produtivas especificamente capitalistas" (OLIVEIRA, 1985) na construção, consolidação e expansão setorial.

A persistência minoritária da produção familiar rural pode até mesmo ser funcional como fornecedora de bens intermediários, à orla dos grandes conglomerados de processamento

---

vão a fundo na questão e, portanto, devem ser consultados no caso de maior aprofundamento teórico.

e beneficiamento e espremida entre as enormes empresas de insumos e máquinas, do capital financeiro e de distribuição varejista. Isso sem levar em conta a relevância do emprego urbano para a renda dos inúmeros proprietários rurais em regime de tempo parcial e outros movimentos da transformação do mercado de trabalho no período mais recente. Aos proprietários familiares eminentemente rurais aplica-se na plenitude a característica de "trabalhador a domicílio", ao elaborarem, com base em insumos e máquinas industriais, matérias-primas nas quantidades e qualidades exigidas pela grande indústria de processamento (ou estruturas de beneficiamento e/ou de padronização das "tradings" no caso dos perecíveis). Agindo com base em técnicas e padrões sobre os quais não tem poder de determinação, esse proprietário familiar converte-se num apêndice da grande empresa que exerce a governança da cadeia produtiva da qual participa.

Mas essa posição secundária da propriedade familiar não invalida o papel histórico que o melhor perfil distributivo da terra desempenhou na constituição da "economia de altos salários" dos países desenvolvidos, em especial no caso norte-americano. As políticas públicas, que em muito decorrem do poder político da massa de agropecuristas norte-americanos desde a década de 20 deste século, certamente contribuiram em muito para o ritmo do processo de redução absoluta e relativa da propriedade familiar nesse caso. Entretanto, não estancaram o processo de transformação capitalista que incorporou todo o espaço econômico dessa economia continental à sua lógica. De qualquer maneira, há que se considerar que o ritmo mais lento com que se deu a fagocitose da propriedade familiar e também a forma com que os agropecuaristas deixaram o campo, na agricultura norte-americana, foram diametralmente distintos da situação vivida por agregados e parceiros expulsos das grandes propriedades na transformação da agricultura brasileira.

Quando se visualiza o quadro da agropecuária da região mais desenvolvida do Brasil, também chega-se à conclusão de que predomina a propriedade empresarial. Esse é o resultado de ABRAMOVAY et al. (1996), ao constatar que na agropecuária paulista a estrutura social "oferece uma quadro oposto ao que prevalesce nos países capitalistas centrais: o trabalho assalariado tem peso predominante e as unidades produtivas que nele fundamentalmente se apoiam, embora representem parcela minoritária dos imóveis, contribuem para a formação da maior parte do valor da produção (67,16%), da quantidade de trabalho usada no setor (60,24%) e da área explorada (66,24%)". Numa realidade em que as políticas públicas direcionam estímulos à concentração da propriedade e da produção, tanto pelo acesso aos instrumentos por parte dos maiores agropecuaristas quanto pela composição de culturas centrada naquelas favoráveis à mecanização intensiva, não havia como esperar outro perfil da produção agropecuária.

Entretanto, ainda que aceita a tese contrária de que essas mudanças não pouparam

a propriedade familiar, um aspecto essencial da análise de ABRAMOVAY (1994) e VEIGA (1994) referente aos países desenvolvidos continua válido: não há duvida de que essa peculiar estrutura agrária, calcada na pequena propriedade, conduziu o desenvolvimento capitalista, no sentido de forjar uma sociedade onde os desníveis sociais, se grandes, são menores que os observados em realidades onde as condições prévias eram estruturalmente distintas. Se a propriedade familiar foi ou continua sendo uma opção para realidades como a brasileira, onde a disparidade já se assentava na origem do processo, é a questão a ser decifrada. Noutras palavras, no tempo histórico isso ainda revela-se possível? Qualquer que seja a resposta, ela está indelevelmente associada à pertinência ou não da reforma agrária, que necessariamente deve significar mais que distribuição de terras. A execução de um programa de reforma agrária, para ter sucesso, precisaria preconizar uma ampla política vertical, incluindo o processamento, o beneficiamento e a estrutura de serviços associada à agropecuária. Isso significa que a família pode até ser a base da produção agropecuária dos "reformados", mas não de todo o processo produtivo da sua agricultura.

- Desafio da Superação da Tendência Aprofundadora das Disparidades

Na percepção dos vários analistas, surgem perspectivas distintas para superar o extremado nível de disparidades forjado pelo desenvolvimento capitalista brasileiro. A heterogeneidade estrutural, que distancia agricultores, regiões e ramos de atividades, constituiu um mosaico de situações, cada qual com especificidades decorrentes das particulares inserções na realidade[27]. A tudo isso permeia um contexto social caracterizado por profundas desigualdades de renda e de oportunidades em geral. A **iniqüidade** exacerbada como marca preponderante e universal da realidade brasileira, e dentro dela da agricultura, cria constrangimentos decisivos às soluções genéricas da crise agrária nacional. As imensas diferenças problematizam políticas gerais e, nesse contexto, cada caso localizado exige a

[27]Isso para ficar apenas no campo reformista pois a formulação de Ruy Miller Paiva, um dos principais defensores no campo dos teóricos conservadores da modernização da agricultura brasileira, dá sustentação a postulações da desnecessidade da reforma agrária. Reforçando postulações que desenvolveu desde os anos 40, Paiva, discutindo o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) na metade dos anos 80, escreveu que a aceitação geral da reforma agrária no meio rural e urbano, no Brasil ou nos países desenvolvidos, está relacionada ao equívoco dos que "consideram todos os latifúndios, mesmo os produtivos, como responsáveis pelo atraso econômico e social". Destacando vários argumentos, o autor refuta essa aceitação ao afirmar que "a idéia de reforma agrária, o apelo de ter sua própria gleba para trabalhar, foi válida no passado, quando a posse da terra era uma garantia de sobrevivência. Sómente com a posse de sua gleba de terra é que o homem se sentia seguro. Hoje não ocorre mais isso, o agricultor quer renda para poder comprar e pode até mesmo ficar na agricultura como pequeno empresário em sua gleba, se essa lhe trouxer renda, mas certamente dará preferência a um emprego ou atividade na cidade. É o que tem caracterizado a evolução de nossa sociedade nos últimos tempos" (PAIVA, 1985).

construção de um dado desenho de intervenção. Assim, dentre os variados instrumentos, uns podem ser aplicáveis numa experiência concreta e inaceitáveis em outras. Noutras palavras, não existe regra geral a ser seguida no complexo de diferenças do emaranhado de disparidades da agricultura brasileira.

Ao destacar os elementos mais gerais da realidade da agricultura brasileira, um tópico relaciona-se com a polarização das lutas em função do binômio burgueses-proletários. Isso diz respeito ao que GERMER (1994) denomina projeto político global capaz de construir a unidade de luta da classe trabalhadora. Entretanto, as diferenciações encontráveis nesse meio são muito mais amplas que os conjuntos detectados por aquele autor, que agrupa os grupos sociais em proletários, semi-proletários e pequenos produtores. Dentre os proletários, as distâncias são grandes e, para tanto, basta verificar as principais cadeias produtivas e nelas notar-se os conflitos entre "bóias-frias", operadores de máquinas (tratoristas e caminhoneiros), operários das agroindústrias (ou dos "*packing houses*") e os trabalhadores dos escritórios, para não citar toda a gama de categorias que operam os diversos serviços de apoio. A maneira como esses diferentes segmentos de trabalhadores de uma mesma cadeia produtiva encaram a realidade e suas respectivas aspirações e propostas de solução cria uma enorme fragmentação das lutas, fato esse acirrado por posturas "preconceituosas" dos trabalhadores qualificados em relação aos demais.

A consolidação da organização sindical por cadeia produtiva, com discussão conjunta de pautas mínimas capazes de fazer frente à "orquestração de interesses" do lado patronal é um desafio a ser vencido. Isso porque o processo de "conjunção" de posicionamentos patronais na defesa de interesses gerais dos empresários de um determinado segmento, forjando entidades que atuam até mesmo como formuladoras e fiadoras de políticas públicas, constitui cada vez mais na regra de comportamento. Com esse neocorporatismo empresarial, um sindicato dos sucroalcooleiros teria muito mais peso que os movimentos isolados dos canavieiros e de outras categorias de trabalhadores dessa cadeia produtiva. Esse caminho poderia ampliar a capacidade organizativa dos trabalhadores e permitir uma melhor distribuição da riqueza gerada pela moderna agricultura.

Outro aspecto da discussão da polarização entre empresariado e proletários consiste na constatação de que nas principais cadeias produtivas nacionais - como a sucroalcooleira, a de sucos cítricos e a de oleos vegetais -, que atingiram níveis avançados de organização empresarial e elevada competitividade interna e externa, se torna improvável, dentro da ordem capitalista, o sucesso de movimentos expropriatórios da terra. Nesse campo, a luta trabalhista, englobando salários, condições de trabalho e participação nos lucros, revela-se na estratégia para superar a desigual distribuição dos benefícios. Cabe salientar contudo que, apesar de ser uma característica das regiões de agricultura mais moderna, isso não representa

a regra geral e em outros segmentos da produção a pauta dos trabalhadores pode tomar outro formato, incluindo a reforma agrária[28].

Outro elemento geral do debate consiste na reforma agrária, como forma de permitir o acesso à terra de um grande contingente de lavradores sem terra e de pequenos e médios produtores. No Brasil, o desenvolvimento empreendido "representou também a incorporação de parcela dos minifundistas à agricultura tecnificada, e parte dela conseguiu elevar sua renda real e, portanto, melhorar seu nível de vida. Ocorre que, do ponto de vista demográfico, esse processo de incorporação foi pequeno. O que gerou emigrações maciças, de um lado, e de outro, a proletarização, quanto não, a marginalização de uma grande maioria rural". Os pequenos produtores não representam um universo homogêneo com diferenciações decorrentes das suas relações econômicas e sociais. O sucesso ou o fracasso do pequeno produtor familiar de mercadorias "depende de sua prole e dos recursos naturais, e da ajuda da comunidade, e nisto residia sua autonomia". Já no caso do pequeno produtor familiar moderno, "seu sucesso ou fracasso depende não só de sua prole e dos recursos naturais, mas da produtividade em sua unidade produtiva. Ocorre que sua produtividade depende da produtividade social, isto é, da indústria, do comércio e dos serviços em geral que subministram mercadorias e serviços para sua unidade de produção" (MULLER, 1994).

Essa constatação mostra que há distintos universos a serem considerados na tratativa da aplicabilidade da reforma agrária como política redutora das iniqüidades na agropecuária brasileira. A realidade heterogênea torna a procura de solução única infrutífera, o que reforça a propositura de GRAZIANO DA SILVA (1994) de aplicar o instrumento da reforma agrária massiva apenas em regiões especiais do Brasil. Se o que está em consideração é o espaço geográfico já integrado à moderna agricultura, o caminho das respostas às iniqüidades segue uma lógica. Mas se a análise enfrenta a realidade das regiões e dos segmentos sociais colocados fora do movimento modernizador, as propostas de superação das disparidades trilham outras alternativas. Em qualquer dos cenários, contudo, desde logo a postulação de VEIGA (1994), no sentido de reverter o caráter privilegiador da grande propriedade, inerente aos mecanismos de políticas públicas até agora utilizados, configura-se como exigência essencial de uma política menos concentradora da riqueza na agricultura.

No contexto das áreas onde a agricultura atingiu níveis elevados de integração da agropecuária com os demais segmentos, não há espaço para a constituição de pequenas e

[28]Se a análise estivesse tratando apenas de zonas específicas das regiões de Ribeirão Preto e de Campinas no Estado de São Paulo, não havia porque não dar-se razão à posição de GRAZIANO NETO (1990) quanto à inaplicabilidade da reforma agrária e no redirecionamento da luta para outros mecanismos de redistribuição de renda. Ressalte-se porém que no conjunto da agricultura brasileira essa realidade é particular, não podendo ser tomada pelo todo e, ainda que possa vir a ser o espelho do futuro, padece de males, quanto à regressividade da distribuição da riqueza, tão graves quanto o restante do Brasil.

médias propriedades, mas sim para o fortalecimento das já existentes com o intuito de reduzir o ímpeto concentrador da continuidade das transformações. Em geral, essas regiões mostram-se com agroindustrialização avançada, onde os limites de escala e de eficiência colocam contra a parede as estruturas produtivas das propriedades menores. Nessa realidade, as pequenas propriedades estão declinando como nos países desenvolvidos, não havendo espaço para a recriação de outro número delas. Entretanto, políticas menos regressivas aumentariam as chances de que um número maior de pequenas propriedades hoje existentes se modernize e amplie suas áreas, permanecendo competitivo. Assim, nesse espaço a opção seria a redução, ao limite, dos estímulos à continuidade do movimento concentrador de terra e de riqueza, ainda que isso inexoravelmente venha a ocorrer.

Mas, para as regiões de pecuária extensiva e mesmo aquelas onde as lavouras ainda não estão integradas à agricultura moderna, não há dúvidas de que existe espaço para que o desenvolvimento seja construído em bases menos díspares[29]. Como o desenvolvimento dessas regiões tem sido possível apenas com a presença ativa do Estado, seja na construção da infraestrutura ou do próprio financiamento da agroindústria (ou de estruturas de beneficiamento como no caso das frutas e olerícolas), essas políticas regionais devem romper com a lógica perversa de valorizar os grandes patrimônios fundiários existentes e realizar previamente medidas redistribuidoras de terras, desconcentrando a propriedade pela reforma agrária. Isso vale para várias zonas da fronteira de expansão e mesmo para "fendas de agropecuária atrasada" em regiões de agricultura desenvolvida. Nessas condições, a construção da moderna agricultura pode dar lugar à expansão da pequena e média propriedade, realizando ações recriadoras de novas unidades e fortalecendo as já existentes[30].

Mas a reforma agrária para ser bem sucedida, mesmo nos casos em que se revela um instrumento de política aplicável, exige o rompimento com o desenho clássico sustentado

---

[29]Merece atenção a proposta de Graziano Neto no sentido da proposição da "desapropriação de perímetros agrários inteiros, geograficamente delimitados, a serem declarados de interesse social para fins de reforma agrária. Razões maiores, como a violência rural, justificariam essa medida drástica. Nesse caso, a ação do Estado recairia sobre toda uma região, mesmo que nesse perímetro se localizassem fazendas produtivas. Dessa forma, o governo poderia intervir em grandes regiões de conflito ou de elevada concentração fundiária, mudando a cara da economia local. Em vez de trabalhar no varejo, partiria para o atacado" (GRAZIANO NETO, 1996).

[30]Interessante destacar aqui o papel da reforma agrária como a tentativa de ganhar tempo para conseguir-se construir um perfil de sociedade menos iníquo. Tem-se difundido notícias de que assentamentos realizados décadas atrás hoje estariam vazios e a terra novamente concentrada. Entretanto, essa ação pública pode ter cumprido seu papel, que seria exatamente o de ganhar tempo e inserir de forma menos marginal os agricultores que deixam o campo nas cidades. Interessante nesse aspecto são as palavras do professor Wilson Cano, ao defender a posição do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial de 1994, dizendo que "O PT pensa que a reforma agrária se constitui num mecanismo que lhe pode dar tempo, tanto para acomodar e atenuar a gravíssima situação social que hoje afeta grande parte da população brasileira, como ganhar tempo para que dentro de um certo lapso, daqui a 15 anos talvez, se possa então homogeneizar de maneira mais ampla e mais completa a estrutura fundiária, e a estrutura produtiva e social da agricultura brasileira" (CANO, 1994).

no dogma de "dar terra para quem nela pode produzir". Numa agricultura "independizada" da terra, como coloca MULLER, FALEIROS e SANTONIERI (1990), o uso múltiplo desse recurso natural, em alternativas como turismo rural, áreas de lazer e outros serviços rurais, pode garantir o sucesso que a agropecuária poderia não concretizar. A reforma agrária poderia assim abranger outras atividades geradoras de renda, possibilitando incluir até mecanismos de proteção de áreas de interesse ambiental, no sentido de criar estrutura e manter pessoas na zona rural. Em qualquer caso, a construção de infraestrutura adequada é fundamental, tanto para a prática da agricultura , que adicione o máximo factível de valor ao produto pelo agroprocessamento e beneficiamento[31], quanto para as alternativas não agropecuárias de atividades rurais.

Um aspecto que configura-se como enorme deficiência nas políticas públicas para a agricultura no Brasil refere-se à não concretização de mecanismos de intervenção capazes de realizar, nem mesmo indicativamente, o planejamento do uso da terra. A inexistência de informações cadastrais amplas, atualizadas e democratizadas sobre as propriedades rurais brasileiras é um dado da realidade. Nos anos 60, Rangel argumentava que, "via de regra, a questão agrária é estudada abstratamente como se fosse algo independente e não parte da problemática geral, sem outra base factual senão imprecisas estatísticas sobre a divisão da propriedade fundiária e sem qualquer cuidado para com as relações reais de produção que essa divisão esconde" (RANGEL, 1962). Nos anos 90, Graziano Neto afirma que "a base de dados sobre os imóveis rurais brasileiros - que pode determinar o alcance de uma política de desapropriação de terras, na medida em que permite definir qual é o estoque de terras improdutivas ou desapropriáveis no Brasil - é extremamente precária" (GRAZIANO NETO, 1996).

O fato de os dados cadastrais encontrarem-se eivados de erros, impede que se consagre o cadastro como um instrumento relevante de planejamento do uso de um recurso social finito como a terra. Se os dados cadastrais não permitem uma análise ou estão longe de refletir a realidade, as razões certamente estão muito além do fato de que, por incompetência, as gestões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teriam sido

---

[31]Desde logo deve-se desfazer o preconceito atualmente existente quanto aos assentamentos, difundido em inúmeros fóruns e pela mídia em geral, de que se trata da expropriação de terras de produtores detentores de elevado nível tecnológico, para entregá-las a sem-terras pobres e inaptos à prática da agricultura moderna. Isso revela um desconhecimento completo da realidade do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) no Brasil, organizado num Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), ou seja numa rede de cooperativas singulares em diversos assentamentos, algumas cooperativas regionais, atreladas à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Segundo documento recente do MST, que mostra experiências de agroindustrialização, educação rural e inúmeros outros avanços conseguidos pela luta empreendida, "esta intrincada organização mostra seus frutos, através da alta produtividade, melhor qualidade de vida e renda familiar média acima da obtida por agricultores desarticulados. Estas vitórias, somadas, podem mudar a cara do Brasil" (CONCRAB, 1996). Portanto, também o MST preconiza a eficiência da moderna agricultura, mas com melhor distribuição dos benefícios.

incapazes de aplicar a estrutura legal de forma que os dados cadastrais fossem um espelho da realidade. Existe um senso de domínio nos proprietários rurais brasileiros, como se a propriedade privada e o indivíduo fossem extensão um do outro e sujeitos à intocabilidade, isso faz com que estes não sintam-se obrigados a prestar contas à sociedade pelo uso de um recurso social. Essa ocorrência manifesta-se em mecanismos legais e em pressões de interesses dos ruralistas que têm manietado as autoridades governamentais, impedindo-as de executar medidas que elevem a eficiência dos órgãos que tratam da questão fundiária.

Os erros cadastrais, desse modo, são mais um elemento exemplificador do poder político da burguesia agrária na defesa de seu patrimônio. Qualquer que seja a base estatística utilizada, não há como explicar o fato de que a proporção de lavouras na área agrícola nacional seja reduzida. Um planejamento eficaz do uso do solo deveria priorizar uma composição de culturas mais próxima dos anseios da sociedade e, para isso, o cadastro é um instrumento fundamental. Como exemplo, basta lembrar que a área agrícola paulista tem 11 milhões de hectares de pastagem num universo de 18 milhões de hectares (61%), índice esse que, caso a média da região de Ribeirão Preto fosse aplicada em todo o estado seria reduzido para 7,2 milhões de hectares, ou seja, mais 3,8 milhões de hectares seriam acrescidos aos atuais 6 milhões de hectares cultivados com lavouras. Portanto, um cadastro consistente poderia permitir a diminuição dessas distorções, modificando a composição de culturas e, com isso, dando uso socialmente mais adequado a essas terras estrategicamente localizadas na região de economia mais desenvolvida do país.

Mas esse grave problema não se resume ao cadastro de propriedades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). "Impressiona a falta de informações que o poder público, e por conseguinte toda a sociedade, tem sobre os assentamentos de trabalhadores rurais efetuados em projetos de reforma agrária. No próprio INCRA, que administra a maioria dos projetos, simplesmente inexistem informações sobre o assunto o que é lamentável. Essa deficiência exige um verdadeiro recenseamento nos projetos de reforma agrária" (GRAZIANO NETO, 1996). Essa medida constitui-se também de uma exigência da cidadania pois não há como pensar em medidas mais abrangentes de planejamento do uso da terra, se nem ao menos sobre aquelas relativas a projetos governamentais há transparência.

Por outro lado há que se constituir formas especificas de avaliação desses projetos para que a sociedade não fique refém de verdadeiro tiroteio de informações e contra-informações a esse respeito. "A avaliação dos projetos de reforma agrária, assim como sobre a pequena produção em geral, exige teoria e metodologias adequadas, próprias de processos econômicos cuja dinâmica não segue a lógica capitalista... Nessas situações, a lucratividade precisa ser contrabalançada por outros fatores, como o custo de oportunidade do emprego e os custos sociais comparados e o êxodo rural. Senão acaba ficando fácil provar que a grande

propriedade é mais eficiente e, portanto, o melhor mesmo é deixar as pequenas desaparecerem" (GRAZIANO NETO, 1996).

Outro elemento a considerar diz respeito à composição de culturas. Normalmente os analistas, trabalhando com médias ou com os totais dos indicadores da agricultura, esquecem-se de que a modernidade no Brasil esta presente num conjunto de cadeias produtivas cuja característica fundamental são as grandes áreas de lavouras. Trata-se do padrão dos cereais em que indubitavelmente a área de escala ótima revela-se alta pela implementação da mecanização em todo o processo produtivo. O caso típico desse perfil está na soja que, tendo reduzido drasticamente a sazonalidade e o número de empregos, favorece a competitividade de produções de escalas maiores. O milho, o algodão, a cana para indústria, o feijão e o arroz representam o conjunto de atividades em que a intensificação tende a ser acompanhada de aumento das áreas médias de lavouras. Entretanto, para outras culturas como o café, citrus e as frutas em geral, além das olerícolas, as possibilidades tecnológicas de atingir o patamar dos cereais ainda mostram-se remotas.

As possibilidades de sucesso de propriedades de menor porte e intensivas em capital, nesse perfil de composição de culturas (que inclui as plantas perenes e as olerícolas), mostram-se mais elevadas. Ao contrário dos países desenvolvidos, em especial os europeus e os Estados Unidos, o Brasil desenvolveu muito pouco das suas potencialidades nesse campo. Com exceção dos sucos cítricos (e alguns núcleos de café orientados para a qualidade de bebida, como os produtores integrados à Yllicafé), em que a produção nacional revela alto padrão de integração e desenvolvimento, para as frutas e as olerícolas o nível alcançado mostra-se muito aquém das possibilidades. Para um mercado internacional de frutas frescas em franca expansão, a participação brasileira revela-se inexpressiva[32]. Acontece que é exatamente nessas alternativas que as pequenas e médias propriedades, mesmo empresariais, têm maior possibilidade de sucesso e onde nível de emprego é mais elevado. Principalmente se ocuparem áreas hoje utilizadas com pecuária extensiva ainda predominante mesmo no Centro-Sul brasileiro.

Torna-se fundamental nesse quadro a realização de um amplo planejamento da agricultura brasileira, atrelando todo o conjunto de instrumentos disponíveis à consecussão de objetivos nacionais estratégicos. Nesse caso, mostra-se relevante a profunda revisão da legislação que regula a obrigatoriedade cadastral, no sentido de tornar essa prática uma

[32]Um estudo interessante da produção de café de qualidade, analisando especificamente o caso Yllicafé, é o de TAKITANE & SOUZA (1995), que pode ser complementado com a análise da rentabilidade de diferentes sistemas de produção de café de qualidade, incluindo o adensado, realizada por MARTIN, VEGRO & MORICOCHI (1995). Sobre a fruticultura, uma avaliação da potencialidade do mercado mundial pode ser encontrada em SOUZA & GONÇALVES (1995) e uma discussão dos principais pontos impedidores da competividade nacional em GONÇALVES et al.(1995).

exigência compulsória e de associar a ela mecanismos coibitivos da informação não fidedigna. Para isso, o acesso a recursos públicos de qualquer fundo poderia ser vinculado à exigência de comprovação de cumprimento com as obrigações de cadastramento. O planejamento da agricultura brasileira, ainda que com objetivo indicativo, permitiria reduzir o desperdício de recursos públicos escassos, diminuir o privilegiamento de grupos de agricultores, de regiões e de atividades, e assim funcionar como um instrumento redistribuidor das oportunidades, além da inegável transparência para a sociedade em geral.

Essa prática seria ainda mais efetiva por meio do rompimento com o tradicional desenho horizontal das políticas públicas para a agricultura. Os instrumentos de aplicação massal como o crédito, ainda assim segmentado em rural e industrial, esgotaram suas potencialidades. A volta à realidade da década de 70 mostra-se remota. A concomitância de políticas sustentadoras dos segmentos da indústria de insumos e máquinas, da modernização agropecuária e da indústria de agroprocessamento tornou-se hoje quase uma impossibilidade. A aplicação de políticas verticais, como as realizadas para o complexo sucroalcooleiro, a maçã catarinense e os sucos cítricos paulista, dentre outras, parece ser o caminho indicado para a intervenção estatal, ainda mais quando a competitividade exige visão de conjunto que rompa com os limites da agropecuária. Nessa perspectiva há como planejar medidas que garantam perfis menos regressivos para a distribuição dos benefícios e da riqueza gerada.

Desse leque de possibilidades faz parte a consolidação de políticas sociais consistentes, específicas segundo a realidade dos diversos grupos sociais marginais na agricultura brasileira. O acesso amplo à saude, educação, habitação e previdência social representa uma necessidade da recomposição da dignidade da imensa legião de excluídos da agricultura brasileira. De outro lado, a reordenação das políticas públicas para a agricultura precisa incluir mecanismos de segurança alimentar capazes de reduzir drasticamente os níveis de deficiência nutricional de vários segmentos da população. Da política para a agricultura norte-americana, que serviu de modelo para a constituição da brasileira, transplantou-se apenas instrumentos de sustentação da produção, deixando de lado outros tão importantes para a dinâmica setorial como os programas de garantia de renda mínima e os selos alimentação ("foods stamps"). Essa prática distributiva, pelo lado dos gastos e não das receitas públicas, pode ser eficaz na sustentação da demanda agrícola, sem as distorções e os privilégios da aplicação das medidas de crédito rural e preços mínimos, realizada a mercado.

Para concretizar a superação do processo aprofundador das disparidades, esses elementos, assim como muitos outros passiveis de serem considerados, exige o fortalecimento do Estado Nacional, como estratégia para torna-la viável. Isso configura-se como essencial, na medida em que permita alterar rumos, revolucionar métodos, pois a modernidade constantemente prometida não necessariamente garante o fim da mesmice do aprofundamento das

disparidades. Entretanto, como afirmou Marcuse, "progresso não é um termo neutro, encaminha-se para fins específicos, e esses fins são definidos pela possibilidade de melhorar a condição humana. A sociedade industrial desenvolvida se aproxima da fase em que o progresso contínuo exigiria a subversão radical da direção e organização do progresso predominantes. Essa fase seria atingida quando a produção material (incluindo os serviços necessários) se tornasse automatizada a ponto de todas as necessidades vitais poderem ser atendidas enquanto o tempo de trabalho necessário fosse reduzido a um tempo marginal" (MARCUSE, 1979).

Os impactos do progresso, se este for realizado com a continuidade dos mecanismos alargadores das disparidades serão níveis de iniqüidades insustentáveis. É preciso reconhecer a existência desse aprofundamento de diferenças para que a alternativa produzida não seja a conservadora. Essa opção está presente, mesmo que à custa do retrocesso e da barbárie, com níveis intoleráveis de marginalidade. Como escreveu Marcuse sobre as massas de excluídos, "eles existem fora do jogo democrático, sua existência é a mais imediata e mais real necessidade de pôr fim às condições de vida e instituições intoleráveis. Assim sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não o seja. Sua oposição atinge o sistema de fora para dentro, não sendo portanto desviada pelo sistema, é uma força elementar que viola as regras do jogo e, ao fazê-lo, revela-o um jogo trapaceado... O fato de começarem a jogar o jogo pode ser o fato que marca o começo do fim de um período. Nada indica que será um bom fim" (MARCUSE, 1979).

3.3 - Crises Brasileiras Recentes: Transformações e Perenidade da Questão Agrária

As crises são altamente reveladoras. É na anatomia das crises que é possível desnudar todos os elementos definidores da estrutura da sociedade e com isso trazer à tona as contradições que lhe são inerentes, no seu todo e na sua amplitude. As fases de crescimento produzem, quase sempre, um ancoramento dos anseios sociais a esse avanço. Isso porque é facil impregnar o imaginário popular da impressão de que o desdobramento do processo promoverá a solução dos problemas. Fica extremamente facilitada, nessas conjunturas, a defesa do *status quo,* alardeando a inevitabilidade de certos acontecimentos e a inexorabilidade das soluções, pois tudo é tornado aceitável em nome do crescimento. Nesse contexto, é até compreensível que nas fases de crescimento haja espaço para a maior presença de teóricos conservadores, mas nas crises suas postulações sucumbem à realidade. Como diz BRUNHOFF (1991), "os novos clássicos não têm mais teoria da crise do que já tinha o pensamento econômico tradicional. Para eles a crise não é uma categoria econômica. Na perspectiva de regulação pelo mercado, existem, no máximo, desequilíbrios temporários que geram flutuações

de curta duração e que se corrigem por si mesmo".

As crises dos capitalismos nacionais têm nos seus elementos centrais a ruptura do padrão de financiamento, uma vez que sendo o investimento o elemento dinamizador do processo de crescimento, é preciso redefinir as formas de mobilização de capital e as alternativas de sua aplicação. Assim, é necessário constituir o horizonte do investimento para que se abra caminho para a alavancagem das inversões a fim de que estas cumpram seu papel de reverter as tendências desaceleradoras do ciclo. Esses são os elementos-síntese ao nível do aparato produtivo, mas existem aqueles ligados ao tecido social. Além dos aspectos estritamente econômicos, as crises tornam claro quem são os beneficiários do desenvolvimento anterior, não só porque as contradições ganham força, magnificadas pelo fato de a quebra da âncora do crescimento aflorar os conflitos distributivos, mas também porque, no bojo da classe dominante, a liderança da fração hegemônica no período anterior é colocada em xeque, quando não o é até mesmo o predomínio dessa classe por ocasião das crises agudas. Desse modo, as crises não são meros afloramentos cíclicos de elementos de caráter econômico, mas um período de reordenamento quando se gestam não só o novo padrão de financiamento que sustentará o fluxo de investimento seguinte, mas também as coligações de forças políticas que empreenderão a direção desse processo, o que em suma determina o perfil distributivo do novo ciclo ascendente.

As duas últimas crises do capitalismo tardio brasileiro são carregadas desses elementos e reveladoras do perfil de sociedade em construção e suas contradições. A crise do início da década de 60 tem o conteúdo de ser a manifestação da desaceleração típica da fase descendente do ciclo econômico, após um portentoso bloco de investimentos representado pelo Plano de Metas, executado no período 1957-61. As taxas de crescimento do produto reduziram-se drasticamente em função da maturação dessa fase inversionista. A profundidade da crise, contudo, foi acirrada pela incapacidade estatal de realizar políticas anticíclicas, dado o Estado estar instrumentalmente desaparelhado. O componente basilar do padrão de financiamento adotado para dar suporte ao ciclo expansivo havia se esgotado. Tratava-se do imposto inflacionário decorrente da mobilização de recursos através da emissão primária, cujo controle fugia do Estado com a inflação latente (SERRA, 1989). Esse instrumento revela o conteúdo conservador, no plano político, das forças dominantes no processo. É extremamente regressivo em relação à renda e foi adotado pela incapacidade de se engendrar uma reforma tributária, bem como outros instrumentos mobilizadores de recursos através do Estado, na medida em que confrontaria interesses poderosos de setores da classe dominante.

Essa é a face econômica da crise, mas existe um outro aspecto, inerente ao tecido social. A industrialização anterior correspondeu à internalização da base produtiva do "padrão americano," calcada na metal-mecânica pesada como núcleo dinâmico, que se realizou sem

reformas estruturais e se mostrava aprofundante da heterogeneidade estrutural: O tecido social dava mostras de uma desigualdade crescente e no núcleo da questão estrutural estava a questão agrária . Esta acabou condensando os vários aspectos da problemática estrutural, pois a propriedade da terra enquanto forma basilar da propriedade privada, ao ser colocada em questão, significava o questionamento da propriedade privada em geral. A redução a esse aspecto se mostra um equívoco pois na questão agrária estavam em jogo elementos estruturais mais amplos.

A agricultura mantinha-se predominantemente arcaica, com uma multidão de "agregados" submetidas à coerção extra-econômica nos latifúndios, em condições miseráveis de vida, e se havia de romper com essa limitação ao desenvolvimento, definida como o "atraso" do setor agrícola. Por outro lado, era elevada a população excedente no campo, enquanto a produção agrícola era abundante o bastante para não ter como ser absorvida internamente, ficando dependente do mercado externo. Para tornar o quadro mais crítico, a superprodução e a superpopulação manifestavam-se em regiões distintas dando os contornos de grave desigualdade regional (RANGEL, 1962). Assim, a não resolução da questão agrária forjava uma sociedade excludente e conservadora, ou seja, uma "economia de baixos salários" e uma burguesia de perfil eminentemente conservador, que procuravam manter ou montar sucedâneos da coerção extra-econômica, impedindo uma maior capacidade reivindicatória de trabalhadores já fragilizados com a oferta abundante de mão-de-obra, num desmesurado exército de reserva.

A solução dada da crise dos anos 60, no processo hegemonizado pela fração internacionalizante de uma poderosa classe dominante em mais uma demonstração de sua enorme capacidade política, deu-se pelo equacionamento do obstáculo interposto pelo padrão de financiamento, sem considerar as questões estruturais. A crise do modelo, portanto, é solucionada no plano da crise econômica e não no da social que permanece crônica. O novo padrão de financiamento é gestado com as reformas institucionais da metade da década de 60: a tributária, a bancária e a administrativa, conformadas na adaptação aos interesses estabelecidos. Essas ações deram suporte a um novo ciclo de investimentos e à realização de taxas de crescimento extraordinárias no período conhecido como o "milagre" brasileiro (SERRA, 1989). A expansão do consumo de bens duráveis e a incorporação progressiva de algumas camadas da população à sociedade de consumo na fase do auge tornaram as questões estruturais postergáveis. Houve uma redução drástica, não só pela força repressiva mas no próprio seio popular, do apoio a essas idéias. A "nova classe média" crescia e dava respaldo à "modernização", pois o regime, tendo como âncora o crescimento acelerado, ampliou suas bases sociais.

A questão agrária foi literalmente eliminada das preocupações governamentais nessa fase triunfante, ao menos no tocante ao seu aspecto estrutural. A incorporação definitiva da

agricultura ao "modelo americano" transformando radicalmente o padrão produtivo e o padrão de consumo, foi a contundente e profunda resposta conservadora na busca de desqualificar a questão agrária como questão fundamental. A agressividade das políticas públicas executadas a partir da metade da década de 60 promoveu a modernização do latifúndio e o uso de insumos industriais, forjando o "novo padrão agrário" (KAGEYAMA et al., 1990). Mas não foi somente na face agropecuária que se deu tal ocorrência. A agroindústria processadora conheceu um avanço extraordinário, alavancado por políticas de financiamento específicas, o que fez romper seu espaço até então restrito a segmentos tradicionais como o açucareiro e avançar em larga escala em outros segmentos (BELIK, 1992). A distribuição de produtos alimentares nas grandes cidades receptoras da população migrante no êxodo rural sofre profunda transformação com a emergência dos supermercados que passaram a monopolizar a parcela fundamental do processo de distribuição. Por outro lado, o padrão de consumo era alterado radicalmente pelo avanço das massas alimentícias e de outros alimentos processados, com base principalmente no trigo e na soja, das proteínas animais como carne avícola, ovos e leite e derivados, todos em substituição às fontes tradicionais. Finalizando a contundência da constituição da parcela agrícola do "modelo americano", o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) implantaria a moderna estrutura produtiva de bens de capital da agricultura com as plantas industriais produtoras de fertilizantes, maquinaria e defensivos. Permeando todo esse conjunto, tem-se a forma caraterística de organização empresarial do "modelo americano", a grande empresa de caráter oligopólico.

O Estado, demonstrando a sua vitalidade, quando o ciclo ascendente se esvaía e dava sinais de desaceleração, empreendeu o II PND que alavancou o investimento por praticamente toda a segunda metade da década de 70. Esse fôlego, dado pela poderosa atuação anticíclica do Estado, não só conformaria um aprofundamento da estrutura produtiva do "modelo americano", como também daria tempo para um processo de transição gradual e controlado, que permitiria uma saída sem rupturas políticas com a persistência do poder conservador. Num alargamento do novo padrão de financiamento, foi ensejado o endividamento externo aproveitando-se das facilidades do euromercado emergente. A dívida externa evolui rapidamente com o correlato endividamento interno, ambos seguidos da "estatização da dívida externa", pois o processo de inversões correspondeu não só a um papel de capital financeiro desempenhado pelo Estado como também esse assumiu haveres privados (CRUZ, 1983). Pode-se assim interpretar essa "estatização da dívida externa" como um primeiro movimento da classe dominante conservadora na busca de proteger seu patrimônio. Da mesma forma, o prolongamento da crise dos 80 e as privatizações significaram a outra parte, com o desvencilhamento de montante expressivo da parcela "podre" do patrimônio representada por alguns papéis públicos, como títulos da dívida agrária resgatados ao par. De qualquer modo,

prevalece a tradição minimizadora de perdas da classe dominante, não importando por isso o ritmo das transições. No final da década de 70, em razão do padrão de financiamento adotado, o Estado estava literalmente incapacitado para desempenhar políticas anticíclicas de alavancagem do investimento, com o esgotamento do padrão de financiamento.

A crise dos 80 foi madrasta dos teóricos conservadores, uma vez que se foi desenterrando uma a uma as questões estruturais que a avalanche "modernizadora" acreditava ter enterrado para sempre. Não só essas questões se mostraram persistentes como também reermergiram com uma força incontida decorrente do acirramento a que foram submetidas. Tomando formas obviamente distintas mas de conteúdo semelhante, as questões de base reeditaram-se numa heterogeneidade estrutural aprofundada . As desigualdades de renda extremadas, os níveis de pobreza mais elevados e todo um conjunto de indicadores sociais, além do preocupante aumento da violência em geral, põem à mostra a face excludente do modelo capitalista tardio brasileiro. A questão agrária não ficou indiferente . O latifúndio modernizou-se e ampliou sua presença num processo concentrador de terra. A população excedente, em que pese a radicalidade do êxodo rural no ímpeto urbanizador, ainda é enorme no campo, ao que se associa o excedente populacional urbano. A capacidade de produção cresceu astronomicamente e ainda tem na frente externa a saída para a realização de parcela significativa da oferta, pois suas quedas de custos e preços não foram suficientes para propiciar às menores faixas de renda o acesso ao consumo pela amplitude da queda real dos salários. Além desses elementos,ainda persiste a dicotomia regional pois a população excedente está localizada em região distinta da enorme capacidade produtiva. Essas variáveis estruturais não só marcam a economia brasileira, como também se afiguram mais dramáticas. Nesse sentido, a crise dos 80 é um aprofundamento da crise dos anos 60.

A elevada capacidade de produção agrícola, que fez ruir definitivamente as teses da inelasticidade da oferta, tem turvado a visão de alguns que insistem em não enxergar a crise agrária dada a solução parcial da crise agrícola. Parcial porque a "modernização conservadora" resolveu o lado oferta da questão agrícola, ignorando o lado da demanda cuja existência, até mesmo os modelos de equilíbrio marshalliano o reconhecem. A demanda é dada nos modelos de oferta agrícola, não importando se a estrutura da própria produção a configura de dada maneira. No entanto se a demanda é dada, é preciso desvelá-la no sentido das condições em que se concretiza. No mercado só pode demandar quem tem renda para exercer poder de compra. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades estruturais, o contingente capaz de exercer o pleno poder de demandar é reduzido. Portanto, é preciso entender que uma parcela considerável da população simplesmente não demanda aos preços estabelecidos, porque sua

renda só permite o acesso a "curvas de indiferença" de baixíssimo grau de satisfação [33]. E isso é uma decorrência da crise agrária na medida em que a agricultura cumpriu sua função de produtora de bens agrícolas, mas não a de reguladora do mercado de trabalho, confirmando uma "economia de baixos salários" com perfil dramaticamente excludente.

Nessa realidade, a fome paradoxalmente convive com superssafras e elevada capacidade de resposta da produção. Do lado do "mercado", trata-se de um problema de preços relativos, mas de preços relativos especiais, definidos pela baixa participação dos salários na renda nacional. Mas esse é apenas um fato a explicar a partir da sua raiz estrutural pois se conforma na base excludente do modelo implantado numa sociedade já extremamente problemática, ampliando essas desigualdades. A questão agrária ainda é um elemento presente e central, na medida em que ela condiciona níveis ainda mais dramáticos de excludência no caso de um novo ímpeto impulsionador das transformações, sem contudo equacioná-la. Para isso, basta lembrar os mais de seis milhões de desempregados potenciais que a agropecuária, mesmo em condições precárias, ainda segura no campo (KAGEYAMA, 1986). Noutro ângulo, a concentração da terra, como forma de concentração de riqueza, converte-se em ponto crucial para qualquer proposta de caráter redistributivo. A questão agrária mudou de conteúdo, mas é uma caraterística intrínseca da crise social atual e sem enfrentá-la não há como solucionar a questão social.

O conteúdo da questão agrária atual guarda muitos elementos já presentes nos anos 60, mas outros foram transformados ou deixaram de existir e novos surgiram. A persistência principal é o ímpeto concentrador do latifúndio, presente tanto no anteriormente "arcaico", quanto no atual "modernizado". O poder de controle sobre a mão-de-obra, de caráter extra-econômico, toma a forma de dificultar qualquer movimento organizativo ou reivindicatório, chegando mesmo a revelar-se nos métodos tradicionais de opressão (como as várias formas de trabalho compulsório) utilizados nas áreas mais afastadas. A população excedente, a superprodução e o problema regional ainda têm lugar no momento presente, sendo que o êxodo

---

[33] É preciso distinguir a diferenciação da demanda derivada da desigualdade social em países de baixa renda per capita e maior desigualdade distributiva da diferenciação da demanda derivada da sofisticação do consumo em países de elevada renda per capita e menor desigualdade distributiva. No primeiro caso, a demanda potencial, decorrente dos gostos e preferências do consumidor, mostra-se significativamente superior à demanda efetiva, resultante dos gastos desse consumidor. Qualitativamente, nessas circunstâncias, enorme contingente populacional está fora do mercado e assim suas necessidades básicas ainda não estão satisfeitas. A qualquer incremento de renda o crescimento do consumo concentra-se ainda em produtos pouco sofisticados e, paradoxalmente, o Governo tem de "controlar" esse aumento de demanda para que o mesmo não redunde em pressões inflacionarias que irão corroer essa renda adicional, revertendo esse consumidor à situação anterior. No segundo caso a situação é diametralmente oposta, com os consumidores de alta renda satisfeitos nas suas necessidades básicas e que, caso não sejam estimulados constantemente para o consumo de produtos mais sofisticados, tendem a "entesourar" e com isso problematizar o desenvolvimento econômico. A diferenciação da demanda constitui-se em objeto de políticas econômicas e da estratégia das empresas para evitar a crise.

rural cria uma população excedente também urbana que tem ligação estreita com a crise agrária e que aguarda solução no seu bojo. A questão agrícola persiste no seu componente demanda, uma vez que multidões não têm acesso ao consumo por insuficiência de renda. É preciso ressaltar que a produção agrícola se moderniza num processo de reorganização onde a utilização de insumos mais concentrados e eficientes e de máquinas mais potentes e sofisticadas, sendo crescente, coloca a agropecuária num processo dinâmico para "mais além do arrefecimento" que se tem diagnosticado. A exploração de nichos de mercado e a evolução do padrão de processamento e padronização são caraterísticas presentes nessa década, onde a agricultura cresceu na contramão da economia estagnada.

Portanto, a oferta crescente com preços cadentes na década de 80, foi fundamental para impedir que o problema social fosse mais grave, pois funcionou como amortecedor de uma radical queda de salários. Mas o espaço para a persistência dessa performance da agricultura enfrenta seus limites, que estão cada vez mais estreitos. Desse modo, a face oferta da questão agrícola não pode ser mais um instrumento amenizador da face demanda, inerente à questão agrária . Desse lado, a terra, tomando a caraterística de ativo, ainda é a porção preponderante do patrimônio dos proprietários e sua financeirização a coloca como parte de uma necessidade de regulação de seu "mercado" tirando-lhe a excessiva liquidez e aumentando-lhe os custos de manutenção via tributação, como instrumento de tolher-lhe os movimentos especulativos. De qualquer forma, numa realidade tão complexa, exatamente pelas suas caraterísticas tão extremas não há como abrir mão de possibilidades de instrumentos, com uso específico para as várias situações, e dentre elas a desapropriação da propriedade. Isso porque os contornos da questão agrária atual ganham conteúdo dramático por estar no bojo de uma crise mais ampla do que a de 60.

A crise dos 80 tem mais um elemento complicador, pois não é pura e simplesmente uma crise do modelo , resolvida no contexto determinado por seus limites, mas é uma crise de modelo na medida em que as transformações recentes ensejam a superação do "modelo americano". Ao ter completado a internalização desse modelo no final da década de 70 o Brasil incorporou a modernidade. Prevalecem internamente o padrão produtivo e o padrão de consumo inerentes ao movimento mundial do pós-guerra, mesmo que seja um "modelo americano caricato" (MELLO, 1984). Essa caricatura não é feita apenas do fato de não haver sido internalizado o núcleo gerador do progresso tecnológico, mas também de ter atingido a população e a estrutura produtiva de forma profundamente desigual. A questão é que não basta ter somente um processo de suspensão da caricatura, ampliando os beneficiários no plano social. A modernidade nesse caso estaria apenas restrita a um problema de crise do modelo. No entanto, a transformação profunda da base técnica, em marcha no mercado, retira da metal-mecânica fordista o papel de engendrador do dinamismo, posição assumida pela mecatrônica

toytista. O Brasil ao constituir um "modelo americano" mesmo que "caricato", o que o configura na modernidade, enfrenta uma pós-modernidade em que o ritmo das mudanças globais solapa as suas conquistas[34].

No plano da estrutura produtiva, o novo modelo provocará uma profunda mudança o que exige um amplo e profundo plano de reorganização produtiva[35]. Mas estão do lado da estrutura social os corolários mais preocupantes em têrmos de impacto no mercado de trabalho. Trata-se de um modelo liberador de mão-de-obra e profundamente exigente de mão-de-obra qualificada, pois torna praticamente obsoletas as reservas minerais e a mão-de-obra barata, fundamentais para países periféricos se industrializarem face ao oferecimento de vantagens comparativas, que deixam de ser primordiais num sistema de produção calcado na informatização e integração para a produção em tempo real e nas fibras sintéticas (COUTINHO, 1992). Se o modelo fordista ao mecanizar era profundamente "economizador" de mão-de-obra, no seu processo o trabalhador desqualificado era adaptado para realizar tarefas repetitivas. Ao automatizar as fases repetitivas o modelo toyotista libera esse contingente de trabalhadores o que reduz consideravelmente o pessoal ocupado. De outro lado, o controle da máquina é nos processos integrados transformado em controle de processos, o que exige uma capacidade de reflexão sobre o todo, de modo a corrigir rapidamente problemas e minimizar ao extremo perdas materiais e de tempo de processo, otimizando recursos e trabalho, pois os sistemas trabalham praticamente sem estoques. O operário fordista, adaptado pelo "adestramento", é substituído por mão-de-obra qualificada, com elevado nível de formação.

---

[34]A agricultura configura-se como o mais importante setor econômico da economia brasileira, sendo o país considerado um dos New Agricultural Countries (NACs), qual seja países emergentes de agricultura moderna e competitiva. Entretanto, justamente na agricultura tem-se o maior conjunto de políticas protecionistas das nações líderes mundiais: os Estados Unidos (EUA) e a União Européia (UE). As politicas de proteção adotadas tanto nos EUA quanto na UE foram chanceladas pela Rodada Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) e, mesmo comprometendo percentual maior do seu Produto Interno Bruto (1,5%) que os norte-americanos (1%) e os europeus (0,7%), o Brasil não consegue os mesmos niveis de proteção sustentado por sustentado por políticas públicas (GONÇALVES, 1994). Por outro lado enfrenta uma realidade de desmontagem progressiva de todos os acordos multilaterais de produtos básicos como café, açúcar, borracha e cacau, como resultado de um posicionamento deliberado dos países desenvolvidos de desregulamentar o comércio dessas mercadorias (GONÇALVES & MARTIN, 1994). Ao público "ruralista", faz-se conveniente lembrar que são descabidas as afirmações simplistas de que "a saída do Brasil está na agricultura". Isso tem mero efeito retórico e não diz nada porque a base da 2ª Revolução Industrial consolida-se na agroindústria, e as mais importantes nações industriais do mundo são também potências agrícolas (EUA e UE) exatamente por terem criado estruturas competitivas nesse setor, ainda que superando a deficiência de recursos naturais. Não basta portanto ter amplas extensões de terra a incorporar, é preciso intensificar a industrialização da agricultura. O mesmo alerta cabe aos reformistas que concebem reforma agrária como mera "distribuição de terras".

[35]Na agricultura, ainda que esse processo se concretize de maneira lenta e desigual nos varios segmentos da produção, a tendência é de integração a esse movimento de produção flexível para mercados segmentados. E nesse processo, "existem alguns pontos da atual organização agrária que pressagiam claramente mais mudanças: o esgotamento da lógica produtivista pautada na estratégia de produtividade imperante nos últimos 40 anos, o impacto deletério deste modo de produzir sobre o meio ambiente, a importância crescente da qualidade do produto agrícola e reestruturação competitiva da indústria de alimentos por exigência das grandes cadeias comercializadoras e dos consumidores" (MULLER, 1994).

No plano geral, tem-se portanto duas tendências altamente preocupantes para sociedades estruturalmente heterogêneas, que podem agravar ainda mais a situação. O novo modelo multiplica radicalmente a produtividade do trabalho, exigindo portanto, se generalizado, um nível extremamente diminuto de pessoal, e esse contingente reduzido deve ser altamente qualificado. Tal processo se desencadeia em economias de renda elevada e de menores disparidades distributivas e com alta capacidade de engendrar sistemas de proteção social sólidos e abrangentes. Ainda assim emergem conflitos profundos[36]. Numa sociedade como a brasileira, caracterizada pela modernidade profundamente excludente, é facil compreender os dilemas da pós-modernidade onde as vantagens comparativas se tornaram quase nulas. De um lado, a população excedente urbana já é um elemento perturbador, pois tendo um exército de reserva desmesurado se confrontaria com processos que aumentariam esse contingente, jogando por terra a perspectiva incorporadora na medida em que a indústria "arcaica", ao "modernizar-se" liberaria multidões de "peões", isto sem contar o excedente populacional rural que é mais expressivo. De outro lado, a excludência já marcada no seio social amplia-se, pois só terão possibilidade aqueles que, rompendo o cerco da má qualidade dos serviços públicos, atingirem graus satisfatórios de educação. Isso torna, num país de analfabetos, o processo extremamente elitista num aprofundamento ainda maior das desigualdades[37].

Portanto, numa sociedade fragmentada como a brasileira, o novo modelo industrial, sem um processo ao menos minimizador das profundas disparidades sociais, teria, ao generalizar-se, conseqüências catastróficas, talvez insustentáveis. O Brasil já enfrenta a internalização, num só país continental, das contradições existentes no plano mundial entre ricos e pobres. O problema da repulsa aos imigrantes nordestinos é um conflito, que apesar de incipiente, pode tomar proporções alarmantes se avançar a excludência. As reformas estruturais tornam-se não mais tão-somente um problema distributivo para ganhar os contornos de núcleo

---

[36]Isso numa realidade de profunda crise fiscal decorrente de formas inadequadas de financiamento público. Ainda assim, o grande desafio do Estado brasileiro na realidade momentânea é como compatibilizar o novo ciclo de aceleração da economia nacional com a agregação crescente da grande massa de excluídos no plano social. E o ponto mais contraditório dessa política está no paradoxo de ter que adotar medidas que levem à inserção no padrão tecnológico da 3ª Revolução Industrial, que se revela cada vez menos intensiva em mão de obra, com a exigência de elevar substancialmente o nível de emprego para incorporar um contingente expressivo da população que está fora do mercado e que, face à crise do financiamento público, está longe de ser atendida condignamente pela previdência social.

[37]A dificuldade em implementar políticas sociais abrangentes pode ser vista num aspecto absolutamente crucial: a educação. Como explica PACHECO Fº (1995), "apesar da crise do Estado no Brasil envolver muitas facetas além da forma de financiar os gastos públicos, esta é sua manifestação mais crítica em relação ao ensino fundamental público. Há uma incapacidade de alocação de recursos em montantes necessários para a garantia da qualidade do ensino. Se em períodos de crescimento econômico elevado, em que a massa de recursos tributários cresceu de forma acelerada, o Estado conseguiu destinar recursos necessários para fazer face à rápida expansão da rede de escolas públicas, quando o ritmo de crescimento econômico diminuiu, instalou-se uma enorme dificuldade de manter essa rede. Em conseqüência, o ensino público no Brasil vivencia, nos últimos anos, problemas crônicos de financiamento".

da questão nacional. Quaisquer que sejam as alternativas pensadas, a questão agrária torna-se estratégica, pois, se a modernidade já não incorporou uma ampla parcela da população urbana e deixou à margem enorme excedente populacional rural, a pós-modernidade coloca em perigo parcela dos incorporados. É preciso, portanto, entendê-la no contexto das crises recentes da agricultura brasileira.

A crise do início dos anos 60 representou o reflexo da desaceleração econômica decorrente da maturação do portentoso bloco de investimentos realizado na implementação do Plano de Metas (1957-61). Entretanto, no tocante à agricultura era notório que esse setor não apenas havia descumprido as metas de produção dele esperadas como também as principais propostas de transformação aventadas nas indústrias de máquinas e de adubos e na armazenagem não foram concretizadas. A ocorrência concomitante de custo de vida elevado, numa realidade de inflação, e de desemprego fez da agricultura o constrangimento fundamental ao desenvolvimento nacional, ou seja, seu desempenho desfavorável seria a principal causa da situação vivida naquele momento.

O debate em torno disso colocou frente a frente forças que, embora se organizassem em torno da modernização da agricultura, preconizavam caminhos distintos. A questão central era se a estrutura fundiária e as relações de produção no campo deveriam ser reformadas para a construção de uma modernidade com maior justiça distributiva ou se estas pre-condições não eram relevantes, bastando apenas "modernizar o latifúndio" para que a agricultura cumprisse sua função no desenvolvimento econômico. Certamente essas duas vertentes básicas contemplavam inúmeras variantes em cada uma delas, mas na essência a questão da terra era o elemento divisor fundamental entre elas, como condição do desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira.

A opção pela modernização do latifúndio, concretizada por ativas políticas econômicas da metade dos anos 60 e por toda a década de 70, consolidou o moderno padrão agrícola brasileiro. A estrutura fundiária concentrou-se ainda mais, e em muitas regiões agrícolas, as relações de produção continuaram presas a mecanismos de coerção extra-econômica, mas a oferta agrícola cresceu significativamente, levando a seguidas superssafras e à configuração do Brasil como um dos New Agricultural Countries (NACs), ou seja, países de desenvolvimento recente com base na agricultura moderna. A crise dos anos 80, portanto, concretiza-se numa realidade de pleno sucesso em termos de desenvolvimento da agricultura e, ainda assim, a realidade rural era caracterizada pela desigualdade e pobreza para a imensa parcela da população. O paradoxo de superssafras e fome revela-se como principal elemento denunciador do conflito distributivo. A miséria urbanizada, sem que fosse debelada no campo, e a renda altamente concentrada põem à mostra a face perversa do aprofundamento das iniqüidades realizado nas décadas anteriores.

Trata-se de processo de desenvolvimento sem reformas estruturais onde as transformações produtivas vieram no sentido de reforçar e aprofundar as desigualdades. E no conjunto das reformas estruturais postergadas está a questão agrária, que persistiu como elemento presente tanto na crise dos anos 60 quanto nos anos 80, ainda que com outra face ou outros indicadores. A necessidade de internalização do padrão produtivo da 3ª Revolução Industrial e as transformações produtivas em curso na economia brasileira fazem com que o debate da crise agrária se centre no desafio do rompimento com o processo aprofundador das desigualdades sociais. Certamente a realidade caracterizada por profundas disparidades em todos os sentidos não chancelaria solução única, mas é preciso enfrentar a necessidade de dar solução à questão. Mais uma vez a sociedade brasileira defronta-se com seu crônico dilema: **superar a arcaica persistência de relações de produção e relações sociais criadas a partir da sofisticação de mecanismos de coerção extra-econômica, associados a poderosos instrumentos de alienação representados pelos meios de comunicação de massa agindo sobre uma população de educação precária, para erigir uma sociedade democrática de fato e de direito, ao mesmo tempo em que reverta a tendência concentradora de renda e dos benefícios do desenvolvimento.**

4.- CONSERVADORISMO E DEFESA DO PATRIMÔNIO: Lógica da Não Solução da Questão Agrária

A economia brasileira experimentou revoluções profundas no curso histórico de seu desenvolvimento desde a colonização. Entretanto, a persistência do sentido iníquo das transformações, cada vez mais alargando disparidades e heterogeneidades revela o quanto a velha estrutura condiciona as (e se faz visível nas) novas configurações econômico-sociais construídas. Mais ainda, o velho parece rejuvenescer na sua essência alargadora de diferenças, como persistente molde do novo. A modernidade projeta-se avassaladora sobre a estrutura econômica, provoca mudanças no tecido social, mas as disparidades crescentes sedimentam-se como universalidade peculiar aos vários momentos históricos. Nesse sentido, a perene crise agrária tem marcado o capitalismo tardio brasileiro, relacionando-se com: o seu próprio caráter retardatário, a sua gradualmente demorada revolução burguesa e a sua história lenta o suficiente para operar mudanças sem ruptura. A meta da morfose transformadora revela aí o seu conteúdo mais dramático, de mudança aparente para preservar a sua espinha dorsal. Essa linha permanentemente definidora de sua essência permanece por várias morfoses, desvelando-as como pseudomorfoses.

MAYER (1986), ao analisar as transformações européias na passagem do século passado para o presente (1848-1914), argumenta que, embora tenham passado por profundas mudanças na estrutura produtiva no curso de duas revoluções industriais, essas sociedades mantinham sólidos importantes elementos do momento histórico anterior. Conclui o autor que "no início do século XX a Europa, com a excessão da Inglaterra, ainda era predominantemente rural e agrária, mais que urbana e industrial... a agricultura, a manufatura de bens de consumo, o comércio tradicional e o sistema bancário local não eram meros remanescentes nas economias políticas da Europa. De fato, esses modos de produção, distribuição e crédito capitalistas, supostamente decadentes, continuavam a dominar e a definir as relações de classe e as estruturas de *status* social... As nobrezas pós-feudais e as elites agrárias de modo geral sobreviveram no século XX não só ou em especial devido a suas posições políticas, sociais e culturais privilegiadas, mas também ao seu peso econômico ainda maciço, mesmo que em lento declínio. Os grandes proprietários fundiários eram não só numericamente importantes, como também suas fortunas excediam de longe a dos negociantes, embora a riqueza destes agora crescesse com maior rapidez ... Assim, as formações de classes e interesses anteriores à 2ª Revolução Industrial não eram apenas reliquias de relações de produção arcaicas que sobreviviam incongruentemente no interior das sociedades capitalistas da Europa do século XIX" (MAYER, 1986).

A força da tradição revelou-se consistente na realidade européia em fins do século XIX,

ainda que as revoluções econômicas e sociais se tenham generalizado com incrível rapidez histórica. Essa ocorrência no berço das transformações constituidoras da modernidade assume ponto relevante para a reflexão, frente à situação do capitalismo tardio brasileiro, em que, no crepúsculo do século XX, "o conservadorismo e o autoritarismo da sociedade brasileira - notadamente de expressivos segmentos de suas elites - deram forte contribuição para a manutenção e o agravamento desse quadro (de crise): de um lado, porque dirigiram a transição política da reabertura democrática de forma a 'mudar para manter', de outro, porque não possibilitaram o correto enfrentamento às questões estruturais" (CANO, 1993). Essa capacidade de realizar transições políticas e transformações econômicas, com a manutenção de sua hegemonia sobre a sociedade, constitui-se numa característica da elite brasileira desde os tempos imperiais.

No curso do desenvolvimento capitalista brasileiro, um aspecto perene aparece no tocante à questão agrária. Ainda que se tenha constituído numa economia industrial complexa, a fração de poder econômico e político das elites agrárias revela-se expressiva e determinante do quadro nacional. Esta pseudomorfose reflete-se diretamente em aspectos fundamentais para a definição do perfil da classe dirigente do Estado brasileiro e dos próprios mecanismos financiadores das políticas públicas. No plano político, nota-se a persistência de mecanismos preservadores do poder nas 4 grandes transições da sociedade nacional: Independência Nacional, Proclamação da República, Revolução de 30 e Revolução de 64. Em todos eles, as frações da classe dirigente que assumiram o poder guardam as principais características da postura política das antecessoras, ainda que com profundas mudanças na dinâmica econômica. Essa predominância se revela não apenas na manutenção incólume da propriedade da terra, com a propriedade privada constitucionalmente definida como direito fundamental do indivíduo, mas também pela própria estruturação de políticas econômicas que ampliem a sua posição de classe dirigente. Isso pode ser visto, dentre outros aspectos possíveis, no sistema tributário e nas políticas para a agricultura, organicamente concebidos como elementos protetores do patrimônio.

Nesse compasso, como coloca MARTINS (1994), " quando se reconhece que a sociedade brasileira, como outras sociedades de origem colonial, com problemas similares, é **uma sociedade de história lenta** e se toma essa constatação como perspectiva de interpretação da realidade social, os resultados são diferentes dos que se consegue por outro meio... uma **sociologia da história lenta** permite descobrir, e integrar na interpretação estruturas, instituições, concepções, e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganharam vida própria. É sua mediação que freia o processo histórico e o torna lento. Não só porque reduz o âmbito da tomada de consciência das verdadeiras dificuldades à transformação social, mas também porque atenua

ou reorienta o sentido das ações de propósito transformador". No processo brasileiro, " a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País ... A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capitalismo moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo político e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é instrumento de poder" (MARTINS, 1994).

4.1 - Questão Agrária como Questão Política : A Força e Perenidade Histórica do Poder dos Conservadores[38]

A relação entre a propriedade territorial e o poder político confere à sociedade brasileira uma das suas mais marcantes características, qual seja, de perfil profundamente autoritário. Verifica-se tal ocorrência na postura das forças dominantes, seja nas relações políticas, seja nas relações sociais como um todo. O autoritarismo resulta do fato de o curso histórico do desenvolvimento brasileiro "ter secretado uma classe política simultaneamente vinculada aos interesses agrários e ao desempenho das funções de Estado... Uma das conseqüências de tal

[38] Importante ressaltar que a crítica ao conservadorismo da classe dominante no Brasil não pode deixar à margem o fato de que importantes segmentos das classes subalternas também esposam teses autoritárias e conservadoras. Na verdade, a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, ainda que tenha libertado parcela expressiva da população dos efeitos diretos da coerção extra-econômica clássica, não significou liberdade plena, porque: a) numeroso contingente de pessoas ainda vive sob o jugo dessa pratica de coerção imcompatível com a lógica do contrato entre pessoas iguais perante a Lei do capitalismo, em especial na zona rural que contempla 25% da população; b) o acesso à essa igualdade formal exige que se porte de requisitos civilizatórios de cidadania, como educação, justiça e sobrevivência digna, sem restrições econômicas, direitos que não estão ao dispor da maioria das pessoas, inclusive nas cidades; c) as transições lentas vem permitindo a montagem da superestrutura capaz de perpetuar essa dominação, como a realização de avanços sociais como concessão "filantrópica" do Poder e não como conquista das classes subalternas; d) a própria organização dessas classes decorre de uma decisão do Poder, que criou o movimento sindical corporativo nos anos 30, até hoje não rompido na plenitude e que, impingiu-lhe o ônus de gerir uma assistência social deficitária que gera imensos desgastes; e) o sistema mostra um incrível capacidade de gerar e absorver facções de classe, dominante ou subalternas, que defendem o avanço "consentido" que não rompe com a sua espinha dorsal. Isso ocorre notadamente nas transições que não são apenas lentas e controladas, mas feitas lentas e controladas se preciso com base na força, seja no campo ou nas cidades; f) nessa passagem de sociedade rural para a urbana, erigindo a sociedade de massa, o controle dos meios de comunicação de massa e seu uso ideológico reforçam o processo de dominação agora com aprofundamento da alienação no reforço do conformismo. Em suma, mesmo as classes subalternas estão representadas por lideranças conservadoras, autoritárias, produzidas pelo mesmo processo ou cooptadas pelas elites com o oferecimento da ilusão de incorporação individual. Exatamente este ponto, o acirramento do individualismo como comportamento genérico em todas as classes, auxilia a perenidade do domínio conservador. Noutras palavras, trata-se do domínio de uma elite conservadora sobre uma sociedade marcantemente conservadora nos vários níveis sociais.

simbiose foi a garantia da manutenção do monopólio da terra, acompanhada de um rígido enquadramento político das populações rurais" (CAMARGO, 1981).

A perenização dessa estrutura de domínio sobre a sociedade compõe requisitos peculiares ao desenvolvimento capitalista brasileiro. Esses pressupostos estruturais fazem com que não ocorram no Brasil as mudanças profundas operadas nas economias e sociedades que o precederam na realização das revoluções industriais, como também, principalmente, condicionem o próprio ritmo e o tempo histórico dessas transformações. Resultante disso, "na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho" (MARTINS, 1994).

Nessa realidade, o devir histórico mostra a preponderância de uma relação intrínseca entre terra e poder, não apenas porque o monopólio da terra se mantém incólume, também porque, com base nesta se constrói uma elite dominante que não agrega os valores civilizatórios das sociedades modernas. Apenas resgatando esse determinante histórico, pode entender-se porque "são os setores modernos e de ponta, na economia e na sociedade, que recriam ou , mesmo, criam, relações sociais arcaicas ou atrasadas, como a peonagem, a escravidão por dívida, nos anos recentes. Trata-se, portanto, de uma sociedade estruturalmente peculiar, cuja dinâmica não se explica por processos políticos e históricos dos modelos clássicos"(MARTINS, 1994).

4.1.1 - Independência Brasileira e Consolidação do Poder Oligárquico

A propriedade da terra está intrinsecamente ligada à estrutura de poder desde os primórdios da sociedade brasileira. Nesse sentido, o patrimônio e o poder confundem-se na trajetória histórica de transformações econômicas paradoxalmente ensejadas sob a égide das forças conservadoras. A colonização foi levada a efeito com base no regime de sesmarias e, na época da proclamação da independência, " tantas foram as liberalidades nas concessões das sesmarias, com áreas de 10, 20, e até 100 léguas, com diversas doações a um mesmo requerente, que, em 1822, não havia mais terras a distribuir ... o quadro está definido: a grande propriedade toma conta do país, com a dependência e o bloqueio de ascensão do lavrador não proprietário" (FAORO, 1991).

A ocupação do território nacional, com base na doação de sesmarias de largas extensões de terras, na verdade representa paralelamente a concentração do poder político local nas mãos do contemplado, uma vez que a ele eram confiados no mesmo ato também poderes administrativos e jurídicos. Isto porque a seleção não era aberta ao concurso de qualquer

cidadão, porque, "para requerer a sesmaria, era necessário o prévio prestígio político, confiada a terra, não ao cultivador eventual, mas ao senhor de cabedais ou titular de serviços públicos. A propriedade seria, desta sorte, uma afirmação aristocrática,... Esse aspecto da formação da propriedade fundiária sugeriu a analogia ao feudalismo, analogia anacrônica dado o envolvimento mercantil da produção agrícola e a presença de um leito de supremacia estatal na sociedade" (FAORO, 1991).

Sem negar que, no caso brasileiro, a economia tenha sido forjada "desde o início pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola" (FURTADO, 1972), o fato é que esse processo se deu lançando mão de formas pretéritas de relações de produção, no que se destaca a escravatura. O estatuto das sesmarias não fugiu à regra, uma vez que "a concessão territorial era o benefício da vassalagem, do ato de servir, não era um direito mas uma retribuição. Portanto, as relações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honrarias como títulos e privilégios, que, no fim, resultam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico" (MARTINS, 1994). A agricultura comercial brasileira foi, desse modo, implantada no contexto da expansão do circuito mercantil europeu, mas sustentada na recriação do trabalho compulsório, representado pela escravidão, e numa particular forma de concessão de terras que garantia lealdades políticas típicas do feudalismo[39]. Nesse sentido, já no regime de sesmaria, fica profundamente demarcada não apenas a estrutura fundiária concentrada, como também, a estrutura de poder autoritária, que caracterizam a realidade brasileira.

A independência brasileira no início do século XIX foi realizada quando os elementos fundamentais da economia agrária brasileira já estavam postos. "O fim do regime de sesmarias estava, mesmo antes da Resolução de 17 de julho de 1822, decretado pelos fatos - a exaustão dos bens a distribuir - fecha um período histórico. Daí por diante, em lugar dos favores do poder público, a terra se adquire pela herança, pela doação, e pela compra e, sobretudo, pela ocupação - a posse, transmissível pela sucessão e alienável pela compra e venda... Verdade que o requisito pelo reconhecimento da posse será a cultura efetiva, mas o posseiro, a partir de sua lavoura, estendia a terra até onde a resistência dos outros não obstasse suas pretensões territoriais. De um modo e de outro, a grande propriedade era o objetivo, já fixado na

[39] Essa conformação essencialmente contraditória, presente no poder de coerção extra-econômica do sesmeiro, e que foi perenizada na estrutura da sociedade brasileira por inúmeros mecanismos que conformaram uma elite marcantemente autoritária, faz traduzir no mesmo sentido as denominações de "feudal" de RANGEL (1986a) e de "resquícios colonial-escravistas" de PRADO Jr (1966) e de FURTADO (1972), cunhadas para conceituar essa constatação na realidade. Outro aspecto que reforça essa argumentação está no fato de que "a coroa sabia o modo de domar o proprietário rural, com os remédios já usados em outro tempo no aliciamento, aos conquistadores e descobridores de minas: os dourados honoríficos, nobilitadores e inúteis. A distribuição será módica, nos graus sob D. João e de mãos largas no reinado de D. Pedro I, que de golpe, fundou a aristocracia brasileira, desde logo mais numerosa que a de Portugal em muitos séculos de monarquia ... A política era, nas intenções, finória: com papel, fita e metal conquistava lealdades" (FAORO, 1991).

imaginação e legitimada na consideração social" (FAORO, 1991).

Essa transformação política de modo algum viria a representar uma ruptura com a estrutura de poder vigente na sociedade brasileira. Tal constatação está no fato de que o Imperador D. Pedro I não apenas fora o representante da coroa portuguesa no Brasil anteriormente à independência, como também se constituía no herdeiro direto dessa mesma coroa, direito que viria futuramente a reivindicar e obter. As estruturas políticas, com privilégios para os detentores de patrimônio, já se haviam estabelecido no campo com base nas sesmarias. As medidas seguintes viriam consolidar a relação entre patrimônio e poder, sendo que a Constituição de 1824, no artigo 179, definia que "é garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude", convalidando o caráter absoluto e concentrador da propriedade tradicional (FACHIN & SILVA, 1991).

Essa base legal viria acompanhada da legalização das chamadas companhias de ordenanças, que representavam um misto de poder político e militar de base local. "A Regência de Feijó criou a Guarda Nacional, ... o que a Regência fez foi simplesmente ampliar a estrutura das companhias de ordenanças, que eram corporações civis, dando-lhes hierarquia militar completa... o que de fato aconteceu foi a captura do poder central pelos municípios e sua tradição oligárquica e patrimonial... De modo que os potentados locais ganharam visibilidade e forma política como coronéis da Guarda" (MARTINS, 1994). A própria estrutura eleitoral de todo o período imperial impedia a ampla manifestação popular, e reforçava o poder local, pelo fato de que "a amplitude do voto era regulada pelo patrimônio de cada um, pois só os mais ricos votavam em todas as eleições (municipais, provinciais e nacionais). Os não tão ricos votavam nas eleições municipais e nas provinciais, mas não nas nacionais" (MARTINS, 1994).

A monarquia brasileira erigida após a independência e a própria integridade territorial são elementos de um movimento de proteção aos interesses da oligarquia escravista. O Brasil Imperial, tal como historicamente se constituiu a partir do sistema mercantil-colonial, foi uma necessidade instrumental capaz de manter a escravidão como regime de trabalho compulsório, quando todas as principais potencias mundiais, dentre as quais a Inglaterra hegemônica no mundo, a condenavam peremptoriamente em defesa do trabalho livre, em nome da "liberdade" inerente à "modernidade capitalista do século XIX" (ALENCASTRO, 1987). Tomando como partida a condenação formal da escravidão em todo o mundo "civilizado" por volta dos anos trinta daquele século, a oligarquia, ao controlar o Império, teve forças para manter esse regime de trabalho "arcaico" por mais meio século, quando a sua solução já estava "madura" em termos de que já haviam sido gestados os instrumentos de manutenção do poder econômico e político. Um deles é a propriedade territorial, criada por meio da Lei de Terras de 1850.

Esse instrumento legal viria encerrar o período em que o acesso à terra se fazia pelo sistema de posses, passando a vigir o de concessões. "De acordo com a Lei nº 601, de 18 de

setembro de 1850, para o futuro, punha-se termo ao regime das posses, admitida a transmissão da propriedade apenas pela sucessão e pela compra e venda, ... uma ratificação formal do regime de posses . Graças à lei, a propriedade particular se extremou da terra devoluta, gozando a primeira, além de um título certo para garantia de sua empresa, de um registro paroquial, embrião capaz de separar o senhor de terras do mero pretendente ao usucapião. Para o futuro as terras públicas só seriam adquiridas por meio de compra, com a extinção do regime anárquico das ocupações"(FAORO, 1991).

A valorização das terras, no decorrer do surto da expansão cafeeira pelo Vale do Paraíba, mostra concretamente a que e a quem serviu a existência desse estatuto legal. Nesse processo, os posseiros, "até então pouco molestados, são repudiados pelos velhos proprietários, que lançam mão de todos os recursos administrativos e judiciais para defenderem sua propriedade. Dessa luta, a vitória coube aos senhores das sesmarias ... Não obstante a resistência encarniçada e, às vezes, altiva dos pequenos posseiros, estes não podiam sustentar por muito tempo a luta com poderosos adversários possuindo relações no Rio de Janeiro, recursos abundantes para pagar advogados, e os lazeres necessários para fazerem viagens à sede do município. ... A Lei de 1850 não lograra, inspirada pelo povoamento e colonização, compensar, pela pequena propriedade, o rumo expansionista do latifúndio. Reforçava, contudo, à margem das sesmarias, algumas posses voltadas à grande extensão" (FAORO, 1991).

O regime imperial consolidou uma estrutura de poder econômico profundamente concentrada, com a manutenção dos latifúndios canavieiros nordestinos, mas principalmente pelo fato de que, com o início da expansão do café no sudeste, se reproduziram as mesmas características da velha agricultura na nova fronteira de expansão, qual seja, a grande propriedade escravocrata. Na verdade, estava na base da sustentação do "2º Reinado, cuja decantada estabilidade repousa justamente na solidez do pacto agrário que o modela, consubstanciado no acordo escravocrata que, em vista das sérias pressões externas, transforma o Estado não só em avalista de relações condenadas pelos centros hegemônicos, como também em mediador e vínculo entre elites tradicionais e elites emergentes, coesas em torno da perpetuação de interesses comuns" (CAMARGO, 1981).

A luta contra a escravidão envolvia, para muitos abolicionistas, a necessidade de redefinir a estrutura agrária, sem o que não haveria ruptura com as forças de poder atuantes sobre a sociedade[40]. Entretanto, realizada a abolição, não sem antes se ter forjado a

[40] Interessante, nesse aspecto, são as posições do mulato de origem humilde Antonio Pedro Figueiredo, dotado de grande cultura e por isso denominado "Cousin Fusco". Seus depoimentos publicados na revista "O Progresso", entre 1846 e 1848, revelam profundo conhecimento do problema agrário brasileiro à época, em especial de Pernambuco, dominado pelo latifúndio canavieiro. Dizia ele: "A maior parte da nossa província está dividida em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias, das quais mui poucas hão sido subdivididas. O proprietário ou rendeiro ocupa uma parte delas, e abandona, mediante pequena paga, o

institucionalização da propriedade pela Lei de Terras de 1850, "não se processam as transformações que, idealisticamente, muitos abolicionistas esperavam. Homens como André Rebouças, defensores de medidas de distribuição da propriedade que dessem fim ao monopólio da terra e criassem uma ampla camada de pequenos proprietários, serão, com a queda do Império a qual defendem, marginalizados" (CAMARGO, 1981).

4.1.2 - Proclamação da República e a Força da Oligarquia Rural

A proclamação da República viria ser outra demonstração de robustez da oligarquia agrária brasileira, com uma "saúde que não se revela apenas pelo seu aspecto formal, em dado momento, mas pela comprovação de sua capacidade de **renovação**, sem ruptura de identidade" (RANGEL, 1962). As lutas pelos ideais republicanos envolviam não apenas grupos que se batiam pela condenação da escravidão, mas também, principalmente, facções de proprietários de terras que propugnavam pela descentralização do poder imperial. Para essas forças, de cunho paradoxalmente "modernizantes-conservadoras", o antagonismo fundamental era dirigido a centralização do poder nas mãos de segmentos encastelados em torno da corte, envolvendo comerciantes e especuladores que tolhiam a expansão econômica do País. Isso porque "o Segundo Reinado será o paraíso dos comerciantes, entre os quais se incluem intermediários honrados e os especuladores prontos para o bote à presa, em aliança com o Tesouro. A velha dupla, estamento e comércio, dá-se as mãos, modernizadora nos seus propósitos, montada sobre a miragem do progresso. Os agricultores, vergados ao solo, os industriais inovadores, servem, sem querer, aos homens de imaginação forrada de golpes, hábeis no convívio com políticos, astutos nas empreitadas" (FAORO, 1991).

A oligarquia agrária brasileira, produto do acordo realizado entre as classes agrárias e setores a elas vinculados, era formada por várias oligarquias regionais, produzidas por bases sócio-econômicas distintas, indo da feição latifundiária-patrimonialista nordestina à burguesia agrário-mercantil paulista. Segundo CARDOSO (1975), isso constituia a espinha dorsal da oligarquia que tinha duplo caráter: de um lado o Estado e o patrimonialismo deram à oligarquia

---

direito de permanecer n'outra e de cultivá-la, a cem, duzentas e algumas vezes quatrocentas famílias de pardos e pretos livres, dos quais ele se torna protetor natural, mas deles também exige obediência absoluta, e sobre eles exerce o mais completo despotismo. Daí resulta que as garantias da lei não são para esses mal-aventurados, que entretanto compõem a maior parte da população da província, mas para esses proprietários, dos quais 3 ou 4 reunidos pelos laços de sangue, da amizade ou da ambição, bastam para aniquilar numa vasta extensão de terreno, as forças e influencias do Governo... Nesse fato da grande propriedade territorial, nesses novos latifúndios, deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de imenso poder que lhe dá esta massa de vassalos obedientes ... Reconheçamos numa palavra, que a divisão do nosso solo em grandes propriedades era a fonte maior de nossos males ... Este regime autoritário provem da organização atual da propriedade no interior ... Matai o despotismo na pessoa da grande propriedade" (citado por HOLANDA & CAMPOS, 1972).

uma expressão cartorial; de outro, um setor oligárquico assumia posturas ilustradas. O fim da escravidão é um processo que não se explica pela luta entre senhores e escravos, mas por uma teia de determinações destinada a pôr fim a esse obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, na qual se funda a aliança de interesses entre plantadores de café, burguesia industrial inglesa e parcela do aparato estatal (militares). A oligarquia rural patrimonialista sucumbiu nesse processo à burguesia agrário-exportadora. Entretanto, originária de uma estrutura de poder calcada na grande propriedade, a burguesia cafeeira mantém essa característica de *terrateniente*.

Por essa razão mesmo no contexto da economia cafeeira, não há uma adesão linear às idéias republicanas. O pressuposto fundamental dos cafeicultores do oeste paulista era auferir uma institucionalidade capaz de permitir políticas de sustentação ao negócio em expansão, para o que a idéia de federação era importante por permitir diferenciar estruturas de poder. Esse será "o imã de uma parte dos fazendeiros, a mais comprometida com o trabalho livre, a que não verá senão no trabalho livre o futuro da lavoura, a mais hostil ao encadeamento urbano e creditício de suas atividades. Só assim se explicará o larvado e o manifesto republicanismo do fazendeiro do oeste paulista e do Rio Grande do Sul, bem como, em sentido inverso, a fidelidade monárquica da lavoura do Vale do Paraíba "(FAORO, 1991).

A República alterou o pacto imperial no sentido da descentralização do poder e, ao invés da escravidão, colocou como cimento agregador da federação a manutenção do monopólio da terra. Realizada a transformação do regime, há uma acomodação das forças políticas sob hegemonia marcantemente conservadora, especialmente no tocante ao aspecto patrimonial. A Constituição de 1891, no seu artigo 17, definia que "o direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude" tal qual previa a Carta Magna que vigiu por todo período imperial, não representando nesse sentido senão a continuidade da ordem legal precedente (FACHIN & SILVA, 1991).

A burguesia cafeeira, ao manter a estrutura fundiária, passou a aparelhar a estrutura de Estado com vistas a realizar as transformações econômicas necessárias à expansão do complexo cafeeiro. Tinha sob seu controle as concessões de terras, o suporte à imigração com a organização do patronato agrícola, a geração e a difusão de tecnologias para as quais forjou institutos especializados e a formação de recursos humanos nas escolas agrícolas instaladas pelo interior e na criação dos cursos de engenharia, em especial a agronômica, ainda no final do século XIX (GONÇALVES, 1993b). Por todos esses feitos pode visualizar-se a face moderna de uma burguesia gestada e apegada à grande propriedade territorial. Aliás, a incolumidade da propriedade era fundamental para os sucessos especulativos das vendas de terras nas frentes de expansão cafeeira.

Por seu lado, no tocante à dominação política, a estrutura de poder mantem-se

intacta, pois, "no campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel tardo e solene, realista e autoritário, ..., converte o freio jurídico do Governo no buçal cabloco ... O coronel antes de ser um líder político é um líder econômico,... o homem rico - o rico por excelência na sociedade agrária, o fazendeiro, dono de terra - exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal ... A passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e exacerbar a função eleitoral do coronel ... No esquema da supremacia estadual e da eleição sansionadora se insere o coronelismo. Ele se irmana à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas. O comando do sistema caberá ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediário dos favores e benefícios da União sobre as comunas... A situação política do coronel se manifesta nos seus serviços de intermediação, ... o coronel pleiteia e distribui, protege e mobiliza a segurança coletiva" (FAORO, 1991).

Desse modo, a República Velha contraditoriamente representou: a) no plano econômico, a liberação do capitalismo brasileiro das amarras que impediam a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, impulsionando a industrialização em concomitância com a expansão cafeeira, o que redundou, ainda que tardiamente, na internalização do padrão produtivo referente à 1ª Revolução Industrial no final dos anos 20 (CANO, 1980); b) no estatal, o reaparelhamento do aparato público para sustentar esse processo, pois o que torna singulares os homens do café não é o controle do Governo, mas o fato de terem usado esse controle para concretizar uma política definida em termos econômicos e sociais (FURTADO, 1989); c) e no político, a constatação de que "a política dos governadores que apressa a integração dos *Estados* ao Estado, verticaliza também as relações sociais: consolida de tal forma a liderança regional, nos *Estados*, e do coronel, no município, através das bem montadas máquinas políticas, que praticamente 'feudaliza' o campesinato, tornando-o totalmente dependente de uma política de clientela que, sob condições de lealdade e conformidade absoluta, lhe delega o usufruto parcial da terra, e alguns outros bens e serviços. Nas zonas rurais mais pobres, diante da penúria geral, amplas camadas acomodam-se às precárias condições de existência" (CAMARGO, 1981).

4.1.3 - Revolução de 30 e Manutenção do Poder Ruralista

As transformações econômicas brasileiras nas primeiras décadas do Século XX consubstanciaram-se na "precipitação de duas crises de sobreacumulação produtiva - a cafeeira e a industrial" (CANO, 1993). Essas mudanças em curso haviam aberto o caminho para o rompimento com a característica essencialmente agrária da economia brasileira, uma vez que haviam sido implantados os principais setores da indústria leve de consumo não-durável, o que

corresponde à internalização do padrão inerente à 1ª Revolução Industrial Inglesa. Surgem no seio social as classes médias urbanas, a classe operária urbana (ainda que de dimensões nacionais modestas), o que de certa maneira rompe com o monopólio da fazenda de café de único cenário da vida econômica e política nacional. Em função disso, assiste-se no "transcorrer da década de 20, a uma série de movimentações sociais e políticas, como os movimentos operários, o surgimento dos partidos políticos de esquerda, da Semana da Arte Moderna de 1922 e do tenentismo, que surge a partir de 1918 e que culminaria com a ruptura desse período de transição, com a Revolução de 30" (CANO, 1993).

Na verdade, inicia-se nesse período o processo lento de industrialização que demandaria meio século até completar-se a internalização da 2ª Revolução Industrial. Com esse objetivo, adotam-se políticas públicas que transferem renda de outros setores para a indústria de maneira a fortalecê-la como pólo dinâmico da economia, acelerando concomitantemente a urbanização, porque os diferenciais de ganhos na cidade em relação ao campo eram um atrativo para as massas migrarem do campo para as cidades (CARDOSO, 1975). A burguesia industrial-financeira constatou que as instituições nacionais eram arcaicas e incompatíveis com o capitalismo de base industrial e, por essa razão impunha-se intervenções em certas esferas para liberar as manifestações das virtualidades do modo de produção capitalista. Para tal realizou reformas institucionais para acompanhar o ritmo de avanço das forças produtivas (IANNI, 1965), ainda que a força das oligarquias rurais ameniza e estende esse processo por décadas. Com a Revolução de 30, rompe-se de forma dramática a estrutura calcada num instrumento que se havia tornado obsoleto, a política de cúpula que envolvia no comando os principais estados exportadores de café (CARDOSO, 1972), mas não sem que isso tenha significado, por outro lado um acordo com as oligarquia periféricas, não ligadas ao café.

O movimento tenentista, principal núcleo portador das idéias renovadoras, que funcionaram como propulsoras da Revolução de 30, tinha em suas entranhas enormes contradições, ainda que no geral representasse uma condenação ao poder da oligarquia rural. Dentre os líderes, estava Luiz Carlos Prestes, que propugnava que: "somos governados por uma minoria que, proprietária de terras e das fazendas e senhores dos meios de produção e, apoiada nos imperialismos estrangeiros, nos explora e nos divide. Essa situação só será dominada pela verdadeira insurreição generalizada, pelo levante consciente das mais vastas massas de nossas populações dos sertões e das cidades" (citado por SILVA, 1966). Liderança não menos importante, especialmente no período posterior aos anos 30, era Juarez Távora, para quem "não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, da ascendência universal incontrastável, pelo proletariado, que se chegará ao almejado equilíbrio social. Isso apenas inverteria os pólos da injustiça atual. Creio sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, erigido um regulador

imparcial de suas dependências e interesses recíprocos" (citado por SILVA, 1966). Os tenentes, que chegaram ao poder em 1930, acabaram filiando-se à segunda concepção, com Juarez Távora se convertendo em importante mandatário nordestino.

O entendimento do real significado do regime implantado com a derrocada da burguesia cafeeira exige que se leve em conta que a "Revolução de 1930 resulta da superposição de forças políticas por definição contraditórias: o tenentismo e a reação oligárquica. O tenentismo, em sua fase inicial indefinido politicamente, embora já comprometido com o legalismo democrático e com o espírito da Constituição de 1891, sofre, em seu processo de socialização política, profundas transformações" (CAMARGO, 1981). Para os segmentos ligados às oligarquias periféricas, "os tenentes e seu programa renovador constituíam uma séria ameaça, que na verdade implicaria a desarticulação total de forças regionais bem montadas, além de uma ruptura com os compromissos tácitos que precederam e possibilitaram a Revolução de 1930" (CAMARGO, 1981).

Na esteira do processo de acomodação que reduziria os impactos revolucionadores das idéias tenentistas, tem-se a constatação de que " os velhos políticos, fiéis à paz republicana, admitem a insurreição, nunca a revolução. Pretendem na verdade, abortar a revolução à custa da insurreição, já que reformas legais não haviam sido possíveis ... Nada de tocar nos alicerces sobre que repousa a estrutura social" (FAORO, 1991). Dentro desse contexto, "por mais fortes razões, a reformulação agrária, que atinge o âmago da ordem política dominante, sustentada pelo poder fundiário, será, de maneira ainda mais radical, postergada: eram sólidos e organizados os interesses que as reformas porventura atingissem e, inversamente, frágeis e desarticulados os seus prováveis beneficiados. Visivelmente, o poder central filtrará as medidas tenentistas incorporando apenas propostas residuais inócuas e facilmente digeríveis" (CAMARGO, 1981).

Surge desse processo o alargamento das políticas de favores, existentes no campo, para as cidades, uma vez que "a única grande expressão política e ideológica da classe operária brasileira foi o populismo, que teve seu melhor momento no populismo de Vargas" (MARTINS, 1994). Essa conformação de estrutura de dominação "funda-se no momento em que as populações rurais se deslocam para as cidades, educadas nos quadros autoritários do campo. O coronel cede lugar aos agentes semi-oficiais, os pelegos, com o chefe de governo colocado no papel de protetor e pai, sempre autoritariamente, pai que distribui favores simbólicos e castigos reais" (FAORO, 1991). Tem-se, na verdade, uma continuidade política, uma vez que "as oligarquias mantinham suas relações de clientelismo e, sobretudo, sua dominação tradicional em relação à clientela, isto é., o povo. Mas, passaram a prestar obediência aos novos donos do poder, os militares e burocratas do Estado centralizado. No fim, mesmo onde a Revolução renovou as lideranças políticas, recorreu ao mesmo sistema de compromissos com

facções locais em que o coronelismo sempre se baseou" (MARTINS, 1994).

Nessa "transição negociada" com as forças oligarcas, manteve-se o núcleo conservador de incrível poder que dá o perfil da política nacional. A figura política predominante da agropecuária era o "coronel", que reinava sobre enorme vastidão territorial. Como coloca SINGER (1964), "dentro do latifúndio o senhor possui autoridade indiscutida e quase ilimitada. É obedecido incondicionalmente por agregados, arrendatários, parceiros e colonos, assim como capatazes, administradores e também pelos membros de sua própria família. Nenhuma oposição lhe vem de baixo, no plano político, ele é o chefe absoluto de sua clã. Só se lhe pode opor um outro coronel, de força e prestígio equivalentes" (SINGER, 1964).

As transformações econômicas provocaram a pseudomorfose, ou seja, transformações consentidas que não mudam o conteúdo ideológico das forças dominantes do processo. A urbanização e a industrialização promoveriam um solapamento do poder político do "coronel" do latifúndio. Não se trata de uma ruptura mas de uma "transição" intestina às elites conservadoras que mantém o seu perfil, pois, "longe de impor ou precipitar a mudança no campo das relações internas, tenderá a abrir novas oportunidades de expansão, consolidando as relações internas de produção, dando-lhes concomitantemente novo conteúdo. A estrutura agrária do país corresponde à essência de suas relações internas de produção" (RANGEL, 1962). Nesse contexto, esse processo impõe uma resultante conservadora às transformações, pois "o extermínio político do coronel prenuncia o fim do latifúndio colonial. Mas apesar de tudo o coronel sobrevive em muitas partes. É uma figura em decadência, mas que dispõe ainda de muito poderio local, cuja pressão no plano nacional é nada desprezível" (SINGER, 1964).

O "coronel" foi substituído como político conservador típico pelo representante de grupo econômico, num processo onde a grande empresa assume a posição antes desempenhada pelo latifúndio, elegendo seus defensores para as diversas esferas do poder político. "O representante de grupo econômico se elege à custa de dinheiro. Sua tática é comprar votos de cabos eleitorais... O cabo eleitoral contribui para a eleição do representante do grupo econômico. Este em troca o sustenta financeiramente e lhe presta favores políticos" (SINGER, 1964). O político de clientela, também de corte conservador, tem uma forma de atuação semelhante, embora esteja mais próximo de sua base eleitoral, atendendo diretamente pequenos favores, normalmente afeitos à saúde. Apesar de não estar necessariamente ligado à grande empresa, quase sempre vota com seus interesses.

O novo político conservador tem profundo conhecimento local baseado em compromissos fortes com um conjunto de cabos eleitorais, que são líderes locais com uma quantidade importante de votos, mas que não são suficientes para alçá-lo a um cargo eletivo. A sustentação dessa pirâmide do poder conservador está estruturada em um sistema de "castas" eleitorais, em cuja base um conjunto de vereadores é sustentado pelos cabos

eleitorais. Estes vereadores, por sua vez, sustentam deputados que são ligados a um líder regional ou estadual mais poderoso. Envolve, portanto, uma estrutura solidificada numa secular prática política de clientela. O cabo eleitoral só se mantém se atender algumas reivindicações, normalmente pessoais, é "por isso que ele precisa contar proteção de 'cima', que ele obtêm precisamente contribuindo para a eleição de vereadores e deputados... É desta maneira que cruzeiros se transformam em votos" (SINGER, 1964).

Se no geral esse processo redundou no predomínio de forças políticas forjadas com base numa moldagem mantenedora do seu perfil conservador, no meio rural a realidade se mostraria dramaticamente retrógrada. Isso "porque Vargas estabeleceu com os 'coronéis' sertanejos uma espécie de pacto político tácito. Em decorrência, o governo não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico, embora, ao mesmo tempo, regulamentasse e melhorasse substancialmente as condições de vida dos trabalhadores urbanos. Com isso, manteve nas zonas rurais e nas cidades interioranas do País uma enorme força eleitoral conservadora, que se tornou o fiel da balança da política brasileira. Força eleitoral, porém, que se realimenta continuamente do clientelismo político e, portanto, de relações institucionais corruptoras" (MARTINS, 1994).

No que se refere às relações de trabalho, abre-se um fosso entre a legislação trabalhista urbana e a rural. Essa disparidade de tratamento seria preservada por décadas contribuindo sobremaneira para o estímulo ao êxodo rural. Isso porque no tratamento dado pelo Governo Vargas, "quanto aos trabalhadores rurais, não poderão usufruir, como os trabalhadores urbanos das prerrogativas das Leis Trabalhistas, segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), embora, segundo o Decreto-lei 7.038 de 10 de novembro de 1944, o direito à sindicalização esteja previsto. Nas zonas de cana-de-açúcar, durante o Estado Novo, apenas os trabalhadores das usinas serão enquadrados pela legislação, enquanto o trabalhador rural será dela excluído" (CAMARGO, 1981).

A estrutura fundiária permaneceria praticamente intocada, a começar pelo direito de propriedade que, a despeito de romper com a garantia plena das constituições anteriores, avançaria muito pouco no sentido de instrumentalizar uma intervenção pública mais incisiva. A Constituição de 1934, no seu artigo 113, previa que "é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilização pública far-se-á nos termos da lei, mediante previa e justa indenização" (FACHIN & SILVA, 1991). Já a Constituição de 1937, no seu artigo 122, com a redação dada pela Lei Constitucional nº 5 de 10 de março de 1942, "assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País, o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes: o direito à propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia" (FACHIN & SILVA, 1991). Nota-

se assim, entre o início do Governo Vargas, quando as idéias tenentistas predominavam, e a sua fase de acomodação, um recuo em termos da submissão do direito de propriedade ao interesse social ou coletivo.

Desse modo, do conjunto de transformações profundas que os ideais tenentistas consubstanciaram nas suas propostas para os destinos da Revolução de 30, no contexto rural quase nada se concretizou de profundo. Na verdade, da "herança tenentista restaram tímidos projetos de colonização, as chamadas colônias agrícolas nacionais, promovidas pelo governo federal, em colaboração com os governos estaduais" (CAMARGO, 1981). A expressão dessa política de "colonização para os trabalhadores nacionais" (SANTOS, 1995), levada a efeito no período 1930-45, pode ser verificada nos 44 programas, atingindo 36.502 famílias que receberam 3.468.004 ha, a maior parte na região Sul (24 programas, 10.712 famílias, 1.660.951 ha), embora o maior número de famílias tenha sido no Centro-Oeste (Tabela 1). Essas colônias eram destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, brasileiros pobres em condições de praticar agricultura, assim como estrangeiros, em casos especiais (SANTOS, 1995). Para década e meia de ação e pela radicalidade da proposta, os resultados foram por demais insignificantes.

Com o processo de redemocratização posterior ao fim do Estado Novo, ao invés da pretendida assunção da sociedade civil ao controle do poder, "ao abrir-se o jogo político, o que ocorre é a rearticulação das representações municipais e regionais, e o reativamento do fenômeno coronelista, ainda em plena vigência enquanto expressão econômica e social. Se o Estado Novo não o inibe, mas o controla, na nova ordem democrática, a disputa eleitoral espontaneamente atribui papel relevante na vida pública aos que detêm o domínio real das clientelas rurais e municipais" (CAMARGO, 1981). Nesse quadro, a Constituição de 1946 consagraria mecanismos impeditivos da reforma agrária, "já que exigia pagamento prévio e em dinheiro, pelo justo preço, das desapropriações por interesse social"(FACHIN & SILVA, 1991).

Entretanto, o fortalecimento das camadas sociais urbanas, aliado à crescente organização sindical rural, tinha permitido a emergência de movimentos reivindicatórios de transformações no campo. Abre-se em 1946 um amplo debate em torno da questão agrária no qual seriam gestados os instrumentos fundamentais da estrutura legal, referente à problemática, institucionalizadas na metade dos anos 60. Note-se que, conquanto existissem forças políticas operando em torno da idéia da reforma agrária e da mudança das relações de trabalho no campo, em quase duas décadas de regime democrático os resultados efetivos foram reduzidos. Desse modo, embora tenha virado tema nacional, a questão agrária enfrentava articuladas e fortes forças conservadoras capazes de obstar a criação dos mecanismos legais que permitiriam a sua concretização. Trata-se sem dúvida, de quadra interessante e definidora da estrutura social brasileira, a vivida entre 1946 e 1964, em que se aprofundou a industrialização,

mantendo intacta a estrutura econômica e de poder no campo.

Tabela 1.- Projetos de Colonização e Assentamento, Brasil e Regiões, 1927-45 a 1985-94

Regiões	Programas (nº)	Área (ha)	Famílias (nº)
	Período de 1927 a 1945		
Centro-Oeste	4	558.450	13.565
Norte	6	782.627	4.521
Nordeste	4	445.716	6.316
Sul	24	1.660.951	10.712
Sudeste	6	20.260	1.388
BRASIL	44	3.468.004	36.502
	Período 1946 a 1964		
Centro-Oeste	25	1.098.107	8.693
Norte	3	51.105	571
Nordeste	26	1.188.437	5.547
Sul	15	27.468	1.157
Sudeste	16	352.137	1.187
BRASIL	85	2.717.254	17.155
	Período 1965 a 1984		
Centro-Oeste	129	3.724.164	27.271
Norte	46	18.579.512	107.079
Nordeste	38	1.155.718	17.081
Sul	35	181.570	7.335
Sudeste	16	79.431	3.702
BRASIL	264	23.720.395	162.468
	Período 1985 a 1994		
Centro-Oeste	107	1.164.291	18.153
Norte	211	5.381.842	70.634
Nordeste	315	1.251.983	36.995
Sul	153	148.719	7.071
Sudeste	64	177.593	9.182
BRASIL	850	8.124.428	142.035

Fonte: SANTOS (1995).

O período 1945-63 traz a questão agrária para o centro do debate nacional como um elemento central para eliminar-se constrangimentos impeditivos da industrialização. A

derrocada do Estado Novo coincidiu com o final da II Guerra Mundial e, assim, o processo de redemocratização no plano interno foi simultâneo ao início do processo de irradiação do padrão americano de industrialização e urbanização do país de origem para o mundo. Nesse contexto, "a questão agrária começa a ser colocada com uma ênfase cada vez maior, como um obstáculo ao desenvolvimento. Dezenas de projetos de lei de reforma agrária são apresentadas ao Congresso Nacional. Nenhum é aprovado"(PINTO, 1995). Esse quadro decorre de que, ainda que tenham cedido terreno no campo político, as forças das oligarquias rurais, centradas na liberação do coronelismo controlado pela ditadura varguista, mostravam seu vigor, tendo suporte não apenas nas suas organizações mas, também em segmentos da sociedade civil urbana e da imprensa. Interessante salientar que a defesa da propriedade fundiária se converte cada vez mais no cimento que une interesses de grupos conservadores de distantes rincões do território nacional.

Os governos passam a ter uma posição dúbia. Para o operariado e as categorias urbanas em expansão e ávidas de modernidade, era necessário, para fins eleitorais e de sustentação na opinião pública, o aceno com medidas no sentido da realização da reforma agrária. Entretanto, para manter sua base política no Congresso Nacional onde a oligarquia rural mantinha representação expressiva e, em conjunto com as forças conservadoras urbanas, constituia ampla maioria parlamentar, as lideranças governamentais acabavam não tendo posição incisiva na defesa da aprovação das propostas de modificação da legislação agrária. Logo após o fim do Estado Novo, o Governo Dutra encaminhava projeto de reforma agrária em 30 de junho de 1947, com o objetivo de modificar a estrutura agrária, que, ainda que respeitasse o princípio constitucional da indenização prévia em dinheiro, enfrentaria dura resistência no Congresso, a qual não superaria. Os pontos centrais contra os quais se batia a resistência conservadora eram: a) o projeto não atendia à reivindicação ruralista de que a reforma agrária deveria ser realizada em terras devolutas; e b) a proposta estabelecia a possibilidade de desapropriação de terras improdutivas e produtivas de regiões ocupadas do território nacional com vistas a combater a monocultura e a grande propriedade (CAMARGO, 1981).

O segundo Governo Vargas, que fora eleito democraticamente com base na ampla teia de compromissos estabelecidos com lideranças rurais e com o sindicalismo operário gestado à sombra do Estado, retomaria a proposta de dotar o Brasil de uma Lei Agrária. As inúmeras tentativas fracassadas acabam não concretizando esses seus objetivos, como resultante de resistências às propostas tanto no campo da reforma agrária quanto no relativo à garantia de direitos aos trabalhadores rurais. A correlação de forças getulista envolve interesses antagônicos nesses aspectos e, portanto, "é preciso frisar que não é só do Congresso conservador que partem as resistências à Reforma. Apesar das intenções explícitas, também

o Executivo mantém posição reservada, embora as injunções eleitorais o obriguem a assumir compromissos interpartidários em favor das transformações sociais do campo" (CAMARGO, 1981).

O Governo Juscelino Kubitschek representa um marco no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, com a implementação do Plano de Metas no período 1956-61 que internalizou a indústria de bens duráveis, não apenas atacando e superando os constrangimentos relativos ao binômio energia/transporte, como também, construindo a indústria pesada brasileira (LESSA, 1975). Ressalte-se, contudo, que esse avanço no processo de industrialização foi prejudicado fundamentalmente pela limitação imposta pelas oligarquias rurais. A idéia de JK explicitada no discurso de 1° de maio de 1956, seria a de "fazer uma revolução **agroindustrial** em profundidade, uma revolução no sentido de produzir mais, em condições melhores de preço e de custo", para o que a reforma agrária seria a única medida capaz de remover resquícios feudais, melhorar o padrão de vida e ampliar o mercado interno (CAMARGO, 1981). Sabedor de que as forças conservadoras eram poderosas, o Governo JK seguiu sempre a linha de menor resistência para implantar sua política de industrialização. Essa conduta pode ser exemplificada não apenas no financiamento do investimento com base na emissão primária (imposto inflacionário) e em recursos externos, face à impossibilidade política de realizar uma reforma fiscal compatível, como também, na agricultura em que "a política do possível parece ter sido a de conseguir da facção ruralista uma posição de neutralidade diante do Programa de Metas, em troca da conservação das relações sociais no campo" (CAMARGO, 1981).

Esse recuo de JK na sua concepção de política desenvolvimentista, que o levou a abandonar a concepção agroindustrial, resultou na configuração de um Plano de Metas com objetivos tímidos para a agricultura. As metas para a produção agropecuária, em especial o trigo, foram não apenas modestas como também não alcançadas, o mesmo ocorrendo com a indústria de "bens de capital agropecuários" nos setores de fabricação de tratores, fertilizantes e corretivos (LESSA, 1975). Nem mesmo a modernização do latifúndio foi propugnada, ao contrário, foi mantida incólume a realidade agrária. Por outro lado, para uma proposta que visava internalizar o padrão da 2ª Revolução Industrial, existia no Plano de Metas um enorme vazio relativo à indústria de agroprocessamento, estratégica para irradiar geograficamente o processo em economias continentais e, com isso, interiorizar as mudanças na dinâmica econômica (RANGEL, 1954). Essa tática de JK, de não enfrentar os interesses ruralistas, se de um lado viabilizou uma realização transformadora enquanto economia industrial urbana, de outro postergou por décadas a transformação da agricultura. A mudança consentida, nesse caso, deveria ser feita com a modernização do latifúndio pari passu com a implantação das indústrias de insumos e de agroprocessamento, ou seja, manter intacto e até mesmo aprofundar o domínio da grande propriedade, o processo foi esticado até o final dos anos 70, quando se

completaria a internalização do padrão americano (CANO, 1993).

Findo o Governo JK, a economia brasileira vê-se envolvida numa crise cíclica decorrente da maturação do portentoso bloco de investimento representado pelo Plano de Metas (SERRA, 1989), passando por período conturbado em que seriam gestadas as novas bases do padrão de financiamento. Esgota-se a emissão primária como mobilizadora de recursos para o investimento, tolhendo os movimentos do Estado no sentido de realizar políticas anticíclicas. A isso se soma o afloramento dos conflitos distributivos consubstanciado numa crescente pressão social por mudanças. O Governo Jânio Quadros assume com discurso anti-JK, mas sem realizar as medidas capazes de abrir o caminho para a superação da crise. Outra vez, iniciativas em favor da reforma agrária surgem como aceno a pressões de movimentos organizados, mas que acabaram mais uma vez por serem derrotadas. "O fracasso da reforma agrária, se não importante em si mesmo, foi, possivelmente, o indicador às vésperas da renúncia de que o poder das forças tradicionais era grande e o dos reformistas desproporcionalmente pequeno. Com a classe política desigualmente dividida, ..., também a sociedade civil segue seus passos, temerosa de que o temperamento obsessivo e apaixonado pudesse levar longe demais eventuais rupturas" (CAMARGO, 1981).

Com a renúncia de Jânio Quadros, num ambiente político expressamente conturbado pelas forças conservadoras, assume o Presidente João Goulart, historicamente comprometido com idéias progressistas. Assim, "com Jango o compromisso com as Reformas constitui, desde os primeiros dias, a pedra angular da gestão que se inicia... Assim, mal toma posse, a prioridade dada às Reformas, especialmente à Reforma Agrária, parece tão óbvia que já a imprensa nacional e internacional as anuncia como inapelável vocação do novo Governo" (CAMARGO, 1981). Data de 17 de janeiro de 1962 o encaminhamento ao Congresso, pelo então Primeiro Ministro Tancredo Neves, do texto final do Estatuto da Terra, que propugnava "imperiosa necessidade de se dar nova estrutura agrária ao país, consagrando-se, ao lado do direito individual da propriedade, o condicionamento de seu uso ao bem estar social" (citado por CAMARGO, 1981). Mas a tramitação do projeto não se deu sem conflitos. De "pouco adiantam as imediatas ponderações de Tancredo Neves, tranqüilizando que a reforma será concretizada sem traumatizar nossas estruturas fundamentais. Como no Governo Jânio Quadros, a reação dos proprietários não tarda" (CAMARGO, 1981).

As organizações ligadas aos proprietários rurais realizam grande mobilização nacional nas quais "fixa-se posição comum de obediência aos preceitos constitucionais, aliada ao interesse prioritário pelo estímulo à produção". Defendem os ruralistas "o interesse prioritário pelo aumento da produtividade, escoamento das safras, de políticas de preços, ampliação de créditos e assistência técnica, que seriam os fundamentos de uma verdadeira 'revolução agrícola'. Consideram como demagógicas as medidas expropriativas de distribuição de terras

que não levam em conta as diversidades regionais, a necessidade imprescindível de amparo ao rurícola e de elevar, pela educação profissional, o nível das massas rurais" (CAMARGO, 1981). Com um discurso orquestrado no campo político e com apoio em segmentos conservadores da sociedade civil, os ruralistas interpõem vários obstáculos que problematizam a tramitação do projeto do Estatuto da Terra, garantindo a lentidão do processo.

De qualquer maneira, dentro dos limites impostos pela reação latifundiária, frente ao apoio de movimentos sociais pela reforma agrária, o Governo Goulart dá passos relevantes, pois, ainda que não tenha obtido a aprovação do Estatuto da Terra, " em 11/10/62, através da Lei Delegada nº 11, é criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) com as atribuições de: a) colaborar na formulação da política agrária do país; b) planejar, promover e executar a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária. Em março de 1963 é aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural que passa a normatizar as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem no que se refere à legislação trabalhista" (PINTO, 1995).

Entretanto, a reação ruralista, ganha força, em especial com as medidas governamentais de 15/03/64, quando editou-se decreto prevendo a desapropriação para reforma agrária de faixa de terras de 10 Km de cada lado ao longo de obras de infra-estrutura construídas pela União, e encaminhou-se ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional estabelece a desapropriação por interesse social, cujo pagamento deixaria de ser prévio e em dinheiro. Logo a seguir, no final do mesmo mês, o Governo Goulart foi deposto pelo golpe militar de 1964, para o que confluíram várias forças defensoras da manutenção da "ordem", das quais grande parte se apegou à "velha ordem" na defesa intransigente do patrimônio fundiário. Mais uma vez, no Brasil, o perene poder conservador mostra-se capaz de sustentar suas posições de domínio sobre a sociedade.

Encerra-se assim o período 1946-64, marcado por um breve interregno democrático entre longas ditaduras, em que as transformações econômicas se realizaram sem reformas estruturais no campo. Como medida concreta em termos de estrutura fundiária, tem-se a realização da "colonização como resposta do Estado às lutas sociais no campo" (SANTOS, 1995). Nessa ação, foram implantados 85 projetos de colonização, que atingiram 2.717.254 ha e 17.155 famílias, concentrando-se no Nordeste (26 projetos, 1.188.437 ha e 5.547 famílias), com ênfase no Maranhão, e no Centro-Oeste (25 projetos, 1.098.107 ha e 8.693 famílias). De qualquer maneira, foram níveis bastante modestos frente às necessidades e a expressão dos movimentos reivindicatórios (Tabela 1). Nessa fase, "destacam-se os anos do Segundo Governo Vargas, responsáveis por metade das famílias de colonos instalados no período, e o Governo Kubitschek, no qual foram instalados cerca de um quarto dos colonos"(SANTOS, 1995).

Fecha-se então mais um ciclo no qual as expectativas de rompimento do poder conservador se frustram e, nesse contexto, posterga-se a solução da questão agrária com a timidez dos resultados em termos da transformação estrutural do campo. "Com a Revolução de 30 a oligarquia perde o poder, entra em decadência... E o que vemos então, através dos Governos de Getúlio, Dutra, Getúlio novamente, e Juscelino Kubitschek? Vemos governos de compromissos, dos quais participam forças antagônicas, embora sejam marcados, em traços amplos, por uma linha de industrialização contínua, ainda que nem sempre bem definida. E isto porque a antiga oligarquia, embora derrotada, ainda continua detentora de enorme força econômica e política, não sendo possível uma política de franca oposição a ela" (PEREIRA, 1987). É a força ruralista que parece rejuvenescer nas várias transições históricas, mantendo intacta a estrutura agrária. Não se trata na verdade de ruptura, mas de "transição" intestina às elites conservadoras que mantêm o seu perfil, pois, "longe de impor ou precipitar a mudança no campo das relações internas, tenderá a abrir novas oportunidades de expansão, consolidando as relações internas de produção, dando-lhes concomitantemente novo conteúdo. A estrutura agrária do país corresponde à essência de suas relações internas de produção" RANGEL (1962).

4.1.4 - Revolução de 64 e Modernização do Latifúndio

A Revolução de 1964 foi deflagrada num momento de crise econômica e de grande ebulição social. Na defesa de políticas alternativas de encaminhamento das soluções, postavam os progressistas sustentando a defesa das **reformas de base**, que levariam à superação dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento (dentre os quais a questão agrária), e segmentos conservadores que visualizavam a modernização por caminhos que não implicassem em rupturas tão profundas, em especial no tocante ao patrimônio e ao domínio político sobre a sociedade. A movimentação das forças progressistas no sentido de romper a tradição levou à resposta orquestrada das poderosas forças conservadoras. "Houve uma intervenção dos militares que interrompeu a vigência de um Governo constitucionalmente estabelecido. Substantivamente esta intervenção se deu no momento em que eram postas em prática pelo Governo medidas políticas de mobilização das massas, demagógicas ou não, em torno de alguns dos objetivos do regime nacional populista: reforma agrária, ampliação da sindicalização, redistributivismo, regulamentação do capital estrangeiro, crescente estatização, etc. A intervenção militar teve, neste sentido, o caráter de um movimento de contenção" (CARDOSO, 1972).

A vitoriosa sublevação militar encontrou respaldo em segmentos sociais que, ausentes de manifestação de suas convicções quando crescia a mobilização pelas reformas de base,

sairam às ruas em apoio às posições conservadoras nos momentos decisivos da intervenção militar. Ademais, esses segmentos eram majoritários no Congresso Nacional e, em mais de um episódio da vida brasileira, haviam demonstrado sua força. O período vivido desde a redemocratização, após a ditadura do Estado Novo, mostra que, "para manter-se como poder legítimo, um Governo deve atuar dentro dos princípios tradicionais e, ao mesmo tempo, corresponder no essencial às expectativas das massas que o elegeram. Entretanto, ao tentar cumprir o mandato substantivo das massas, com as quais pactuou no momento da eleição, o chefe do Poder Executivo entra necessariamente em conflito com o Congresso, sobre o qual exerce estrito controle a classe dirigente tradicional. Cria-se, assim, para aquele a disjuntiva de ter que trair o seu programa ou buscar uma saída não convencional. Em um decênio a alternativa não convencional inclui um suicídio, uma renúncia e uma deposição violenta" (FURTADO, 1968).

As forças que detonaram o movimento de 64 baseavam-se numa aliança conservadora, envolvendo setores tradicionais da classe média e agrolatifundistas, associados a grupos "modernos" representados pela "burguesia empresarial que se organizou na Grande Empresa e setores da classe média que se escudam no Estado Empresarial e na Grande Empresa, inclusive e principalmente os militares que assumiram como missão própria alcançar e fortalecer o desenvolvimento capitalista" (CARDOSO, 1975). A expressão mais visível dessa facção "moderna" representada pela "tecnocracia" publica e privada, na qual exercia papel dirigente os militares, alijou progressivamente de dentro do Estado os segmentos mais tradicionais. "Com efeito o autoritarismo prevalecente permitiu a reorganização do aparelho de Estado, liquidou o sistema partidário anterior (e com ele a representação política das classes populares e trabalhadoras urbanas, bem como de setores importantes das antigas classes dominantes) e incorporou ao processo político, sob novas condições, as Forças Armadas e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia. Essas modificações contribuíram para moldar o 'milagre econômico' nos termos em que se deu: com concentração da renda e desigualdade social" (CARDOSO, 1975).

Na política agrária implementada no período posterior ao movimento de 1964 pode-se visualizar o sentido das transformações ensejadas na medida em que, apesar da existência de instrumentação legal compatível, a reforma agrária não foi executada sendo preterida em favor da modernização agropecuária e de outros mecanismos mantenedores do *status quo* estrutural. No mesmo ano do golpe militar, o Presidente Castelo Branco federalizou a competência de atuar sobre as terras devolutas e removeu a questão do pagamento em dinheiro das terras desapropriadas, prevista na Constituição de 1946, ao dar nova redação à Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 10 de 10 de novembro de 1964, que preceituava no artigo 141 que "é garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade

pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, com a exceção prevista no parágrafo 1° do artigo 147". Esse dispositivo dispunha que "a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária"(FACHIN & SILVA, 1991).

A surpreendente decisão de priorizar a reforma agrária, num governo militar cuja intervenção derivou de ampla mobilização conservadora de expressiva parcela que se batia exatamente contra esse ponto, fez surgir resistências entre os agrolatifúndiários. Isso porque logo a seguir, no mesmo mês da Emenda Constitucional n° 10, seria aprovada no Congresso Nacional a Lei n° 4.504, de 30/11/1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, antiga reivindicação dos movimentos sociais do campo. Essa instrumentação seria ainda tornada mais consistente com as necessidades de implementação da reforma agrária no Governo Costa e Silva, que, pelo Ato Institucional n° 9, instituiu um rito sumaríssimo para os processos de desapropriação ao determinar que o Judiciário teria 24 horas para deferimento, outras 24 horas para emissão de posse e 3 dias para a transmissão da propriedade em nome do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Tudo isso com valor da indenização fixado, no caso de inexistir acordo entre as partes, igualmente ao declarado pelo proprietário para fins do Imposto Territorial Rural (ITR). Decorrente dessas medidas, "do ponto de vista estritamente legal, o Brasil estava dotado do instrumental jurídico e institucional para desencadear um programa nacional de reforma agrária" (PINTO,1995).

Ressalte-se, porém, que, ainda que se tenham se curvado à decisão do Governo Militar de agilizar a aprovação de mecanismos viabilizadores da reforma agrária, as lides conservadoras nesse próprio evento demonstraram a sua força ao inserir no Estatuto da Terra capítulos tratando da colonização (que permitia à União executar programas de ocupação das terras devolutas) e do desenvolvimento rural (que preconizava a modernização da agropecuária com a utilização do crédito rural, preços mínimos, educação e assistência técnica). Esse "hibridismo" coloca no mesmo patamar da reforma agrária alternativas historicamente defendidas pelos latifundiários, caracterizando do ponto de vista político um jogo empatado, cuja decisão seria realizada na operacionalização das ações governamentais. Assim, o "regime militar produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional" (MARTINS, 1994).

Essa postura revela a conformação do núcleo de forças sustentadoras do regime, centrado na grande empresa, cujo projeto de modernização mais uma vez passava pela não realização de reformas estruturais. O objetivo fundamental seria o de acelerar o processo de industrialização aprofundando a internalização do modelo americano para o que seriam

necessárias profundas transformações na agropecuária. Nesse quadro, a constituição da indústria de bens de capital (em especial o D1 da agricultura no caso de fertilizantes, defensivos, tratores e maquinaria) e a expansão da indústria de agroprocessamento tornaram-se objetivos contraditórios frente a uma visão extremamente apegada à terra. A modernização do latifúndio exigia o rompimento com posturas autárquicas da propriedade rural, para que se pudesse inseri-la no movimento mais geral do capital, financeirizando as suas relações e submetendo-a à lógica da grande empresa. Ou seja, ainda que o latifúndio fosse mantido intacto como extensão territorial, a sua estrutura interna deveria sofrer profundas mudanças. "Trata-se da personificação de 'um conservantismo moderno', que no plano ideológico, quer manter socialmente aberta uma sociedade politicamente fechada que se baseia no mecanismo da empresa capitalista, pública ou privada" (CARDOSO, 1972).

Essa via de transformação da realidade agrária, que mantém a estrutura fundiária e de dominação política, também denominada via prussiana (GERMER, 1994), consiste no projeto do segmento "moderno" das forças guindadas ao poder pelo golpe militar, ensejando a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas no espaço mais amplo da economia continental brasileira. Desse modo, "a política agrária governamental favoreceu o desenvolvimento das relações capitalistas em praticamente todas a regiões e lugares da sociedade agrária. A agricultura, a pecuária e o extrativismo passaram a articular-se, de forma mais ampla e profunda, com a indústria, a cidade e a acumulação monopolista. Sob várias formas - e não apenas sob a forma acabada e exclusiva de vendedor de força de trabalho - o trabalhador rural foi submetido ou rearticulado aos movimentos do capital monopolista" (IANNI, 1981). A viabilidade das medidas decorre de um regime de exceção, que tinha mas como respaldo um conjunto de forças modernizantes no plano econômico, embora conservadoras no social e político. Assim, desenham instrumentos compatíveis com a modernização do latifúndio, atribuindo-lhe as características de empresa rural previstas no Estatuto da Terra, o que os tornaria imune à desapropriação para fins de reforma agrária.

No plano político, tratava-se de um regime fechado, forma encontrada pelo segmento conservador "moderno" para realizar seu projeto de transformação nacional. CARDOSO (1972) argumentava à época "no caso brasileiro existe efetivamente um regime de elite de poder que mesmo quando se propõe metas sociais (o que faz com freqüência) não mobiliza a base social, nem se abre institucionalmente para formas de decisão política menos limitadas pelo circuito burocrático autoritário do Poder. Às pressões de baixo responde violentamente porque não dispõe de mecanismos de integração política e regulamentação de conflitos, como a experiência de 1968 mostrou. Quando a sociedade começa a mover-se, o regime dela se afasta temeroso de sua ruptura". Essa facção burocrático-moderna, que implementa a modernização da agropecuária, dentro dos preceitos da política econômica de complementação da industrialização,

insere modificações produtivas no meio rural sem confrontar o patrimônio e o poder político dos senhores territoriais. Gesta-se uma economia de grande empresa numa situação em que a grande empresa tem fortes vinculações rurais, seja os conglomerados cooperativos seja as sociedades anônimas agroindustriais. Nesse meio rural, o sócio hegemônico é a oligarquia conservadora, embora combalida pela emergência de uma oposição progressista, o empresário agrícola moderno. Ainda assim, os dois principais segmentos de proprietários rurais têm um ponto para onde convergem unilateralmente suas posições: a defesa da propriedade da terra, naquilo que RANGEL (1986b) bem caracterizou ao afirmar que "esses novos fazendeiros, solidariamente com os antigos, revelam uma fome insaciável de terra".

Contudo, a solidarização de interesses com os latifundiários não se resume à postura no sentido de manter incólume o patrimônio, mas, principalmente, na execução de políticas funcionais com essa perspectiva. Para as regiões já ocupadas, principalmente do Centro-Sul, implementar-se-ia o crédito rural subsidiado como forma de alavancar a utilização de insumos modernos com vista à elevação da produtividade da terra e do trabalho. Essa transformação ampliaria a demanda desses produtos industriais, cujas plantas produtivas eram internalizadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e ao se concentrar em algumas culturas daria suporte à expansão da agroindústria processadora. Nas fronteiras de expansão da agricultura, a colonização associada aos incentivos fiscais se converteria no principal elemento estimulador da ocupação do território. Ambos os mecanismos estão contemplados no Estatuto da Terra no qual foram inseridos pela maioria congressual conservadora mas, ao invés de promover a desconcentração fundiária, têm normalmente produzido efeito inverso.

Na modernização do campo, "com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a partir de 1965, o financiamento à atividade agropecuária tornou-se o principal instrumento de política agrícola. Durante quase duas décadas as taxas de juros reais foram negativas, sendo que na metade dos anos 70 o valor pago pelos mutuários foi em média inferior a 50% daquele pactuado. Bilhões de dólares foram desta forma transferidos para os tomadores de crédito rural. Tendo em vista que menos de 20% dos estabelecimentos rurais tiveram acesso a esse financiamento altamente subsidiado (houve anos em que 1% dos maiores tomadores receberam 38% do total de crédito), verifica-se a centralização dos benefícios nas mãos de um pequeno número de proprietários. Esses recursos, fartos e baratos, foram utilizados freqüentemente para a aquisição de mais terras, o que por sua vez facultava um maior acesso a esse crédito favorecido" (PINTO, 1995). De qualquer maneira, a resultante desse processo foi o crescimento da oferta agrícola a produtividades crescentes para as principais culturas, ou seja, um êxito na construção da modernidade produtiva.

A política de incentivos fiscais foi outro instrumento importante para a modernização setorial, não apenas nas regiões tradicionais mas também, principalmente, na fronteira agrícola.

Por esse mecanismo, "o empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital que necessitava para tornar a terra produtiva" (MARTINS, 1994). Os incentivos fiscais atrairiam grandes empresas de outros setores da economia, nacionais ou estrangeiras, que passam a atuar na agropecuária onde não apenas a produção é estimulada por facilidades fiscais palpáveis, como também a própria propriedade adquirida "valoriza-se" especulativamente, promovendo ganhos patrimoniais expressivos. Nas áreas de fronteira, onde a terra era barata antes da ocupação pela agropecuária moderna, a especulação fundiária ocorrida após o estímulo governamental permitiu a algumas empresas e pessoas físicas ganhos patrimoniais estratosféricos, pois, além das renúncias fiscais, a União construía a infra-estrutura local, como rodovias e armazéns, ampliando ainda mais os benefícios aos "investidores". Por esse processo, o Governo "comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas" (MARTINS, 1994).

Se no crédito rural subsidiado e nos incentivos fiscais as políticas governamentais do regime militar foram incisivas e coroadas de êxito, o mesmo não se pode dizer dos resultados das suas ações no âmbito da reforma agrária. De 1965 a 1984, período caracterizado pelo predomínio autoritário-militar, tem-se a implementação da "colonização contra a reforma agrária" (SANTOS, 1994). Com a ação centrada principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde se situava a fronteira agrícola em ocupação (Tabela 1), "neste período foi estruturada e implementada a mais relevante etapa do processo de colonização de novas terras na sociedade brasileira contemporânea: foram implantados 262 programas de colonização, a maioria deles de responsabilidade particular, atingindo 147, e outros 115 de responsabilidade oficial. A superfície dos programas atingiu quase 24 milhões de ha (23.720.395 ha), a maior área tendo sido destinada aos programas oficiais (19.854.521 ha), e uma pequena parte aos programas particulares (3.865.874 ha). Também a maioria das famílias foi instalada em programas oficiais de colonização, pois das 162.468 famílias de colonos instaladas no período, um contingente de 134.816 famílias (83%) foram dirigidas a programas oficiais, enquanto que 27.652 famílias foram instaladas em programas particulares" (SANTOS, 1994). Trata-se claramente de estratégia que procurava esvaziar a pressão social sobre a terra, ao mesmo tempo em que vinculava a grande empresa ao interesse fundiário.

A politica agrícola implementada no período 1966-84 mostra-se funcional com os interesses agrolatifundistas, uma vez que "valorizaram" a propriedade fundiária. Nesse período, "a terra mostrou-se um ativo bastante atraente ... Seu retorno médio foi relativamente elevado e o risco associado relativamente baixo... Observa-se que a politica agrícola existente no Brasil talvez seja um dos maiores impecilhos à reforma agrária que vem sendo implementada. Dentro

desse contexto, a dinâmica do mercado de terras é capaz de 'desfazer' grande parte da mudança fundiária proposta. Tal ocorrerá em função tanto do sistema de crédito rural subsidiado para o setor, como também do sistema de incentivos fiscais" (BRANDÃO, 1988). Noutras palavras, no regime posterior à Revolução de 64 mantém-se a lógica da transformação, não apenas preservando, mas estimulando a grande propriedade como contraface de uma economia de grande empresa.

O final desse período de ditadura militar foi seguido de um processo de redemocratização executado a partir de uma lenta e controlada abertura política, que se revelaria em mais uma transição consentida. A transformação econômica, realizada em pouco mais de duas décadas, não abalou, em termos relativos, o poder político conservador, apesar que é importante reconhecer o enorme avanço das forças contrarrestantes representadas tanto pelas alternativas progressistas no plano político partidário quanto pelo sindicalismo combativo. Contudo, essas forças não avançaram o suficiente para colocar em jogo a estabilidade do sistema conservador, fortalecido institucionalmente. No seu processo "renovador", a elite conservadora construiu um moderno e portentoso aparato de controle social representado pelos meios de comunicação de massa que magnificam o poder político de corte conservador, validando posturas e preocupações que tenham claramente com esse perfil. A elite moderna detem esse sofisticado aparato de manipulação, através do qual "o indivíduo deixa de confiar na sua experiência até que ela seja confirmada, pelos veículos de comunicação de massa que são elementos fundamentais da sociedade de massa, padronizando comportamento e consumo" (WRIGHT MILLS, 1968). Seus efeitos são ainda mais avassaladores numa população cuja parcela relevante sobrevive a duras penas sem serviços públicos essenciais como a educação.

A crise dos anos 80, que levou ao processo de redemocratização, associa-se fundamentalmente ao esgotamento do padrão de financiamento que dera suporte ao desenvolvimento anterior e, por vários anos, não há convergência dos interesses da classe dominante para alavancar as reorganizações política e econômica do país. "Para tanto, seria necessário que a classe fosse capaz de definir uma proposta consensual que mobilizasse o apoio de suas várias frações e dos demais setores sociais. No caso da burguesia brasileira, entretanto, essa possibilidade encontra alguns obstáculos" (DINIZ & LIMA Jr., 1986). De um lado, a burguesia tem uma visão restrita presa a seus interesses, o que impossibilita uma articulação mais ampla e democrática, e de outro suas divisões internas impedem a formulação de um programa comum, na medida em que a fração predominante, de corte monopolista, não consegue impor-se sozinha. Desse modo, a passagem do regime militar para a democracia "não pode ser entendida como uma cisão radical que implicaria numa rejeição profunda da herança autoritária; ao contrário, a tática dos industriais parece apresentar mais afinidades com um projeto de mudanças sem cortes e sem rupturas em que as linhas de continuidade sejam

preservadas" (DINIZ & LIMA Jr., 1986).

O processo de transição democrática representou o progressivo afastamento do nucleo do poder de forças progressistas do empresariado e da intelectualidade que haviam feito parte da Aliança Democrática. No desenho desse processo " os militares pretendiam uma transição conservadora através da abertura, um processo sobre o qual manteriam controle integral. Sobre a abertura, entretanto, prevaleceu a redemocratização controlada pela sociedade civil. Na medida, porém, em que a burguesia industrial era a força dominante no pacto político democrático o objetivo militar de uma transição conservadora foi alcançado. Esse carater conservador foi acentuado pelo acordo político que garantiu a vitória da oposição no Colégio Eleitoral... o custo desse acordo para a causa democrática foi enorme. Significou não apenas aceitar um candidato a vice-presidente desse grupo, mas também oficializar a adesão de amplos setores da burguesia mercantil autoritária, que assim escapavam do destino dos derrotados" (PEREIRA, 1989).

A edição do Plano Cruzado, orquestrado por segmentos da intelectualidade progressista e apoiado pelas facções mais avançadas do empresariado, mostrou-se efêmera face à crescente predominância das estruturas dominantes mais arcaicas no domínio político, como se a redemocratização mantivesse os métodos e objetivos do regime anterior. O Plano Cruzado, conquanto representasse a comprovação do acerto da interpretação e formulação de mecanismos heterodoxos no combate ao componente inercial da espiral inflacionária, não conseguiu sustentação política para a adoção de medidas necessárias à sua sequência. O resultado foi o desmonte dos progressos conseguidos em termos de estabilização da economia e controle da inflação, compromissos da Aliança Democrática. Noutras palavras, "isso significa que os objetivos democráticos e progressistas de uma grande parte dos que dela participaram não seriam perseguidos pelo novo governo com a firmeza que se desejaria. Significa que a posição de poder e privilégio das classes dominantes não seria ameaçada" (PEREIRA, 1989).

Na agricultura, esse processo foi marcado por dois elementos fundamentais: a) o comportamento setorial anticíclico, que mostra taxas de crescimento quando os demais setores mostram índices negativos ou estagnados; e b) o reafloramento das contradições sociais no campo com a rearticulação da luta pela reforma agrária em torno do Movimento dos Sem Terras (MST). Logo na retomada do processo democrático, denominada Governo da Nova República, uma ampla mobilização nacional levou à formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), cuja meta seria assentar 1,4 milhão de famílias num período de 5 cinco anos, contemplando o instrumental operacional para a sua execução. Uma orquestrada reação dos grandes proprietários de terra, em associação com outras forças conservadoras, leva o Presidente José Sarney ao recuo, desfigurando a proposta inicial e tornando-a inaplicável (SILVA, 1987). Em seqüência, a reação conservadora mostraria toda a sua força ao eliminar na

Constituinte de 1987/88 as principais conquistas realizadas no período militar no campo dos instrumentos legais recuando no tocante às expropriações com exigência de pagamento prévio e introduzindo o bloqueio da impenhorabilidade da propriedade produtiva entre outros dispositivos (SILVA, 1989).

A reação conservadora alcançou todo o território nacional, concentrando as forças em torno da União Democrática Ruralista (UDR), que, além de organizar-se com enorme rapidez, promoveu o afastamento da liderança do processo de antigos personagens das tradicionais representações dos proprietários de terras, no caso os sindicatos rurais e as federações e confederação da agricultura. Segundo MARTINS (1994), esse episódio retrata não apenas o reafloramento das antigas lideranças rurais de base latifúndiária, como também da " aliança estruturalmente básica entre capital e terra, promovida pelos militares... Essa aliança enfraqueceu a sensibilidade de amplos setores da sociedade brasileira, basicamente porque anulou a vulnerabilidade política das classes dominantes ao anular a possibilidade de um conflito de interesses tão radical quanto o que poderia existir no conflito entre a racionalidade do capital e a irracionalidade da propriedade fundiária" (MARTINS, 1994). A vitória da UDR no processo constituinte consubstancia-se plena, com outras conquistas expressivas como o perdão das dívidas rurais no valor de US$ 275 milhões por dispositivo inserido nas disposições transitórias da Constituição de 1988 (GONÇALVES & FONSECA, 1995). Após a vitória a UDR sofre rápido processo de esvaziamento sendo seu espaço político ocupado pela rearticulação da bancada ruralista[41] que, no período 1989-94, impõe várias derrotas ao Executivo no campo da correção da base de cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR) e obtem ganhos nos sucessivos processos de renegociação de dívidas rurais.

As seguidas derrotas políticas das forças defensoras da reforma agrária mostram convincentemente mais um episódio de mudança sem ruptura na agricultura brasileira, em que a classe dirigente, mantém seu perfil majoritariamente autoritário com ligações estreitas com amplos setores da economia e da sociedade brasileiras. Feita a redemocratização, num ambiente de ampla mobilização popular em defesa das reformas de base postergadas por mais de duas décadas, o ritmo do processo realiza-se sob a égide de uma elite conservadora social e politicamente, ainda que moderna produtivamente. No período da Nova República (1985-94),

---

[41] Interessante é o perfil recente da bancada ruralista traçado por COUTO (1995), mostrando que: a) mais de dois terços são interioranos e com interesses econômicos e eleitorais ligados à agricultura; b) a sua distribuição está concentrada nos partidos tradicionalmente de direita (PTB, PFL, PSC, PSD, PP, PPR) e no populismo brizolista (PDT), c) em termos regionais a maioria é do Sul e Centro-Oeste, sendo importante também no Sudeste, portanto onde predomina a agricultura moderna. Esse quadro mostra que nas regiões mais industrializadas, pela sub-representação das metrópoles, os ruralistas são expressivos dominando amplos "currais" eleitorais. Paradoxalmente, onde se tem o maior desenvolvimento da agricultura ocorre o maior percentual de conservadores, ou seja onde se organizam os interesses dos senhores territoriais para defesa do patrimônio e de privilégios junto aos Governos.

realizou-se a "reforma agrária limitada" (SANTOS, 1995), com a implementação de 850 programas de assentamento, atingindo 141.922 famílias colocadas numa área de 8.125,428 hectares, em ações localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Tabela 1). Trata-se de resultado profundamente decepcionante frente à meta de 1,4 milhão de famílias proposta no I PNRA. Dessa maneira, a reforma agrária está longe de conseguir superar os entraves interpostos no campo da luta política.

As reflexões sobre esse sucessivo rol de derrotas das posições progressistas na questão estrutural do campo mostram o quão são ainda fortes os proprietários de terra numa sociedade urbano-industrial. Sobre esse fato pesa a indagação indignada de ROSA (1995), para quem "politicamente a estratégia agrária supõe uma política de reforma agrária ampla e efetiva. Entretanto, esta sempre foi solapada por forças contrárias e esvaziada por processos político-institucionais seletivos e excludentes no que se refere à questão da terra ... O mais interessante a se observar em todo este processo de esvaziamento de uma 'lei de terras', é que ela se torna bandeira para a retomada de uma luta de reforma agrária e sofrerá, novamente, os mesmos mecanismos políticos e institucionais de esvaziamento e até esfacelamento da solução agrária do país. A história se repete ou simplesmente seus atores não mudaram? Se mudaram o que não mudou?".

No período posterior a 1994, reacende-se com força os conflitos fundiários com sucessivos enfrentamentos armados que consubstanciaram massacres como o de Corumbiára e Eldorado dos Carajás. No mesmo sentido, o Movimento dos Sem Terra (MST) intensifica as invasões de propriedades e de orgãos públicos como forma de pressão para garantir maior agilidade na implantação dos projetos de reforma agrária. A resposta governamental baseia-se em aprimoramentos da legislação fundiária com a reconquista de instrumentos de intervenção como o rito sumário nos processos de desapropriação e aprimoramento do ITR com aumento, das alíquotas incidentes sobre as propriedades improdutivas e das sanções aplicadas nos casos de sonegação. Ao mesmo tempo contempla os ruralistas com o processo de *securitização* das dívidas dos agricultores, que representa uma conquista da bancada rural, com o refinanciamento dos débitos em atraso com prazos alongados (7 a 10 anos com 2 ou 3 de carência), num custo final estimado pelas próprias autoridades em cerca de R$ 2,5 bilhões (PARENTE et al, 1996). Enquanto isso as ações de desapropriações de terras realizadas, seguem em ritmo inferior ao crescimento da massa agrupada nos acampamentos do MST. O crescimento das invasões forja a forte reação dos proprietários rurais nas regiões conflito, seja na fronteira amazônica ou no centro do sudeste industrializado como o Pontal do Paranapanema. A formação de milícias particulares armadas pelos donos de terra aumenta a expectativa quanto ao desfecho de novo embate sangrento a qualquer momento. Essa realidade de tensão pereniza-se no campo brasileiro sem que surjam alternativas consistentes com a superação dos conflitos.

Ao refletir sobre essa realidade, num clima recente de acirramento dos conflitos fundiários, TAVARES (1996) escreve que "a velocidade e a natureza do processo de transformação das bases técnicas e econômicas da agricultura não tiveram correspondência nos planos da justiça social e da democratização política. A terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários 'tradicionais'... Assim, a questão agrária foi sendo empurrada pela 'modernidade', pouco se modificando o caráter autoritário e socialmente predatório das relações de poder em todos os níveis. A terra, apesar da tecnificação da produção em algumas áreas, mantém, por outros mecanismos, notável importância econômica e política, o que tem preservado seu caráter de base do sistema patrimonialista". E conclui dizendo que, "ao contrário do que vem sendo propalado, por ignorância ou má fé, a importância de uma reforma agrária aumentou muito e a disputa pela terra, se não forem reguladas rapidamente as relações de 'domínio' da propriedade rural, levará a enfrentamentos crescentes" (TAVARES, 1996).

A história da evolução política mostra que as mudanças na economia e na sociedade brasileiras se configuraram como um processo lento e gradual. Isto porque as burguesias dos capitalismos retardatários como o brasileiro " detêm um forte poder econômico, social e político, de base e de alcances nacionais, possuem o controle da máquina do Estado Nacional, e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. Torna-se, assim, muito difícil deslocá-las politicamente através de pressões e conflitos 'mantidos dentro da ordem', e é quase impraticável usar o espaço político, assegurado pela ordem legal, para fazer explodir as contradições de classe, agravadas sob as referidas circunstâncias. O 'retardamento' da revolução burguesa, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, adquire uma conotação política especial" (FERNANDES, 1975).

Numa realidade de capitalismo retardatário, constitui-se como uma sociedade em que a desigualdade representa a regra, ou seja, "um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à miséria, opróbrio e opressão de outro... Enfim, um capitalismo em que as relações de classe retornam ao passado remoto, como se os mundos das classes socialmente antagônicas fossem os mundos de 'nações' distintas, reciprocamente fechadas e hostis, numa implacável guerra civil latente" (FERNANDES, 1975). Nessa realidade, são três as funções da dominação burguesa: "Primeiro ela visa, acima de tudo, fortalecer as condições econômicas, sócio-culturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém, continuidade histórica e máximo de eficácia. Segundo, ela visa ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da 'comunidade internacional de negócios', com o objetivo

de garantir o máximo de continuidade e de intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, e de assegurar ao poder burguês meios externos acessíveis de suporte, de renovação e de fortalecimento. Terceiro, ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina de Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominância burguesa, bem como infundir ao poder burguês a máxima eficácia política, dando-lhe uma base institucional de auto-afirmação, de auto-defesa e de auto-irradiação de natureza coativa e de alcance nacional" (FERNANDES, 1975).

No Brasil, essa dominação do conservadorismo manifesta-se tanto nas classes dominantes como nas classes subalternas. O êxodo decorrente da a urbanização das turbas rurais liberando-as da coerção extra-econômica a que estavam submetidas nas grandes propriedades não significa mais que a possibilidade de acesso à cidadania plena. O atingimento da condição do cidadão pleno exige desse migrante a superação de sí próprio, ou seja que alcance a consciência de classe[42]. Para isso são fundamentais os mecanismos civilizatórios garantidores dessa inserção crítica cujos elementos fundamentais passam pela educação escolar e política que rompa com a sua realidade antiga. Deve-se lembrar que as classes dominantes no Brasil também construíram e sofisticaram os métodos de dominação, como a comunicação de massa. Por outro lado, o nível expressivo de exclusão oferecendo oportunidades a parcela minoritária de membros dessas classes subalternas, e o fazendo de forma segmentada fragmenta-as em categorias profissionais com distintas possibilidades de inserção, criando um antagonismo velado e por vezes explícito entre elas. Muitas vezes esse antagonismo respalda-se no preconceito dos "incluídos" em relação ao "excluídos", no qual se baseia um latente conformismo, dando suporte a um conservadorismo militante de lideranças dos trabalhadores.

Nas grandes lavouras de cana para indústria as categorias dos cortadores de cana, os volantes ou safristas, são visivelmente discriminados pelos trabalhadores "qualificados" como operadores de máquinas, funcionários administrativos ou operários das usinas. O debate atual sobre a proibição da despalha da cana por queima, que imporá a generalização da colheita mecânica, mostra apoios à essa medida pelos trabalhadores "graduados" e condenação pelos "desqualificados" por perda de emprego. Na indústria, o processo de automação provoca a divisão

---

[42] Importante analogia sobre a libertação das amarras da coerção extra-econômica pode ser feita com base no estudo de MEMMI (1967) sobre o fim do colonialismo. Segundo esse autor: "a colonização matava materialmente o colonizado. É preciso acrescentar que o matava espiritualmente. A colonização falsifica as relações humanas, destrói ou esclerosa as instituições, e corrompe os homens, colonizadores e colonizados. Para viver, o colonizado tem necessidade de suprimir a colonização. Mas, para tornar-se um homem deve suprimir o colonizado que se tornou. Se o europeu deve destruir em si o colonizador, o colonizado deve superar também em si o colonizado. A liquidação da colonização é apenas um prelúdio à sua libertação completa: à reconquista de si". Na libertação dos agregados dos domínios dos latifúndios, o processo mostra-se similar. Noutra comparação interessante, pode-se afirmar que o pior analfabetismo das classes subalternas brasileiras não é o analfabetismo escolar mas o analfabetismo político na acepção de Bertold Brecht.

entre os operários pois muitos são "atraídos" pelas novidades. Esse "fascínio não deve ser apressadamente descartado como manifestação de uma consciência 'inadequada', ou como uma evidência de que os trabalhadores tenham sido 'ganhos' pela direção das empresas. A verdade é que podem estar ocorrendo efetivamente melhorias nas condições de trabalho, ao menos para determinadas categorias de trabalhadores. Mais que isso, a entrada das novas tecnologias e o contato pessoal com elas podem estar sendo vividos e experimentados por muitos deles, como um 'contato com o futuro': a abertura de novas possibilidades de qualificação e de crescimento pessoal e profissional, a melhoria relativa no mercado de trabalho, o acesso a novos conhecimentos" (ABRAMO, 1990). A reestruturação produtiva acelerada pela automação e/ou mecanização dos processos produtivos no Brasil deixa as lideranças sindicais de mãos amarradas, mesmo do combativo sindicalismo que emergiu nos anos 70. Não sem razão que a oposição mais consistente vem dos "excluídos" do modelo, o Movimento dos Sem Terra (MST), expulsos do campo e "inimpregáveis" das cidades. A volta à terra surge como alternativa de sobrevivência, daí a radicalidade de suas ações. Toda a midia quer cingi-los a um comportamento dentro da Ordem... Para o Progresso?

4.2 - Sistema Tributário e Patrimonialismo: Tributo à Classe Dominante

A questão tributária nunca foi ponto pacífico no interior das sociedades. No Brasil, o debate em torno da questão tem se pautado pela disseminação de um infindável número de meias verdades trazidas a público como fatos dados, isto é, proposições são feitas com sustentação em pontos que não são questionados como se constituíssem verdades absolutas. Dentre as várias argumentações, expressas como diagnósticos de uma realidade crítica, a que mais chama a atenção é a reprodução, em vários segmentos da opinião pública, da idéia de que a carga tributária brasileira é elevada. Em contraposição a essa argumentação, tem-se na verdade uma apropriação pelo Estado de baixa percentagem da renda nacional anual, quando cotejada com os níveis observados nos países desenvolvidos de economia integrada[43]. Certamente, os efeitos sentidos por segmentos específicos são produto da inadequação do

[43] Um argumento contundente que reforça a questão tributária como antes de mais nada que uma questão política, diz respeito ao fato que nos debates sobre o sistema tributário brasileiro a crítica de suas distorções tem sido incisiva e excelentes propostas surgiram de tributaristas de grande qualidade técnica. Desde que surgiu o movimento pela reforma constitucional, muitas dessas sugestões vieram a público, e por conseguinte muitas das propostas aqui inseridas são semelhantes a outras muitas já formuladas. A propostas de reforma tributária da agricultura, como a de COELHO (1994), tem destacado as diferentes mudanças que se fazem necessárias para modernizar o sistema tributário e torna-lo menos regressivo. Entretanto, a resultante não obedece a determinações de requisitos técnicos, mas às injunções derivadas da correlação das forças políticas, cujos grupos majoritários têm perfil conservador, centradas sómente no discurso de defesa de redução da carga tributária.

sistema tributário nacional, tanto na sua base de incidência, em termos sociais, quanto na própria tipologia de tributos que não corresponde à modernidade do parque produtivo.

O debate sobre a questão tributária no Brasil tem-se apresentado para a opinião pública sob dois enfoques básicos: a) a alta carga tributária estaria reduzindo a competitividade externa do produto brasileiro e encarecendo o mesmo em nível do consumidor e b) os gastos públicos elevados seriam fruto de um crônico desajuste das contas governamentais, cuja execução financeira estaria eivada de desperdícios de várias ordens[44]. Num ambiente como esse, em que na revisão constitucional a questão tributária consubstancia-se como fundamental para a estabilidade econômica, as posições refletem nitidamente interesses específicos de segmentos da sociedade. Justamente esses interesses, nem sempre explícitos nas tomadas de posição dos vários personagens, provocam uma enorme confusão.

4.2.1 - Estrutura Tributária e Desenvolvimento no Brasil

A economia cafeeira, predominante no Brasil nas três primeiras décadas deste século, caracterizava-se por ser uma atividade agro-exportadora. No tocante à riqueza, uma transformação importante veio no bojo da expansão dessa rubiácea: trata-se da metamorfose da renda. Anteriormente à Lei de Terras de 1850, a renda era capitalizada no escravo e o rico canavicultor nordestino destacava-se dentre seus pares pelo número de escravos que possuía. A edição da Lei de Terras deu uma base fundiária à riqueza na forma de renda capitalizada na terra, a renda fundiária. O rico, agora, era o que possuía a maior extensão de terras cultivadas com café (MARTINS, 1979). Essa metamorfose da renda foi importante para a preservação de uma estrutura conservadora patrimonialista com o concomitante estabelecimento de dificuldades ao acesso à terra para não-proprietários.

Durante todo esse período de três décadas do século XX, persistiu no Brasil uma estrutura tributária típica do Estado Absolutista, com a cobrança de tributos baseada nos direitos alfandegários prevalecentes na Europa do século XIV ao século XVIII. Predominavam, no caso brasileiro, os impostos sobre o comércio exterior, com o incidente sobre a exportação sendo de competência das unidades federativas e o de importação do Governo Central. Tomando as receitas tributárias federais, os impostos sobre importação representavam mais da metade do valor arrecadado até 1930 (OLIVEIRA, 1991). A cobrança sobre as exportações era atribuição das províncias, o que fortalecia aquelas mais dinâmicas, por ensejarem uma

[44] Uma abordagem histórica das mudanças dos sistemas tributários no processo de desenvolvimento econômico pode ser encontrada em GONÇALVES (1995a). O estudo de HINRICHS (1972) mostra as mudanças na estrutura dos sistemas tributários no processo de desenvolvimento econômico.

economia agro-exportadora[45].

Apesar do liberalismo econômico, uma vez que a Constituição Republicana de 1891 sequer contemplava o capítulo normativo da ordem econômica, a burguesia cafeeira percebeu cedo a importância da intervenção estatal para obter ganhos econômicos. A partir de 1906, os cafeicultores, dominando o panorama político, ensejaram uma política de valorização do produto na primeira década do século, a qual, após uma trégua, na década de 1910-19, voltou a ser aplicada na década de vinte. Essa política de manutenção das cotações do café através da aquisição governamental teve papel relevante na economia com desdobramentos nas décadas seguintes (FURTADO, 1989).

A crise de 1929 foi o afloramento de um processo ao final do qual, desbancando do poder a burguesia cafeeira em favor do segmento industrial-financeiro, ainda que aliada a segmentos periféricos da oligarquia rural. A Revolução de 30 promoveria mudanças na estrutura econômica e política brasileira, mas mantendo os traços fundamentais. Deu-se início a uma fase de dinamização do processo de industrialização a partir da já instalada indústria leve de consumo, com base no padrão da 1ª Revolução Industrial Inglesa, no primeiro quartel deste século. De 1933 a 1955, tem-se um processo de industrialização restringida, que apesar de o crescimento industrial comandar a dinâmica da acumulação, não tinha a capacidade de implantar a base técnica e financeira de uma indústria de bens de produção que proporcionasse um avanço autodeterminado do desenvolvimento industrial (MELLO, 1982).

A intervenção estatal nesse período, bancando o processo de industrialização pesada, era limitada pela dificuldade de mobilizar recursos para o volumoso bloco de investimento exigido. O crescimento da economia industrial foi acompanhado de um crescente processo de urbanização que criou condições de aplicação do imposto sobre o consumo, típico do capitalismo concorrencial. A constituição de 1934 ampliou o imposto sobre vendas mercantis criado pela Lei nº 4.625 de 31/12/1922, denominando-o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC). Tal medida, se por um lado ia paulatinamente estruturando o sistema tributário de acordo com as transformações da economia (OLIVEIRA, 1991), por outro mantinha intacta a riqueza velha representada pelo patrimônio urbano ou rural.

A transformação não alcançava a propriedade rural, uma vez que a oligarquia rural tradicional e seus sucedâneos, os fazendeiros de café, mesmo derrotados enquanto fração de classe hegemônica, tinham uma herança política ainda forte. O patrimonialismo, característico

---

[45] A Proclamação da República no Brasil reveste-se da descentralização do poder político como forma de garantir maior flexibilidade das oligarquias regionais frente ao Poder Central. Isso vem ao encontro dos anseios dos cafeicultores paulistas em processo de emergência desde a fase final do Império, cujas propostas eram obstaculizadas pelas forças regionais dominantes no período imperial, especialmente nordestinas. Entretanto, o café mesmo que percussor da modernidade econômica brasileira estava essencialmente calcado numa concepção de hegemonia do capital comercial.

das classes dominantes no campo presas a uma base territorial, também é esposado pelos seus descendentes urbanos. Durante a maior parte do período, esse contingente deu suporte à manutenção de uma estrutura tributária que não incidisse sobre o patrimônio e a renda pessoal. A emergência de novas forças, as classes urbanas, permitiu a instituição do imposto sobre o consumo. Segundo SILVA (1976), "os impostos internos só se revelavam frutíferos no Brasil... quando a base da massa urbana se expandiu o suficiente para arcar com o custo da carga tributária. Nunca os setores dessas classes dominantes ou da burguesia rural e urbana serviram de base ou se submeteram de bom grado ao aumento da carga tributária interna".

A mudança na estrutura tributária seria operada na Constituição de 1937 que inaugurou o Estado Novo, período ditatorial de Getúlio Vargas. Apesar de manter as linhas mestras do sistema, a participação dos impostos internos aumentou consideravelmente e suplantou, a partir de então, à dos incidentes sobre o comércio exterior. A crise de 1942, em função da II Guerra Mundial, levou o Governo a ampliar a base de captação do Imposto de Rendas (OLIVEIRA, 1991). É importante que se note a preponderância dos impostos sobre o consumo em plena expansão do capital monopolista, quando esse tipo de tributo é típico do capitalismo concorrencial do século XVIII em diante, quando do estabelecimento do Estado Liberal.

O Plano de Metas, ensejado no período 1956-61, foi realizado sem alteração de monta na estrutura tributária (OLIVEIRA, 1991). Um portentoso bloco de investimento realizado concomitantemente implantou a indústria pesada brasileira, incorporando o padrão metal-mecânico da 2ª Revolução Industrial com sua base técnica, financeira e de organização de empresas. Como o Estado não mobilizou recursos fiscais para arcar com o investimento, efetuou via confisco cambial[46] a transferência de recursos da agricultura para a indústria e,

[46] Outro ponto a esclarecer refere-se ao confisco cambial que, segundo os ruralistas, teria penalizado a agricultura beneficiando a indústria. Enquanto medida incidente sobre os proprietários de terra ela mostra-se progressista e corresponde à uma necessidade nacional para financiar o desenvolvimento industrial, estratégico e necessário. Entretanto, resta entender como essa medida progressista foi factível numa realidade de hegemonia de forças políticas lastreadas em importantes bases rurais conservadoras. Na verdade o confisco cambial atingiu diretamente os fazendeiros de café, principal produto da pauta das exportações brasileiras à época. Mas quem eram esses fazendeiros de café e qual sua força política? Não eram mais os grandes cafeicultores de Ribeirão Preto que nos anos 50 já haviam desmobilizado seus capitais agrários e se deslocado para outros setores da economia, loteando suas grandes propriedades e vendendo-as a ex-colonos. Assim, nas antigas regiões de café, o fracionamento de propriedades havia sido intenso desde os anos 30. Por outro lado, nessa época cresciam os cafezais da Alta Paulista e no Norte do Paraná, em zonas de colonização realizadas pelas grandes companhias imobiliárias com base na venda de lotes para pequenos proprietários, e como muitos vinham das colonias do café, persistiram no plantio dessa rubiácea. Portanto, o café já ungia-se da nova condição de atividade de pequenas e médias propriedades, e é sobre elas, que não detinham o mesmo poder político das antigas grandes companhias ribeirão-pretanas de café, que foi aplicado o confisco cambial. Não se trata pois de uma forte e numerosa facção oligárquica e, assim, entende-se a possibilidade política de adoção do confisco.

principalmente, obteve recursos utilizando da emissão[47], por meio, portanto, do imposto inflacionário arcado por toda a sociedade. Essa opção foi feita haja vista que uma reforma tributária teria de confrontar os interesses patrimonialistas das oligarquias regionais, base de sustentação política do Governo, com outros interesses políticos também de corte conservador. A associação com o capital externo foi importante com a internalização de equipamentos e máquinas por meio da importação sem lastro cambial, isto é, as empresas traziam os equipamentos e registravam seu valor como capital de risco com direitos de remessa de lucros (LESSA, 1975).

As formas de financiamento do desenvolvimento nacional executadas mostram o prevalecimento de forma decisiva da feição patrimonialista da burguesia nacional, que não ensejou uma reforma tributária compatível com o momento histórico vivido na economia brasileira. A estrutura da receita tributária federal dá mostras dessa perspectiva conservadora no período 1957-62. O tributo sobre as importações cresce em face de uma maior proteção dada às indústrias em instalação e aos constrangimentos externos, sendo que em toda fase posterior a 1945 até 1966 a estrutura tributária permanece praticamente inalterada, prevalecendo o imposto indireto sobre o consumo que oscilou entre 36% e 51% da receita. A penalização da produção é clara, uma vez que os impostos indiretos representam a maior parcela das receitas (OLIVEIRA, 1991). Por um lado, a riqueza velha representada pelo patrimônio permaneceu intocada e, por outro, os recursos adicionais foram obtidos pelo também indireto imposto inflacionário, receita obtida a partir do poder de emissão primária.

A crise de 1962-66, que representou a desaceleração cíclica decorrente do bloco de inversões realizado no período anterior (SERRA, 1989), colocou também a necessidade de readaptar o padrão de financiamento utilizado que demonstrava claros sinais de esgotamento, pois a explosão inflacionária tornava impossível novo surto de aplicações com recursos oriundos da emissão primária. A crise cíclica encontrou o Estado desaparelhado para executar uma política anticíclica que atenuasse o movimento de desaceleração. O movimento de 1964 colocaria novo elemento complicador à opção de tributar o patrimônio, pois foi realizado em nome da proteção à propriedade privada unindo todo o espectro burguês na defesa de sua riqueza patrimonial. A readequação do sistema tributário deu-se com a reforma de 1966, a mais drástica da estrutura fiscal brasileira até então, que viria a colocar os instrumentos de captação

[47] A emissão primária, acumulando meios de pagamentos em excesso circulando na economia sem utilizar-se de mecanismos de enxugamento da liquidez, provoca a corrosão do poder de compra, em especial dos salários. Entretanto, existe um "período de carência" entre a emissão propriamente dita e esses efeitos. Por outro lado, numa economia em crescimento, alavancada pelo portentoso investimento industrial representado pelo Plano de Metas, os salários industriais também puderam crescer acima da inflação. Assim, nessa fase de aceleração cíclica, as taxas de crescimento da economia alçavam os salários para cima. Mas, no momento seguinte, ocorreu o efeito acumulativo retardado dessas emissões passadas, numa realidade em que era claro o esgotamento do padrão de financiamento do investimento, e com a crise decorrente da maturação dos investimentos anteriores veio a desaceleração cíclica e os elementos contrarrestantes deixaram de funcionar e os efeitos inflacionários sobre os salários emergiram com força.

de receita pública em níveis compatíveis com as funções intervencionistas do Estado na sustentação do processo de acumulação (OLIVEIRA, 1986).

As amplas reformas de 1966 operadas na economia criaram o instrumento da dívida pública, impulsionaram o mercado de capitais e reformularam o sistema bancário. Esse conjunto de medidas iria dar sustentação ao incremento da demanda efetiva no período 1967-73, o conhecido "milagre brasileiro". A indústria de bens de consumo duráveis arrancou na frente e puxou o dinamismo da economia calcada principalmente na fase inicial pela capacidade instalada não utilizada. A partir de meados de 1970, também a indústria de bens de produção avançou e passou a ditar o ritmo da fase de aceleração do ciclo econômico. A expansão do crédito pessoal jogou grande funcionalidade para a expansão cíclica (SERRA, 1989).

No tocante ao sistema tributário, a reforma de 1966 foi desvirtuada principalmente na sua proposição de instrumentalizar um processo de distribuição de renda. Em vez disso, as medidas tomadas em anos subseqüentes foram funcionais como instrumento de acumulação por meio de inúmeros mecanismos de renúncia fiscal e de aumento da proporcionalidade da contribuição dos salários em face das demais formas de renda. Esses dois objetivos são absolutamente antagônicos na concepção de um sistema tributário (OLIVEIRA, 1986). A estruturação de uma gama de contribuições sociais, realizada no final dos anos 60, daria suporte não a uma política social ampla, mas na verdade serviria como elemento de alargamento da demanda da construção civil através do financiamento habitacional subsidiado à classe média emergente e de recursos para investimento (SILVA, 1990). O atendimento à demanda da população carente pelas políticas sociais não se realizou, pois estas foram ensejadas como políticas de financiamento a juros, incompatíveis com os objetivos de resgate da miséria que se aprofundou. A aplicação em políticas sociais realiza-se com destinações a fundo perdido e não a juros, mesmo que subsidiados, pois isso determina o não-acesso da população carente.

No plano tributário, a reforma de 1966, além de não avançar significativamente na taxação do patrimônio, foi frustrada na adoção dos modernos impostos diretos na medida em que carregou no imposto de renda na fonte, que atinge em cheio a massa de trabalhadores, e deixou as grandes fortunas e os ganhos de capital praticamente à margem da tributação. A carga tributária bruta cresceu de 19,1% do PIB para 26,2% no período 1965-75, mas os impostos indiretos prevaleceram sobre os diretos, o que demonstra a maior incidência sobre o fluxo de produção (Tabela 2). Mesmo nesse período, um conjunto de isenções fiscais foi ensejado criando um imenso paraíso fiscal, e na metade da década de 70 o sistema tributário já dava mostra da incapacidade de sustentar um processo vigoroso de inversões.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi executado como uma política anticíclica, constituindo-se noutro bloco de investimentos de porte na industrialização brasileira,

quando o efeito desacelerador do período do "milagre brasileiro" começava a se manifestar (TAVARES & LESSA, 1984). Com o II PND complementou-se o padrão metal-mecânico, incorporando as indústrias de bens de produção faltantes. Ao invés de optar por uma política fiscal mais rígida, alargando a carga tributária e alterando a base incidente, nota-se ao contrário, uma progressiva queda da carga tributária após o ano de 1975 (Tabela 2). A linha de menor resistência novamente prevaleceu para o benefício das elites, com o aproveitamento do surto de rápida expansão do sistema financeiro internacional desde o final da década de 60; surge no cenário econômico um novo personagem: o aceleramento das dívidas públicas interna e externa, realizado como meio de financiar o investimento sem gravar a riqueza da elite nacional.

A partir de uma constatação discutível, a de existência de um hiato de recursos que obrigaria o Brasil a obter poupança externa para completar a interna para financiamento do desenvolvimento, deu-se impulso ao processo de endividamento externo, alargando o nível das reservas internacionais brasileiras. As tomadas, no início efetuadas pelo setor privado, foram sendo progressivamente realizadas pelo setor público, principalmente pelas empresas do sistema produtivo estatal. Argumentando com base na existência do "hiato de recursos", o Governo reforçava a tendência ao endividamento, quando, na verdade, o que acontecia era uma incapacidade do Estado de mobilizar recursos, dado um sistema financeiro inadequado ao crédito de investimento e um sistema fiscal inapropriado, uma vez que a base de tributação deveria ser alargada e atingir setores líquidos e o patrimônio para o que faltava força política para penalizar a base de sustentação do regime. A década de 70 representou o período do crescimento da dívida externa, da estatização dessa dívida através de inúmeras medidas de proteção ao emprestador privado e do impulsionamento da face interna da dívida com o lançamento de títulos para enxugamento da liquidez proveniente da monetização das cambiais (CRUZ, 1983 e 1984).

As dívidas interna e externa avançaram de forma vertiginosa em contrapartida a uma carga tributária bruta, estagnada ou cadente. Por outro lado, os subsídios e, principalmente, as transferências - no que estão contemplados recursos para fazer frente aos serviços da dívida interna - crescem de forma abrupta, saindo de um patamar de 10% do PIB na metade dos anos 70 para atingir 19% do PIB no período 1985/86. Isso produz uma situação de carga tributária líquida em queda drástica, o que reduz dramaticamente a capacidade governamental de investimento (Tabela 2). Nos anos 80, resultante do processo anterior de endividamento, um outro vilão assume papel destacado: o *déficit* público. Todas as tentativas de combatê-lo se caracterizaram como infrutíferas, pois não depreciavam o estoque da dívida. Além disso, essas medidas aprofundavam as distorções distributivas, pois mantinham intocada a base da riqueza velha, seja proveniente da aplicação em títulos da dívida pública, seja em terras e outros bens para especulação (OLIVEIRA, 1990a).

Tabela 2. - Evolução da Carga Tributária Bruta e Líquida no Brasil, 1965-86

(em % do PIB)

Ano	Carga Tributária Bruta			Transferência e Subsídios	Carga Tributária Líquida
	Tributos Diretos	Tributos Indiretos	Total		
1965	5,8	13,3	19,1	6,3	12,8
1966	6,6	15,2	21,8	6,1	15,7
1967	7,0	13,8	20,8	7,0	13,8
1968	7,4	15,5	22,9	7,5	15,4
1969	8,3	15,9	24,2	8,1	16,1
1970	9,1	16,6	25,7	10,2	15,5
1971	9,5	15,5	25,0	9,0	16,0
1972	10,5	15,6	26,1	9,3	16,8
1973	10,9	15,6	26,5	9,5	17,0
1974	10,9	15,5	26,4	9,8	16,6
1975	11,8	14,4	26,2	11,0	15,2
1976	11,7	13,6	25,3	10,2	15,1
1977	12,2	13,4	25,6	10,7	14,9
1978	11,8	12,9	24,7	11,6	13,1
1979	11,8	11,5	23,3	11,1	12,2
1980	10,4	12,8	23,2	12,5	10,7
1981	11,2	12,4	23,6	12,6	11,0
1982	12,6	12,5	25,1	14,3	10,8
1983	11,9	12,5	24,4	14,6	9,8
1984	11,1	10,4	21,5	15,1	6,4
1985	12,0	10,5	22,5	19,9	2,6
1986	12,9	12,4	25,3	19,7	5,6

Fonte: Centro de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A crise dos anos 80, já caracterizada por muitos como a "década perdida" em face da estagnação e da piora dos indicadores sociais, é, em grande medida, fruto da derrocada do padrão de financiamento estatal, uma vez que o Estado se mostrou incapaz de produzir a modernidade no sistema fiscal. A crise fiscal instala-se no período em que se tem uma carga tributária cadente no Brasil, enquanto na maioria dos países ela é crescente. Normalmente se

tem feito alusões à vitória do capitalismo europeu, que ao lado de um crescimento vigoroso da riqueza nacional gerou um alargamento do bem-estar social, mas essa "virtuose" do capitalismo está calcada numa carga tributária bruta que chega a 50% do PIB, como no caso sueco e demais países nórdicos (Tabela 3). Mesmo com a crise do Welfare State, as estruturas tributárias dos Estados Unidos e da Europa mostraram enorme rigidez para baixo comprometendo as tentativas de redução da carga tributária. O Brasil andou na contramão da história em termos de sistema tributário, com carga tributária cadente e privilegiamento da tributação do valor adicionado no fluxo de produção, em vez de gravar o patrimônio (e o fluxo de renda) com todos os efeitos que a recessão provoca em receitas públicas com esse perfil.

Tabela 3. - Carga Tributária Bruta de Alguns Países Desenvolvidos, 1965-84

(em % do PIB)

País	1965	1970	1975	1980	1984
França	34,9	35,6	37,4	42,5	45,5
Alemanha	31,6	32,9	35,7	38,0	37,7
Dinamarca	29,9	40,4	41,3	45,5	48,0
Estados Unidos	26,3	29,8	29,6	30,3	29,0
Itália	27,2	27,9	29,0	33,2	41,1
Noruega	33,2	39,2	44,8	47,1	46,4
Suíça	20,7	23,8	29,6	30,8	32,2
Suécia	35,7	40,2	43,9	49,4	50,5
Brasil	19,1	25,7	26,2	23,2	21,5

Fonte: Organization For Economic Cooperation and Development (OECD) para os países desenvolvidos e Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o Brasil.

A Constituição de 1988 promoveu o início do alargamento da institucionalização de instrumentos visando maior eqüidade e estabilidade do sistema tributário nacional (OLIVEIRA, 1990b). Um dos elementos marcantes do sistema tributário consubstanciado na Constituição foi o crescimento da parcela de tributos destinada aos Estados e Municípios. No período 1987-95 a carga tributaria bruta, após crescer pouco no quinquênio 1987-91, mostra aumento significativo mos anos seguintes, o que leva atingir 30,2% do PIB em 1995. Todos os níveis da federação brasileira mostram ganhos de receita como percentual da riqueza produzida, sendo os mais importantes os dos Estados e Municípios (Tabela 4). No entanto, a avaliação dos impactos da operacionalização dos mecanismos tributários posteriores a 1988 revela a persistência dos problemas existentes na sistemática anterior. Isso porque na Constituição de 1988, o sistema tributário ficou muito aquém das propostas em debate e mesmo nos pontos

positivos, a existência do instrumento legal não garantiu a sua aplicação notadamente numa sociedade onde a elite dominante tem um perfil marcantemente patrimonialista. As tentativas no campo da taxação do patrimônio e das grandes fortunas fracassaram, como exemplifica a derrota cabal no Congresso Nacional, da iniciativa governamental de reajustar o Imposto Territorial Rural (ITR) numa demonstração de força do patrimonialismo agrário.

Tabela 4. - Carga Tributária Bruta do Brasil, Distribuição por Nivel Federativo, 1987-95

(em % do PIB)

Ano	União	Estados	Municípios	Total
1987	15,3	4,4	0,6	20,3
1988	14,9	4,5	0,6	20,0
1989	14,7	6,9	0,6	22,2
1990	19,9	8,8	0,8	29,5
1991	16,1	7,0	0,6	23,7
1992	17,0	7,2	1,0	25,1
1993	17,6	6,3	0,9	24,7
1994	19,5	7,5	1,3	28,2
1995	20,7	7,8	1,6	30,2

Fonte: Secretaria da Receita Federal (SRF).

O debate atual traz de volta a discussão da realização de nova reforma tributária de maneira que: a) ocorra um redistribuição do ônus entre segmentos sociais; b) desonere as transações interestaduais para garantir o livre fluxo de bens e serviços e a alocação racional dos investimentos dentro do Brasil. como premissa da elevação da competitividade das mercadorias brasileiras no mercado externo globalizado e dentro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A estrutura do sistema tributário brasileiro revela-se inconsistente com uma inserção competitiva adequada nesses mercados e mostra-se regressiva do ponto de vista distributivo. Por outro lado, com o Estado sufocado financeiramente e com baixa capacidade de investimento com recursos fiscais, mesmo para atender as políticas sociais básicas como saúde e educação, emerge a necessidade de garantir instrumentos que garantam receitas para essa finalidade. Além disso, a dívida pública interna financiada a juros altos corroe parte significativa da receita tributária, ou seja consiste em importante mecanismo de transferência de renda na sociedade nacional. Entretanto, mais uma vez os resultados desse esforço de ajuste fiscal caminham pela trilha da menor resistência e não alterarão significativamente a realidade vigente, face à absoluta predominância dos segmentos conservadores na opinião pública e no

Congresso Nacional.

Desse modo a questão tributária, como questão eminentemente política, reproduz nos seus resultados a correlação de forças que produziu o sistema tributário. No Brasil, a presença marcante do perfil conservador das elites nos planos econômico, social e político pereniza um sistema calcado nos tributos indiretos sobre o consumo e sobre a renda na forma de salários, a fim de que não alcancem de maneira expressiva a renda que aumenta o estoque de riqueza das elites. Isso ocorre mesmo que de modo extemporâneo frente à modernidade do parque produtivo nacional. Essa perspectiva mantém-se e com ela o processo de desenvolvimento que aumenta a desigualdade social, pois os recursos para o financiamento das políticas públicas são originários da massa de trabalhadores. É uma situação cômoda para aqueles que especulativamente mantêm seu estoque de riqueza patrimonial.

No Brasil, a estrutura tributária tem tido sua modernização entravada por posturas conservadoras que impedem a taxação das riquezas de uma elite de cunho patrimonialista. Dessa forma, os efeitos distributivos são perversos dada a prevalência dos impostos indiretos e, quando são adotados os modernos impostos diretos, o são com a taxação da renda da pessoa física com menores alíquotas gravando o capital em geral. Os impostos indiretos são repassados para a ponta do consumo, onde os trabalhadores são a maioria dos compradores, e o imposto de renda tem nos salários sua principal base de incidência. Dessa maneira, em linhas gerais, no Brasil os recursos fiscais que sustentam as políticas públicas têm um perfil extremamente regressivo no tocante à renda, ao deixar imunes segmentos detentores de montantes expressivos da riqueza nacional. Entretanto, a força do poder conservador torna impossível discutir a reforma tributária incorporando outros elementos que não somente a defesa de interesses restritos de parcela da sociedade, exatamente aquela bem aquinhoada na distribuição desigual da riqueza.

4.2.2 - Agricultura e Estrutura Tributária no Brasil: Características Gerais e Reflexos

A estrutura tributária incidente sobre a agricultura, atualmente em vigor, tem como característica a lógica elitista de proteger o patrimônio penalizando a produção. Essa conformação foi produzida historicamente pelas sucessivas tentativas governamentais de reverter a lógica tributária e pela pressão da oligarquia agrária no sentido contrário. Como as camadas urbanas são as menos organizadas do ponto de vista político e apenas recentemente os sindicatos de trabalhadores tornaram-se atores decisivos da vida nacional, tem-se como resultante dessa correlação de forças a maior incidência sobre a renda da pessoa física e das transações de mercadorias e serviços, ambas recaindo sobre a ponta final do consumo, em geral os trabalhadores.

Na agricultura brasileira, os dois principais impostos indiretos são o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS-PIS), de competência federal. A carga potencial do ICMS conforma uma alíquota média geral de 11,56% quando calculada por dentro e 13,07% quando esse cálculo é realizado por fora. Entretanto a dispersão em torno da média é elevada, variando de 0,31% para algumas frutas a 25% para álcool e fumo. De modo geral, as maiores taxas recaem sobre produtos de nítida concentração em agroindústrias e portos no seu processo de comercialização, enquanto os atomizados e perecíveis têm taxas menores (LICIO et al., 1994). A COFINS-PIS incide na agricultura, desde a primeira operação, se a exploração for feita por pessoa jurídica, sendo isenta a pessoa física. Para cadeias produtivas em que os vendedores são formadores de preços em função de seu poder de mercado, a carga dessa contribuição previdenciária potencial seria de 12,30%, enquanto para os tomadores de preços seria de 15,90%. Com esses níveis, a carga tributária potencial bruta sobre produtos da agricultura, na média, varia de 25,0% a 36,5%, que corresponde à incidência conjunta de ICMS e COFINS-PIS. Esses níveis são próximos de 20% do PIB da agricultura, quando se considera o processo até o consumidor final incluindo os tributos sobre os insumos e a mão-de-obra[48] (LICIO et al., 1994). As alíquotas potenciais, em caso de efetivo recolhimento desse imposto, revela-se extremamente elevada para os padrões internacionais.

Exatamente na inserção no mercado internacional, numa situação de cobrança efetiva do ICMS, o principal problema estava no fato de que isso afetava a competitividade externa do produto nacional. Essa situação decorria da prevalência da tributação calcada no princípio da origem, ou seja cada operação entre os elos subseqüentes dentro de uma cadeia produtiva gera valor adicionado que é tributado. No caso das vendas externas, que são operações sujeitas à fiscalização mais rígida, o tributo geralmente era efetivamente pago, criando o paradoxo de "exportação de impostos", ainda que devam ser ressalvados inúmeros casos que gozavam de medidas especiais de renúncia fiscal. Mas como regra geral, o que se verificava era a perda de competitividade em vista de que nos demais países concorrentes, como na Argentina, prevalece o Imposto Sobre o Valor Adicionado (IVA) com base no princípio do destino. Assim, os exportadores daquele país não recolhem tributos nas suas operações de venda ao exterior. Dessa maneira ainda que com alíquotas superiores ao ICMS, pois as do IVA estavam estabelecidas em 21% no ano 1996 mas reduzidas para 20% segundo medida recente do Governo argentino (enquanto no ICMS a regra geral é de 17%), fica clara a desvantagem para

[48] O deferimento do ICMS incidente sobre insumos e a redução das alíquotas para máquinas agrícolas realizados pelo governo paulista, através do Decreto nº 33.194, de 24/04/1991, reduziu o problema da bitributação à insignificância. No plano federal, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre máquinas e equipamentos agrícolas no ensejo do pacote agrícola de julho de 1991 veio na mesma direção. Ambas as medidas estimulam a modernização setorial

o produto nacional. O Governo Brasileiro corrigiu essa distorção com a Lei Complementar Nº 73 de 14/09/1996 que isentou as exportações brasileiras de produtos primários e semi-elaborados do pagamento do ICMS, ao mesmo tempo que extendeu esse benefício às importações de bens de capital. Assim, nesse aspecto, a discussão do denominado "Custo Brasil" está equacionada[49].

Esses níveis potenciais elevados para o mercado interno estão evidentemente muito longe da real contribuição fiscal da agricultura, onde a prática de sonegação, como atividade dispersa geograficamente, tornou-se comum com amplo aparato de burla da fiscalização desenvolvido ao longo dos anos[50]. Outro aspecto distorcivo relaciona-se ao fato de que a cadeia produtiva genérica de produtos da agricultura tem no seu núcleo um oligopsônio de compra e um oligopólio de venda que determinam os preços em toda a cadeia. Assim, para agricultores dispersos, têm-se nos elos seguintes da cadeia uma concentração de poder de mercado na mão de oligopsônios cada vez mais poderosos. Esses atacadistas têm capacidade de distribuir os ônus tributários, pois são oligopólios para a frente. Isso vale para produtos perecíveis, submetidos à intermediação tradicional como no caso do feijão, às *tradings companies* como no das frutas, às agroindústrias processadoras como no dos industrializados e mesmo às cooperativas presentes em diversas cadeias.

---

[49] Esse, na verdade, constitui-se num dos elementos essenciais do problema tributário brasileiro, qual seja a prevalência dos impostos indiretos sobre os diretos e mais que isso, uma tributação indireta baseada no princípio da origem. O grande desafio está em transformar os tributos indiretos como o ICMS e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrados sobre o valor adicionado na origem, num moderno imposto sobre o consumo cobrado apenas na operação de venda ao consumidor de produtos finais, com a ótica de tributação no destino. Essa medida enfrenta problemas decorrentes do fato de que o ICMS se revela no imposto das unidades federadas, e com isso no principal instrumento da guerra fiscal que tem permitido a certos estados a execução de medidas de atração de investimento. Ao isentar-se as importações de capital e as exportações de produtos primários e semi-elaborados deu-se enorme passo nesse sentido, mas pode se tratar de passo insuficiente. Na agricultura se essa medida revela um estímulo ao setor, de certa forma reconhecimento de que o Brasil ainda não atingiu a plenitude de exportador de bens finais. Isso porque a medida contempla benefícios para vendas externas apenas de matérias primas (produtos primários que seria por exemplo a soja em grão e semi-elaborados como o farelo de soja), não avançando na agregação de valor ao produto exatamente na operação em que isso é mais significativo (ração animal pronta por exemplo para ficar no complexo soja). Portanto, é necessário ousar mais no tocante às mudanças do ICMS e IPI.

[50] A prática de notas frias e firmas fantasmas é conhecida dos operadores e estudiosos dos fluxos produção-consumo de mercadorias da agricultura. Tanto o é que a maioria das cotações simplesmente ignora os tributos. Um exemplo disso está na não-efetivação legal da venda para reduzir a tributação. Por esse mecanismo, o intermediário compra do agricultor mas não realiza a transferência formal para sua firma e, tendo posse do talão de notas do agricultor, ele realiza as operações seguintes, chegando às vezes até o varejo como se fosse o agricultor. Como o agricultor é menos tributado, isso significa "economia de tributo", mas caso seja "pego" e tenha que recolher alguma taxa, ele repassa para trás, pois é tomador de preços nos elos finais da cadeia. Além disso, executa várias viagens com a mesma nota, ou seja, a carga fiscal efetiva representa muito menos que a potencial. Para feijão, o observado nas operações dentro do Estado de São Paulo atinge a proporção de uma unidade tributada para cinco não-tributadas, enquanto para o açúcar uma unidade taxada corresponde a três não-taxadas (dados colhidos pelo autor em entrevista com agentes de comercialização dos dois produtos). Se esse problema ocorre em São Paulo, onde a fiscalização é maior, em outros estados a sonegação amplia-se em proporção.

Qualquer que seja o tipo de empresa atuante nesse núcleo, quando na ponta final do varejo se encontra o supermercado, o repasse dá-se tanto para o consumidor quanto para o agricultor, dependendo da negociação entre atacadistas e supermercadistas. Nos anos de escassez ou em que a "administração do mercado" pelo atacadista é eficiente, os encargos encaminham-se para frente. Essa situação produz preços muito mais elevados ao nível do consumidor do que a própria "escassez" exigiria, pois prevalece o poder de mercado do atacadista sobre o varejista. Nos anos de abundância, os encargos são repassados para trás produzindo preços recebidos pelos agricultores mais baixos do que aqueles decorrentes do excedente de oferta. Os consumidores são mais desprotegidos quando a cadeia produtiva flui na ponta final do varejo por equipamentos de distribuição mais dispersos como feiras e quitandas, pois os atacadistas repassam a esses comerciantes o ônus tributário[51].

No contexto da federação brasileira, uma questão relevante refere-se ao conflito federativo derivado da presença do ICMS nas transações interestaduais. O primeiro tipo de problema está no fato de que os "estados importadores" estariam sendo penalizados em favorecimento dos "estados exportadores" pela da incidência do ICMS na origem. Os "estados ricos", como São Paulo, estariam sendo privilegiados em detrimento dos "estados pobres", agravando os desequilíbrios regionais, uma vez que a balança do comércio interestadual penderia para os primeiros. A sistemática tributária drenaria renda dos estados pobres para os estados ricos em função da prevalência da tributação na origem. Isso tem engendrado uma luta acirrada entre as unidades da federação, de maneira a tentar-se "um equilíbrio" nas operações interestaduais. Os mecanismos utilizados de "quebra" das alíquotas interestaduais, ensejados para redistribuir renda, prejudicam o próprio estado importador, dado que produziriam uma carga real de 67% do ICMS para o atacadista que agrega pouco valor ao produto. A sonegação torna-se assim inevitável (LICIO et al., 1994).

Entretanto, esse tipo de conflito tributário entre os estados brasileiros configura-se apenas como um dos lados da questão. Ocorre um conflito tão grave quanto esse entre estados "industrializados" e estados "não-industrializados". Durante a segunda metade da década de 80 multiplicaram-se as políticas de benefícios tributários executadas pelos "estados não-industrializados" para atrair investimento e mesmo "roubar" indústrias dos "estados industrializados". Os mecanismos de uso mais freqüentes são os créditos de impostos e o alargamento dos prazos de recolhimento.

---

[51] Nesse quadro, não fica difícil entender que muitos produtos da agricultura em épocas de abundância são destinados à alimentação animal ou mesmo nem colhidos, ainda que parcela importante da população brasileira sequer tenha acesso aos mesmos. Como todos os custos da comercialização são normalmente repassados para trás, inclusive os tributos, os preços deprimidos tornam a colheita e a comercialização mais onerosas. Com isso aumentariam os prejuízos que os baixos preços já estariam provocando e, racionalmente, seria melhor não colher.

Na agricultura, isso tem enorme importância com a constituição de fundos e programas de crédito de investimento e custeio com subsídios significativos. O prolongamento dos prazos para recolhimento sem incidência da correção monetária sobre o imposto devido, numa conjuntura de inflação elevada, praticamente torna nula a tributação. Da mesma maneira, o rebate dessa redução de correção monetária no crédito rural reverte-se em taxas de juros negativas para o investimento e o custeio agrícolas. Por essas razões, muitas indústrias deixaram São Paulo, desmontando suas estruturas produtivas e migrando para esses "paraísos fiscais"[52]. Paradoxalmente, essa mudança foi em grande parte financiada com recursos fiscais arrecadados em território paulista e distribuídos nessas regiões como condição de busca do equilíbrio inter-regional de renda. Converteu-se, contudo, numa frente de batalha da guerra fiscal entre as unidades da federação[53].

No tocante aos impostos diretos incidentes sobre a agricultura encontram-se o Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto de Renda (IR). O ITR tem como fato gerador a propriedade, domínio ou posse de imóvel fora da área urbana dos municípios. A base de cálculo é o valor da terra nua, representado pela diferença entre o valor venal do imóvel e o valor dos bens incorporados ao mesmo. Esse tributo traz incorporado uma progressividade temporal para imóveis que persistam com níveis de utilização abaixo dos limites fixados e as alíquotas são progressivas em relação ao número de módulos fiscais, partindo de 0,2% para 2 módulos a 3,5% para imóveis acima de 100 módulos. São imunes os imóveis pertencentes a partidos político, entidades de trabalhadores, instituições religiosas, entidades de assistência social e de caráter educacional. São também isentas as áreas de interesse ambiental como as de preservação permanente e reserva legal. Além disso, o imposto calculado pode ser reduzido em

---

[52] A explicação do dinamismo de várias frentes de expansão da agricultura brasileira, principalmente no Nordeste e Centro-Oeste, está em muito relacionada à presença desses mecanismos utilizados para atrair agricultores capacitados de outros estados. Além disso, o montante liberado por hectare chega a ser o dobro do efetivamente utilizado na implantação da atividade. Com os prazos estabelecidos e as taxas favorecidas vigentes, o empresário tomava um montante de crédito, aplicava parte no mercado financeiro e a outra parte na implantação da atividade. Vencida a carência, o montante da parcela aplicado no mercado financeiro cobria todo ou quase todo o débito do financiamento. Com isso, tem-se a implantação da cultura a custos de formação nulos ou negativos, principalmente na realidade de inflação elevada. Porém, se os custos privados são nulos, os custos sociais são elevados.

[53] Essa guerra fiscal, em que "estados importadores e pobres" dizem-se lesados e explorados por "estados exportadores e ricos" e "estados industrializados" falam o mesmo dos "estados não-industrializados", reflete-se numa negação do próprio Estado Nacional Brasileiro. Para elucidar isso basta lembrar que uma característica precípua do Estado Nacional refere-se ao livre trânsito de mercadorias, bens e serviços dentro de um território delimitado. Assim, tem-se como condição de existência do Estado Nacional o mercado unificado livre de constrangimentos ao comércio, dentre os quais a taxação diferenciada de bens, serviços e mercadorias em geral. Na passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa, o Estado Nacional criou o mercado nacional ao impor o fim das taxas cobradas aos comerciantes pelos antigos senhores feudais. A contrapartida disso foi a criação do Estado Absolutista, com a proeminência da figura do Rei. Numa realidade de integração econômica em que o Brasil quer desonerar suas exportações para os demais países, a persistência dessa guerra fiscal, que em si só já é um anacronismo, torna-se insustentável.

até 90%, segundo o grau de utilização do imóvel (LICIO et al., 1994).

A existência do ITR remonta à passagem do Império para a República, tendo sido: a) entre 1891-1961 cobrado pelos estados; b) de 1962 a 1964 de responsabilidade dos municípios; c) a partir de 1965 de competência da União. Em todos os níveis da federação a contribuição para as receitas públicas foi sempre irrisória, face à proliferação de inúmeros mecanismos de burla ou de lançamento de valores subestimados. A centralização da cobrança na União em 1964 obedecia a pressupostos extrafiscais de utilizá-lo como penalizador da grande propriedade improdutiva, sendo que nesse sentido, entretanto, os resultados obtidos foram irrelevantes. A razão principal estaria associada à não organização de operacionalidade de cobrança capaz de evitar a evasão fiscal, como a deficiência dos cadastros rurais e da ineficiente estrutura de cobrança.

A subtributação decorre da: a) fixação pela União de valores venais da terra nua muito menores que os preços de mercado[54]; b) declaração subestimada da area aproveitável em relação à area total do imóvel deixando maior parcela da propriedade imune à incidência fiscal; e, c) informação cadastral de niveis de produtividade absurdamente superestimados provocando a significativa redução do imposto lançado em razão da aplicação dos mecanismos "estimuladores da modernidade" existentes na legislação do ITR. Por outro lado, ainda que os valores sejam baixos persiste um quadro de alta sonegação e de impunidade, sendo as maiores evasões encontradas nos latifúndios por exploração e dimensão, com menor incidência desse fato nas empresas rurais, seguidas dos minifúndios (VILARINHO, 1989).

Desse modo, conquanto, conceitualmente, a estrutura do ITR possa ser considerada adequada, na realidade essa legislação não tem sido aplicada em face dos valores venais baixos e da prevalência de redutores elevados, sem que haja uma fiscalização efetiva. O volume arrecadado caiu em 51,6% em valores constantes entre 1973, quando atingiu o maior montante do período 1972-91, e o ano de 1989. Apesar da recuperação dos anos seguintes, tem-se uma crescente redução das receitas advindas desse tributo, mesmo com a brutal incorporação de área realizada pela agricultura brasileira nas décadas de 70 e 80, quando todo o Brasil Central foi ocupado. Dados comparativos do valor lançado e arrecadado mostram que, em 1990, o percentual pago representou apenas 34,41% do imposto devido, ou seja, o percentual de sonegação foi elevado. Como inexistem penalidades para o não-pagamento, o ITR

[54] É preciso frisar que os Governos têm sido absolutamente impotentes em corrigir os valores da terra nua VTN) que servem de base de cálculo para o ITR. Diversas medidas provisórias foram derrotadas por preverem aumentos ainda que reduzidos e no primeiro semestre de 1996, no Estado de São Paulo, assistiu-se uma reação em cadeia das organizações ruralistas contra os valores fixados para o VTN. Como decorrência foi suspensa a entrega das declarações pela Secretaria da Receita Federal (SRF) para que os valores fossem revisados. Ressalte-se que junto com o ITR são recolhidas inúmeras contribuições parafiscais cujos recursos são destinados às organizações ruralistas, e que do valor pago, quando efetivamente isso ocorre, apenas cerca de um terço vai para os cofres públicos.

na agricultura revela-se objetivamente nulo (LICIO et al., 1994). Portanto, não necessariamente é verdadeiro o argumento corriqueiro de que, em face de alíquotas menores, se tem menor sonegação e acréscimo de arrecadação.

Nas principais regiões agrícolas brasileiras a especulação fundiária, funcionalizada pela baixo ITR, tem produzido grandes distorções alocativas da área agrícola, com a migração de investimento nas lavouras para áreas de preço da terra menores e a manutenção de terras socialmente subutilizadas em regiões já dotadas de infra-estrutura. Exemplo disso está na ocupação do Centro-Oeste brasileiro com plantações de grãos, quando o noroeste paulista ainda tem extensas áreas de pastagens aptas ao plantio de lavouras. A expansão da agropecuária no Brasil Central pode ser explicada tanto pelo menor preço da terra quanto pela expectativa de ganhos especulativos. Isso porque a ampliação da exploração da região com lavouras eleva o preço da terra e com isso o volume de renda capitalizada, sem que o proprietário tenha "investido" mais renda, ou seja, o movimento expansivo propicia ganhos especulativos[55]. Por esse processo proprietários fundiários de regiões de colonização antiga do Centro-Sul brasileiro vendem suas propriedades e, com o preço da terra das antigas propriedades, compram áreas até cinco vezes maiores na fronteira agrícola, mesmo que mais férteis e planas e, portanto, mais aptas às lavouras. Não se trata da perspectiva de renda diferencial pura e simples, porque na mesma região o preço da terra tem crescido de ano para ano, mesmo que os índices de produtividade da terra sejam constantes. Essa lógica especulativa acompanhou a ocupação das várias fronteiras agrícolas brasileiras, do oeste paulista ao Brasil Central, passando pelo norte paranaense.

Também não é por outra razão que a pastagem ocupa metade da área agrícola, mesmo em São Paulo, sendo a pecuária uma atividade predominante no oeste e um dos principais produtos da economia, embora bastante intensiva em terra. Na agricultura paulista de uma área agrícola de 18 milhões de hectares, 11 milhões são ocupados com pastagens (GONÇALVES et al., 1990). Com a manutenção da pecuária, o "especulador com terras" consegue três objetivos básicos de uma só vez: a) mantém um ativo "valorizando" em região onde a fronteira agrícola de terras a desbravar está esgotada e, com isso, o crescimento da oferta só pode ser realizado com alterações na composição de culturas, o que aumentaria a

---

[55] Nesse sentido, os subsídios governamentais que sustentam a ocupação do Centro-Oeste representam um estímulo ao crescimento do preço da terra na fronteira agrícola. Os solos do cerrado, naturalmente problemáticos para o plantio de lavouras, transformam-se em terrenos excelentes, após a fosfatagem e calagem intensivas. Essa ação realizada com base no crédito subsidiado para investimento agropecuário torna-se assim funcional com a expansão da ocupação especulativa. Mesmo sentido tem a construção de infra-estrutura, como silos, armazéns, rodovias e ferrovias como a Norte-Sul. Nas condições brasileiras, não deixam de ser elementos impulsionadores da especulação fundiária. O critério da essencialidade do produto adotado pelo governo paulista em dezembro de 1991, aumentando a alíquota sobre combustível e reduzindo-a sobre os alimentos, foi um caminho interessante, embora a isenção não seja o principal instrumento de combate à desigualdade social.

demanda por terra e, portanto, o seu preço; b) realiza uma atividade produtiva extensiva que, dentro dos padrões de exigência de utilização da terra na cobrança do ITR, permite uma considerável redução do imposto a ser pago, além de, estando "produzindo", ficar seguro frente a possíveis desapropriações para reforma agrária, pois pode argüir na justiça que cumpre a função social da propriedade e, portanto, ela é produtiva; c) a pecuária de corte, quando extensiva, é uma atividade com pouca exigência de mão-de-obra e cujo produto pode ser preservado no pasto em caso de baixa de preços, além da possibilidade de especular com o "boi" na bolsa.

Na tentativa de resgatar o ITR como instrumento de penalização da especulação com terras ao mante-las improdutivas, o Governo Federal promoveu modificações aumentando drásticamente a progressividade das aliquotas na razão inversa do grau de utilização da terra. A legislação que reestruturou o ITR, em geral, mantem as alíquotas para propriedades produtivas, tendo ocorrido aumentos em alguns casos em função da redefinição dos estratos de área em que se enquadram as propriedades. Ainda assim, essas elevações foram muito inferiores aos niveis aplicados às propriedades, pois não superam 50%, como é o caso das propriedades até 25 ha, cuja alíquota subiu de 0,02 para 0,03. Por outro lado, foram mantidas as incidentes sobre outras classes de área como as propriedades de 25 a 50 ha, que ficaram em 0,03. Desse modo, mantendo o princípio da progressividade, o novo ITR não penaliza os proprietários de terras produtivas, ou seja, aqueles que exploram mais de 80% de suas áreas úteis. Por outro lado penaliza duramente as propriedades improdutivas cujas alíquotas mais que quintuplicaram em alguns casos (mais de 500% de aumento), como se pode verificar para graus de utilização menores que 30% da área para todas as classes. Assim, a propriedade improdutiva, seja ela pequena, média ou grande, foi penalizada pelo novo ITR (Tabela 5). Essa nova legislação do ITR, se realmente efetivar-se por alguns anos superando subterfúgios diversos de sonegação por meio de fiscalização eficiente e efetiva aplicação de penalidades à sonegação, consiste num inegável avanço e faz justiça aos agropecuaristas proprietários cujas propriedades cumprem com sua função social e desencoraja a manutenção de terra com objetivos puramente especulativos.

Entretanto, a história da aplicação do ITR no Brasil tem correspondido à contínua e impune sonegação desse imposto, mesmo quando haviam instrumentos legais para cobrança. Importante se faz lembrar que o grau de utilização é calculado excluindo-se as areas de preservação permanente e de reserva legal, o que não penaliza os proprietários que, conscientemente, mantenham matas e outras áreas de proteção ambiental nas suas propriedades, sendo descabidas as desculpas de que derruba-se matas para evitar a classificação da area como improdutiva. Por exemplo, propriedades de 100 ha, onde 65 ha são cultivados e outros 25 ha são mantidos com matas naturais, o grau de utilização não seria de 65% mas sim de 87%, ou seja o proprietário estará sujeito a alíquotas menores, que no caso estariam estabelecidas em

0,07 ao invés de 0,40. Dessa maneira existe um estímulo fiscal para a preservação de areas de mananciais e de proteção natural, desde que cumpridos os preceitos da legislação ambiental.

Tabela 5 - Comparação das Alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR), entre a Antiga e a Nova Legislação, Segundo o Tamanho do Imóvel e Grau de Utilização das Terras, Brasil, 1997.

Classe de Area	Lei	Grau de Utilização (%)				
(em Ha)		> 80	65 a 80	50 a 65	30 a 50	< 30
Até 25	Velha	0,02	0,04	0,08	0,14	0,20
	Nova	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
25 a 50	Velha	0,03	0,06	0,12	0,20	0,30
	Nova	0,03	0,20	0,40	0,70	1,00
50 a 100	Velha	0,05	0,10	0,20	0,35	0,50
	Nova	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
100 a 200	Velha	0,07	0,15	0,30	0,50	0,70
	Nova	0,07	0,40	0,80	1,40	2,00
200 a 250	Velha	0,07	0,15	0,30	0,50	0,70
	Nova	0,10	0,80	1,30	2,30	3,30
250 a 500	Velha	0,10	0,20	0,40	0,70	1,00
	Nova	0,10	0,80	1,30	2,30	3,30
500 a 1 mil	Velha	0,15	0,30	0,60	1,00	1,40
	Nova	0,15	0,85	1,90	3,30	4,70
1 mil a 2 mil	Velha	0,20	0,40	0,80	1,35	1,90
	Nova	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
2 mil a 3 mil	Velha	0,25	0,50	1,00	1,70	2,40
	Nova	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
3 mil a 5 mil	Velha	0,30	0,60	1,20	2,05	2,90
	Nova	0,30	1,60	3,40	6,00	8,60
5 mil a 10 mil	Velha	0,35	0,70	1,40	2,40	3,40
	Nova	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00
10 mil a 15 mil	Velha	0,40	0,80	1,60	2,75	3,90
	Nova	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00
Mais de 15 mil	Velha	0,45	0,90	1,80	3,15	4,50
	Nova	0,45	3,00	6,40	12,00	20,00

Fonte: Lei Velha (Lei Nº 8.847/94) e Lei Nova (Lei Nº 9.393/96).

O novo ITR modifica o sistema da fixação da base de cálculo do imposto que tem sido motivo de várias polêmicas. Na fórmula anterior era a Secretaria da Receita Federal que fixava uma tabela de valores da terra nua, sobre a qual aplicava-se as alíquotas para cálculo do imposto a pagar. Essas tabelas com preços regionais traziam muitas distorções com valores superestimados em algumas localidades e subestimados em outras. No novo ITR adota-se o sistema declaratório que atribui a responsabilidade de fixação do valor da terra nua ao proprietário, com base no preço de mercado. Em contrapartida a Lei determina que esse valor declarado será aquele que será pago em caso de desapropriação da terra pelo Poder Público. Se adotada uma sistematica eficiente de fiscalização cruzando dados internos a cada município com preços de mercado das terras negociadas, pode-se corrigir distorções e consolidar-se o ITR como moderno imposto sobre o patrimônio. Caso contrário, a fixação da base de calculo por declaração pode ser a nova válvula da sonegação fiscal, e como as organizações sociais podem ter acesso às informações sobre os imóveis rurais, esse parece ser um caminho para maior controle da sociedade brasileira sobre o patrimônio fundiário nacional.

Outra novidade do novo ITR esta na modificação da sistemática de cobrança das contribuições sindicais dos proprietários rurais. Isso permitira eliminar uma grande confusão com relação ao verdadeiro significado do imposto uma vez que parcela preponderante do valor pago a título de ITR não era realmente imposto, mas sim taxas e contribuições que destinavam-se à manter organizações representativas dos próprios agropecuaristas como os sindicatos rurais, federações estaduais e confederações da agricultura. Agora essas representações terão acesso à informação sobre os imóveis rurais mas deverão cobrar elas próprias, diretamente, as contribuições de seus associados. Esse fato significa um avanço para que o agropecuarista tenha consciência do que na realidade representa o ITR, ou seja muito menos do que a soma paga (cerca de 35% na média do Estado de São Paulo em 1994), pois o restante representa recursos que irão sustentar suas estruturas de representação. Agora essas organizações terão de estreitar laços com seus associados financiando-se mediante a adesão livre e com base em algum serviço efetivamente prestado pois o Governo Federal livra-se do ônus de cobrar contribuições que não revertiam ao Tesouro do Estado.

O novo ITR traz também vários instrumentos inibidores da sonegação, que em São Paulo tem atingido índices de 70% do valor lançado, ou seja apenas cerca de 30% do imposto devido tem sido pago. Na legislação anterior o imposto só poderia ser cobrado se o Governo Federal encontrasse o proprietário, e pela nova sistematica o proprietário deverá procurar os orgãos arrecadadores para fazer sua declaração. Por outro lado, o Governo Federal tem a preferência para receber o imóvel como pagamento de dívida oriunda do ITR no caso de seu não pagamento e, para as áreas improdutivas, em 5 anos essa dívida atinge o valor do imóvel, ou seja se ela não for saldada, esse imóvel pode ser revertido para programa de reforma agrária.

Desse modo, a nova legislação recupera o ITR enquanto mecanismo importante da política agrária, não apenas porque permitir maior taxação da propriedade improdutiva poderá desestimular sua manutenção para fins especulativos, como também a própria desapropriação terá tramitação mais ágil pois o preço da terra nua será conhecido antes da sua decretação, fixado pelo próprio proprietário que, se superestimá-lo, será tributariamente onerado. A efetividade das modificações, entretanto, só poderá ser comprovada com o tempo, pois em geral as alíquotas permanecem baixas para as propriedades produtivas. Isso porque, mais importantes que a nova Lei em si, são as regulamentações e as normas de procedimentos de verificação que podem atenuar os impactos do ITR sobre a estrutura fundiária. Por outro lado, a capacidade da fiscalização sobre qual o grau de utilização definirá os verdadeiros contornos dos impactos do novo ITR, pois o Brasil já teve no passado legislação eficaz nesse caso, mas que não foi aplicada. E sempre o montante arrecadado fica muito aquém do esperado. Por outro lado, por si só, a taxação da propriedade não conduz a um movimento redistribuidor de terras.

A analise de outro tributo da agricultura, a taxação da renda agrícola, em especial no que diz respeito ao imposto de renda pessoal e sobre os lucros das empresas, revela a desoneração da base de incidência por inúmeros mecanismos. As regras especiais de tributação conformam uma legislação tributária complexa e ineficaz que produz como resultado elevadas isenções parciais e indesejáveis efeitos regressivos em relação aos niveis efetivamente cobrados (SILVA, 1986). Na verdade, a agropecuária mostra um percentual bastante reduzido de empresas rurais formalmente constituídas em relação à expressão econômica desse segmento da agricultura. Além disso, a escrituração é uma técnica administrativa pouco adotada o que, associada à informalidade dos empreendimentos, dá sustentação a mecanismos declaratórios sempre eivados de subterfúgios redutores da base de incidência. Face a isso, tem-se tanto a dificuldade de cobrança pois muitos nem sequer se sentem obrigados a fazer suas declarações, e quando o fazem, pela inexistência de instrumentos eficazes de aferição, a operação de fiscalização fica praticamente impossibilitada.

No inicio dos anos 90, a regulamentação da tributação da renda agrícola foi alterada com base na Lei nº 8.023/90 que eliminou inúmeros incentivos existentes na legislação do IR, adotados desde 1969. A nova forma de tratamento da renda agrícola visa aumentar a carga tributária sobre a agropecuária e sustentar o financiamento rural com menores pressões sobre o Tesouro Nacional (LICIO et al., 1994). Contudo, os mecanismos declaratórios de aferição da base de cálculo do tributo não alteraram significativamente o panorama vigente até então. As rendas pessoais dos agropecuaristas e mesmo os lucros das empresas rurais podem ter as bases de incidência reduzidas por vários mecanismos que conformam a regra geral em que tem-se uma baixa tributação da renda agrícola em relação aos trabalhadores e a pessoas atuando em negócios de mesmo porte noutros ramos de atividade econômica. Em nível internacional,

a renda agrícola é estimada com base em retorno esperado sobre o valor da propriedade e cobrada junto com o imposto sobre o patrimônio, dada a dificuldade de organizar-se fórmulas de cálculo consistentes.

Essa realidade cria, no campo brasileiro, situações formais irreais com o intuito de se usufruir da insignificância dos impostos diretos incidentes sobre a agricultura. Na região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, por exemplo, a expansão da produção de cana para a indústria sucroalcooleira permite visualizar a questão da renda da terra numa economia onde o mercado de terras tem perfil especulativo. A intensa procura por terra na região circundante às usinas para a ampliação do plantio elevou em muito o preço da terra e com isso acresceu níveis significativos de renda especulativa à renda capitalizada na terra. Para contornar o problema da necessidade de inversão de vultosas somas de capital para a ampliação dos canaviais, os usineiros passaram a utilizar terras de terceiros por contratos de arrendamento. Trata-se de um "arrendamento sob parceria", pelo qual o proprietário continua fornecedor, pois recebe o pagamento em produto, fixado em toneladas de cana. Na verdade, como o proprietário é fornecedor da usina a quem arrendou a terra, recebe a renda fundiária fixada em produto na forma monetária. Desse modo, como no sistema tributário brasileiro a taxas incidentes sobre a renda capitalizada são reduzidas, gravando o patrimônio rural com taxas baixas, também o proprietário arrendante contorna a tributação. Essa renda fundiária não é alcançada pelo tributo, que toma a forma de renda agrícola, ou seja, lucro de atividade não exercida, permitindo viver de renda, incorporada no preço do açúcar e do álcool. Isso porque a tributação da renda agrícola conforma-se como irrisória, deixando-a praticamente imune aos impostos, seja como proprietário que realiza a produção de cana seja como arrendante para a usina fazê-lo.

No conjunto da análise do sistema tributário brasileiro incidente sobre a agricultura, tem-se uma baixa contribuição efetiva do setor para a receita tributária nacional como proporção do PIB setorial. Isso decorre de inúmeros mecanismos de burla ao fisco, engendrados principalmente em função de que a tributação indireta prepondera sobre a direta. Conquanto, alguns segmentos, caso pretendessem cumprir a legislação, conviveriam com elevados níveis de impostos em face da alta tarifa fixada para os impostos indiretos. A prevalência da lógica patrimonialista encontra respaldo político e econômico em poderosas forças conservadoras, que organizam instrumentação fiscal, em que o patrimônio se encontra preservado enquanto se penaliza a produção com tributos repassáveis aos elos mais frágeis da cadeia produtiva. Entretanto, não se trata de uma irracionalidade técnica produzida pelo acaso, fruto do perdularismo e sede de recursos do Estado sufocador da sociedade. Ao contrário, a situação foi produzida historicamente pela predominância política das forças conservadoras na elite nacional.

4.3 - Expansão Territorial da Agricultura e Preço da Terra: Especulação Financeira e "Valorização" do Patrimônio

A propriedade da terra é a síntese da propriedade privada, daí ser um elemento central da sociedade capitalista. A discussão sobre ela é antiga, gerando enormes polêmicas, pois está em debate um dos pilares desse tipo de sociedade. ROUSSEAU (1953) a colocava como um dos fundamentos das desigualdades entre os homens, ao aduzir que "o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, após cercar um terreno, se lembrou de dizer: isto é meu, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditarem nele. Quantos ciúmes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: não ouçais esse impostor!" (ROUSSEAU, 1953). A análise de MARX (1983) mostra o movimento de estabelecimento da propriedade privada da terra na constituição do capitalismo na Inglaterra, num processo de expropriação do campesinato que criou o trabalhador livre.

A propriedade da terra coloca-se, portanto, na gênese da sociedade capitalista, estando a ela intrinsecamente associada a forma basilar de propriedade privada. Apesar de não ser mercadoria, a propriedade da terra foi convertida em tal pela grande transformação operada no século XIX. Como coloca POLANYI (1980), "as mercadorias são definidas... como objetos produzidos para a venda no mercado... o ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados... todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tornou-se o princípio organizador da sociedade".

A propriedade da terra, transformada em mercadoria, mesmo que fictícia, assume então sua forma própria de elemento central da propriedade privada, à qual pode ter-se acesso mediante compra e venda, para o que deveria perder seu caráter de poder extra-econômico do sistema feudal para assumir um caráter de forma de poder econômico do sistema capitalista. Essa transformação tem de ser entendida na essência, pois muda drasticamente o sentido e o *locus* das lutas pela terra. Deixa de ter o sentido político que têm, como *locus,* os movimentos de massa e passa a ter o sentido econômico que tem como *locus* o "mercado". Obviamente, o capitalismo junta os dois sentidos, ou melhor, apenas agrega o econômico ao político, ao estabelecer que a condição de proprietário é própria de quem acumula, ou seja, poucos, e, portanto, tem a propriedade da terra o sentido de classe.

Ao não haver mais razões hereditárias, próprias do sistema feudal, para exercer o domínio sobre a terra enquanto base territorial, nada indica que a propriedade da terra tenha

sido democratizada no sentido que é passível de acesso a todos. Essa possibilidade jurídica é puramente formal, pois à massa de trabalhadores não é dado o desígnio de acumular o suficiente para "comprar" a propriedade da terra. Essa raiz excludente da sociedade capitalista quanto ao acesso à terra é acirrada quando essa "mercadoria" toma a forma de bem especulativo, com o seu "preço" aumentando mais que os dos demais bens do "mercado". Sendo essa a tônica das frentes de expansão da agricultura brasileira, notadamente no período posterior à Lei de Terras de 1850, o mercado de terras constituiu-se num cerceamento de oportunidades a novos proprietários face seu caráter especulativo.

4.3.1 - Ocupação das Fronteiras Agrícolas e Especulação com Terras no Brasil

A especulação com terras não é um fenômeno novo no Brasil, tendo sido viabilizada instrumentalmente quando a Lei de Terras de 1850 não só consolidou a grande propriedade como forma de riqueza, preparando o fim da escravidão, como também definiu a compra e a venda como forma de acesso à terra. A expansão da cafeicultura no oeste paulista promoveu a ocupação de terras na fronteira com o objetivo de ganhar com a sua valorização a partir da chegada do café. É óbvio que não era qualquer terra, mas sim a terra roxa, única na qual a rubiácea produzia abundantemente. MONBEIG (1984) argumenta que o "movimento de conquista do solo entre 1890 e 1900 foi uma vasta especulação financeira... o dinheiro fácil criava ambiente propício à especulação... uma fazenda comprada por 230 contos de réis, revendida por 500 é transferida a um terceiro por 1.000 contos, tudo em alguns anos. Com tais lucros compravam-se terras virgens e plantavam-se milhões de pés de café".

Muitas famílias tradicionais da cafeicultura paulista ganharam grandes fortunas no mercado especulativo de terras, talvez mais que no próprio café. Esse mercado tinha para sustentar suas expectativas de ganhos futuros não só um aumento contínuo da área plantada com a cultura, mas também o avanço da infra-estrutura. De um lado, o Estado de São Paulo saltou de 220 milhões de cafeeiros em 1890 para 550 milhões em 1900, 828 milhões em 1919 e 949 milhões em 1924 (PRADO Jr., 1969). A política de garantia de preços era um estímulo à expansão e, nesse sentido, foi funcional com o movimento especulativo com terras. De outro lado, o avanço da infra-estrutura promovia a valorização de terras desbravadas e o principal elemento era o caminhar da ferrovia rumo ao oeste. As propagandas em jornais, organizadas pelas famílias "pioneiras", davam conta das virtudes das terras ribeirão-pretanas.

Nesse processo, destaca-se a família Silva Prado, de importância política, pois o Conselheiro Antonio Prado foi Ministro do Império; e de articulação com o mercado financeiro, pois os Silva Prado estavam no grupo fundador do Banco de Comércio e Indústria (COMIND) em associação com o First National Bank of New York. Essa família tinha participação na

estrutura de serviços como proprietária da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e possuia a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho que chegou a ter a maior plantação de café do Brasil. Após a crise de 1929, essa família instituiu, junto à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC) que subdividiu não só a São Martinho como também inúmeras fazendas da região (ARAÚJO, 1979), posteriormente expandindo seus negócios imobiliários no rastro do avanço da ferrovia noutras regiões como a Alta Paulista. Nesse mesmo período, o COMIND conheceu uma expansão ímpar, incorporando outros bancos e multiplicando agências (ANDRADE, 1980). A conexão entre a especulação com terras, o complexo cafeeiro e o sistema financeiro está, portanto, mapeada e, assim, parcela significativa da fortuna dos Silva Prado deve ter-se originado da especulação com terras, o que não deve ser caso único.

A fronteira ocupada posteriormente no Norte do Paraná também com a cafeicultura, a partir da década de 20, da mesma maneira deu-se no bojo de uma enorme especulação com terras na qual grandes companhias colonizadoras ocuparam a região de terra roxa, "organizando" o processo de entrada de novos agricultores, com a compra a preços reduzidos e revenda com elevados ganhos. "A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu as glebas do Governo do Estado à razão de 20 mil réis por alqueire paulista, em 1925. Quinze anos depois, ela revendia a razão de 500 mil réis" (PADIS, 1981). Mais uma vez o fulcro atrativo do processo de ocupação da fronteira agrícola dá-se concomitantemente com um processo de especulação de terras. Em muitas áreas esse processo de ocupação do território paranaense deu-se com o enfrentamento de graves conflitos com antigos ocupantes, uma vez que essas concessões não reconheciam a posse anterior[56]. A violência que recai sobre quem chegou antes da ocupação por parte das companhias é um dado da história. Para cada região que se constitui em fronteira, a chegada da hora para o capital determinou também a "chegada da hora" dos jagunços sobre os posseiros. A luta do Contestado é apenas um dos inúmeros exemplos " (MONTEIRO, 1972).

No Brasil Central o processo realizou-se na mesma "toada". Num primeiro momento, as frentes pioneiras atraíam pequenos produtores que se deslocavam de regiões onde ocorriam grande concentração, em especial do Sul e do Sudeste. Mas com a implementação da política

[56] Deve-se ressaltar os reflexos estruturais importantes dessa colonização das terras na ocupação das fronteiras do Oeste Paulista e do Norte do Paraná. Ainda que as companhias colonizadoras tenham obtido fortunas na atividade imobiliária como vendedoras de terras, constroe-se uma estrutura de pequenas e médias propriedades. As companhias obtiveram terras a custos desprezíveis e puderam dar "crédito facilitado" com condições atrativas aos compradores. Assim, famílias de colonos com algum capital e mesmo sem recursos, apostando nos ganhos futuros derivados da exploração das condições naturais (madeira, terras férteis e rápida instalação das lavouras de subsistência), saldaram os empréstimos e muitos acumularam capital e expandiram suas propriedades. O plantio do café atendia, por outro lado, à estrutura do capital comercial que enfrentava a crise dessa atividade nas antigas regiões cafeeiras. E o Brasil ainda mantinha-se como grande exportador de café, e agora também de algodão, ambas culturas intensivas em mão-de-obra, e com base técnica compatível à época com a pequena escala de produção.

de ocupação desse espaço geográfico, surgem as frentes especulativas que concatenando incentivos fiscais e credito subsidiado, promovem "o agravamento da questão da posse e uso da terra, em face de problemas advindos com o fechamento das fronteiras- fato intimamente associado à atuação dessas frentes ... Destarte, a alta área média dos estabelecimentos, a estrutura fundiária concentrada, a rápida expansão da agricultura capitalista e o grande emprego de políticas de incentivo, favorecendo em especial os grandes agricultores e especuladores (frentes de especulação), transformaram a 'modernização' recente em elemento expulsador de mão-de-obra das atividades agrícolas" (FIGUEIREDO & TRIGUEIRO, 1986).

A região dos Cerrados, que sofreu profunda transformação na estrutura produtiva nos anos recentes, saindo da agropecuária de subsistência e da condição de area descartavel para a produção para se tornar no celeiro de grãos e no "novo eldorado". "A partir de 1975, com a necessidade de incorporar novas terras ao processo produtivo, o Estado passa a atuar diretamente na região, através da criação do POLOCENTRO. Este programa investiu na construção da infra-estrutura, desenvolveu a pesquisa, prestou assistência técnica e, principalmente, facilitou o acesso ao crédito, estabelecendo determinadas prioridades, quanto ao seu destino ... A pouca diversificação das atividades agropecuárias, a sua grande dependência dos fatores internacionais, o forte caráter especulativo, levando acentuados niveis de concentração da terra e da renda, são alguns aspectos estruturais sobre os quais têm ocorrido as modificações recentes na região dos cerrados. Nota-se, ademais, um forte atraso dos investimentos produtivos, tendo sido significativa a incorporação financeira da terra" (FIGUEIREDO & TRIGUEIRO, 1986).

A caracterização dos beneficiários desse processo de ocupação do Brasil Central tem como elemento fundamental na presença do grande capital de outros setores da economias. Isso porque "as frentes especulativas, articuladas com os incentivos fiscais da Amazônia Legal e com a política de crédito subsidiado, caracterizam-se pela existência de extensas áreas de terras ocupadas por grandes grupos econômicos que se dedicam principalmente à pecuária. Merece destaque, neste caso, a participação de grandes empresas e conglomerados tais como: Abramo-Eberle Metalúrgica, Abreu-Banco das Nações S.A., América do Sul, Andrade Gutierrez, Antunes-Caemi-Cia Auxiliar de Empresas de Mineração, Bamerindus, Bardela S.A Ind. Mecânicas e outras" (FIGUEIREDO & TRIGUEIRO, 1986). A burguesia industrial-financeira passa então a associar-se aos interesses latifúndiários tornando-se defensores das posições patrimonialistas.

O estudo de GASQUES & YOKOMIZO (1990) mostra que, na Amazônia, esse processo revela-se semelhante, onde "os incentivos fiscais foram concebidos para desenvolver empresas capitalistas, que devem ser viáveis do ponto de vista econômico e financeiro". Segundo os autores, os resultados deixam a desejar pois " os principais benefícios dos

incentivos fiscais na Amazônia foram a criação de alguma infra-estrutura regional, e geração de conhecimentos que poderão ser internalizados pela economia da região. Os projetos incentivados pouco tem contribuído para aumentar o produto regional. Sua produção e vendas atuais representam 15,7% do que fora previsto. Mesmo os projetos com 15-16 anos tem sido extremamente ineficientes... " e destacam a "concentração dos benefícios a elementos que fizeram dos incentivos um negócio especulativo, e instrumento para garantir a posse da terra" GASQUES & YOKOMIZO (1990).

Noutras palavras, os mecanismos de ocupação do território mostram-se incrivelmente semelhantes num amplo interregno de anos: a grande propriedade se instala apoiada pelo Estado, mesmo que com base no conflito com antigos ocupantes. Como coloca IANNI (1981), "as politicas governamentais adotadas para a Amazônia provocaram a generalização da luta pela terra. A geopolítica e o desenvolvimento extensivo do capitalismo na região recolocaram o problema da ocupação, colonização e integração de terras devolutas, tribais. De fato havia areas desocupadas. Mas já eram muitas as terras-do-sem-fim ocupadas por comunidades indígenas e núcleos caboclos amazônicos ... Desde as politicas regionais adotadas pelos governos militares, de modo cada vez mais intenso e generalizado cresceu a luta pela terra. Foi assim que passou a desenvolver-se o processo de acumulação primitiva. As terras devolutas, tribais e ocupadas começaram a ser apropriadas por negociantes de terras, grileiros, latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros" (IANNI, 1981). As novas frentes recentes nos anos 90, de ocupação do Sul do Pará, Maranhão e Oeste da Bahia, revivem os mesmos métodos e procedimentos.

Assim, desde logo, é preciso deixar bem caracterizado um aspecto recorrente do que está colocado nessa breve reconstituição da ocupação das fronteiras agrícolas. Trata-se do fato de que a especulação com terras esteve presente em todos os processos de expansão e, como houve um considerável fluxo migratório para cada um deles, tem-se um obstáculo à proliferação de pequenos e médios agricultores que teriam de pagar um preço mais elevado simplesmente porque a ocupação foi "organizada" por grupos imobiliários. Dessa forma, a enorme massa de "agregados" das grandes propriedades das zonas de colonização antiga não teria praticamente nenhuma possibilidade de êxito, caso tentasse tornar-se proprietárias nas fronteiras agrícolas, uma vez que a especulação fechou as portas no passado próximo e as mantém fechadas no presente, cumprindo, assim, a mesma função do instituto das sesmarias transformadas em propriedade pela Lei de Terras de 1850. Desse modo, os grandes grupos obtem terras "para utilizá-las como reservas de valor, contra a depreciação da moeda, para futuras atividades econômicas ou especulações" (IANNI, 1981).

4.3.2 - "Valorização" do Patrimônio e Preço da Terra: Especulação com Terras como "Barreira à Entrada" de Novos Agricultores

A "valorização" patrimonial com elevados preços da terra representa uma característica histórica da expansão da agropecuaria no Brasil. Essa realidade, verificável nos vários processos de ocupação das fronteiras agrícolas, decorre de movimento especulativo estreitamente relacionado com a constituição do perfil excludente de sociedade, no curso histórico de formação da economia brasileira. O fato de que a ocupação por companhias imobiliárias por concessão governamental de "terras sem dono", ainda que apenas formalmente pois na maioria dos casos ocorreu expulsão violenta de legiões de posseiros, para revenda por algum preço, corresponde ao alijamento da imensa maioria da população. Essa parcela majoritária de posseiros e agregados das grandes fazendas que não havia acumulado capital para fazer frente ao pagamento e nem mesmo tinha meios de produção e crédito suficientes para endividar-se na compra da propriedade e pagá-la com a parte da produção obtida. Por outro lado, por desinformação uma vez que viviam alijados da dinâmica dos negócios em geral, sequer aperceberam-se de que poderiam "tentar" comprar terras nas fronteiras, razão pela qual apenas um poucos aventureiros dirigiam-se às fronteiras agrícolas para enfrentarem a malária e outras agruras e, ainda assim, da parcela sobrevivente, a maioria seria expulsa com a chegada da hora do capital, ou seja quando até eles chegava o "progresso e a civilização".

Ocupadas as areas de fronteira, investimentos públicos vão paulatinamente configurando nelas obras de infraestrutura que vão incrementar a "valorização da terra". Estabelecida a agropecuária, o preço funcionando como "barreira à entrada" de novos agricultores mantem-se em torno de patamares inacessíveis à maioria deles. Na tentativa de explicar o preço da terra no Brasil, RANGEL (1962)[57] afirma que o "preço da terra é função da renda territorial. Uma propriedade que renda tanto quanto um capital determinado, aplicado em condições comparáveis de segurança vale tanto quanto esse capital". O alto preço da terra coloca-a fora do alcance do pequeno agricultor, e "por esse motivo a propriedade ficou concentrada,... é que a terra foi valorizada". A valorização, incorporando novas terras, e a

---

[57] A análise da especulação com terras tem sido realizada por autores de vários matizes teóricos, seja marxista, neoclássica, de expectativas racionais ou pos-keynesiana. A contribuição de Ignácio Rangel revela-se a mais rica em desvelar o sentido "financeiro" desse processo . Nesse autor tem-se na verdade duas formulações que poderiam dar um conteúdo explicativo à especulação com terras, uma com uso de categorias marxistas e outra com categorias keynesianas. Na primeira visão teórica estão o trabalho clássico do início da década de 60 (RANGEL, 1962) e um mais recente (RANGEL, 1979). A segunda formulação pode ser retirada tanto do trabalho clássico sobre a inflação brasileira, do seu corpo principal do começo dos anos 60 (RANGEL, 1986a) quanto de um posfácio atualizador da mesma obra para a sua reedição no final da década de 70 (RANGEL, 1986b). Após uma rápida caracterização dos elementos principais da primeira formulação, faz-se a opção, neste trabalho, pela segunda, que permite, na visão aqui explorada, uma conexão mais sólida com o desígnio excludente do modelo de desenvolvimento capitalista tal como foi implantado no Brasil.

busca de formas de exploração intensivas aumentariam a oferta agrícola para uma demanda declinante. Desse modo, é "inevitável, portanto, o movimento de queda dos rendimentos, trazendo implícita a possibilidade de queda dos preços"(RANGEL, 1962). Para o autor, ainda, "esse movimento foi transitoriamente estorvado pela emergência da valorização financeira e como fonte de uma renda que não depende de sua utilização agropecuária ou residencial, visto que se apresenta sob a forma aparentada da taxa de juros como taxa de valorização da terra".

Nessa visão, por conseguinte, a terra transforma-se numa forma de investimento acessível a agricultores e a não-agricultores, o que faz com que "o problema da distribuição da propriedade fundiária passa a ser **uma questão financeira**, suscetível de ser afetada pela evolução do mercado de valores, dependente, portanto, do que ocorra no mercado imobiliário, tanto para papéis públicos como privados... Tanto a terra urbana... como a terra rural excedente, tem seu futuro ligado ao mercado financeiro, cuja tendência não deve ser perturbada, **se de fato é a democratização da propriedade da terra o que queremos**" (RANGEL, 1962). Desse modo, o autor propugna que, por se ter transformado numa questão financeira, altera radicalmente o caráter da propriedade da terra que pode ser controlada no bojo da política macroeconômica para o mercado de capitais. Por essa razão, propunha uma "intervenção no mercado de terras para fortalecer a oferta: intervenção do Estado como supridor de terras, especialmente na frente pioneira, o que tenderá a disciplinar o preço desse fator, impedindo altas especulativas e induzindo o detentor privado de terra excedente a utilizar ou dispor de parte desse excedente"(RANGEL, 1962).

No mesmo sentido vem a contribuição de REYDON (1992), desvelando a partir da formulação pós-keynesiana, a terra como um ativo na sociedade capitalista. Nesse sentido, "o preço da terra é determinado pelas expectativas, em parte formadas convencionalmente, dos ganhos futuros esperados da mesma... e que a terra só é um ativo por ser economicamente escassa... ", o que é perfeitamente compatível com uma visão de MARX (1983) a respeito da "anarquia" da produção capitalista e com uma análise do "monopólio" da terra por uma classe dominante apegada ao patrimônio como a brasileira. Dentro dessa concepção, o autor destaca as características do preço da terra no Brasil, absorvendo quase-rendas geradas pelos ganhos indiretos e benefícios das políticas econômicas, liquidez elevada dada a garantia da propriedade da terra, custo de manutenção baixo e elevada possibilidade de ganho patrimonial (REYDON, 1992). Realmente, no caso brasileiro, a propriedade da terra é inquestionada, tem uma manutenção baixa por uma tributação exígüa e uma segurança elevada, pois é naturalmente "protegida" sem necessidade de gastos adicionais em segurança particular, e tem elevado rendimento.

Na análise de RANGEL (1986a), como resultado da persistência de sua estrutura agrária arcaica, o Brasil tem uma economia na qual se criam condições para a existência de uma

elevada taxa de exploração. Essa taxa de exploração do trabalhador "tende a exprimir-se em baixa propensão a consumir que carece ser compensada por uma elevada taxa de imobilização. Nessas condições a economia é particularmente sensível às variações da taxa de imobilização. A inflação emerge como um recurso heterodoxo, mas eficaz para manter elevada a taxa de imobilização, quando esta manifesta tendência a declinar" (RANGEL, 1986a). Isso porque a estrutura social, marcada pela desigualdade profunda, faz com que a demanda global cresça mais rapidamente do que a demanda de consumo. A capacidade produtiva é insuficiente para absorver produtivamente massas impressionantes de recursos. Logo as imobilizações, se declinassem, provocariam a depressão econômica, daí a funcionalidade da inflação como meio pelo qual a economia resiste (RANGEL, 1986a).

Desse modo, "uma parcela ponderável da mais valia retida em poder das classes de renda mais altas, ao invés de ser considerada em forma monetária, como recurso líquido... é aplicada na aquisição de ativos imobilizados... como **defesa contra a erosão inflacionária da moeda**... A inflação, ao levar a moeda a perder parcialmente a sua função de meio de entesouramento, impele para a primeira linha outros bens, outras encarnações materiais de riqueza" (RANGEL, 1986a). A elevada taxa de imobilização, ao desviar-se para o ativo terra, provoca um movimento especulativo e se converte, conforme RANGEL (1986b), numa dificuldade de acesso à terra por aqueles que não detêm montante sobrante de capital, "graças a uma eficassíssima barreira dos preços altos. Esses preços não se podem explicar pelas razões clássicas, isto é, como conseqüência de uma elevação da renda territorial, ao menos que como tal renda entendamos, também, a expectativa de valorização - uma renda anômala, até porque não se aplica apenas à terra utilizada, mas a toda terra. Sua origem é notória, isto é, a fuga de capitais de outras áreas, donde se infere que o preço da terra, nas condições brasileiras, é agudamente sensível às flutuações do **mercado mobiliário de valores**" (RANGEL, 1986b).

A economia brasileira persiste com uma alta taxa de exploração, inclusive aumentada por uma participação declinante da massa salarial na renda nacional, o que se traduz numa propensão bastante reduzida de consumir e, dessa forma, configura uma necessidade de elevada taxa de imobilização. A terra constitui um ativo de manutenção de custos reduzidos e de rentabilidade potencial elevada, além de uma liquidez alta, pois não existe qualquer empecilho à livre transferência. Os recursos imobilizáveis tendem para a terra não só pela sua alta atratividade como ativo, como também pela sua representatividade em termos de síntese da propriedade privada para uma burguesia patrimonialista por origem histórica, conjugando assim poder político e econômico no mesmo elemento. A persistência do processo inflacionário induz a essa imobilização em terra, notadamente nos períodos de sobre-acumulação que alavancam o salto de patamar nos preços especulativos. Nas demais fases, as oscilações passam a girar em torno desse nível, explicadas pelo movimento das expectativas. O monopólio da terra, ao garantir o

"estoque", promove uma rigidez do preço para baixo, criando escassez e rompendo com a versão de "mercado flexível" da terra.

A explicação, portanto, para o nível dos preços especulativos da terra está na própria estrutura heterogênea da sociedade brasileira, o que traz a necessidade de uma válvula para o capital "sobrante". A coincidência de vários elementos no início da década de 70 dão concretude a essa postulação. No auge do "milagre" econômico, "o setor privado, em plena euforia do boom, realizava massas de lucros consideráveis... o período 1970-73 foi o único, desde o pós-guerra, em que ocorreu uma euforia conjunta de todas as frações do capital privado..." (TAVARES, 1983). As enormes massas de capitais foram atraídas por uma política econômica de modernização agrícola em ritmo forçado (estimulada por crédito subsidiados e incentivos fiscais), encontrando vazão no mercado de terras, no qual a agroindústria avançava em ritmo seguro. No rastro dessa corrida para a terra, no bojo da ascensão da taxa de imobilização para fazer frente ao capital "sobrante", o preço da terra ganha impulso significativo, saltando de patamar entre 1970 e 1975 (REYDON, 1992), ao mesmo tempo em que ocorre o maior ímpeto concentrador de terra pós-1960 (HOFFMANN, 1979 e 1990).

Mais recentemente, outro período de euforia da agricultura, nas supersafras da década de 80 (1988-92), embora sem a presença de um volume tão expressivo de capital sobrante a imobilizar como em 1970-73, não experimentou uma persistente elevação do preço da terra com variações apenas conjunturais que apesar da amplitude às vezes grande como em 1986 e 1989, voltam ao mesmo patamar após o retorno à "normalidade". As oscilações giram em torno de um certo nível, dado um menor furor da corrida ao campo, e os preços têm oscilações típicas de ações especulativas de curto prazo. Desse modo, a análise de RANGEL (1986a) sobre a causa estrutural da inflação brasileira, uma vez que a economia brasileira se move no fio de uma elevada taxa de imobilização, é compatível com a explicação do movimento especulativo do mercado de terras. Isso é fruto de uma baixa propensão a consumir que faz das aplicações uma válvula para enormes massas de capitais. Da mesma maneira, tem-se clara uma *performance* pró-ciclica do preço da terra como demonstrou REYDON (1992) e não anti-cíclica como pretendia RANGEL (1979), pois as massas a imobilizar, sendo desmesuradamente maiores na fase ascendente do ciclo, só podem resultar em preços crescentes, frente à maior demanda. A especulação é, portanto, estrutural e não conjuntural como prognosticava RANGEL (1962), daí a sua persistência.

Como decorrência dessa perenidade especulativa na ocupação das varias fronteiras, onde os distintos governos, desde a colônia até os dias atuais (parece que hoje até mais que dantes), oferecem uma imensa gama de estímulos para que capitalistas invistam seus capitais na ocupação de novas areas de fronteiras. Na colônia os reinóis recebiam poderes ilimitados para virem a ocupar a posição de donatários das capitanias hereditárias, na fronteira agrícola

atual são os incentivos fiscais, os créditos subsidiados dos fundos constitucionais e as extensas obras de infraestrutura como a Norte-Sul, as hidroelétricas e os corredores multimodais. Dessa maneira a modernidade da agricultura brasileira não apenas foi assentada na grande propriedade territorial gestada desde o estatuto das sesmarias no período territorial, mas os desdobramentos da ocupação das demais regiões do espaço geográfico nacional foram realizados com base na grande propriedade: a) a agroindústria açucareira nordestina instalada na principal faixa de terra fértil regional, a Zona da Mata, constituiu-se como enormes latifúndios; b) a expansão cafeeira no Vale do Paraíba e posteriormente na Região de Ribeirão Preto representou o plantio de vastas extensões com a rubiácea formando um "mar de café"; c) No Norte Paranaense a tendência da cafeicultura não se revelou distinta, calcada em fazendas de tamanho avantajado; d) a conquista da fronteira agrícola do Centro-Oeste e Amazônia segue por trilha semelhante.

Isso não apenas revela como o Estado mostra-se funcional com o interesse latifundiário ao realizar a "colonização" com base na reprodução da grande propriedade territorial, como a implantação da infra-estrutura regional ao favorecer a "valorização" das terras, gera um surto especulativo que elevando o preço das terras, funciona como "barreiras à entrada" de novos agricultores. Esse mecanismo torna-se mais eficaz para aqueles desprovidos de capital para realizarem a compra e a execução do empreendimento. No período de expansão da cafeicultura no Oeste Paulista o preço médio da terra eleva-se com o crescimento dos plantios, saindo de 96 mil reis em 1890 para 323 mil reis em 1930 (VIGNOLI, 1983), e ainda que tenha mantido proporcionalidade com o preço da saca do café, "o preço elevado da terra na região do café reflete a apropriação pelo capital" (SILVA, 1981). Fixando-se nas décadas mais recentes, nota-se que a dificuldade de acesso à terra em razão do processo de especulação revelava-se importante constrangimento ao desenvolvimento da agropecuária na primeira metade dos anos 50. PAIVA (1954), ao estudar os problemas da agricultura brasileira, dizia que "o preço elevado é também um fator que tem dificultado o desenvolvimento agrícola do País. Praticamente em todas as regiões, os preços das terras estão inflacionados e não representam uma capitalização dos preços na exploração agrícola. Torna-se, por isso, muito difícil para o pequeno agricultor economizar o suficiente para poder adquirir a sua própria terra. Fato esse que não permite mais amplo estabelecimento dos pequenos agricultores na região" (PAIVA, 1954).

Na evolução desse movimento especulativo com terras, os anos 60 em diante, os preços da terra não mostram comportamento diferentes. CAMARGO & FERREIRA (1989), estudando os preços das terras agrícolas no Brasil no período 1966-86, concluem que, "de modo geral, os preços reais das terras agrícolas no Brasil apresentaram tendência crescente e as taxas de crescimento anuais para as categorias variaram de 2,72% a 4,95% ao ano. Em nível das regiões, a variação dos preços mostrou-se bastante desigual. Nas regiões Sul e Sudeste foram observados os maiores preços de venda de terras e para as regiões Norte e

Nordeste os menores". Chamam a atenção as comparações realizadas por esses autores entre a "valorização" da terra e os ativos do mercado de capitais. No período 1966-88, os ativos financeiros foram mais rentáveis que a terra, enquanto que em 1969-74 a terra predominou, exceto em 1970-71 em que perdeu apenas para as ações. De 1975 a 1983, houve grandes oscilações, sendo que em 1984-85 as melhores aplicações foram em ações e em terra e, em 1986, ano do Plano Cruzado, a terra disparou como aplicação mais rentável (CAMARGO & FERREIRA, 1989).

REYDON (1992) também analisa o movimento do preço da terra agrícola para o conjunto do Brasil e caracteriza comportamentos distintos em cinco períodos posteriores a 1970. No **primeiro**, de 1970 a 1975, ocorreu a modernização da agricultura com acentuado crescimento econômico, no qual as expectativas otimistas levaram o preço da terra a uma elevação persistente. No **segundo** período, 1976-81, de declínio do crescimento econômico com política econômica errática, ocorre uma oscilação no preço médio da terra em torno de um patamar semelhante. O **terceiro período**, nos anos de 1982 e 1983, caracterizado pela recessão, leva a um declínio do preço da terra. O **quarto período**, 1984 a 1986, é de recuperação econômica com retomada do crescimento do preço da terra. O Plano Cruzado, em 1986, promoveu um aumento abrupto do preço da terra, numa corrida especulativa estimulada pela queda do rendimento dos demais ativos. O **quinto período**, após 1986, corresponde a uma elevação crônica da inflação, com as taxas de crescimento reduzidas provocando queda no preço da terra. Em 1989, a intervenção do Governo para frear o impulso especulativo do mercado financeiro fez com que o preço da terra desse um salto, mas logo ele retornou ao mesmo patamar (REYDON, 1992). No geral, a década de 80 correspondeu a preços da terra girando em volta do mesmo patamar.

O fato de a terra ter se caracterizado como uma "mercadoria", cuja valorização garante ganhos ao detentor da propriedade no médio e longo prazos, traz efeitos perversos para a sociedade brasileira. A concentração da propriedade da terra nesse processo corresponde a uma enorme concentração da riqueza em geral. A partir dos estudos de HOFFMANN (1979 e 1990), tem-se uma caracterização não só do elevado nível de concentração da propriedade da terra no Brasil, como também da sua evolução crescente. Tomando por base o período de 1940 a 1985, tem-se o Índice de Gini igual a 0,832 em 1940, saltando para 0,843 em 1950, mantendo-se em patamares semelhantes em 1960 (0,842) e 1970 (0,843), para realizar novo aumento e atingir 0,855 em 1975 e, daí em diante, apresentar-se em níveis equivalentes em 1980 (0,857) e 1985 (0,858) (HOFFMANN 1979 e 1990). A concentração da terra, portanto, não só é originalmente alta no caso brasileiro como além disso apresenta um movimento ascendente que acirra as desigualdades da distribuição da riqueza.

O entendimento da expressão dessa elevada concentração pode ficar mais nítido

quando se agrega dados de participação dos diferentes tamanhos de propriedade em número e área. Para o período 1940-85, os 10% maiores estabelecimentos, que detinham 76,5% da terra em 1940, passaram para um patamar acima em 1950 (78,3%) e 1960 (78,0%), e tiveram pequena redução em 1970 (77,0%) para voltar a crescer até 1975 (79,0%) e 1980 (79,3%), mantendo-se nesse nível até 1985 (79,2%). Na outra ponta, os 50% menores estabelecimentos, têm uma participação, no total da área, decrescente em todo o período, caindo de 3,6% em 1940 para 2,2% em 1985 (HOFFMANN, 1979 e 1992). Assim, em pleno processo especulativo, com um aumento de preços no inicio da década de 70, tem-se um concomitante salto no Índice de Gini e na participação dos grandes estabelecimentos na área total. Esse processo de especulação com terras é acirrador das desigualdades distributivas.

Os primeiros anos da década de 90 mantém a tendência histórica de elevados preços da terra, ainda que com enormes amplitudes de variação em função de movimentos especulativos. No Estado de São Paulo o crescimento dos índices de inflação empurraram os preços da terra para cima até 1990, a partir de quando caíram até 1992 (SANTOS & SANTOS, 1992). No período seguinte, a partir de 1993, nota-se uma recuperação dos preços da terra que atingem o pico em 1994. Comportamento oscilante pode ser observado também no cenário nacional puchados para baixo pela maior taxa de juros obtidas nas aplicações financeiras e pela procura de ativos com maior liquidez, e para cima nos momentos de maior incerteza(FERREIRA, SANTOS & CAMARGO, 1995). A execução do Plano de Estabilização da Economia no período posterior a 1994, num primeiro momento ocorreu tendência altista, mas consolidada a estabilidade, houve queda com a sensação de perda de patrimônio para os proprietários (DULLEY & MONTEIRO, 1996).

A realidade do período 1994-96, em que os preços terra brasileira se mantiveram em patamares considerados baixos frente ao comportamento histórico constitui fato a ser equacionado numa avaliação da tendência para uma período mais amplo. MONTEIRO (1997) argumenta que trata-se de movimento esperado por várias razões: a) após a mudança de patamar no período 1970-75, as oscilações dos preços da terra são freqüentes em intervalos de 1 a 6 semestres; b) à excessão do Plano Bresser, todos os planos de estabilização da economia foram acompanhados de elevações dos preços da terra; c) a manutenção de altas taxas de juros no mercado financeiro desloca a demanda especulativa da terra para aplicações mais líquidas e rentáveis; d) os preços agropecuários em queda e o endividamento dos agropecuaristas favoreceu a colocação de terras à venda deteriorando seu preços. De qualquer maneira em linhas gerais as variações recentes não alteram estruturalmente os níveis do preço da terra no Brasil, ainda muito superiores ao verificados na Argentina, Uruguai e Paraguai (MONTEIRO, 1997).

Os preços da terra em queda no período recente não apenas não recolocam os mesmos em niveis inferiores aos níveis verificados nos anos 60 bem como devem ser avaliados dentro

de uma perspectiva de longo prazo. No curto prazo o grande capital especulativo certamente deixa posições de aplicação em terras para obter maiores ganhos no mercado financeiro (mais líquidas e com maior retorno de curto prazo), ao mesmo tempo em que os lucros das empresas tem sido destinados a reinversões na tentativa de aproveitar o crescimento da demanda do mercado interno. Isso por si só significa que montantes expressivos de capital deixam de ter na aplicação em terras seu mecanismo mais vantajoso de valorização. Outro aspecto reflete-se no fato de que a area agrícola brasileira tem variado em torno do mesmo patamar, desde 1989 a safra brasileira tem sido colhida dentro de uma area agrícola que varia entre 47 e 50 milhões de hectares, especialmente os grãos. Noutras palavras as "grandes safras" obtidas representam a utilização da "capacidade instalada" em termos de area cultivada global e, se regiões como o Brasil Central, o Oeste da Bahia e o Sul do Maranhão tem aumentado os plantios, essa expansão tem sido invariavelmente substituída por reconversão para pastagens de areas de lavouras do Sul-Sudeste (Noutras palavras há deslocamento das areas de plantio e não expansão da agropecuária nacional nos anos recentes). Assim, firma-se um processo de elevação dos preços da terra nessas regiões de expansão aproximando-os da media nacional, ao passo que freia-se as elevações onde as lavouras perdem espaço. Esse ajustamento reflete-se em preços médios menores para as vendas de terras.

Outro aspecto a analisar consiste na diferença entre preços esperados com a venda da terra e os praticados nos negócios realizados, associados ao volume de terras envolvido nas negociações e as extensões das mesmas[58]. Na verdade tanto os picos de alta dos preços da terra como os de baixa apresentam uma redução drástica dos negócios realizados. Na alta porque especuladores, conhecedores desse mercado e sabedores da desvalorização subsequente não aplicam seus recursos em terras, além do que nessas condições, o proprietário resiste em desfazer de tão valioso patrimônio. Nesse sentido a posição compradora dos especuladores, mesmo sem negócios eleva os preços da terra, em sentido contrário, o desinteresse e a posição vendedora força sua baixa. Os negócios realmente efetuados nos picos de alta e de baixa são

[58] A necessidade de aprofundar a explicação do movimento recente dos preços da terra exigiu o levantamento de informações complementares às disponíveis que consistiam apenas no levantamento do preço da terra segundo a expectativas do valor que se obteria caso o negócio fosse realizado e que guarda pouca relação com negociações realmente concretizadas. Nesse sentido, para as regiões de cana para indústria de Ribeirão Preto, de plantio de feijão do Sudoeste de São Paulo e de pastagem extensiva de Presidente Prudente, atendendo portanto à diversidade de realidades dentro do Estado de São Paulo, procurou-se realizar entrevistas com "corretores" de terras buscando informações tais como: a) como estão indo os negócios com terra, b) quem anda vendendo e quem anda comprando terra, c) na alta e na baixa concretizam-se muitos negócios? A interpretação dos resultados desses contatos baseia as ponderações aqui apresentadas. Outro aspecto a destacar consiste no fato de que a própria expansão do trabalho assalariado na agropecuária acaba eliminando do rol de potenciais demandantes do mercado de terra a esmagadora maioria dos trabalhadores rurais. Exatamente estes operando nos segmentos mais liquidos e mais rentosos das grandes cadeias de agronegócios foram submetidos progressivas perdas de salários nos anos 80, e a pequena recuperação nos anos posteriores a 1994, empurrada pelo aumento do salário mínimo, os coloca fora da condição de acesso a terra por compra.

em numero 60% menor que o verificado nos períodos considerados de normalidade. Nos períodos de alta os poucos negócios realizados são fechados a preços muito menores que os "pedidos inicialmente" pelos antigos donos e na baixa os preços obtidos são em geral muito próximos dos pretendidos. Dessa maneira contata-se que os preços praticados não sofrem oscilações tão pronunciadas como a série histórica de cotações revela.

Mais reveladoras ainda são as informações de quem esta comprando e do perfil dos imóveis que estão envolvidos nas transações realizadas no período recente. Raros são os negócios envolvendo grandes extensões de terras e, quando encontra-se tais vendas, elas envolvem a saída de empresas com interesses em outros setores econômicos vendendo para empresas instaladas na produção e distribuição de produtos da agricultura, ou seja com situação consolidada em agronegócios. Número expressivo das vendas envolvem agropecuaristas endividados para saldarem compromissos financeiros, em especial decorrentes do aperto do credito rural, sendo que esta razão reduziu-se de maneira drástica após as renegociações derivadas da securitização das dividas bancárias. O volume esmagadoramente expressivo das vendas, entretanto, correspondem a pequenos e médios proprietários cujas condições de sobrevivência da família sofreram os impactos da queda dos preços dos produtos agropecuários. Limitados em termos da area agricultável disponível, e possuindo "meios de produção" incompatíveis com o arrendamento de outras areas complementares, esses pequenos proprietários acabam por não mais conseguirem sobreviver apenas da renda rural, vendem suas terras e deixam o campo.

Essa constatação corrobora a situação verificada por REYDON (1992) em Araçatuba (SP), em que "a grande maioria dos negócios (82,2%) ocorre com propriedades de menos de 50 ha... e a região como um todo, e o município de uma forma mais expressiva, apresenta uma baixa oferta de terras. Os corretores afirmaram que qualquer propriedade colocada à disposição é facilmente vendável, caracterizando a alta liquidez das terras, não apenas no município mas do conjunto da região. Isso faz com que o mercado seja basicamente determinado pelos ofertantes" (REYDON, 1992). Como as transações de grandes glebas são realizadas entre grandes capitalistas, sendo inexpressivos os casos de retalhamento de propriedades, e ainda os principais compradores são proprietários que procuram aumentar as suas extensões de terras, existe pouco espaço para que a situação de preços da terra inferiores aos verificados em fins dos anos 80 sustente um processo de desconcentração. Apenas em determinadas condições mantem-se o tamanho das propriedades, ou seja quando a classe média urbana, em especial comerciantes e profissionais liberais, as adquirem para fins de lazer associado a alguma atividade produtiva quase sempre realizada em bases não empresariais.

Assim, a realidade de preços baixos da terra revela aspectos duplamente dramaticos, pois de um lado os vendedores são em maioria pequenos proprietários que buscam sobrevivência fora da terra e o fazem com "menos dinheiro" para reconstruírem suas vidas nas cidades

("comprarem casa e abrirem algum negócio"). Por outro lado a própria expansão do trabalho assalariado na agropecuária acaba eliminando do rol de potenciais demandantes do mercado de terra a esmagadora maioria dos trabalhadores rurais. Exatamente estes operando nos segmentos mais líquidos e mais rentosos da grandes cadeias de agronegócios foram submetidos progressivas perdas de salários nos anos 80 e, ainda que tenha havido uma pequena recuperação nos anos posteriores a 1994 empurrada pelo aumento do salário mínimo, estão colocados fora da condição de acesso à terra por compra. Dessa maneira, mesmo com incidência mais pesada da tributação com o novo ITR, a persistência de preços da terras em patamares menores não necessariamente representa o início da desconcentração, ao contrário pode sustentar maior concentração pois apenas os segmentos sociais líquidos podem comprar terras, e em volume isso corresponde a grandes compradores. A não ser que sejam adotadas medidas de políticas públicas capazes de dotarem os demais pretendentes em acessar a terra, e que não dispõem de capital acumulado, de condições financeiras suficientes para adquiri-la e faze-la produzir. O mercado, pelos atuais demandantes potenciais e ofertantes "desesperados", indica a continuidade do impeto concentrador, em condições mais dramáticas que na situação em que, a venda permitia amealhar algum capital para recomeçar a vida.

4.4 - Políticas Agrícolas com Alta Concentração de Beneficiários e o Acirramento da Questão Agrária

As políticas agrícolas forjadas e implementadas num processo hegemonizado pelo poderio político das forças conservadoras configuram ações de Estado fiéis aos interesses predominantes nessa correlação de forças. Dessa maneira as políticas agrícolas adotadas reforçam, em vez de contrarrestar, a grande propriedade enquanto elemento central dos núcleos dinâmicos da agricultura brasileira. Os latifúndios canavieiros nordestinos e as fazendas de café ribeirão-pretanas, enquanto manifestações imediatas dos interesses econômicos de forças políticas poderosas, foram aquinhoados com intervenções estatais direcionadas para o fortalecimento de seus negócios e, por conseguinte, de seu domínio sobre a sociedade. A agroindústria açucareira dominante no cenário nordestino frustou as tentativas transformadoras dos engenhos centrais, e mesmo tendo perdido a posição principal para o café no plano econômico, mantém a hegemonia dos senhores de engenho (agora tornados usineiros). A oligarquia canavieira foi até mais longe, com a derrocada do café ribeirão-pretano, forjou ali um novo segmento de grandes proprietários canavieiros transformando o mar de café em mar de cana.

Dessa maneira, o estudo da política agrícola brasileira representa a procura do entendimento das medidas sustentadoras da perenidade da cana, do apogeu e fastígio do café, para depois enfrentar o desafio de compreender as mudanças introduzidas pela modernização

e diversificação no período posterior aos anos 60. Enquanto estruturas econômicas fundantes da agricultura brasileira não há dúvidas de que a cana para industria e o café assumem posição inigualável, embora a ocupação de vastas extensões do território brasileiro tivesse sido realizada com base na pecuária extensiva, que funcionou como ponta de lança na abertura de várias regiões agrícolas. Entretanto, mesmo com todo dinamismo alargador, o Brasil não constituiu polos de exportação de carne bovina, sendo uma atividade que, em geral, amolda-se às zonas não ocupadas pela grande lavoura [59].

4.4.1 - Mundando de Endereço com Igual Destinatário: As politicas brasileiras do café

A expansão da cultura do café no Brasil tem correspondido a uma constante abertura de fronteiras incorporando novas areas à agropecuária e por isso mesmo realizando o papel de estruturação da economia agrária. As plantações de café nas fazendas da região de Ribeirão Preto no final do século XIX foram precedidas da ocupação do Vale do Paraíba fluminense, de areas da Zona da Mata mineira, de regiões do Espírito Santo, para então adentrar em São Paulo subindo pelas margens do Rio Paraiba[60]. Em todas essas novas areas, implantou-se o plantio de café, mas não necessariamente a mesma cafeicultura face às condições estruturais distintas. No que diz respeito ao tamanho da propriedade, "as fazendas cafeicultoras paulistas eram de grandes dimensões em termos nacionais. De outro lado a cafeicultura encontrava-se bem desen-

---

[59] Não constitui objetivo do trabalho avaliar detalhadamente o desenvolvimento das várias ações das políticas públicas para a agricultura, mas sim apenas destacar seus principais recortes e as relações dos mesmos com o aprofundamento das iniqüidades inerentes à questão agrária brasileira. Analises detalhadas e profundas de todo arco da intervenção governamental de suporte à transformação da agricultura exigem esforço específico que certamente, em cada segmento, provocaria um desvio dos objetivos traçados. Assim, ressalta-se aqui tão somente elementos definidores da contribuição das políticas para a concentração de terra e renda, bem como para outros elementos caracterizadores das disparidades encontráveis na realidade econômica e social brasileira. Nos denominados "produtos" históricos e aquinhoados com políticas específicas escolheu-se o café e a cana para indústria, pela obvia importância econômica passada e atual dos mesmos. Mas poderiam ter sido incluídos o extrativismo da borracha natural no seu ciclo amazônico, a lavoura cacaueira da Bahia, a política do trigo nas decadas recentes e a evolução da pecuária. Mas seria um leque muito largo para as pretensões já muito avantajadas definidas para este trabalho.

[60] Considera-se aqui principalmente as intervenções posteriores ao fim do regime imperial, pois as políticas cafeeiras mais efetivas surgiram como o advento da República. No plano da modernização tecnológica, destaque-se no final do Segundo Império, o fracasso das tentativas de criação do Institutos Imperiais de Pesquisa, como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), criado pelo Decreto nº 1.681 de 31/10/1.850 e o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), criado pelo Decreto nº 2.500 de 01/11/1.859 e, em 1.885, a Estação Agronômica de Campinas, instalada em 27/05/1.887. Todas essas experiências também se revelaram infrutíferas com a posterior desativação dessas unidades, e dentre elas, apenas a de Campinas, com a Proclamação da República seria reativada e daria origem a uma das mais importantes instituições de pesquisa agropecuária do Hemisfério Sul, o Instituto Agronômico do Estado de São Paulo (GONÇALVES & RESENDE, 1993). Destaca-se aqui, principalmente, as politicas de intervenção na comercialização sem entrar em detalhes sobre as mudanças no arcabouço institucional, sobre isso ver GURGEL & BERNARDES (1974). Maiores detalhes sobre a política cafeeira e sua periodização pode ser encontrada em FREITAS (1979).

volvida no Espírito Santo, mas em pequena dimensão por propriedade cafeicultora. Minas Gerais e Rio de Janeiro eram os casos intermediários" (BACHA, 1988). Mas quando se visualiza as diversas zonas cafeeiras paulistas no início do século, das mais antigas para as mais novas, nota-se que apenas nas areas próximas a Ribeirão Preto os grandes cafezais foram predominantes. Enquanto que em São José dos Campos prevaleciam cafezais de até 50 mil pés (81%), em Ribeirão Preto e São Carlos as plantações eram na maioria superiores que 100 mil pés (83% e 77% respectivamente) (Tabela 6).

Tabela 6.- Distribuição do Numero de Cafeeiros, Segundo Estratos de Numeros de Pés, Para Alguns Municípios Paulistas, 1904-05.

Estratos	São José dos Campos		Bragança Paulista		Ribeirão Preto	
	Mil pés	%	Mil pés	%	Mil pés	%
até 50 mil	3.326,2	81	7.111,7	67	2.051,1	7
50 a 100 mil	436,0	10	1.092,1	11	2.953,3	10
mais de 100 mil	430,0	9	2.366,0	22	24.089,9	83
Total	4.492,2	100	10.569,8	100	29.094,4	100
Estrato	São Carlos		Araraquara		Botucatu	
	Mil pés	%	Mil pés	%	Mil pés	%
Até 50 mil	2.992,7	12	4.087,0	22	4.170,4	34
50 a 100 mil	2.868,5	11	4.085,0	23	2.650,1	21
mais de 100 mil	19.188,0	77	10.040,0	55	5.508,0	45
Total	25.049,2	100	18.212,8	100	12.328,5	100

Fonte: Estatística Agrícola e Zootécnica, 1904-05, citada em LOUREIRO (1984).

A constituição da moderna cafeicultura paulista no final do século XIX obedeceu então à logica de expansão da economia brasileira ancorada no capital mercantil. Dessa maneira, "o capital mercantil continua a dominar a agora economia nacional, através da ação do comissário, que alcança seu auge em 1850, depois compartilhada pelos grandes 'bancos cafeeiros' que começam a se formar desde então. Esta dependência, que é constitutiva à economia cafeeira, se supõe alimentada por dois fatores fundamentais. De um lado, os investimentos para a formação do cafezal seriam vultosos e de prazo de maturação bastante longo, de outro, a estrutura de comercialização e financiamento, por causa do maciço investimento inicial, revelava-se altamente concentrada, ao contrário da estrutura de oferta de café" (MELLO, 1984). No café de

Ribeirão Preto essa configuração seria predominante, conformando-o como núcleo hegemônico do complexo cafeeiro brasileiro no início do século, ao representar a nova cafeicultura da época.

- Do Mar de Café ao Mar de Cana: Apogeu e Crise do Café de Ribeirão Preto

O novo café de Ribeirão Preto decorria de um particular processo de expansão hegemonizado pelo capital comercial que forjou os grandes cafezais. A própria ocupação dessa fronteira foi precedida de ampla divulgação a respeito das qualidades das terras da região por Luis Pereira Barreto e Martinho Prado Junior em jornais da época (FURLAN JR, 1956). Em função da repercussão, grandes investidores como Henrique Dumont foram conhecer a região e transformaram-se em grandes proprietários. Como resultado, "com a chegada do café no norte paulista, se acentuou a concentração da propriedade, posseiros foram expulsos e pequenas propriedades foram englobadas pelas grandes e médias propriedades... Grandes fazendeiros de café da região necessitavam expandir os seus cafezais. Para tanto, compraram pequenos sítios ou mesmo fazendas, muitas das quais formadas da agregação de pequenas propriedades"(ZAMBONI, 1980). Assim, "a expansão das fazendas de café no Oeste Paulista associadas à lógica de expansão do capital comercial e financeiro, deu-se com base na grande propriedade" (KAGEYAMA, 1979).

A organização diferenciada era centrada nas grandes fazendas, formadas na fronteira de expansão da ferrovia uma vez que a cada grande unidade destacavam-se os ramais que iam buscar o café nos vários núcleos de produção. Outro aspecto diferenciador fundamental esta no rompimento com a escravidão organizando a produção com base no trabalho livre representado pelo colonato, utilizando imigrantes europeus. As unidades maiores eram organizadas em empresas cafeeiras como a Companhia Agrícola Fazenda Dumont (depois Dumont Coffee Company após venda ao capital inglês) e a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho, As relações intersetoriais das grandes empresas de café podem ser exemplificadas na figura de importante liderança local, o Conselheiro Antonio Prado que: a) foi presidente da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, junto à qual seria fundada na década de 20, a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC) que abria novas fronteiras e atuava na internalização de mão de obra européia; b) foi fundador da Bolsa de Café de Santos onde tinha presença marcante com estrutura comercial; c) fundou em 1889 o Banco de Comércio e Indústria (COMIND) associado ao capital estrangeiro por meio do First National Bank of New York. A Família Silva Prado adquiriu a Fazenda São Martinho também em 1889, chegando a ter plantados 3,5 milhões de pés de café e, completanto o arco de poder, o Conselheiro Antonio Prado foi importante figura política do Segundo Império como Ministro de Estado (ANDRADE, 1980; ARAÚJO, 1979, FURLAN JR, 1956).

Esse poderio econômico revela-se no poderio político reforçado com o advento da República que permitiu maior autonomia aos então governos provinciais. As transformações operadas pelos fazendeiros do café na ordem política nacional corresponderam ao deslocamento do "*locus*" do poder do Nordeste para o Sudeste. Essa mudança configurava-se na execução de políticas compatíveis com os interesses desse novo núcleo hegemônico da classe dominante, consubstanciado no Convênio de Taubaté[61]. A descentralização do poder para as províncias, rompendo com o centralismo imperial permitiu às facções dominantes da burguesia cafeeira, uma integração capaz de engendrar politicas. Na verdade não é o controle do Governo que representa a singularidade dos homens do café, mas a capacidade de usar esse controle para executar medidas claras em termos econômicos e sociais, o que os diferencia dos antigos grupos dominantes (FURTADO, 1969).

A intervenção nos mercados, a mais conhecida das medidas, decorre da orquestração de interesses das forças políticas do sudeste brasileiro, consubstanciando-se em pacto político entre estados cafeeiros no Convênio de Taubaté. "Em Taubaté, em 26 de fevereiro de 1906, os governadores dos três estados (MG, RJ, SP) assinam o convênio que tomou o nome da cidade paulista, com a brusca quebra do itinerário liberal ... Prevaleceu o expediente de fixar um preço mínimo para o café, com a retenção de parte da produção, retenção correspondente ao excedente do consumo mundial. Uma sobretaxa garantiria os recursos necessários à compra do produto no mercado interno. Para o aperfeiçoamento do esquema seria necessária a presença do Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, que emprestaria moeda brasileira e na garantia de empréstimos externos " (FAORO, 1991).

Essa primeira intervenção (1906-18) decorreu da expansão vertiginosa dos cafezais ampliando a superprodução, com o efetivo de pés de café plantados subindo de 220 milhões em 1.890 para 520 milhões em 1.900, e continuando a crescer atingiu 670 milhões de pés em 1.910. Esse aumento menor na última década decorre de medidas restritivas, como o a instituição em 1.902 de imposto incidindo sobre novas plantações, procurando frear o ritmo da expansão pois, em 1905, os estoques atingiram 11 milhões de sacas de 60 kg para um consumo médio anual de 17 milhões na média da primeira metade dos anos 10. A partir de

---

[61] Trata-se do processo que consolidou não apenas a hegemonia paulista no plano nacional com o processo de industrialização, como também representou o surgimento das bases da moderna agricultura. Antes do ciclo cafeeiro, a agricultura paulista havia conhecido um surto de expansão da produção de açúcar, dos fins do século XVIII e que perdurou até a metade do século seguinte, que abrangeu as regiões de Campinas, Porto Feliz, Itu e Moji Mirim (PETRONE, 1968), e também, o incremento do plantio de algodão incentivado pelos ingleses por ocasião da Guerra de Secessão nos Estados Unidos na segunda metade do Século XIX, e que atingiu as regiões de Botucatu, Jaboticabal e Itapeva dando início inclusive às primeiras industrias texteis (CANABRAVA, 1951). Afora essas experiências, o que existia no território da então Província de São Paulo antes do ciclo cafeeiro era uma atividade pouco expressiva e rudimentar, diferenciando-se quase nada da prática dos nativos da terra, inclusive sendo o tupi a lingua mais difundida nas comunidades existentes (HOLANDA, 1936).

1.910 com o menor ímpeto da expansão de novos plantios e alargamento do consumo, ocorreu menores diferenças entre produção e demanda, e com isso menores pressões no sentido da queda dos preços. Ressalte-se que a desova dos estoques privilegiaram interesses de grupos que controlavam a Comissão do Café do Estado de São Paulo (PRADO Jr, 1969). Na realização dessa operação intervencionista, "o Governo do Estado de São Paulo realizou as suas compras por intermédio de agentes comerciais e há razão suficiente para acreditar que eles tenham tirado vantagens consideráveis de sua posição... Além da comissão, podiam eles ganhar por intermédio de toda uma gama de operações como a compra a preço mais baixo que o garantido, reclassificação, etc... Além de receberem juros e comissões, puderam aproveitar-se das elevações de preços. Não foi menor o lucro dos banqueiros, que receberam mais ou menos 9% sobre o capital emprestado" (DELFIM NETO, 1979).

Ainda no final da década de 10(1917-20) ocorre nova intervenção procurando minimizar complicações do mercado internacional advindas da I Guerra Mundial, regulando o mercado no sentido da manutenção dos preços. A geada de 1918 iria ajudar na redução dos estoques governamentais, que em mais da metade eram do governo paulista. Essa política seria novamente aplicada no período 1921-24, quando ocorre redução da compras internacionais com pressão sobre os preços internos, exigindo a formação de estoques governamentais. Essa ação permitiu a retomada dos aumentos dos preços acompanhada de progressiva desova de estoques e "no ano de 1924, todo o estoque já havia sido vendido e o empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas, contraído ao prazo de 30 anos, foi liquidado com grande antecipação e com lucros bastante apreciáveis"(DELFIM NETO, 1979). Essas políticas dos anos 20 levaram a que nova euforia tomasse conta do complexo cafeeiro, com o número de plantas paulistas evoluindo de 828 milhões em 1.918 para 949 milhões em 1.924, gerando nova superprodução que incrementa-se ainda mais ao atingir 1.155 milhões de pés em 1930 (PRADO JR, 1969). A s políticas de valorização ensejadas no plano paulista foram coroadas de êxito no seus objetivos de impedir a queda de preços em moeda nacional, entrando contudo em profunda crise por falta de recursos para seu financiamento no período posterior à crise de 1930, quando as fontes externas de recursos eram escassas e a superprodução interna pressionava e superava o orçamento do Instituto do Café do Estado de São Paulo num momento em que haviam poucas possibilidades de socorro pelas autoridades federais (DELFIM NETO, 1979). Na tentativa de regular as entregas de café ao mercado o Instituto do Café retinha o produto sem limite de quantidade, e por meio do banco estadual, financiava até 50% do valor da mercadoria retida além de operar com hipotecas de propriedades. Essas medidas dariam suporte à continuidade da expansão dos plantios pressionando ainda mais a necessidade de aumento dos estoques governamentais. A continuidade dessa realidade foi espremendo a ação governamental, colocando contra a parede a política de garantir indiscriminadamente os preços do café, levando

à uma oferta crescente sem mercados, e com os preços controlados pela retenção do produto, não reorganizava-se a produção em outras atividades. Aí adveio quebra da Bolsa de New York em 1929, disseminando o caos na produção cafeeira, "os novos preços do café não eram suficientes para fazer face aos débitos anteriormente contraídos pelos lavradores. A ruína era completa. O resto da história não será mais que a liquidação da massa falida pela aventura valorizadora" (PRADO, 1969).

A valorização do café foi apenas a mais visível e financeiramente mais efetiva, mas não a única pratica de politica agrícola das primeiras 3 décadas do século XX. Outras medidas relevantes estruturalmente foram desenvolvidas nesse período, como a criação de instituições de suporte à agricultura dentre as quais: a) agência estatal de imigração como solução para a questão da mão de obra; b) orgão de geração e difusão de tecnologia como a organização do Instituto Agronômico procurando aprimorar a base técnica; c) execução de introdução, experimentação e estímulo a culturas como algodão, cana-de-açúcar, citros, pecuária, etc; d) impulso na formação de quadros técnicos nacionais como a estruturação do ensino de ciências agrárias (agronomias em especial) e treinamento da mão-de-obra por meio de escolas técnicas. Essas ações governamentais permitiriam que o processo de diversificação da agricultura realizado dos anos 30 em diante fosse assentado em bases que influiriam de forma decisiva no seu sucesso (GONÇALVES, 1993b).

De qualquer maneira, ainda que o Governo do Estado de São Paulo tenha institucionalmente organizado nos anos 20 o suporte da politica de desenvolvimento posterior, a derrocada do café significou a perda de poder com a recentralização das decisões a nivel federal, numa progressiva perda da capacidade de realização de políticas agrícolas (DULLEY, 1988). Entretanto, o formato das intervenções federais posteriores seguiram muito de perto o das ações paulistas constituindo a nivel nacional instituições similares ao Instituto do Café. A politica de valorização do café mantem-se enquanto conformação da regulação de mercados instáveis, agora acrescida de mecanismos de interesse de outros regionalismos como no caso do açúcar. Afinal quem foram as beneficiários das politicas cafeeiras dos primeiros 30 anos deste século? Em grandes linhas pode-se afirmar que ganharam os grandes proprietários que de alguma maneira tinham interesses que não se limitavam apenas ao cafezal, isso porque os demais segmentos do complexo cafeeiro foram os mais aquinhoados. Dentre esses tem-se certamente os agentes do capital comercial que controlavam o acesso aos diversos mercados e detinham a capacidade de repassar rapidamente o movimento dos preços para baixo, pois podiam operar com estoques reduzidos dado que o compromisso bancário fora assumido diretamente pelo cafeicultor.

Outros beneficiários foram os organizadores do processo de ocupação das terras paulistas e paranaenses pois a sustentação dos preços do café davam guarida aos movimentos

especulativos dos preços da terra que foram elevados no período MONBEIG (1984). Muitas famílias tradicionais da cafeicultura paulista ganharam grandes fortunas no mercado especulativo de terras, talvez mais que no próprio café. Esse mercado tinha para sustentar suas expectativa de ganhos futuros não só um aumento contínuo da área plantada com a cultura, mas o avanço da infra-estrutura. As políticas paulistas para o café também modificaram a base social com a introdução de imigrantes que impulsionaram outros corolários na base estrutural como o impulso à industrialização formando as primeiras turmas da classe operária brasileira. As mudanças políticas do período posterior modificaram drásticamente o quadro, e mesmo para o café a conformação das intervenções alterou-se bastante não podendo ser confundida com continuidade, mas num primeiro momento houve a liquidação da situação anterior e a seguir o redesenho dos instrumentos de ação, noutras palavras uma nova política, agora nacional, para o café. Mas não apenas para o café, e sim contemplando interesses de outros segmentos como a oligarquia açucareira nordestina.

As grandes fazendas de café da região de Ribeirão Preto foram divididas para dar lugar a uma nova estrutura produtiva. Se "com o café a propriedade agrária crescera, com o declínio se dividirá em toda região" (ARAÚJO, 1979). A Fazenda Dumont (Dumont Coffee Company) foi retalhada e vendida pela Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC), o mesmo ocorrendo com a Companhia Agrícola São Martinho para citar as principais da região. O "preço era acessível a pequenos produtores, principalmente porque as terras foram divididas em pequenos lotes e o pagamento não era à vista. A entrada inicial era de 8% sobre o preço total do lote e o restante deveria ser pago em quatro (4) prestações anuais, sem juros ... Dessa forma o comprador necessitaria somente ter o valor da entrada do lote adquirido, o restante poderia pagar com a renda advinda da produção da própria terra que comprara. Outro fato que iria facilitar o pagamento da dívida eram os financiamentos bancários que os novos produtores conseguiriam para o financiamento das lavouras" (ARAUJO, 1979).

Essa desagregação do capital agrário representado pelas grandes companhias produtoras de café representou a saída do grande capital comercial da presença direta no processo de produção de café (pois ainda mantém seu domínio na estrutura de comercialização). Além dos lucros obtidos no próprio negócio, com a valorização da terra pois de uma situação de região inexplorada tomada por matas virgens, onde adquiria-se terras a preços reduzidos e plantava-se café explorando a fertilidade natural dos solo (ainda que com enormes investimentos em infraestrutura) as vendas das terras permitiam obter o retorno dessa renda capitalizada formando capital para investimento noutros setores da economia. Um dos exemplos mais típicos encontra-se na própria expansão do sistema bancário, na figura do Banco de Comércio e Indústria (COMIND) surgido como "banco cafeeiro" e que conhece grande expansão nos anos 40 e 50 quando seus controladores obtem montantes expressivos de

recursos com as vendas de terras[62], sejam próprias sejam nas novas fronteiras de expansão do Oeste Paulista, colonizadas pela CAIC (ANDRADE, 1980).

Essa reforma agrária privada teve impactos relevantes na dinâmica regional com a subdivisão de dezenas de fazendas. A Fazenda São Martinho, de dono único passou a 304 proprietários em 5.473,47 ha e a Dumont distribuiu-se por 171 compradores, o que correu também em inúmeras outras fazendas da região de Ribeirão Preto com o acesso a terra realizado por ex-colonos do café, alguns dos quais atingiriam a posição de grandes proprietários como os Lunardelli e os Bellodi. Apenas a CAIC realizou 77 loteamentos nas varias regiões paulistas no período 1930-55, atingindo 334.697 hectares distribuídos em 6.260 lotes de area média de 53,47 ha por lote (Tabela 7). Some-se a isso as inúmeras propriedades entregues aos bancos em pagamento de dívidas, pois no rastro do café, emerge uma nova agropecuária com base principalmente na cotonicultura, amplamente incentivada pelo Governo do Estado de São Paulo que iria se tornar o principal produtor nacional desse produto nas décadas de 30 em diante (PAIVA, 1941; URBAN et al, 1995).

Tabela 7.- Loteamentos Realizados pela CAIC, em Diversas Regiões Produtoras de Café do Estado de São Paulo, 1930-1955.

Região	Número de Loteamentos	Area total (Ha)	N° de Lotes	Area Média dos lotes (Ha)
Mogiana	12	57.269,29	998	57,40
Paulista	29	57.553,86	543	106,00
Araraquarense	13	93.349,28	1.905	48,67
Alta Sorocabana	3	25.121,12	258	93,37
Noroeste	20	101.392,61	2.556	39,67
Total	77	334.697,16	6.260	53,47

Fonte: CAIC citada por ZAMBONI (1980).

A desestruturação do complexo cafeeiro abalou duramente a atividade no seu núcleo dinâmico representado por Ribeirão Preto com a retirada dos capitais que haviam hegemonizado o processo. Nesse sentido, nessa região os efeitos da crise foram mais sentidos que nas outras

[62] Ressalte-se que a elevação dos preços da terra no período de apogeu da expansão cafeeira foi significativa, saindo de 96 mil reis em 1890 para 323 mil reis em 1930 (VIGNOLI, 1983), ao que deve-se agregar a informação de que as terras virgens não tinham preço, sendo o mesmo equivalente aos gastos para derrubar a mata e formar os cafezais. Como o café foi lucrativo por muitos anos e cobriu esses custos, a renda obtida com a venda da terra representaria aporte de capital adicional à empresa cafeeira.

zonas cafeeiras, onde os cafezais menores e a própria estrutura dos cafeicultores permitiu melhor adaptação aos transtornos. Essa outra cafeicultura, que iria ser a base da atividade nos anos seguintes, montou-se com o acesso à terra de ex-colonos, tanto nas àreas antigas de café como nas novas frentes de expansão da fronteira agrícola do extremo-oeste paulista e norte-paranaense. Reformulada com uma nova base fundiária, a agropecuária ribeirão-pretana muda de atividade passando, primeiro para o algodão, depois a cana para indústria. Inicia-se nos anos 40 a expansão do complexo canavieiro, pois em 1946, através do Decreto nº 9827 opera-se alterações sensíveis na distribuição espacial da produção de açúcar, permitindo a instalação de novas usinas particularmente em São Paulo. Surgem então "as usinas São Martinho, localizada no Município de Pradópolis; Bonfim, no Município de Guariba; São Carlos e Santa Adélia, sediadas no Município de Jaboticabal, sendo que esta última entrou em atividade em 1959 e as três primeiras na safra de 1948/49" (SOUSA, 1978).

O florescimento do complexo açucareiro ocorre nas antigas terras ocupadas pelo café, com o grande centro canavieiro regional se instalando no Município de Sertãozinho, "e é a partir daí que essa cultura se alastra... não é essa porém a única frente de expansão da cana de açúcar. Os municípios de Guariba e Pradópolis se convertem também em grandes centros canavieiros" (GRAZIANO NETO, 1977). Ribeirão Preto, com essa expansão da agroindústria canavieira, que havia tomado do Nordeste a hegemonia política com o advento do café torna-se agora também núcleo principal da produção de açúcar, não sem realizar um incrível processo de reconcentração fundiária desfazendo a divisão das antigas fazendas de café. "Os pequenos proprietários, mesmo não produtores de cana, acabam também sendo engolidos pelos grandes que compram suas terras, pois delas necessitam para aumentar sua area plantada e se deslocam para outras regiões de terras baratas" (GEBARA, 1976). Nesse processo ex-colonos de café como os Bellodi, de 44,53 hectares de terras em 1930, adquiriram terras que totalizavam 20.333,87 hectares em 1964, ao que se agrega outros 7.314,34 hectares arrendados (THOMAZ JR, 1988) e a antiga fazenda São Martinho reconstitui-se com extensão ainda maior, superando os 40 mil hectares em torno da Usina São Martinho em Pradópolis (SP), uma das maiores da América Latina, pertencente ao Grupo Ometto (GONÇALVES, OLIVEIRA & MARTIN, 1987).

Assim, o mar de café ressurge como mar de cana num processo em que a moderna política agrícola brasileira origina-se no contexto da economia cafeeira, com a intervenção governamental no mercado procurando evitar que a superprodução aviltasse o preço do produto no mercado internacional, no qual o Brasil era o principal exportador. Não se trata de ações passageiras as operadas pela burguesia cafeeira nos mecanismos de intervenção estatal na economia brasileira, mas do surgimento de procedimentos que, ao invés de negados pela Revolução de 30, foram extendidos para outros segmentos como os usineiros nordestinos. "A

civilização do café atravessou a época do Império, a da transição do trabalho servil para o trabalho assalariado, a da imigração, e finalmente a da passagem da grande para a média e pequena propriedade. O tempo marcha, ao mesmo tempo que o café se desloca, desde os faustos do Império até a morte de Getúlio Vargas. O café cria uma aristocracia e destrói (ou pelo menos transforma) essa sua criação" (BASTIDE, 1980).

- Café Queimado: Nova Cafeicultura do Paraná dos Fornos do Getúlio às Geadas de 70

A política cafeeira executada no Brasil no período imediatamente posterior à crise de 30 corresponde à tentativa de superar mais uma realidade de superprodução, agora de maneira centralizada dada a federalização das decisões na medida em que, derrotados os cafeicultores no plano político, o poder passa para da esfera estadual para o Governo Federal. Essa centralização exigia cautelas porque, ainda que as oligarquias regionais vencedoras possam reivindicar sua recompensa pelo apoio ao movimento vitorioso, tratava-se da política econômica referente ao principal produto da economia nacional, numa situação de crise mundial que, dificultando soluções no plano externo, poderia trazer efeitos internos indesejáveis. Ainda que fosse mais uma crise de superprodução como outras que o café havia experimentado desde o início do século, as quais foram controladas por intervenções do Governo de São Paulo, os constrangimentos financeiros e as perspectivas da demanda do mercado internacional no curto prazo não permitiam a aplicação com sucesso do desenho tradicional de medidas de defesa até então executado. O principal elemento estava no fato de que a defesa do café, ao elevar os preços em moeda nacional, dava sustentação a novas corridas de expansão do plantio e, nesse sentido, a crise cafeeira dos anos 30 reflete não apenas "a crise econômica mas resulta também das políticas cafeeiras de valorização que aumentaram a capacidade de produção" (FONSECA, 1976).

A superprodução aumentava os estoques com sucessivas safras maiores que 28 milhões de sacas com o que os sistemas tradicionais de defesa não seriam capazes de dar conta dos recursos necessários para manter os preços dado o crescimento dos volumes estocados. Procurando frear o ritmo com que eram realizados novos plantios estabeleceu-se um imposto sobre cada pé novo, mas as reclamações do setor cafeeiro, em especial das regiões emergentes, fez com que sua aplicação ficasse restrita apenas aos estados com mais de 50 milhões de pés, porque o Paraná, nova zona de expansão desejava manter o crescimento de sua lavoura (DELFIM NETO, 1979), fundamental para a continuidade da colonização do Norte Paranaense. Realiza-se novo encontro entre governadores de estados cafeeiros, agora representados por interventores federais, e das resoluções emerge o Conselho Nacional do Café retirando do Instituto do Café do Estado de São Paulo as funções de defesa do produto, e iria dar início ao ajuste da capacidade produtiva à demanda, o que seria realizado impondo medidas enérgicas

e sacrifícios à produção.

A medida mais drástica ensejada nessa política de ajuste resultou na decisão de queimar estoques, tendo sido destruídos mais de 78 milhões de sacas no período 1931-44 (PAIVA, SCHATTAN & FREITAS, 1973). "A operação de queima foi muito criticada, mas é preciso considerar-se que até hoje não se conseguiu uma política que a substituísse com probabilidades de bom êxito. De fato a queima de café significava, em parte, a forma pela qual o desperdício generalizado de fatores, produzido pela crise mundial em todos os países, se apresentava no Brasil. Alternativa mais imediata para a queima do produto era o desemprego e a desorganização social" (DELFIM NETO, 1979). Dessa maneira, os estoques brasileiros foram drasticamente reduzidos na procura de superar a impossibilidade de colocação, agravada com a eclosão da II Guerra Mundial. Outro elemento que viria a aliviar os efeitos da crise seria o início da expansão da cotonicultura nas antigas zonas cafeeiras oferecendo alternativa de emprego e renda para as famílias de ex-colonos, uma vez que o algodão revela-se tão intensivo em mão de obra quanto o café (PAIVA, 1941).

No começo dos anos 50, ressurgem as pressões e "foi reestabelecido o sistema de defesa; limitou-se as entradas nos portos e estabeleceu-se uma margem de registro abaixo da qual não eram realizadas exportações. Além do mais, o Governo Federal anunciou que estava decidido a comprar café, se tanto fosse preciso, para a sustentação dos preços. Os preços em cruzeiros, a despeito do controle cambial, apresentavam-se remuneradores e reiniciava-se todo o processo de defesa que havia sido penosamente abandonado. Quase que simultaneamente criou-se o Instituto Brasileiro do Café (1952), destinado a exercer efetivamente toda política econômica do produto" (DELFIM NETO, 1979). Essa medida adotada sem a presença de crise de produção iria recrudescer o impeto expansivo da cafeicultura e, fruto disso, "o parque cafeeiro nacional se expandiu de maneira extraordinária a partir de 1949 e já em 1955 - se não tivesse ocorrido a geada de 1953 - haveria, de novo, excesso de capacidade... Essa expansão realizou-se com as mesmas características das corridas anteriores" (DELFIM NETO, 1979).

Mas tratava-se de uma nova cafeicultura localizada em nova frente de expansão com o crescimento dos plantios paranaenses fazendo com que os 38,5 mil hectares de 1943 se transformassem em 1.620,7 mil hectares em 1963 e das plantações paulistas do Extremo Oeste pois a area cafeeira, que de 2,08 milhões de hectares em 1931 havia se reduzido para 982 mil em 1943, volta a crescer para alcançar 1.647 mil hectares em 1960. Esse deslocamento espacial torna-se possível com a utilização de técnicas mais modernas, com variedades selecionadas que suplantaram a limitação da exigência de fertilidade que fazia do café uma cultura exclusiva da terra roxa. Trata-se da variedade IAC-Mundo Novo que adaptando-se aos solos podzolizados permitia ainda ganhos expressivos de produtividade na medida em que um hectare plantado com esse material produzia 1.000 kg de café mais que a mesma area plantada com

o café comum e ainda 450kg caso fosse comparado à variedade Bourbon (PAIVA et al, 1961). A isso associam-se técnicas desenvolvidas no tocante ao manejo e adubação de cafezais, resultantes da reestruturação da pesquisa agropecuária paulista realizada no início dos anos 20 e que produzira, dentre outros resultados a base técnica do novo café e a da alternativa ao velho café, o algodão (GONÇALVES & RESENDE, 1990).

Essa nova cafeicultura, com a feição da nova base técnica levaria ainda algumas décadas para manifestar-se hegemônica, ocorrendo na verdade nos anos 70 quando os planos de erradicação sucatearam definitivamente os velhos cafezais improdutivos do Estado de São Paulo[63] e do Paraná, que ainda na velha base técnica de exploração da fertilidade dos solos. Com a predominância de cafezais mais novos e mais produtivos, a produção paranaense superaria a paulista, em quantidade produzida, no final dos anos 50 (BACHA, 1988), embora somente em 1963 passasse a deter a maior area plantada com a cultura. A realidade mostra que culturas perenes demoram para ajustar-se aos novos padrões, como demonstra o diagnóstico da cafeicultura paulista realizado em 1958. Nesse levantamento constata-se que cerca de 600 milhões de pés de cafeeiros adultos paulistas naquele ano produziam menos de 400 kg de café beneficiado por mil pés, evidenciando-se pouco produtivos. No conjunto das lavouras, 13% recebe fertilizantes químicos e 60% não recebe qualquer adubo e um total de 1/3 das lavouras tem mais de 30 anos sendo que 85% corresponde a variedades tradicionais. A localização mostra que os cafezais mais novos estão na Alta Paulista e Sorocabana, regiões de expansão recente da cafeicultura (PAIVA et al, 1961), ao mesmo tempo em que fica denotada a rigidez estrutural para modificações modernizadoras dos cafezais antigos, o que seria rompido nos anos 60 com a erradicação[64].

No plano estrutural esse diagnóstico revelaria o perfil da nova cafeicultura que emergiu da crise de 30, uma vez que tendo saído as grandes empresas cafeeiras, reestrutura-se a produção do ainda principal produto brasileiro na pauta de exportações com base em propriedades menores. A nova cafeicultura em franca expansão no Norte do Paraná instalava-se com base na pequena propriedade pela ação da Companhia de Terras do Norte do Paraná, grande loteadora de terras dessa região. Esta empresa havia adquirido junto ao Governo Estadual, o total de 515 mil alqueires paulistas (1,25 milhão de hectares) até 1928, o que não apenas corres-

---

[63] Com a eliminação de cafezais velhos no programa de erradicação dos anos 60, a cafeicultura paulista em 1974/75 tinha 624,9 milhões de pés de cafeeiros dos quais 421,8 milhões eram da variedade IAC-Mundo Novo (68%) e 130,4 milhões de Bourbon, ou seja era predominantemente formada de material melhorado (MATSUNAGA et al, 1977).

[64] Caracteriza-se também que "o empobrecimento do solo é um dos mais sérios problemas da cultura do café desde sua introdução a mais de um século. Em sua caminhada para o Oeste o café já alcançou e mesmo ultrapassou as fronteiras do Estado" (PAIVA et al, 1961). A formação de novos cafezais com os materiais melhorados permitiriam superar essa limitação.

pondia a 1/16 do território paranaense como envolvia o melhor de suas terras. Em 1944 ampliaria sua area completando 544 mil alqueires paulistas (1,32 milhão de hectares). Esse empreendimento imobiliário completava-se com a infraestrutura em função da expansão da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que extendendo seus trilhos de Ourinhos rumo Oeste cortando o Norte Paranaense valorizava terras virgens, abrindo horizontes para o avanço do café (PADIS, 1981). Buscando obter ganhos especulativos com a venda da terra, as glebas foram divididas em loteamentos montados com a configuração de propriedades com grande comprimento e pequena largura, do espigão à fonte de água, numa locação morro abaixo que iria causar enormes problemas de erosão nos anos vindouros[65].

A nova cafeicultura do Paraná emerge assentada na pequena propriedade cafeeira, pois "o que se fez, foi dividir as terras em pequenos lotes, cujas dimensões variavam de tres a quinze alqueires e cuja venda era feita para o pagamento parcelado, em prazo de até quatro anos com juros de oito por cento ao ano... Além da pequena dimensão das propriedades e a assistência técnica prestada pela companhias loteadoras, havia outro fator a facilitar o fluxo migratório para a região: o baixo preço da terra" (PADIS, 1981)[66]. Do velho café, entretanto, essa forma de exploração mantinha o padrão de cafezais instalados e conduzidos com base na exaustão ao limite da fertilidade da terra roxa. Os colonos adentravam à propriedade derrubando a mata, plantando as culturas de subsistência enquanto formavam os cafezais com base unicamente nas riquezas naturais do solo. Nos primeiros anos os niveis de produtividade obtidos eram muito superiores aos das velhas culturas mas, decorridos alguns anos, essa fertilidade se esvaia num ritmo rápido levando à decadência da cultura.

Nesse periodo também a cafeicultura paulista ajustava-se rapidamente ao novo padrão estrutural das propriedades cafeeiras, uma vez que "a area média das plantações em São Paulo é estimada em 16,2 hectares que corresponde a 14.100 pés por estabelecimento", sendo que os cafezais de 8 mil a 128 mil covas representam 2/3 dos cafeeiros e mais de 2/3 da produção,

---

[65] As próprias divisas municipais ao olhar-se o mapa do Norte do Paraná seguem o sentido de justaposição sucessiva de municípios, do leste para oeste, com linhas divisórias quase simétricas. Essa despreocupação com a conservação do solo provocaria a decadência dos cafezais paranaenses que, queimados pelas geadas de 70, levou ao progressivo abandono da atividade. Fruto dessa forma de ocupação os custos da degradação dos solos foram cobrados de gerações futuras, com o Governo do Paraná contraindo empréstimos internacionais (Banco Mundial) para realizar amplo programa de recuperação dos solos dentro da concepção de planejamento da ocupação e uso do espaço geográfico, realçando os aspectos ambientais com ampla difusão de praticas conservacionistas, como forma de revigorá-lo para a agropecuária. Isso acabou tornando a agricultura paranaense um modelo de sucesso no uso e manejo dos solos, em especial com o amplo exito conseguido pelo Paraná Rural atingindo 5 milhões dos 12,6 milhões de hectares da area agrícola estadual (MARTIN, 1996).

[66] Apesar dos enormes lucros obtidos pelas companhias loteadoras com a venda da terra a um preço final mais de 25 vezes superiores ao preço de aquisição junto ao governo estadual, para ex-colonos que tivessem acumulado algum capital era factível a compra pois " uma pessoa que adquirisse em 1950, um lote de 3 alqueires paulistas por 30 mil cruzeiros, podia pagá-lo em 48 prestações, o que significava pouco mais de 1 salário mínimo por mês" (PADIS, 1981).

com maior concentração na faixa dos 8 mil a 32 mil covas (PAIVA et al, 1961). Essa cafeicultura de pequena propriedade surgiu em parte da subdivisão por loteamento das grandes fazendas de café cujos lotes foram adquiridos por ex-colonos, mas principalmente pelo processo de colonização do Estremo Oeste do estado em moldes muito semelhantes ao do Norte do Paraná[67]. A região cafeeira da Alta Paulista de Tupã a Dracena foi formada pela sucessão de nucleos de colonização, que se tornariam municípios, na trilha da expansão da ferrovia que para executar tal empreitada loteava as terras às suas margens. A própria disposição dos municípios no mapa, e das propriedades rurais dentro de cada um deles, revela o perfil do loteamento dessas terras.

A persistência do "velho" no "novo" no tocante à cafeicultura não se resume ao padrão de exploração exaustiva dos recursos naturais, mas pela preservação, agora ainda mais forte, do nucleo hegemômico do complexo cafeeiro, representados pelos homens de negócio do café. A emergência dessa nova cafeicultura dispersa pelo lado da produção, reforça a posição oligopsônica dos comerciantes de café, muito deles derivados da estrutura comercial abalada mas não destruída do velho café. A clareza de domínio visualiza-se na manutenção por longo período dos embarques do café paranaense pelo Porto de Santos, pois " em Santos se acham reunidos os escritórios das firmas exportadoras. Estas firmas são pouco numerosas e compreendem ao lado das velhas casas brasileiras, sólidas empresas americanas que operam a maioria das exportações ... A preponderância de Santos retardou o desenvolvimento do Porto de Paranaguá. Nos últimos anos, entretanto, seu trafego aumentou rapidamente, não só por causa da abundância das colheitas do Norte do Estado, como também pela melhoria das comunicações. A função comercial de Paranaguá, porém, esta nas mãos das firmas de Santos" (MONBEIG, citado por PADIS, 1981). Esses personagens continuariam a ser decisivos na definição dos rumos do complexo cafeeiro nessa nova fase de expansão dos cafezais mais produtivos, estimulada pelos mecanismos de defesa rearticulados nos anos 50. A manutenção de imensa area de cafezais de baixa produtividade ensejariam um vertiginoso aumento da produção que iria superar a demanda no final da década de 50, dando inicio ao crescimento dos estoques.

A politica cafeeira no início da década de 60 voltava a enfrentar o desafio de controlar a superprodução. Em 1961 os estoques governamentais de café atingiam 43 milhões de sacas (mais 7 milhões de expurgo) para uma produção anual em torno de 36 milhões de sacas e demanda global de 24 milhões de sacas sendo 18 milhões para exportação e 6 milhões para o

[67] Essa característica se mantem nas décadas seguintes, pois "o Estado de São Paulo, em 1974/75, possuia cerca de 60.000 propriedades de café, onde predominavam populações cafeeiras com menos de 20.000 covas (90% do total) evidenciando a importância das 'pequenas' populações cafeeiras no total da produção do Estado" (MATSUNAGA et al, 1977).

consumo interno, ou seja uma situação de estoques crescentes e custos de manutenção em alta. Entretanto, a grande importância do café implicava em alto grau de inter-relacionamento entre as políticas cafeeiras e a política econômica em geral, pois no comércio exterior ocorria redução da participação brasileira com a entrada de cafés africanos e colombianos. A política adotada consistia num intenso programa de erradicação de cafezais que objetivava não apenas eliminar cerca de 2 bilhões de pés de baixa produtividade bem como sustentar o desenvolvimento de atividades alternativas nessas áreas (CARVALHO F°, 1975). A política de erradicação consistia, portanto, numa ampla política de reconversão produtiva com o sucateamento de cafezais velhos e improdutivos das varias regiões cafeeiras brasileiras.

A execução do plano de erradicação oferecia vantagens econômicas a cafeicultores que se dispusessem a reconverter suas atividades. No primeiro momento (1962-63), foram erradicados 578,5 milhões de pés de baixa produtividade (menos de 26 sacas por mil pés), ou seja cerca de 30% da meta estabelecida, o que era insuficiente para obter o "equilibrio" desejado. No segundo momento, com a organização de nova investida de erradicação em 1966-67 foram erradicados mais 655 milhões de pés totalizando cerca de 1,38 bilhões de pés arrancados diretamente, o que somado aos 350 milhões retirados por iniciativa não vinculada ao programa, totaliza 1,73 bilhões de pés, muito próximo dos 2 bilhões estipulados em 1962. As dificuldades dessa ação nos anos 60 estava na falta de alternativa econômica em muitas regiões, "na medida em que o café continuava a ser potencialmente a atividade desejável, se comparado com seus substitutos mais importantes" (PANAGIDES, 1968).

A política de erradicação de cafezais concretizou uma redução da oferta interna, via ação direta com o arranquio de plantações e indireta pelo sistema de preços, muito maior que a desejada. "Nesse sentido os resultados da política excederam os objetivos visados. Tanto é que, desde 1969... as medidas de política pretendem a recuperação do parque cafeeiro que vem apresentando safras persistentemente abaixo das necessidades da demanda"(CARVALHO F°, 1975). Nos anos 70, com a retomada do crescimento econômico, o consumo interno havia saltado para 9 milhões de sacas (somando-se 3 milhões aos niveis de 1961), e com os 18 milhões destinados às exportações totalizava-se uma demanda global de 27 milhões de sacas. No conjunto a erradicação "sob o aspecto monetário, a política conseguiu tanto minimizar os gastos do Governo com o setor café, como fez com que este desempenhasse papel positivo na política de combate à inflação", entretanto, "a política brasileira não conseguiu manter a participação do Brasil no comércio mundial" (CARVALHO F°, 1975).

Essa perda progressiva do poder brasileiro no comércio internacional de café decorre de que as politicas comerciais resultaram num "exagerado estímulo para a proliferação de novos concorrentes". Essa política nos anos 50 e 60 constituiram um "nivel altíssimo dos estoques acumulados em mãos dos produtores, ou mais corretamente, armazenados no Brasil". Enquanto

"as autoridades brasileiras sempre procuraram maximizar os recursos em dolares provenientes das exportações de café ... os seus concorrentes mostravam-se pouco preocupados em obter preço alto por seu produto e sim em escoamento de suas safras" (DELFIM NETO & PINTO, 1967). Os efeitos nas contas externas só não se revelaram dramáticos pela redução expressiva da participação das receitas cambiais das vendas externas de café no total das exportações brasileiras, que eram de 63% nos anos 50, de 46,7% nos anos 60 e de 19,4% no primeiro quinquênio dos anos 70. O crescimento dos manufaturados e a diversificação da pauta agropecuária amenizaram a queda da participação relativa do café, ainda que tenha havido aumento em valores absolutos das vendas do fruto dessa rubiacea (FONSECA, 1976).

Outro aspecto a destacar esta no fato de que a saída do café dessas areas de antigos cafezais com a execução dos planos de erradicação dos anos 60 representou por outro lado o incremento da concentração fundiária, principalmente quando as alternativas implementadas foram o cultivo de grãos e o plantio de pastagem para pecuária extensiva. A maior escala exigida para lavouras passando por um processo de modernização com o incremento da mecanização, e a baixa renda bruta por unidade de area da criação extensiva de bovinos, estimularam os aumentos das areas das propriedades, já impulsionados pela crise da atividade econômica principal, o café. "A concentração fundiária aumentou durante período como um todo nas microregiões cafeeiras mais do que no resto do Estado (de São Paulo)... no que se refere à area, os grandes estabelecimentos e os latifúndios mantiveram quase inalterada sua participação nas regiões cafeeiras, enquanto que no resto do Estado, a participação desses estratos diminuiu. Tudo isso também faz supor que a erradicação afetou principalmente os pequenos e médios estabelecimentos das regiões cafeeiras" (GUARNIERI, 1979).

A década de 70, cumprida a etapa da erradicação dos velhos cafezais, começaria com a retomada dos estímulos governamentais à implantação de novos cafezais com a implementação do Programa de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC), visando plantar 500 milhões de novas covas ao largo de alguns anos. No biênio 1969-70 foram incorporados 21 milhões de novos cafeeiros sendo 11,6 milhões no Sul de Minas Gerais, 8 milhões no Paraná e 1,5 milhão em São Paulo com base em recursos federais, sendo que, com recursos estaduais paulistas, foram plantados outros 18 milhões de covas (BACHA, 1988). Com o PRRC não tratava-se apenas de novo surto de expansão de cafezais como tantos outros já vivenciados, mas da internalização da mais moderna tecnologia, muitas das quais disponíveis desde os anos 50 e plenamente testada em cafezais comerciais, mas ainda não incorporadas em larga proporção dada a lógica nomade e exploratória das condições naturais do velho café. Desse modo, "o PRRC não só possibilitou a renovação da cafeicultura nacional como também sua implantação em bases mais racionais através da utilização de uma tecnologia bastante moderna" (FONSECA & MATSUNAGA,1981).

Todavia, quando tudo apontava para um ressurgimento da cafeicultura nas velhas zonas produtoras pelo revigoramento dos cafezais do Paraná e São Paulo[68] , a presença de fatores incontroláveis mudaria o curso dos acontecimentos e, mais uma vez o café mudaria de endereço. A geada de 1975, ocorrida com enorme drásticidade ao provocar a morte dos cafeeiros, por ter atingido a totalidade dos cafezais do Paraná, 80% do existente em Mato Grosso, 66% dos paulistas e 10% dos mineiros (BACHA, 1988) incorpora definitivamente a limitação climatica na definição das áreas aptas ao café, fazendo sucumbir a supremacia paranaense. Assolada pelos solos degradados, tanto em termos químicos como físicos pelo velho café "extrativo", como resultado do modelo técnico de colonização implantado, o café do Paraná mostrava poucas condições de recuperação vigorosa. Procurando então outras regiões de terras aptas, as atenções do café invertem seu tradicional rumo histórico indicado para o Oeste, faz meia volta e ruma para o Norte, atingindo as terras de Minas Gerais, em especial o Cerrado Mineiro, antes imprestável para a cafeicultura mas tornado apto pelo avanço tecnológico concretizado pela pesquisa agropecuária brasileira a partir de seu nucleo paulista.

A decadência do Café do Paraná não ocorreu sem problemas, afinal "não cabe dúvida que o café foi o principal e o grande responsável pelo desencadeamento do processo de ocupação do Paraná". Entretanto, havia chegado a sua hora, e "no período 1960-80 a area ocupada pelo café ficou reduzida a menos da metade, enquanto outros produtos como a soja e o trigo multiplicaram sua area em mais de 20 vezes... A reorientação da agricultura paranaense teve, sem dúvida, a participação de fatores climáticos no longo das últimas décadas (60 e 70), e no último decênio, do processo de erosão... (com isso), ... aos poucos, portanto, a hegemonia do café começa a se dissolver no Paraná, e, na década de 70, esse viria a perder definitivamente sua liderança na produção paranaense". Mas numa agropecuária em ritmo alucinante de modernização, "as modificações na estrutura fundiária do Paraná a partir da segunda metade da década de 60 foram, de acordo com todos os indicadores disponíveis nitidamente desfavoráveis aos pequenos produtores". Os privilégios do crédito subsidiado (dirigido para certas atividades e alguns tomadores), torna-os "incapazes de fazer investimento para extender a sua area de cultivo, para entrar no mundo dinâmico, a estes apenas ... (resta

[68] A base técnica decorrente do conhecimento disponível nos anos 70 indicava uma tendência de preservação da superioridade paranaense, pois ainda que com os solos degradados e com enormes problemas de erosão, podia-se reprogramar o desenho das propriedades e, adotando as técnicas e variedades modernas, organizar-se uma cafeicultura altamente produtiva. Em São Paulo essa ocorrência na época mostrava-se mais limitada porque na região de cafeicultura em franca decadência, representada pela Alta Paulista, o padrão tecnológico disponível não permitia superar a principal causa da derrocada do café, qual seja a infestação da terrível praga de solo representada pelo nematóide, que provoca efeitos mais drásticos em solos arenosos. Essa praga de solo esteve presente em todo ciclo cafeeiro fluminense, empurrando-o em direção às nascentes do Rio Paraíba e fazendo-o adentrar em São Paulo. Nos anos 90, supera-se esse impasse com material resistente, principalmente o porta-enxerto IAC-Apoatã sobre o qual pode-se colocar copas altamente produtivas. Aos interessados recomenda-se a leitura do importante estudo sobre a pesquisa agropecuária com café, realizado por FONSECA (1976).

vender bem a terra, mas), paradoxalmente nas regiões mais empobrecidas, os agricultores não encontram quem compre suas terras em períodos de safras deficientes, e, portanto, as safras melhores tendem a acelerar a expulsão dos pequenos produtores na medida em que proporcionem o capital para a realização das transferências de terras" (MARTINE, 1982).

- Minas de Café: A Nova Cafeicultura Surgida no Processo de Deslocamento Recente

A crise cafeeira, desde os anos finais dos tempos da erradicação dos anos 60, direcionava os fatos para mais um deslocamento espacial do núcleo do complexo cafeeiro. Dessa maneira, "a partir de 1969, uma mais forte expansão da cafeicultura em Minas Gerais que no Paraná e São Paulo, tal que aquele estado tornou-se, na década de 80, o principal estado cafeeiro do Brasil ... enquanto que no Paraná a ocorrência de geadas e a alternativa do cultivo da soja e em São Paulo a ocorrência de problemas fitossanitários e as alternativas do plantio da cana e da laranja impuseram um menor ritmo de desenvolvimento às suas cafeiculturas, que inclusive diminuirá no Paraná a partir de 1975 e em São Paulo a partir de 1982". Nesse movimento, o Estado de Minas Gerais que tinha 309 mil hectares contendo 345,2 milhões de covas de café em 1969-71, atingiu 701,4 mil hectares com 1,16 bilhão de covas em 1984-85 BACHA, 1988), e assim, como nas crises anteriores, o café continuaria sua cina de abrir novas fronteiras, ressurgindo noutro espaço geográfico, e "de 1969 a 1985 desenvolveu-se uma nova cafeicultura num velho estado cafeeiro" (BACHA, 1988).

Essa nova expansão da cafeicultura iniciada nos anos 70 com base nos créditos subsidiados para plantio de café do Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais (PRRC) reproduz um processo em que novas areas de cafezais são abertas em ritmo acelerado na nova região cafeeira enquanto que nas antigas regiões os velhos cafezais resistem e desaparecem em ritmo lento. Trata-se de um processo onde troca-se de região, de cafeicultor e de estrutura logística de comércio que pelo descompasso de velocidades gera uma realidade heterogênea de cafezais novos e competitivos convivendo com velhos cafezais em degradação, à espera de um fato que os sepulte produtivamente. Enquanto isso não ocorre há uma nova superprodução, tal como se visualiza em 1990 quando o Brasil tinha 4 bilhões de cafeeiros plantados que resultaram numa safra de 36 milhões de sacas para um consumo interno de 11 milhões de sacas e 18 milhões de sacas para exportação, resultando num aumento dos estoques de 7 milhões de sacas (MORICOCHI & MARTIN, 1993). Outra vez o fenômeno climático representado por geadas e secas realiza o ajuste da estrutura de oferta à de demanda, pois o efeito conjunto da geada e da seca foi expressivo e, dos 25,9 milhões de sacas esperados atingiu-se 12,6 milhões observados, ou seja uma redução de 51% com maior prejuízos no Paraná (96%), São Paulo (62%), Espírito Santo (47%) e Minas Gerais (44%)(MORICOCHI et

al, 1995). Os cafezais velhos e improdutivos foram dessa maneira arrancados, fazendo prevalecer uma cafeicultura revigorada e moderna, cuja base técnica foi dominada nos anos 50, mas o conservadorismo a fez esperar a retomada pós erradicação dos anos 70 para ganhar expressão.

Essa cafeicultura pós-geada dos anos 90, ao contrário das vezes anteriores não apresentou ímpeto de retomada, ou seja não realizou a corrida de plantio na ausência de políticas nesse sentido nos anos 90. Isso apesar de tentativas dos estados dos cafeeiros que, em virtude da existência de recursos da ordem de US$ 400 milhões no Fundo de Amparo da Lavoura Cafeeira (FUNCAFÉ) administrado pelo Governo Federal, pleitearam financiamentos para ações estaduais de revitalização da atividade com metas de incremento total de produção de 9,3 milhões de sacas no período 1994-2000, sendo 5,4 milhões em Minas Gerais, 1,6 milhão em São Paulo, 1,2 milhão no Espírito Santo e 1,1 milhão no Paraná. Mas, em geral, a implementação desses planos estaduais foi muito incipiente (VEGRO, MARTIN & MORICOCHI, 1995). Registre-se que essas metas estão em consonância com as perspectivas de mercado na virada do século e talvez sejam até mesmo tímidas em vista de um projeto de inserção brasileira no mercado internacional recuperando parte da expressão cafeeira perdida.

Em 1995/96, a população cafeeira totalizava 2,98 bilhões de pés, dos quais 2,47 bilhões são de arábica (1,4 milhão de hectares) e 512 milhões de robusta (393 mil hectares), dos quais 1,49 bilhões de pés em Minas Gerais (732 mil ha), 687 milhões de pés no Espírito Santo (491 mil ha), 316 milhões de pés em São Paulo (226 mil ha) e 196 milhões de pés no Paraná (150 mil ha). Destaque-se que no café capixaba, 206 mil ha correspondem à variedade arábica(309 milhões de pés) e 285 mil ha ao robusta (378 milhões de pés), componentes do *blend* do produto final (MORICOCHI et al, 1995). Dentro desse quadro, para cerca de 2,98 milhões de pés de café, que produziram 26 milhões de sacas tem-se um consumo anual de 28 milhões de sacas, das quais 11 milhões para consumo interno, 14 milhões para exportação e 3 milhões para indústria de solúvel, reduzindo com isso os estoques existentes. Numa estimuladora de novos plantios, a compreensão da não ocorrência de uma frenética retomada semelhante à das frentes cafeeiras anteriores de São Paulo e Paraná exige o conhecimento das diferenças desse novo café frente aos seus antecessores.

O primeiro aspecto consiste na impossibilidade de ciclos expansivos centrados em processos de especulação imobiliária como ocorreu nas expansões paulistas de Ribeirão Preto e do Norte do Paraná. Nessas antigas zonas cafeeiras vincular o grande incremento da cultura tão somente ao estímulo do movimento do mercado internacional mascara uma característica fundamental, presente em ambas, tratava-se do plantio de café em áreas de terras férteis na franja de terra roxa do Sudeste Brasileiro, onde a partir de uma "acumulação primitiva" com a derrubada da mata, o cafeicultor formava o café praticamente sem custos. As famílias dos

desbravadores (seja para os "barões do café ribeirão-pretanos" seja para si próprios nos loteamentos paranaenses) podiam rapidamente cultivar algumas culturas de subsistência além de outros benefícios da exploração da rica mata existente. Na nova Minas de Café, a frente disponível para a expansão cafeeira corresponde ao Cerrado Mineiro, onde a deve-se "construir o solo" com correção da acidez com calcario e da fertilidade com fosfatagem intensiva, além de que os intensos e longos veranicos exigem a previa montagem de sistema de irrigação. Por outro lado, a vegetação existente no cerrado não permite "a acumulação primitiva" factível quando o café chegou às matas do Sudeste Brasileiro. As limitações edafoclimáticas impedem as lavouras de subsistência e o café, apesar de sua qualidade apreciável, aqui sim toma a forma de investimento[69].

Esse investimento cafeeiro exige por outro lado a aplicação de toda gama de tecnologia disponível formando modernos cafezais e, paradoxalmente, foi no Cerrado Mineiro e não na Terra Roxa, ou seja em condições naturais muito mais desfavoráveis, que o novo café se constitui como "café tecnológico". A própria gama de variedades empregada mostra isso com uso de resultados de pesquisa de última geração com o plantio predominante da variedade IAC-Catuaí que em 1977-78 representava 20,4% dos pés plantados em 1984-85 atingia 47,3%, suplantando o IAC-Mundo Novo que correspondia a 40,8% dos pés plantados (BACHA, 1988). **Assim o segundo aspecto esta na utilização da moderna tecnologia para formar cafezais não mais concebidos como lavoura de exploração das condições naturais.** Nessa mesma Minas de Café, tal como em algumas áreas da Alta Mogiana paulista, emerge o conceito de café de qualidade, tendo claro que era necessário romper com o velho costume de vender qualquer café deteriorando a imagem do produto no mercado interno e externo. Isso no mesmo momento que a Associação Brasileira da Industria do Café (ABIC) lança, em 1989, o Selo de Pureza ABIC como tentativa de melhorar a imagem do café torrado e moido no mercado interno buscando diferenciar os produtos pela qualidade face à generalização da idéia da baixa qualidade do café consumido no Brasil pela generalização de fraudes de varios tipos. (VEGRO, 1993).

O binômio produtividade/qualidade consiste na base do novo café, competitivo tanto no mercado interno como externo, pois "com relação à produção cafeeira considera-se que dois pontos deveriam atenção especial: a questão da produtividade e da qualidade do produto. Quanto à produtividade o pais convive com uma situação de baixa eficiência técnica ... Para

---

[69] Destaque-se que a não ocorrência da especulação imobiliária não torna menos dificultoso o acesso à terra nessas regiões de café sob condições de mercado. Na verdade o processo tem algumas semelhanças com os velhos métodos, sendo uma delas a compra por preço vil ou mesmo expulsão de posseiros miseráveis de terras que ocupam precariamente nessas regiões de cerrado. A segunda esta no fato de que o investimento necessário exige inserção de conhecimento dos mecanismos de financiamento que realizados a mercado excluem os pretendentes sem "traquejo bancário". A terceira corresponde à própria tecnologia que exige padrão cultural não condizente com um país de analfabetos. Tudo isso forma ainda uma "enorme barreira à entrada de novos cafeicultores" talvez mais poderosa que as anteriormente existentes.

produtores com produtividade acima de 20 sacas/ha, mesmo com a situação atual de mercado bastante desfavorável, a produção de café tem apresentado retornos satisfatórios ... O Brasil precisa urgentemente desfazer a imagem negativa que tem no exterior, de produtor de café de qualidade inferior. Infelizmente, contribuiu para essa situação a política governamental, adotada no passado, de adquirir através do Instituto Brasileiro do Café(IBC), o excedente de produção interna sem levar na devida conta a questão da qualidade. Havia dessa forma um mercado cativo, para qualquer tipo de produto, independente da qualidade. Com a extinção do IBC e com a comercialização livre do produto, a questão da qualidade passa a assumir papel relevante... a melhor maneira de recuperar a imagem do produto brasileiro no mercado internacional é dar prioridade à questão da qualidade" (MORICOCHI & MARTIN, 1993).

O terceiro aspecto esta em que, tal qual a paranaense, "a cafeicultura mineira caracteriza-se pela presença de um grande número de produtores cujas propriedades tem pequenas dimensões e os cafezais tem propriedades com area total inferior a 50 ha e area colhida com café inferior a 50ha, ..., em 1970 a area média colhida com café por propriedade cafeeira foi de 3,82 ha, em 1975 foi de 3,90 ha e em 1980 foi de 3,93 ha. Não obstante a população cafeeira média por propriedade elevou-se ... (pois)... em 1970 havia em média 4.288 pés de café por propriedade cafeeira, em 1975 eram 6.393 e em 1980 era 8.800 pés" (BACHA, 1988). Isso embora, tal como em todas as frentes cafeeiras já abertas, mantenha-se a presença dominante do capital mercantil, pois a maior parte da produção é negociada com intermediários (61%), sendo que os médios e grandes negociam direto com a industria sendo importante neste segmento a presença das cooperativas. No Estado de São Paulo, a proporção de negócios diretos entre a cafeicultores e as industrias mostra-se maior (BACHA, 1988). Exatamente esses negócios diretos com a industria e a presença de um novo perfil de cooperativismo marcam as diferenças caracterizadoras da qualidade com alta tecnologia.

Aqui merece destacar um elemento central da expansão da cafeicultura brasileira, passando em mais de um século por pelo menos 3 grandes regiões: em todas elas o café não constitui-se como agroindústria mas sim como estrutura produtora de uma *commodity*, um bem intermediário, de valor comercial no mercado internacional. No contexto do padrão da 2ª Revolução Industrial isso revela-se um contra-senso, uma vez que no maior país cafeeiro a industria de transformação fundamental não ganhou expressão nas suas relações para traz. Em 1996 o faturamento do complexo café atingia US$ 4 bilhões anuais, dos quais a industria do solúvel representa apenas US$ 500 milhões, sendo de presença recente, datada do início de 60 e destinada quase toda ao mercado externo, no interno o domínio do consumo esta com a torrefação e moagem (VEGRO, 1993). Outro elemento demonstrador dessa realidade de pequena expressão do café enquanto agroindústria esta no fato de que as cooperativas de cafeicultores se formaram como de compras e venda em comum, numa mera ação reativa ao

predomínio do capital comercial, pouco ou quase nada aventurando-se como agroindústria. No novo café, as experiências mais exitosas tem em comum exatamente a realidade inversa, qual seja a intensificação da relação da agroindústria de produtos finais com os cafeicultores, para produzir cafés finos de diversos paladares como produtos diferenciados, e nesse aspecto assume relevância a ação, dentre outras, da Yllicafé, na confecção de seu "elixir" (TAKITANE & SOUZA, 1995).

O quarto aspecto esta no fato que o café não tem mais grande importância para a economia nacional exatamente quando precisava ser tratado com uma das maiores prioridades. O café deixou de ser o produto modelador e sustentador da economia brasileira, tanto é que "reduziu-se lenta mas continuamente a participação do Brasil no mercado internacional de 56,4% nos anos 30 para 43,6% nos anos 50 e para cerca de 25%.. " nos anos 80 (FREITAS, 1989). Por outro lado, agora o café responde apenas por pouco mais de 4% das exportações brasileiras (MORICOCHI & MARTIN, 1993). Tanto isso se configura como realidade que na década de 90 desmontou-se os aparatos regulatórios externo e interno do marcado cafeeiro. No *front* externo, o 1° Acordo Internacional do Café (AIC) foi firmado em 1962 procurando maior estabilidade do mercado pela adoção do sistema de cotas entre países exportadores e, "ao longo de 17 dos 27 anos de existência do acordo, os países produtores se beneficiaram de preços mais elevados do que os que ocorreriam sob condições de livre mercado"(FREITAS, 1989). Da metade dos anos 80 em diante, sob fogo cruzado das nações capitalistas desenvolvidas e principais importadoras mundiais, não foram renovadas as clausulas econômicas vincendas de todos os acordos internacionais, sendo as do café declaradas não vigentes a partir de julho de 1989[70].

O fim do acordo não trouxe transtornos para a economia brasileira, pois "o Brasil possui diversas condições favoráveis para competir com os demais países produtores a niveis de preços mais baixos do que os vigentes no mercado externo antes da suspensão da quota e demais dispositivos de sustentação de preços do AIC" (FREITAS, 1989). Além disso, "se no passado se justificava, sob a ótica macroeconômica, essa política de valorização de preços externos, hoje, não faz mais sentido para o Brasil. E como os demais países produtores de café encontram-se ainda na fase inicial de desenvolvimento industrial ... a conclusão lógica é que não estamos em boa companhia nos processos de negociação de qualquer tipo de acordo. Para

[70] Esse processo ocorreu em plena onda de defesa de teses néo-liberais, pressionando para que os países reduzissem as barreiras ao comércio de produtos da agricultura, e nesse processo, no qual embarcaram algumas nações como o Brasil que abriu seu mercado desmesuradamente sem contrapartida (basta ver que o Brasil abriu seu mercado de algodão em pluma importando produto subsidiado norte-americano enquanto que perdeu o mercado norte-americano de sucos cítricos pela ação do protecionismo daquele país) as nações desenvolvidas impediram a renovação das cláusulas econômicas dos acordos multilaterais de comércio, como do cacau e café. Sobre essa temática ver o trabalho de GONÇALVES & MARTIN (1994).

esses países, o interesse imediato é a elevação dos preços externos para se conseguir o máximo de receita a curto prazo, enquanto para o Brasil o interesse maior é reconquistar mercado através de uma eficiente política de produção e de comercialização"(MORICOCHI & MARTIN, 1993). Essa perspectiva, que prevaleceu nas ações governamentais brasileiras nas suas relações comerciais com o exterior, trouxe economias de recursos uma vez que após a suspensão das clausulas econômicas do AIC em julho de 1989, os estoques mundiais chegaram a 22 milhões de toneladas, responsável pelas pressões baixistas nos anos subseqüentes, o Brasil não formou estoques mas sim seus concorrentes como a Colômbia apostando no rápido restabelecimento das cláusulas econômicas para garantir maior fatia do mercado consumidor na renegociação. "Como isso não aconteceu, os países produtores tiveram de suportar durante um período de quatro anos o ônus dos preços baixos" (MORICOHI, 1995).

No processo de ajuste do mercado internacional de café, no período posterior à desregulamentação, o preço que era de US$ 126/sc em julho de 1989, caiu para US$ 42/sc em janeiro de 1990, mantendo-se baixo até o 2° semestre de 1993 quando começa a recupera-se e no primeiro semestre de 1994 atingira US$ 140/sc. Os países que apostaram numa solução rápida para o impasse da renovação do AIC mantendo preços internos via crescimento dos estoques tiveram de arcar com enormes custos. Entretanto, o mercado encontrava-se ajustado quando veio a geada de 1994 atingindo duramente a produção brasileira, e como resultante desse fenômeno climático, o preço dispara e chega a alcançar mais de US$ 200/sc (MORICOCHI, 1995). Portanto, o mercado internacional ajustou-se no período 1989-96, abrindo espaço para aumento da concorrência com base no binômio preço/qualidade, onde as perspectivas para a inserção brasileira mostram-se bastante favoráveis uma vez atendidos esses requisitos básicos.

Essa desregulamentação no *front* externo, seria radicalizada com outra no *front* interno, representada pela extinção do instituto Brasileiro do Café (IBC) em meados de 1990. No debate sobre o acerto ou não da extinção do IBC, os argumentos contrários ou favoráveis giram em torno de três pontos básicos. Para uns a burocracia do IBC era enorme, lenta e onerosa, assim a medida eliminou um fardo muito pesado até então suportado pela sociedade e que não produzia os resultados desejáveis, mas para outros o equívoco estava na concepção das linhas de atuação e nas politicas administrativas clientelistas que haviam feito a privatização do orgão encrustando representantes de interesses na sua estrutura, assim bastava desprivatizá-lo e orienta-lo para políticas corretas e não extinguí-lo. Outro ponto estava nas estatísticas do IBC, que pela extinção deixaram o mercado sem bússola confiável e os operadores de transações nas mãos das previsões de café quase sempre tendenciosas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Outro aspecto consiste na estrutura de pesquisa que cobria todas as principais regiões cafeeiras e representava importante contribuição à cafeicultura brasileira,

e assim, a extinção desmontou equipes de grande competência. Na verdade, caso o desmonte da ineficiente burocracia do IBC pode ser computada como benefício, não resta dúvidas que uma cafeicultura modelo não emergirá das livre ação das forças de mercado.

O conteúdo das políticas públicas podem ter sido equivocado, mas em qualquer futuro de um complexo cafeeiro forte no Brasil, a presença do Estado Regulador consiste numa necessidade. Essa situação foi em parte reconhecida pelo Governo Federal quando, em 1996 as pressões de vários segmentos da cadeia de agronegócios do café conformaram o início da reinstitucionalização com a criação do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC), para coordenar a política brasileira para o produto. **Nesse ponto não há como fugir da questão central de que o Brasil não pode prescindir do café como importante produto da sua agricultura.** Ao par de razões inerentes a potencialidades de geração de receitas cambiais, de emprego e renda interna, quer se destacar aqui o elemento estrutural. Numa agropecuária centrada em produtos demandados pelo mercado internacional cuja característica fundamental da produção esta no aumento da escala com maior area plantada, o café consiste no produto onde o Brasil tem maiores possibilidades de inserção competitiva centrando a produção interna na pequena e média propriedade. Desde logo, cabe destacar que a expansão dos plantios agropecuários para exportação de maneira alguma representam uma alternativa equivocada de política pública, o problema surge quando essa expansão acaba condicionando transformações internas concentradoras de terra e renda, gerando ainda pouco emprego ou até mesmo diminuindo ao substituir culturas mais empregadoras.

As características do Novo Café combinam perfeitamente com a necessidade de expansão de uma agropecuária com bases estruturais mais consistentes com a melhoria da distribuição de renda. **Em primeiro lugar** o Brasil já tem uma tradição histórica de inserção no mercado internacional de café sendo ainda o maior exportador mundial, e face a realidade de que não depende mais exclusivamente das cambiais de café pode ensejar políticas comerciais consistentes de recuperação de fatias de mercado competindo com vantagens de preços e qualidade. **Em segundo lugar** o Brasil desenvolveu e domina no plano mundial o melhor padrão tecnológico de cultivo e processamento de café podendo impulsionar de forma rápida a transformação da base produtiva, podendo não apenas formar cafezais modernos como agroindústrias de primeira linha. **Em terceiro lugar** essa tecnologia que alia produtividade e qualidade, especialmente no cultivo adensado, permite formar pequenos e médios cafezais altamente produtivos, mais intensivos em mão de obra que os grãos e com uso de reposição da fertilidade com adubação verde e química (não mais vivendo apenas da degradação da fertilidade do solo e por isso mais estável no longo prazo), com custos menores que os dos demais sistemas (MARTIN, VEGRO & MORICOCHI, 1995). **Como quarto argumento**, esse novo café poderia consistir na alternativa da retomada da agropecuária das antigas regiões agrícolas

decadentes, muitas delas desde a crise do velho café em décadas anteriores da qual não mais se recuperaram.

Essas regiões são dotadas de infra-estrutura e alguma tradição cafeeira, e nesse caso o café poderia ser a redenção econômica, vencendo o desafio de tornar a agricultura brasileira uma atividade permanente. Afinal, o retorno da agropecuária às regiões velhas configura-se como um fator imprescindível para o desenvolvimento econômico, representa uma necessidade pontificada já nos anos 60 (PAIVA, 1961). A corrida dos grãos para o Brasil Central exige alternativas de lavouras para o Sudeste, além da avassaladora expansão canavieira, concentrando terra e renda. E porque não o café, não o velho, mas o novo café. E essa estrutura de produção para ser bem sucedida, e promover os resultados distributivos esperados, exige políticas públicas construtoras dessa modernidade. Também no plano político essa proposta torna-se viável, pois apesar de não tratar-se de aposta sustentada no poderio dos "barões do café", ainda encontra amplo respaldo em expressivos segmentos de lideranças rurais. Entretanto, numa realidade onde as idéias liberalizantes penetraram como que cigarras, inseto cultuado com lirismo por um urbanóide ingênuo apreciador de seu canto lírico nas primaveras no campo, sem saber que antes suas larvas destruíram as raízes de cafezais inteiros. Ou seja, **no café como em toda economia, o liberalismo pode ser o cantico da cigarra que destroi nossas raízes**[71].

[71] Sobre o liberalismo, é sempre importante lembrar as reflexões de George Friedrich List, pensador alemão do século XIX, em oposição à teoria do livre comércio. Escreveu esse autor: "A teoria corrente inculcava o princípio da liberdade de comércio. Esse princípio se me apresentava condizente com o bom senso, parecendo-me também comprovado pela experiência, quando me punha a considerar os resultados da abolição das tarifas alfandegarias internas entre as províncias da França, e os resultados da união dos três reinos sob um só Governo na Grã-Bretanha. Todavia, os efeitos maravilhosamente favoráveis do sistema continental de Napoleão e os resultados destrutivos de sua abolição constituiam eventos demasiadamente recentes para eu não leva-los em conta; ora, esses efeitos pareciam-me contrariar diretamente aquilo que acabava de constatar. E, ao inquerir em que estaria fundada essa contradição, ocorreu-me a idéia de que a **teoria era perfeitamente verdadeira, mas somente na hipótese de que todas as nações observassem entre si os princípios do livre comércio, tal qual haviam feito aquelas provincias**. Isso levou-me a considerar a natureza da nacionalidade. Dei-me conta de que a teoria popular não considerava as nações, mas simplesmente, de um lado, a humanidade inteira, ou os indivíduos, do outro. Percebi claramente que a livre concorrência entre duas nações altamente civilizadas só pode ser mutuamente benéfica no caso de ambas estarem em um grau de desenvolvimento industrial mais ou menos igual; ao contrário, qualquer nação que, em razão de reveses, estiver atrasada em relação a outras, do ponto de vista industrial, comercial e naval, embora possua os meios mentais e materiais para desenvolver-se, deve antes de tudo aumentar e consolidar seus próprios poderes individuais para aparelhar-se a entrar na livre concorrência com nações mais civilizadas" (LIST, 1983). O Brasil nos anos 90 abriu sua economia com o pressuposto de inserção numa economia mundial globalizada sem ao menos ter aberto a economia interna, dado o emaranhado de obstáculos ao livre comércio entre as unidades da federação. O próprio sistema tributário brasileiro consubstanciado no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) centrado no princípio da origem conforma-se como barreira tarifaria interna que a própria formação do Estado Nacional na Europa do século XIX havia abolido. Pior, entendendo-se desenvolvido, o Brasil desmonta os aparatos de políticas que, bem ou mal, durante este século sustentaram a política do café. Se os instrumentos de regulação estão inadequados deve-se moderniza-los, não eliminá-los. Caso contrário, ao invés de se estar inserindo-se livres, no comércio internacional, submete-se a esse comércio.

4.4.2 - Do Senhor de Engenho ao Usineiro: politicas canavieiras e a grande propriedade[72]

A agroindústria canavieira corresponde à primeira atividade da agricultura brasileira, cuja origem data do Brasil Colônia, tendo sido sua constituição realizada sob a égide da dominação do capital mercantil. No seu clássico sobre a formação da economia brasileira, escreveria Celso Furtado em fins dos anos 50, "o Brasil é o único país das Américas, criado desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola" (FURTADO, 1989). Nasce como agroindústria, envolvendo a produção de matéria prima e seu processamento num único négocio, calcada no tripé formado pela grande propriedade, pela monocultura e pela utilização de mão de obra escrava. A constituição dos latifúndios canavieiros deu-se pelo sistema de capitanias hereditárias seguido das sesmarias, numa política que procurava atrair ricos interessados em aplicar capitais nos negócios do açúcar, que envolvia também o trafico negreiro. O latifúndio foi então "a forma adequada de incorporação da produção açucareira ao circuito mercantil então vigente, uma forma que, de resto, estava se impondo também em outras regiões coloniais no mundo. A idéia básica era a de que o engenho para a fabricação de açúcar precisava de terras para produzir cana e que, portanto, quanto mais terras se dispusesse mais haveria para processar. Além das terras para o cultivo da cana, a disponibilidade de grandes áreas para a empresa agromercantil tinha também por objetivo garantir o fornecimento contínuo de lenha e madeira, insumos fundamentais para o mundo dos engenhos"(RAMOS, 1991).

A agroindústria canavieira brasileira centrada na região Nordeste, mais propriamente em Pernambuco sob os auspícios da administração de Duarte Coelho conhecido na história como "o donatário que deu certo", tendo dominado a economia brasileira no seu ciclo áureo vivido no período 1530-1650, quando a descoberta do ouro nas terras das Minas Gerais desloca as atenções para o Sudeste no período 1700-1780, seguido do café que atrai os interesses mercantis mais para o sul, ocupando as terras fluminenses e paulistas no período 1840-1930 (FURTADO, 1989). As lutas pela hegemonia do mercado mundial em expansão nos séculos XVI a XVIII acabaram por afetar a economia açucareira brasileira e nesse processo, a zona açucareira nordestina que com 60 engenhos em 1570 exportava 2.700 toneladas, em 1710

---

[72] A história da agroindústria canavieira consubstancia-se como a de mais longo período dado que sua origem data do período colonial. Desse modo num curto espaço não há como apresentar uma abordagem exaustiva das políticas publicas, contentando-se em apresentar apenas os elementos mais gerais das intervenções estatais de suporte às transformações do complexo canavieiro. Trata-se sem sombra de dúvida não apenas do segmento mais perene da economia nacional com presença marcante desde o Brasil Colônia e, ainda que suplantado por outros produtos em alguns períodos, mesmo no momento atual corresponde a um dos principais produtos da agricultura brasileira. Existe uma imensa contribuição de vários estudiosos da agroindústria canavieira em vários períodos e sob vários ângulos, mas para os limites deste tópico, recomenda-se a consulta a dois trabalhos fundamentais, o clássico sobre intervenção estatal na agroindústria canavieira realizado por SZMRECSÁNYI (1979) e o estudo de RAMOS (1991) que relaciona a evolução da agroindústria canavieira e a propriedade fundiária no Brasil. As colocações aqui realizadas baseiam-se, em grande parte, na interpretação de pontos abrangidos por esses estudos.

tinha 528 engenhos com 19,5 mil toneladas e 78 mil toneladas em 1831 (SIMONSEN, 1969), virou palco da disputa pela hegemonia comercial entre ingleses e holandeses[73].

A expulsão das tropas da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em 1650 pode ter sido uma vitória territorial, mas não comercial, uma vez que a partir de 1640, os plantios antilhanos realizados por ingleses e holandeses adentrou no mercado internacional a custos menores. De 1830 em diante surge e avança o produto substituto representado pelo açúcar de beterraba, concorrência essa mais acirrada com a emergência de Cuba que no período 1830-1880 aumentou sua produção de 74 mil para 548 mil toneladas enquanto que o Brasil no mesmo período aumentou de 82 mil para 222 mil toneladas (PAIVA, SCHATTAN & FREITAS, 1973). Essa perda de posição no mercado internacional do açúcar não representou a derrocada do poder dos "senhores de engenho", que continuaram sendo personagens fundamentais da política imperial. Essa presença na estrutura no poder permite-os rechaçar políticas que, embora visassem modernizar a produção açucareira, contrariassem seus interesses.

As reações ao projeto de transformação da agroindústria canavieira com a formação dos engenhos centrais demonstra essa força política. A produção açucareira brasileira vivia momento delicado no século XIX, sendo necessária sua modernização para recuperar a competitividade. A proposta governamental para isso estava baseada na instalação de modernos engenhos centrais em substituição aos ultrapassados sistemas banguês, mas incluindo a separação entre a parte industrial e a lavoura com a atração de capitais para construção das plantas de processamento enquanto os então "senhores de engenho" dedicariam seus esforços no aprimoramento do cultivo da cana obtendo aumentos de produtividade, tornando-se assim fornecedores de matéria prima. Evitando essa subordinação aos proprietários dos engenhos centrais como fornecedores, os senhores de engenho preferiram continuar moendo sua cana nos velhos engenhos banguês. "Os engenhos centrais montados com capitais estrangeiros não podiam sobreviver com um insuficiente e irregular fornecimento de matéria-prima. De acordo com os se-

---

[73] O chamado livre comércio, não nasceu livre mais foi tornado livre pelo bradar dos canhões da Armada de Vossa Majestade a Rainha na conquista da hegemonia inglesa. Essa face da formação do mercado internacional, nesse período de construção da hegemonia comercial inglesa, pode ser visualizada nas ações da British East India Company (Companhia das Indias Ocidentais), criada no final de 1608, com monopólio comercial de 15 anos e poderes administrativo e militar nas terras que conquistasse, o que lhe dava papel de excepcional relevância no enriquecimento inglês. A expansão da companhia atingiu seu apogeu na derrota dos franceses em Clive em 1763 expulsando-os da India que passou ao seu exclusivo domínio. Para enfrentar seu principal rival econômico, a Holanda, a coroa inglesa editou os Atos de Navegação a partir de 1651, organizando várias companhias como a do Mar do Sul (1711), a dos Royal Adventures in Africa (1661) e a da Baia de Hudson (1670). A rivalidade travava-se com as companhias holandesas pois, em 1602 era formada a Oost Indische Company (Companhia das Indias Orientais) com o objetivo de garantir o monopólio do comércio asiático e dar prosseguimento à Guerra com a Espanha. Tinha poder absoluto, dominando os melhores mercados da Asia e Europa até final do século XVII, possuindo 150 navios comerciais, 40 de guerra e 10 mil soldados. A Companhia das Indias Ocidentais Holandesa foi organizada em 1621 para o comércio com as Américas, empreendendo negócios no tráfico negreiro e tendo sido a responsável pela tentativa de domínio da zona açucareira do nordeste brasileiro (LE FRANC, 1948).

nhores de engenho, haveria que modernizar, mas sem mudar o que estava dando certo à séculos. A infra-estrutura teria que se adequar à superestrutura" (RAMOS, 1991).

A modernização se mudança que deriva desse processo transforma engenhos em usinas, e "as últimas décadas do século XIX constituíram um período de grande expansão da produção de açúcar em Pernambuco. A reação dos senhores de engenho de Pernambuco ao perigo representado pelos engenhos centrais consubstanciou-se em pressão sobre o governo local, desde meados da década de 1880, para que o mesmo financiasse a modernização de suas instalações fabris ... Evidenciou-se, assim, um vigoroso processo de modernização da estrutura produtiva calcado no apoio estatal. Um apoio que se transformou em subsídio direto, ou até mesmo em doação pura e simples, já que grande parte dos recursos concedidos jamais voltaria aos cofres públicos... O Estado estava garantindo a modernização de quem sempre dominou o 'mundo dos engenhos' e que agora se transformaria no 'mundo das usinas'. Nada de rupturas intempestivas". Ao contrário esse domínio foi acirrado pois, a decorrência desse processo até os anos 30 do século XX mostraria que "o avanço das usinas fazia com que as areas dos pequenos engenhos fossem se transformando em propriedades fornecedoras de cana. O passo seguinte era o usineiro procurar adquirir as terras dos engenhos que iam ficando de 'fogo morto'... Os usineiros, mantendo o comportamento típico das classe senhorial a que pertenciam, ou da qual eram originários, buscavam expandir a produção de suas usinas com base na cana própria, por sua vez os fornecedores proprietários buscavam reduzir a participação dos lavradores não proprietários" (RAMOS, 1991).

O surgimento da agroindústria canavieira paulista data desse movimento do final do século XIX (PETRONE, 1968), e ainda que mantida limitada pela expansão cafeeira, constituiu-se com base suficiente para instigar medidas reativas defendidas pelos oligarcas nordestinos que procuraram obstar seu desenvolvimento de 1930 em diante. Durante o período 1890-1930, "caracterizou-se uma estrutura produtora de cana em São Paulo assentada na produção das usinas, na qual se destacavam como maiores proprietários alguns fazendeiros e comerciantes, além do capital estrangeiro, também este com um forte braço do capital mercantil. A importância da propriedade fundiária nesse complexo não podia ser menosprezada, já que o acesso à produção açucareira sempre passava pelo acesso à produção de cana própria. Mas a expansão canavieira em São Paulo iria ainda ser marcada por dois outros elementos que surgiriam no final dos anos 20 e que se revelariam de importância fundamental no período seguinte. Primeiro o fato de alguns ex-colonos do café e do açúcar terem acesso à propriedade fundiária, adentrando assim o restrito circulo dos proprietários de engenhos e usinas (Ometto)... Com segundo elemento importante teve-se o surgimento de uma pequena oficina que passou a fazer reformas corriqueiras nas máquinas e equipamentos dos pequenos engenhos (Dedini)... " e que se tornaria em industria de bens de capital do complexo sucro-alcooleiro (RAMOS, 1991).

O núcleo da agroindústria canavieira entretanto, permanecia nordestino envolvido num clima de conflitos. "Em Pernanbuco estava acontecendo uma luta entre a produção da usina frente a do engenho, e do usineiro contra o fornecedor de cana, que apontava na direção da extinção desses últimos, em São Paulo estava ocorrendo um processo exatamente inverso: os engenhos se multiplicavam e iam abocanhando parte do mercado consumidor. Num segundo momento eles se transformavam em usinas. Em Pernambuco, a luta que predominava era aquela que se travava para escapar da 'diferenciação para baixo', em São Paulo a expansão do mercado acaba por permitir uma 'diferenciação para cima'"(RAMOS, 1991). Em qualquer dessas realidades a agroindústria canavieira seguia a regra de multiplicar-se com base na grande propriedade, agregando largas extensões de terras em volta das unidades fabris na proporção de sua capacidade de moagem. Assim, "o fracasso do engenho central no Nordeste simboliza o fracasso do novo na luta contra o velho, contra o arcaico. Porque aponta para uma transição sem rupturas, para uma modernização que assegura o poder pré-estabelecido" (RAMOS, 1991). Sendo uma atividade posta dentre as mais importantes da agricultura brasileira em mais de quatro séculos de latifúndio como denominou GUIMARÃES (1982), "a importância da agroindústria canavieira na formação do padrão de civilização vigente no Brasil é inegável e, como se verá, ela tem atravessado séculos com a mesma configuração estrutural básica, tendo sido derrotados os intentos de renovação substancial ou de substituição dessa sua configuração. Em outros termos, esse complexo de atividades nasceu de determinada forma (integrada) e tem conseguido manter-se assim através dos tempos. Para isso tem sido fundamental a estrita vinculação com o componente político, que se expressa na ação do Estado como elemento fundamental no processo histórico. O que se quer dizer é que, no caso daquela agroindústria, as coisas mudaram ... mas, no essencial, continuaram as mesmas" (RAMOS, 1991).

- Planejamento e Avanço Paulista Pós-30: O Fracasso da Proteção à Oligarquia Nordestina.

A institucionalização do planejamento da agroindústria canavieira ocorreria na década de 30, marcada pela crise econômica mundial que afetaria duramente a economia cafeeira e seu núcleo dominante a burguesia cafeeira que, no plano interno, sofreria derrota politica perdendo sua hegemonia para uma aliança da qual participavam oligarquias regionais rivais como a açucareira nordestina. O temor desta estava no crescimento da produção paulista que crescia, desde o final do século XIX, com "o reaparelhamento, modernização e aumento da lavoura canavieira. Beneficiando-se de certas vantagens decorrentes da política açucareira nacional, que na verdade tinha sido instituída para socorrer a agroindústria do açúcar, então mais concentrada no Nordeste, São Paulo pode melhorar e ampliar usinas e lavouras de cana assegurando-se para futuras expansões" (IEA, 1972). Acompanhando o próprio ciclo do café, São Paulo que pro-

duziu 96 mil sacas de 60 kg de açúcar em 1894/95, em 1930/31 atingiu 1,1 milhão de sacas. "Nesta progressão São Paulo ameaçava atingir o limite de seu consumo (pouco mais de 6 milhões de sacas) e tornar-se auto-suficiente" (PRADO Jr, 1969).

Nesse universo interfere o planejamento estatal nos anos 30 com o objetivo imediato de garantir o equilíbrio do sistema. Os principais problemas da agroindústria canavieira e que levaram à intervenção estatal eram: a) " uma superprodução, que em 1929, virtualmente provocou a ruína da agroindústria. Do lado da oferta, essa superprodução resultou da rápida recuperação dos canaviais de São Paulo e Rio de Janeiro, afetados em meados da década de 20 por um violento surto de mosaico, e pelas safras excepcionais alcançadas em Pernambuco e Alagoas. Do lado da demanda, ela foi determinada pelo declínio do consumo devido à ... crise internacional, e a crise no âmbito nacional, do complexo cafeeiro paulista, também às voltas com uma superprodução desenfreada..."; b) "crescente concorrência interregional. A crise cafeeira não afetou o desenvolvimento da agroindústria canavieira apenas pelo lado da demanda. Ela o afetou também e bastante, no lado da oferta, com intenso crescimento da produção em São Paulo, cujos cafeicultores encontraram na cana e no açúcar uma alternativa capaz de minorar-lhe os prejuízos ocasionados pela conjuntura desfavorável da rubiácea ... Essa região não era auto-suficiente em açúcar, o qual era fornecido, em boa parte, pelas usinas do Nordeste, especialmente as de Pernambuco. Ora, na medida em que a produção tendia a atingir e superar o nível do seu consumo, passava a tornar-se cada vez mais difícil a colocação do açúcar das tradicionais regiões produtoras ..."; c) "possibilidades de aproveitar os excedentes de matéria prima para a produção de alcool anidro para fins carburantes. Esta era uma alternativa muito atual já naquela época, em que estavam aumentando as importações de gasolina, embora esta ainda tivesse um preço mais baixo do que o alcool carburante" (SZMRECSÁNYI, 1978).

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) nascia em 1933, pelo Decreto nº 22.789 de 01/06/1933, com a grande responsabilidade de evitar o sucateamento do parque fabril açucareiro nordestino que paulatinamente perdia espaço frente ao avanço da produção do Centro Sul, notadamente da produção paulista[74]. Como o açúcar era consumido quase que exclusivamente pelo mercado interno, com a limitação de produção das usinas fixando-se cotas anuais para açúcar e alcool, mantendo a capacidade instalada em cada estado, buscava fugir à superprodução, principalmente evitando a perda de proporcionalidade da produção nordestina, a que se fez impondo restrições ao aumento da capacidade da produção de São Paulo. Todavia não

[74] Um fato político relevante que denota a disputa ente as oligarquias regionais e a derrotada burguesia cafeeira corresponde ao esvaziamento do Instituto do Café do Estado de São Paulo logo nos primeiros movimentos da Revolução de 30, e a não configuração de instituição federal com tal finalidade, o que não ocorre com a agroindústria açucareira que pleiteia e consegue a formação do IAA. Note-se que ainda que o café continuasse a representar o principal produto da agropecuária brasileira até os anos 70, apenas em 1952 era instituído o Instituto Brasileiro do Café para coordenar a política cafeeira.

era possível manter-se por longo período essa política, tal era a disparidade entre os complexos agroindustriais paulista e nordestino, disparidade essa que tendia a aumentar com o desenvolvimento tecnológico da produção do Centro-Sul. A partir desse quadro, foram ensejados programas que modernizassem o sistema nordestino, embora a maioria da tentativas acabassem por injetar recursos desviados para outras finalidades, obtendo-se resultados muito acanhados na transformação da base técnica da produção regional.

A eclosão da II Guerra Mundial encarregou-se de alterar os mecanismos de intervenção do IAA, dadas as dificuldades do transporte marítimo interno e externo. Com a demanda insatisfeita no Centro-Sul pela diminuição sensível da quantidade de açúcar nordestina que era ofertada, esses mercados foram sendo ocupados pelas usinas paulistas e fluminenses. No final do conflito mundial manifestava-se redobrada a pressão do deslocamento da hegemonia açucareira do Nordeste para o Centro-Sul. O IAA então impõe-se para evitar tal ocorrência estabilizando o mercado interno do açúcar. Com a queda do Estado Novo, foi proposta a extinção do Instituto como produto do regime deposto, fato não consumado pela pressão congressual nordestina e fluminense contra as pretensões dos usineiros paulistas. Essas medidas entretanto, não impediram o deslocamento do núcleo da agroindústria canavieira, pois a "comparação dos números de Pernambuco e de São Paulo demonstra a supremacia paulista assentada numa particular expansão de suas áreas canavieiras entre 1944 e 1964. Enquanto a area cultivada com cana em São Paulo evoluiu 4,6 vezes nesse período, a de Pernambuco cresceu apenas 2 vezes ... A legislação do IAA não conseguiu deter esse processo, na verdade, potencializou-o". Isso num processo de concentração industrial pois " o número de usinas em São Paulo fora de 79 em 1950/51, em 1954/55 saltou para 92 e em 1960/61 atingiu 94. Portanto, nota-se que o movimento de entrada cessou na segunda metade dos anos 50. Por seu lado, a escala média, que era de 87,7 mil sacos em 1950/51, passou para 132,7 mil em 1954/55, saltando para 242,7 mil em 1960/61" (RAMOS, 1991).

A pressão da expansão das usinas sobre as areas dos fornecedores e mesmo sobre as propriedades menores dispostas à sua orla que se dedicavam a outras culturas levou à constituição de mecanismos legais de garantia de sobrevivência dos fornecedores. Com tal objetivo editou-se o Estatuto da Lavoura Canavieira, instituído pelo Decreto Lei nº 3855 de 21 de Dezembro de 1941, procurando solucionar o conflito histórico da agroindústria canavieira entre fornecedores e usineiros. Chermont de Miranda, um dos autores do Estado da Lavoura Canavieira, coloca que o mesmo veio em função da intensidade crescente desses conflitos e que tinham graves repercussões econômicas, notadamente na fixação dos preços de matéria prima. A industria "não podia viver e prosperar em um ambiente de sobressaltos que logo apontavam, no caso de malogro das colheitas, quando a carência da matéria prima determinava o leilão de canas e o desvio delas para outras usinas que melhor preço oferecessem. Essa exigência de

segurança na produção industrial, gerou a tendência latifundiária que é uma constante na evolução histórica da usina". A garantia de preços e a estabilidade da produção de açúcar, nesse contexto buscava garantir a harmonia e as condições de expansão e equilíbrio do complexo agroindustrial como um todo. Ao "instituir um regime de responsabilidade, ao mesmo tempo torna desinteressante ou inútil... a posse de vastos latifúndios"(MIRANDA,1978). O sistema de cotas fixando a parcela de cana da usina iria ser o sustentáculo dos fornecedores, evitando que fossem fagocitados pelas usinas.

Na opinião de liderança dos fornecedores paulistas, "o Estatuto da Lavoura Canavieira, diploma legal que coordena o controle de toda a atividade produtiva da agroindústria canavieira, talvez tenha sido um dos mais bem intencionados dispositivos, voltados para a justiça e o bem estar das classes produtoras, já instituídas neste País, criado durante o Governo Getúlio Vargas, ele estabelecia que as usinas poderiam produzir apenas 50% das canas que industrializassem, ficando a outra metade por conta dos fornecedores" (RODRIGUES, 1978). Num primeiro momento essa barreira legal à concentração surtiu efeitos e o crescimento da produção canavieira paulista na década de 50 operou-se contudo sem grande concentração de terras. Na região de Ribeirão Preto, principal zona de expansão dos plantios de cana, a estrutura fundiária permaneceu quase que inalterada, pois, estabelecimentos até 50 ha que eram 65,4% do total em 1950 e que tinham 9,4% da área, cresceram em número e extensão de terras no período 50/60, perfazendo em total de 67,1% do estabelecimento em 1960 com 11,5% da área. Por sua vez os estabelecimentos com mais de 1.000ha que mantiveram seu percentual em relação ao total entre 1950 e 1960 (1,6% e 1,5% respectivamente), perderam em área total apropriada caindo de 42,9% para 36,4%, indicando uma subdivisão dos mesmos (GONÇALVES, OLIVEIRA & MARTIN, 1987).

No segundo momento, apesar da proibição legal, o movimento expansivo da agroindústria açucareiro retomada sua velha tradição latifundista. Na medida em que foram sendo incorporados ao processo produtivo ganhos de eficiência com a modernização da produção de cana o dinamismo das usinas foi se implantando soberano. Com a superprodução do final da década de 50, tornou-se necessário a implementação de uma política de sustentação de preços para garantir a possibilidade do excesso de açúcar a ser explorado. "O açúcar era então um produto gravoso, cuja colocação nos mercados externos devia ser subsidiada pelos Poderes Públicos. Dado o vulto assumido na época pelas exportações do produto, esse subsídio não podia mais ser custeado apenas com os recursos à disposição do IAA. Tornava-se necessário envolver na operação as próprias autoridades monetárias do País, mediante uma crescente participação do SUMOC e da CACEX. Foi o que realmente a aconteceu, tendo os recursos para as exportações de açúcar saído efetivamente dos bolsos de todos os consumidores e não apenas das receitas dos usineiros"(SZMRECSANYI, 1978).

A busca então de modernização e barateamento dos custos de produção era um imperativo para a agroindústria canavieira adquirir competitividade internacional e deixar de ser gravosa, não onerando os cofres públicos. A continuidade do processo gerava dois problemas fundamentais: **de um lado** a necessidade constante de recursos para vender o produto deficitário comprometia a política econômica levando à injeção permanente de recursos no setor; **de outro ângulo** com a aparente perda de controle do IAA sobre a produção, a sustentação da economicidade poderia levar à uma situação artificial de produção crescente, sem buscar eficiência agravando os problemas. "Essa situação só poderia ser superada a médio e longo prazos através do aumento da produtividade e/ou redução dos custos de produção da agroindústria canavieira do Brasil, a fim de realmente torná-la competitiva ao nível dos preços vigentes no mercado internacional"(SZMRECSANYI, 1978). Essa política de modernização que viria ser incrementada, com o uso intensivo de insumos modernos e maquinaria, daria condições de maior expansão das usinas.

As usinas açucareiras, com maior desenvolvimento tecnológico, surgem no espaço agrícola arrebatando o espaço dos engenhos. Contando com auxílio creditício para todos os aperfeiçoamentos necessários os engenhos centrais não conseguiam competitividade. "Esses não podiam, na parte industrial competir com as usinas e começam em proporção crescente a vender-lhes sua cana, ficando unicamente com a parte agrícola da produção. O controle do negócio passa a usineiros, que se aproveitarão dele para adquirir progressivamente a terra dos engenhos. A par desta progressiva absorção realizada pela usina, e a conseqüente concentração da riqueza que ela provoca, fato esse de maior importância social, desenrola-se o drama das relações entre ela e seus fornecedores de cana. É uma luta permanente. Não é somente uma questão de maior ou menor preço da cana que está em jogo, mas a própria subsistência como vimos do fornecedor. Este é ameaçado, cada vez mais, pelo crescimento progressivo das lavouras próprias das usinas que vão, assim, paralelamente, reduzindo suas aquisições de matéria-prima".(PRADO JR 1969).

A tentativa de procurar impedir o processo de incorporação de grandes extensões de terras por meio de instrumento legal, no curso histórico de medio e longo prazo, estava fadada ao fracasso. O desenrolar da luta entre as usinas e os fornecedores tem origem no processo fogocitótico desenvolvido pelas primeiras sobre as terras dos segundos, levando Caio Pardo Jr a dizer, ainda na metade dos anos 40, que "o desaparecimento dos engenhos e dos fornecedores parece hoje apenas uma questão de tempo. Militam a favor das usinas os grandes recursos financeiros de que dispõem os preços de custo de cana mais baixos capaz de alcançar, os inconvenientes de relações pouco amenas entre usineiros e fornecedores que lei alguma poderá jamais corrigir e que conspiram permanentemente contra a subsistência, lado a lado, de categorias tão diferenciadas pelos interesses respectivos. Dentro da ordem atual, o que não será afinal

mais que uma reminiscência do passado". (PRADO JR, 1969).

A crise da agroindústria canavieira seria postergada na virada da década de 50 para a de 60, com novo movimento ascendente da demanda internacional, impulsionada pelos mercados abertos pela ocorrência da revolução cubana. O crescimento das exportações brasileiras de açúcar veio no impacto do rompimento Cuba/EUA, e a saída do açúcar cubano do mercado preferencial norte-americano. O reordenamento do mercado a partir desse fato político abriu espaço para uma nova expansão do indústria açucareira nacional. As perspectivas de aumento da demanda a médio e longo prazo levou à formação pelo IAA de uma política expansionista para o setor. "Essa política, que iria influenciar o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil, durante década de 1960, tinha dois objetivos: incrementar as exportações e ampliar a capacidade produtiva das usinas e das lavouras de cana. Ela se baseava no pressuposto de que a capacidade ociosa então existente nas usinas do Centro-Sul e os excedentes exportáveis do nordeste seriam rapidamente absorvidos pela crescente demanda interna e externa do produto". (SZMRECSANYI, 1978). A conquista desses mercados aproveitando a conjuntura favorável do mercado internacional, tinha também o objetivo de consolidar as usinas em situação financeira difícil, notadamente as nordestinas, permitindo o reequipamento das fábricas obsoletas para incrementar o rendimento industrial. Para isso foram constituídos o Fundo de Recuperação do Agroindústria Canavieira, através do Decreto nº 51.104, de 01//08/61 e o Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, pelo Decreto nº 51.156 (17/11/1961), visando aproveitar o surto de vendas do açúcar brasileiro no exterior.

Este planejamento de longo prazo, que procurou integrar a agroindústria aos demais setores da economia, tinha como objetivo assegurar o aproveitamento das terras da zona canavieira garantindo o abastecimento das usinas. As recomendações de estudos técnicos levaram à instituição do Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, que "tinha como objetivo ampliar a produção do País para 100 milhões de sacos até 1971. Deste total, 80 milhões seriam destinados ao abastecimento do mercado interno e 20 milhões para a exportação e para a formação de um estoque regulador de transferência. As metas em questão eram bastante ousadas tendo em vista a evolução real do consumo interno e as flutuações periódicas da oferta e dos preços no mercado internacional. Apesar disso, a ampliação do limite global de produção das usinas do País para as citadas 100 milhões de sacos acabou sendo sancionada pelo IAA através das resoluções nº 1761 e nº 1762 de 12/12/1963"(SZMRECSANYI, 1978).

Essa expansão contudo, segundo a Comissão de Montagem de Novas Usinas que abrangeria 42% do total a ser acrescido a produção, dar-se-ia em áreas de cafeicultura decadente por essa razão dela faziam parte técnicos do Instituto Brasileiro do Café (IBC) ligadas ao Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), além de técnicos do IAA, através

de convênio entre esses dois institutos do Ministério da Indústria e Comércio(MIC). Esse acordo tinha três objetivos básicos: "1) coordenar os programas de erradicação das cafeeiras anti-econômicas e de aumento da produção de açúcar; 2) assegurar o financiamento para a instalação de usinas açucareiras nas áreas anteriormente voltadas para a cafeicultura; e 3) facilitar às cooperativas de cafeicultores a obtenção de cotas para a instalação de usinas açucareiras nas áreas anteriormente voltadas para a cafeicultura" (SZMRECSANYI, 1978). Impulsiona-se assim, de maneira decisiva a substituição do café pela cana para industria na agropecuária paulista.

Mas as condições favoráveis do mercado de açúcar não durariam muito tempo. A partir de 65 uma grave crise começou a corroer as conquistas realizadas pelo setor e a tornar público o acesso de gigantismo das metas governamentais estabelecidas com base no superdimensionamento da demanda internacional e da competitividade do produto brasileiro. Os preços caíram abruptamente, chegando a ser comercializadas sacas de açúcar a 50%, metade da cotação da tabela e até menos. Acumularam-se enormes estoques internos. "Esta sem duvida era das piores crises da agroindústria canavieira nacional. Só no Estado de São Paulo, cuja produção havía mais de 42 milhões de sacos na safra 1965 e 1966, contra menos de 27 milhões na safra anterior deixou-se de colher e moer cana equivalente a 13 milhões de sacos de açúcar" (SZMRECSANYI, 1978). As usinas certamente moeram as suas canas próprias deixando as canas dos fornecedores em pé. "O erro de apropriação das tendências do mercado internacional e a ampliação desordenada de sua capacidade instalada e da produção agrícola e industrial quaisquer que tenha sido as causas principais do crise, a fato é que ela acabou gerando uma situação de conflito entre usinas e fornecedores. A magnitude dessa crise especialmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, tornou necessária uma intervenção da parte do Governo Federal"(SZMRECSANYI, 1978). Nesse ajuste o processo de concentração fundiária acelerou-se pois não apenas os fornecedores não tinham como realizar sua produção como a mudança de atividade era impraticável no curto prazo.

A reviravolta que poria fim à crise da metade da década de 60 retomando as exportações, viria com a intensificação do processo de internacionalização da economia brasileira, no qual "o fomento das exportações tem sido uma das principais características da estratégia de desenvolvimento instaurada no País a partir de 1968. Na agroindústria canavi-eira... inicialmente ela tinha por objetivo garantir o escoamento, a preços subsidiados, de toda a produção de açúcar que não fosse absorvida pelo mercado interno. Mais tarde, contudo as exportações do produto foram assumindo um caráter permanente, passando a constituir o componente mais dinâmico da evolução do subsetor" (SZMRECSANYI, 1978). A nova conjuntura favorável reavivou os planos de modernização e expansão do setor açucareiro, que foram gestados no início da década de 60 e que a conjuntura econômica desfavorável havia protelado. A meta de produção de 100 milhões de sacas em 1971 foi concretizada. A alta dos preços

estimulou a busca de maior produtividade do parque industrial açucareiro, realizada com base num plano que atingisse tanto a parte agrícola na produção da cana como a industrial. Dai surgiu o Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar (PLANALSUCAR) e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (Decreto Nº 1.186 de 27/8/71) posteriormente Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (Decreto Nº 1.266 de 26/03/1973) (SZMRECSANYI 1978). O PLANALSUCAR, apesar de priorizar o melhoramento genético, se notibilizaria pela difusão da técnica de controle biológico de pragas de cana. A modernização do setor industrial foi implementada e permitiu atingir índices crescentes na produtividade industrial.

Nessa busca de competitividade do produto brasileiro no mercado internacional o impacto sobre os fornecedores de todo o Estado se fez sentir na medida em que era necessário eliminar unidades de produtividades baixas e que com isso comprometiam a performance de todo o setor, corrigindo as distorções tradicionais, fundindo, incorporando e realocando indústrias. Para isso era estimulado financeiramente pelo Decreto lei nº 1.186 de 27/08/71), o mesmo que instituiu o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira. "O decreto-lei em questão, da mesma forma que a Lei nº 5.654 revogou uma série de dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, procurando dar aos usineiros condições necessárias para alcançar maiores índices de produtividade e para reduzir os seus custos de produção. Tais objetivos deveriam alcançar através das economias de escala decorrentes da concentração empresarial, via absorção das quotas de produção de outras usinas e de fornecedores, e mediante as economias externas propiciadas pela relocalização dos estabelecimentos agroindustriais em áreas favoráveis às suas atividades" (SZMRECSANYI, 1978).

A política do IAA de limitação da produção por estado brasileiro pelo sistema de cotas fracassou no seu objetivo de manutenção do predomínio nordestino. Enquanto que em 1934, o Nordeste, em especial Pernambuco, detinha 63% da produção açucareira, no correr das décadas seguintes essa situação foi se invertendo paulatinamente com o aumento das cotas dos estados do sul. Desse modo, apesar das astronômicas somas de recursos aplicados em benefício da modernização da produção de cana e do parque nordestino, a partir de 1964, de uma cota nacional de produção de 23 milhões de sacas, a paulista corresponde a 5 milhões. O regime militar aprofunda a derrubada dos obstáculos à expansão paulista e, com o crescimento e modernização do parque açucareiro, na safra 1970/71 tinha-se uma realidade inversa à dos anos 30 com o Centro-Sul produzindo 66% do açucar brasileiro, dos quais São Paulo respondia por 50%, e o Nordeste atingia 34% (PAIVA, SCHATTAN & FREITAS, 1973). O principal centro de produção da agroindústria açucareira deslocara-se para São Paulo, exatamente o maior temor dos oligarcas nordestinos nos anos 30. Mas como oligarquia sempre foi oligarquia, ainda mais quando se trata de uma oligarquia de mais de quatro séculos e, assim, seu domínio econômico e político regional fará persistir, por décadas, sua capacidade de engendrar mecanismos de

política econômica em seu proveito.

A manifestação dessa força política pode ser visualizada nos anos seguintes, que demonstram que a supremacia paulista não significou o desmonte da estrutura de poder do complexo açucareiro nordestino. Essa oligarquia engendrou a seu favor o sistema de subsídios denominado "equalização de preços", posteriormente extendidos aos usineiros fluminenses e, que, em última instância representa um premio à menor eficiência, curiosamente defendido em nome do interesse social face aos corolários negativos que produziria o desmonte da produção de açucar numa região carente como o Nordeste. Efetivados em 1971 pela Resolução nº 2059 do IAA, como um projeto temporário pois deveria ser extinto de maneira gradativa até 1977/78, torna-se uma medida permanente. Os recursos para esse subsídio provinham do Fundo Especial de Exportação (FEE), que eram vultosos na conjuntura favorável do mercado internacional do açucar de então, mas passaram a ser bancados pelo Tesouro Nacional com o refluxo das vendas externas em anos seguintes. Dessa maneira, "aprofunda-se o esquema de sustentação da agroindústria açucareira do Nordeste e passou-se a reforçar a estrutura herdada do passado... Como seria de esperar, isto manteve inalterados os problemas de natureza estrutural do complexo canavieiro nordestino. Tratava-se dos mesmos que um século antes haviam levado o Estado, após o 'insucesso' dos engenhos centrais, a financiar a modernização conservadora. Estava novamente ocorrendo uma modernização desse tipo. A história se repetia, desta vez como tragédia para os produtores mais fracos" (RAMOS, 1991).

- Agroindústria Canavieira Pós-70: O Alcool Combustível da Nova Expansão da Cana

No clima de euforia vivido por toda economia brasileira, em pleno "Milagre Brasileiro", no início da década de 70, indústria açucareira estava em estado de graça, com os preços de exportação satisfatórios. "Tudo ocorrido 'as mil maravilhas se as tendências do mercado internacional tivessem se mantido inalteradas. Tal não acontece no entanto, e a partir do final de 1974, os preços do açúcar no mercado externo começaram a cair. Como não poderia deixar de ser, as exportações de açúcar voltaram a se tornar gravosas, fazendo diminuir rapidamente os recursos disponíveis do Fundo de Exportação, bem como os níveis de preços pagos pelo IAA aos produtores, dificultando a amortização das dívidas por eles contraídas" (SZMRECSANYI, 1978). Como os preços internacionais do açúcar decresciam rapidamente e, por outro lado, o parque industrial modernizado e expandido tendia a apresentar capacidade ociosa crescente, os problemas econômicos advindos da grande soma de capital investido na fase anterior começaram a aparecer. Tudo indicava que a indústria açucareira entraria em mais um período de problemas quando adveio a crise do petróleo em 1974. O aumento significativo dos custos com os crescentes dispêndios com importações de petróleo deram suporte a propostas de

reestruturação da estrutura energética.

O açucar brasileiro perdia espaço com a queda do consumo aparente dos tradicionais importadores como Estados Unidos, Reino Unido e Japão pela adoção de substitutos em face aos altos preços e às restrições a importações. O contínuo aumento dos preços eram estimuladores do plantio da beterraba açucareira na Europa e algumas regiões dos EUA. A política protecionista de estimulo aos produtores estadunidenses, com compensação de dois centavos de dólar por libra peso, para vendas de mercado abaixo de 13,5 centavos de dólar por libra, contrariaria o interesse dos exportadores fortalecendo a indústria açucareira dos EUA, tradicionais importadores. Além disso suspendeu-se o bloqueio econômico dos EUA à Cuba, integrando-se esse país ao mercado mundial. No Brasil, juntando-se a crise do petróleo com a crise do açucar, a solução do alcool combustível frutificou em 1974/75, sob o embalo do primeiro choque da alta do petróleo, quando "os crescentes aumentos dos preços reais do petróleo levaram o país a uma situação em que pouco mais da metade das divisas destina-se a pagá-lo.Fica claro que o problema é, prioritariamente substituir petróleo importado. Entretanto, a solução empregada foi a de substituir a gasolina consumida no país, por álcool de cana. Procurava-se resolver de certa forma a crise do setor agroindustrial canavieiro"(VEIGA F°, GATTI & MELLO, 1980).

Nesse contexto, a partir de 1975 é que implementou-se o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), ressuscitando um plano da década de 50, assim como o Programa de Racionalização de 70/74 já ressuscitara o Programa de Expansão de 62/64. Mas o álcool como combustível ressuscitaria também a pretensão do setor resolver definitivamente sua eterna alternância de ciclos de crises e avanços freqüentes. O período seguinte, com o dinamismo decorrente do PROALCOOL, pela primeira vez a cana não expandiu estimulada de fato, pelos preços internacionais, para ser exportado, gerar divisas, mas para substituir importações e utilizar a capacidade ociosa do setor açucareiro, fazendo-o produzir combustível. Daí surgiu a energia do novo avanço da cana para indústria. A produção de açúcar no Brasil, crescente no período 71/78 quando passou de 5,1 milhões de toneladas para 8,3 milhões de toneladas decresce no período 78/80 em aproximadamente 1,7 milhões de toneladas, voltando a crescer a partir de então e atinge 8,8 milhões de toneladas no ano de 1982/83 índice em torno do qual se mantém. A produção seria muito maior se todo o parque industrial tivesse durante todo o período produzido somente açúcar (GONÇALVES, OLIVEIRA & MARTIN, 1987).

A produção de álcool que no período 71/77 girava em torno de pouco mais de 600 milhões de litros ultrapassava rapidamente 1,4 bilhões de litros em 1977/78 e cresce continuamente no período a 1978-85 quando atinge a cifra de 9,2 bilhões de litros. O grande crescimento global, tanto em termos nacionais como paulista, levou a um aumento na necessidade de cana de açucar em grandes proporções. Além dos aspectos de não promover a superação dos desequilíbrios inter-regionais, mantendo a supremacia de São Paulo; o que na verdade ocorre é

"um acentuado aumento da capacidade de produção das anexas, o que face à sua condição de irreversibilidade, provoca o crescimento de suas lavouras, afetando áreas vizinhas... Deste modo, parte da cana moída para produção direta de álcool veio de áreas que anteriormente produziam para açúcar" (MARTIN, CANCEGLIERO & VEIGA, 1980). A intensificação da produção de cana nas áreas circunvizinhas às usinas tornou-se imperiosa para a economicidade em função do transporte à distância.

Essa expansão da produção de cana para indústria decorrente da demanda adicional de matéria prima pelo PROALCOOL, promoveu aspecto um incremento na concentração da terra e conseqüentemente da renda. "As evidências encontradas parecem mostrar a sua intensificação, salientando-se a caráter detonador que os incentivos da PROÁLCOOL tiveram neste processo. Vários fatores contribuíram para isso, salientando-se a incorporação de novas técnicas, inicialmente internalizadas pelas usinas e grandes fornecedores, além das diferenças nos tratos culturais existentes entre estes grupos e os pequenos e médios fornecedores refletindo nas suas maiores produtividades, e os ganhos advindos das compras de insumos devido às maiores escalas de produção. Além disso, a existência de estoque de tecnologia disponível - colheitadeiras principalmente e a possibilidade de incorporação de novas terras também colaboraram para o acirramento da concentração fundiária" (VEIGA Fº, GATTI & MELLO, 1980).

A concentração da terra nos canaviais não decorre unicamente dos estímulos expansivos do plantio decorrentes da implementação do PROALCOOL, mas das transformações mais gerais do complexo sucro-alcooleiro. A pressão dos usineiros paulistas na metade dos anos 70 levou à adoção de medidas que, por fusão e incorporação de cotas, promoveram ampla concentração das unidades industriais na procura da obtenção de economias de escala. "As condições vantajosas de financiamento da expansão do complexo foram posteriormente reforçadas, através de subsídios nos juros dos financiamentos destinados à ampliação dos canaviais"(RAMOS, 1991). A operacionalidade do sistema de crédito rural, centrada no objetivo de ampliar a demanda de insumos industriais e maquinaria, contribuiu para o alargamento das areas de lavouras na mesma medida em que a resposta em termos das maiores produtividades obtidas aumentavam o precipício da eficiência técnica. O credito rural subsidiado dos anos 70, implementado a mercado, ajusta-se desse modo, funcionalmente, ao impeto concentracionista do agora moderno latifúndio canavieiro.

Essa concentração fundiária tem no progresso tecnológico importante elemento de sustentação com o incremento substantivo da escala ótima do tamanho de lavouras. A analise das estimativas de custos de produção mostram o quão significativa foi essa transformação da base técnica da produção de cana. Em 1966/67 os fornecedores de cana com tração animal obtinham 40 t/ha de produção cuja máxima eficiência exigia uma lavoura de 32,5 ha para concretizar o menor custo por unidade produzida. Nesse mesmo ano, para as lavouras com meca-

nização parcial dos maiores fornecedores e das usinas, a uma produtividade média de 49t/ha, a area ótima era de 265,3 ha. A mecanização evolui em ritmo rápido e em 1968/69 para uma produtividade semelhante (50 t/ha), a area ótima salta expressivamente para 560 ha. Em 1986, para uma produtividade de 80 t/ha as areas otimas dos fornecedores seriam de 893,5 ha e das usinas de 1.410 ha. As medias de produtividade da cana para industria em São Paulo subiram de 58 t/ha na entrada dos anos 70 para 77t/ha no começo dos anos 90, ao que deve-se acrescentar que nos anos 60 realizava-se um ciclo de 3 cortes enquanto que nos 90 esse indice médio alcança 6 cortes (GONÇALVES, 1991). A sustentação econômica dos fornecedores nesse ritmo de progresso técnico mostra-se problematizada.

As organizações políticas de fornecedores e sua associação econômica em torno de cooperativas, não permitiu a viabilização econômica de seus representados, e dessa maneira "sua ação não tem sido eficiente para a sustentação de uma grande parcela de produtores de cana representados pelos pequenos fornecedores, aqueles que produzem até 5.000 toneladas de cana por ano ... Estes produtores, por mais moderna que seja a sua tecnologia, são limitados pela pequenez do faturamento, nas suas pretensões, especialmente nos trabalhos de safra, e tal fenômeno tem sistematicamente levado estes produtores ao arrendamento e/ou venda de suas terras às usinas a que fornecem" (RODRIGUES, 1982). O poderio político dos usineiros mostra-se muito maior em obter vantagens de natureza econômica, como demonstra a fixação dos preços da safra 1981/82, medida que gerou forte protesto dos fornecedores que viram a majoração não permitindo cobrir os incrementos ocorridos nos custos. " O reajuste no preço da cana de açúcar representou acréscimo de apenas 27,3% sobre o preço em vigor em fevereiro de 1981. Em maio, pelo ato nº 11/81 do IAA, o preço do açúcar foi aumentado em 28,5%, em relação ao que vigorava em fevereiro; o preço do álcool anidro em 32,4% e do álcool hidratado em 39,4%. O maior aumento para o álcool hidratado deveu-se à retirada do deságio que era mantido, em relação ao álcool anidro, maior do que o do hidratado. O fato de que os aumentos obtidos pela indústria açucareira e do álcool tenham sido maiores que aqueles destinados aos fornecedores da matéria prima, indica maior poder de barganha das usinas, que obterão a curto prazo um retorno mais elevado que o dos produtores de cana" (IEA, 1981).

O desenvolvimento tecnológico experimentado promoveu ganhos crescentes de escala na agroindústria sucro-alcooleira paulista, com um custo médio decrescente em relação ao aumento da produção total; incorporando ganhos em várias fases do processo produtivo desde a agropecuária até a indústria com maior rendimento industrial; pois como conclui ANJOS (1984), "os resultados obtidos evidenciaram rendimentos de escala crescentes com o nivel de produção". A base tecnológica foi e continua sendo o suporte de todo o complexo agroindustrial sucro-alcooleiro. Já no ciclo do açúcar foram os aprimoramentos no sistema de produção que deram vantagens comparativas à produção açucareira antilhana em relação à nordestina e

promoveu a ruptura da estrutura brasileira levando a desolação à oligarquia rural que viu seu mercado escapar, advindo a ruína econômica. É importante frisar isso para que se tenha sempre em conta que o desenvolvimento das forças produtivas é essencial ao avanço do processo de acumulação de capital, sendo o motor da apropriação de maior volume de trabalho excedente cuja relação com o trabalho necessário cresce em razão do contínuo incremento da produtividade do trabalho. " No quadro delineado parece não haver dúvidas de que foi a estrutura empresarial das usinas açucareiras que condicionou a formação de um eficiente esquema de pressão política sobre a estrutura governamental, de uma forte demanda de tecnologias produtivas sobre o sistema de pesquisa e de um poderoso mecanismo de transferência dos conhecimentos disponíveis para a área de produção" (PASTORE et al, 1986).

Os ganhos no processo de produção de matéria prima dão vantagens comparativas aos usineiros em relação aos fornecedores de cana, tornando-lhes cada vez mais difícil a continuidade enquanto produtores individuais. Para um rendimento da cana própria em torno de 80 t/ha e o preço da cana calculado com base na média estadual de 70 t/ha, a usina ganha na produtividade pois sua escala permite a produção de mais cana por hectare a um custo menor por unidade de matéria prima e ganha novamente com os preços do açúcar e do alcool fixados com base numa estrutura de custos maior. "Em pesquisa realizada pela COPERSUCAR sobre a estrutura de custo de produção de cana-de-açúcar, verificou-se que pequenas modificações no sentido de racionalizar a produção podem trazer um ganho potencial de 20% na parte agrícola. Este ganho poderia ser compartimentado através das seguintes ações: gastos mais eficientes com adubos (5,29%), máquinas e tratores (1,65%), gasto mais eficiente com transporte do rurícola (1,54%), gasto mais eficiente com o transporte da cana em razão da distância (2,50%) e diminuição da capacidade ociosa da fábrica e da administração (5,56%). A eliminação destes gastos supérfluos e melhoria da eficiência só apresenta um caminho, qual seja: concentração maior das propriedades ao redor da usina e eliminação progressiva da figura do fornecedor" (BELIK, 1985).

Essas transformações reduzem progressivamente os espaço ocupado pelos fornecedores. No Estado de São Paulo, na safra 1969/70, a cana própria atingia 12,2 milhões de toneladas(59,9%) e a dos fornecedores 8,2 milhões de toneladas (40,1%). Com o primeiro movimento do PROALCOOL, até 1979/80 a produção das usinas subiu para 36,3 milhões de toneladas (60,7%) e a dos fornecedores para 23,5 milhões (39,3%), mostrando que a conjugação do ciclo expansivo com o auge do subsídio ao crédito permitiu aos fornecedores por meio de suas cooperativas manterem a proporcionalidade. Mas nos anos 80 em diante, na ausência da política governamental a realidade mostra uma progressiva perda de posição relativa dos fornecedores que na safra 1991/92 produziram 34,3 milhões de toneladas(25%) e as usinas 102,8 milhões (75%). As informações de evolução do perfil das propriedades canavieiras confir-

mam essa tendência pois as propriedades maiores que 300 ha, que eram 11,1% em número na safra 1970/71, detendo 58,1% da area colhida e 57,3% da produção, na safra 1990/91 eram 12,1%, com 69,5% da area colhida e 69,2% da produção (CARVALHO et al, 1993).

As mudanças recentes de aprofundamento da mecanização com a colheita mecânica, não apenas pode significar a perda de 38,5 mil empregos no setor, ainda que com ganhos em termos ambientais com a redução drástica da queima de cana, economias de custos de até 12,5% (VEIGA F°, 1994) e a diminuição ou quase eliminação do emprego sazonal de safristas, pode na verdade estar criando as condições para um novo avanço concentrador no próximo ciclo de dinamismo[75]. A mecanização pesada e plena da cana para indústria supera uma das suas limitações mais importantes à sua concretização. A conjugação do aparato de maquinaria pesada pelas usinas faz com que o custo de sua própria cana seja menor. Este fato aprofunda a diferença da composição orgânica do capital entre fornecedores e usinas e mesmo entre usinas de menor ou maior eficiência. Isso pode ser visto cotejando a composição orgânica da cana de açúcar das regiões representativas do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro paulista e dos fornecedores e usineiros[76]. Os indicadores mostram que as usinas de Ribeirão Preto não

---

[75] As pressões sociais, centradas na crítica ambientalista pela eliminação da queima de cana, que em última instância significa um estímulo ao processo de mecanização da colheita da cana pode vir acirrar ainda mais essa situação. Dos 2,8 milhões de hectares cultivados com cana para indústria no Estado de São Paulo, cerca de 1,6 milhões de hectares (60%) podem ter colheita mecanizada de cana crua (solos com declividade menor que 12%) e outros 1,2 milhões de hectares seriam liberados por tornarem-se impróprios. Esse ajustamento, acompanhado da generalização dos padrões tecnológicos já praticados no complexo sucro-alcooleiro (produtividade da terra de 110 t de cana/ha e rendimento industrial de 130 kg de açucar/t moida), não apenas permitiria elevar em 27,4% a produção de açúcar e alcool como isso seria factível com os mesmos 1,6 milhões de ha atualmente cultivados com cana e que são mecanizáveis. Os efeitos mais dramáticos estariam ligados à profunda concentração industrial e à redução do emprego de 368,4 mil equivalentes-homens-ano (EHA) para 130 mil EHA. Por outro lado, tem-se um aprofundamento da "humanização do capital" no complexo sucro-alcooleiro que vem superando, uma a uma, certas criticas não estruturais que lhe são dirigidas. Num primeiro momento o PROALCOOL foi combatido, mas os efeitos positivos do uso do alcool combustível sobre a poluição atmosférica urbana tem produzido manifestações favoráveis de círculos progressistas e muitos dos antigos críticos são hoje seus defensores (num arroubo nacionalista). No plano ambiental, os problemas do vinhoto e do bagaço foram resolvidos e de problemas viraram solução com aplicações diversas na fertilização dos solos (vinhoto) e na alimentação animal e na geração de energia (bagaço). Agora a colheita mecanizada de cana crua ao não enfumaçar o ar, torna a cana uma cultura "limpadora" da poluição, e com isso de condenada pela pressão dos ambientalistas deve passar a ser defendida por esses movimentos, ao mesmo tempo em que também elimina "os boias frias" com a redução drástica da sazonalidade, e com isso as condições "precárias" de trabalho. Não sem razão que usineiros, trabalhadores e o Governo Paulista firmaram o Pacto dos Bandeirantes que propugna pela eliminação do trabalho infantil na cana para indústria, num momento em que ele torna-se dispensável para o capital (Mas seria dispensável para a renda familiar dos bóias-frias?). Nesse sentido as classes médias, em especial das zonas canavieiras, vem sendo atendidas nos seus pleitos e passam a incorporarar-se na linha de frente da defesa do complexo sucro-alcooleiro como o símbolo da modernidade (GONÇALVES et al, 1997).

[76] Por conceito, "a composição orgânica do capital é um a medida da proporção na qual o trabalho é equipado com materiais, instrumentos e maquinaria no processo produtivo"(SWEEZY, 1976). O cálculo da composição orgânica do capital (g) representa a relação entre o capital constante formado pelos gastos com insumos e máquinas (c) e a soma deste com o capital variável representado pelos gastos com a força de trabalho (v), assim, $g = c/(c+v)$. Segundo MARX (1983), "o capital tende portanto a conferir à produção um caráter científico, e a reduzir o trabalho imediato de forma a que não seja mais do que um simples acessório desse processo. Constata-se, tal como para a transformação do valor em capital, que esta implica

apenas apresentam indices superiores aos dos fornecedores e mesmo das usinas de Piracicaba, como esses números crescem substantivamente no período compreendido entre 1970/71 e 1995/96. Por outro lado os fornecedores de Ribeirão Preto suplantam até mesmo as usinas de Piracicaba, antiga area de produção de cana no Estado de São Paulo, como resultado da estrutura avanta-jada de produção constituída, centrada na incorporação de tecnologias determinantes de economias de escala (Tabela 8).

Tabela 8.- Composição Orgânica do Capital na Lavoura de Cana para Indústria, Estado de São Paulo, 1970/71, 1980/81 e 1995/96

Unidade	1970/71	1980/81	1995/96
Fornecedores de Piracicaba	0,6037	0,7353	0,7682
Usinas de Piracicaba	0,6852	0,7634	0,8239
Fornecedores de Ribeirão Preto	0,7038	0,8197	0,8532
Usinas de Ribeirão Preto	0,8027	0,9174	0,9459

Fonte: Dados Básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Esse progresso técnico colocou o Brasil em posição de destaque no contexto mundial, levando-o a configurar-se em 1993/94 como o maior produtor mundial de cana para industria com 237 milhões de toneladas, resultado do cultivo de 4,2 milhões de hectares e destinadas a 367 agroindústrias. Em termos de açucar a produção nacional atingiu 9,4 milhões de toneladas, que seriam 24,5 milhões se não tivessem sido produzidos 12 bilhões de litros de alcool (THOMAZ Jr, 1996). Outro aspecto relevante esta da enorme heterogeneidade pois a produtividade média da cana para industria no Centro-Sul chega a 80 t/ha e no Nordeste a 55 t/ha. A retomada das exportações, que eram de 1,23 milhão de toneladas em 1990/91 e atingiram 5,10 milhões de toneladas em 1995/96, levaram à reorientação da produção, deixando de fabricar alcool para fazer açucar. Os preços crescentes de US$ 8 cents/lb para US$ 18 cents/lb no período 1991-94, estimularam a entrada de usinas do Centro-Sul no mercado internacional. Em 1990/91 o Centro-Sul exportava apenas 83,8 mil toneladas de açucar (6,8%) fazendo do Nordeste com 1,14 milhão de toneladas a grande região exportadora brasileira (93,2%). Em 1995/96 Centro-Sul havia vendido 3,49 milhões de toneladas de açucar (68,4%) e o Nordeste,

precipuamente um certo desenvolvimento histórico das forças produtivas entre os quais a ciência para, por sua vez, a fazer produzir segundo um ritmo acelerado. O volume quantitativo e a eficácia (intensidade) com que o capital se desenvolve sob a sua forma fixa, indicam com muito maior rigor o grau em que o capital é capital e submeteu a si o trabalho vivo bem como o processo de produção em geral. Além disso, exprimem o nível de acumulação das forças produtivas objetivadas e do trabalho passado".

exportou 1,61 milhão de toneladas (31,6%) (CARVALHO, 1997). Nessa realidade, embora tenha capacidade instalada e disponibilidade de matéria prima para ser auto-suficiente na produção do alcool, o Brasil importou esse produto, para privilegiar a produção de açucar e ocupar espaço no mercado internacional (LIMA et al, 1995a e 1995b).

Outro aspecto relevante dessa modernização consiste na constatação de que ela foi financiada por recursos públicos que nem sempre voltaram para os cofres do Estado. São de domínio público os privilégios dados aos usineiros nos vários processos de renegociação das suas dívidas, obtendo mesmo anistias. Em 1990/91 essas dívidas representavam o expressivo montante de US$ 2,4 bilhões, dos quais US$ 1,5 bilhão decorrentes de financiamentos junto ao Banco do Brasil. No contexto geográfico os maiores montantes das dívidas são de usineiros pernambucanos (US$488 milhões), paulistas (US$419 milhões), fluminenses (US$346 milhões) e alagoanos (US$ 283 milhões). Essas dívidas foram refinanciadas em 1991 com prazos de "até 100 meses variando para cada instituição credora as taxas de juros e perdões da dívida. E ainda, contando com a possibilidade de compensar créditos com débitos e de colocar à disposição dos empresários dinheiro novo". Essa injeção de recursos viria em 1993, quando "concretiza-se o esperado, a liberação de US$ 1,17 bilhão para todo o país, a juros subsidiados, assim distribuídos: US$ 500 milhões para custeio e renovação agrícola, US$ 500 milhões para financiamentos da estocagem e US$ 170 milhões para a recomposição dos estoques de segurança" (TOMAZ JR, 1996).

Ressalte-se que mesmo extinto o Instituto do Açucar e do Alcool (IAA) no início dos anos 90, as intervenções estatais continuam "generosas" para com os interesses do complexo sucro-alcooleiro. E a pressão dos usineiros paulistas para a saída do Estado do controle exercido sobre o setor pelo sistema de cotas de maneira alguma significou alterações substantivas na proteção aos denominados "ineficientes". Mesmo porque esses alcunhados "ineficientes" tem ainda enorme poder político nas suas regiões de origem e, quando acuados, bradam o grito regionalista de que se trata de preconceito anti-nordestino. De pronto em seu socorro vem uma horda de lideranças, muitas delas que perfilham agrupamentos políticos dito "progressistas". Portanto não são ineficientes, ao contrário passaram-se quatro séculos de presença marcante no cenário político brasileiro como integrantes das classes no poder e isso revela a face de uma capacidade de dominação de rara eficiência. O Governo Federal, no mesmo momento que o açúcar retoma posição de estímulo decorrente de um mercado internacional favorável, abandona o PROALCOOL e libera o mercado interno de alcool, e isso ocorre não por mera coincidência[77].

[77] As perspectivas para o alcool combustível no Brasil mostram-se pessimistas com o que a produção de alcool hidratado fica problematizada cujo consumo corresponde a economia de 212 mil barris diários sendo 163 mil de alcool hidratado e 49 mil de alcool anidro, superando mesmo o consumo de gasolina (201 mil barris). Há cerca de 4,5 milhões de veículos movidos a alcool hidratado rodando e a gasolina nacional recebe mistura de 22% de alcool anidro. O Brasil caminha na contramão da realidade mundial onde as pressões ambientalistas

Mas no refluxo das exportações de açucar, o Estado não voltará a intervir e proteger o setor? A firmeza da profissão de fé liberalizante resistirá às pressões? A "ineficiência" não será premiada? Pode ser, mas tudo indica que o Governo não resistirá ... ao menos assim tem sido desde ... o Brasil Colônia.

4.4.3 - Crédito do Privilégio: as culturas e os tomadores dos subsídios na modernização da agropecuária pós 1964

O crédito rural brasileiro ocorre desde o período colonial mas até 1937 atendia de maneira reflexa apenas o produto principal. Durante a ocupação holandesa do Nordeste Açucareiro chegou-se a desenvolver sistema regular de crédito rural, no período imperial as casas comerciais inglesas e alguns bancos regionais financiavam a agropecuária, e no advento do café o comissariado e os "bancos cafeeiros" executavam essa função. Entretanto, apenas com a Lei Nº 454 de 9/7/1937 realiza-se a tentativa de organizar-se um sistema de financiamento da agropecuária de largo alcance, tendo sido criada como decorrência a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI)(PINTO, 1980). Entretanto, deve ter-se claro que, ainda que tenha surgido nos anos 40, o crédito rural oficial tal qual prevaleceu depois dos anos 60, tinha pequeno impacto no sentido de alterar a evolução setorial[78]. Essas limitações decorrem fundamentalmente da pequena abrangência do volume de recursos e do número de beneficiários, ainda que o numero de contratos e os valores financiados tenham crescido significativamente até a metade dos anos 60. Assim, apenas alguns grandes tomadores tem acesso ao financiamento agropecuário, o que acaba por configurar elevados valores médios de contratos. O alargamento do numero de contratos amplia o conjunto dos usuários e reduz os

---

incrementam o uso de combustível não poluente, e embora detenha essa tecnologia o Governo opta pela desestruturação do programa. O alcool anidro brasileiro que poderia ser exportado tem como principal limitação o uso de benzeno no seu processo produtivo, substancia cancerígena proibida nos Estados Unidos e Europa. Em 1996 não foram produzidos carros a alcool no Brasil, o que praticamente sepulta essa opção, onde a empresa estatal de combustível, a Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRAS) que tem arcado com os subsídios ao alcool hidratado, alinha-se contra o incremento do uso desse combustível.

[78] Isso embora o debate de defesa de sua implementação também fosse anterior. Na verdade, a política de crédito rural, tal como foi implementada no Brasil da metade da década de 60 em diante, havia sido desenhada nos anos 40 nos trabalhos de Ruy Miller Paiva. Trata-se de filha dileta da economia agrícola norte-americana que privilegiava a intervenção estatal a mercado, por intermédio do crédito "favorecido"(PAIVA, 1949). Sobre a importância das idéias desse que foi um pioneiro na economia agrícola brasileira, tendo defendido sua tese de mestrado no Texas College (EUA) em fevereiro de 1941 versando sobre uma atividade dinâmica à época, a cotonicultura, ver o estudo de GONÇALVES & VEIGA Fº (1996). As preocupações fundamentais de Paiva decorrem de sua visualização da necessidade de transformação da agropecuária com a modernização entendida como o incremento do uso de fertilizantes, corretivos, defensivos agrícolas, sementes selecionadas e máquinas que além de elevar a produtividade da terra e do trabalho, permitisse a volta da agropecuária às antigas zonas decadentes. Isso devia-se à característica do café de "rufião inverterado" num constante nomadismo à procura de terras virgens e férteis, abandonando-as após explora-las à exaustão. As soluções apregoadas por Paiva já nessa época eram o crédito rural subsidiado e os preços mínimos.

valores médios dos contratos de credito rural que diminuem de R$ 118 mil para R$ 9 mil do final dos anos 30 aos estentores dos 60 (Tabela 9).

Tabela 9.- Numero de Contratos e Valor Financiado pelo Crédito Rural, Brasil, 1938-76

Ano	Contratos		Valor Financiado(1)		Valor Médio(1)
	Numero	Indice(2)	Valor	Indice(2)	
1938	1.021	100	121	100	118
1948	9.482	929	786	650	83
1958	93.859	9.193	2.710	2.240	29
1968	540.283	52.917	5.048	4.172	9
1976	1.832.207	179.452	52.857	43.683	29

(1) Expressos em R$ de dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV. Os valores financiados estão apresentados em R$ 1 milhão e os valores médios em R$ 1 mil.
(2) Indice Simples Base: 1938 = 100.
Fonte: Dados básicos organizados por PINTO (1980)

- Crédito ao Consumidor: Dinheiro Barato Vinculado à Compra de Insumos

As medidas de política econômica dos anos 60 modificariam esse panorama com amplificação do alcance do financiamento oficial com base no crédito rural. No período 1951-53 a relação entre o valor aplicado em credito e o produto agrícola variou de 8,7% a 9,7%, sendo que no começo da década de 70, no período 1972-74, esse indice ficou entre 38,8% e 41,6%. As taxas reais de juros que haviam sido de -16% em 1960, de -72% em 1964, subiram para -12% em 1967 e -1% em 1973, voltando a cair para -28% em 1976 (HOMEM DE MELLO, 1978). Desse modo não foram as taxas de juros mas os montantes reduzidos de recursos do crédito rural, o elemento limitante do desempenho da agropecuária no período anterior a 1967 (SAYAD, 1978). Esse constrangimento foi resolvido pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pela Lei Nº 4.829 de 5/11/1965, regulamentada pelo Decreto Nº 58.380 de 10/5/1966 (ALMEIDA, 1994). Dessa maneira, o crédito rural foi viabilizado pelas reformas econômicas da metade dos anos 60 que, reorganizando os mecanismos de mobilização de recursos, forjou o novo padrão de financiamento do desenvolvimento capitalista permitindo ao Estado atuar como engendrador do novo fluxo de investimentos que iria consubstanciar o "Milagre Brasileiro" dos anos 70.

O crédito rural dos anos 60 não representa o ponto de partida da política agrícola brasileira, apenas sua adequação à nova realidade do desenvolvimento capitalista do campo, iniciada com os movimentos de diversificação de culturas desde os anos 30. Dessa maneira,

consubstancia-se numa ampliação das atividades envolvidas, além das tradicionais representadas pelo café e cana para indústria e em certa medida do cacau; rompendo com esse recorte estreito. Trata-se de ampliação porque essas culturas persistem dentre as principais contempladas pelo novo instrumento de política sem abrir mão das suas estruturas específicas de apoio, como o IAA e o IBC, mas a elas soma-se agora a soja, o milho e o arroz. Outra característica decorre de que essa ampliação das atividades contempladas pelas políticas publicas acontece no contexto de uma política econômica especifica, ou seja o credito rural emerge como integrante de uma estratégia de desenvolvimento objetivando completar a internalização do padrão da 2ª Revolução Industrial naquilo que representa seu núcleo básico como elemento integrador de economias continentais: as industrias da agricultura (como a norte-americana na qual conforma-se de maneira pioneira). Trata-se de muito mais que mera subordinação da agricultura à industria mas de uma sintese nova, incrementadora da diferenciação entre a agropecuária enquanto parte e a agricultura enquanto todo, forjando a nova agricultura[79].

A efetivação da nova agricultura brasileira, ou novo padrão agrário, corresponde à simultaneidade de vários movimentos ensejados nos anos 70 no contexto de um mesmo recorte de política econômica centrado no credito oriundo do Estado. Um deles esta representado à internalização da moderna industria de insumos e máquinas com a industria de "bens de capital" expandida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento(II PND) (KAGEYAMA et al, 1990). Outro consiste na existência de "uma política agroindustrial definida como um conjunto articulado de instrumentos, visando, especificamente, promover o desenvolvimento agroindustrial... O Estado teve papel fundamental na conformação de determinados setores da agroindústria... (com) a intenção de constituir determinados segmentos da agroindústria seja 'por razões de estado', seja porque esta seria uma política vital para o sucesso de uma agricultura modernizada, tal como se pretendia. Em curto espaço de tempo, a agricultura deixou de ser um 'setor problema', 'retardatário', para se tornar o 'fio condutor' de segmentos exportadores 'que deram certo'"(BELIK,1994). Mais além no encadeamento, ocorreram mudanças na distribuição varejista com o advento dos supermercados ganhando importância nos anos 70, quando o varejo "modernizou-se, recebeu incentivos do governo, que, como para a maioria dos setores industriais,

---

[79] Os esquemas baseados na idéia de subordinação da agricultura à industria consubstanciam uma concepção passiva de "um velho setor agrário" em relação ao "novo setor industrial". Essa formulação não capta toda a riqueza das mudanças e pode ser mesmo contraditória frente às transformações de alguns segmentos produtivos da agricultura brasileira e mundial. Por exemplo como entender a formação do complexo sucro-alcooleiro onde as usinas foram subordinadas ao latifúndio num processo onde a experiência dos engenhos centrais que preceituava o contrário foi fracassada nesse seu desígnio. Também não haveria como entender nessa concepção a expansão dos complexos produtores de frutas e olerícolas frescas (banana, maçã, batata e tomate de mesa) onde, a despeito de não aparecer a agroindústria processadora, os elementos fundamentais do desenvolvimento capitalista da agricultura estão presentes. Por outro lado, com base nessa concepção como inserir as mudanças no plano da financeirização da agricultura com os mecanismos de crédito e de comercialização e as alterações da estrutura de distribuição com a emergência dos supermercados e das *tradings companies* em substituição aos velhos mecanismos de intermediação no varejo e no atacado.

implicou num aumento da concentração deste mercado" (CYRILLO, 1987). Permeando todo esse processo realiza-se um intenso processo de "financeirização", com a presença marcante do capital financeiro nos vários segmentos dessa nova agricultura (DELGADO, 1986). Nessa estratégia cabia ao "crédito rural subsidiado atuar como um importante mecanismo de reprodução ampliada do setor industrial, seja via custo da reprodução da força de trabalho, seja principalmente, via ampliação da reprodução dos setores industriais a montante e a jusante da agropecuária" (SERVILHA, 1994).

A politica de credito rural subsidiado implementa-se com vigor nos anos 70, dentro dessa estratégia global de política econômica de aprofundar a industrialização com a internalização do padrão da 2ª Revolução Industrial. Esse corresponde ao período aureo da modernização da agropecuária brasileira constituindo mudanças expressivas não apenas na base técnica mas na própria dinâmica da agricultura. Os dados globais de crédito rural demarcam três períodos bem definidos na utilização desse instrumento na política agrícola brasileira nos anos recentes: a) 1966-79, b) 1980-89 e, c) 1990-96, cada qual atendendo às vicissitudes de particulares estratégias de politica econômica. O primeiro 1969-79 corresponde à fase de recursos crescentes onde, a partir do "milagre brasileiro" o processo de modernização agropecuária foi "esticado", continuando alavancado por recursos públicos aplicados no crédito subsidiado. Nessa fase, o volume global de recursos aplicados em crédito rural que sendo crescentes nos anos 60 já haviam atingido R$10,4 bilhões em 1969, saltaram para atingiu R$ 59,8 bilhões em 1979, o que representa mais de 475% de aumento na fase áurea de utilização desse instrumento na política agrícola governamental (Tabela 10). Essas somas representam volumes substanciais de dinheiro barato empregado na rápida transformação da estrutura da agricultura brasileira, para dar conta de um projeto nacional mais amplo de desenvolvimento econômico. Essas mudanças foram fundamentais para alargar o alcance das políticas industrializantes cujo ponto culminante seria dado pelo Plano de Metas JK no período 1957-61. Com as ações dos anos 70 a dinâmica industrial ganha força irradiadora no amplo espaço econômico representado pela economia continental brasileira, rompendo a orla das cidades e ganhando o campo com a industrialização da agricultura.

Outro aspecto relevante na análise refere-se à evolução da composição da alocação dos recursos do crédito rural segundo a modalidade. De um modo geral os recursos alocados nas modalidades seguiram a tendência dos recursos globais nesse período de credito subsidiado com volumes crescentes de recursos alocados. No custeio os valores são crescentes no período 1969-79, saindo de R$ 5,1 bilhões, num aumento de 490,2%, teve tendência crescente até 1979, quando atingiu R$ 30,1 bilhões. Os recursos para a comercialização da safra também tem um comportamento semelhante saindo de R$ 2,7 bilhões em 1969, atingindo o pico de R$14,8 bilhões em 1979 (+448,1%). No tocante ao investimento agropecuário o comporta-

mento mostra-se ligeiramente distinto, saindo de R$ 2,7 bilhões em 1969 para atingir o pico de R$ 17,1 bilhões em 1976, desde quando reduz-se para alcançar R$ 14,9 bilhões em 1979 (Tabela 10). A visualização global desse processo mostra uma estratégia de sustentação do incremento da capacidade produtiva via investimento no auge do "Milagre Brasileiro", o que em termos de credito rural significa mais maquinaria, capacidade essa cuja utilização seria ampliada nos anos seguintes com os maiores montantes aplicados em custeio, que representa basicamente fertilizantes e corretivos. A inserção da agroindústria processadora dá-se pelos recursos de comercialização que as permitem abastecer-se de matérias primas com recursos baratos para estocagem na safra com vista ao processamento noutros meses. Assim nesse período, mais que um instrumento de modernização da produção do campo o crédito rural estava inserido dentro da estratégia desenvolvimentista de industrialização adotada nesse período no Brasil[80].

Tabela 10.- Evolução dos Recursos Credito Rural, Segundo a Modalidade, Brasil, 1969-79(1).

(em R$1 milhão)

Ano	Custeio		Investimento		Comercialização		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
1969	5.122	49,1	2.653	25,4	2.664	25,5	10.439
1970	6.288	44,6	3.940	27,3	3.960	28,1	14.088
1971	7.091	43,5	4.826	29,6	4.393	26,9	16.310
1972	8.399	41,6	6.691	33,2	5.092	25,2	20.182
1973	12.194	42,7	9.465	33,1	6.910	24,2	28.569
1974	15.932	45,0	10.708	30,3	8.742	24,7	35.382
1975	22.598	43,8	16.117	31,3	12.848	24,9	51.563
1976	22.304	42,2	17.140	32,4	13.413	25,4	52.857
1977	22.314	47,3	11.445	24,3	13.428	28,5	47.187
1978	22.885	47,7	11.978	25,0	13.118	27,3	47.981
1979	30.076	50,3	14.933	25,0	14.783	24,7	59.792

(1) Expressos em valores constantes de dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV.
Fonte: Dados Básicos do Banco Central do Brasil (BACEN).

[80] É importante destacar que essa relação era formal pois o acesso a recursos do crédito rural nesse período tinha como pré-requisito a adoção de um "pacote tecnológico" calcado no uso de insumos modernos. A prática de subsídios e a amarração da concessão desse benefício à utilização de insumos e máquinas forjaram o mercado para as indústrias em instalação no Brasil. Apesar de que desde o início dos anos 60 era crescente o uso desses produtos industriais na agropecuária, apenas com um grande salto no consumo seria factível alargar suficientemente o mercado de maneira rápida e que ao mesmo comportasse a instalação de grandes plantas industriais indivisíveis inseridas no II PND. Por outro lado, crescem as produções de soja, de cana e de outros produtos que se constituem em matérias primas da agroindústria processadora.

O segundo período do credito rural brasileiro, corresponde ao da denominada "década perdida" para a economia brasileira (mas não para a agricultura), ou seja 1980-89, que representa a fase de recursos escassos, onde reduz-se os subsídios do credito rural, ao mesmo tempo em que os montantes alocados são decrescentes. Em relação aos R$ 59,8 bilhões aplicados em crédito rural em 1979, os R$ 23,9 bilhões alocados em 1989 significam a queda expressiva de 60% nos volumes de crédito tornados disponíveis. Ressalte-se o comportamento errático e dependente da conjuntura econômica do credito rural durante os anos 80, pois após cair de R$ 59,8 bilhões para R$ 22 bilhões no período 1979-84, reverte a tendência e alcança R$ 46,9 bilhões em 1986, voltando a regredir nos anos derradeiros da década (Tabela 11). O esgotamento do padrão de financiamento calcado em subsídios estatais em função da problematização das contas públicas pelo endividamento interno e externo incapacitou o Estado Brasileiro para realizar políticas anti-ciclicas capazes de alavancar a economia[81].

Tabela 11.- Evolução dos Recursos Credito Rural, Segundo a Modalidade, Brasil, 1979-89(1).

(em R$1 milhão)

Ano	Custeio		Investimento		Comercialização		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
1979	30.076	50,3	14.933	25,0	14.783	24,7	59.792
1980	32.356	56,6	10.723	18,8	14.100	24,7	57.179
1981	29.085	58,7	7.664	15,5	12.843	25,9	49.592
1982	30.894	64,3	6.297	13,1	10.834	22,6	48.025
1983	22.542	62,2	6.051	16,7	7.659	21,1	36.252
1984	15.608	70,5	2.724	12,3	3.810	17,2	22.142
1985	22.453	71,1	4.091	13,0	5.032	15,9	31.576
1986	26.209	55,9	15.085	32,2	5.627	12,0	46.921
1987	26.041	79,1	2.171	6,6	4.731	14,4	32.943
1988	17.817	68,0	4.196	16,0	4.179	16,0	26.192
1989	19.129	80,0	2.514	10,5	2.273	9,5	23.916

(1) Expressos em valores constantes de dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV.
Fonte: Dados Básicos do Banco Central do Brasil (BACEN).

[81] Nesse período o ano de 1986 representa uma notória exceção pois os recursos do credito rural nesse ano são compatíveis com a fase áurea do crédito rural. Trata-se de uma performance específica da política econômica brasileira com a adoção do Plano Cruzado, um conjunto de medidas que visava a estabilização da economia. Apesar de grandes controvérsias marcarem o debate em torno desse plano não há como contestar que os indicadores econômicos e sociais alcançados em toda economia brasileira são expressivos sendo os únicos dados anuais da década de 80 que fazem lembrar o período áureo de crescimento econômico realizado pelo Brasil na década de 70. Esse desempenho transformou 1986 num ano atípico para qualquer análise econômica e social que se pretenda realizar no período posterior a 1980.

Entre 1979-89, no conjunto da economia trata-se de um período marcado por baixas e irregulares taxas de crescimento econômico durante mais de uma década, tornada conhecida como a "década perdida". Entretanto, a agropecúaria esteve na contramão dessa tendência apresentando taxas positivas e mais expressivas culminando com as supersafras de 70 milhões de toneladas de grãos do final do período. Esse crescimento realizou-se a despeito da redução drástica dos subsídios ao crédito rural e do volume de recursos ter recuado de forma expressiva. Tal acontecimento é explicado pelo profundo ajustamento por que passou a agropecuária que havia maturado seu processo de modernização o suficiente para continuar a avançar sem os instrumentos básicos de sustentação do crescimento até então utilizados. Noutras palavras, na agricultura, "a reprodução da base técnica moderna e a incorporação de inovações tecnológicas deixam de depender tão somente de políticas de crédito subsidiado ou de 'modernização compulsória' como as implementadas ao longo dos anos 70. Esta reprodução e as inovações passaram a ser asseguradas pelos padrões tecnológicos impostos pelas agroindústrias processadoras e pela concorrência entre as industrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas" (KAGEYAMA et al, 1990)[82].

A analise das aplicações em credito rural, particularizando as finalidades, revela com clareza o perfil da utilização desse instrumento de política nos anos 80. O recursos para custeio, cujo ápice havia sido postergado de 1979 para a 1980, com o aumento dos recursos de R$ 30,0 bilhões para R$ 32,3 bilhões, passa a apresentar queda em valores aplicados mas com participação percentual crescente no volume global de credito, aumentando de 50% para 80% no período 1979-89. Em contrapartida os recursos alocados nas demais finalidades decrescem tanto em valor como em proporção do todo. No conjunto das informações coligidas para o período 1969-89 (Tabelas 10 e 11) há particularidades importantes distinguindo as modalidades. Os recursos para custeio tem períodos ligeiramente distintos dos demais, atrasando o pico em 1 ano na fase crescente e exibindo variações mais significativas nas fases de crescimento e quedas menores nas de decréscimo. Dessa maneira a participação percentual em torno de 44% no início da década de 70 eleva-se alcançando índices cada vez maiores para superar os 80% em 1991, com a década de 80 apresentando participações muito superiores às da década anterior. A supremacia crescente do custeio sob as demais modalidades demonstra uma preocupação cada vez maior, à medida em que a crise econômica se agravava, com o imediatismo pro-

[82] É importante frisar que o desempenho positivo da agropecuária, na contramão da economia na década de 80 deu-se a preços cadentes no final do período e com redução expressiva dos subsídios ao crédito. O ajustamento deu-se do lado dos custos não só pela racionalização na utilização no uso de insumos como pela própria queda nos preços desses produtos. Da fase de aplicação de insumos baratos pelo subsídio ao crédito a agropecuária passou para a racionalização no uso desses insumos com redução dos custos e grande elevação na produtividade marginal de cada insumo buscando qualidade e maior produção por unidade de produto utilizado. Uma discussão sobre a agropecuária brasileira na década de 80 pode ser encontrada em GASQUES & VILLA VERDE (1990) e DIAS (1988).

curando esticar a utilização da capacidade produtiva já disponível, alocando no curto prazo as cada vez mais reduzidas parcelas de recursos do crédito rural oficial.

No crédito à comercialização, a redução da participação e dos montantes de recursos contradizem a versão de que na década de 80 prevaleceu a política de preços em substituição ao crédito como instrumento de política agrícola. Isso porque por coerência os montantes destinados à comercialização da safra nos anos 80 deveriam ser percentualmente muito mais significativos e o que ocorreu foi o contrário, ou seja, exatamente a primazia do custeio. Assim não há como conceber nem praticar uma politica efetiva de preços com recursos cadentes quando se sabe que a oferta cresceu significativamente. A insuficiência de recursos para intervenção nos mercados agropecuários é complementada pela fixação de preços mínimos cada vez menores, de maneira que os preços recebidos pelos agropecuaristas tem sido sempre superiores aos garantidos pela política governamental. De qualquer jeito não há como explicar a mudança da política agrícola brasileira na década de 80 com relação à de 70 com base na substituição do crédito oficial pela política de preços, que tem sido inefetiva [83].

No investimento agropecuário uma particularidade relevante é a estreita correlação da alocação de recursos com os movimentos da economia brasileira. O valor dos empréstimos cresce em volume significativo no período do "milagre brasileiro", mantém-se em patamares elevados no pós-milagre e decresce na estagnação econômica da década de oitenta, tendo inclusive mostrado uma recuperação no ciclo curto de aceleração da metade desse decênio (1985-86). No conjunto tem-se uma relação direta com o ciclo expansivo do início dos anos 70 que foi "esticado" com a implementação do II PND, quando foram internalizadas as grandes plantas produtivas de insumos e máquinas para a agropecuária. Fica reforçado assim o aspecto de que o crédito de investimento decorreu de um objetivo da política governamental de industrialização criando demanda para as indústrias em implantação. A lógica do desenvolvimento da agropecuária nesse contexto, submete-se aos desígnios de transformações econômicas mais amplas.

O terceiro período do credito rural brasileiro correspondente aos anos 90, representa a preparação para o abandono desse instrumento como mecanismo de financiamento da agropecuária brasileira. No período 1989-96 a tendência da alocação de recursos continua a ser de queda com redução dos niveis de R$23,9 bilhões em 1989 para R$6,6 bilhões em 1996, o me-

---

[83] A explicação para o desempenho da agropecuária nos anos 80 sem o subsídio ao crédito tem que ser buscada noutros elementos. O crescimento a taxas positivas numa economia estagnada pode estar associado ao aumento de eficiência, da maior produtividade da terra e do trabalho mas não à política de preços. Os preços cadentes nos mercados agropecuários na segunda metade dessa década tiveram como contrapartida uma redução de custos e a política de exportação permitiu manter o valor exportado mesmo a preços cadentes o que significa maior volume físico exportado. O desempenho favorável da agropecuária é um fato que não há como negar, mesmo sob condições mais adversas de políticas, sendo resultado da estrutura produtiva constituída na década de 70.

nor montante aplicado desde o final dos anos 60 (Tabela 12). As colheitas de grãos, entretanto, continuaram em patamares elevados superando a barreira dos 80 milhões de toneladas. Nesse sentido, fica claro que a oferta agropecuária depende cada vez menos do crédito rural oficial sendo as grandes pressões sobre o Governo provenientes de agropecuaristas endividados e dos assentados nos programas fundiários. Os primeiros foram agraciados com a securitização dos débitos e os segundos continuam enfrentando dificuldades na obtenção dos benefícios. De qualquer maneira, a realidade dos anos 90 configura o fastígio do crédito rural como instrumento de política agrícola, com indicações de que a política governamental radicalizará no uso de instrumentos a mercado, com estimulo ao financiamento da safra por mecanismos de venda antecipada que, em última instância significa uma aprofundamento da financeirização da agricultura.

Tabela 12.- Evolução dos Recursos Credito Rural, Segundo a Modalidade, Brasil, 1989-96(1).

(em R$1 milhão)

Ano	Custeio		Investimento		Comercialização		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
1989	19.129	80,0	2.514	10,5	2.273	9,5	23.916
1990	10.227	74,9	1.497	11,0	1.937	14,2	13.661
1991	10.926	81,3	1.197	8,9	1.309	9,7	13.432
1992	9.218	61,6	1.868	12,5	3.879	25,9	14.965
1993	6.591	55,6	2.436	20,5	2.828	23,9	11.855
1994	6.582	52,4	2.298	18,3	3.674	29,3	12.554
1995	4.604	62,0	1.611	21,7	1.215	16,4	7.430
1996	4.616	69,8	1.580	23,9	412	6,2	6.608

(1) Expressos em valores constantes de dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV.
Fonte: Dados Básicos do Banco Central do Brasil (BACEN).

O crédito rural como principal instrumento da política agrícola brasileira, tal como se apresentou nos anos 70, havia cumprido seu papel e, seja por dificuldades do Estado de fazer frente a montantes elevados de subsídios em função da crise fiscal, seja porque as transformações da agricultura atingiram tal magnitude que outros instrumentos revelam-se mais recomendados (ou pela conjunção de ambas as razões), nos anos 90 os caminhos mudam de direção. A postura governamental caracteriza-se cada vez mais com a atuação episódica garantindo recursos para o plantio da grande safra de grãos, com algum mecanismo de direcionamento para certos produtos. Assim, mobiliza-se nos planos de safras, montantes de recursos para o

plantio de verão, verificando-se a procura de anunciar as medidas com antecedência em relação ao plantio (projeta-se junho como o ideal), e com recursos disponíveis na rede bancária em julho. Tem-se enfrentado nas últimas safras contínuos problemas no sentido de que, os recursos oficialmente divulgados como acessíveis às taxas oficiais não estarem disponibilizados nas agências bancárias. Isso devido não apenas de que os volumes reduzidos configuram-se como insuficientes (além de que haveria equívocos nos valores destinados aos diferentes pontos do Brasil, com certos locais proporcionalmente mais aquinhoados que outros) mas do fato decorrente da seleção mais rígida de tomadores pelos agentes financeiros, com maiores precauções em razão da alta inadimplência. Por outro lado, a postura das autoridades econômicas cada vez mais caracterizam as decisões ligadas ao crédito rural como uma "concessão" à agricultura (com ar de privilégio) e não como resultado de ação planejada.

Trata-se sem sombra de dúvidas de ações cada vez mais restritivas e que encaminham no sentido da remodelação do instrumental da política agrícola. A comprovação dessa tendência poder ser inferida da percepção de que os recursos totais mostram-se cadentes numa realidade do último triênio (1994-96) em que o custeio (curto prazo) aumenta sua participação com redução abrupta dos financiamentos à comercialização. Assim, O Governo aposta crescentemente no ajuste pelo mercado na estrutura de produção da agropecuária brasileira, com atuação cada vez mais suplementar no financiamento da safra, para a qual restringe o volume de recursos acessíveis por tomador a juros baratos. Esse fato, as taxas de juros definidas para os recursos disponíveis no crédito rural oficial, representa outro ponto relevante. As mudanças efetuadas na política de crédito rural não representaram o abandono pleno da adoção de taxas reais de juros negativas, mas sim na disponibilidade de recursos acessíveis a essas taxas. Como os recursos financiados a essa taxa de juros são limitados, e os obtidos noutras formas de financiamento são muito mais caros, na média, para grandes tomadores, o custo do dinheiro elevou-se substancialmente.

Isso porque, na verdade, as taxas reais de juros do crédito rural oficial foram quase sempre negativas, independente dos critérios de calculo utilizados. HOMEM DE MELLO (1978) mostra taxas reais de juros negativas indo de -16% em 1960 a -72% em 1964 e recuando para -1% em 1973, ou seja, num primeiro momento a realidade configurava-se como de recursos escassos para altos indices de subsídios nas taxas que, entretanto, representavam pequeno volume global, que eram concentrados em poucos tomadores de grandes contratos. À medida em que aumentava-se os volumes de recursos aplicados em crédito rural reduzia-se os indices de subsídios embutidos nas taxas, conquanto estivessem sendo alargados os volumes globais de subsídios além de aumentar-se de maneira expressiva o número de tomadores. Noutras palavras, conquanto as taxas de juros fossem mais elevadas nesse segundo momento, elas mantinham-se negativas e, com o vertiginoso crescimento dos recursos aplicados, um conjunto

mais amplo de tomadores foi incorporado ao processo.

Essa realidade do período 1964-73 de taxas reais de juros negativas, mas crescentes reverte-se a partir de 1973. PINTO (1980) calculou que as taxas reais de juros foram de 0,08% em 1973 e avançaram para -22,12% em 1979, ou seja apresentaram expressiva redução numa realidade de volumes crescentes de crédito com o que o volume global de subsídios aumenta de forma exponencial. Tratava-se nesse período de aprofundar-se o processo modernizador da agropecuária atraindo cada vez mais agropecuaristas para o sistema de crédito rural. Mesmo nos anos 80, a redução do montante de subsidio ao crédito não significou a prevalência da pratica de taxas reais de juros positivas. ALMEIDA (1994) nos anos seguintes a 1980 encontra taxas de juros com valores oscilantes onde, entretanto, prevalecem as taxas reais negativas. Eles variaram entre os pisos de -36,76% em 1980, -35,45 em 1987 e -11,54% em 1992 e os tetos de 0,93% em 1984, 10,70% em 1991 e 2,69% em 1993. Assim, mesmo nos anos 80 em apenas três ocasiões praticou-se taxas reais de juros positivas no crédito rural. Torna-se relevante frisar esse aspecto pois as crescentes pressões pela renegociação das dividas do crédito rural nos anos 90 não poderiam ser vinculadas a questões financeiras do lado dos empréstimos rurais mas sim à perda de paridade entre o custo do dinheiro e os preços dos produtos agropecuários em queda. Noutras palavras, o crescimento das dividas rurais estaria ligado, preponderantemente, muito mais ao processo de ajustamento num mercado de preços cadentes que a problemas do lado do crédito rural.

A questão que se coloca, desse modo, relaciona-se ao volume de recursos oferecidos a essas taxas, que tendo decrescido de maneira drástica desde 1979, o que exige complementação por outros mecanismos como recursos próprios, contratos no mercado informal ou empréstimos bancários a juros de mercado. Noutras palavras, nos anos 70 tinha-se crédito abundante e barato e nos anos 80 e 90, crédito oficial escasso (no caso de custeio, cerca de 25 a 35% do necessário para os gastos globais de cada safra) e embora ainda barato, exigia que fossem tomados significativos montantes de outras fontes, a taxas muito mais elevadas, com o que o *mix* configura-se em taxas reais de juros positivas. Na verdade, a política de crédito rural objetiva cada vez mais reduzir o impacto da demanda sazonal de crédito no momento do plantio da safra de grãos de verão, ofertando recursos cada vez mais direcionados com fixação de limites para os montantes financiados, segundo as culturas que podem ser obtidos no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Outra frente relaciona-se com a aplicação de recursos direcionados para a produção familiar e dos assentamentos rurais, ainda que com volumes muito reduzidos frente às necessidades para uma alavancagem dessas estruturas de produção. Em linhas gerais, o crédito rural não constitui mais no instrumento prioritário de política agrícola. Busca-se agora aprofundar a financeirização da agropecuária brasileira com a adoção de mecanismos de venda antecipada como forma de obtenção de recursos para o

custeio da safra e mesmo para investimentos.

A inexistência de recursos suficientes no crédito rural estatal fez surgir novas formas de financiamento da produção e do investimento na agropecuária, agregando-se ao cotidiano do financiamento de safras os vários mecanismos de crédito informal. A participação de recursos privados no custeio da safra e no próprio investimento são bastante expressivos suprindo em grande parte a insuficiência de recursos públicos. Estima-se que o montante anual de recursos aplicados na agropecuária no financiamento da safra no tocante a custeio e comercialização, soma aproximadamente R$ 25 bilhões, dos quais os recursos oficiais do crédito rural representam cerca de R$ 5 bilhões. Da parcela adicional para completar-se o volume necessário, os exportadores de cereais estariam realizando antecipações aos agropecuaristas (como nos contratos denominados soja verde) totalizariam R$ 3,5 bilhões. A complementação da parcela restante seria feita com recursos próprios ou pelas indústrias de transformação ou cooperativas adiantando compras para garantir matéria prima para suas plantas industriais. Além disso, as próprias industrias de insumos e máquinas desenvolveram mecanismos de financiamento direto da aquisição de seus produtos[84].

A utilização desses mecanismos privados vem permitindo a manutenção de certo nível de investimento, dado que as industrias para manterem dado nível de atividade compatível com a estrutura de suas plantas numa realidade onde o custo de manutenção de estoques revela-se proibitivo frente as taxas de juros vigentes no mercado financeiro. A disputa por fatias de mercado também impulsiona a adoção de inúmeras formas de permitir a viabilização das compras pelos agropecuaristas, principalmente de insumos de curto prazo quais sejam os de custeio onde o problema fundamental a superar é o descompasso entre o plantio e a colheita. A adoção desses mecanismos de venda direta contudo acabam se refletindo numa seleção extremamente mais regressiva dos beneficiários pois tem acesso a essa prática agropecuaristas com elevada capacidade de cumprimento de seus compromissos futuros. A presença desses recursos "não financeiros" no custeio e no investimento agropecuários tem maior expressão nas áreas de agropecuária mais consolidada, onde esses montantes certamente são mais significativos que os montantes estimados com base somente no crédito rural oficial.

O fator limitante do crédito informal esta nas altas taxas de juros embutidas nos financiamentos desse tipo, que via de regra representam 3 vezes as praticadas nas operações formais (ALMEIDA, 1994). Trata-se de que as empresas que bancam essas operações estão

[84] As informações sobre o montante de recursos aplicados nas safras agropecuárias são esparsas e não sistematizadas pois, excetuando-se o crédito rural oficial sobre o qual existe a base de dados consolidada do BACEN, não há um levantamento mais cuidadoso que permita avaliar o real significado dos mecanismos não financeiros na realização do financiamento da produção agropecuária. As cifras citadas tem como fonte, para o montante global aplicado a Associação Brasileira do Agrobusiness (ABAG) e para o adiantamento dos exportadores a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC).

se financiando em capital de giro a custos muito altos (como resultado da política macroeconômica de juros altos) e, mesmo que absorvam parte desses custos, acabam praticando margens maiores que as do crédito oficial. Do ponto de vista do tomador essas operações informais serão sempre as primeiras a serem saldadas como forma de redução das somas pagas dadas as altas taxas incidentes e, principalmente, como garantia de crédito na próxima safra pois essas operações são seletivas e baseiam-se na credibilidade do tomador. O grande agropecuarista que tomou 40% dos recursos no crédito oficial a 12% a.a. e 60% no mercado informal a 36% a.a., obteve recursos à taxa média de 26,4% a.a. com o que reduzirá custos saldando mais rapidamente o financiamento informal e, em muitos casos, deixa o crédito oficial "dependurado". Em outras palavras, pressionado por taxas de juros médias positivas e elevadas, juntou-se ao cadastro de endividados, o agropecuarista que: a) não realizou o ajustamento de eficiência com racionalização do uso de insumos e máquinas e melhoria do padrão gerencial (notadamente financeiro); b) não reduziu custos com ganhos de produtividade; c) foi "infelicitado" por sinistro não coberto (pragas ou clima numa realidade de seguro rural ineficiente); d) sofreu o revés de baixos preços de safra. E, face a realidade da agropecuária, a maior proporção desse contingente esta representado por grandes tomadores.

Portanto, fruto exatamente das restrições do crédito oficial, nos anos 80, o custo mais elevado do dinheiro produziu um crescimento do endividamento dos agropecuaristas junto às instituições financeiras[85]. Isso ocorre fundamentalmente na virada dos anos 90 quando o Novo Governo instalado adota de maneira abrupta não apenas taxas de juros reais positivas como promove o descompasso entre a correção do estoque de dívida e os preços agropecuários (tabelados). As organizações ruralistas passam então a realizar pressões sistemáticas para que se equacione o problema da inadimplência que, por qualquer via representa a socialização dos prejuízos[86]. A média da inadimplência dos financiamentos agropecuários do Banco do Brasil, principal agente executor da política de crédito rural, cresceu de 2,5% em 1981 para 12% em 1988, o que após varias renegociações e perdões baixou o índice para 6,6% em dezembro de

---

[85] Durante certo período na década de 90 lideranças rurais, muitas delas ditas progressistas, defenderem ardorosamente a volta do "escambo" agora como base de uma "nova política de crédito rural". A proposta então defendida com maior enfase pelas lideranças rurais foi a "equivalência em produto", segundo a qual o valor do credito seria convertido em número de unidades físicas de produto agrícola no momento do contrato e o pagamento desse empréstimo seria realizado com base na reconversão desse volume físico novamente em valores monetários com base nos preços vigentes no momento em que fosse executado o pagamento. Com isso estaria eliminado o descompasso entre a correção da dívida e dos preços no período de realização da safra. A Lei Agrícola Brasileira, Lei Federal nº 8.174 de 30 de janeiro de 1991, garante a adoção desse sistema para micro e pequenos agropecuaristas. Na verdade, em certo momento, proliferaram inúmeros mecanismos de equivalência em produto, adotados pelas instituições estaduais em varias unidades da federação brasileira. Um apanhado dessas variantes é feito por SOBOLL (1993). Essas idéias seriam abandonadas nos anos seguintes, ou perderam expressão.

[86] Essas cifras sobre o endividamento rural e os prejuízos do Banco do Brasil com o Crédito Rural foram retiradas da reportagem de MORAES (1994) que divulga relatório daquela instituição federal sobre o assunto.

1993. As medidas de perdão das dívidas ruralistas iniciam-se em 1986 quando o Ministério da Fazenda determinou, por ocasião do Plano Cruzado, a devolução de US$ 180 milhões aos agropecuaristas. Logo a seguir, no processo constituinte, incluiu-se no texto constitucional de 1988, dispositivo de perdão para o endividamento para micro e pequenos agropecuaristas nas suas disposições transitórias o que redundou num montante de US$ 275 milhões.

Entretanto, a despeito de todos esses perdões das dívidas e renegociações em fevereiro de 1994 o total do endividamento dos agropecuaristas com o Banco do Brasil atingia a expressiva cifra de US$ 614,96 milhões, sendo que desse montante cerca de US$ 68,1 milhões (11% do total) são considerados perdidos estando incluídos nos créditos a liquidar. Outro aspecto relevante é o perfil dos devedores, pois os haveres dos grandes tomadores representam 85% dos débitos, das cooperativas outros 6%, enquanto que os demais agropecuaristas (pequenos e médios) detem apenas 9% dos empréstimos em atraso (MORAES, 1994). Essa participação dos grandes tomadores no montante das dívidas se constitui em quase o dobro da proporção dessa classe de clientes no valor financiado para o crédito rural em geral que no período 1989-91 foi de 45,6% (GONÇALVES & FONSECA, 1995). Em abril de 1995, as dividas rurais somavam R$ 3,1 bilhões das quais R$ 2,1 bilhões referentes a grandes tomadores (acima de R$ 500 mil). Regionalmente destaca-se o expressivo endividamento de agropecuaristas gaúchos (R$ 1,1 bilhão), seguidos pelos bahianos (R$ 309,5 milhões), notadando-se dois grandes agrupamentos de endividados, um no extremo sul (Rio Grande do Sul) e outro no Brasil Central (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e cerrado da Bahia). Em contrapartida, os estados do Paraná e São Paulo, importantes na produção agropecuária, apresentam montantes menores de dívidas. Outro aspecto relaciona-se ao fato de que 70% das dividas (R$ 2,1 bilhões) são de grandes tomadores (Tabela 13).

As pressões ruralistas fizeram o Governo curvar-se e adotar uma política de securitização das dívidas rurais em 1996, que estima-se exigir a transferência líquida de cerca de R$ 2,5 bilhões a esses pecuaristas em termos de vantagens financeiras num prazo de 10 anos. Trata-se de um alongamento do prazo de pagamento, adotado junto com mecanismos que limitam o volume total por tomador passível de securitização, objetivando a redução da regressividade embutida na medida (PARENTE et al, 1996). Com isso, promove-se o retorno desse contingente ao mercado financeiro no mesmo momento em que adota-se outras alternativas de financiamento da produção. Mas destaque-se que a preponderância dos grandes tomadores coloca em questão a efetividade da securitização realizada pois o limite para a parcela renegociável ainda mantém parcela expressiva dos débitos desses agropecuaristas fora dos benefícios, ou seja essas parcelas das dívidas serão renegociadas noutras bases menos favoráveis, com o que a taxa média de juros eleva-se. Outro aspecto decorre de que, feita a securitização, o agropecuarista deve voltar a tomar crédito para plantar e fazer frente aos pa-

gamentos compromissados. Na verdade, ao agropecuarista endividado imputa-se o desígnio de plantar sempre para ao menos reduzir o efeito "bola de neve" dos juros sobre o principal da dívida, e agora, a securitização pressiona pelo aumento da eficiência, unica maneira de amortizar seus débitos. Uma parcela do produto já esta comprometida, antes do plantio, com o pagamento da divida vincenda e, assim, numa realidade de preços cadentes, o esforço de ajuste exigido mostra-se elevado. Ainda que os preços da safra 1996/97 tenham sido estimuladores para os principais produtos, o que alivia a pressão dos endividados, nada indica que a securitização tenha solucionado o problema do endividamento rural.

Tabela 13.- Endividamento dos Agropecuaristas, Brasil e Estados, Abril de 1995.

(em R$ milhões)

Estados	Dívida Total	Dívidas Acima de R$ 500 mil			
		Valor	%	Numero	Valor Médio
Bahia	309,6	164,5	53,1	110	1,50
Dist. Federal	203,9	172,8	84,7	122	1,42
Mato Grosso do Sul	159,3	102,4	64,3	72	1,42
Mato Grosso	198,1	148,0	74,7	73	2,03
Paraná	134,5	99,8	74,2	36	2,77
R.Gde do Sul	1.101,2	755,2	68,6	457	1,65
São Paulo	167,6	144,6	86,3	30	4,82
Brasil	3.125,9	2.187,8	70,0	1227	1,78

Fonte: Banco do Brasil, publicado em Gazeta Mercantil de 12/04/1995.

A atual realidade do credito rural oficial indica para uma presença cada vez menos expressiva do Governo no financiamento da safra. As medidas tomadas aprofundam as restrições quanto aos limites do valor financiável, abrem-se linhas de crédito para a produção familiar e, principalmente, adota-se diferentes estruturas de financiamento (limites, taxas e garantias de preços) para os produtos. Por outro lado, as propostas vão no sentido de manter-se os volumes de recursos para o custeio da safra, disponíveis para financiamento direto nas agências bancarias, ao mesmo tempo que, num aprofundamento do ajuste pelo mercado, os montantes destinados à comercialização, a serem aplicados no financiamento da safra pela compra antecipada (*hedge*) indicam crescimento. A proposta fundamental consiste no aprofundamento da financeirização da agropecuária envolvendo redução de incertezas de preços (venda para entrega futura) ao mesmo tempo em que se antecipa recursos. O agropecuarista faz seu *hedge* nos mecanismos normais de mercado (Bolsas) obtendo com isso recursos com os quais

financiará sua atividade, e os recursos governamentais serão utilizados como um investidor que compra esses títulos (alavancando o mercado de *commodities* agropecuárias) que poderão ser resgatados no futuro pelo agropecuarista em dinheiro ou em espécie.

Na mesma medida que recursos do crédito rural oficial foram progressivamente sendo reduzidos, surgem e aprimoram-se instrumentos alternativos de financiamento. A primeira forma disseminada de venda antecipada foi a denominada "soja verde", onde a produção vendida no plantio a preço fixo, com pagamento a vista por um comprador ou exportador para entrega futura. Saliente-se que parcela relevante dos recursos repassados aos lavradores provem dos contratos de adiantamento sobre contratos de cambio(ACC). Após essa vieram os papéis como o certificado de mercadorias com emissão garantida(CM-G), o *commodity linked bond* (CLB) e a cédula de produto rural (CPR) criada pela Lei Nº 8.929 de 28/8/1994. Lança-se para a safra 1997/98 o contrato de opção na comercialização pelo qual, na colheita, o lavrador vende sua produção para entrega futura a um preço fixado, precavendo-se do risco de preços, titulo este negociável o que permitirá saldar compromissos podendo recomprar os papéis e negociar seu produto no mercado se as cotações estiverem favoráveis. O desenvolvimento desses mecanismos constitui o nucleo da proposta de intervenção pois para o Governo "no segmento das *commodities* a intenção é que o setor privado, através do mercado de capitais e o sistema financeiro, assuma o financiamento dessas atividades" (GASQUES & VILLA VERDE, 1995).

Esse parece ser o desenho do futuro no financiamento da safra agropecuária dentro da política governamental atual. Mas os entusiastas do mercado não devem ficar tão eufóricos pois as particularidades da agropecuária (mesmo com toda agroindustrialização e integração multisetorial realizadas) impõe limites à generalização desse processo. **O primeiro** aspecto diz respeito ao fato de que nem todos os produtos agropecuários são *commodities* ou "*commoditiezáveis*". Na verdade os mercados agropecuários no plano internacional vivem um certo movimento de "*descommotização*", onde produtos genéricos, face as crescentes exigências da produção flexível ganham exigências especificas diferenciadoras de produto rompendo com a característica do uso de matéria-prima homogênea (face aos limites da diferenciação de processos - qualidades extrinsecas- e busca de diferenciação pela origem- qualidades intrinsecas só obtidas na especialização da matéria-prima). **O segundo** aspecto refere-se ao fato de que, ainda que se trate de uma *commodity*, nem sempre a agropecuária a produz como tal, exigindo-se processamento. Os exemplos mais expressivos são o suco de laranja concentrado congelado (SLCC) e o algodão em pluma, onde os produtores de *commodities* são agroindústrias e não agropecuaristas o que dificulta sobremaneira a inserção de agropecuaristas isolados aos mercados para financiarem suas safras por venda antecipada. **O terceiro** aspecto refere-se à realidade que a proporção de agropecuaristas inseridos plenamente no mercado financeiro mostra-se pequena, mais expressiva entre os grandes, excluindo parcela expressiva dos pequenos

e médios agropecuaristas. Esses vendendo em pequenos lotes acabam não despertando o interesse dos operadores com títulos em função dos elevados custos de transação, dificultando a concretização de *hedges*. Por essas razões, às quais pode-se incorporar outras, o sentido excludente da adoção da perspectiva desejada nas proposituras governamentais tende a alargar-se. Entretanto, tudo isso representa maior inserção da agricultura na lógica financeira, num passo além das observações pioneiras de RANGEL(1963) e de DELGADO(1986).

- Credito a Mercado: Distribuição Desigual entre Regiões, Culturas e Tomadores

Os efeitos regressivos do crédito rural, por refletirem diretamente dada correlação de poder político, não podem ser vistos descolados das razões que conformaram a política econômica brasileira no período que se inicia na segunda metade dos anos 60. Tratava-se de promover transformações na economia sem recorrer a mudanças estruturais na agricultura, inserindo dentro desses objetivos a denominada modernização da agropecuária."A concessão de crédito não estava centrada na esfera agrícola, mas na constituição e expansão dos segmentos industriais do complexo agroindustrial ... O crédito, na verdade, foi o mecanismo institucional de o Estado patrocinar a incorporação do agro, enquanto *locus* de acumulação de capital, à dinâmica do capital industrial e financeiro dos grupos econômicos privados nacionais e internacionais e, assim, tornar a burguesia agrária um participante ativo do desenvolvimento oligopólico nacional" (COMIN & MULLER, 1985).

Entretanto, ainda que fruto da concepção de "mudar para manter", os efeitos do crédito rural sobre a agropecuária e a dinâmica econômica brasileira foram significativos. "A politica de crédito rural alterou a dinâmica da agricultura, invertendo o fluxo de relações causais: não é mais o preço e a escassez relativa de fatores que influenciam a proporção de utilização dos mesmos, mas, ao contrário, é o processo de inovação 'induzida' (provocada) que condiciona o comportamento daquelas variáveis. É o impulso à modernização que provoca (em grande parte) o êxodo rural verificado no período (29 milhões de pessoas entre 1960/80) ao mesmo tempo que contribui para a valorização do preço da terra dificultando o acesso a ela e redifinindo a expansão da fronteira agrícola" (COMIN & MULLER, 1985). Noutras palavras, o crédito rural concretizou na plenitude os desígnios para os quais foi concebido e adotado, ainda que se possa apontar efeitos avassaladores do ponto de vista distributivo. Mais que nem um outro instrumento de política econômica adotado nos anos 60 e 70, o crédito rural na própria concepção de seus ideólogos deveria promover a concentração de terra e renda, pois desenvolvimento significava "redução da participação relativa da agropecuária na renda e no emprego", ou seja a excludência seria uma inexcrabilidade do desenvolvimento.

A adoção do crédito rural a mercado, formulada como instrumento da modernização

da agropecuária nos anos 40 por Ruy Miller Paiva, foi reafirmada por esse mesmo autor nos anos 60, ao aduzir que a modernização com a indução do uso de novas tecnologias justificaria o subsídio ao crédito como elemento agilizador desse processo (PAIVA, 1967). No mesmo sentido, argumentava-se que "a causa do atraso relativo da agricultura estaria, assim nos preços elevados dos fatores de produção mais modernos e não na ausência de resposta dos agricultores aos estímulos econômicos... A reforma agrária seria apenas uma forma de redistribuir a pobreza, e não de aumentar a eficiência do setor agrícola. Ela se justificaria pelo desejo de se provocar uma redistribuição mais equitativa das terras disponíveis, ou de alterar deliberadamente a distribuição de rendas da população empregada no setor. Mas a elevação da produtividade dos fatores de produção tradicionais, terra e mão de obra, somente se faria com uma adequada revolução tecnológica e com o barateamento dos preços dos fatores de produção para a agricultura" (PASTORE, 1968).

Anos mais tarde, no auge do processo em andamento, na mesma linha argumentava-se que a modernização seria o objetivo social mais relevante (LANGONI, 1975). Quando os resultados das transformações aparecem nos indicadores de progresso técnico, diagnostica-se que "o papel que o crédito subsidiado tem no sentido de elevar o nivel de tecnificação da agricultura é inegável. Sem esta política, a modernização da agricultura brasileira, apesar de ainda pequena, não teria atingido nem sequer estes níveis" (REYDON, 1984). Relaciona-se dessa forma de maneira direta a utilização do crédito rural como um instrumento primordial da estratégia de desenvolvimento da agropecuária sem promover reformas estruturais, exatamente quando acirrava-se a industrialização da economia brasileira. Dessa maneira, os formuladores da política econômica, com o credito rural não apenas procuravam modernizar uma agropecuária de grandes areas como forneceram elementos para um incremento no processo de concentração da terra. A concentração do crédito rural, numa realidade de vultosos subsídios, funcional com os interesses latifundiários, seria a marca da fase aúrea de utilização desse instrumento de política agrícola nos anos 70. Isso ocorreu sob vários ângulos, numa sobreposição de concentração entre atividades, entre regiões e entre atividades dentro das regiões. Dessa maneira, a distribuição dos recursos de crédito rural "a mercado", num processo onde os agentes financeiros na ponta final selecionam os tomadores, provoca o acesso limitado ao crédito formal, dado que poucos tomadores preenchem os pré-requisitos do sistema bancário, dada a preferência pelos grandes tomadores objetivando reduzir custos operacionais e, com isso, o crédito subsidiado converte-se num instrumento de concentração de renda (ADAMS, VEGA & PISCHKE, 1987).

O crédito rural no Brasil, enquanto instrumento fundamental da política econômica, afirma-se na medida em que os volumes crescentes de recursos permitem ampliar a base dos tomadores. O número de contratos cresce de 93,8 mil para 1,1 milhão em 1969 e na fase au-

rea alcança 2,4 milhões em 1979, sendo que os recursos, ainda que em ritmo pouco menor, acompanham essa evolução saltando de R$ 2,7 milhões para R$ 59,8 bilhões no período 1958-79 (Tabela 14). Assim, ao ampliar a base de tomadores alarga-se a incorporação de parcela maior dos agropecuaristas ao uso dos insumos modernos, objetivo principal da política[87]. Ressalte-se que os valores médios, após retrocederem de R$ 29 mil em 1958 para R$ 9 mil em 1969, voltam a subir para os mesmos R$ 29 mil iniciais em 1976, exatamente o pico da aplicação de recursos em investimentos, leia-se tratores pois a mecanização exige escala e, assim, mesmo com mais contratos e recursos, crescem os valores médios.

Tabela 14.- Número de Contratos e Valor Financiado pelo Crédito Rural, Brasil, 1958-96

Ano	Contratos		Valor Financiado(1)		Valor Médio(1)
	Número	Indice(2)	Valor	Indice(2)	
1958	93.859	100	2.710	100	29
1969	1.142.454	1.217	10.439	385	9
1976	1.832.207	1.952	52.857	1.950	29
1979	2.373.485	2.529	59.792	2.206	25
1985	2.271.316	2.420	31.576	1.165	14
1989	791.981	843	23.916	882	30
1996	795.206	847	6.608	244	9

(1) Expressos em R$ de dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV. Os valores financiados estão apresentados em R$ 1 milhão e os valores médios em R$ 1 mil.
(2) Indice Simples Base: 1958=100.
Fonte: Dados básicos do Banco Central do Brasil (BACEN).

Na última metade dos anos 80, os volumes de recursos despencam mas o número de contratos caem em menor proporção, retomando o aumento do valor médio o que indica au-

[87] Destaque-se que o credito ao consumo representou um instrumento de alavancagem da demanda em geral e não da agropecuária, pois "a partir de 1967 o crédito rural não cresceu mais rapidamente do que o crédito total do sistema financeiro do país. A relação crédito rural/empréstimos do sistema financeiro cai de cerca de 20% nos triênios 1963/65 e 1966/68 para algo em torno de 11% no triênio 1978/79" (MATA, 1981). O credito subsidiado de consumo representou o grande instrumento de alavancagem da demanda no Milagre Brasileiro, isso aconteceu no setor imobiliário com base no Banco Nacional da Habitação (BNH) e no credito rural, também baseado na pratica de subsídios crescentes. Assim, pode-se interpretar a política de crédito rural nos anos 70 como mais um elemento da política global de crédito ao consumidor numa fase de expansão significativa da indústria de bens de consumo que, no caso dos insumos e máquinas agropecuários, são bens de consumo capitalista na acepção kalekiana (KALECKI, 1985).

mento no perfil dos tomadores. Assim, a própria seleção do sistema bancário, nessa redução do número de contratos, pode estar refletindo maior exclusão dos pequenos e médios agropecuáristas. Nos anos 90, persiste a queda dos recursos mas mantem-se o número de contratos, o que pode ser um indicador de que, ainda que com valores médios dos contratos menores a cada ano, mantem-se a base de tomadores. Desse modo, as medidas de limite de recursos por tomador, em voga desde os anos 80, apenas restringem o volume individual dos benefícios mas não necessariamente alteram o perfil dos tomadores. Noutras palavras, essa pratica teria alguma eficácia distributiva numa realidade como os anos 70 de recursos fartos, mas adotada numa realidade de recursos escassos e cadentes podem na verdade mascarar o perfil da distribuição ao aproximarem os extremos dos valores contratados por tomador. Portanto, fundamentalmente apresenta algum sentido a discussão da concentração do crédito rural nos anos 70 sendo que no período seguinte a própria operacionalização dos contratos acaba por encobrir o verdadeiro o perfil dos tomadores, podendo fazer emergir constatações de melhor distribuição entre tomadores numa situação de até mesmo piora desse perfil.

A distribuição dos recursos pelo tamanho dos tomadores não apenas revela-se concentrada no período 1966-76 como apresenta nítida piora. Os pequenos lavradores (renda bruta anual até 50 salários mínimos) detinham 90% dos contratos e 34% do valor financiado em 1966 e dez anos mais tarde, em plena expansão dos volumes aplicados, passaram a deter 73% dos contratos e apenas 11% do valor, numa tendência onde os valores mostram queda mais acentuada que o numero de contratos. Os médios lavradores (entre 50 e 500 salários minimos de renda bruta anual) mostram um crescimento relativo no número de contratos de 9,5% em 1966 para 22,9% em 1976, sendo que entretanto para os valores apropriados os percentuais caem de 45,6% para 35% no mesmo período. Na outra ponta, os grandes lavradores (renda bruta anual maior que 500 salários minimos) não apenas crescem em números de contratos (e via de regra esses tomadores fazem mais de 1 contrato, ao contrario dos pequenos), aumentando de 0,4% para 3,3% como mais que duplicam sua participação no valor financiado (de 20,3% para 53,5%)(Tabela 15).

As estatísticas dos primeiros 10 anos do SNCR revelam o sentido nitidamente concentrador entre lavradores da distribuição dos recursos[88]. Os grandes lavradores aumentam 7,6 vezes sua proporção no número de contratos e em 2,6 vezes a participação nos valores finan-

[88] Utiliza-se aqui informações contidas num texto clássico sobre crédito rural no Brasil, escrito por PINTO (1980). Não apenas foi pioneiro na constatação dos efeitos regressivos da política agrícola dos anos 70 sobre a estrutura econômica e social, como as analises efetuadas posteriormente apenas aprofundaram ou deram retoques às suas conclusões fundamentais. A pequena transparência das informações sobre crédito rural, uma vez que não são divulgados os dados de distribuição do crédito por tamanho de area, dificulta sobremaneira a analise da evolução dessa política, impondo-se recorrer à distribuição por tamanho de tomadores, cujos limites são também administrados e por isso se modificam expressivamente nos períodos mais longos, impedindo compatibilizar séries históricas maiores.

ciados, enquanto que os pequenos apresentam queda em ambos os indicadores e os médios avançam em número e mostram decréscimo em valor. Os valores médios dos contratos para cada um dos estratos apresentam redução, mas esta revela-se maior para os pequenos e médios relativamente aos grandes. Essa queda nos valores médios de cada estrato compatibiliza-se com um aumento da valor médio global, que triplicaram (Tabela 14), exatamente pelo expressivo aumento da participação dos grandes tomadores. Esse privilegiamento dos grandes tomadores pode ainda ser verificado na distribuição dos financiamentos do principal agente financeiro público, o Banco do Brasil, onde na lavoura, os 50% menores contratos reduzem a participação em valor de 7,4% para 4,2 em 1977 ao passo que os 5% maiores aumentam de 51,2% para 62,8%, com crescimento do Indice de Gini de 0,731 para 0,815. Na pecuária os percentuais reduzem de 12,2% para 6,9% para os 50% menores e elevam-se de 34,5% para 47,6% para os 5% maiores, com o Indice de Gini também aumentando de 0,600 para 0,725 (Tabela 16). Ou seja, a concentração do crédito acirra-se no período 1969-77.

Tabela 15.- Distribuição do Crédito Rural para Lavouras, Segundo o Tamanho do Tomador, Brasil, 1966-76.

(em %)

	Pequenos(1)		Médios(2)		Grandes (3)	
Ano	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
1966	90,05	34,13	9,51	45,60	0,44	20,27
1967	88,48	32,29	10,93	47,20	0,59	20,51
1968	87,27	31,07	12,22	49,72	0,51	19,21
1969	88,16	30,95	11,17	45,81	0,67	23,24
1970	85,91	27,57	13,25	47,16	0,84	25,27
1971	85,71	24,61	13,25	43,99	1,04	31,40
1972	83,56	20,09	14,82	42,17	1,52	37,14
1973	79,46	17,22	18,59	38,75	1,95	44,03
1974	76,61	15,12	20,88	37,43	2,51	47,45
1975	74,18	11,77	22,48	34,18	3,34	54,05
1976	73,73	11,38	22,93	35,09	3,34	53,53

(1) lavradores com renda bruta até 50 salários mínimos.
(2) lavradores com renda bruta de 50 até 500 salários mínimos.
(3) lavradores com renda bruta maior que 500 salários mínimos.
Fonte: Banco do Brasil, dados compilados por PINTO (1980).

As pressões políticas contra o caráter regressivo do crédito rural, levaram à adoção

minimizadoras desse fato, mas que não alteram de forma significativa o perfil concentrado de apropriação dos benefícios. Em função disso é que a participação dos 50% menores contratos da lavoura aumentam sua participação no valor financiado de 4,2 para 5,2% ao passo que os 5% maiores reduzem-na de 62,3% para 51,4% no período 1977-79, tendo ocorrido movimento semelhante na pecuária (Tabela 16). Isso decorre de que "as medidas tomadas pelo Governo no sentido de melhorar o atendimento aos pequenos e mini produtores de fato lograram atingir tal objetivo mas que, no entanto, isto não foi suficiente para tirar dos maiores produtores a posição de maiores beneficiários do desvio de recursos ocasionado pela política de crédito rural... Em outras palavras, a diretriz de melhor atendimento aos pequenos produtores, da forma como foi efetuada - isto é, mantendo fora do SNCR quase 80% de estabelecimentos até 10 hectares que são quase a metade do total - não se mostrou contraditória com o privilegiamento dos maiores produtores" (COMIN & MULLER, 1985). Destaque-se ainda que tal movimento ocorreu no período de pico dos volumes de subsídio ao crédito, e assim, "a situação dos grandes produtores, na verdade, melhorou neste período (1977-80), dado que o aumento da subvenção, a maior parte da qual canalizada para estes agricultores, foi mais que proporcional às restrições simultaneamente impostas: limitação do percentual financiável, etc." (COMIN & MULLER, 1985).

Tabela 16.- Distribuição do Credito Rural para a Lavoura e Pecuária, Segundo os Empréstimos Realizados pelo Banco do Brasil, 1969-1979.

Ano	Lavoura			Pecuária		
	Gini(1)	50- (2)	5+ (3)	Gini(1)	50- (2)	5+ (3)
1969	0,731	7,4	51,2	0,600	12,2	34,5
1973	0,787	5,3	58,9	0,719	7,8	49,5
1975	0,808	4,5	60,8	0,705	7,8	44,8
1977	0,815	4,2	62,3	0,725	6,9	47,6
1979	0,798	5,2	51,4	0,711	7,3	45,6

(1) Indice de Gini, indicador de concentração do credito.
(2) Porcentagem do valor financiado para o conjunto dos 50% menores contratos.
(3) Porcentagem do valor financiado para o conjunto dos 5% maiores contratos.
Fonte: PINTO (1980).

Logo no início dos anos 80, essa tendência desconcentradora parecia cristalizar-se, pois pode-se "perceber um movimento tênue no sentido da desconcentração da distribuição do crédito rural, a qual implicou num melhor atendimento aos pequenos e mini produtores. Já em 1980, o percentual de recursos que é dedicado àqueles produtores é de 30%, porém se

mantem neste patamar em 1981, somente se elevando para 35% no ano seguinte. Este índice de participação é de três vezes maior que o nível de 1977 (11,6%). Porém o montante absoluto de recursos a eles repassados incrementou em apenas uns 30% " pela redução dos montantes globais de crédito rural. "Os demais produtores - médios e grandes - perderam terreno. Os contratos dedicados aos menores produtores se elevaram de 38,5% em 1977 para 87% em 1983. Embora continuem a levar a maior parte dos recursos, os maiores produtores tem uma participação decrescente ao longo dos últimos anos". Mas " esse esforço não é intenso o suficiente para desfazer a extrema concentração do crédito operada na primeira etapa do SNCR" (COMIN & MULLER, 1985). Mas essa tendência desconcentracionista duraria pouco. No quadriênio 1982-85, os mini produtores tem reduzido sua participação no numero de contratos de 53,9% para 49,8% e no valor financiado de 13,2% para 9,6%, ao passo que na outra ponta os grandes produtores crescem de 2,3% para 4,6% sua proporção numérica e de 21% para 41% no valor financiado (Tabela 17).

Tabela 17.- Participação Percentual dos Diferentes Tamanhos dos Tomadores no Crédito Rural, Brasil, 1982-85. (em %)

	1982		1983	
Tipo	Número	Valor	Número	Valor
Produtores	99,49	8,16	99,68	85,26
- Mini	53,92	13,19	60,74	14,48
- Pequeno	31,84	21,99	27,59	23,08
- Médio	11,49	26,96	9,62	28,02
- Grande	2,25	21,02	1,74	19,68
Cooperativas	0,42	15,07	0,22	12,55
Outros	0,09	1,77	0,10	2,19
Tipo	1984		1985	
Produtores	99,67	88,14	99,89	94,43
- Mini	47,40	9,40	49,80	9,56
- Pequeno	38,23	28,78	31,28	16,94
- Médio	10,78	23,17	14,26	27,25
- Grande	3,26	26,80	4,56	40,68
Cooperativas	0,27	10,84	0,11	5,55
Outros	0,06	1,02	0,00	0,01

Fonte: FAGUNDES (1987).

Ressalte-se que as alterações nos limites definidores das classes de tomadores, operada em diversas oportunidades nos anos 80, operaram profundas mudanças no conceito de tamanho dos tomadores, incompatibilizando as informações dos anos 80 com as dos 70. Pode-se verificar, ainda assim, a procura governamental de melhorar o perfil distributivo, pois "decresce o número e o valor médio dos créditos a mini pequenos e médios produtores (sendo que o valor médio dos créditos decresce a taxas mais elevadas do que o número de contratos), enquanto que a categoria dos grandes produtores tem aumentado tanto em número de contratos quanto o valor dos montantes realizados, tendo o número de contratos crescido a uma taxa de 12,3% a.a. e o valor a uma taxa de 10,9% a.a. ... As regiões Sul e Centro-Oeste foram as responsáveis pelo comportamento ocorrido com os grandes produtores no Brasil como um todo. Naquelas regiões o grande produtor rural obteve avanços consideráveis tanto em relação ao número quanto ao valor dos contratos efetivados" (FAGUNDES, 1987). A tendência reconcentradora consolida-se nos demais anos da década de 80, como pode ser visualizado nas informações referentes ao crédito para investimento na passagem dos anos 80 para os 90. Os pequenos tomadores que realizaram 86,1% dos contratos receberam 30,5% do valor financiado no triênio 1989-91, enquanto que os grandes com 5,35% dos contratos foram beneficiados com 45,6% dos recursos (Tabela 18).

Tabela 18: Distribuição do Número de Contratos e do Valor Financiado, no Credito Rural de Investimento, SNCR (Geral) e PNDR, Segundo o Tamanho do Tomadores (1), 1989-91

Tomador	Geral(%)		PNDR(%)		Valor Medio(2)	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Geral	PNDR
Pequeno	86,07	30,49	19,19	3,79	535	3.170
Medio	8,50	20,15	34,57	10,16	3.584	4.723
Grande	5,34	45,65	45,97	80,78	12.736	28.237
Cooperativa	0,09	3,72	0,27	5,27	60.616	313.849
Total	100	100	100	100	1.511	16.067

(1) Segundo a classificação da GONÇALVES & FONSECA (1995), os pequenos teriam valor da produção até US$ 40 mil, os médios de US$ 40 a 200 mil e os grandes acima de US$ 200 mil.
(2) Expressos em R$, valores constantes dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV.
Fonte: Dados Básicos de GONÇALVES & FONSECA (1995).

As regras gerais para os tomadores de empréstimos aumentaram os requisitos restritivos numa realidade de recursos escassos, e dessa maneira, outro aspecto a ser destacado nesse período refere-se à experiência de distribuição a critério exclusivamente do agentes financeiros finais, realizada no Programa de Desenvolvimento Rural(PNDR). A analise compara-

tiva do PNDR com o credito de investimento em geral revela três aspectos importantes: a) os recursos do programa tiveram uma participação significativa no total das aplicações do período, contribuindo dessa maneira de forma efetiva para suprir as dificuldades de mobilizar recursos, notadamente no ano de 1989; b) essa importância aumenta quando se particulariza a atividade agrícola onde os recursos do programa tem participação mais elevada, o que denota uma priorização no PNDR para o atendimento das safras de produtos vegetais, especialmente os grãos, pois a participação da pecuária no crédito de investimento em geral é muito mais significativa, c) outro aspecto relevante foi que a participação do número de contratos do PNDR no crédito de investimento agropecuário em geral é muito menor (2,04%) que o percentual de recursos alocados (21,74%) o que revela que o valor medio dos contratos no PNDR mostrou-se extremamente mais elevado (GONÇALVES & FONSECA, 1995).

Nessa mesma experiência representada pelo PNDR pode-se verificar que o processo de seleção dos bancos privados privilegia ainda mais os grandes tomadores que a escolha executada pelos bancos públicos. No tocante ao perfil distributivo decorrente da clientela distinta atendida por cada um, o Banco do Brasil, principal agente de repasse por volume de recursos (77,32%), teve presença ainda mais marcante no número de contratos (97,89%), conformando por isso um baixo valor médio. No tocante ao valor médio, os menores são do Banco do Estado de Sergipe, Banco Meridional e o Banco do Brasil, sendo os maiores são os contratos do Citybank, do Credi-Real e do Banco Econômico (Tabela 19). Dessa maneira, o PNDR reflete com nitidez o acirramento da excludência quando utiliza-se mecanismos privados para execução das políticas públicas de crédito, e tudo indica que os efeitos seriam os mesmos em outros instrumentos como a venda antecipada pela semelhança das reciprocidades (exigências para o necessário aval bancário). Isso pela importância do Banco do Brasil em conferir um perfil distributivo mais amplo ao PNDR, incorporando uma grande massa de agropecuaristas que, pelos padrões das demais instituições não seriam contemplados. A atual politica de ajustamento do Banco do Brasil, procurando transformá-lo de forma a adquirir perfil cada vez mais semelhante aos bancos privados, pode estar acirrando um perfil excludente de tomadores, uma vez que uma das principais razões para os bancos priorizarem grandes contratos esta na diluição dos custos administrativos.

A distribuição desigual dos recursos, privilegiando grandes tomadores notadamente na fase áurea do credito rural subsidiado nos anos 70 não representa o único ângulo das desigualdades distributivas dessa política. Outro aspecto pode ser verificado na evolução do crédito de investimento agropecuário, forjador de capacidade produtiva, no que diz respeito à evolução da distribuição regional no período 1969-92, pois as expansões da agropecuária no sentido do Brasil Central estão nele compreendidas. No conjunto em todas as regiões os recursos para inversões na modernização da estrutura produtiva da agropecuária são crescentes na década

de 70 e cadentes na década de 80 o que acaba refletindo também numa redução drástica do numero de contratos e com isso do universo de beneficiários. Esse quadro geral contudo modifica-se quando são destacadas as participações relativas das cinco grandes regiões brasileiras, o que está associado ao processo de expansão da fronteira agrícola do Sul-Sudeste em direção ao Centro-Oeste, tornando o Centro-Sul como a região relevante do ponto de vista da produção agropecuária brasileira. A região Centro-Oeste detinha 9% do número de contratos em 1969, participação esta que sofre contínua redução caindo para em torno de 7% na década de 70 e 5% no triênio 1983-85. Da metade dos anos 80 em diante reverte-se essa tendência declinante alcançando um patamar ao redor de 10% no período 1986-91 e atingindo 15% em 1992. No tocante ao valor dos empréstimo, partindo de 10% em 1969, situa-se entre 10 e 15% no período 1970-85 saltando para 22% em 1986 e 38% em 1989, recuando entre-tanto para 26% em 1992 (GONÇALVES & FONSECA, 1995). No geral nota-se um crescimento da região Centro-Oeste em termos de participação no crédito na segunda metade da década de 80 quando ganhou mais vigor a expansão da agropecuária brasileira nessa frente de expansão.

Tabela 19.- Valor Total dos Empréstimos, Numero de Contratos e Valor Médio, Segundo o Agente Financeiro, Brasil, 1989-1992.

(em US$)

Banco	Valor	Numero	Valor Medio
Brasil(BB)	234.478.936	6.906	33.953
Nacional Credito Cooperativo(BNCC)	2.554.606	26	98.254
Meridional	580.557	20	29.028
Credi-Real	31.760.954	42	756.213
Estado de Sergipe	421.698	17	24.806
Desenvolvimento da Bahia	2.110.828	3	703.609
Desenvolvimento do Espirito Santo	2.147.022	8	268.378
Desenvolvimento de Goias	816.490	4	204.122
Economico	14.178.638	20	708.932
Citybank	14.215.914	9	1.579.546
Total	303.265.643	7.055	42.986

Fonte:GONÇALVES & FONSECA (1995).

A novíssima fronteira de ocupação representada pela região Norte tem um comportamento bastante semelhante, ainda que com índices relativos mais baixos. Em termos de número de contratos a participação foi menor que 1% em 1969, que numa tendência cres-

cente subiu para em torno de 2% no período 1977-79 e alcançou 3,7% no triênio 1980-82. Entretanto sofreu um recuo para 2% no quadriênio 1983-86, recuperando a tendência de alta a partir de então para atingir 3,9% no período 1987-92. Em relação ao valor dos financiamentos a participação regional que se situava em torno de 1% em 1969, também teve tendência de alta, variando entre 3 e 5% no período 1976-82, estabilizando em torno de 4% no biênio 1983-84. Após ter recuado para próximo a 2% nos anos de 1985 e 1986, situou-se entre 4 e 6% no triênio 1989-91 para fechar a série com 2% em 1992 (GONÇALVES & FONSECA, 1995). No geral, a participação relativa do investimento agropecuário na região Norte, apesar de baixa, cresce no período 1969-92 em função do surgimento de empreendimentos de fundação da atividade nessa área de expansão.

Das zonas de colonização antiga, a região Nordeste tem um comportamento peculiar. O número de contratos era de 19% em 1969, apresentou queda para 16% no biênio 1974-75, passando a partir dessa data a ter um tendência crescente atingindo 30% em 1980-81 e situando-se entre 40 e 50% no triênio 1983-85. Na fase seguinte, após um recuo para 16 a 18% no biênio 1988-89, saltou para 48 a 52 % no biênio 1990-91, tendo entretanto caído para 31% em 1992. No valor dos empréstimos a participação saindo de 20% em 1969 caiu para 17% no biênio 1974-75 e numa reversão do comportamento elevou-se para 30% no biênio 1980-81, sendo que a partir daí, numa tendência irregular de queda, recuou para 26% no triênio 1982-84 e 15% no biênio 1988-89, tendo se recuperado ao atingir 28% no biênio 1990-91 para apresentar novo decréscimo para 23% em 1992 (GONÇALVES & FONSECA, 1995). A agropecuária nordestina enfrenta limitações climaticas que condicionam uma tendência errática do investimento, sendo que no período recente avançam as inversões na construção de polos de irrigação de alta tecnologia para produção principalmente de frutícolas.

Outra região de colonização antiga com comportamento oscilante é a região Sul. O número de contratos sulistas representavam 37% do total nacional em 1969, subiu para 44% em 1975 e a partir de então apresentou uma tendência de queda atingindo 37% em 1981, 34% em 1984 e 11% em 1987. Recupera-se para uma participação em torno de 50% no biênio 1988-89 para apresentar nova queda para 23% em 1991 e nova recuperação para 37% em 1992. No que diz respeito ao valor dos empréstimos a tendência foi semelhante saindo de 25% em 1969 para 34% em 1975. A partir dessa data recua para 20% em 1981 e tem novo acréscimo em seguida chegando em 29% em 1984. Retorna à tendência decrescente na fase seguinte e após uma comportamento errático no biênio 1988-89 atinge 11% em 1990, sendo que, entretanto, sobe para 31% em 1992 (GONÇALVES & FONSECA, 1995). A escassez de recursos reduzindo drásticamente o montante disponível associada à disponibilidades conjunturais acabam configurando uma alternância de altos e baixos no investimento agropecuário no sul brasileiro.

A região Sudeste é a mais industrializada do Brasil tendo também uma moderna e diversificada agropecuária. O processo de modernização começou por essa região e depois foi expandido para as demais tendo portanto uma estrutura mais consolidada. No tocante ao investimento agropecuário o desempenho relativo do número de contratos é cadente saindo de 34% em 1969 para 31% em 1977, 22% em 1982, 16% em 1985 e 11% em 1992, o mesmo ocorrendo com o valor dos empréstimos que de 42% em 1969 caiu para 29% em 1979, 22% em 1989 e 17% em 1992 (GONÇALVES & FONSECA, 1995). Tem-se, portanto, uma tendência nítida de perda de importância relativa da agropecuária do Sudeste em termos nacionais no tocante aos investimentos com recursos do crédito oficial. Esse conjunto de informações revelam um esvaziamento para atender à demanda das áreas de fronteira. É importante frisar que no Sudeste a colagem do investimento agropecuário com o processo de industrialização é mais claro, com os volumes mais significativos aplicados na primeira metade da década de 70.

No investimento a concentração dos gastos deu-se na primeira metade da década de 70, com contínuo decréscimo no período posterior. Além disso a expressiva superioridade dos gastos com a produção agrícola decorre da maior rotatividade e relevância dos gastos com insumos e máquinas nessa atividade. Outro aspecto relevante diz respeito à participação crescente das regiões de fronteira Norte e Centro-Oeste brasileiras tanto no número de contratos como no valor dos empréstimos, sendo que o Sudeste foi a região com maior perda relativa. Ocorre a concentração do credito rural no Centro-Oeste, que se carateriza por ser a nova fronteira agrícola brasileira. E nessa região as zonas de ocupação recentíssimas no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tem uma maior presença relativa de grandes tomadores que zonas recentes de ocupação como Goiás. Esse fato revela o padrão distributivo da ocupação da fronteira agrícola nacional. A distribuição dos recursos atendeu prioritariamente os grandes tomadores mesmo nas unidades da federação de menor valor médios dos projetos e em que os pequenos e médios investidores tiveram maior participação no número de contratos. Essa regressividade ocorrendo em todo o Brasil mas com maior expressão na nova fronteira agrícola certamente contribui para acirrar a já desigual estrutura fundiária brasileira, contemplando o investimento, e por conseqüência a modernização e competitividade superior, dos maiores estabelecimentos. O crédito rural reproduziu o padrão de agropecuária do Sul-Sudeste brasileiro ao contribuir para consolidar a expansão da estrutura produtiva do Centro-Oeste. Nesse sentido o programa chancela o histórico conflito distributivo da tenência da terra, com seus corolários em têrmos de emprego e exclusão social, que marca a agropecuária nacional.

Contudo, da ótica agronômica, há que se registrar uma diferença, nem sempre levada em conta pelos analistas da questão agrária, do processo de ocupação das áreas agropecuárias do Sul e Sudeste em contraposição às zonas de fronteira do Centro-Oeste. No Sul e Sudeste

do Brasil havia mata nativa rica em madeira sobre um solo de elevada fertilidade natural, como o caso das frentes de expansão cafeeira paulista e norte-paranaense. Nessa realidade, o desbravador podia usufruir da exploração de madeira nas florestas derrubadas e do cultivo agrícola por mais de uma década sem reposição mineral. Essa atividade agrícola, mesmo degradando as condições naturais, propiciava rendimentos elevados e com isso a acumulação o capacitava a empreender uma agropecuária mais racional. O desbravador, portanto, entrava na gleba sem recursos e, com base na riqueza natural de vegetação e solo, se estabelecia como agropecuarista levando ao sucesso da ocupação. No Centro-Oeste não há mata nativa rica em madeira mas uma vegetação pobre de cerrado. Também os solos não tem a mesma fertilidade sendo ácidos e deficientes em fósforo.

Nessa realidade não há aportes de recursos advindos da venda de madeira e os solos, mesmo que potencialmente ótimos para a atividade agrícola, exigem tecnologia e recursos para concretizarem essa característica. Para isso devem ser realizadas a calagem e a fosfatagem intensivas associadas à rotação de culturas mantendo o solo "vegetado" o ano todo protegendo-o contra a degradação decorrente do clima. Sem esses requisitos a ocupação será um fracasso com a degradação rápida das condições de exploração. Essas técnicas exigem montante prévio de capital elevado e um conhecimento de manejo de solo e água, requisitos nem sempre encontrados no migrante descapitalizado. Isso torna a ocupação seletiva permitindo o sucesso apenas para o agropecuarista que domine estas técnicas de manejo de solo e água e que migre com um montante de recursos que o permita dar início ao processo de forma racional, portanto já qualificado e capitalizado[89]. Nessas condições "naturais", onde o processo prévio de formação do migrante já embute uma seletividade elevada excluindo contingentes expressivos das condições de sucesso, apenas políticas públicas ativas podem contornar o problema de ocupação do Centro-Oeste com base em grandes empreendimentos. Inúmeros projetos de colonização por não atenderem a esses requisitos fracassaram, tornando regra a materialização de uma realidade de ocupação do Brasil Central baseada na agropecuária moderna de grandes fazendas.

A distribuição regional do crédito rural permite visualizar como, a concentração dos

---

[89] Um aspecto também nem sempre levado em conta na análise do progresso técnico diz respeito à seletividade das técnicas quanto à tipologia de agropecuaristas. Tem-se na agropecuária moderna dois tipos básicos de tecnologia: **as incorporadas num insumo ou maquinaria,** que é o caso da semente selecionada, do defensivo agrícola, do trator e implementos e do adubo e a **as técnicas de manejo de solo e água.** No primeiro tipo havendo capital e acesso ao crédito pode-se irradiar facilmente a utilização pois os próprios vendedores interessados no uso contínuo promovem o "treinamento" do agropecuaristas. No segundo tipo, em função da ausência desse interesse exige-se um processo educacional para desenvolver habilidades de compreensão do processo biológico, e como a educação no Brasil não é de acesso a todos, a exclusão surge nas regiões de origem dos migrantes. Grosso modo, no Brasil nota-se que as tecnicas embutidas em um insumo difundiram-se muito mais rápido e com uso mais adequado que as técnicas de manejo. Associando-se isso à gestão financeira do negócio agrícola numa economia monetária de produção, também diferenciada nos aspectos gerenciais em função de qualificativos culturais e educacionais, tem-se um aprofundamento da seletividade.

recursos em determinadas regiões elevando o valor de produção destas, promove redução (ou aprofundamento) das diferenças entre as agropecuárias regionais. Entre os finais dos anos 60 e 80 as regiões Norte e Centro-Oeste em conjunto crescem sua participação nos recursos de custeio de 7,1 % para 18,9% enquanto que a proporção no valor da produção aumentou de 4,9% para 8,0%, situação bastante distinta da verificada no Nordeste, cujo valor produção apresenta redução (19,% para 17,3%) para patamares semelhantes de participação nos recursos de custeio (pouco mais de 10%). A região Sudeste mostra proporção cadente nos recursos de custeio (43,1% para 29,2%), embora o valor da produção revele aumento de 34,4% para 43,0%, na medida em que a região Sul mostra decréscimo na participação tanto do custeio como do valor da produção (Tabela 20). Assim, também o crédito de custeio mostra o privilegiamento da fronteira agrícola representada pelo Brasil Central, sustentando o ímpeto especulativo na ocupação de novas terras, em contraposição com o progressivo abandono de regiões tradicionais como o Sul e o Sudeste, além do Nordeste. Terras anteriormente inaproveitadas e de valor reduzido, são "valorizadas" por pesados investimentos públicos em infra-estrutura e tem sua ocupação produtiva viabilizada pelos recursos do crédito rural. Enquanto isso, abandona-se mais de 3,8 milhões de areas de lavoura, em regiões de infra-estrutura já consolidada como o Sul/Sudeste (MARTIN & GONÇALVES, 1995).

Tabela 20.- Participação Percentual das Mesoregiões no Crédito de Custeio e no Valor da Produção, Brasil, 1969-88.

Período	Norte/Centro-Oeste		Nordeste	
	Custeio	Produção	Custeio	Produção
1969/70	7,15	4,92	10,05	19,91
1972/75	7,83	6,19	8,86	17,84
1979/81	10,74	6,11	13,63	16,72
1983/85	14,84	7,63	10,35	16,31
1986/88	18,95	7,98	10,43	17,27
Período	Sudeste		Sul	
1969/70	43,06	34,39	39,74	40,78
1972/75	38,09	30,08	45,22	45,90
1979/81	30,68	36,76	44,95	40,41
1983/85	32,12	40,93	42,69	35,13
1986/88	29,25	43,00	41,37	31,75

Fonte: GATTI, VIEIRA & SILVA (1993).

A distribuição regional do crédito rural reflete de maneira direta a preponderância das atividades desenvolvidas em cada localidade. No geral, a distribuição do crédito rural de crédito de investimento agropecuário, mostra ainda o privilegiamento da produção agrícola sobre a pecuária. Nos anos 70 a participação das lavouras situou-se no patamar dos 70%, tendo aumentado para 80% no início dos anos 80 e numa continuidade da tendência crescente atingiu 90% no final dessa década, recuando entretanto para os níveis de 62% e 76% nos últimos dois anos respectivamente. No conjunto do período 1969-90 tem-se um notória prioridade para a produção vegetal que recebeu não só percentuais sempre mais elevados de valores emprestados bem como, quando os recursos se tornam escassos essa participação aumenta ainda mais com a redução da destinação relativa à produção animal(GONÇALVES & FONSECA, 1995). A explicação está nas distintas características das atividades, pois algumas lavouras priorizadas, como a soja, inserem-se mais concretamente no padrão global adotado. Basta lembrar que do conjunto dos grãos o Brasil importa a maioria e constitui-se como exportador relevante apenas no complexo soja, e nos animais, na produção integrada de frango de corte. Essa realidade de concentração da distribuição entre culturas fica visível no crédito para custeio, cujos contratos particularizam esse tipo de destinação (Tabela 21).

A preponderância de determinadas culturas, mais inseridas na dinâmica da agricultura industrial, revela-se nitida no caso da soja, matéria prima de multiplas destinações agroindustriais. A participação da soja no valor da produção eleva-se de 3,3% para 12,6% entre 1969/70 e 1986/88, enquanto a proporção nos valores do custeio cresce de 4,7% para 22,7%. Situação assemelhada verifica-se para o arroz, cultura em que o percentual do valor da produção decresce de 13,4% para 7,7%, o mesmo ocorrendo com os recursos de custeio, mas cujo ritmo se mostra mais lento (18,6% para a 14,9%). No geral, a concentração na distribuição do crédito rural entre culturas privilegiou certas culturas anuais, soja e arroz, que receberam volumes de recursos no crédito rural superiores às suas respectivas participações no valor da produção. Por outro lado, na mandioca e no feijão, a realidade mostrou-se inversa. Mas esse quadro de privilégios fica mais nítido, quando relaciona-se culturas e regiões.

Na década de 70, a concentração pode ser verificada entre culturas na mesma região. Na região Nordeste, a mandioca tinha uma participação no valor da produção regional de 10 a 20% mas recebia parcelas de crédito que variaram de 1,7 a 3,0%, enquanto que a cana para indústria, com uma participação regional de 11 a 17% foi contemplada com 34 a 61% dos recursos do crédito. Esse mesmo quadro verificou-se entre uma mesma cultura em distintas regiões, como no caso do arroz que na região Sul recebeu de 32,8% a 51% do crédito para uma representatividade no valor da produção de 30,8 a 34,7%, enquanto que no Nordeste esse produto, mesmo correspondendo de 11,9 a 15,8% do valor, recebeu de 3,7 a 5,0% do crédito (PINTO, 1980). Assim, "na medida em que a orizicultura, no Maranhão, recebe apenas 2,9%

do crédito concedido e no Rio Grande do Sul e Goiás, respectivamente 5,2 e 8,5 vezes esse montante, fica evidente o subsídio destinado à grande produção e às regiões de maior penetração capitalista" (BURNIER, 1980).

Tabela 21.- Participação Percentual das Culturas no Crédito de Custeio e no Valor da Produção, Brasil, 1969-88.

Período	Algodão		Cacau		Cana para Indústria	
	Custeio	Produção	Custeio	Produção	Custeio	Produção
1969/70	16,03	8,45	1,82	3,15	9,61	10,78
1972/75	10,19	6,96	0,94	2,62	9,00	8,83
1979/81	6,47	4,08	1,30	2,97	7,88	13,65
1983/85	8,01	5,28	1,31	3,57	11,52	14,67
1986/88	6,59	2,68	1,17	3,42	8,03	16,99
Período	Mandioca		Milho		Soja	
1969/70	1,15	8,90	16,59	15,06	4,74	3,32
1972/75	0,70	7,12	12,03	13,19	16,86	14,73
1979/81	2,16	7,02	11,97	13,34	21,05	14,80
1983/85	1,54	5,55	12,40	11,34	26,51	16,37
1986/88	0,90	8,04	16,85	10,84	22,65	12,57
Período	Trigo		Amendoim		Arroz	
1969/70	7,99	5,67	2,81	2,22	18,64	13,39
1972/75	9,22	3,47	0,95	1,09	15,79	13,64
1979/81	9,97	3,47	0,66	0,53	15,00	9,64
1983/85	4,95	4,60	0,46	0,43	14,82	8,42
1986/88	9,68	8,00	0,34	0,15	14,93	7,74
Período	Batata		Café		Feijão	
1969/70	...	...	18,12	12,87	2,51	8,62
1972/75	3,09	1,94	17,85	13,94	2,36	8,03
1979/81	1,49	2,23	15,32	13,49	5,15	9,51
1983/85	1,59	1,48	9,94	15,91	4,46	5,43
1986/88	2,55	1,60	7,59	12,33	4,64	4,62

Fonte: GATTI, VIEIRA & SILVA (1993).

A soja no Brasil Central consiste no caso mais recente, pois nos anos 80 assumiu a posição desempenhada pelo arroz nessa região. Os recursos proporcionalmente alocados na atividade crescem na mesma proporção do avanço do cultivo dessa leguminosa em grandes areas. No Centro-Oeste (Cerrados), no final dos anos 70, " os contratos (de crédito rural) tem tido um valor médio bastante elevado. Este fato, provavelmente esta relacionado à instalação de grande empresas nesta area, bem como às facilidades proporcionadas por programas especiais de financiamento" (PINTO, 1981). Exatamente em função de que, "a maior aptidão do Centro-Oeste à motomecanização agrícola dá a essa região vantagens comparativas nas atividades onde são maiores os ganhos de escala e em que ... o emprego da máquina é mais rentável. Uma vez que esse é o caso da soja, ter-se-ia, assim, uma explicação adicional para o 'fenômeno soja' no Brasil Central" (RESENDE, 1990). Corroborando essa constatação, nota-se nos anos 90 a expansão nessa mesma região dos plantios de algodão e do milho, culturas caracterizadas pelo grande incremento da mecanização da colheita, além da atração da criação de suínos e aves aproveitando as condições para produção do principal insumo, a ração (soja e milho).

As relações entre culturas, regiões e o crédito rural consubstanciam as distintas situações de inserção no movimento de construção e irradiação do modelo norte-americano de agricultura na realidade brasileira. Forja-se aqui um mosaico de realidades conformadas pelas diferentes inter-relações entre o movimento do capital em geral e os elementos de cada realidade, bem como resulta da postura do Estado Nacional frente a esse processo. Em sintese, "a concentração espacial do crédito rural, assim como no caso da concentração entre lavouras, é produto do grau de integração agroindustrial atingido pelas culturas, a nivel sub-regional. Ela é reflexo das formas regionais de organização da produção e da integração nos mercados nacionais e internacionais nas estruturas industriais....Em suma, a concentração espacial do crédito rural acaba por ser a resultante dessas diferentes manifestações regionais das formas de organização da produção das diversas culturas, o que transforma a questão espacial num problema relacionado ao grau de capitalização e integração ao desenvolvimento do capitalismo nacional"(SERVILHA, 1994).

Os niveis de concentração da distribuição do crédito rural altera-se no correr das décadas de 60 a 90, mas mantem distorções importante ao gerarem privilégios privados. Na primeira metade dos anos 70, "o crédito rural concentrou-se nas regiões mais desenvolvidas do país (Sul e Sudeste), nas culturas destinadas à exportação e/ou industrialização e nas propriedades de maior tamanho. Na segunda metade da década, a concentração regional e por agrupamento de produtos mostra redução"(GATTI, VIEIRA & SILVA, 1993). Assim, "no período 1975-80, os resultados sugerem uma sensível melhoria na distribuição dos financiamentos rurais, tanto em favor das regiões mais pobres como em favor dos pequenos agricultores ... (entretanto) ... isso não significa que a distribuição do crédito rural deixou de ser concentrada

e seletiva. Apenas 20% dos estabelecimentos rurais do país receberam algum tipo de crédito, institucional ou não, em 1980" (SHIROTA, 1988). Essa realidade de melhoria distributiva, indicava que " o funcionamento do sistema de crédito rural teria permitido um nivelamento interno, ainda que não completo, nas diversas regiões, em termos de proporcionalidade entre o volume de crédito recebido e contribuição para a produção e em termos da capacitação financeira visando à elevação da produtividade... Esse resultado ... deve estar intimamente associado à generalização da forma modernizada que assumiu a produção agrícola brasileira na década de 70, bem como ao aprofundamento da especialização regional em determinadas atividades agrícolas ou pecuárias associadas àquele processo" (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1987). Entretanto, a expectativa de uma situação mais equilibrada vê-se frustada nos anos 80, para os quais " os resultados encontrados ..., contrariando as previsões de alguns autores, indicaram uma piora do perfil distributivo do crédito de custeio agrícola" (GATTI, VIEIRA & SILVA, 1993).

Ressalte-se que no momento de construção da base estrutural da nova agricultura, representado pelos anos 70, em que os recursos foram abundantes, a regressividade foi a marca do crédito rural. Nesse período áureo, segundo PINTO (1980) o crédito rural produziu como principais resultados: a) " para nenhum produto e em nenhuma região o aumento da produção acompanhou a expansão dos recursos destinados ao financiamento da agricultura"; b) "para nenhum produto e em nenhuma região, o aumento de produtividade correspondeu ao crescimento dos valores aplicados em crédito rural"; c) "os produtos mais favorecidos pela política de crédito rural foram aqueles que são considerados dinâmicos (algodão, café, cana para indústria, soja, trigo e arroz em algumas regiões), no sentido de que se relacionam fortemente com as indústrias que se situam à montante e à jusante do processo produtivo"; d) " a desigual distribuição dos recursos do crédito rural entre as diversas regiões do País ... sem dúvida alguma vem contribuir para o aprofundamento das desigualdades regionais", e) "a desigual distribuição do crédito dentro das regiões, tanto entre produtores como entre produtos, é acentuada"; f) " na medida em que há uma concentração do crédito rural entre os produtores, em favor dos maiores, entre os produtos, em favor dos mais dinâmicos, entre regiões, em favor das mais desenvolvidas, o que se verifica é uma política de crédito comandada por aqueles setores mais integrados ao processo de acumulação do capital na economia brasileira" (PINTO, 1980).

Essa situação torna-se mais grave e dramática quando agrega-se à analise o fato de que os subsídios cresceram vertiginosamente nessa década. " Estes subsídios que significam uma transferência que a sociedade realiza para o setor agrícola, em realidade estão beneficiando um número reduzido de grandes agricultores ... Ao beneficiarem-se dos recursos baratos do crédito rural, os grandes proprietários deixam de aplicar recursos próprios na atividade agropecuária ... Um dos destinos dos recursos próprios dos grandes proprietários, substituídos pelos financiamentos, é a compra de mais terras. Isto pode ser comprovado pelos dados do

censo agropecuário de 1975, onde se constata que entre as propriedades de maior área é que se verifica a maior parcela de aquisição de terras, não apenas em termos absolutos, mas também em relação aos investimentos totais realizados" (PINTO, 1980). E quem se beneficiou? "Os beneficiários dessas subvenções são apenas agricultores que se utilizam do SNCR... 80% os estabelecimentos rurais brasileiros não recebem crédito rural oficial. Por outro lado, entre os 20% que participam do SNCR, o crédito esta altamente concentrado. Recorde-se que 1% dos maiores mutuários recebe 40% do total dos créditos. Isto significa que apenas 10.000 grandes produtores(1% de 1 milhão que é 20% de 5 milhões de estabelecimentos) estão sendo beneficiados com 40% das transferências proporcionadas à agricultura e que ... atingem um montante altamente significativo" (PINTO, 1980).

Essa conta do subsídios recaiu sobre toda a sociedade pois as autoridades governamentais que utilizavam fontes inflacionárias de recursos para cobrir os gastos com crédito rural. Por outro como os grandes tomadores apropriavam a maior parte dos recursos, eram os mais beneficiados com os subsídios (SAYAD, 1982). Isso quando "as transferências liquidas resultantes das taxas reais de juros negativas chegaram a somar um considerável volume de recursos. Tomando um período extremo, verifica-se que em 1979 e 1980, por exemplo, o montante de subsídios atinge a casa dos 20% do PIB do setor agrícola e 2,2% do PIB brasileiro" (SHIROTA, 1988). Mais graves as distorções quando se constata significativos desvios de finalidade do financiamento rural nessa época. Numa amostra de 1686 fazendas no ano agrícola 1980/81, "na média apenas 70% dos recursos do crédito rural eram aplicados em termos líquidos na agricultura". Entretanto, os "tomadores de menor tamanho e com baixos índices de liquidez aplicavam, na agricultura, de 140 a 150% dos recursos obtidos no programa de crédito rural, isto é, complementavam os recursos obtidos no programa com 40 a 50% de recursos próprios. Já para os grandes tomadores, nossas estimativas de eficiência assumem valores tão baixos quanto 10 ou 20%" (SAYAD, 1984).

Em função disso, uma das conseqüências mais graves "dos programas de credito com taxas de juros subsidiadas refere-se à distribuição de riqueza. Se a taxa de juros é limitada, uma parcela maior do crédito subsidiado é distribuída em função da distribuição da riqueza prevalecente na economia. Assim, no caso do crédito rural, por exemplo, distribuir-se-á uma parcela maior do crédito subsidiado em função das areas de terra possuídas pelos tomadores. Isso significa que os grandes proprietários terão uma maior parcela do crédito, destarte, acentuará a desigualdade existente na distribuição de riqueza (no caso do exemplo, terra) distribuindo mais subsídios para aqueles que já detem um maior volume de riqueza" (SAYAD, 1977). Isso numa condição onde "os pequenos agricultores de baixa renda - caracterizados por uma inadequada dotação de recursos materiais e humanos - não tem tido acesso ao crédito rural subsidiado. Tendo permanecido assim à margem do sistema oficial de credito rural, esses pequenos agri-

cultores ficaram também à margem do processo de modernização da agricultura, ou seja, não foram capazes de participar dos ganhos de renda e de produtividade na agricultura... O resultado foi uma tendência à concentração de renda e riqueza dentro da agricultura e, coincidindo com uma ampliação de oportunidades de emprego fora da agricultura, uma dramática intensificação do êxodo rural" (RESENDE, 1986). Não sem razão que se constata, nesse período, que "é impressionante a similitude da distribuição da terra e do crédito, o que é um indicador de que a política agrícola é condicionada pela estrutura agrária" (PINTO, 1980).

Além de privilegiar as grandes propriedades, o crédito rural nos anos 70 provoca expressivo aumento do preço da terra que muda de patamar no período 1970-75, quando "apesar da elevação do nivel tecnológico, e da elevação de sua influência sobre o preço da terra, os elementos não produtivos (especulativos) apresentaram um maior crescimento no período. Elementos especulativos estes, provavelmente advindos da própria política creditícia, que possibilitam ganhos não produtivos elevados, mas extremamente dependentes da propriedade territorial"(REYDON, 1984). Nas regiões de fronteira agrícola essa especulação ganha força, pois "a expansão do arroz se explica tanto pela lucratividade corrente da produção como também pela incorporação econômica da terra com sua concomitante valorização. Para isso foi fundamental a ação do Estado através do crédito. Assim, apesar do alto volume de capital aplicado nas lavouras de arroz de cerrado, o valor do capital empregado pelo fazendeiro é baixo e esta expresso no baixo valor da terra. Como o Estado financia todos os investimentos necessários, bem como todo o custeio, a crédito subsidiado inclusive, o volume de produção gerado é bastante alto se comparado com o baixo gasto de capital inicial. Com isso, considerando-se esse capital inicial, o lucro obtido com essa produção é alto. Aliando-se a isto a grande valorização da terra, a resultante deste processo é uma enorme expansão da lavoura de arroz do cerrado. É, portanto, fundamental o processo de valorização de capital que se estabelece a partir da terra" (SERVILHA, 1994).

O estancamento da elevação dos preços da terra no Sul-Sudeste nos anos 90 guarda relação com os enormes ganhos com a valorização da terra do Brasil Central, agora dedicada ao plantio da soja, promovendo o deslocamento de capitais para aquela região. Como regra geral o credito rural constituiu-se num instrumento da modernização da agropecuária não apenas compatível com os antigos grandes latifúndios, agora tornados empresas agrícolas, mas ainda propiciou o acirramento dessa característica da estrutura fundiária brasileira. Em resumo, "as políticas de crédito generosas, os subsídios à compra de máquinas e de insumos modernos e mesmo boa parte do esforço de mudança tecnológica tem beneficiado primordialmente esses grupos (a agricultura comercial, a grande pecuária, os terratenentes). Com isso elas vem contribuindo fortemente a um aumento na concentração da renda rural, tanto em termos pessoais como regionais. Como são os grandes agricultores, as empresas rurais, os

terratenentes e os especuladores fundiários os que mais acesso tem às políticas de incentivos, são eles que mais lucram com suas atividades e que mais recursos tem para investir e ampliar o seu estoque de terras" (MUELLER, 1982).

- Aliando Renúncias Fiscais e Subsdídio ao Crédito: os novos donatários dos megaprojetos de incentivos fiscais

As políticas de sustentação à grande propriedade desde os anos 70 incorporam outro instrumento importante para a atração de investimentos localizados, representado pelos incentivos fiscais. Esse mecanismos viabilizaram vários megaprojetos que conformaram a política de ocupação do território, principalmente em áreas da fronteira agricola no Brasil Central e Amazônia, além de certas zonas do Nordeste. Essa pratica faz lembrar as benesses oferecidas pela coroa portuguesa para colonizar o Brasil no sistema de capitanias hereditárias. Até mesmo o motivo de garantir a integridade territorial, no caso amazônico principalmente, mostra-se semelhante. Os fundos de investimento criados com tal objetivo aprovaram projetos envolvendo montantes significativos de recursos, os quais nem sempre foram destinados às atividades delineadas.

Um desses foi o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) que, com base em incentivos fiscais aprovou 621 projetos agropecuários e agroindustriais no período 1967-85 totalizando R$ 22,4 bilhões (em valores constantes de dezembro de 1996), concentrados principalmente no Estado de Mato Grosso (71,3%). Desses projetos, por diversas deficiências foram cancelados 40 projetos com prejuízos de R$ 1,8 bilhão e, dentre outras irregularidades constatadas de 86 projetos novos, 48 não estavam em 1985 com sua situação cadastral regularizada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Mesmo nos projetos executados os resultados foram decepcionantes, pois verificou-se "haver 94 projetos agropecuários e agroindustriais implantados, e sendo que tres apresentaram rentabilidade concluiu-se que os projetos incentivados são extremamente ineficientes. A situação se repete quanto aos projetos em implantação, mesmo com a ressalva que, num universo de 527, aproximadamente 290 são novos" (GASQUES & YOKOMIZO,1990).

No aspecto estrutural a concepção de megaprojetos, envolvendo enormes areas, consubstancia o padrão de ocupação proposto, ou seja centrado nas grandes propriedades que representam verdadeiras sesmarias dos anos 70 do século XX. Nos projetos agropecuários a area média varia de um minímo (não tão mínimo assim) de 7 mil hectares para projetos realizados no Estado do Amazonas até o máximo de 31,4 mil hectares para projetos executados no Estado de Mato Grosso. Nos agroindustriais as areas foram menores, porém ainda muito expressivas, entre 3,9 mil e 5 mil hectares. Outro aspecto que lembra com nitidez o processo de colonização de outras regiões brasileiras esta na atividade da pecuária extensiva de corte, qual seja

trata-se de um processo onde derruba-se a mata, planta-se uma graminea e solta-se o gado a pastejar muito mais para esperar uma valorização futura que propriamente produzir carne (Tabela 22). A constatação dos fracos resultados obtidos com esses projetos amazônicos, estimulados por de incentivos fiscais, corrrobora a perspectiva de ocupação especulativa das terras, em grandes extensões.

Tabela 22.- Número, Area Média e Atividade Principal, dos Projetos do FINAM, Implantados por Unidade da Federação até julho de 1985

Setor/estado	N° de Projetos	Area Média (ha)	Atividade
Agropecuário			
- Amazonas	2	7.037,5	pecuária de corte
- Goiás	10	14.102,3	corte, cria e recria
- Mato Grosso	51	31.433,9	corte, cria e recria
- Pará	29	16.334,3	corte, cria e recria
Agroindustrial			
- Goiás	1	5.000,0	cultivo e industria de arroz
- Pará	1	3.914,0	industria de palmito e geléias

Fonte: SUDAM-DAI, citado em GASQUES & YOKOMIZO (1990).

No Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) a realidade não revela-se muito diferente. Nos projetos agropecuários, em número de 867 (94 de lavouras e 773 de criações) nos quais foram aplicados R$ 41,9 bilhões (valores constantes de dezembro de 1996), objetivando criar 44,9 mil empregos, a maioria não conseguiu sair da situação de latifúndio por exploração, sendo que, de uma relação de 158 projetos, 52 não tinham sido cadastrados junto ao INCRA. Os desempenhos precários e os reduzidos efeitos desses incentivos na economia nordestina podem ser aferidos na conclusão de que, "mesmo nas empresas rurais, os projetos FINOR tem obtido rendimentos baixos, mesmo em relação à região Nordeste. Isto implica que também as empresas rurais tem tido impacto transformador reduzido, uma vez que não conseguiram sair dos limites mínimos dos rendimentos regionais" (COMIF, 1986). Noutras palavras, foram aplicados volumes expressivos com base na idéia de alavancar a economia nordestina e abrir uma opção de renda nessa que representa a região com maior concentração de miséria no Brasil, mas os resultados foram pífios.

Mais grave ainda, quando se constata que a distribuição dos recursos do FINOR também revela uma enorme concentração. Nos 423 projetos agropecuários, a area média foi de

5,9 mil hectares e nos agroindustriais de 4,5 mil hectares perfazendo um total de 441 projetos com area média de 5,5 mil hectares. Contribuiu para isso o grande número dos que se apropriaram de areas superiores a 2 mil hectares (Tabela 23). Apesar de contemplarem areas médias inferiores às observadas nos projetos do FINAM, os projetos FINOR caracterizam-se por uma clara opção pela grande propriedade, justificadas em nome da escala do empreendimento e com isso de efeitos amplificados sobre a realidade. Entretanto, além da valorização especulativa das terras onde esses projetos foram instalados, quase sempre deslocaram antigos moradores que praticavam criações e lavouras de subsistência em terras comuns (os gerais) não tituladas. Dessa forma, não apenas os resultados dos projetos não alteraram o panorama da realidade local, como além de concentram benefícios promoveram a expulsão de parcela do moradores que, se não viviam na abundância, ao menos sobreviviam. A grande propriedade, principalmente de pecuária, pouco emprego gera nas economia nordestina e, as grandes empresas, nessas condições aí instalaram-se somente em busca de subsídios, do qual fizeram farta colheita.

Tabela 23.- Distribuição dos Projetos do FINOR, Segundo as Classes de Area e Area Média (1), Julho de 1985.

Classe (ha)	Agropecuária		Agroindústria		Total	
	Nº	Ar.Média	Nº	Ar. Média	Nº	Ar. Média
menos de 500	40	143	1	242	41	146
500 a 1.000	14	740	1	614	15	732
1.001 a 1.500	29	1.298	1	1.195	30	1.295
1.501 a 2.000	22	1.781	2	1.611	24	1.767
mais de 2.000	318	7.535	13	5.970	331	7.747
Total	423	5.884	18	4.605	441	5.532

(1) em hectares.
Fonte: COMIF (1986).

Destoam dos fundos de investimento por meio de incentivos fiscais acima descritos, os Fundos de Investimentos Setoriais (FISET), em especial o FISET/reflorestamento, com recursos aplicados em varias unidades da federação e, onde os resultados econômicos foram mais animadores pois " os estímulos fiscais contribuiram para o crescimento e solidificação da posição expressiva que ocupam hoje (1985) aqueles setores silvi-industriais mais importantes (papel e celulose, siderurgia a carvão vegetal, madeira processada mecanicamente), seja pela substituição de importações alcançada, seja pela efetiva contribuição às exportações, e pelos significativos avanços na area da biotecnologia. De outro lado, geraram grandes distorções, que vem

provocando críticas contundentes de diversos segmentos sociais quanto aos custos sociais envolvidos, dada a seletiva dosagem imprimida pela prolongada vida do instrumento" (COMIF, 1986). Embora destoe dos demais por ao menos ter consolidado as bases do complexo florestal, o FISET-reflorestamento não ficou imune a desvios e ao perfil regressivo encontrado nos demais fundos.

Dentre as distorções do FISET/reflorestamento, destaca-se o "diferencial entre o custo incentivado e o de mercado, da ordem de 110% em 1975 e de 76,5% em 1976, superiores aos custos de mercado" (COMIF, 1986) o que permitiu ganhos expressivos de benefícios pelas empresas. Além disso, implantou-se florestas em áreas mal localizadas, de difícil uso da produção, como em Mato Grosso do Sul onde plantou-se 460 mil hectares, em especial *eucalyptus*, que estavam ociosos em 1985, com cerca de 180 mil hectares comprometidos com fogo, formiga, pragas e geadas, ou seja 39,1% da area cultivada. Por outro lado, na maioria dos casos "a ineficiência dos projetos incentivados ficou evidente através das seguintes constatações: a) baixos rendimentos volumétricos da madeira reflorestada, após transcorridos 20 anos de incentivos à atividade, incompatíveis com o nível tecnológico silvicultural alcançado por alguns subsetores mais produtivos; b) parcela considerável de plantios com época de corte vencida, sendo antieconômicos por falta de mercado consumidor ou por má localização; c) muitos plantios de árvores em terras agrícolas; d) alta rotatividade de empresas do setor atuando apenas no período incentivado dos projetos e; e) estímulo indireto à remoção de florestas nativas" (COMIF, 1986).

Não bastasse esses problemas, eles foram magnificados pela dimensão territorial envolvida, pois no FISET/Reflorestamento, o volume de terras envolvido foi extremamente expressivo, representando o cultivo com *pinus* e *eucalyptus* de extensão de terra superior a 3,4 milhões de hectares no período 1971-82, ou seja superfície superior à metade da area agrícola paulista e mais que a area de cana para indústria, principal cultura dessa mesma unidade da federação no triênio 1994-96 (GONÇALVES et al, 1997). Outro aspecto que magnifica a concentração pode ser verificado no número reduzido de firmas que acabaram ocupando toda essa extensão de terras, totalizando 1.336 empresas, ou seja uma area media maior que 2,5 mil hectares. Nos estratos superiores, um conjunto de 90 firmas conseguiu a aprovação de megaprojetos, todos com areas superiores a 10 mil hectares, sendo contemplados com nada menos que 2,3 milhões de hectares, ou seja uma area média de mais de 25 mil hectares por firma. Apesar da concentração de firmas ocorrer nos projetos inferiores a 500 ha (60,4%), na verdade a concentração pode ser ainda maior, dado que uma firma pode ter projetos em mais de um estrato(Tabela 24). Os grandes maciços florestais, regionalmente localizados, mudaram a paisagem da agropecuária de várias localidades, pouco contribuindo para o emprego e retirando da atividade produtiva por vários anos, parcelas importantes de solo agricultável.

Tabela 24.- Distribuição do Número de Projetos, de Firmas e da Area Cultivada, dos Reflorestamentos por Incentivos Fiscais, Brasil, 1971-82.

Classe de area dos projetos (ha)	Firmas		Area Média		Area	
	Nº	%	Ha	Indice(1)	Hectares	%
menos de 500	807	60,4	200,6	8	161.883	4,7
501 - 1.000	168	12,6	707,6	27	118.883	3,4
1.001 - 5.000	216	16,2	2.219,2	86	479.339	13,9
5.001 - 10.000	55	4,1	6.730,9	261	370.199	10,7
mais de 10.001	90	6,7	25.758,1	998	2.318.226	67,2
Total	1.336	100	2.581,2	100	3.448.531	100

Fonte: IBDF, citado por COMIF(1986).

Findo o ciclo dos incentivos fiscais procurou-se outros mecanismos de estímulo às denominadas regiões carentes. A Constituição Federal de 1988, no artigo 159 (regulamentado pela Lei Nº 7.827 de 27/09/89) criou os fundos constitucionais para desenvolvimento econômico e social do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados seriam aplicados em projetos nessas regiões. No caso nordestino, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste(FNE) praticando taxas de juros menores que os vigentes no SNCR, além de rebates de até 40% na correção monetária, estimulou inúmeras empresas a se instalarem na região. Os recursos aplicados somaram US$ 1,73 bilhões no período 1990-1993 (1º semestre), dos quais 57% foram aplicados em agronegócios (EVANGELISTA, 1996), principalmente no desenvolvimento dos polígonos irrigados como os do Vale do Rio São Francisco. Atraídos pelos expressivos subsídios advindos dos rebates na correção monetária (em tempos de inflação elevada) vários empresários do Sul-Sudeste, e mesmo empresas de outros setores do Nordeste (em especial empreiteiras), investiram em projetos agroindustriais como o do platô de Niópolis em Sergipe, aproveitando-se das imensas vantagens financeiras que essa decisão propiciava (GONÇALVES & SOUZA, 1994). Isso, mantendo a característica de privilegiar os maiores tomadores numa atitude altamente seletiva quanto aos agropecuaristas regionais (Tabela 25).

Esses grandes projetos nordestinos apresentam como característica geral "uma concentração bastante elevada do valor dos emprestimos concedidos pelo FNE aos grandes produtores. Em número de beneficiários, os micro e pequenos produtores (rurais e industriais) constituem a maioria, tendo havido aumento na sua participação de 86,3% em 1990 para 92,0% em 1993. Em todo período eles representaram 92,7% do total. Não obstante, quanto

ao valor dos empréstimos essa participação caiu para 38,7% em 1990 para 20,7% em 1991 (numa queda de 18 pontos percentuais) recuperando-se ao longo dos anos seguintes, até atingir 37,6% no primeiro semestre de 1993 (27% para o acumulado do período). Já os grandes produtores rurais ou industriais nunca chegaram a representar muito do total de beneficiários. A sua participação naquele total aumentou de 3,5% em 1990 para 4,1% em 1993 (3% para o acumulado do período), mas, quanto ao valor, essa participação evoluiu de 45,6% para 48,2%, devendo realçar que, em 1991, os grandes produtores chegaram a responder por 68,3% dos empréstimos concedidos, com uma participação de 60,3% para o acumulado do período" (EVANGELISTA, 1996).

Tabela 25.- Distribuição Percentual do Credito Agropecuário e Agroindustrial Concedido Pelo Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), 1990-93.

Ano	Pequenos		Médios		Grandes	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
1.990	86,3	44,7	10,5	16,5	3,2	38,8
1.991	94,7	29,1	3.5	16,2	1,8	54,7
1.992	96,7	35,4	1,7	16,2	1,6	48,4
1.993(1)	92,1	60,2	3.9	9,4	4,0	30,4
Acumulado	92,8	40,0	4,4	14,9	2,8	45,1

(1)dados relativos aos empréstimos realizados no 1° Semestre.
Fonte: EVANGELISTA & ARAÚJO (1996).

Os projetos de desenvolvimento da agricultura nordestina, centrados principalmente nos polígonos irrigados frente à limitação do regime hídrico local ao pleno desenvolvimento das atividades, coloca uma questão relevante de cunho estrutural: a incorporação da população local. Defendidos como necessidade de inserção regional na dinâmica do desenvolvimento nacional, esses projetos na verdade não apenas tem se especializado em produtos para satisfazerem a demanda externa (do Centro-Sul do Brasil e/ou do exterior) como frutas como na verdade implicam na "importação" de agropecuaristas. Os polos irrigados são ocupados por empresas e agropecuaristas do Sul-Sudeste (e da região litorânea nordestina) promovendo o êxodo rural dos antigos habitantes, a maioria sem documentação regularizada da terra acabam vendendo

"barato" seus direitos e migrando para cidades maiores[90]. Outro aspecto decorre de que a própria irrigação constitui-se num fator limitante, exigindo agropecuaristas qualificados no manejo do solo e da água, ou seja com capacidade técnica mais aprimorada, da mesma maneira que ocorre nos cerrados do Brasil Central. Dessa forma, a execução desses projetos certamente contribuirá para a alavancagem da economia regional (ainda que com efeito localizado como plataformas exportadoras), mas muito pouco agregam como alternativa social à eliminação da miséria nordestina em nome da qual são desenvolvidos. Na agropecuária aparecem muito mais com os antigos *plantations* que os modernos empreendimentos rurais, ou sejam são excludentes por concepção.

Esses megaprojetos de desenvolvimento setorial estimularam a grande propriedade em se tratando não apenas dos grãos ou da pecuária. Mesmo os projetos de fruticultura de mesa, que poderiam apresentar uma conformação distributiva de menor tamanho dos pomares, em processos intensivos em mão de obra centrados na qualidade, vem sendo implantados privilegiando grandes áreas e grandes empresas. Basta verificar o perfil dos dois polos modernos exportadores de frutas frescas: a uva nordestina (Vale do São Francisco) e a maçã sulista (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Na maçã catarinense, 2% dos pomicultores respondem por 65% da produção (HENSTCHKE, 1994), sendo semelhante a estrutura do caso gaúcho (GONÇALVES et al, 1996b). Outra característica desse polo frutícola esta na elevada verticalização (produção e logística) e na presença de grandes empresas de outros setores da economia como a Portobelo e Randon, atraidas pelos incentivos oferecidos nas políticas públicas. No caso nordestino a perspectiva excludente, de verticalização e de atração de empresas de outros setores e regiões se repete, pelas mesmas razões (BLOCH, 1996).

Assim, finalizando, seja no passado remoto, no passado recente, e mesmo no presente, a grande propriedade e a concentração dos benefícios das políticas públicas representa a marca da atuação do Estado no Brasil. Saindo da cana no nordeste colonial, passando pelo café do Oeste paulista, pela modernização conservadora do pós-70, na ocupação do Brasil Central, nas incursões da novíssima fronteira agrícola na frente amazônica e, chegando à revisita ao Nordeste nos novos projetos de irrigação, num paradoxo de um país tropical e amplo, verifica-se a certeza de que o sol nasceu para poucos. Muitas oportunidades de realizar movimentos

[90] Como entre o anúncio dos projetos e sua implementação decorrem muitos anos, além de que o próprio ritmo mostra-se lento, há a proliferação de ações especulativas. Os "empresários" vão até as areas onde os projetos serão instalados e "compram" as terras dos habitantes locais (muitas vezes os mesmos são coagidos a vender). Na area de Barreiras na Bahia isso aconteceu com freqüência e também nos polos de irrigação do São Francisco. Destaca-se nesse último caso o megaprojeto de irrigação do Jaíba, no Norte de Minas Gerais, que abrangerá cerca de 100 mil hectares, onde conhecida família de usineiros paulistas comprou expressiva parcela de terra exatamente onde seria instalado o projeto (mera coincidência e enorme tino empresarial?) e deverão ser indenizados para viabilizar o empreendimento (Ganham duas vezes, como especuladores e como beneficiários do investimento subsidiado na parcela de terra que não venderem).

desconcentradores foram relegadas ao segundo plano, com o enfrentamento da questão agrária sendo postergado em favor de alternativas de políticas que reforcem a grande propriedade territorial. Em toda história da agricultura mostra-se presente a força política dos grandes proprietários de terras engendrando políticas de proteção e valorização do patrimônio, no Nordeste isso fica nítido tanto quando se visualiza o "senhor os engenhos" coloniais como o "senhor das águas" dos modernos polos de irrigação. Exatamente esse perfil de política pública explica o porque dos resultados são distintos, entre a agricultura brasileira e a norte-americana. Aqui acabou-se compondo moderna apenas algumas lavouras de grãos, o que configura uma importação empobrecida do modelo americano de agricultura derivado da 2ª Revolução Industrial. Esse fato foi apreendido por Josué de Castro no início dos anos 50 no seu livro clássico "Geografia da Fome", ao verificar que aqui a realidade mostra-se muito distinta dos Estados Unidos onde " **o surto de industrialização e concentração urbana do leste norte-americano que deu lugar à agricultura intensiva de cereais e à pecuária, o *middle west* e que fez da Califórnia (e não o Texas e os *belts*) o primeiro Estado agrícola da União, com seu cultivo de frutas e de verduras**" (CASTRO, 1957).

5. - DUAS FACES DA MESMA MOEDA: A Abundância das Supersafras e o Flagelo da Fome na Agricultura Brasileira

A modernização da agricultura brasileira, entendida como um problema de elevação da oferta de produtos agropecuários, foi um grande sucesso. Não há como negar os elevados índices de produtividade da terra e do trabalho encontráveis nos núcleos mais dinâmicos da estrutura produtiva. Se as médias nacionais desses indicadores se apresentam inferiores às dos países concorrentes no mercado internacional, isso se deve ao fato de que essas médias não representam a realidade em função de que a profunda heterogeneidade, consubstanciada numa grande amplitude de desempenhos, distorce os resultados. Olhando os números absolutos de produção dos principais produtos, bem como as alterações operadas na composição da produção, nota-se que a questão agrícola brasileira pelo lado da oferta está resolvida. Argumentos de que as supersafras do início dos anos 90 pouco representariam frente a uma demanda reprimida, em razão do não acesso ao mercado por parte de contingente expressivo da população, na verdade reforçam o sucesso das transformações, pois a capacidade de crescimento da oferta, em resposta a aumento na demanda, manifesta-se como significativa para os principais produtos.

No final dos anos 50 o diagnóstico da oferta agrícola brasileira mostrava que "a elevação da produção agrícola tem sido, até agora, obtida principalmente através da ampliação das áreas cultivadas e utilização de terras novas .... no caso das culturas anuais, a exploração do solo em muitas regiões tem um caráter itinerante ... Os rendimentos por hectare destas culturas são extremamente baixos. Este fato redunda no preço elevado de alimentos para as populações citadinas e em deficiente nível de vida para o trabalhador rural . A baixa produtividade agrícola brasileira é evidenciada pela comparação dos nossos índices com os de alguns outros países" (FAGUNDES et al, 1959). Esse perfil de expansão nitidamente extensivo não foi modificado com a execução do Plano de Metas (1957-60), que "não dedicava atenções à transformação estrutural do setor agropecuário ... Tampouco preocupava-se com o problema da má distribuição de renda".(LESSA, 1975).

Na crise dos anos 60, quando o problema do custo de vida atingiu duramente a população urbana, esse desempenho extensivo foi colocado em questão, reforçando a necessidade de transformar a agricultura brasileira com a modernização setorial. Essa política foi intensamente seguida no restante da década de 60 e por toda a de 70, obtendo os expressivos resultados no tocante à elevação da oferta. Como coloca CARMO (1994), "a oferta de produtos agropecuários teve expansão significativa nos anos da modernização e da "caificação" da agricultura,principalmente para aqueles com maior possibilidade de industrialização. A produção aumentou vigorosamente no país desde 1960, respondendo a estímulos de mercado externo

e também interno... Os aumentos da produtividade, dependendo do grau de tecnologia envolvido, mostraram-se também importantes, embora não tenham tido uniformidade na sua adoção. Muito embora a tecnologia tenha sido incorporada de forma bastante heterogênea, isto não significa incapacidade técnica da produção agrícola, dado o crescimento observado, mas margens de expansão ainda grandes e inexploradas pela política agrícola".

Entretanto, esse desempenho de significativo crescimento da oferta agrícola, com base na elevação das produtividades, não levou à superação do problema da fome para parcela importante da população brasileira, o que evidencia uma realidade de desigualdade. Em 1957, Josué de Castro escrevia que "das cinco diferentes áreas que formam o mosaico alimentar brasileiro, três são nitidamente áreas de fome: a area amazônica, a da mata e a do sertão nordestino. Nelas vivem populações que, em grande maioria - quase diria na sua totalidade -, exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis de fome coletiva" (CASTRO, 1957). A realidade atual revela-se extremamente perversa, ainda que espacialmente tenha havido alguma modificação.

O **mapa da fome**, elaborado por PELIANO et al (1993), revela que em 1990 existiam no Brasil 9,2 milhões de famílias cuja renda familiar correspondia, no máximo, ao valor da cesta básica de alimentos capaz de atender aos requerimentos nutricionais recomendados. Desse total 4,5 milhões estão na região Nordeste (48,7%), 2,6 milhões na Sudeste (28,5%), 1,3 milhão na Sul (14,1%), 600 mil na Centro-Oeste (6,5%) e 198 mil na região Norte (2,2%). No tocante à distribuição entre campo e cidade, 4,1 milhões vivem na zona rural (44,2%) e 5,1 milhões nas cidades (55,8%), donde 1,5 milhão nas areas metropolitanas (16,6%) (PELIANO et al., 1993). Portanto, persiste um quadro em que expressiva parcela da população está submetida à fome num país cuja agricultura revela modernidade e supersafras. Esse paradoxo revela que a solução do lado oferta da questão agrícola concretizou-se sem realizar o mesmo do lado da demanda, ou seja, o outro lado da moeda. Ou ainda, a outra navalha da tesoura de preços continua retalhando as condições e as expectativas de vida de grande parte da população brasileira.

Essa resultante do conflito distributivo, que foi acirrado com a piora na distribuição de renda, tem inúmeros elementos que impediram e continuam impedindo que a modernidade ganhe em amplitude na economia e na sociedade brasileiras. O sucesso da modernização da agricultura no tocante à oferta, por seu turno, mostra que a fome se configura como um anacronismo, fruto de constrangimentos decorrentes unicamente do perfil de sociedade, haja visto que não se apresentam entraves produtivos para eliminá-la. Essas inúmeras faces de uma mesma realidade: de supersafra e fome, de moderno e atrasado e, de outros paradoxos da agricultura e sociedade brasileira, decorrem de que o processo de desenvolvimento não superou as dicotomias então existentes. Ao contrário, "a economia brasileira heterogênea, desigual,

contraditória, cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolistas com oligopolistas e concorrenciais. Inclusive está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente determinada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo" (IANNI, 1981).

5.1 - Duas Teses Vencidas na Questão Agrícola: Produção Insuficiente e Preços Escorchantes

As transformações da agricultura brasileira nas últimas décadas convergiram para a superação de dois elementos até então sempre presentes no debate setorial: a produção insuficiente e a pressão dos preços agropecuários sobre o custo de vida urbano. No início dos anos 60, em pleno processo de industrialização conjuminado com o acirramento da urbanização, essas teses ganharam adesões em segmentos dos analistas da economia brasileira, preocupados com a necessidade de que a agropecuária cumprisse sua função de provedora de alimentos fartos e baratos para sustentar o desenvolvimento econômico. Alguns desses estudiosos chegaram mesmo a indicar essa deficiência como decorrente de constrangimentos estruturais, ou seja pertinente à questão agrária uma vez que seria a existência dos latifúndios a causa do problema. A implementação do processo de modernização agropecuária inserido dentro da estratégia de industrialização da agricultura, hegemonizada por forças conservadoras que mantiveram intocada a propriedade fundiária, iria convalidar o equívoco dessa formulação. O processo ensejado mostrou que a oferta abundante e menores preços pagos pelo consumidor pelos produtos agropecuários não era incompatível com a grande propriedade. Ao contrário, parece ter sido funcional com a concentração da posse da terra. Rediscutir esses temas, como estratégia de passar a limpo o debate em torno dos mesmos, revela-se elucidador de vários aspectos da realidade atual.

5.1.1 - Questão da Incapacidade de Produção: A Polêmica da Inelasticidade e a Dicotomia entre Grupos de Produtos

O desempenho da agricultura no período de modernização econômica brasileira, representado pela industrialização, reforçava, em meados da década de 60, a idéia da incapacidade desse setor em responder aos desafios do desenvolvimento econômico. No debate em torno dessa temática, várias correntes estruturalistas propugnavam que "a subnutrição característica de nosso povo poderia ser rapidamente vencida", conjugando terra e mão-de-obra rural. Nessa abordagem a produção agrícola poderia ser conseguida por dois caminhos : o aumento da produtividade, de caráter intensivo, e o aumento da área de lavoura, de caráter extensivo. O primeiro era vedado ao Brasil face à incapacidade industrial de suprir insumos e

máquinas e à não-existência de "quadros técnicos necessários a uma revolução tecnológica da produção rural". Assim, "a etapa imediata do desenvolvimento de nossa agricultura terá que ter por base o aproveitamento daquilo que se tem de sobra - a mão-de-obra excedente no campo e a terra inculta, retida pela propriedade latifundiária. Quebrado o monopólio da terra, permitido o acesso à terra da imensa massa camponesa sub-utilizada existente no interior rural, poder-se-ia dobrar, mesmo pelos critérios rotineiros , sem grandes investimentos , em dois ou três anos, a produção agrícola, matando definitivamente a fome crônica das populações e liberando, ainda, quantidades apreciáveis para os mercados de exportação" (SCHILLING, 1961). Daí o aumento da produtividade e da oferta agrícolas dependerem necessariamente da reforma agrária. Essa concepção de vincular indissociavelmente a questão agrária à questão agrícola seria amplamente propugnada por várias análises no período e mesmo posteriormente. A idéia geral é de que a produção de alimentos, como todas as questões da produção, seria um componente intrínseco da questão agrária.

A questão dos alimentos, além do enorme apelo político frente à população urbana em crescimento, tinha suporte nas análises que propugnavam uma inelasticidade da oferta. A formulação originária dessa tese deve-se a Ruy Miller Paiva no final dos anos 40, para quem a agricultura paulista não teria respondido aos desafios de incremento de produção decorrentes dos estímulos fornecidos pela demanda dos países aliados em torno dos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial. Esse autor aponta "esta incapacidade de aumentar a produção em resposta a melhorias de preços é a inelasticidade da oferta .... e se São Paulo quiser no futuro consumir a mesma quantidade de alimentos, os preços terão que ser bem mais elevados" (PAIVA, 1949). O rompimento com essa situação, segundo o autor, deveria ser buscado numa profunda mudança nas técnicas de produção, impulsionando a modernização da agricultura, que exigiria condições especiais de crédito e políticas de sustentação de preços.

Também com base na tese da inelasticidade da oferta, mas com outra proposta de solução, a luta pela reforma agrária nos anos 60, cuja crítica caracterizava o latifúndio historicamente como agro-exportador, pressupunha o rompimento com essa face da agricultura, de maneira a voltá-la para o atendimento do mercado interno. Desse modo, a grande propriedade improdutiva deveria ser quebrada, para que, no tocante à questão agrícola, se conseguisse o "aumento da produtividade e da produção agrícolas, objetivando maiores e mais baratos suprimentos às populações urbanas" (SCHILLING, 1960). As duas faces principais e imbricadas da questão agrícola surgem, então, claramente na proposição dessa linha de pensamento. A primeira partia da ótica de que o latifúndio era um empecilho ao desenvolvimento capitalista e, com isso, um notório obstáculo à modernização do campo via progresso técnico. Na segunda, a ociosidade das terras do latifúndio conflita com uma oferta insuficiente de alimentos e outros bens agrícolas, com a agricultura produzindo em volume e preços

incompatíveis com as necessidades da população. A característica exportadora do latifúndio contrastava com um mercado interno mal suprido pelos pequenos e médios agricultores, vivendo em áreas marginais sob a pressão da oligarquia.

Nesse contexto, a realidade era entendida apenas com base na crítica ao latifúndio, incorporando no mesmo problema os aspectos agrários e agrícolas. Por isso, o "Documento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária de 1961" dizia textualmente: "é ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo seu alto custo de vida e ...constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional"(CNLTA, 1961). Ao contrário dessa visão, a análise de RANGEL (1962) definia claramente essa questão de forma diferente,na medida da em que concebia a questão agrícola como solucionável sem a reforma agrária, pois "a escassez de certos bens agrícolas, suscitando uma anomalia na estrutura de oferta agrícola,...embora interessante ao problema agrário propriamente dito, define-se como um problema agrícola, susceptível de solução independentemente da mudança da estrutura agrária".

Assim, para RANGEL(1962), a oferta de bens agrícolas para satisfazer as necessidades urbanas não torna inexorável a exigência de uma reforma agrária uma vez que existem outras alternativas de intervenção governamental que dispensam o confronto com o poder político do latifúndio. Na sua concepção de programa agrário, propugna uma ação sobre a oferta de bens agrícolas de suprimento escasso com a "aplicação conseqüente da política de preços mínimos, organização sistemática do crédito agrícola com apoio na rede já criada de silos e armazéns e expansão dessa rede com o fito de fortalecer o produtor contra a intermediação e de desobstruir os canais de comercialização dos produtos, afastando assim a causa principal das anomalias da estrutura de oferta agrícola".

RANGEL (1986) tinha uma consciência exata da problemática da formação de preços na agricultura, formulando-a em termos da dicotomia exportáveis/domésticos. Diz ele que "a comercialização dos produtos agrícolas no Brasil obedece a dois critérios diferenciados: se trata de produtos de exportação ou de produtos para o mercado interno. No primeiro caso vamos encontrar condições estimulantes para a produção, ao passo que no segundo predominam condições depressivas, as quais respondem por uma oferta aleatória e insuficiente, que os ortodoxos estudam como prova do abandono da agricultura, ao passo que os estruturalistas definem como fruto de uma hipotética inelasticidade da oferta agrícola ... nem há tal abandono nem há tal inelasticidade ... tudo depende das condições concretas de comercialização do produto".

O período recente foi caracterizado pela realização de um grande conjunto de estudos, cuja linha básica do ponto vista conceitual está calcado na visualização da dicotomia entre desempenhos de grupos de produtos. No bojo das análises do comportamento da produção por

parte de um grande conjunto de autores, destaca-se o estudo de BARROS (1979) que analisa a tendência da produção de alimentos (domésticos) em contraponto aos exportáveis em função da política agrícola no Brasil [91]. Para BARROS (1979), " a análise da política agrícola e das taxas de crescimento, da produção e da produtividade sugere que a agricultura brasileira pode ser, hoje, dividida em dois subsetores: doméstico e exportável. A distinção entre os dois grupos é feita na hipótese de que, no primeiro (produtos domésticos), os preços e as decisões de plantio dependem da demanda local e da política do governo. No grupo exportável admite-se que, além de fatores locais, o mercado internacional sinaliza e determina de forma importante a alocação e o crescimento da produção. Vale observar que os dois grupos de bens concorrem pelo mesmo mercado de fatores mas tem um peso diverso na estrutura de consumo, no sentido de que os bens domésticos são mais relevantes na composição da cesta de consumo popular do que os bens exportáveis".

Essa forma de abordagem que ganhou destaque da metade da década de 70 ao final da década de 80 particulariza a crítica à ação governamental, no sentido de que as políticas não corrigem, ao contrário reforçam, o maior dinamismo dos produtos exportáveis, penalizando o abastecimento interno. Por outro lado, a formulação dicotômica exportáveis/domésticos preconiza um reordenamento das prioridades da política para atender à questão agrícola nacional. Um grande conjunto de aspectos fundamentais concorre para as distorções da oferta agrícola ou é produzidos por elas. No plano geral, nota-se que "no agregado o valor das exportações como parcela da produção dobra, passando de cerca de 10% para 20% (1962/76). Claramente o grau atual de abertura ao exterior do setor primário se eleva persistentemente nos últimos anos" (BARROS, 1979). Desse modo, estaria sendo reforçada, e não minimizada, a tendência histórica exportadora da agricultura brasileira. As culturas para exportação, ao concorrem por fatores, impedem a realocação destes com vistas ao atendimento do mercado interno[92].

---

[91] O estudo de HOMEM DE MELO (1980) segue a mesma linha de analise de BARROS (1979) e procura demonstrar que a produção agropecuária estaria submetida a uma dupla pressão. De um lado o problema crescente do balanço de pagamentos define uma prioridade para a exportação e, de outro, o inadequado abastecimento interno estaria provocando elevação dos preços dos alimentos com a piora nos niveis nutricionais da população.

[92] A tradição da agricultura brasileira tem na economia agro-exportadora sua mais nítida performance histórica. Desde a empresa agrícola formada como decorrência de uma expansão do sistema mercantil ao nivel mundial quando da constituição da agroindústria açucareira nordestina no século XVI ao complexo cafeeiro do século XIX em diante, a opção para realizar suas mercadorias no mercado externo tem sido apresentada como um componente de raiz na economia brasileira (PRADO Jr,1966 e FURTADO, 1972). Pode-se mesmo dizer que a industrialização não alterou significativamente esse desempenho, ao aduzir-se que em São Paulo, principal região industrial brasileira e também mais importante centro exportador nacional, a participação do "complexo agroindustrial" nas exportações foi maior que 30% no período 1983-85 (MONTAGNER, 1987), índices que foram crescentes no final da década de oitenta com a crise da industria tradicional, sendo que os principais produtos da pauta de exportação são café, açúcar, soja e derivados e cítricos. Assim de agro-exportador o

Em decorrência disso, "o setor de produtos domésticos ficou em posição difícil nos últimos anos : os aumentos de preços no mercado internacional e as elevações de produtividade que se seguiram estimularam um aumento de produção ... Com maiores preços e maior nível tecnológico, o setor exportador pode remunerar mais os fatores que utiliza e ampliar efetivamente a produção" (BARROS, 1979). A partir desse diagnóstico fica claro que apenas uma intervenção estatal, no sentido de reorientar os instrumentos de política agrícola, poderia propiciar um processo de inovações tecnológicas na produção de alimentos, incorporando rapidamente uma base técnica que reduzisse os custos de produção para com isso aumentar a rentabilidade com preços cadentes, única alternativa para uma sociedade cujas restrições ao nível da renda impedem a adoção de uma política de preços remuneradores, embora a de preços mínimos possa ter um papel estratégico na estabilização da renda rural dada a estrutura de comercialização de alguns produtos básicos que torna impraticável o simples ajuste pelo mercado.

A reorientação da política governamental faz-se necessária porque " há hoje uma crescente concordância de que a política de crédito agrícola, tal como está formulada, esgotou suas melhores potencialidades. As críticas são geralmente formuladas em três níveis: eficiência, eqüidade e impactos sobre a política monetária. Ao nível da eficiência, argumenta-se que o credito não é um instrumento poderoso o suficiente para direcionar os agricultores a atividades específicas ... no plano da eqüidade,... o subsídio implícito via crédito se eleva ... e a proporção de agricultores que obtém crédito formal é pequena ... e as grandes propriedades contratam o grosso dos recursos ... e a forte expansão do crédito agrícola, nos últimos anos, foi muitas vezes associada com a ampliação das pressões inflacionárias recentes" (BARROS, 1979). Tal estudo caracteriza com precisão, portanto, o esgotamento do padrão de financiamento estatal, gestado na metade da década de 60 e que, após ter sido um sustentáculo do processo de consolidação do modelo "americano" com a modernização e industrialização da agricultura, estava sendo colocado em xeque inclusive na sua face agrícola, o crédito rural subsidiado.

Nesse sentido a análise de BARROS(1979), realizada no final do período áureo da modernização agrícola via crédito subsidiado, mostra claramente os efeitos diferenciados para os dois conjuntos de produtos, propugnando a partir daí uma alteração na formulação da política com o intuito de redefinir o uso dos instrumentos para superar os problemas detectados. Transposta para a questão tecnológica, essa visão dicotômica produz um perfil semelhante. Ao analisar a evolução do rendimento agrícola, PASTORE et al (1976) mostram que a produtividade da pesquisa agrícola é reduzida ou nula para os produtos domésticos (arroz, feijão e milho),

---

Brasil se transformou em agroindustrial-exportador , um dos New Agricultural Countries (NACs) na designação atual desse grupo de países exportadores de agricultura moderna e "competitiva" internacionalmente.

caracterizando o privilegio para os exportáveis (algodão, café, cana para indústria). Isso porque os investimentos em pesquisa são direcionados para os exportáveis em contraposição a um menor volume para os domésticos. Assim, " a análise empreendida sugere uma ação diferenciada na condução da política de pesquisa " (PASTORE et al, 1976). Diante desse quadro do final da década de 70, GRAZIANO NETO (1982) afirma que ele é produto do "relativo abandono das culturas alimentares pela pesquisa agronômica , que sempre se voltou mais ao estudo dos gêneros de exportação ... uma segunda restrição está na comercialização dos alimentos muito mais insegura e problemática...".

Dessa forma, no geral, é fundamental uma ação governamental para que a política agrícola deixe de atender somente às condições de equilíbrio de curto prazo (BARROS, 1979), pois "os mecanismos automáticos do mercado são insuficientes para induzir um processo de modernização tecnológica" (PASTORE et al, 1976). No final da década de 70, a complicação adicional para o problema da produção de alimentos era a opção pela produção de combustível a partir da cana para indústria, com o álcool passando a ser utilizado em parcela expressiva da frota de veículos nacionais. Assim, ao lado da questão alimentar já crítica tem-se o problema de identificar " quais serão os impactos do programa sobre a produção de alimentos e seus preços" (BARROS, 1982).

Também sustentado nessa dicotomia em termos do progresso tecnológico, GEBARA (1982) estuda a produtividade da agricultura paulista para sua a análise dos salários rurais. Divide os grupos em exportáveis e domésticos, mensurando as produtividades da terra e da relação área/homem como componentes da produtividade do trabalho para demonstrar que o aumento da relação area/homem foi mais acentuado que o da produtividade da terra, o que daria sustentação à visão de que a opção poupadora de mão-de-obra prevaleceu no processo de modernização da economia paulista. No caso dos produtos exportáveis, esses índices seriam substancialmente maiores do que para os produtos domésticos como resultado da prioridade definida nas políticas públicas.

A década de 80 marca uma reviravolta na política agrícola brasileira, com a adoção da política de preços como elemento central frente a uma menor participação do crédito oficial a juros diferenciados(não mais a taxas negativas) para o custeio da safra, embora a garantia do volume de recursos tenha sido um ponto nevrálgico para a safra de grãos. A agricultura cresceu e portanto evoluiu na contramão da crise crônica da economia brasileira que perpassou toda a década com um crescimento praticamente nulo da renda nacional. GASQUES & VILLA VERDE (1990) mostram que a agricultura cresceu a altas taxas nos anos 80, tendo como base um elevado crescimento do rendimento agrícola fruto da consolidação do processo de modernização e de mudanças na composição da produção. O mesmo sentido de eficiência é detectado por DIAS(1988) para quem a agropecuária, ao racionalizar a produção a produtivida-

des crescentes, contribuiu positivamente para o ajuste econômico. O processo de elevação da produtividade foi generalizado, não associado a uma determinada cultura e não alavancado pela dicotomia exportáveis/domésticos, dada a participação estável do valor exportado no total do valor da produção agropecuária[93].

É importante realçar que tal crescimento, conforme mostram GASQUES & VILLA VERDE (1990), se verificou a preços reais decrescentes, fato possível dada uma queda superior nos custos operacionais de produção que produziu margens de remuneração elevadas para a maioria dos produtos, resultado da política de preços mínimos. DIAS (1988) diz que "essa é uma representação de um sistema que está respondendo ao processo de ajustamento com métodos de racionalização da produção, produtividade crescente e, por fim, competitividade nos mercados internacionais".

Dessa performance calcada na produtividade da terra, que "torna-se quase a única fonte responsável pelo crescimento", e no fato indicativo "de ser esse um processo generalizado e não especificamente associado a uma inovação tecnológica em determinada cultura" (DIAS, 1988) muitos deduziram que a questão agrícola estaria resolvida na medida em que se tivesse uma produção satisfatória de alimentos a preços cadentes. A manutenção de um fluxo exportador a preços cadentes também mostra um avanço da competitividade setorial e uma capacidade de aumento substancial do volume físico destinado ao mercado externo para propiciar uma participação do valor exportado no valor total da produção agrícola estável(DIAS, 1988).

Poder-se-ia, contudo, argumentar que isso na verdade significa outra face da opção externa da agricultura, dado que, devido a vários subsídios à exportação, pontos cruciais da estratégia de política comercial executada para obter *megasuperávits* e reduzir o constrangimento externo, se teria na verdade uma apropriação externa do esforço de aumento da oferta agrícola em bases modernas. No entanto, além dos empregos gerados internamente e dos fluxos de renda derivados da realização da produção, a conquista de supersafras denota a existência de uma capacidade de solução para a fome, que agora claramente é um problema

---

[93] O estudo de HOMEM DE MELLO (1992a) vem na contramão dessa perspectiva otimista ao aduzir que, principalmente na segunda metade dos anos oitenta, a situação da agropecuária não foi tão favorável. Para esse autor, a agropecuária esteve sempre abaixo do seu potencial de crescimento pela estratégia de substituição de importações, envolvendo exagerado protecionismo em determinados seguimentos. A crise recente (pós 1986) é caracterizada pela perda de renda, descapitalização e endividamento resultante do desequilíbrio macroeconômico advindo da aceleração do processo inflacionário. A produção de alimentos, os produtos domésticos, entra em crise nos anos oitenta, pois a produtividade "per capta" ficou sempre abaixo de 1985 em função dos baixos níveis de produção física. O autor acredita que a opção liberal, inaugurada no ano de 1990, permitirá à agropecuária desvincilhar-se dos fatores prejudiciais do protecionismo estatal e revelar toda sua notoriedade de crescimento. Foi exatamente nesse período que GRAZIANO DA SILVA (1992) detectou um " arrefecimento do processo de modernização"; mesmo sem concordar com o diagnóstico de que o problema é de exagero no protecionismo estatal, mas com explicação ligada ao esgotamento do mecanismo até então impulsionador do progresso técnico.

de demanda, de distribuição de renda para permitir a uma ampla camada de excluídos a incorporação ao mercado de consumo de alimentos essenciais de que estão alijados.

O equacionamento do problema da oferta a preços cadentes mostra que a análise de RANGEL(1986) estava plenamente enraizada na realidade ao estabelecer as diferenças no processo formador de preços como explicativo à dicotomia entre exportáveis e domésticos. Dizia ele que, "quando se criam condições propícias para a produção de bens destinados ao mercado interno, a agricultura reage prontamente, mostrando que a pretensa inelasticidade da oferta é puro mito"[94]. RANGEL(1986) aponta o mecanismo de comercialização de produtos agrícolas para o mercado interno como um dos gargalos do problema do abastecimento, pois, "manipulando os preços ao produtor e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, o oligopsônio-oligopólio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa e apoiado na escassez ... aproveita-se da inelasticidade da demanda ... para impor preços extorsivos".

O próprio RANGEL(1986) já apontava a direção das políticas agrícolas para vencer esse impasse: " o principal instrumento a ser usado para esse fim será o oferecimento eficaz de preços mínimos ao produtor agrícola". Outra constatação que teria impacto decisivo na resolução da problemática alimentar diz respeito à estrutura de mercado, que ao mudar corrige a anomalia da intermediação, pois "o aparecimento das formas capitalistas modernas de comercialização de produtos agrícolas assume basicamente duas maneiras: ou são os grandes produtores agrícolas e pecuários que se organizam para chegar diretamente com seu produto ao consumidor, ou são os grandes distribuidores que se organizam e se aproximam das fontes. Nos dois casos, portanto, manifesta-se uma tendência à integração vertical" (RANGEL, 1986).

A presença do grande capital produtivo na organização da produção não só funciona como uma poderosa orquestração de interesses para a formulação de políticas públicas específicas, beneficiando o seguimento (GRAZIANO DA SILVA, 1991), como também conforma estruturas de mercados oligopólicas que permitem dar maior estabilidade aos preços. Ao mesmo tempo, essas organizações funcionam como instrumentos de intervenção governamental ao assumirem compromissos para obter determinada conquista setorial, compromissos esses que passam a exigir o cumprimento por parte de seus associados para afiançar sua credibilidade

---

[94] Essa sua tese de que a oferta agrícola responde a preços foi mais tarde corroborada por PASTORE (1968). A análise de PASTORE (1968) iria dar base empírica à postulação rangeliana ao mostrar que a oferta agrícola responde fundamentalmente a preços, num amplo estudo avocando a questão em diversas realidades regionais brasileiras. É importante ressaltar que a formulação de PASTORE (1968) traz embutido o pressuposto de que o mercado é pletor do equilíbrio e que, portanto, por meio de seu funcionamento o objetivo de solução do problema alimentar poderia ser alcançado. Nesse aspecto, essa análise difere de RANGEL(1963) para quem as condições estimuladoras do mercado não emergeriam naturalmente, pois o mesmo não é neutro e, por essa razão, seria preciso construir para os produtos alimentares as mesmas condições construídas para os exportáveis pelas políticas públicas.

junto ao Governo. De outro lado essas estruturas funcionam como indutoras do progresso tecnológico e, com isso, da produtividade da terra e do trabalho. Noutro ângulo, na ponta do mesmo fluxo de produtos, a constituição de poderosos oligopólios de distribuição, representados pelos supermercados e hipermercados com rentabilidade calcada na rotação de estoques, contrabalança o poder dos oligopólios de produção agrícola na fixação dos preços.

Portanto, as políticas públicas têm que estar atentas a essa nova realidade da agricultura, pois seus vários instrumentos de intervenção produzirão resultados distintos para as varias particularidades de culturas, regiões e tipos de agricultores. Para tanto, é fundamental ter em conta a dicotomia integrados/não-integrados com suas variantes localizadas. O importante a esclarecer é que, superada a dicotomia clássica entre exportáveis e domésticos, se tem um movimento de integração global, incluindo as formações de preços internas e externas, intrinsecamente ligado à organização da produção. Daí abranger produtos como hortícolas e laticinios, que, se não têm processamento industrial, estão ligados a poderosas estruturas de capital centralizado em grandes conglomerados cooperativos (ou às *tradings companies*) atuantes no mercado interno e externo.

A década de 80 marcaria o surgimento de uma nova dicotomia para explicar o movimento conjunto da agropecuária brasileira. A formação de cadeias produtivas para grande número de produtores e o avanço da agroindústria processadora, das *tradings companies* e das cooperativas dentro do processo de integração vertical permitem claramente definir dois grupos de produtores: os integrados e os não integrados. Ao nível do processo produtivo, isso está associado tanto à dinâmica do progresso técnico (GONÇALVES, 1990a) quanto da oferta agrícola (MARTIN et al, 1992). Em ambos, os integrados têm desempenhos superiores aos não-integrados. Num outro recorte analítico, GRAZIANO DA SILVA (1993) afirma que a agropecuária seria " segmentada não mais em grandes e pequenos produtores, mas sim em integrados ou não-integrados aos CAIs ... Os produtores não-integrados, possuam eles grandes ou pequenas extensões de terras, estarão condenados a atividades marginais...".

A análise da evolução do rendimento médio do feijão no Sudoeste do Estado de São Paulo também vem reforçar esse argumento. Nessa realidade, é detectada uma elevada disparidade tecnológica, que é refletida numa elevada amplitude de variação do rendimento agrícola , de 300 a 2.000 Kg/ha, estando a média regional associada à prevalência do baixo rendimento obtido por agricultores submetidos ao capital comercial tradicional, enquanto que os elevados rendimentos são obtidos por agricultores associados às cooperativas (GONÇALVES, 1993a). A integração, tanto vertical quanto horizontal, reduz os custos de comercialização, permitindo que preços cadentes ao nível do varejo sejam estabelecidos numa situação de maior rentabilidade da produção. Portanto, a irradiação da estrutura moderna de comercialização e de políticas publicas de preços minimos a todo o conjunto da produção equalizaria a então

realidade dicotômica entre domésticos e exportáveis. Isso RANGEL(1986) tinha claro ao aludir que os recursos destinados ao então setor exportador, "se aplicados à produção para o mercado interno, regularizaria facilmente o abastecimento".

Feito isso, a questão agrícola estaria resolvida na sua plenitude? Ou estaria apenas equacionada a sua dimensão representada pela oferta, deixando de lado seu componente demanda? Afinal, demanda por alimentos não pode ser concebida apenas como um elemento da manifestação da preferência do consumidor no equilíbrio da tesoura marshalliana de preços. Tendo em conta a população como um todo, nota-se claramente que essa "demanda do mercado" reflete apenas quem tem renda nominal para participar desse mercado como consumidor. E, ao se atentar para esse consumidor genérico, será possível compreender que existe uma profunda diferenciação entre eles não captada pela existência de gostos e preferências diferenciados. Mesmo quando se tem em mente a mesma cesta de produtos para obter igual satisfação, a alguns não é permitido escolhê-la e, numa sociedade de grande exclusão social como a brasileira, esse contingente é elevado, o que define um perfil de demanda enormemente desigual para as várias faixas de renda .

5.1.2 - Questão dos Preços da Agricultura e Custo de Vida Urbano: Maior Oferta a Preços Menores

A análise dos preços relativos da agricultura tem propiciado um debate persistente desde o final do século passado e, quase sempre, tem privilegiado a condenação da estrutura de comercialização onde a presença dos intermediários redundaria em penalização tanto dos agropecuaristas quanto dos consumidores. Em 1.860, no final do Império, SOARES (1977) discutindo a carestia dos gêneros alimentícios destacava as ações dos atravessadores (atacadistas) como fonte do problema da carestia. As discussões parlamentares sobre a questão do abastecimento desde a década de 10 deste século, procurando enfocar os elevados preços pagos pelos cidadãos urbanos por produtos agropecuários insistentemente tocam no mesmo ponto (LINHARES & SILVA, 1979). Essas análises preocupando-se fundamentalmente com os efeitos urbanos das praticas de comercialização agropecuária, destacam o papel de oligopsônio e de oligopólio que a intermediação exerce no fluxo produção/consumo de produtos da agricultura.

Nos anos 50 aparecem análises que tratam da questão com a mesma perspectiva, mas privilegiando os efeitos da intermediação sobre os preços recebidos pelos agricultores. PAIVA (1949) discutindo a questão dos preços visando uma política de garantia de preços estáveis e remuneradores à agricultura destaca, entre outros aspectos, o problema da intermediação. Segundo ele o comércio de produtos agropecuários "caracteriza-se pela situação monopolítica

de que gozam os intermediários, pela pobreza de recursos e de técnica e, talvez, ainda, pela falta de moralidade com que é exercido... O inconveniente desse sistema se faz sentir quando os intermediários se põem de acordo para dividir o mercado. Nesse caso, eles deixam de competir entre si e podem aumentar a margem a cobrar pelos seus serviços em detrimento dos preços pagos aos lavradores... Tais condições de mercado não estimulam o uso de práticas honestas e eficientes de negócio. Os negociantes não precisam esforçar-se para manter os fregueses. Além disso, sendo a diferença de preço muito grande e variável entre as cotações dos atacadistas e as dos produtores, não há estímulo para que os comerciantes comprem e paguem de acordo com a classificação dos produtos. Os intermediários preferem pagar um único preço referente à qualidade média do produto a se dar ao trabalho de classifica-lo e pagá-lo de acordo com a qualidade de cada lote do produto" (PAIVA, 1949).

Essa caracteristica de atuação do capital comercial tradicional, que exercia a coordenação do fluxo produção/consumo de produtos da agricultura, estava na instabilidade dos preços e nas elevadas margens de comercialização praticadas. Na metade da década de 50, o relatório Klein e Saks mostrava: "o que mais impressionava ao observador era a ação dos intermediários controlando de forma monopolista todo o processo produtivo. Era, porém, na esfera da circulação que conseguiam extorquir os maiores ganhos. Os pequenos agricultores ficavam inteiramente à mercê desses açambarcadores, que chegavam, alguns, a exigir daqueles a última gota de suor, não dando às vítimas outra alternativa senão a de venderem o seu produto a preços por eles estipulados" (BRASIL, 1954). Esse obstáculo de comercialização provocaria a presença de preços desestimuladores que redundariam em problemas de produção, ao mesmo tempo em que mantinham elevados os preços ao consumidor com pressões sobre os custo de vida.

Essa forma de atuação da intermediação de produtos da agricultura persistiu e pode ser detectada no início dos anos 60, quando Ignácio Rangel também aponta o mecanismo de comercialização de produtos agrícolas para o mercado interno como um dos gargalos do problema do abastecimento, pois "manipulando os preços ao produtor e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, o oligopsônio - oligopólio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa e apoiado na escassez... aproveita-se da inelasticidade da demanda ... para impor preços extorsivos" (RANGEL, 1986). Para esse autor a modernização do sistema de comercialização com a transformação da estrutura de intermediação seria o caminho para a superação dos problemas das pressões sobre o custo de vida. A questão dos preços dos produtos de alimentação era portanto uma preocupação presente para os analistas dado o seu papel para o processo de desenvolvimento e a questão social inerente.

As décadas de 70 e 80 presenciaram uma transformação da estrutura produtiva e de

comercialização com o advento das agroindústrias, das cooperativas e das *tradings companies* (modernas estruturas do capital comercial). Os principais produtos da agricultura brasileira, numa importante mudança da estrutura de produção e consumo, passaram a receber processamento com transformações agroindustriais e, quando não, de beneficiamento para o caso dos consumidos *in natura*. As agroindustrias processadoras, de propriedade de sociedades anônimas ou de cooperativas, assumiram a liderança na determinação da dinâmica dentro das principais cadeias produtivas e, com isso, ensejaram a articulação, sob sua égide, das distintas ordens de interesses. Estão elas presentes nos complexos sucro-alcooleiro, de oleos vegetais, de sucos citricos e outras frutas, de texteis, de arroz, de produtos animais (carnes, ovos e lacteos), etc. Menos expressivas e de atuação menos diferenciada em relação ao capital comercial tem-se as presenças de cooperativas e de *tradings companies* nas frutas e olericolas frescas. Nesse segmento o Brasil ainda não constituiu as modernas estruturas de produção e logística encontradas nos países líderes das transações internacionais, como nas nações produtoras de frutas frescas (GONÇALVES et al, 1995). Mesmo o capital comercial tradicional, nos mercados em que ainda predomina como o de feijão, passou por intenso processo de concentração e modernização, embora não tenha mudado sua pratica fundamental de agente de especulação (GONÇALVES & SOUZA, 1993). A comercialização de produtos da agricultura brasileira, ainda que persistam certas estruturas atrasadas, sofreu intensa modernização nas últimas décadas[95].

O surgimento dos supermercados, e mais recentemente dos hipermercados, de certa maneira atenuaram a capacidade de fazer preços dos intermediários de produtos da agricultura. Como se trata de estruturas oligopólicas com enorme capacidade de atingir amplas camadas da população, esses modernos equipamentos varejistas suplantaram a estrutura retalhista tradicional, com políticas de diversificação das vendas com elevada rotação de capital. Transacionando com grandes quantidades os supermercados obtem ganhos expressivos tanto na escala dos negócios como em sua capacidade de colocação de produtos com reduzido tempo de estoque. Essa estrutura de serviços ampliou progressivamente sua participação na distribuição final de produtos da agricultura atingindo posição cada vez mais expressiva até mesmo no segmento de produtos frescos como carnes, ovos, frutas e olerícolas (CYRILLO, 1986). Por outro lado, construindo estrutura próprias de beneficiamento e processamento numa integração vertical para traz (como a construção de *packing houses* para frutas e olerícolas

[95] Essas transformações entretanto não eliminaram os conflitos dentro das cadeias produtivas, e nesses embates os agropecuaristas, em especial os pequenos e médios desorganizados tem levado a pior. Exemplo dessa realidade pode ser encontrada nos produtores de cana para indústria, de citros para sucos e de algodão entre outras. Esses conflitos de interesses são a alavanca de processos de acirramento da concentração da terra e de renda uma vez que seus desdobramentos acabam por excluir os de menor poder de barganha.

frescas e mesmo agroindústrias), ou adquirindo sob contrato produções integrais de plantas agroindustriais (contrato de produção ou de arrendamento da capacidade instalada - *toll processing*).

Entretanto, mesmo com essas transformações, o problema alimentar não havia sido solucionado no final dos anos 80, com analistas persistindo na condenação do setor atacadista de produtos da agricultura. Segundo VIEIRA & TEIXEIRA F° (1989), "o setor atacadista de produtos agrícolas, é constituído por poderosos oligopólios, que manipulam a oferta e criam artificialmente a escassez. Suscitam altas de preços, as quais, por sua vez, afetam o índice de preços". Com a crise econômica aprofundando-se numa realidade de inflação crescente, a problemática estrutural resultante do aprofundamento da heterogeneidade no plano produtivo e das desigualdades sociais, trouxe para o primeiro plano a questão alimentar. Duas visões sobre esse problema tem se confundido ao longo dos anos: a de que se trata de um **problema de oferta**, que sendo escassa mantém patamares elevados de preços, o que impedirá o acesso da população de baixa renda aos alimentos, e a que enfoca a questão pela **ótica da demanda** que, sendo produto de uma desigualdade extrema, simplesmente exclui do mercado parcela relevante da população que não tem renda para poder consumir. Em outras palavras, no jargão neoclássico, a oferta escassa afasta, pela elevação do custo da cesta, as curvas de indiferença da origem, de maneira que a reta orçamentária do indivíduo de baixa renda tangencia curvas de graus inferiores de satisfação. Ou, o que dá no mesmo, a reta orçamentária é tão próxima da origem que tangência curvas de indiferença de utilidade reduzida.

O debate dessa questão do custo de vida numa economia de inflação crescente como a brasileira nas décadas de 70 e de 80 tem se reproduzido como uma mistura de argumentos que mais tem confundido que esclarecido o problema. De qualquer maneira, trata-se de posição estratégica desempenhada pelo abastecimento alimentar para a sociedade. CAMPINO et al (1975) destaca a gravidade do problema nutricional da população e associando isso com as desigualdades de renda, afirmam que "a melhoria no nível de renda da parcela menos favorecida da população, quer via aumento do produto, quer via uma política de redistribuição, requer um lapso de tempo relativamente longo. Todavia, as medidas factíveis a curto prazo,... , podem ter repercussões altamente favoráveis do ponto de vista nutricional ..."

GONÇALVES (1982) ao comparar os produtos básicos arroz, feijão e trigo no período 1968-78, mostra que o consumo de feijão e arroz caiu e que os seus preços reais tiveram um significativo aumento, enquanto que o consumo de trigo aumentou, em função do subsídio dado ao produto. A respeito do subsídio ao trigo o estudo da FGV (1979) afirmava que, "se é imperioso eliminar o subsídio do trigo por seus efeitos distorcivos, é também imperioso pelo mesmo motivo, eliminar os subsídios às exportações industriais e todos os tipos que vicejam a economia brasileira. A importância que o consumo de pão e massas alimentícias assumiu para

as populações de renda mais baixa recomenda, ao menos no caso do trigo, que a retirada dos subsídios obedeça a maiores cautelas".

A discussão do problema dos preços dos alimentos em toda a década de 70 foi marcada pela persistência da explicação do fato como um problema de oferta. As razões estariam associadas à dicotomia exportáveis/domésticos. O estudo de HOMEM DE MELLO 2(1982a) é um trabalho clássico dessa abordagem. Para ele, a oferta de calorias e proteínas foi crescente até 1970/72, caindo a partir de então a produção per capita desses produtos, sendo que o feijão e a mandioca foram os maiores responsáveis por essas quedas. Em contrapartida, privilegiam-se as exportações e a opção energética do álcool de cana que têm ofertas crescentes. Dentro de um contexto geral, portanto, os preços elevados dos alimentos internamente estariam associados à opção política de privilegiamento de determinados produtos, que tem demanda externa.

A análise da questão alimentar mostra, segundo HOMEM DE MELLO (1982b), que as " famílias das classes de despesa de menores rendas enfrentavam os maiores aumentos e, portanto, foram os mais afetados pelas transformações ocorridas em nossa agricultura (menos alimentos e mais exportáveis). Por exemplo, no Nordeste, comparando-se os aumentos em alimentação, durante 1967/79, para as famílias nas classes de menor e maior despesa, constatou-se que o aumento foi de 32,9% maior para a primeira. Semelhantemente, para a região Sul e Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o mesmo ocorreu, mas a taxas menores, de 8,7%, 10% e 12,7% respectivamente. Certamente, esses resultados podem mesmo, até agravar aqueles obtidos em termos de renda nominal, através dos censos de 1970 e 1980, no sentido de mais prejudicar as famílias de menores rendas".

A dicotomia entre exportáveis e domésticos era, portanto, a tônica das explicações para a problemática alimentar e dos preços da agricultura em geral na década de 70. Os custos estavam plenamente controlados pelos subsídios ao crédito e, desse modo, se teria um problema de oferta face à diferenciação dada pelas políticas públicas aos distintos conjuntos de produtos. Não se trata, contudo, de uma restrição afeta à inelasticidade da oferta, pois todos concebiam a produção agropecuária capaz de responder a preços, mas à intervenção estatal que forjava distorções na composição da produção. Dentro dessa ótica, a atuação no interior do Aparelho do Estado, repriorizando a utilização dos instrumentos, seria capaz de solucionar a questão.

O estudo de SZMRECSANYI (1983) caracteriza bem esse tipo de abordagem ao aduzir que no período 1967-79, não obstante o recuo absoluto do algodão e do café, e o relativo da cana, se verifica que a produção dos exportáveis e industrializáveis (algodão, café, cana, laranja, soja e trigo) cresceu muito mais depressa do que a dos alimentos simples (arroz, banana, batata, feijão, mandioca e milho), sendo que alguns recuaram em termos absolutos

(banana, feijão e mandioca). Em função disso, "os preços de todos esses alimentos simples aumentaram acentuadamente no período em pauta, onerando os consumidores em geral e mais especificamente os de menor poder aquisitivo... tais aumentos não chegaram a beneficiar os produtores de alimentos nem suscitaram um aumento da produção".

A década de 80 inverteria a perspectiva do debate. As mudanças da política agrícola e as seguidas supersafras reordenaram as análises da questão dos preços relativos da agricultura, ainda enfocados na maioria dos estudos como uma questão de oferta, embora tenha surgido elementos estruturais que fortalecem a argumentação de que se trata de um problema do lado da demanda. Aliás essa formulação pode ser encontrada na análise de FURTADO (1972) que ao criticar os teóricos do modelo clássico de desenvolvimento agrícola das economias capitalistas "mostra que o mesmo baseia-se na hipótese de que o crescimento da demanda de excedentes agrícolas e forte absorção de mão-de-obra rural, são dois processos que ocorrem paralelamente". Contudo argumentaria o autor, "o caso brasileiro diverge duplamente desse modelo", tem-se salários rurais baixos pela concentração da propriedade da terra e salários urbanos deprimidos face ao êxodo rural e, como "estes determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual".

O debate a respeito dos preços relativos da agricultura, em muitos casos, segue tratando o problema como se fosse de oferta. A análise de VEIGA (1990) procura demonstrar que os preços dos alimentos evoluíram em ritmo mais acentuado que o da inflação, sendo que esta tendência, já manifestada na década de 70, é acirrada nos anos 80. A razão básica é que tendo sido incrementado o uso de insumos industriais na produção de alimentos sem uma contrapartida de maiores rendimentos e, tendo os preços desses insumos se configurado como crescentes, essa pressão de custos elevou os preços ao consumidor. Dessa forma, o problema deriva de estrangulamentos do lado da oferta.

Outra abordagem, focalizando a oferta no contexto do processo de comercialização, também corrobora a tese do desempenho altista dos preços dos alimentos. A análise do processo de comercialização, no esquema formulado por BARROS (1989), propugna a margem total como mensuradora da eficiência do sistema de comercialização. Nessa ótica, à medida em que o sistema evolui, tem-se crescente integração vertical e horizontal que, reduzindo o problema da dispersão típico da produção e consumo de produtos agrícolas, leva a uma redução da margem total. Desse modo, ao incrementar-se a incorporação das utilidades de posse, tempo (armazenagem), lugar (transporte) e forma (processamento/beneficiamento), haverá ganhos com a diminuição dos custos de comercialização que são mensurados pela margem total.

A essa concepção procura contrapor-se a análise de MALUF (1992) que, centrando sua crítica no problema da comercialização, elenca elementos que negam essa perspectiva. A

incorporação ao consumo de alimentos mais elaborados e por conseguinte de mais elevado valor agregado, tendo a formação de seus preços se moldado a estruturas de mercado oligopolistas, está na raiz da pressão altista dos preços dos alimentos. Para MALUF (1992), "os ganhos de eficiência, por escala e outros, não foram transferidos aos preços dos alimentos. Ao contrário, também a formação dos preços no varejo viu-se subordinada à condição hegemônica dos supermercados na distribuição da maioria dos alimentos para todos os seguimentos da população".

Perspectiva oposta apresenta o artigo de BRANDIMARTE (1993), para quem os preços dos produtos agrícolas reduziram-se à metade em termos reais nos últimos dez anos e, com isso amorteceram o achatamento salarial. A cesta básica cresceu abaixo do custo de vida (-55,8%) e a situação só não é mais favorável em razão de que o salário mínimo teve uma defasagem de 58,8% em relação ao custo de vida e, sendo assim, os preços dos alimentos teriam crescido 7% mais que os salários. A queda dos preços dos produtos agropecuários deu-se num período de custos financeiros ascendentes em razão da retirada do subsídio ao crédito rural. O ajuste deu-se pela racionalização do uso de insumos e aumento da produtividade, além da queda dos preços dos principais insumos industriais. Para BRANDIMARTE (1993), houve também uma transmissão desses preços para o consumidor pela mudança no perfil da rede varejista onde emergiram os supermercados com margens reduzidas para os produtos básicos de forma a atrair consumidores.

A análise dos preços relativos da agricultura ao nível do agricultor tem sido marcada pela constante alusão à descapitalização da agropecuária em vista dos preços cadentes na década de 80. HOMEM DE MELLO (1992a) caracteriza a crise agrícola posterior a 1986 como fruto da perda de renda, com descapitalização e endividamento do agricultor como resultado da aceleração da inflação. Para o autor, dentre os fatores de desequilíbrio macroeconômico que prejudicaram a agropecuária está o fato de que os preços da agricultura não acompanharam os preços industriais, isso em função de que no período 1986-91 os preços reais recebidos reduziram-se em 50,9% e as relações de trocas caíram 37,9%.

A problemática dos impactos da inflação sobre a agricultura também é vista por RESENDE (1990) que, numa linha bastante próxima à de HOMEM DE MELLO (1992a), caracteriza uma relação inversa entre inflação e preços da agricultura para concluir que "o contexto macroeconômico instável levou ao aumento brutal do risco da agricultura. Isso resultou não apenas do aumento das instabilidades dos preços agrícolas mas, sobretudo, da inviabilização das políticas setoriais que vinham operando, com resultados positivos desde o início da década: as políticas de preços mínimos e de crédito" Essa formulação vem fazer coro com a concepção de que estaria ocorrendo um drástico processo de descapitalização a partir da metade da década de 80, com efeitos perversos na estrutura produtiva.

Várias análises encaram esse desempenho de outro ângulo, chegando a conclusões bastante diferentes. O trabalho de GASQUES & VILA VERDE (1990) mostra que o crescimento da agropecuária nos anos 80 deu-se a preços reais decrescentes, fato só possível na opinião dos autores, em razão de que os custos de produção se reduziram em níveis mais elevados propiciando um aumento da rentabilidade. Esse comportamento dos custos de produção respondeu a uma tendência de queda dos preços reais dos insumos industriais nos anos 80, caracterizada por HOMEM DE MELLO (1992b). A queda dos preços dos insumos industriais produz relações de trocas favoráveis ao agropecuarista e contradiz a afirmação de artigo do próprio autor, quando enfoca a descapitalização do setor (HOMEM DE MELLO, 1992a).

A avaliação de DIAS (1988) tem um indicador importante para a discussão dos preços relativos da agricultura pois, ao mostrar que as exportações foram realizadas a preços cadentes e que na década de 80 a participação do valor exportado no total do valor da produção agropecuária era estável face aos constantes aumentos do volume físico, está caracterizando um processo de ajustamento cuja pressão dos preços internacionais em queda obrigou a agropecuária a racionalizar e enfrentar preços recebidos menores. Essa conjuntura demonstra um profundo ganho de eficiência setorial e uma enorme capacidade de resposta aos obstáculos interpostos pela crise econômica. A mesma tendência de queda dos preços das "commodities" a partir de 1985, exigindo um crescimento do volume físico para elevar o saldo da balança comercial, é captada pelo trabalho de DELGADO (1988).

De qualquer modo, o comportamento dos preços dos produtos da agricultura revela o efeito das transformações ocorridas em vários aspectos durante as últimas décadas: a) Na comercialização, com a profunda mudança qualitativa nos canais devido à expansão da agroindústria processadora, das cooperativas e das "tradings companies", que produziu substancial aumento de eficiência nos segmentos de processamento, beneficiamento, armazenagem e transporte, bem como em toda a logística setorial; b) Na própria produção, com crescentes produtividades da terra e do trabalho, além de melhorias de qualidade do produto no tocante ao rendimento industrial e à redução de perdas; e c) finalmente, na distribuição varejista com ganho em eficiência com os modernos hipermercados e hipermercados que, elevando a velocidade de escoamento, aumentaram a escala das transações e reduziram os custos fixos e perdas.

Dessa maneira, notadamente no período 1985-95, o que se nota é uma queda persistente dos preços agrícolas em todos os níveis. Os verdadeiros impactos desse movimento no tocante à descapitalização dos agricultores e principalmente na renda dos consumidores, ainda estão por serem convenientemente dimensionados. Como diz com propriedade GRAZIANO DA SILVA (1993), "na verdade o consumidor com salário defasado pode não ter se dado conta, mas os alimentos hoje custam bem menos que uma década atrás. Os preços

reais dos produtos agrícolas caíram, transferindo renda do campo para a cidade e atenuando o impacto da perda do poder aquisitivo dos salários". O desemprego crescente também colocaria à margem do consumo parcela relevante da população, ao mesmo tempo em que a inflação elevada, ao corroer o poder de compra dos salários, penalizava mais duramente as categorias de menor renda, desprotegidas da inflação.

A estabilização da economia, a partir de 1994, mostra bem esse efeito, pois o processo inflacionário impacta mais duramente as camadas mais pobres da população, em especial as de salários mais baixos. Sem ter tido acesso aos mecanismos protetores do poder de compra, por meio de aplicações financeiras, essa população via seus rendimentos serem inexoravelmente consumidos a cada dia pela rotina dos aumentos de preços, em níveis e velocidades cada vez mais elevadas. E com isso, as camadas de renda mais baixa alimentavam-se precariamente. O Plano Real estancou essa sangria dos salários mais baixos permitindo, portanto, um incremento nos níveis nutricionais com a aquisição de maiores quantidades de alimentos e diversificação da cesta básica com o maior consumo de frutas dentre outros produtos (GONÇALVES & PEREZ, 1996). Desse modo, a manutenção dos preços dos produtos essenciais revela que a face mais dramática da realidade brasileira atual esta do lado da renda e não dos preços. A própria modernização das estruturas de comercialização ainda atrasadas depende de mudança na distribuição de renda que reduza a disparidade entre a demanda efetiva e a demanda potencial, tanto em quantidade quanto em qualidade.

A questão da exigüidade do mercado interno ressurge como elemento importante para o desenvolvimento da agricultura bem como de toda economia. Trata-se da necessidade de alargar-se a base de consumo incorporando a parcela expressiva da população cuja renda a coloca à margem do mercado, bem como ampliar o nível de consumo de outro segmento que apenas precariamente acessam ao consumo. O mercado brasileiro, como decorrência da desigualdade distributiva, caracteriza-se pelos níveis ínfimos de consumo e, por isso mesmo, detem grande potencialidade de crescimento. "O fato de estar hoje atrás de outros parceiros latino-americanos no que diz respeito à qualidade de vida de seus cidadãos, medida pelo acesso aos bens de consumo, torna o Brasil o país com maior potencial para a expansão deste tipo de mercado, ao lado da China, da Índia e da Coreia do Sul" (PRADO, 1997).

5.1.3 - Transformações da Estrutura Produtiva: Modernização e Incremento na Produção

Os reflexos das transformações econômicas sobre a estrutura da agricultura brasileira foram significativos alterando definitivamente a dinâmica setorial que, face à importância da agricultura na economia continental brasileira, revolucionou a dinâmica econômica e a estrutura social nacional como um todo. Os resultados do processo modernizador, que na sua essência

correspondeu à internalização do "modelo americano" derivado da 2ª Revolução Industrial, podem ser verificados: a) na constituição da industria de bens de capital da agricultura com as plantas industriais de maquinaria, fertilizantes e defensivos agropecuários; b) nos incrementos da produção a produtividades crescentes para as principais cadeias produtivas relacionadas ao padrão adotado; c) expansão da industria de agroprocessamento e de beneficiamento de matéria prima agropecuária com tecnologia e potencialidades competitivas no contexto internacional; d) na revolução do processo de comercialização com superação do capital comercial tradicional nas transações internas às principais cadeias produtivas e principalmente pela emergência dos modernos equipamentos varejistas representados pelos supermercados. Essas mudanças mudaram a cara da agricultura brasileira, solucionando os constrangimentos do lado oferta da questão agrícola.

- Produção e uso de bens de capital e insumos industriais[96]

A indústria brasileira de bens de capital e insumos para a agricultura instalou-se a partir da década de 50, embora tenha consolidado suas estruturas produtivas no final dos anos 70. As primeiras plantas industriais de máquinas agrícolas (que dependem da siderurgia pesada e da indústria de autopeças) e de química agrícola (no que a petroquímica revela-se fundamental) surgiram como decorrência do Plano de Metas, embora sua expansão mais significativa tenha sido resultado do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Os anos 70 representaram a consolidação do novo padrão agrário não apenas porque as técnicas produtivas nas lavouras e criações alteraram-se em profundidade, como também essa ocorrência esteve associada à incorporação crescente dos denominados insumos modernos. Assim, o progresso técnico da agropecuária alargava a utilização de insumos e de máquinas produzidas em industrias num processo sustentado pelo crédito rural subsidiado, como alavancador da demanda, e no financiamento das inversões industriais com condições favorecidas, como incrementador da oferta[97].

---

[96] A analise da produção da indústria de bens de capital e de insumos quimicos para a agricultura será realizada fundamentalmente levando em conta apenas os três principais produtos dessa industria em termos de impacto sobre a produtividade agropecuária. São eles os tratores representando todos os bens de capital e os fertilizantes e defensivos agrícolas para os insumos químicos. Desde o discurso dos anos 40 de defesa da modernização da agropecuária, como o de PAIVA (1946), a evolução do uso desses produtos tem sido utilizada como indicador de desenvolvimento da agricultura. Saliente-se entretanto que tais indicadores contemplam basicamente as lavouras, não incorporando a pecuária, dada sua característica genérica predominantemente extensiva em terras e pouco intensiva em capital. BARROS & MANOEL (1988) ao estudarem a evolução do segmento de insumos agrícolas no Brasil, centram-se nesses produtos, apresentando interressantes considerações sobre a evolução da produção nacional.

[97] Uma discussão ampla sobre a implantação da indústria de bens de capital da agricultura, o D1 da agricultura, pode ser encontrada em KAGEYAMA et al (1990) que discute as tranformações da agricultura com a consolidação do novo padrão agrário. Também interessante na analise das relações intersetoriais e da estrutura de mercado mostra-se o estudo de RAMALHO et al (1988).

CV, no começo da década de 70 estes já se constituiam na maioria das unidades (Tabela 28). A visualização desse quadro nos anos 70 mostra que a maioria dos tratores vendidos tinham entre 50 e 90 CV, seguidos daqueles com mais de 100 CV. Nos anos mais recentes essa proporção se mantem em torno do mesmo patamar (Tabela 29). Dessa maneira, fica claro que a indústria brasileira de tratores de rodas não apenas incrementou sua produção desde os anos 60, como o fez fornecendo máquinas de maior potência. Isso em termos das operações agrícolas reflete-se não apenas na maior proporção de área mecanizada (o que por si só corresponde à maior area de lavoura), mas também pelo fato de que sendo máquinas mais potentes, provoca a necessidade de alargar a area cultivada por máquina (noutro estímulo ao crescimento da escala).

Tabela 28.- Produção de Tratores de Rodas, Por Potência, Brasil, 1960-63 e 1970-72.
(em unidades)

Ano	Até 35 CV	de 36 a 45 CV	Mais de 46 CV	Total
1960	-	37	-	37
1961	25	1.574	80	1.679
1962	1.984	4.779	823	9.265
1963	3.990	4.179	1.739	9.908
1970	-	4.666	9.383	14.049
1971	-	7.000	15.122	22.122
1972	-	9.120	20.530	29.650

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), citado em PAIVA, SCHATTAN & FREITAS (1973).

Tabela 29.- Evolução das Vendas Internas de Tratores de Rodas, Por Potência, Brasil, 1975-96.
(em unidades)

Ano	Até 49 CV	de 50 a 99 CV	Mais de 100 CV	Total
1975	9.686	36.789	10.626	57.101
1976	9.348	41.177	12.175	62.700
1977	8.011	35.270	4.534	47.815
1993	828	13.730	6.828	21.396
1994	1.275	27.143	10.073	38.491
1995	1.176	13.418	2.990	17.584
1996	721	9.334	5.490	15.545

Fonte: FIBGE, citado em VEGRO, FERREIRA & CARVALHO(1997).

As implicações da mecanização crescente sobre a agropecuária reflete-se diretamente na maior capacidade de produção com a incorporação de extensas superfícies de terras à area cultivada. No início dos anos 60 eram plantados 25,7 milhões de hectares, o que face ao continuo aumento atingiu 47,5 milhões de ha em 1980, desde quando ocorreu um refreamento do ritmo de crescimento para atingir 50 milhões de ha em 1995. Esse alargamento da fronteira agrícola foi possível com uma frota de tratores que era de 62,7 mil unidades em 1960 e tendo crescido vertiginosamente atingiu o pico de 551 mil máquinas em 1995, desde quando tem retrocedido para alcançar 481 mil unidades em 1995. Desse modo, em 1960 eram 410 ha/ trator, indice que atingiu 90 ha/trator em 1985, mas que reverteu a tendência desde então, para totalizar 104 ha/trator em 1995 (Tabela 30). Essa estagnação do indice de mecanização, expresso em ha/trator, verificada no período 1985-95 (inclusive a reversão de 1995), na verdade não significa redução da mecanização. Trata-se mesmo de incremento da mecanização pelo aumento da potencia das máquinas em termos de cv/ha. No geral, os índices de mecanização da agropecuária brasileira, ainda que tenham evoluído consistentemente desde os anos 60, mostram-se muito inferiores aos observados em outros países. Os Estados Unidos, como exemplo, no final dos anos 60 tinham uma frota de 4,8 milhões de tratores e um índice de mecanização em relação à area de lavouras de 27 ha/trator (PAIVA, SCHATTAN & FREITAS, 1973).

Tabela 30.- Evolução do Indice de Mecanização da Agricultura Brasileira, 1960-95

Ano	Area Cultivada (em 1.000 ha)	Tratores de Rodas (Frota em unidades)	Indice de Mecanização (hectare por trator)
1960	25.673	62.684	410
1965	31.637	76.691	413
1970	34.912	97.160	359
1975	41.811	273.852	153
1980	47.641	480.340	99
1985	49.529	551.036	90
1990	47.666	515.815	92
1995	50.038	481.316	104

Fonte: FIBGE, citado em VEGRO, FERREIRA & CARVALHO(1997).

A analise da mecanização da agropecuária revela, mais que nenhuma outra característica, não apenas o carater tardio das transformações capitalistas da economia brasileira, bem como os constragimentos estruturais ao pleno desenvolvimento do novo padrão agrário decor-

rente na produção nacional[100]. Os Estados Unidos, como pioneiros nas transformações produtivas decorrentes da 2ª Revolução Industrial, foi a primeira nação a mecanizar sua agropecuária. Em 1910 existiam na produção rural desse país cerca de 1.000 tratores, número esse que saltou para 246 mil em 1920, atingiu 930 mil em 1930, estabilizando-se a partir de 1957 quando alcançou 4,6 milhões, mesmo número encontrado em 1983. Portanto, antes da irradiação do novo padrão para a agropecuária mundial o mesmo havia atingido seu ápice nos EUA, pois em 1950 a frota norte-americana atingia 3,4 milhões de tratores contra 103 mil da Alemanha, 112 mil da França, 61 mil da Itália e 259 mil da Inglaterra (NOJIMOTO, 1987). Nessa época o Brasil sequer havia iniciado sua política de internalização da indústria pesada, existindo poucos tratores importados movendo a produção agropecuária.

A industria de tratores e a mecanização da agropecuária desenvolveram-se nos Estados Unidos em função de requisitos estruturais que impulsionaram o processo: a) no início do século as propriedades agrícolas americanas eram relativamente homogêneas quanto ao tamanho, com predominância da propriedade familiar com area média de 138 acres (55,8 ha), formando um grande mercado capaz de sustentar o florescimento da indústria de máquinas; b) extensa area agrícola com plantio em 1920 de 145 milhões de ha com lavouras; c) composição de culturas com características agronômicas semelhantes baseadas no milho, trigo, aveia, cevada, ao que se somou a soja, além do algodão e do fumo, perfazendo 101 milhões de ha em 1920 o que gerou uma demanda que conferiu escala à indústria de tratores; d) a estrutura familiar não permitiu formar contingente expressivo de assalariados rurais, funcionando com exército de reserva quase nulo, face à expansão para o oeste ter sido feita com estímulo ao acesso à terra; e) número de proprietários decresce pouco em relação aos demais países e a redução ocorre nos estratos menores o que revela adaptação ao padrão tecnológico em expansão; f) característica exportadora tendo o mercado externo funcionado como escoadouro do aumento da produção decorrente da modernização; g) mecanização realizada numa sociedade relativamente urbanizada, pois em 1920 a população rural representava 30% do total evitando-se os transtornos do êxodo rural com a não incorporação urbana dos migrantes rurais, além de que a escassez absoluta e relativa de mão de obra na agropecuária provocava elevações de salários rurais puchados pelos urbanos; h) intervenção estatal de suporte ao processo de modernização com políticas de estabilização da renda agrícola (NOJIMOTO, 1987).

Dessa maneira "o processo de mecanização da agricultura desenvolveu-se de forma

[100] O trabalho de NOJIMOTO (1987) revela-se uma interessante contribuição à compreensão da inserção da mecanização da agropecuária brasileira no processo mais geral de mecanização da agropecuária mundial, em especial comparando com o processo vivido pela agropecuária dos Estados Unidos. Esse autor procura encontrar as razões que fundamentam o entravamento do processo brasileiro, destacando entre elas as políticas públicas e as estruturais. As colocações comparando a mecanização agropecuária no Brasil e nos Estados Unidos aqui destacadas baseiam-se nesse estudo.

harmônica e contínua por 40 anos (1910-1950), enquanto o setor não agrícola se desenvolveu com a conseqüente oferta de empregos" (NOJIMOTO, 1987). No Brasil as condições estruturais mostraram-se opostas à encontradas nos EUA, pois: a) a estrutura fundiária baseia-se na presença de poucas grandes propriedades com parcelas expressivas da extensão de terras, enquanto que um numero elevado de pequenas propriedades tem reduzido percentual de terras forjando uma enorme heterogeneidade e a predominância de pequenas lavouras, mesmo nas grandes propriedades; b) composição de culturas desfavorável dados os perfis agronômicos variados, no início com a preponderância do café e da cana para indústria, junto com feijão, mandioca, banana, algodão arbóreo, algodão herbáceo, arroz, milho e mais recentemente a soja; c) falta de mão de obra especializada e assistência técnica; d) politicas governamentais realizadas com o pressuposto de que os ajustes se fariam pelo mercado não se preocupando em eliminar entraves estruturais, baseando-se na geração de oferta com a internalização da indústria de tratores e na criação de demanda com o crédito subsidiado; e) elevado exército de reserva e realidade de baixos salários (NOJIMOTO, 1987). Essas condições conformaram limites à expansão da demanda de tratores, o que tem provocado a permanência de elevada capacidade ociosa à industria nacional.

A estabilização da area agrícola brasileira no patamar dos 50 milhões de ha, tem mantido a frota em torno de 500 mil tratores, o que aplicando-se o indice de reposição verificado na agropecuária americana conforma uma demanda anual da ordem de 17,5 mil unidades, muito abaixo da capacidade instalada da indústria nacional de 82,5 mil tratores. Isso não garante a consolidação da industria nacional, pois nos EUA a reposição dos 4,6 milhões de tratores geram uma demanda anual de 161 mil tratores, o que a estagnação da expansão da area agrícola e a composição de culturas brasileiras esta longe de garantir. Caso o indice de mecanização brasileiro fosse semelhante à media mundial em 1993 de 54 ha/trator (VEGRO, FERREIRA & CARVALHO, 1997) seriam 926 mil tratores, cuja reposição geraria demanda de 32,4 mil tratores por ano, mas ainda assim, essa ocorrência esta problematizada por questões estruturais ligadas à estrutura fundiária e à composição de culturas. Não sem motivos que empresários de insumos e máquinas tem sido entusiastas da expansão da agropecuária com base no plantio de grãos no Brasil Central, o que potencialmente poderia agregar 110 milhões de ha à area agrícola, dos quais 70 milhões com grãos[101]. A frota adicional necessária, para

[101] Esses e outros números tem sido apresentados para justificar os investimentos públicos nos denominados corredores de transporte multimodais (LÍCIO & CORBUCCI, 1996). Esse projeto de transformar os cerrados brasileiros numa extensa região produtora de grãos faz lembrar a transformação do Meio Oeste americano, os então "desertos inabitáveis da América" para os ingleses no celeiro da moderna agricultura. A distância entre esses fatos históricos é que aqui, esse processo se faz de forma tardia, com atraso de 1 século no tempo histórico, e sob condicionantes estruturais distintos, mais uma vez centrados na grande propriedade. A defesa dessa operação tem recebido o apoio público de renomados cientistas mundiais, como demonstra o trabalho de BORLAUG & DOWSWELL (1996) que considera o cerrado brasileiro uma das últimas fronteiras

indice de mecanização de 50 ha/trator, seria de 1,4 milhão de unidades, ou seja essa expansão poderia sustentar a plena utilização da capacidade instalada da industria nacional por vários anos e geraria, após esgotada essa fronteira, ao ter conformado uma frota nacional de 1,9 milhões de tratores, uma demanda de reposição de 66,5 mil máquinas por ano. Nesse patamar haveria demanda sustentada no mercado interno para a moderna indústria de tratores.

Entretanto, essa ocorrência esbarra nas limitações de mercado (tanto interno como externo), tanto assim que a expansão das lavouras no Brasil Central dos anos 80 em diante tem sido realizada com base em incentivos fiscais e financeiros, mas às custas da redução do plantio no Sul-Sudeste. As areas agrícolas dessas duas regiões somadas permitiriam a incorporação de muito mais que os 27,5 milhões de hectares cultivados em 1991-93 e no período 1989-93 houve um recuo de 3,1 milhões de hectares na area de lavouras (MARTIN & GONÇALVES, 1995). Assim, ainda que tenha crescido extraordinariamente nas últimas décadas, a agropecuária nacional não atingiu os patamares projetados na euforia do período do milagre quando pensou-se o II PND. Em razão disso, a industria brasileira de tratores que superdimensionou suas plantas produtivas com base nas espectativas efusiantes com que se implementou o II PND nos anos 70, passou as décadas de 80 e 90 operando com capacidade ociosa. Tendo constituído o moderno setor produtor de bens de capital agropecuário representado pela maquinaria, o Brasil enfrenta no momento a necessidade de dinamização do mesmo, o que exige a superação dos constragimentos estruturais que obstaculizam a expansão de sua demanda. O crescimento da renda interna com melhor perfil distributivo e a construção de mercados alternativos no contexto internacional são atualmente o caminho para garantir espaço para o crescimento da agricultura, fundamental para sustentar o avanço da indústria de máquinas.

O setor produtor de química agrícola, representado pelos fertilizantes e defensivos, consiste em outro ramo industrial de insumos relevante da agricultura brasileira[102]. Estes diferentemente do trator cuja difusão associa-se a um tamanho ideal de área de lavouras, não tem relação direta na definição da escala do empreendimento, não forçando desse modo alterações na estrutura produtiva rural para viabilizar as aplicações em larga escala. No caso dos fertilizantes a produção nacional inicia-se nos anos 40 com a aproveitamento de subprodutos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mas ganha impulso com o Plano de Metas JK (1957-

---

mundiais de terras aptas para agropecuaria.

[102] O diagnóstico e a formulação da implantação da indústria de fertilizantes no contexto do plano de metas esta contido em FAGUNDES et al (1959) que propunha expansão da produção nacional em niveis mais amplos que os ensejados. No caso dos fertilizantes as metas restringiam-se à produção de nitrogênio e fósforo totalizavam 131 mil toneladas em 1960, o que foi obtido. Nesse caso as metas eram realmente pouco ambiciosas frente à necessidade da agropecuária à época tal como pontifica LESSA (1975).

61), sendo que 15 novas plantas industriais foram construídas no período 1955-65 (KAGEYAMA et al, 1990). Nos anos 60, a demanda interna foi impulsionada pelo FUNFERTIL, programa que subsidiava a aquisição de fertilizantes nas compras a prazo, com a absorção dos juros pelo Governo Federal (IEA, 1972). Na década de 70, na mesma medida em que se alavancava a demanda interna com o crédito subsidiado, era implantado em 1974 o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA) que objetivava triplicar a capacidade de produção nacional. Nessa ação, ao lado das empresas privadas nacionais e multinacionais adentraram as estatais do complexo petroquímico na produção de fertilizantes, dominando o processo de algumas matérias primas como os nitrogenados (KAGEYAMA et al, 1990).

O consumo de fertilizantes no Brasil cresceu significativamente desde os anos 50, subindo de 104,7 mil toneladas de NPK em 1949-51 até atingir 3,5 milhões em 1984-86. Na segunda metade dos anos 80 ocorre um refreamento conjuntural dessa expansão quando a utilização alcança 3,2 milhões de toneladas em 1989-91 como reflexo do aprofundamento da crise econômica que marcou esse período. A retomada de taxas positivas de crescimento da economia numa realidade de estabilização faz essa indústria alçar novos recordes de demanda atingindo 4,6 milhões de toneladas em 1994-96. A oferta da industria nacional ocupa papel relevante na viabilização desse processo pois se em 1949-51 eram produzidas 23,1 mil toneladas de NPK, com a expansão das plantas industriais nacionais, foi de 2,1 milhões o volume físico fabricado internamente em 1984-86, ou seja o nivel de nacionalização aumentou de 22% para 60% no período. Da metade dos anos 80 em diante, sofrendo os impactos da conjuntura adversa a oferta nacional de NPK caiu para 1,8 milhões de toneladas em 1989-91 e, apesar de ter-se recuperado nos anos 90 com a produção de 2,1 milhões de toneladas em 1994-96, não atingiu os patamares de 1984-86 (Tabela 31).

A expansão do consumo nacional de fertilizantes impulsionou também as importações de NPK que cresceram de 81,6 mil toneladas em 1949-51 para 1,8 milhões de toneladas em 1979-81, patamar esse que tendo se reduzido para 1,4 milhões de toneladas em 1984-86, cresce de maneira expressiva desde então até atingir 2,6 milhões em 1994-96[103] (Tabela 31). Duas razões fundamentais estão associadas a esse comportamento das importações: a) a autosuficiencia absoluta na produção de fertilizantes no caso brasileiro mostra-se dificil pela insuficiência de reservas exploráveis de elementos estratégicos como as rochas potássicas, com o que o crescimento da produção nacional de formulados de NPK necessariamente alavanca a necessidade de maiores compras externas da matéria prima do elemento cuja oferta interna

[103] A analise da evolução das condições de operação da indústria brasileira de fertilizantes num continuo processo de substituição das importações pode ser encontrada em BAUM (1977). no tocante ao comportamento da demanda interna e da oferta de fertilizantes destaca-se o estudo de ANJOS & NEGRI NETO (1979). Sobre a analise dos fertilizantes no contexto dos insumos em geral e suas industrias ver os trabalhos de KAGEYAMA et al (1990), BARROS & MANOEL (1988) e RAMALHO et al (1988).

mostra-se deficiente; b) nos anos 90 a abertura da economia nacional com a inclusão dos fertilizantes na lista dos produtos sujeitos à redução de tarifas fez entrar quantidades crescentes de matéria prima de elementos onde, mesmo existindo reservas internas, os preços internacionais revelam-se menores que os custos internos de extração e transporte até as regiões consumidoras.

Tabela 31.- Evolução do Consumo Aparente, da Produção Nacional e das Importações de Fertilizantes, Total de Elementos Nobres, Brasil, 1949-51 a 1994-96

(em toneladas do elemento)

Ano	Consumo Aparente	Produção Nacional	Importação
1949-51	104.693	23.106	81.587
1959-61	257.375	100.398	156.977
1964-66	275.647	98.665	176.982
1969-71	910.440	212.138	690.302
1974-76	2.110.157	782.149	1.320.008
1979-81	3.507.129	1.664.722	1.842.407
1984-86	3.544.780	2.135.447	1.409.333
1989-91	3.245.442	1.821.142	1.424.300
1994-96	4.625.438	2.052.538	2.572.900

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

No outro segmento da química agrícola representado pela industria de defensivos, até 1958, o Brasil produzia somente os inseticidas BHC e Parathion, passando a fabricar o DDT a partir desse ano. O grande impulso na produção nacional de defensivos agrícolas viria com o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA) em 1975, cuja meta era a produção interna de 123,5 mil toneladas em 1980, cifra que não seria concretizada (FERREIRA, CARVALHO & CARMO, 1986). O PNDA estimulou a rápida instalação de plantas produtivas de empresas lideres mundiais em produtos largamente empregados sendo 9 inseticidas, 4 fungicidas e 6 herbicidas (KAGEYAMA et al, 1990). Com isso o Brasil internalizou o moderno segmento da química fina, responsável pela sintese de produtos por complexos processos industriais[104].

[104] A analise da evolução da industria nacional de defensivos agrícolas pode ser encontrada em FERREIRA, CARVALHO & CARMO (1986). Sobre o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas ver o documento básico dessa ação governamental contido em CHAVES et al (1975) e o trabalho de FUTINO & SILVEIRA (1990). Sobre a relação desse movimento da industria de defensivos dentro do conjunto dos insumos ver KAGEYAMA et al (1990) e BARROS & MANOEL (1988).

O consumo aparente de defensivos agrícolas no Brasil, em volume físico, subiu de 22,1 mil toneladas em 1964-66 para atingir 82,8 mil toneladas em 1974-76. Em seguida estabiliza-se na segunda metade dos anos 70 ao alcançar 82,8 mil toneladas em 1979-81 para mostrar redução até 1984-86 quando utilizou-se 58,1 mil toneladas. No segundo quinquênio dos anos 80 ocorre um pequeno aumento no consumo que chega aos 62,2 mil toneladas em 1989-91 (Tabela 32). Essa queda verificada nos anos 80 em diante não corresponde à uma retração na adoção dessa tecnologia, mas sim o contrário, com a utilização de produtos mais aprimorados com maior concentração e eficiência, reduzindo alguns efeitos danosos do uso dessa pratica. Trata-se da internalização de produtos técnicos mais avançados, em particular os piretróides, fazendo que a queda do volume aplicado seja indicador de avanço e não de retrocesso.

Tabela 32.- Evolução do Faturamento, do Consumo Aparente, da Produção Nacional e das Importações de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1964-66 a 1994-96

(em toneladas do elemento)

Ano	Valor das Vendas(1)	Consumo Aparente	Produção Nacional	Exporta-ção	Importação
1964-66	39.298	22.122	6.309	...	15.813
1969-71	138.566	41.299	27.166	...	14.133
1974-76	987.917	82.845	22.655	...	60.190
1979-81	1.918.139	82.851	47.356	...	35.495
1984-86	1.411.688	58.168	60.795	16.884	14.257
1989-91(2)	1.367.272	62.290	62.296	14.356	14.350
1994-96	1.642.432	...	...	...	...

(1) Expresso em R$1.000, valores constantes de 1996, pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
(2) Os dados de volume físico só estão disponíveis até 1990.
Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

Outro indicador importante da utilização de defensivos agrícolas corresponde ao volume de vendas, no qual se verifica o crescimento, pois elas somavam R$ 39,3 milhões em 1964-66 e subiram para R$ 1,9 bilhão em 1979-81. Nos anos 80 o valor das vendas reduz-se para 1,4 bilhão em 1989-91 mas reverte essa tendência na primeira metade da década de 90 quando cresce para 1,6 bilhão em 1994-96 (Tabela 32). Cotejando-se os dados de volume físico com o de valor das vendas, nota-se que o primeiro indicador cresce entre 1974-76 e 1979-81 enquanto o segundo se mantem, indicando mudanças na concentração dos produtos. A queda do valor das vendas dos anos 80 não esta relacionada apenas à redução do volume físico, pois houve redução de preços no período. De qualquer maneira, ainda que estatistica-

mente confuso, esse comportamento dos indicadores refere-se a mudanças tecnológicas relevantes na industria de defensivos que produziram efeitos positivos no contexto das lavouras com maior eficiência das aplicações e melhor proteção das plantas.

A industria nacional de defensivos avançou sua participação no consumo aparente saindo de 6,3 mil toneladas em 1964-66 para atingir 62,3 mil toneladas em 1989-91. Em função disso as importações desses produtos que haviam crescido de 15,8 mil toneladas em 1964-66 para 60,2 mil toneladas em 1974-76, acompanhando o aumento da utilização desse insumo nas lavouras, reduzem-se da metade dos anos 70 em diante para alcançarem 14,3 mil toneladas em 1989-91, ou seja equilibram-se com as exportações que concretizam cifras semelhantes (Tabela 32). Esse comportamento decorre diretamente dos efeitos do PNDA na internalização das modernas plantas desse segmento da química agrícola. Para os anos 90 não estão disponíveis estatísticas de volume físico de consumo, produção nacional e comércio externo de defensivos. Entretanto, informações do setor dão conta que teria havido uma reversão das conquistas dos anos 80, com a industria nacional deixando de sintetizar internamente muitos produtos, preferindo importa-los da matrizes face às facilidades advindas da abertura do mercado interno com a redução de tarifas.

Outra visão dos impactos da evolução da industria nacional de química agrícola pode ser verificada avaliando os indicadores de utilização desses insumos por unidade de area cultivada. No caso dos fertilizantes em 1959-61 eram aplicados em media 10,0 kg/ha, nivel este que cresceu consistentemente até 1979-81 quando alcança 73,6 kg/ha. Nos anos 80, quando os recursos de financiamento de custeio do credito rural declinam expressivamente e os juros reais cobrados passam a ser positivos, ocorre pequena redução consubstanciando-se 68,1 kg/ha em 1989-91. Os anos 90, mesmo com a persistência de realidade do financiamento rural similar à do período anterior, ocorre crescimento do uso de fertilizantes por unidade de area que alcança 92,4 kg/ha em 1994-96 (Tabela 33). Nesse indicador o nivel atingido pela agropecuaria brasileira, respeitando-se as diferenças de composição de culturas e levando-se em conta o fato de que parcela importante da area agrícola subutiliza esse insumo, coloca o Brasil em posição compatível com os niveis mais elevados no contexto internacional.

No tocante aos defensivos agrícolas, quando se considera o valor das vendas por hectare, os dispêndios elevam-se de R$ 1,24/ha em 1964-66 para R$ 40,26/ha em 1979-81. Nos anos 80 ocorre um decréscimo e a manutenção em torno de R$ 28,50/ha, mas a década de 90 revela pequeno aumento atingindo R$ 32,82/ha. Verifica-se aí enorme similaridade das tendências do comportamento desse indicador para os defensivos e o de uso de fertilizantes em kg/ha. Quando o indicador utilizado baseia-se no volume físico, ocorre um crescimento de 0,69 kg/ha em 1964-66 para 1,98 kg/ha em 1974-76, desde quando há uma redução até 1,17 kg/ha em 1984-86, seguida de recuperação na segunda metade dos anos 80 para atingir 1,30

kg/ha em 1989-91 (Tabela 33). Assim, o uso de produtos com maior concentração de princípio ativo reduz o volume físico aplicado no período 1975-85, mas nos anos seguintes recompõe-se o crescimento desse indicador. Em todo caso, levando-se em conta a composição de culturas e os avanços das técnicas de manejo integrado de pragas, a agropecuária brasileira para suas principais culturas, adota tecnologia de defensivos agrícolas compatível com o padrão vigente nas principais nações de agricultura desenvolvida.

Tabela 33.- Evolução dos Índices de Utilização de Fertilizantes e Defensivos Agrícolas, por unidade de área agrícola, Brasil, 1959-96

Ano	Fertilizantes(1)	Defensivos Agrícolas(1)	Defensivos Agrícolas(2)
1959-61	10,02	...	...
1964-66	8,71	0,69	1,24
1969-71	26,07	1,18	3,97
1974-76	50,46	1,98	23,63
1979-81	73,61	1,73	40,26
1984-86	71,56	1,17	28,50
1989-91	68,08	1,30	28,68
1994-96	92,43	...	32,82

(1) Obtido pela divisão do consumo aparente pela área cultivada, expresso em kg/ha.
(2) Obtido pela divisão do valor de venda, em valores constantes de 1996, pela área cultivada, expresso em R$/ha.
Fonte: FIBGE e ANDA.

Portanto, no conjunto da indústria de bens de capital e insumos agropecuários realizou-se intenso progresso desde os anos 60. O fato mais visível dessa transformação está na internalização de plantas produtivas similares às mais modernas existentes no mundo, mesmo porque as empresas que aqui se instalaram estão dentre as líderes nos respectivos ramos de atividade. Resultante de ações governamentais que consubstanciaram os objetivos de política centrada na estratégia de aprofundar a industrialização como motor de mudanças na dinâmica econômica. Em economias continentais como a brasileira esse processo necessariamente teria que processar-se na agricultura sem o que não ganharia irradiação no amplo espaço geográfico. As políticas públicas ensejadas conformaram estratégias nítidas dispostas no tempo e no espaço e ramos industriais, ou seja, elas guardam clara funcionalidade com o desenrolar do processo de internalização do "D1 da agricultura", nos seus vários momentos.

O **primeiro momento** corresponde àquele inserido no Plano de Metas JK (1957-61). Na mesma medida em que era internalizada a indústria de tratores e máquinas agrícolas, com metas audaciosas e por isso mesmo as medidas eram de estímulo a substituição de importações,

nos fertilizantes propugnavam-se objetivos modestos complementados por medidas de favorecimento das importações. Essa diferenciação de tratamento entre os tratores e os fertilizantes pode ser denotado na fato de que tendo as importações de insumos agrícolas como um todo crescido 2,6 vezes entre 1948-52 e 1965-67, esse aumento deve-se exclusivamente aos fertilizantes, os quais excluídos fariam as compras externas declinarem no período. Os bens de capital que representavam 2/3 das importações em 1948-52, em 1965-67 significavam apenas 1/4 do total dispendido (SCHUH & VEIGA, 1976). Essa mudança estrutural nas importações de insumos agropecuários guarda relação direta com os objetivos da política econômica do período.

A indústria de tratores e máquinas agrícolas inseria-se complementarmente no mesmo conjunto de ramos industriais que formavam o núcleo do Plano de Metas, ou seja, ainda que guarde especificidades, consistia-se sustentada nos récem instalados ramos de autopeças e de caminhões da indústria pesada. Por outro lado, os fertilizantes não apenas dependiam da prospecção e exploração de rochas variadas, como parcela importante surge como decorrência da indústria petroquímica, o que no caso brasileiro à época ainda se estruturava como grande indústria. Não sem razão, portanto, que para os tratores a estratégia seguida foi a de substituição de importações e para os fertilizantes a de alargamento da demanda com base na facilitação das importações. Dessa maneira o tratamento cambial e tarifário preferencial para as compras externas de adubos, permitem concluir que "uma apreciação global da política de importação de insumos parece indicar que os subsídios à importação podem ter gerado uma demanda que, posteriormente, facilitou o desenvolvimento da indústria brasileira de insumos modernos" (SCHUH & VEIGA, 1976).

O **segundo momento** corresponde ao período que se inicia na segunda metade da década de 60 e prolonga-se até o final dos anos 70. Trata-se a formulação e execução das políticas que construíram as bases do ciclo de investimentos que deram como resultante o denominado "milagre brasileiro". Em linhas gerais reorganizou-se os instrumentos de financiamento do investimento, substituindo o deteriorado sistema das emissões primárias que haviam lastreado o Plano de Metas, recompondo a capacidade do Estado de executar a mobilização dos recursos capazes de engendrar o novo ciclo de expansão. Filho direto e primogênito das reformas financeiras da metade dos anos 60 foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que procurava realizar as transformações da agropecuária a mercado, ou seja superar o "atraso" setorial sem mudanças estruturais. O crédito rural subsidiado foi colocado para a industria de insumos de máquinas da mesma forma em que, no mesmo período, estabeleceu-se e difundiu-se o crédito pessoal, ou seja como instrumento alavancador da demanda.

A demanda aquecida de insumos e máquinas promoveu rápida transformação da base técnica da agropecuária, não apenas com incrementos na mecanização como no uso de fertilizantes e defensivos agrícolas. Como decorrência impulsionou-se também o segundo movimento

da substituição de importações com o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) contemplando significativa expansão da indústria de tratores e máquinas agrícolas, a internalização das modernas plantas industriais de defensivos agrícolas e a expansão da indústria de fertilizantes. O desempenho da economia com crescimento a taxas elevadas e as respostas obtidas com o crédito rural no sentido do alargamento da demanda, formando um quadro de enorme euforia, promoveram a superestimação dos desdobramentos setoriais e com isso as plantas industriais de todos os segmentos foram montadas com capacidades de produção superdimensionadas[105], a não ser que as expectativas de Brasil Potência fossem integralmente concretizadas.

A década 80 inicia-se com a indústria de insumos e máquinas agrícolas consolidada, lastreando uma agropecuaria que havia se modernizado de forma intensa. Nesse período, quando a economia como um todo passou por uma longa estagnação, a agropecuária evoluiu a taxas positivas, colhendo seguidas supersafras. A area agrícola de 1990 foi a mesma de 1980 (cerca de 47,6 milhões de hectares), sendo as mudanças na composição de culturas e a elevação dos rendimentos agrícolas os sustentáculos do crescimento da oferta. Essa realização numa realidade de eliminação progressiva dos subsídios ao crédito (com montantes de recursos cadentes), ocorre como decorrência dos investimentos da década anterior. Essa crise, que não estava nos prognósticos da "economia agrícola do milagre", insere-se na crise mais geral decorrente da falência do padrão de financiamento organizado nos anos 60. Os diversos ramos da industria de insumos e máquinas sofreram distintamente os efeitos dessa crise.

As industrias de defensivos e fertilizantes, ainda que tenham tido reduções nas respectivas demandas, como insumos variáveis associados à extensão do cultivo acabam sustentando certo nivel de consumo pois não interferem na "capacidade instalada" da agropecuária. Nos bens de capital, como os tratores, a realidade mostrou-se dramática pois não apenas não haviam sido concretizadas as projeções de demanda que respaldaram o II PND, como a procura ficou, na maioria dos anos, abaixo das estimativas do Plano de Metas JK. A frota de tratores tem sua vida útil esticada ao mesmo tempo em que as fronteiras agrícolas foram ocupadas com o deslocamento da capacidade produtiva do Sul-Sudeste para o Centro-Oeste, ou seja sem grandes agregações de area cultivada global. Essa frustração de expectativas de extensão territorial, determinante básico do uso de máquinas e insumos agrícolas, permaneceu por uma década, na qual, salvo em raras oportunidades conjunturais e passageiras de recuperação econômica, essas industrias operaram com elevada capacidade ociosa.

---

[105] Nessa época, **por aqui**, a moda na economia agrícola eram os modelos econométricos de estimativas de oferta e demanda, de tradição neoclássica. Esses instrumentais propiciavam coeficientes com alta significância estatística e as projeções indicavam um futuro esplendoroso. Nada pôde fazer frente a essa avalanche que dominou a economia agrícola brasileira, num autêntico " Brasil, Ame-o ou Deixe-o" científico. Nessa época, em muitas instituições, o que não tinha **fórmula** não era científico. Esse clima de euforia tinha portanto, respaldo no "método científico".

O **terceiro momento**, ainda em curso, inicia-se de forma dramática, com a abertura da economia brasileira numa realidade de estagnação no início dos anos 90. A estabilização econômica com a retomada de taxas positivas de crescimento econômico posterior a 1993 foi realizada com a manutenção da tese aberturista na crença de que o Brasil auferiria vantagens com a redução dos preços internos. Numa economia globalizada, onde o financiamento das transações internacionais (muito mais favoráveis em termos de juros e prazos que o crédito interno fruto de uma política macroeconômica de juros propositadamente elevados) são internalizados rapidamente com a abrupta redução (ou retirada) das tarifas de proteção, acontece uma certa reversão dos avanços até então obtidos na consolidação da industria brasileira de insumos e máquinas. Mais uma vez os setores ajustaram-se de maneira distinta à política econômica, embora em todos eles o grau de "nacionalização" tenha se reduzido de maneira expressiva, tanto assim que até 1996, nenhum havia ainda superado os recordes anteriores de produção nacional. Para o conjunto da industria de insumos e máquinas como um todo, os limites e os efeitos da abertura do mercado nacional ainda não manifestaram-se na plenitude.

Nos tratores, que aqui se constituiu como oligopólios, uma vez que apenas 3 empresas detem 92,4% do mercado e a empresa lider cresce sua participação de 35,8% para 42,7% no período 1985-95 (VEGRO, FERREIRA & CARVALHO, 1997), preponderou a estratégia da "internacionalização" da produção com a crescente importação de componentes para montagem no Brasil. Dessa maneira, a vinda para o Brasil dos "últimos grandes *players* que faltavam" com a compra da Iochpe-Maxion pela AGCO (que significou a desnacionalização de uma empresa lider de mercado) e a associação da SLC com a John Deere, apresentada como indicativo auspicioso de crença no futuro nacional (BARROS & GOLDENSTEIN, 1996) na verdade corresponde ao aproveitamento da possibilidade de produção do "trator mundial" conformando a produção interna de alguns componentes e a montagem final, ou seja com tratores e máquinas com menor indice de nacionalização que os verificados nos anos 80. Numa realidade de area agrícola com reduzida expansão e por isso indica a permanência de alta capacidade ociosa por muitos anos, a internalização de mudanças tecnológicas numa indústria cuja concorrência dá-se pela diferenciação de produtos, a estratégia não poderia ser diferente.

Na indústria de defensivos agrícolas essa situação revela-se ainda mais clara, pois os avanços da química fina com a construção de novas moléculas constitui-se na sustentação da concorrência com base na diferenciação de produtos. Como no processo de internalização dessa indústria, "as empresas que se instalaram no Brasil não trouxeram seus laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, não promovendo, portanto, uma difusão do conhecimento tecnológico" (RAMALHO et al 1988), a obsolescência progressiva das linhas de produto funcionou como impulsionadora da aquisição de produtos já sintetizados numa desnacionalização de etapa

importante da produção de defensivos agrícolas. Os resultados das políticas dos anos 70 foram desgastados pelo dinamismo da substituição tecnológica de produtos e concretizou-se, assim, o quadro do início dos anos 90, em que "caso mantenham as tendências atuais - políticas liberalizantes, estagnação de mercado, demasiada segmentação entre agricultores e a dificuldade de registro de produtos - pode-se prever que o ajuste das empresas privilegie dois pontos: a manutenção da política de fusões e a elevação das importações" (FUTINO & SILVEIRA, 1991).

Finalizando, na industria de fertilizantes dois fatores funcionaram como "proteção" da indústria nacional. O primeiro decorre de que, numa concorrência via preços, o elemento estratégico esta no controle e acesso aos recursos naturais, quer pela propriedade das jazidas quer pela importação. O segundo decorre da intensa e estratégica presença estatal em segmentos importantes como a cadeia da amônia, impedindo a proliferação de firmas, mesmo que simples misturadoras. Mesmo assim, dado que o produto importado mostra-se mais barato em função da matéria prima em função dos custos de extração, pois no caso dos Estados Unidos por exemplo as minas de fosfato são de areia e não de rocha como no Brasil, o ritmo de crescimento das importações tem sido mais elevado que a produção nacional. De qualquer maneira, exatamente nos fertilizantes não houve até o momento significativa reversão de conquistas verificadas nos anos 70, com a "desnacionalização" expressiva de fases de produção de componentes fundamentais.

- Comportamento estrutural da oferta dos principais produtos agropecuários

A agropecuária brasileira realizou significativo crescimento da produção no período compreendido entre a metade dos anos 30 (1934-36) e dos anos 90 (1994-96). Os resultados obtidos condenam os argumentos dos defensores da tese de que haveria uma inelasticidade da oferta, motivo pelo qual a agropecuária não cumpriria sua função de provedora de bens e serviços fundamentais ao desenvolvimento econômico. Sejam as afirmativas de que isso decorreria de constrangimentos de ordem conjuntural ou de cunho estrutural, a realidade atual mostra que essa inelasticidade nunca existiu (RANGEL, 1962) e, principalmente, que a estrutura fundiária não representou um obstáculo ao crescimento da produção e ao avanço do progresso técnico. Entretanto ressalte-se que, tendo sido superada e solucionada a vertente oferta da questão agrícola, nada indica que os indicadores sociais tenham melhorado no aspecto distributivo. Como derivada da renda e de seu perfil distributivo, a vertente estrutural da questão agrícola permanece preocupante, pois mantem-se na pauta do debate nacional a exigüidade do mercado interno e o perfil qualitativo do consumo. Contudo, nada pode empanar o sucesso da modernização da agropecuária na sua conquista de fazer superar o dilema da produção insuficiente com a concretização de significativo aumento da oferta, ainda que diferenciado por produtos.

A verificação desse sucesso encontra respaldo nos alimentos básicos, o arroz com feijão que formam o prato popular de ampla camada social, em particular os de renda menor. No arroz a produção nacional aumentou de 1,2 milhão de toneladas em 1934-36 para 10,6 milhões de toneladas em 1994-96 enquanto que no feijão o crescimento deu-se a partir das 770 mil toneladas nos anos 30 para 3 milhões nos anos 90 (Tabela 34)[106]. No arroz o volume de produção no triênio 1994-96 ficou abaixo do consumo nacional que foi em média de 11,6 milhões de toneladas, exigindo a importação de 1 milhão de toneladas, ou seja 8,6% das necessidades. Também no feijão tem sido necessárias aquisições externas de 350 mil toneladas (10,4%), pois o consumo vem situando-se na faixa dos 3,35 milhões de toneladas. Ressalte-se que no feijão ocorre a auto-suficiência em feijão de cores (tipo carioca) com as compras externas relacionadas com o feijão preto[107]. Esses indicadores fazem clara a constatação de que a continuidade da recuperação do terreno no campo do consumo de alimentos, superando a subnutrição e a fome, exige esforços ainda grandes em termos de aumento da oferta. A situação contudo exige melhoria no perfil distributivo da renda como alavanca do consumo, pois dado o poder global de compra atual, a oferta tem sido suficiente.

Outros produtos agropecuários importantes na alimentação dos brasileiros são a mandioca e o trigo[108], fundamentalmente na forma de farináceos. A produção de mandioca

---

[106] Uma analise relevante das condições de formação, expansão e consolidação do "complexo rizicola" gaúcho, detalhando a institucionalidade eregida, os efeitos das políticas públicas, os desdobramentos dessa expansão no Uruguai e na Provincia de Missiones na Argentina, foi realizada por BECKER (1992). A expansão do cultivo de arroz irrigado no Rio Grande do Sul fez dessa unidade da federação a maior produtora e a detentora das maiores médias de produtividade dentro do cenário da rizicultura nacional. Para o feijão, maiores detalhes podem ser encontrados nos trabalhos de ROMÃO (1991), de GONÇALVES & SOUZA (1993a E 1993b) e de GONÇALVES (1993a e 1993b) enfocando o desenvolvimento da cultura no Sudoeste Paulista, formando e consolidando o padrão tecnológico que se disseminou para outras regiões dinâmicas como a da região de Irecê (BA).

[107] Os dados de consumo são estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), representando dados fechados em julho de 1996. Ressalte-se que estão já incluídos os efeitos de aumento do consumo advindos da estabilização da economia com o Plano Real, uma vez que o consumo de feijão anterior situava-se na faixa dos 2,78 milhões de toneladas no triênio 1991-93, tendo acrescido 570 mil toneladas no triênio 1994-96. No arroz o acréscimo foi menor, da ordem de 400 mil toneladas pois o consumo anterior ficava em torno das 11,2 milhões de toneladas, mesmo porque manteve-se estoques na faixa das 1,4 milhões de toneladas fruto de políticas de "segurar" preços, redundando em menor efeito do aumento de renda advinda da redução da inflação. De qualquer modo, não há como negar os impactos distributivos imediatos do Plano Real, que redundou em aumento do consumo de alimentos. A questão agora posta baseia-se na verificação de como os desdobramentos das politicas impactarão a renda e como decorrência o consumo e, principalmente, se os efeitos ficarão restritos ao impacto momentâneo e conjuntural do fim da corrosão dos salários pela espiral inflacionária. Está bem, controlou-se a inflação e a população consome mais, mas isso não basta para reverter a dura realidade brasileira construída em séculos de exclusão.

[108] A política brasileira de substituição de importações de trigo tem sido analisada de vários angulos como: a) a organização do sistema cooperativista com esse fim precípuo pois as antigas cooperativas existentes na região de aplicação da politica de expansão foram desativadas e no lugar delas organizadas outras como cooperativas tritícolas (FRANTZ, 1982); b) a articulação entre cooperativas e multinacionais do trigo (CORADINI, 1982); c) sob a ótica da evolução histórica da política tritícola (FERNANDES F°, 1995) e seus resultados e os efeitos do desmonte dessas políticas (MARJOTTA & COSTA, 1995). Quanto à mandioca,

após ter crescido das 4,9 milhões de toneladas do triênio 1934-36 para os 24,7 milhões de 1964-66, tem se mantido em torno desse patamar, pois em 1994-96 atingiu 24,8 milhões de toneladas. No trigo, por outro lado, foram obtidos incrementos expressivos de produção fruto de intensa política de substituição de importações, pois das 144,7 mil toneladas dos anos 30, alcançou-se a cifra de 3,99 milhões na metade dos anos 80, mas reduziu-se para os 2,2 milhões de toneladas em 1994-96, como resultado do abandono das medidas antes adotadas com a abertura da economia nacional nos anos 90[109](Tabela 34). Essas diferenças de comportamento entre as matérias primas dos farináceos decorrem diretamente da inserção desses produtos na estrutura global de consumo no padrão americano, uma vez que, enquanto o trigo tem dimensão de produto mundial, a mandioca desenvolveu muito pouco de suas potencialidades agroindustriais e não atingiu o *status* de *commodity*.

Tabela 34.- Evolução da Produção de Alimentos Básicos (Arroz e Feijão) e Farináceos (Mandioca e Trigo), Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

(em toneladas)

Trienio	Arroz	Feijão	Mandioca	Trigo
1934-36	1.254.252	769.650	4.927.017	144.741
1944-46	2.337.315	1.031.932	11.287.326	200.767
1954-56	3.651.005	1.466.177	14.889.059	942.540
1964-66	6.575.362	2.129.526	24.658.431	614.348
1974-76	8.006.888	2.120.264	25.449.383	2620.818
1984-86	9.475.316	2.461.201	23.403.868	3.993.392
1994-96	10.591.351	3.038.765	24.859.302	2.221.856

Fonte: dados basicos da FIBGE.

No que diz respeito ao consumo, a farinha de mandioca perde progressivamente espaço na dieta popular, deixando de ser o alimento fundamental, mesmo em regiões tradicionais como

---

fontes importantes são os trabalhos de VEGRO, VILPOUX & SILVA (1996) e SILVA et al (1996), principalmente no tocante às mudanças recentes na transformação e distribuição dessa raiz tropical.

[109] No ápice dessa evolução, quando ainda vigia a política de estímulo à produção nacional, chegou-se a atingir 6,1 milhões de toneladas em 1987/88. Portanto, o desmonte da politica do trigo deu-se quando concretiza o auge de seus efeitos. Para a safra 1995/96, preocupado com os aumentos expressivos das importações e com os efeitos da derrocada da produção nacional de trigo, o Governo Federal estimulou a cultura, aumentando a produção em relação à colheita anterior, mas a comercialização do produto na safra mostrou a fragilidade dos mecanismos a mercado para sustentar esse processo pois, frente às condições de financiamento favoráveis e a ação das *tradings companies* que dominam o mercado internacional de trigo, o produto estrangeiro era oferecido aos moinhos brasileiros em condições muito mais vantajosas, com o que a safra nacional ficou sem comprador.

o Nordeste. Em função disso, a estagnação da produção não causa maiores preocupações, ao contrário, indica que a destinação classica da mandioca que se revela na fabricação de farinha mostra-se cada vez menos relevante e as outras utilizações como a fécula e o amido ainda não ganharam expressão a ponto de reerguer a produção nacional. Noutra matéria prima de farinha de consumo diário, o trigo, o Brasil sempre foi tradicional importador, mas vinha reduzindo essa dependência até o final dos anos 80, conquista essa revertida com a supressão das políticas de estímulo. O consumo nacional de trigo que foi de 7,7 milhões de toneladas no triênio 1991-93, subiu para 8,1 milhões em 1994-96, nivel semelhante ao verificado no final dos anos 80. A diferença fundamental esta em que naquele período produzia-se internamente cerca de 6 milhões de toneladas para uma importação de 1,7 milhões, sendo a realidade atual exatamente a inversa[110]. No trigo e na mandioca, embora ambos sejam materias primas da fabricação de farinhas, assiste-se à queda da produção nacional mas com sentidos diferentes. Na mandioca a redução pode ser interpretada como um avanço na busca da internalização de padrões de consumo mais elevados, mas no trigo essa ocorrência leva a um considerável aumento da dependência externa.

Na agropecuária brasileira, os produtos frutícolas e olerícolas são outros de grande importância para a análise. O Brasil constitui-se no principal produtor mundial de frutas, notadamente em razão do destaque das principais frutas brasileiras, a banana e a laranja, serem também as de maior expressão de cultivo em todo o mundo e as mais transacionadas no mercado internacional[111]. Nessas duas frutas de destinações distintas a produção brasileira evoluiu

---

[110] Muito tem se discutido sobre a politica de trigo, argumentando-se que a abertura trouxe os efeitos benéficos das importações a preços inferiores para produtos de qualidade superior. Mas o essencial está em discutir se esses preços internacionais são realmente fruto da maior competitividade, ou estariam refletindo políticas de subsídio nos países de origem como o Canadá e os Estados Unidos, associadas às condições de prazos e juros do financiamento internacional face aos altos juros internos. Outro aspecto, que aí coloca em xeque a própria industria moageira nacional, estaria na possibilidade de importar-se a farinha de trigo pronta (e até mesmo produtos finais como massas alimentícias e produtos da panificação), com o que os efeitos sobre a economia interna seriam mais dramáticos. A questão básica, cujo detalhamento foge aos objetivos deste trabalho, esta em definir de que magnitude seriam os impactos da abertura de mercado, sem subsídios ao trigo na origem e frente a condições de negócios (juros e prazos do crédito de comercialização) similares. Noutras palavras, caso a abertura não tivesse sido feita de forma tão "ingênua" em acreditar no mercado autoregulável e tivesse adotado mecanismos minimizadores dos efeitos da concorrência desleal que se concretizou. Sobre esse processo de liberalização de mercado ver MENDES, RAMALHO JR & LACERDA (1994).

[111] Apesar da enorme discussão em torno da potencialidade das frutas tropicais e outras exóticas no mercado internacional, deve-se ter claro que se trata de nichos restritos de mercado, que podem ter relevância localizada. Quando procura-se mensurar a real magnitude do mercado internacional de frutas frescas acaba-se restringindo-se a apenas 4 frutas: banana, laranja, uva e maçã, com ampla supremacia para as duas primeiras. Das 362 milhões de toneladas produzidas, destacando os principais países para o período 1989-93, o maior produtor mundial seria o Brasil com 31,0 milhões de toneladas (8,6%), seguido da India com 29,5 milhões de toneladas (8,2%) e dos Estados Unidos com 26,2 milhões de toneladas (7,3%). Quanto às espécies, a principal fruta produzida é a uva com 58,9 milhões de toneladas seguida da laranja com 55,3 milhões de toneladas (15%), da banana com 49,2 milhões de toneladas (14%) e da maçã com 41,3 milhões de toneladas. Isso embora se deva registrar que, somando as produções de laranja (55,2 milhões de toneladas) e de tangerinas (9,4 milhões de toneladas), os citrus passam a deter a posição mais importante dentre as frutas, com o que

expressivamente desde os anos 30, com a colheita de banana crescendo de 1 milhão de toneladas em 1934-36 para 7,1 milhões em 1994-96 e a de laranja de 1 milhão para 16 milhões de toneladas no mesmo período (Tabela 35). Nota-se de maneira clara que a banana tem crescimento vegetativo com sua expansão pelo território nacional em todo o período enquanto que a laranja revela-se como um fenômeno da metade dos anos 60 em diante. Essa diferença decorre da motivação da expansão do cultivo, com a banana irradiando-se como fruta fresca por todo território nacional e a laranja pela implantação da indústria de sucos cítricos paulista, predominantemente exportadora.

Tabela 35.- Evolução da Produção de Frutas (Banana e Laranja) e Olerícolas (Batata e Tomate), Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

(em toneladas)

Trienio	Banana(1)	Laranja(2)	Batata	Tomate
1934-36	1.008.119	1.021.083	336.204	...
1944-46	1.437.104	798.092	532.288	62.555
1954-56	2.801.357	1.059.787	905.431	84.734
1964-66	4.495.885	1.700.891	1.279.480	603.053
1974-76	4.689.571	5.264.792	1.741.594	1.120.176
1984-86	6.242.220	11.025.050	1.984.589	1.866.163
1994-96	7.135.633	15.986.656	2.479.279	2.697.892

(1) Feita a conversão de mil cachos para tonelada pelo peso médio ponderado dos frutos contidos nos cachos. O total nacional corresponde à soma das produções de cada região, sendo o peso médio ponderado dos cachos, segundo a representatividade dos vários cultivares: Nordeste (10,06 kg), Norte (9,79 kg), Centro-Oeste (15,16 kg), Sul (18,52 kg) e Sudeste (14,57 kg).
(2) Feita a conversão de mil frutos para tonelada pelo peso médio do fruto (163,2 g).
Fonte: dados básicos da FIBGE.

A citricultura brasileira, centrada nos plantios paulistas de laranja para a indústria de sucos cítricos, constituiu-se como uma das mais competitivas do mundo, rivalizando-se com a da Flórida que, não fosse a taxação discriminatória do suco cítrico brasileiro, teria dificuldades mesmo no mercado norte-americano. Trata-se de produção de característica agroindustrial onde, mesmo a recente evolução das vendas de laranja *in natura*, tem destinação para o emergente mercado de sucos pronto para beber e de sucos naturais processados à vista dos consumido-

essas 4 frutas representam 59% da produção mundial. As transações internacionais de frutas frescas no período 1989-93 atingiu a média anual de US$ 14 bilhões com destaque para a banana com US$ 3,9 bilhões (27,6%), a laranja e tangerina - US$ 3,0 bilhões (21,4%), a maçã - US$ 2,3 bilhões (16,2%) e a uva - US$ 1,7 bilhões (11,9%). Assim, reproduzindo de forma mais nítida o quadro da produção, as 4 principais frutas (banana, laranja - inclui tangerina, maçã e uva) contemplam mais de 3 quartos do valor transacionado (SOUZA & GONÇALVES, 1995).

res. Os citros como fruta fresca ("laranja e tangerinas de chupar") mostra-se pouco desenvolvido no Brasil, onde as variedades (Lima e Baia) apresentam características pouco atraentes em termos de acidez, aderência do gomo à casca e numero elevado de sementes. Essa situação da citricultura tem efeitos estruturais relevantes uma vez que problematizam as alternativas dos citricultores de buscarem outros canais de comercialização que não a venda para as agroindústrias de sucos. Por outro lado, a principal variedade plantada, a Pera do Rio, não atende às exigências de fruta para mesa, o que exigiria outra citricultura, com localização em latitudes mais ao sul para conformar frutas com coloração desejada (alaranjado mais intenso), além de base técnica distinta, das variedades à condução e pós-colheita[112].

Essa realidade dos citros para mesa constitui-se na regra da fruticultura brasileira quando se destaca as frutas frescas[113], e pode ser evidenciada com nitidez na banana, onde a despeito de se colocar como um dos maiores produtores mundiais, o Brasil tem uma participação irrisória no mercado internacional tendo perdido até mesmo o Mercado do Prata, antes cativo, para a banana equatoriana. Não constituiu-se aqui a logística de produção e distribuição de frutas frescas de qualidade, com a presença das grandes *tradings companies* que dominam o mercado mundial desses produtos. Isso representa a razão básica do porque, apesar da potencialidade imensa da fruticultura brasileira para mesa, não apresentar condições estruturais de competição com países como o Chile e a Africa do Sul para resumir-se apenas ao Hemisfério

---

[112] A analise de MAIA (1996) mostra detalhadamente a evolução do complexo paulista de sucos cítricos, com destaque para a estrutura de mercado e os acordos de preços. Outro trabalho relevante e que aborda a recente expansão do consumo de sucos no mercado interno com base no suco pronto para beber e nos sucos naturais produzidos à vista do consumidor foi realizado por MAIA & AMARO (1994). Para uma visão conjunta da citricultura brasileira no período recente ver o trabalho de MAIA et al (1996). Quanto ao reduzido desenvolvimento dos citros frescos (de mesa) no Brasil, ver SOUZA & GONÇALVES (1994) que mostram tratar-se de outra citricultura, aqui inexistente da forma desenvolvida no sentido da produção e logística, a não ser em localizados plantios de Tangerina Murcote.

[113] Essa analise mostra o quão relativo do ponto de vista qualitativo foi o desenvolvimento da agricultura brasileira, pois as frutas frescas correspondem a produtos de demanda crescente em função de mudanças qualitativas no consumo de sociedades desenvolvidas cujas necessidades básicas de alimentação centradas nos cereais e proteína animal estão satisfeitas, encontrando-se num processo de sofisticação de consumo com frutas e olerícolas (alimentos naturais). No caso da banana, uma visão do atraso da atividade no Brasil em relação ao padrão vigente no contexto internacional pode ser encontrada em GONCALVES, PEREZ & SOUZA (1994). Sobre a fragilidade da estrutura de produção e logística da fruta de mesa brasileira no contexto internacional ver GONÇALVES et al (1995) e no tocante ao pequeno desenvolvimento da produção de mudas, segmento estratégico desse setor, ver GONÇALVES (1997a). Um aspecto relevante a destacar no caso da banana consiste no fato de que a oferta de 7 milhões de toneladas de banana não representa igual consumo pois as perdas são muito elevadas como decorrência exatamente dessa logística deficiente e incompatível com os padrões internacionais. Na banana essas perdas chegam 38%, com o que do total colhido apenas 4,3 milhões são efetivamente aproveitados. Sobre as perdas de frutas e olerícolas ver o trabalho de TSUNECHIRO, UENO & PONTARELLI (1994), que mostra serem elas expressivas inclusive nos supermercados que aqui tem acompanhado o padrão de pequeno aprimoramento nos métodos de armazenamento, manuseio e exposição de alimentos frescos. As seções de frutas e olerícolas de lojas de redes internacionais aqui instaladas como o francês Carrefour (lider de vendas no mercado brasileiro) ainda mostram os arcaicos sistemas de "montes" de frutas e olerícolas dispostos sobre as próprias caixas de transporte da lavoura à cidade.

Sul. A inserção brasileira ocorre de maneira marginal como na uva fina de mesa (do Vale do São Francisco no Nordeste) e na maçã (de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), ou ainda em produtos que, que embora tenham relevância localizada, são pouco expressivos em termos do volume das transações mundiais de frutas frescas como o melão potiguar, mamão capixaba e abacaxi paraibano. Noutras palavras, excetuando-se as frutas processadas na forma de sucos e vinhos (ou seja com base na uva vinícola e nos citros para sucos), o desenvolvimento da produção nacional mostra-se irrisório.

Nas olerícolas, os principais produtos são o tomate e a batata[114], sendo que no caso do tomate na verdade tem-se duas culturas com características diferenciadas, o envarado para mesa e o rasteiro para indústria. A produção brasileira de batata subiu de 336 mil toneladas em 1934-36 para 2,5 milhões de toneladas em 1994-96, enquanto que a de tomate atingia 62,6 mil toneladas em 1944-46 e alcançou 2,7 milhões de toneladas em 1994-96 (Tabela 35). No tomate rasteiro tem ocorrido um deslocamento da cultura e das estruturas industriais, caminhando paralelamente por várias regiões criando novos nucleos de oferta dada a presença de percentual elevado de produção sob contrato. Atualmente localiza-se no norte e noroeste paulista com cerca de 45% da produção e no Vale do São Francisco (25%). A importação de polpa de tomate para a industria de derivados também tem pressionado a produção nacional, face às facilidades encontradas nos negócios dentro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No caso do tomate para mesa, face à maior perecibilidade as areas de produção localizam-se na proximidade dos centros consumidores, numa complementaridade de safras sazonais como ocorre, por exemplo, no Estado de São Paulo entre as regiões de Campinas e do Alto Ribeira de Apiaí.

A batata, ainda que em menor grau que o tomate, apresenta perecibilidade e tem seu consumo predominantemente *in natura*, ainda que tenha crescido o consumo de batata processada. O abastecimento nacional realiza-se basicamente com a produção interna por meio da complementaridade de safras sazonais das águas, das secas e de inverno. Tal como o tomate (da mesma familia das solanaceas), a batata revela-se como olerícola exigente em tecnologia e no uso de insumos industriais. Na produção de batata e de tomate, como do conjunto das olerícolas de consumo *in natura*, a integração no mercado globalizado promove uma profunda reestruturação setorial, na medida em que se ampliam as complementaridades de safras. Com

---

[114] Maiores detalhes sobre a evolução recente das olerícolas no Brasil podem ser encontrados no estudo de CAMARGO F° et al (1994) para a produção de tomate envarado, em CAMARGO F° et al (1993a) para a batata e, caso haja interesse em maiores informações sobre a mais importante hortaliça de condimento representada pela cebola, ver CAMARGO F° et al (1993b). Sobre o tomate envarado ver GRAZIANO NETO (1977) e NUEVO (1994). Muitas outras olerícolas são cultivadas no Brasil e que no conjunto forma uma atividade relevante para o abastecimento e renda agrícola, entretanto, tal como as frutícolas as estatísticas disponíveis são muito precárias. Conquanto se reconheça essa limitação, a analise da batata e do tomate bastam para os propósitos aqui determinados.

a consolidação da integração da economia brasileira no MERCOSUL estão ocorrendo essas adaptações e num espaço geográfico mais amplo, principalmente nas relações inter-hemisféricas, algumas nações são importadoras num período do ano e exportadoras em outro. Nessas brechas de mercado tem aparecido países especializando-se na exploração de vantagens sazonais para atingir os mercados da América do Norte e Europa, tal qual os exemplos mais próximos são o Chile e a Africa do Sul. O Brasil, mesmo com sua imensa potencialidade nesse campo, ainda não desenvolveu estrutura de produção compatível com a inserção competitiva no mercado internacional. A experiência organizacional nacional que mais avançou no campo das frutas e olerícolas frescas com padrão elevado de qualidade no mercado interno e que ganhava espaço internacional, a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC-CC) acabou enfrentando grave crise e se desfazendo nos anos 90[115].

Como produtos intermediários destacam-se o algodão, o milho e a soja[116], que se constituem em matéria prima da alimentação animal, além de industrias específicas como os texteis, oleos vegetais e matinais e outros produtos da alimentação humana. No caso do algodão, a produção brasileira, mesmo tendo ganho alguma expressão por ocasião da Guerra de Secessão Norte-americana na segunda metade do século XIX (CANABRAVA, 1951), sua estrutura de produção foi desenvolvida a partir da consolidação da agroindústria textil com a constituição da industria brasileira de consumo no primeiro quartel deste século (CANO, 1980). Neste século a cotonicultura brasileira ampliou consideravelmente a oferta de algodão em caroço que subiu de pouco mais de 1 milhão de toneladas em 1934-36 para 2,4 milhões em 1984-86. Contudo, nos anos 90, no contexto da febre da abertura do mercado interno, a produção nacional foi exposta à concorrência desleal com produtos estrangeiros sustentados em políticas de subsídios à produção e exportação, passando a desestruturar-se numa crise persistente. Em função disso, a produção nacional de algodão em caroço reduziu-se para 1,3 milhão de toneladas em 1994-96 (Tabela 36), e de grande exportador o Brasil tornou-se na

---

[115] Uma analise da formação da CAC-CC e seu apogeu pode ser vista no trabalho de VEGRO (1992) que mostra o processo de formação do grande conglomerado cooperativo iniciado por imigrantes japoneses produtores de batata desde a década de 30 até seu trágico fim nos anos 90. A despeito de outras razões, que certamente pesaram, foi a tentativa de substituir o Estado como sustentáculo da produção com postura de mobilizar recursos numa ação anti-cíclica para manter o crescimento empresarial que levou o conglomerado de mais de 20 mil associados à derrocada. Como mostram GONÇALVES & VEGRO (1994) foram as dívidas dos cooperados com a cooperativa que, alcançando mais de 25% superiores ao faturamento global da CAC numa conjuntura de juros elevados, acabaram a desestruturando financeiramente. De qualquer modo saliente-se a magnitude da perda como percussora da moderna logística para produção e distribuição de produtos frescos, tanto o é que a maçã catarinense e a uva do Vale do São Francisco são tributárias dessa experiência pois muitos dos principais formuladores são egressos da CAC.

[116] Apesar de apresentarem características distintas, essas três matérias primas agroindustriais associam-se diretamente a agropecuária ao desenvolvimento da industria, sendo o algodão a base da 1ª Revolução Industrial e o milho e a soja elementos centrais da industria da agricultura da 2ª Revolução Industrial. Em todas elas a agropecuária brasileira realizou significativo crescimento de produção

maior nação importadora de algodão no contexto mundial, com compras externas em torno de 500 mil toneladas de algodão em pluma para um consumo anual de 850 mil toneladas nos últimos anos (URBAN et al, 1995)[117].

Tabela 36 - Evolução da Produção de Algodão em Caroço, Milho e Soja, Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

(em toneladas)

Trienio	Algodão	Milho	Soja
1934-36	1.042.705	5.648.723	...
1944-46	1.335.020	5.331.937	12.000
1954-56	1.184.328	6.825.908	113.048
1964-66	1.874.009	10.963.686	474.349
1974-76	1.563.416	16.786.273	9.665.553
1984-86	2.443.557	21.237.759	15.716.534
1994-96	1.291.619	33.567.775	24.578.190

Fonte: dados basicos da FIBGE.

O milho constitui-se no mais importante cereal da agropecuária brasileira, sendo uma cultura nacional que, entretanto, não desenvolveu a plenitude das suas potencialidades[118]. A colheita de milho nacional que era de 5,6 milhões de toneladas no triênio 1934-36 passou

[117] A cultura do algodão conheceu grande desenvolvimento no Brasil acompanhando a evolução da industria textil, tendo sido apresentada pelos economistas agrícolas como exemplo de capacidade de criação de nucleo endógeno de geração e difusão de tecnologia agropecuária (AYER, 1970) com o enorme sucesso da pesquisa algodoeira paulista na elevação da produtividade e da qualidade da fibra (com maior comprimento pois do predomínio de 22-24 mm nos anos 20, atingiu a prevalência de 30-32 mm nos anos 90). Entretanto, nos anos 90 a politica econômica de abertura do mercado brasileiro ao produto estrangeiro, que tem subsídio na origem (na produção e na exportação), expos a cotonicultura brasileira à concorrência desleal levando ao progressivo desmonte das conquistas realizadas nesse campo. Como se num passe de mágica, o moderno algodão nacional tornou-se arcaico e não competitivo na visão do defensores do mercado autoregulável. Sobre a cotonicultura, ver a tese pioneira da economia agrícola brasileira realizada por Ruy Miller Paiva nos anos 40 (PAIVA, 1941), cuja publicação em português data dos anos 90 (PAIVA, 1996). Sobre a relação entre o desenvolvimento do complexo textil e a produção de algodão ver URBAN et al (1995) e sobre a crise recente e o distanciamento dos objetivos das industria textil em relação às algodoeiras e cotonicultura ver GONÇALVES et al (1997).

[118] A cultura do milho constitui-se numa cultura nacional na medida em que é praticada em todas as unidades da federação e nem sempre como cultura principal e por isso apresenta enormes diferenças tecnológicas e estruturais, refletindo-se em rendimentos muito diferenciados (TSUNESHIRO, FERREIRA & MORICOHI, 1996). Mesmo no Estado de São Paulo onde o padrão tecnológico apresenta-se mais elevado com medias estaduais de rendimento agrícola superiores as nacionais, o consumo do milho na propriedade mostra-se significativo (PIVA et al, 1990). O milho, junto com a soja, compõe o nucleo da alimentação animal, sendo definidor de competitividade do complexo proteico-animal, em especial para carne suina, carne avícola e ovos, além de outras potencialidades como o crescente consumo de oleo comestivel de milho e de alimentos matinais a base desse produto. Sobre as possibilidades brasileiro no comércio internacional ver CARVALHO (1972), no tocante à sua importância na agropecuária brasileira ver ALVES (1981) e para a recente expansão nos cerrados ver OLIVEIRA (1985). Ainda discutindo a evolução e perspectivas do milho no Brasil, numa analise comparativa com as principais nações produtoras mundiais, pode ver o estudo de ESPÍRITO SANTO, DAMASO & NASSAR (1994).

para 33,6 milhões em 1994-96 (Tabela 36), mostrando um crescimento vertiginoso que ainda assim apenas coloca o Brasil no limite da auto-suficiência. Para um consumo médio de cerca de 35 milhões de toneladas, a exigência de importações para garantir o abastecimento interno foi em torno de 1,4 milhão no triênio 1994-96. Dessa maneira, ainda que sejam expressivas as conquistas na produção de milho, a modernização da agropecuária brasileira não logrou inserir o país no rol de exportadores mundiais do grão, a despeito das imensas potencialidades de expansão e do domínio de técnicas que permitem obter rendimentos agrícolas compatíveis com os obtidos nos principais centros produtores de milho do mundo. Ressalte-se que a inserção competitiva da carne avícola brasileira deriva diretamente da capacidade de produção nacional de milho.

Essa realidade complementa-se com a soja, na qual o Brasil insere-se internacionalmente como um dos maiores produtores e exportadores[119]. O crescimento da oferta dessa oleaginosa foi vertiginoso passando de apenas 12 mil toneladas em 1944-46, quando inicia-se o plantio em escala, para 24,6 milhões de toneladas em 1994-96. Esse avanço resulta dos estímulos das políticas públicas que procuravam alargar a oferta nacional para usufruir dos estímulos da expansão da demanda de farelo de soja no mercado internacional. Contribuiu sobremaneira o desenvolvimento tecnológico em especial no campo do melhoramento genético que, superando as limitações do fotoperiodismo o qual circunscrevia a cultura à faixa subtropical do território nacional das terras gauchas, criou a soja tropical e com isso possibilitando o plantio em novas areas como o cerrado e areas equatoriais como o Sul do Maranhão e Oeste de Bahia. Desse desenvolvimento da cultura da soja resulta a posição privilegiada do Brasil como exportador de farelo e oleo de soja, além do próprio grão, situação essa que potencialmente pode ser consideravelmente ampliada nos cultivos do cerrado.

Finalizando a analise do comportamento da produção das lavouras no Brasil, resta verificar a evolução das culturas da cana para industria, do café e do cacau, as três representando a tradição histórica como atividades construtoras da estrutura agrária e social do campo brasileiro. A cana para industria, após mais de 5 séculos de introdução nas terras brasileiras, ainda constitui-se na matéria prima da principal agroindústria brasileira, sendo a de maior volume físico produzido. Em 1934-36 foram colhidas 17,6 milhões de toneladas de cana, nível esse que num crescimento sistemático atingiu 306,6 milhões de toneladas em 1994-96

[119] A soja difundiu-se no Brasil como cultura de grandes areas e de elevada produtividade, ou seja como elemento disseminador da moderna produção de grãos com base na mecanização intensiva. Dentro do "modelo americano" de agricultura essa leguminosa constituiu-se num bem intermediário fundamental como matéria prima da alimentação animal, em conjunto com o milho, e dos oleos vegetais para alimentação humana, além de outros multiplos usos como para fabricação de margarinas. Uma visão da expansão da soja no Brasil pode ser encontrada em ZOCKUN (1978), sobre a industria da soja ver WILLIAMS & THOMPSON (1988), e no tocante às diferenças regionais do crescimento da cultura ver NOGUEIRA JR & NEGRI NETO (1982).

(Tabela 37)[120]. A despeito das profundas transformações da agropecuária brasileira, a expansão canavieira consolida essa cultura como a mais dinâmica da produção interna reassumindo a posição que havia perdido para o café no final do século XIX. Tanto isso constituiu-se como elemento central da agropecuária nacional que o nucleo moderno do complexo sucroalcooleiro localiza-se em Ribeirão Preto, exatamente nas terras em que reinara o café. No momento atual, com os preços estimuladores no mercado internacional, amplia-se a produção de açúcar, com o alcool perdendo espaço como combustível, revertendo as expectativas dos anos 70.

Tabela 37.- Evolução da Produção de Cana para Indústria, Café e Cacau, Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

(em toneladas)

Trienio	Cana para Indústria	Café em Grão	Cacau
1934-36	17.656.830	2.907.625	120.572
1944-46	26.083.446	1.625.906	119.285
1954-56	41.740.189	2.257.349	160.654
1964-66	72.668.514	2.834.797	161.624
1974-76	96.769.698	2.175.524	226.100
1984-86	236.231.880	2.914.889	406.482
1994-96	306.656.120	2.334.856	313.143

Fonte: dados basicos da FIBGE.

A cafeicultura deslocou o nucleo dinâmico da economia agropecuária nacional do Nordeste para o Sudeste no final do século XIX. No início como cultura exigente em terras ferteis seguiu a trilha da terra roxa e ocupou os solos de maior fertilidade do eixo Campinas-Ribeirão Preto no Oeste paulista, em seguida dirigindo-se ao Norte do Paraná[121]. A crise dos

[120] A cana para industria representou a primeira cultura econômica relevante da agricultura nacional no contexto da expansão da agroindústria açucareira nordestina no período colonial. No século XX essa atividade desenvolveu-se no Estado de São Paulo que acabou por tornar-se o principal produtor nacional. A partir da década de 70, além do açúcar, cresce a destinação da cana para a fabricação de alcool combustível. Sobre a política para o complexo sucroalcooleiro fontes imprescindíveis são os trabalhos de SZMRECSÀNYI (1978 e 1979), no tocante aos efeitos da expansão canavieira na concentração fundiária ver RAMOS (1991) e GONÇALVES (1991), a respeito do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) verificar VEIGA F°, GATTI & MELLO (1980) e MARTIN, CANCEGLIERO & VEIGA F° (1980), além do estudo de VEIGA F° & SANTOS (1995) que analisa a evolução do padrão tecnológico da cultura.

[121] A cafeicultura tem sido estudada sob diversos aspectos no contexto econômico, Dente a ampla literatura sobre o complexo cafeeiro destacam-se o estudo de MILLIET (1939) e o de DELFIM NETO (1959) que são clássicos sobre o assunto. Merecem destaque ainda para uma cronologia da evolução da cultura o trabalho de PAIVA et al (1961) sobre a indústria paulista de café, o estudo de MATSUNAGA et al (1977) sobre a evolução da cafeicultura e o trabalho de FREITAS (1979) para a periodização da política cafeeira. Tendo sido a atividade fundante da moderna agropecuária, o café passou por profundas transformações da base técnica deixando de

anos 30 levou à profunda reestruturação da lavoura cafeeira com intenso progresso tecnológico que, com a criação do cultivar IAC-Mundo Novo, as terras menos ferteis representadas pelos podzolizados da Alta Paulista puderam ser ocupados pelo plantio dessa rubiácea, que depois avançou pelo Triângulo Mineiro e Espírito Santo, estando em processo de evolução na area de cerrado. A produção nacional de café que havia caído de 2,9 milhões de toneladas em 1934-36 para 1,6 milhão em 1944-46, recupera-se e volta ao patamar de 2,9 milhões em 1984-86, para apresentar nova queda e atingir 2,3 milhões em 1994-96 (Tabela 37). A realidade atual da cafeicultura esta na presença da necessidade de desenvolvimento de mecanismos alavancadores da qualidade do produto nacional, correspondendo à transição do sistema extensivo para o intensivo, inclusive com o plantio adensado que exige menores areas para obter-se maiores produções (MARTIN, VEGRO & MORICOCHI, 1995).

Outra cultura perene de enorme importância regional constitui-se no cacau[122]. O nucleo da produção localizado no Sul da Bahia vive na instabilidade das enormes variações de demanda de amendoas no mercado internacional, o que refletindo-se em grandes flutuações de preços, gera variações expressivas de renda de ano para ano. A produção brasileira que era de 120 mil toneladas no triênio 1934-36, alcançou 406 mil toneladas em 1984-86, desde quando reduziu-se para 313 mil toneladas em 1994-96 (Tabela 37). Além dos problemas internos de maiores custos em função das infestações de podridão parda e vassoura de bruxa, situação magnificada pelo perfil conservador da maioria dos cacauicultores o que cria constrangimentos à reestruturação competitiva da produção bahiana, o mercado internacional passa por mudança significativa nos mecanismos de regulação com dificuldades crescentes na renovação das clausulas econômicas do Acordo Internacional do Cacau. O crescimento da expressão dentro da cultura dos produtores com melhor perfil empresarial e tecnológico, constitui uma tendência na reestruturação da atividade.

A produção de proteína animal, envolvendo carnes, leite e ovos, completam as atividades de maior expressão dentro da agropecuária brasileira. Na produção de carnes a agropecuária brasileira mostra grande crescimento da oferta desde o início dos anos 60, quando eram produzidos 2 milhões de toneladas, para atingir 10,1 milhões no triênio 1994-96 (Tabela

---

ser um cultura de "terra roxa" e da grande propriedade, que a caracterizava no início do século para ganhar os "podzolizados"e propriedades menores nos décadas mais recentes. Sobre essa mudança no café ver o estudo de VEIGA F°, ASSEF & SOUZA (1985) e de GONÇALVES (1990).

[122] A cacauicultura representa uma atividade econômica sobre a qual se assentou a agropecuária do Sul da Bahia, organizando grandes fazendas de produção dessa matéria prima da agroindústria do chocolate. O Brasil destaca-se como exportador de cacau, que entretanto enfrenta grave crise decorrente de oferta superior à fatia de mercado externo ocupada pelo produto nacional e, principalmente, pelo aparecimento e disseminação da doença denominada vassoura de bruxa que eleva os custos de produção e dizima as plantações em que não são utilizadas as praticas recomendadas. Sobre a industria brasileira de chocolate consultar o trabalho de BARROCO & MENEZES (1987), no tocante à organização das fazendas de cacau ver CARTIBANI (1980) e sobre a crise da lavoura cacaueira recomenda-se o estudo de NASCIMENTO et al (1994).

38). Apesar desse aumento significativo, a presença marcante da produção de carnes, especialmente a bovina, no regime de pastagem extensiva, representa um indicador relevante no sentido da relativização dos avanços verificados na agropecuária brasileira. Exemplo relevante pode ser dado com a expressão desse tipo de atividade na agropecuária paulista, que não apenas foi o berço, como apresenta índices elevados de modernização[123]. A pastagem ainda representa, em 1996, cerca de 11 dos 18 milhões da area agrícola estadual e a carne bovina, como atividade predominantemente extensiva, destacava-se em 1995 como o segundo principal produto com R$ 831 milhões de valor da produção, superada apenas pela cana para indústria (R$ 2,16 bilhões). Na agropecuaria paulista, o conjunto do complexo proteico animal obtinha níveis similares ao da cana com R$ 2,15 bilhões (TSUNECHIRO, 1996).

Tabela 38.- Evolução da Produção de Proteína Animal (Carnes, Leite e Ovos), Brasil, Médias Trienais, 1961-63 a 1994-96.

(em 1.000 toneladas)

Trienio	Carnes	Leite(1)	Ovos(2)
1961-63	2.073	5.412	229
1964-66	2.288	6.668	271
1971-73	3.235	7.477	372
1974-76	3.482	9.887	491
1981-83	4.790	11.770	798
1984-86	5.506	12.545	1.047
1991-93	8.659	15.561	1.356
1994-96	10.151	17.661	1.522

(1) em milhões de litros
(2) em milhões de duzias.
Fonte: FAO (Agrostat) e FNP.

A produção de leite constitui-se noutra atividade importante, não apenas pelo consumo generalizado na forma de produto fluído, como por ser matéria prima da indústria de laticínios[124]. A oferta de leite no Brasil cresceu de 5,4 bilhões de litros no triênio 1961-63 para

[123] Sobre a pecuária extensiva no Brasil Central e São Paulo nos anos 70 consultar TOYAMA, MARTIN & TACHIZAWA (1978). No tocante à tecnologia e concorrência na industria brasileira de carnes em geral verificar o estudo de CAMPO (1994). No caso particular do complexo carnes catarinense indica-se o trabalho de MIOR (1992) e sobre a realidade atual do complexo carnes e a inserção dos pequenos produtores importante reflexão pode ser vista em MULLER (1996).

[124] Sobre a produção de leite, em termos de tecnologia e estrutura da produção paulista, pode-se consultar os trabalhos de PIVA et al (1995), MORICOCHI et al (1994). Uma visão mais ampla do complexo produtor de leite e laticínios encontra-se em WILKINSON (1993) e FARINA (1996). A pecuaria leiteria mostra profundamente diversificada em termos do padrão tecnológico dado o alto indice ainda encontrado da

17,6 bilhões em 1994-96 (Tabela 38). A pecuaria leiteira brasileira mostra ainda perfis profundamente diferenciados com realidades regionais muito diferentes, ao mesmo tempo que, ainda nos estados de bacias leiteiras mais desenvolvidas continua ocorrendo a predominância da pecuaria mista (de dupla aptidão, leite e carne), ainda que tenha havido crescimento da especializada na produção de leite. Por outro lado, o leite pasteurizado atinge a população dos grandes centros, mas no interior ainda apresenta importância as vendas de leite fluído *in natura*, ao mesmo tempo que somente no período recente alastra-se nas regiões metropolitanas o consumo do leite industrializado "longa vida". Além disso, o resfriamento nas propriedades, compatível com produções de maior escala, não constitui pratica generalizada. Noutras palavras, o crescimento da produção de leite no tocante aos números absolutos mascara a realidade de reduzido avanço na "industria do leite", avanço este que pode ser detectado em bacias leiteiras específicas.

A proteína animal disponível por meio da produção de ovos destaca-se como resultado do avanço da avicultura[125]. Em 1961-63 eram produzidas no Brasil 229 milhões de dúzias de ovos, produção essa que num aumento significativo alçou a superação dos 1,5 bilhões de dúzias em 1994-96 (Tabela 38). A avicultura de postura caracteriza-se por inúmeras diferenças em relação à de frango de corte, ainda que em nivel geral também tenha realizado intenso progresso técnico. Como a comercialização do ovo realiza-se na forma predominante de ovo fresco, dado a pequena expansão no Brasil da industrialização do ovo, as próprias granjas organizam seus esquemas de distribuição enfrentando os limites de operarem com produto perecível, o que exige logística bem articulada. Esse segmento vem mostrando intenso processo de concentração nos anos mais recentes como resultado da estratégia das empresas de alargar as respectivas massas de lucros, uma vez que sendo o valor agregado baixo para um produto indiferenciado, a quantidade revela-se no mecanismo de aumento da renda global.

No conjunto do complexo proteico-animal brasileiro, uma alteração relevante deu-se no interior do complexo carne com mudanças de proporcionalidade entre os tipos de carne. A carne bovina[126], cuja oferta cresceu de 1,3 milhões de toneladas em 1961-63 para 4,7

---

denominada pecuaria de dupla aptidão, leite e carnes, ou seja pecuária mista.

[125] Um estudo relevante que trata da produção de ovos no Brasil foi realizado por GIULIETTI et al (1980). Mais recentemente destaca-se o trabalho de MARTINS (1996) que realça os elementos das mudanças tecnológicas envolvendo o setor. Visões regionais sobre a produção de ovos podem ser vistas em BARRIOS(1980) e BARRIOS & TEIXEIRA (1980) para Minas Gerais e COSTA (1980) para o Rio Grande do Sul.

[126] Sobre o segmento produtor de carne bovina um estudo fundamental foi realizado por JANK (1996) revelando as transformações em curso. Informações mais antigas para visualizar o ritmo das mudanças podem ser obtidas nos trabalhos de MARTIN (1979) que revela o ainda existente pluralismo tecnológico da pecuária de corte, de TOYAMA, MARTIN & TACHIZAWA (1978) sobre a organização de produção e abate no Centro-Sul. Para o período mais recente podem ser vistos ainda LAZZARINI NETO, LAZZARINI & PISMEL (1996) e MORICOCHI et al (1995).

milhões em 1994-96 vem tendo sua posição ameaçada pelo crescimento da carne avícola e carne suina. A produção de carne avícola aumentou de 145 mil toneladas para 3,8 milhões no mesmo período com destaque para o salto realizado da passagem dos anos 70 para os 80, com manutenção dessa tendência[127]. A oferta de carne suina também realizou importante avanço saindo de 566 mil toneladas para 1,5 milhão entre o início dos anos 60 e a metade dos 90 (Tabela 39)[128]. No conjunto das carnes o desempenho mais significativo foi executado pela produção de frango de corte, não apenas por ameaçar a liderança interna da carne bovina mas por se constituir numa atividade exportadora com inserção expressiva nos mercados do Oriente Médio e Europa. Trata-se de atividade intensiva em capital, com invejável dinamismo tecnológico que a coloca dentre as mais modernas no contexto mundial. Isso a diferencia da pecuaria bovina em que, conquanto também seja exportadora, apresenta um perfil predominante de atividade extensiva tradicional em que sequer os mecanismos de qualidade e de sanidade encontram-se largamente difundidos.

A analise conjunta do comportamento estrutural da oferta dos principais produtos agropecuários no Brasil traz à tona elementos relativizadores dos avanços verificados, sem que isso constitua na negação da importância das mudanças ocorridas. São entretanto elementos persistentes que demonstram o não rompimento com alguns estrangulamentos que freiam o desenvolvimento setorial. O mais visível verifica-se no fato de que, desde o período colonial, o rural brasileiro esta marcado pela presença do latifúndio canavieiro tendo como figuras centrais na ordem política e econômica os senhores de engenho, com suas plantações para o fabrico do açúcar. Pois bem, no momento atual, se não são mais latifúndios mas grandes propriedades modernas, se os senhores de engenho são agora industriais, os usineiros capitalistas, se não produz-se apenas açúcar mas também alcool combustível, a cultura da cana para industria continua sendo das mais importantes da agropecuária nacional e o mercado internacional de açúcar mantem-se firme na determinação da dinâmica setorial. A cana, que em certa medida foi vencida pelo café na emergência da república, dá a volta por cima e hoje ocupa numa posição incontestável as terras dos antigos cafezais, que tiveram outro destino, o da adaptação a solos menos nobres que a terra roxa.

---

[127] O trabalho de GIULIETTI et al (1980) apresenta uma visão da avicultura nos anos 70 e pode ser atualizado por inúmeros estudos que tem enfocado o complexo brasileiro produtor de frango de corte como o de MARTINS (1996). Pode ver a questão tecnológica em LIMA (1985) e RIZZI (1993), uma visão regional do interior paulista em MORTARA (1982) e outros estudos abrangentes como o de FARINA (1992).

[128] A analise da produção e rentabilidade da particular estrutura paulista de criação de suínos para o mercado de carne fresca foi realizada, no tocante a custos e renda, por SANTIAGO (1989). Uma visão mais geral da suinocultura nacional, sua diferenciação tecnológica e estrutura de produção e distribuição pode ser encontrada em WEDEKIN & MELLO (1995), o que se complementaria com a visão prospectiva dessa cadeia formulada por GOMES et al (1995).

Tabela 39.- Evolução da Produção de Carnes por Espécie (Bovina, Avícola e Suína), Brasil, Médias Trienais, 1961-63 a 1994-96.

(em 1.000 toneladas)

Trienio	Bovina	Avícola	Suína
1961-63	1.362	145	566
1964-66	1.462	213	613
1971-73	2.030	447	728
1974-76	2.151	575	756
1981-83	2.292	1.586	912
1984-86	3.184	1.535	787
1991-93	4.482	2.955	1.222
1994-96	4.794	3.867	1.490

Fonte: FAO(Agrostat) e FNP.

O café que estruturou a agropecuária do Sudeste e sustentou o processo de transformação econômica pois nas suas franjas ergueu-se a moderna indústria nacional, perdeu as terras mas não a majestade. Alargando fronteiras para o plantio dessa rubiacea incorporou-se as regiões de agropecuária mais moderna do país representadas pelo Oeste Paulista e Norte Paranaense. O fastígio do complexo cafeeiro da República Velha não significou o abandono dessa tarefa estruturante do café, pois a nova cafeicultura centrada em tecnologia endógena (com a geração pela genética nacional do cultivar IAC-Mundo Novo, o "Zebu do café") permitiu a ocupação dos podzolizados da Alta Paulista, as areas do Cerrado Mineiro e das zonas cafeeiras do Espírito Santo. De qualquer maneira o café ainda representa um papel estratégico na economia agrária brasileira sendo ainda um dos principais produtos da pauta de exportações. Os movimentos de melhoria da qualidade, os sistemas adensados de plantio e a presença relevante do país no mercado internacional do produto fazem do café ainda uma alternativa de expansão estruturadora da agropecuária nacional.

As tranformações certamente modernizaram a cana e o café, e por isso mesmo estes produtos posicionam-se como destaque na economia brasileira, e a essa "dobradinha" foram incorporados outros produtos como os sucos cítricos, a soja e o frango de corte. O algodão brasileiro que chegou a ocupar destacado lugar no mercado internacional não sobreviveu ao aberturismo dos anos 90 e na realidade atual o Brasil constitui-se na maior nação importadora no contexto mundial. A diversificação da pauta das exportações agropecuárias brasileiras, se a inserção competitiva for tomada como indicador de modernização da estrutura produtiva, resume-se fundamentalmente ao complexo citrícola organizado com base em estímulos da demanda externa que fez alastrar extensos pomares em terras paulistas, ao complexo soja intro-

duzido por semelhante razão e que revela-se no único grão onde o Brasil tem participação de destaque no cenário mundial e à moderna agroindústria de carne avícola, também exportadora e sustentada pela oferta interna de grãos, além da modernização setorial.

A agropecuaria brasileira, olhada pelos ângulo dos grãos que representam a base da agropecuaria norte-americana e que fizeram desta a líder incontestável no cenário internacional, apresenta um desempenho que, se imensamente melhor que o vivido nos anos 40 e 50, de maneira alguma significa a superação de todos os desafios que a fariam compatível com a generalização dos padrões de produção e consumo de uma economia continental desenvolvida. O Brasil importa parcelas, ainda que pequenas de arroz, feijão, milho e uma grande parte do trigo que consome. O quadro geral da agropecuaria brasileira do lado da magnitude absoluta dos seus indicadores de oferta mostra uma realidade muito aquém das necessidades, por exemplo, da generalização para toda a população dos padrões de consumo vivenciados nas economias desenvolvidas da América do Norte e Europa. Esta certo que, para a renda nacional dada pela estrutura desigual de distribuição que caracteriza a sociedade nacional, a produção global satisfaz à demanda efetiva revelada pelo poder de compra. Mas essa mesma demanda mostra quão longe esta da potencial que simples movimentos de estabilização de preços com controle da inflação, como no Plano Cruzado na metade dos anos 80 e do Plano Real nos anos 90, fazem o consumo crescer de maneira significativa e as autoridades gestoras da politica econômica passam a preocupar-se em mante-lo sobre controle.

Noutras palavras, tendo saído de uma realidade realmente muito preocupante de oferta reduzida nos anos 40, a agropecuária brasileira conheceu grandes e efetivos avanços de volume produzido das principais culturas. Se existiam algumas razões para que alguns teóricos levantassem as teses da inelasticidade da oferta nos anos 50 e 60, hoje essas proposituras inscrevem-se dentre aquelas cuja história soterrou no seu devir transformador. Mas e a demanda, continua deprimida, agora por um perfil distributivo da renda ainda mais desigual. A representação da renda dos brasileiros, mesmo como retas orçamentárias dos conhecidos modelos neoclássicos de mensuração da preferência do consumidor, faz com que essas retas tangenciem curvas de indiferença muito próximas da origem, o que revela reduzido grau de satisfação, ou seja, enormes níveis de insatisfação. Demonstrada a capacidade de alargar imensamente a oferta de produtos a agropecuária vive ainda um velho dilema, do qual não conseguiu fugir, a necessidade de ampliação do mercado interno. Para isso as receitas das mudanças sem reformas estruturais parecem fadadas ao fracasso, pois ampliar mercado significa maior número de consumidores ativos com renda suficiente para exercerem seu desígnio de realizarem gastos.

Outro aspecto que emerge nítido da analise conjunta do desenvolvimento da agropecuária brasileira, também derivado da estrutura de demanda, mostra elementos de que a realidade de transformação produtiva, conformada para os grãos e algumas outras materias-primas

industriais, não constitui a regra da agropecuária brasileira. Numa primeira aproximação verifica-se que o Brasil internalizou o "modelo americano" de agricultura com suas relações internas e base técnica apenas para um conjunto de produtos. Tendo atingido a posição de um dos *New Agricultural Countries (NACs)*, ou seja pais de desenvolvimento recente com base na agricultura moderna, no Brasil o moderno padrão agrário não abrange toda a agricultura, e mesmo na maioria dos complexos produtivos não abrange a totalidade das situações existentes. Isso porque se é verdade que tal ocorrência pode ser detectada nos grãos e algumas matérias primas industriais, para as frutas (em especial as frutas frescas) não se verifica a dominância das estruturas de governança da moderna agricultura como expressão dominante.

A demonstração desse fato pode ser realizada diretamente quando se visualiza o panorama geral da agropecuária. Nas lavouras, os segmentos mais dinâmicos seguindo de perto a estrutura produtiva norte-americana dos *belts*, cinturões de grãos que dominam regiões daquele país como o Texas, podem aqui ser encontrados nas zonas agrícolas do Centro-Sul. O próprio predomínio de culturas, como a soja e o milho, revela a característica fundamental da estrutura implantada[129]. Agrega-se a essas atividades o complexo sucroalcooleiro, que além da produção de açúcar atende a parte do consumo de combustível, esta última sim consistindo numa contribuição genuinamente brasileira qual seja, a produção em larga escala de energia renovável com base em matéria-prima vegetal. O padrão fundamental dessa agricultura de grãos associa-se à agropecuária como fornecedora de matéria prima à agroindustriais processadoras que representam o nucleo hegemônico dos diversos complexos produtivos.

Nas criações tem-se uma realidade que acompanha essa perspectiva. A grande excessão esta no complexo avícola, em especial no seu segmento produtor de carne, que tendo montado uma estrutura de integração profundamente evoluída, tem inserção competitiva internacional tanto em custos como em qualidade. Entretanto, esse complexo adquiriu essa integração da granja para a frente, abastecendo-se de seu principal insumo (ração ou milho, farelo de soja e concentrados) no mercado aberto, onde mais uma vez prevalece a indiferenciação e a inexistência de integração a montante. Nas demais criações, em especial na pecuária que se configura como a maior atividade agropecuária brasileira, os mecanismos de integração vertical por meio de contratos são ainda precários. Os laticínios e os frigoríficos, mesmo os de cooperativas ou de empresas exportadoras, atuam com procedimentos que mais fazem lembrar a intermediação tradicional que uma agroindústria processadora na "organização" da produção.

---

[129] Mais uma vez tem-se aqui que relativizar a amplitude da inserção internacional da agricultura brasileira, pois das mais importantes lavouras de grãos, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para as últimas safras, o Brasil configura-se como relevante exportador líquido apenas na soja. Nesse produto, para uma colheita de 23,2 milhões de toneladas, importa-se 800 mil, consome-se 21 milhões e exporta-se 3 milhões. Nas demais lavouras, o Brasil ou é importador relevante como o algodão (50% do consumo), ou pequeno comprador como nos casos do arroz (10% do consumo), do feijão (5% em especial de feijão preto argentino) e do milho (4% do consumo).

Nessa realidade, as necessidades de orquestrar interesses e harmonizar procedimentos para aumentar a eficiência do conjunto dos segmentos produtores de bens finais forjaram inúmeros mecanismos de coordenação vertical que vão desde as diversas variantes de contratos até a integração de agropecuaristas para frente (por meio das cooperativas) até de agroindustrias para traz (com as plantações realizadas pelas empresas processadoras ou coligadas). Ressalte-se, contudo, que a despeito desse aprofundamento de ações na busca da elevação da eficiência dos complexos no seu todo, com o progresso técnico sendo determinado tanto pela necessidade de maior rendimento agropecuário como de rendimento industrial mais elevado, essa realidade configura um nivel de mudança ainda intermediário quando comparado ao exigido para outros produtos como frutas frescas.

A explicação para essa situação de desenvolvimento intermediário no nivel das relações inter-segmentos dos vários complexos produtivos esta na característica fundamental de que, conquanto a qualidade e os custos da matéria prima sejam relevantes para a eficiência setorial, o grão revela-se um produto indiferenciado onde tanto o de alto teor como o de baixo teor do elemento básico acabam homogeneizados no produto final. Nesse sentido, a produção de farelo de soja e oleos vegetais exige apenas grãos de soja sem sequer serem atribuídos critérios de concentração como determinantes dos preços. O mesmo ocorre com o milho, ambos componentes da ração animal e outros produtos. Toda a cana para industria, mesmo como o agio e o desagio pelo teor de sacarose, acaba se tornando açúcar ou alcool. Até mesmo em frutícolas, como os citrus, toda fruta colhida com teores distintos de solidos solúveis, convertem-se em sucos.

Assim, nesses complexos produtivos o elemento fundamental da determinação da produtividade constitui na obtenção da maior quantidade de matéria prima basica por unidade de área. A competitividade agropecuária associa essa produtividade, basicamente, a custos reduzidos de produção e de deslocamento até as unidades processadoras[130]. Essa estrutura é compatível com o abastecimento de matérias primas pelas agroindustrias a mercado, ou seja, definindo o nivel de produção agroindustrial adquire-se um determinado volume de matéria prima com determinadas características que de forma alguma estão vinculadas a um conhecimento prévio da sua procedência rural. Uma industria moageira de soja exige grãos de soja, matéria-prima genérica que independente da procedência, apenas com custos compatíveis. Uma fiação de algodão, ainda que vincule o tipo de pluma ao produto final que fabrica, também não faz restrições de que propriedade vem sua matéria prima. As fabricas processadoras de milho

[130] Destaca-se aqui a competitividade de cada propriedade rural frente as demais produtoras da mesma matéria-prima, onde o teor do elemento desejado encontrado na mesma e a distância de sua area de produção até a "usina" determinam sua inserção no processo. A competitividade dos produtos "agroindustrializados" exige que se considere outros condicionantes nas relações para frente dentro das cadeias produtivas.

tem o mesmo padrão, e no conjunto dessas *commodities* pode-se abastecer em qualquer mercado onde a matéria-prima encontre-se disponível.

Essa realidade da organização da agricultura brasileira ainda faz prevalecer mecanismos típicos da concorrência calcados em vantagens comparativas sem que se tenham desenvolvidos os fundamentos de vantagens competitivas sustentáveis, ainda que muitos tenham falado pela competitividade. Duas ocorrências recentes marcam bem essa realidade. A primeira refere-se à dificuldade enfrentada pela produção brasileira no enfrentamento da concorrência com os produtos argentinos com a criação da zona de livre comércio do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). As condições favoráveis de clima e de fertilidade do solo, aliada à melhor organização da agricultura argentina aparecem como os principais elementos desse processo. A segunda esta no deslocamento da produção da produção de grãos, do então exemplo de agricultura moderna representado pelo Sul/Sudeste, para o Centro-Oeste. As políticas públicas (tanto de financiamento do investimento, de construção de infra-estrutura como os corredores multimodais de transporte, e os incentivos fiscais calcados em tributos como o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), explicam esse deslocamento com base em mecanismos ainda calcados em vantagens comparativas, agora forjadas pelo poder público.

No caso dos complexos de sucos cítricos e sucroalcooleiro, as diferenciações, que tendem a se expressar na busca de domínio territorial sobre as areas onde instalam-se as plantas industriais, decorrem de especificidades do processo não associadas à qualidade da matéria-prima, que se configuram genéricas nessas areas de domínio. A razão fundamental esta no volume proporcionalmente mais expressivo de matéria-prima frente ao de produto final, com o transporte encarecendo o deslocamento até fabricas longínquas. No caso da cana para indústria o volume de resíduos, passíveis de aproveitamento no campo, também concorre para a ocupação das terras limítrofes às das usinas. Desse modo, como a laranja como fruta e a própria cana como matéria prima são produtos com média perecibilidade não podendo decorrer muito tempo entre a colheita e o processamento (da mesma maneira que ocorre no algodão em caroço), razões de ordem técnica acabam localizando essas estruturas industrias coladas à produção agropecuária.

Os complexos produtivos de frutas frescas de maneira alguma podem ter esse tipo de organização uma vez que a diferenciação do produto final não decorre da agregação de qualidade na transformação industrial, mas sim de características intrinsecas e extrinsecas, derivadas e obtidas na produção biológica. Noutras palavras, coloração, tamanho, odor, sabor, inexistência de contaminação química e outros elementos diferenciadores do produto são determinados ainda no campo, cabendo as modernas estruturas a jusante, como os *packing-houses*, apenas preservar e dar destaque a essas qualidades desejadas com beneficiamento, armazenamento e embalagem. Na verdade a qualidade começa a ser definida na variedade

adotada que tem aparência e sabor específicos, no solo e clima que determinam importantes características de coloração (cores fortes e mais intensas exigem regiões com latitudes que permitam maior equilíbrio em termos de fotoperiodismo e exposição ao frio) e de paladar (por exemplo, a química do solo influencia acidez). A condução da cultura tem relação direta com a qualidade do produto e, por tudo isso, a organicidade do complexo produtivo de frutas frescas deve atingir padrões mais elevados de coordenação vertical que a agroindústria processadora.

Finalizando a analise do comportamento da oferta da agropecuária brasileira os elementos relativizadores dos resultados das transformações, de caráter quantitativo e qualitativo, trazem de volta as raízes estruturais que condicionando um perfil desigual de distribuição da renda nacional, funcionam como determinantes da demanda interna. As mudanças qualitativas que levem à ampliação do mercado interno, não apenas superando os limites do consumo ínfimo mas sofisticando esse consumo com melhorias qualitativas, dependem de instrumentos de políticas públicas persistentemente voltados para alterações na distribuição da renda. Dado que a agropecuária enfrenta uma histórica e clara dificuldade no sentido que venham prosperar o neo-livrecambismo no cenário das transações internacionais, ou seja o mercado externo mostra-se um caminho inóspito como sustentáculo da expansão da produção, resta o mercado interno como espaço para a valorização da produção agropecuária. É nesse espaço, mais que aumentar a renda nacional, é preciso distribui-la de forma menos desigualitária, sem o que não obtem-se a desejada incorporação de parcela crescentes da população ao consumo de massa, com ganhos quantitativos e qualitativos.

- Agroprocessamento e distribuição: grande empresa e incremento no valor agregado ao produto

As tranformações da agricultura brasileira nas últimas décadas alteraram profundamente a estrutura setorial de produção e logística, com a emergência de novos elementos que, não apenas incrementam o valor agregado ao produto agropecuário, transformando-o e padronizando-o, bem como representam a consolidação da grande empresa na governança desse processo. As alterações na dinâmica econômica foram intensas, tanto no plano tecnológico como empresarial, ambas resultantes do deslocamento do capital comercial tradicional, a velha intermediação, da posição de domínio do fluxo de bens e serviços dos principais encadeamentos da produção. O poder desloca-se para o grande capital ao mesmo tempo em que o processamento e o beneficiamento fazem do produto agropecuário original, nada mais que um bem intermediário. Frise-se que isso ocorre também para os denominados produtos *in natura*, como o feijão, arroz, frutas frescas e as olerícolas, submetidos crescentemente a padrões de qualidade que definem as cotações e as possibilidades de transações. O feijão e o arroz são emblemáticos dessa mudança, são procurados por marca mesmo pelos consumidores de renda menor, e pra-

ticamente desapareceram as possibilidades de colocação dos produtos tipo 2. Essa característica dos grandes mercados metropolitanos, de vendas por qualidade e por marca, consolidam a posição do moderno atacado de beneficiamento e empacotamento, o que para o conjunto da agricultura representa a supremacia da grande empresa neste segmento, tal como já se configura nos segmentos agroindustriais.

No conjunto das agroindustrias, a mais antiga esta representada pela sucro-alcooleira, implantada no Brasil desde o período colonial. Esse antigo setor mostra-se dentre os mais dinâmicos da agricultura brasileira no período recente, tanto que, desde os anos 50 a produção brasileira de açúcar vem crescendo sistematicamente saindo de 29,3 milhões de sacas para 276,3 milhões de sacas, ou seja realizando um expressivo acréscimo de 843% em pouco mais de 4,5 décadas. Uma alteração importante ocorreu na regionalização dessa produção com a região Norte/Nordeste que respondia por 50,1% do volume produzido nos anos 50, reduzindo sua participação à metade atingindo 24,2% na safra 1996/97. Dessa maneira a parcela expressiva do aumento da produção brasileira de açúcar deu-se pela expansão das usinas do Centro-Sul que da metade da produção nacional na safra 1950/51 passou a representar mais de 3/4 na safra 1996/97 (Tabela 40). Ainda que marcado por enorme heterogeneidade, mais notada no contexto inter-regional (embora seja expressiva também dentro das regiões) a produção brasileira de açúcar vem mantendo posição relevante no mercado internacional do produto, além de vir garantindo adequado suprimento interno.

Tabela 40.- Evolução da Produção de Açúcar, Brasil, 1950-97.

(em 1.000 sc de 50 kg)

Safra	Norte/Nordeste		Centro-Sul		Brasil
	Volume	%	Volume	%	
50/51	14.719	50,1	14.635	49,9	29.354
60/61	23.960	36,7	41.260	63,3	65.220
70/71	34.762	33,9	67.631	66,1	102.393
80/81	60.028	37,1	101.988	62,9	162.006
90/91	57.130	38,8	90.177	61,2	147.307
96/97	66.780	24,2	209.568	75,8	276.348

Fonte: Associação das Industrias de Açúcar e de Alcool (AIAA).

A produção de alcool, também proveniente do complexo sucroalcooleiro tem história mais recente em termos de expansão. Esse crescimento decorre da implementação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) a partir da metade da década de 70, como alternativa ener-

gética em função do estímulo à substituição de derivados do petróleo, ou seja gasolina por alcool, em decorrência da crise internacional dessa época. Fruto da instalação de destilarias (em grande número anexas às usinas de açúcar), a produção brasileira de alcool hidratado (utilizado diretamente como combustível dos veículos) que fora 384,8 mil metros cúbicos na safra 70/71, cresceu expressivamente atingindo 10,2 milhões de metros cúbicos na safra 90/91. Nos anos 90, o estímulo governamental foi sendo progressivamente reduzido, levando ao quase abandono da produção de carros a alcool, com o que a produção apresentou redução para 9,4 milhões de metros cúbicos. O fabrico de alcool anidro, utilizado para mistura com a gasolina, cresceu 252,3 mil metros cúbicos na safra 1970/71 para 2,1 milhões de metros cúbicos na safra 1980/81 mas, sofrendo a pressão do estímulo ao carro a alcool, reduziu para 1,28 milhão de metros cúbico em 90/91 e, revertendo a tendência (contrária à do hidratado), aumenta e atinge 4,6 milhões de metros cúbicos na safra 96/97. Desse modo a produção brasileira de alcool saltou de 637,2 mil metros cúbicos em 70/71 para 14,0 milhões de metros cúbicos em 96/97, numa expansão extremamente expressiva (Tabela 41). As alterações nas prioridades governamentais nos anos recentes vem colocando obstáculos que podem comprometer o futuro do alcool combustível, e no setor sucroalcooleiro esse impacto não foi mais drástico frente ao aumento das exportações de açúcar.

Tabela 41.- Evolução da Produção de Alcool, Brasil, 1970-97.

(em metros cúbicos)

Safra	Hidratado		Anidro		Total
	Volume	%	Volume	%	
70/71	384.841	60,4	252.397	39,6	637.238
80/81	1.602.348	43,2	2.104.027	56,8	3.706.375
90/91	10.228.583	88,8	1.286.568	11,2	11.515.151
96/97	9.378.971	66,8	4.651.658	33,2	14.030.629

Fonte: Associação das Industrias de Açúcar e de Alcool (AIAA).

A agroindústria citrícola insere-se entre aquelas onde o estímulo da demanda do mercado internacional foi decisivo. O suco de laranja concentrado orienta-se pela exportação que respondeu em todo período 1962-96 sempre por mais de 94,4% da produção. As vendas de suco no mercado interno, mesmo com a expansão dos produtos pronto para beber nos anos recentes não atingiu mais que o equivalente a 20 mil toneladas (expresso na diluição de suco concentrado). Em função disso, o expressivo crescimento da produção brasileira, saltando de 235 toneladas em 1962 para 1,22 milhão em 1996, confunde-se com o volume exportado que

avançou de 235 toneladas para 1,2 milhão no mesmo período (Tabela 42). Nesse segmento de sucos cítricos as empresas líderes não apenas desenvolveram pomares próprios com alto perfil tecnológico como, além da fabrica, empreenderam a organização de uma ampla logística de comércio exterior. As frotas de caminhões para o transporte interno, os terminais portuários na origem e no destino (em especial nos portos estratégicos como o de Rotterdam para a União Européia) e a estrutura de transporte marítimo, consolidam-se nas *tradings companies* dos próprios grupos agroindustriais citrícolas para operarem nesse negócio. Ressalte-se que o complexo citrícola também se constitui de outro produto relevante, os peletes de bagaço, que apresenta grande aceitação no mercado internacional, para o qual vem sendo majoritariamente exportado com vista principalmente ao arraçoamento animal.

Tabela 42.- Evolução da Produção de Sucos Cítricos, Brasil, 1990-96.

(em t)

Ano	Suco Conc. Exportado		Suco Merc. Interno(1)		Total
	Volume	%	Volume	%	
1962	235	100	-	-	235
1970	33.468	94,4	2.000	5,6	35.468
1975	180.897	97,3	5.000	2,7	185.897
1980	401.026	96,9	13.000	3,1	414.026
1985	484.785	97,0	15.000	3,0	499.785
1990	953.936	98,1	18.700	1,9	972.636
1996	1.200.750	98,3	20.000	1,7	1.220.936

(1) Estimativa realizada pela conversão das diversas diluições para suco concentrado.
Fonte: Associação Brasileira das Industrias de Sucos Citricos (ABECITRUS).

As dificuldades de operação no mercado norte-americano, que se revela altamente protegido por barreiras tarifarias, tornando-o quase cativo para a produção californiana, levou as principais empresas brasileiras a procederem a internacionalização de sua produção, adquirindo empresas norte-americanas. Dessa maneira abrem maiores possibilidades de competição nesse importante mercado para o qual as quantidades de sucos brasileiro revelavam-se cadentes nos anos recentes. Essa estratégia mostra o vigor desse segmento produtivo, que no Brasil, mais propriamente dito em São Paulo onde situa-se seu nucleo mais dinâmico, consolidou uma ampla teia de amarrações institucionais de representação, inclusive no plano tecnológico e financeiro, que vem garantindo a expansão da oferta de matéria prima num contínuo aprimoramento da produtividade dos pomares e elevação do rendimento industrial. Visualiza-se, assim, um complexo com posição competitiva sólida no contexto internacional, superando até mesmo

obstáculos das políticas protecionistas das grandes nações capitalistas do Hemisfério Norte.

O complexo textil (incluindo o vestuário) representa outro segmento agroindustrial que conheceu grande expansão no Brasil das décadas recentes. Trata-se do mais antigo segmento agroindustrial consolidado, seja no contexto mundial quando foi a base dos bens de consumo da chamada 1ª Revolução Industrial inglesa, seja no economia brasileira ganhando corpo na franja do apogeu cafeeiro do primeiro quartel do século XX. O consumo de fibras texteis no Brasil, utilizado aqui como *proxy* da produção física tanto da industria textil como de vestuário, cresceu de 416,3 mil toneladas em 1965 para 1,34 milhão de toneladas em 1995. Desse consumo, a parcela preponderante (ainda que cadente) consiste nas fibras naturais cuja demanda aumentou de 363,4 mil toneladas para 861,7 mil toneladas no mesmo período, com o uso das fibras sintéticas e artificiais elevando-se de 52,9 mil para 482,9 mil toneladas (tabela 43). No complexo textil, nos anos recentes a abertura comercial afetou duramente a agroindústria produtora de fibras, sejam naturais, artificiais ou sintéticas, com a entrada crescente de bens intermediários estrangeiros[131]. Destaque-se a significativa modernização e inserção competitiva no mercado internacional do segmento de tecidos e de alguns produtos finais (como cama, mesa e banho).

Tabela 43.- Evolução do Consumo Industrial de Fibras Texteis, Brasil, 1965-95.

(em 1.000 t.)

Ano	Naturais		Artificiais e Sintéticas		Total
	Volume	%	Volume	%	
1965	363,4	87,3	52,9	12,7	416,3
1975	555,2	72,3	212,8	27,7	768,0
1985	748,1	76,4	230,5	23,6	978,6
1995	861,7	64,1	482,9	35,9	1.344,5

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Textil (ABIT).

O complexo textil brasileiro contempla diversificada especialização em termos de produtos finais, muitos dos quais com importante inserção internacional. O crescimento recente da produção foi expressivo pois as confecções que haviam produzido 3,1 bilhões de peças em

[131] Sobre a crise recente do complexo textil brasileiro, em especial no que diz respeito à desintonia de interesses que levou à formação de um precipício entre as agroindustrias de beneficiamento e fiação, com reflexos importantes na lavoura de algodão, ver GONÇALVES et al (1997). Tratando desses dois segmentos que sucessivos do complexo textil o trabalho mostra como a fiação moderniza-se com os filatórios *open end* e *jet spinner*, enquanto que as algodoeiras entram em colapso, com elevação da capacidade ociosa e fechamento de plantas industriais. No primeiro semestre de 1997, cientes de que não há grande nação textil sem produção de matéria prima própria e competitiva, ensaia-se uma rearticulação de interesses visando retomar a cotonicultura (e as algodoeiras) em novas bases. Sobre o segmento de fibras sintéticas ver o trabalho de ROMERO et al, (1995b).

1992 (1,3 bilhão a partir de tecido e 1,8 bilhão de malha) passou para 3,8 bilhões em 1994 (1,4 bilhão de tecido e 2,4 bilhão em malha) (ROMERO et al 1995b), alcançou 4,1 bilhões de peças em 1995. Esse aumento da produção foi acompanhado de amplificação na variedade de produtos, que em 1995 eram: 296 milhões de peças de roupas internas, 23,1 bilhões de peças de roupas externas, 1,6 bilhão de pecas de camisas e blusas e 95 milhões de peças de *jeans* (OLIVEIRA & MEDEIROS, 1996). A abertura de mercado aos produtos estrangeiros, em especial os coreanos que provinham de condições altamente subsidiadas na origem, foi atenuada com a taxação tarifária e com medidas de incentivo à modernização da agroindústria textil brasileira. Dessa maneira, esse segmento não apenas aproveita a expansão do consumo no mercado brasileiro pós Plano Real, como mantem-se exportador em diversos produtos finais.

Os investimentos públicos, que abrangeram desde os incentivos fiscais para a ampliação vertiginosa do plantio de essências florestais até o financiamento das inversões, seguindo um modelo de estímulo à integração ao tangerem agroindustrias de papel e celulose a verticalizarem-se para traz com florestas próprias, resultaram na formação e consolidação de uma forte e competitiva agroindústria florestal (BAQUERO, 1992). A produção total de papel subiu de 1,1 milhão de toneladas em 1970 para 5,87 milhões em 1995, com a participação expressiva do papel para embalagem que cresceu de 509 mil toneladas para 2,5 milhões de toneladas, o que proporcionalmente representou um recuo de 46,3% para 42,8% do total. A fabricação do papel de impressão, segundo tipo em ordem de importância, elevou-se de 254 mil toneladas em 1970 para 1,6 milhão de toneladas, o que conforma um aumento de 23,1% para 28,1% em relação à produção global (Tabela 44). Trata-se de indústria extremamente eficiente que goza de vantagens competitivas expressivas no contexto mundial e que vem aprimorando sua tecnologia em ritmo acelerado[132].

Tabela 44.- Evolução da Produção de Papel, Brasil, 1970-95.

(em 1.000 t.)

Ano	Embalagem		Impressão		Total
	Volume	%	Volume	%	
1970	509	46,3	254	23,1	1.099
1975	771	45,6	417	24,7	1.689
1985	1.807	44,9	1.146	28,5	4.021
1995	2.509	42,8	1.643	28,1	5.856

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC).

[132] Sobre a evolução recente do complexo florestal com destaque para a agroindústria de papel e celulose ver os estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial o de MACEDO & MATOS, 1996).

Na alimentação animal, também uma produtora de bens intermediários à base de milho e soja, ocorreu um reversão de expectativas de constituição de uma grande segmento agroindustrial produtor desse insumo. Esse desenvolvimento agroindustrial, apesar da expressiva expansão da agroindústria produtora de rações, não se verifica pela integração vertical como os elos seguintes, alavancada pela especialização dos tipos de produtos finais, em função da fase de crescimento e da espécie animal, o que problematiza ganhos expressivos de escala de produção e distribuição do produto (ORTEGA, 1988). Aí os limites do complexo transformador alarga-se em função do bem final, cujo exemplo mais acabado esta representado pela carne de frango (maior demandante de rações). O complexo industrial de rações cresce expressivamente no período 1965-96, saltando de 1,4 milhão de toneladas para 10,2 milhões de toneladas. Entretanto sua participação no conjunto da ração produzida recua de 83,3% para 42% nesse espaço de tempo. Isso porque o expressivo crescimento de 1,7 milhão de toneladas para 25,9 milhões de toneladas da quantidade produzida de ração no Brasil, decorreu da fabricação própria dos criadores, em especial das granjas integradas, cuja produção própria desse insumo subiu de 280 mil para 15 milhões de toneladas (Tabela 46). Dado que a ração representa o principal insumo dos modernos criatórios, pode-se verificar pela sua evolução, o expressivo desenvolvimento do complexo proteico-animal no Brasil. Crescimento esse mais que proporcional ao volume de ração utilizado dada a elevação significativa dos indices de conversão alimentar.

Tabela 45.- Evolução da Produção de Rações, Brasil, 1965-96.

Ano	Indústrias		Criatórios		Total (1.000t)
	1.000 t.	%	1.000 t	%	
1965	1.400	83,3	280	16,7	1.680
1975	5.736	83,3	1.147	16,7	6.883
1985	7.223	64,2	4.014	35,7	11.237
1996	10.865	42,0	15.005	58,0	25.870

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Ração (ANFAR).

A agroindústria de processamento brasileira, com sua expansão pós 60, estruturou-se de maneira extremamente diversificada em termos de produtos, ganhando destaque em volume de produção, alguns bens intermediários fundamentais à produção especializada de produtos finais. No período 1970-80, na agroindústria de alimentos reduz-se a participação no valor de produção de ramos tradicionais como o abate de animais (21% para 17%), enquanto cresce o de óleos vegetais (8,2% para 17,5%), o mesmo que ocorre com o de beneficiamento de ali-

mentos (15,8% para 17,4%). A maior taxa anual de crescimento da década ficou por conta das rações (25,1%), seguida dos oleos vegetais (18,2%), refeições preparadas (17,2%), beneficiamento (10,8%) e massas alimentícias (10,1%) (Tabela 46). Em linhas gerais a agroindústria de alimentos nos anos 70 cresceu em ritmo superior ao da economia como um todo, ao expandir-se à taxa de 9,7% a.a., índice esse maior no apogeu do "milagre brasileiro" quando atingiu 13,3% a.a. e que decaiu na segunda metade da década (6,2% a.a.). Trata-se portanto de movimento concomitante com o pico do ciclo expansivo, alicerçado numa política econômica com objetivos nítidos de industrialização da agricultura.

Tabela 46.- Participação Percentual e Taxa Anual de Crescimento do Valor da Produção da Agroindústria de Alimentos, Brasil, 1970-80.

(em %)

Segmento	Participação			Taxa Anual Crescimento		
	1970	1975	1980	70/80	70/75	75/80
Beneficiamento(1)	15,8	19,8	17,4	10,8	18,6	13,5
Oleos Vegetais	8,2	10,5	17,5	18,3	19,1	17,6
Abate de Animais (2)	21,0	19,8	17,0	7,4	12,1	3,0
Açúcar	9,8	8,3	9,4	9,2	9,6	8,9
Refeições Preparadas (3)	3,0	3,6	5,9	17,2	17,4	17,0
Bebidas	4,4	4,2	4,2	9,0	18,8	5,4
Rações	1,7	2,8	6,3	25,1	25,0	25,3
Massas Alimentícias (4)	2,7	2,9	2,8	10,1	15,3	3,2
Outros	21,5	16,1	10,8	2,4	7,1	-2,1
Total	100	100	100	9,7	13,3	6,2

(1) beneficiamento, moagem e fabricação de produtos alimentares.
(2) abate de animais e conservas de carne.
(3) refeições preparadas, conservas, especiarias, condimentos e doces.
(4) massas alimentícias, biscoitos e bolachas.
Fonte: CARMO (1.994)

Os anos 80, quando a economia brasileira apresentou movimentos erráticos na evolução do produto nacional, a agroindústria acompanhou a agropecuária e manteve-se dinâmica. Nos anos 90 as taxas de crescimento elevam-se, notadamente no triênio 1994-96 em que a demanda sofre aumento significativo com a estabilização econômica. As vendas globais dos grupos agroindustriais incluídos entre as 500 maiores empresas nacionais, no período 1978-96, cresceram de R$ 29,9 bilhões para R$ 61,4 bilhões, o que corresponde a um avanço à taxa média de crescimento de 4,1% a.a. Esse crescimento ocorreu tanto nos anos 80, quando atingiu

3,0% a.a., como nos 90 em que acelera e alcança 6,3% a.a, demonstrando o comportamento anti-cíclico do desempenho setorial (Tabela 47). Essa performance de expansão agroindustrial por mais de três décadas derivam dos impulsos das políticas públicas de financiamento realizadas desde a segunda metade da década de 60, sendo que nos anos 80 a própria consolidação das plantas implantadas na década anterior sustentaram o crescimento e nos 90, retoma-se o investimento.

Tabela 47.- Evolução das Vendas das Principais Agroindustrias Processadoras, Brasil, 1978-96 (em R$ milhões)(1)

Ano	Alimentos	Bebidas e Fumo	Confecções	Papel e Celulose	Textil	Agroindústria
1978	17.262	6.517	1.414	2.512	2.176	29.881
1982	18.325	8.682	1.898	2.866	2.446	34.217
1986	22.410	8.869	2.337	3.357	2.681	39.653
1990	21.224	10.979	2.330	5.348	2.620	42.502
1993	25.576	13.635	2.216	5.410	3.028	49.866
1996	29.765	20.626	2.336	5.908	2.722	61.357

(1) Em valores constantes de dezembro de 1996, pelo IGP-DI da FGV.
Fonte: Dados Básicos obtidos em Maiores e Melhores, Revista Exame 1984, 1986 e 1997.

Entretanto, o comportamento no período 1978-96 não foi homogêneo, pois no conjunto das agroindústrias, destaca-se a de alimentos cujas vendas das maiores empresas saltaram de R$ 17,2 bilhões para R$ 29,8 bilhões (3,1% a.a.). Desponta-se nesse ramo a produção de leite e laticínios que vem passando por intensa transformação nos últimos anos não apenas intensificando a diferenciação de produtos como alterando estruturalmente o mercado onde nota-se um declínio da participação das cooperativas e ascensão de empresas como a Parmalat e Avipal (LIMA & PEREIRA, 1995). Outro elemento dessa mudança na agroindústria do leite corresponde ao crescimento do leite longa vida no mercado de leite fluído, tendo passado de 152 milhões de litros em 1988 para 740 milhões em 1994 (MEIRELLES, 1996), superando o patamar de 1 bilhão de litros em 1996. Essa agroindústria, cujo temor de desestruturação era apontado como inevitável frente a concorrência com a argentina com a implementação do MERCOSUL, ao contrário, revigorou-se e amplia seu dinamismo nos anos recentes com progresso técnico e, principalmente, sofisticação e amplificação da produção de produtos lacteos finais.

Outro ramo da agroindústria de alimentos que vem apresentando acréscimo de produção corresponde aos oleos comestíveis cuja fabricação saltou de 1,75 bilhão de litros em

1989 para 1,9 bilhão em 1995 (MONTENEGRO, MONTEIRO Fª & PAN, 1996). A oferta brasileira de oleos comestíveis baseia-se na competitividade do complexo soja nacional (que na sua expansão nos anos 60 destronou sucessivamente o algodão e o amendoim como culturas fornecedoras de matéria prima), do qual origina-se não apenas a exportação de grãos, mas também o farelo como ingrediente fundamental da alimentação animal (e com isso sustentáculo da modernidade do complexo avícola), além do oleo bruto de soja, matéria prima do fabrico de oleos comestíveis e de uma ampla diversidade de agroindustrias de gorduras vegetais como a margarina, maioneses, etc. Nos oleos comestíveis, ainda que o oleo de soja seja amplamente majoritário, vem avançando no período recente os oleos especiais (com baixo ou nenhum teor de colesterol) como o de milho e de girassol. As possibilidades de expansão da produção de oleos comestíveis são ainda elevadas em função da capacidade instalada do parque fabril.

O agrupamento de agroindustrias envolvendo bebidas e fumo foi outro em que as maiores empresas realizaram expressivos aumentos de vendas que, no conjunto, significou pular de R$6,5 bilhões para R$ 20,6 bilhões no período 1978-96 (6,6% a.a.). Destaca-se aí a agroindustria de bebidas que apresentou significativa expansão de produção nos últimos anos passando o Brasil a ser o 5° maior produtor mundial de cerveja, pois dos 30,2 milhões de hectolitros fabricados em 1985 alcançou-se 75 milhões de hectolitros em 1995, com as grandes empresas nacionais ocupando posição destacada no *ranking* mundial (OLIVEIRA, 1996). Outro segmento da agroindústria de bebidas que conheceu significativa expansão foi o de bebidas carbonadas (refrigerantes) cuja produção passou de 35 milhões de hectolitros para 90 milhões de hectolitros no período 1985-95 (MONTENEGRO, MONTEIRO Fª & PAN, 1996). Esses ramos vem expandindo suas plantas industriais e acirrando a disputa pelas fatias de mercado nos anos recentes, numa realidade em que o mercado interno também expande-se de maneira significativa com o aumento do consumo e o acesso ao mercado platino.

Nos outros segmentos agroindustriais destacados os incrementos de vendas das principais empresas foram mais modestos. No papel e celulose o aumento foi de R$ 2,1 bilhões para R$ 5,9 bilhões no período 1978-96 (4,9% a.a.), concentrados na vigência dos incentivos fiscais dos anos 70, nas confecções o incremento de R$ 1,4 bilhões para R$ 2,3 bilhões, sendo que em 1996 observa-se o mesmo nível de 1986 e nos texteis há crescimento de R$ 2,1 bilhões para R$ 3 bilhões no período 1978-93, com recuo aos patamares próximos ao de 1986 no triênio 1994-96 em função da política de abertura indiscriminada do mercado interno. Nestes dois últimos ramos agroindustriais, texteis e confecções, os valores das vendas das grandes empresas são proporcionalmente inferiores aos totais de venda do ramo, quando cotejados com outros segmentos face à importância que neles detem as empresas menores. Exatamente nessa estrutura que impacta a abertura do mercado com a entrada de produtos subsidiados, ou sustentados por mecanismos de *dumping*, tal como os coreanos. No quadro geral dos ramos,

a agroindústria de grandes empresas ganhou corpo e expande-se no Brasil.

O desenvolvimento da agroindústria de processamento no Brasil não significou apenas o incremento do produto nacional com o efeito multiplicativo sobre a renda em termos de valor adicionado. Essa face das transformações da agricultura, conquanto relevante não diminui os efeitos desse processo sobre a estrutura de mercado, promovendo verdadeira revolução nas transações de produtos de origem agropecuário. O **primeiro** aspecto consiste na dimensão nacional das mudanças, pois foi essencialmente a agroindústria processadora que irradiando o dinamismo pelas diversas regiões da geografia brasileira, integrou-as num mercado nacional e alavancou o valor adicionado das economias locais. Foi a alavancagem econômica do dinamismo agroindustrial que trouxe condições objetivas para que outras industrias e os serviços se implantassem nas longínquas regiões agropecuárias brasileiras. Esse principio integrador forja empresas de carater nacional, operando em distintas localidades e com isso, foram elas que empurraram o processo de expansão econômica para a fronteira agrícola, ganhando espaço no Brasil Central tal como espraiou-se pelo Sul-Sudeste a partir de São Paulo.

O **segundo**, e talvez o mais importante, aspecto, consiste na constatação de que a agropecuária dificilmente realizaria sozinha transformações de tal monta, talvez sua própria modernização entendida como incremento no uso de insumos e máquinas tivesse encontrado rijos e elevados obstáculos. Nos anos 60, um ponto importante levantado por RANGEL (1962 e 1963), de certa forma negligenciado na analise das transformações da agricultura brasileira, corresponde ao arcaico sistema de comercialização então vigente. O personagem típico da comercialização agropecuária estava representado pelo atravessador, um agente do capital comercial tradicional pelas mãos do qual passava a esmagadora maioria dos produtos agropecuários destinados ao mercados urbanos. Era a própria síntese do atraso ao comprar barato e vender caro, exercendo uma função econômica deletéria ao isolar o agropecuarista do movimento econômico mais geral e notadamente, ao não privilegiar a qualidade e não fornecer estímulos de renda, obstaculizava o progresso técnico. As rendas instáveis pelas variações extremas de preços, nem sempre explicáveis pela conjuntura de mercado, consistiam num flagelo para o operariado urbano e num desestimulo ao agropecuarista. A produção desplanejada ao limite e os efeitos da sazonalidade produziam um mercado agropecuário assentado sobre uma autêntica gangorra, operando numa sucessão de altos e baixos.

A agroindústria processadora, se não levou à superação de toda amplitude de problemas da estrutura de mercado agropecuário, alterou-a de forma significativa. De um lado porque uma planta agroindustrial de determinado porte apresenta efeitos locacionais relevantes, correspondendo a um estimulo à especialização da produção agropecuária para atender dado nível de matéria prima, o que reduz a anarquia das flutuações de plantio. Por outro, como determinadora de padrões de custo e qualidade, a agroindústria processadora irradia para traz o dinamis-

mo do progresso técnico o que altera o perfil da produção. Mais ainda, e principalmente, torna-se ela a grande compradora de produtos agropecuários, deslocando o atravessador para posições marginais no sistema de comercialização. Esse fato representa uma mudança fundamental na alavancagem do processo de acumulação capitalista, substituindo o capital comercial tradicional pelo capital produtivo. A presença das industrias de insumo e máquinas e das agencias bancárias de financiamento rural, completam o quadro de transformações desse mercado primário de produtos agropecuários.

Ao estabelecer-se na governança das cadeias de produção, alterando a estrutura de mercado e de poder dentro delas, a agroindústria processadora enfrentou também a estrutura de intermediação dos grandes centros, alterando o perfil do atacado. Muitos complexos agroindustriais considerados como dos mais dinâmicos dentro da agricultura brasileira não podem ser explicados com base somente nos elementos diretamente ligados à industria em si mesma. O complexo sucroalcooleiro paulista deu salto expressivo nos anos 60 quando organizou-se num grande estrutura de comercialização para afastar os comerciantes de açúcar, internos e externos, assumindo o domínio sobre o fluxo de seu produto. O complexo de sucos citricos assume igual condição pois os grupos empresariais lideres na inserção internacional na porta dos fundos são agroindustrias (e no campo só visualiza-se essa porta), mas sua visibilidade internacional esta na porta da frente representada pelas *tradings companies*. Outros exemplos podem ser apontados na agricultura brasileira, em que a grande empresa agroindustrial completa-se dentro do mesmo grupo com outro braço representado pela grande empresa comercial. Assim, a inserção da agroindústria alterou profundamente a estrutura de mercado de produtos da agricultura, seu papel não se resume a mudanças de forma e apresentação de produtos, mas também de postura nas transações de compra e venda, função essa não menos relevante[133].

Esse aspecto de alteração da estrutura de mercado revela-se ainda mais importante quando acrescenta-se que produtos importantes como a soja exigiram a organização de modernas *tradings companies* para sustentar sua expansão. A não ser que abstraia-se (o que é um equívoco) do fato de que exatamente essas empresas comerciais modernas organizaram os mecanismos de financiamento como a "soja verde", que permitiram expansão do plantio e modernização consubstanciando expressivas supersafras em pleno fastígio do crédito rural subsidiado.

---

[133] Mais uma vez essa parece ser mais uma fragilidade derivada da interpretação calcada na concepção de subordinação da agropecuária à indústria. A industria ao expandir na agricultura altera significativamente a dinâmica da agropecuária, na verdade ela traz o elemento determinante do movimento de transformação, mas ela não ocorre sozinha nem apenas num só sentido de determinação. Um aspecto que chama atenção no contexto da inserção internacional esta na colagem de interesses entre o capital comercial moderno e o capital produtivo, quando não, e isso ocorre na maioria das vezes, sendo ambos na verdade faces de um mesmo capitalista. A expansão cafeeira no início do século XX veio no rastro dos interesses do capital comercial, foram os comerciantes muitos que viraram cafeicultores ribeirão-pretanos, e o papel dos comissários foi relevante (MELLO, 1982), e agora, que são na verdade a COPERSUCAR e o grupo Cutrale, se não estruturas idênticas ao incorporarem ambas as faces de capital produtivo e comercial.

Na prevalência do capital comercial tradicional, do velho atravessador, isso seria possível? Certamente que não, mas as mudanças não se resumem aos produtos cuja formação dos preços dá-se em função do mercado internacional, muito mais numa economia aberta. Veja-se as transformações da estrutura de mercado do feijão, acima de qualquer suspeita um produto cujos preços se formam exclusivamente no mercado interno.

Em São Paulo, no período 1966-96, os compradores de feijão dos grandes centros foram os primeiros a perderem a hegemonia, pois pelas suas mão passavam 60% da produção em 1966 e apenas 4% em 1996, sendo substituídos pelos compradores locais que abastecendo diretamente as empacotadoras subiram seu domínio de 40% 40% para 81% da safra no período 1966-81. Mais recentemente, eles mesmos perdem espaço para compras diretas das empacotadoras que, tendo comprado 5 % da safra em 1981, atingiram a hegemonia com 60% da safra em 1966 (Tabela 48). Ressalte-se que as alterações recentes são muito mais radicais que as anteriores, não se trata de mudança de comprador mas de adoção de postura nova. As empacotadoras de forma crescente concorrem com base no atributo da qualidade, vendendo com marcas próprias e dessa maneira trazem ao campo esses requisitos, definindo variedades e padrões de produtos, exigências cada vez mais presentes no consumidor urbano. Exemplo disso corresponde à dificuldade de colocar-se feijão tipo 2, mesmo na periferia, pois os preços vem permitindo consumir tipo 1. As empacotadoras assim, abastecendo-se em varias zonas de produção passaram a dominar o nucleo dessa cadeia de produção[134].

Essa revolução da estrutura de comercialização agropecuária apresenta outro ingrediente fundamental: a transformação operada na distribuição varejista. Esse longo processo inicia-se nos anos 50 com a "perda gradual de importância do segmento atacadista de alimentos, em favor do varejo, sendo que a partir de 1975, a participação deste nas vendas chegou a superar o atacado de alimentos. Em 1980, contudo, se constata um ligeiro retrocesso, quando a receita total de alimentos é dividida de forma praticamente equalitária entre os segmentos... A transformação mais significativa todavia se verificou a nivel do varejo de alimentos. No início do período 1940-50, o varejo especializado em alimentos dominava o varejo total de alimentos, tanto em termos de estabelecimentos, pessoal ocupado ou receita ... À medida que as condições econômicas favoreceram a introdução e a difusão da nova tecnologia de distribuição o segmento especializado começou a perder participação nas vendas... Nesse contexto, o varejo especializado perde sua posição hegemônica, cedendo-a ao diversificado (ou melhor aos super-

[134] Pouco importa o aspecto as vezes levantado de que muitas empacotadoras são empresas de antigos atravessadores. Esse aspecto vem inclusive reforçar a argumentação de seu papel diferenciado pois enquanto a maioria dos comerciantes tradicionais de feijão simplesmente quebraram, essas modernas empresas expandem-se e sofisticam seus produtos, inclusive realizando experimentos de agroindustrialização do feijão, até agora tentados sem sucesso, como o feijão pré-cozido. Não há dúvida que elas representam o novo nesse mercado.

mercados) que, formado por apenas 3% dos varejistas de alimentos, foi responsável por mais de 52% da receita gerada pelo varejo de alimentos em 1980. Cabe ainda destacar que os empórios, os armazéns e mercearias que geravam em 1950 quase 50% da receita do varejo de alimentos, em 1980 responde por menos de 30% " (CYRILLO, 1986).

Tabela 48.- Evolução da Participação dos Diferentes Agentes na Comercialização do Feijão, São Paulo, 1966-96.

Agente	% do Produto Adquirido			
	1966	1971	1981	1996
Mercado Rural	100	100	100	100
- Compradores locais	40	79	81	36
- Compradores gdes centros	60	21	14	4
- Empacotadoras	-	-	5	60
Mercado Varejista	100	100	100	100
- Feiras	30	20	11	7
- Empórios	40	33	17	13
- Supermercados	10	33	52	64
- Outros	20	14	20	16

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Os fluxos de mercadorias alteram-se de maneira expressiva com a redução progressiva de antigos polos atacadistas dos grandes centros. Exemplo típico pode ser verificado na antiga zona cerealista da capital paulista que, nos anos 70 concentrava 85% do feijão, 70% da batata e 65% da cebola e atualmente ocupa-se da intermediação de parcela minoritária desses produtos destinados à zona metropolitana de São Paulo. Por outro lado essa estrutura atacadista perdeu a posição de caminho inexorável para a redistribuição desses produtos paras as metrópoles do Sul-Sudeste. Outro caso relaciona-se ao Entreposto Terminal da Capital da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), projetado nos anos 50, inaugurado em 1966 e por onde chegou a transitar, nos anos 70 e 80, a quase totalidade das frutas e olerícolas destinadas ao consumo paulistano, pois por essa via abasteciam-se as quitandas e feiras livres. As mudanças em ambos os casos, zona cerealista e mercado de frutas e olerícolas, decorre da presença dos supermercados que romperam com os mecanismos tradicionais alterando os canais de comercialização, com a procura das grandes redes de buscar diversidade, qualidade, preços e confiabilidade do fornecimento, requisitos não atendidos no atacado especializado.

Esse avanço dos supermercados acirrou-se nos anos 80 e 90. Enquanto as maiores empresas do varejo tradicional elevou suas vendas de R$ 6,4 bilhões para R$ 15 bilhões no período 1978-96 (5,1% a.a.), os supermercados aumentaram de R$ 6,9 bilhões para R$ 24 bilhões (7,2% a.a.). Com isso, os supermercados continuam crescendo a taxas superiores ao varejo em geral (cuja venda cresceu de R$ 13,3 bilhões para R$ 39,8 bilhões, ou seja 6,2% a.a.), fazendo subir sua participação nas vendas totais do varejo, de 51,6% em 1978 para 60,4% em 1996 (Tabela 49). O grande atacado ressurge como estrutura de suporte à distribuição final, crescendo a taxas expressivas no período (8,4% a.a.), dominando fluxos estratégicos de mercadorias. Entretanto, não faz frente às grandes redes de distribuição varejista que conquistaram nesse processo, a posição estratégica no acesso ao mercado consumidor. Desse modo o poder de mercado das agroindústrias, das grandes cooperativas ou das grandes *tradings companies*, submete-se ao poder de barganha dos supermercados. As negociações diretas de preços para compra de grandes quantidades, entre as grandes empresas da produção e da distribuição, passam a definir o comportamento dos mercados. Por outro lado, emergem as estratégias dos supermercados de operarem com marcas próprias mediante acordo com fornecedores ou por meio de atuação direta, montando suas próprias agroindustrias ou alugando capacidade instalada (*toll processing*).

Tabela 49.- Evolução das Vendas do Comércio, Brasil, 1978-96.

(em R$ milhões)(1)

Ano	Atacado	Varejo Tradicional	Supermercados	Varejo total	Participação Super/varejo
			Vendas Totais Anuais		
1978	7.387	6.445	6.868	13.313	51,6
1986	14.629	9.420	12.370	21.790	56,8
1996	31.948	15.787	24.036	39.822	60,4
			Taxas Anuais de Crescimento(%)		
78/96	8,4	5,1	7,2	6,2	-
78/86	8,9	4,9	7,6	6,4	-
86/96	8,1	5,3	6,9	6,2	-

(1) Em valores constantes de dezembro de 1996, pelo IGP-DI da FGV.
Fonte: Dados Básicos obtidos em Maiores e melhores, Revista Exame 1984, 1986 e 1997.

Em sintese, não há como reduzir as transformações realizadas na agricultura brasileira à presença das agroindustrias processadoras ao construir-se o complexo agroindustrial. Isso porque, ainda que elas sejam fundamentais no processo sua força não decorre de ser agroindus-

tria mas da sua face de grande empresa. Nesse sentido, ela ganha o sentido genérico de grande capital, que organiza processos similares em cadeias de produção não agroindustriais, mas que nem por isso situam-se em posição precária de desenvolvimento capitalista. Se constitui um fato de que a lógica do progresso técnico engendrada pela agroindústria em um conjunto expressivo de produtos mostra-se incontestável, também se configura como revolucionadora da estrutura de comercialização. A presença do grande capital, produtivo ou comercial, afastou do centro do processo o velho capital comercial, realizando uma profunda mudança nos fluxos monetários e de produtos da agricultura.

Esse grande capital organizador do fluxo de produtos relaciona-se diretamente com o grande capital comercial representado pelas grandes redes de supermercados colocando a estrutura de comercialização noutro patamar, alterando os mecanismos de determinação dos preços. Isso porque, "ao longo das últimas décadas o comércio de alimentos sofreu alterações consideráveis. A importância do atacado na sua função de centralizador e distribuidor da produção foi diminuída pelo advento do equipamento varejista de larga escala" (CYRILLO, 1986). **Enfim, a agricultura brasileira não realizou apenas um processo de industrialização, reduzi-la a isso significa amesquinhar a profundidade das transformações. Nesse mesmo movimento ocorreu uma revolução na estrutura de mercado, alterando a comercialização da roça à mesa do consumidor. Se há universalidade inquestionável nisso tudo, ela consiste na presença em todos os cantos e situações da grande empresa cujo processo de expansão persiste forte. "Daí a acentuada tendência no sentido da concentração e centralização do capital. Sob as mais diversas formas, os capitais mais poderosos submetem, combinam-se ou simplesmente absorvem os menores" (IANNI, 1981). Tudo isso resultante de políticas econômicas defendidas como "neutras", realizadas "sem afetar as forças do mercado" e pior, muitas vezes com hipocrisia defendidas em nome da superação da "vergonhosa distribuição de renda e de oportunidades".**

- Alteração da Inserção no Comércio Exterior: de primário-exportador a agroindustrial-exportador

A agricultura brasileira constitui-se no setor fundante da economia brasileira. Mais que isso, mais que isso o cultivo de determinadas espécies para exportação representou o próprio alicerce da colonização das terras brasileiras. O extrativismo do pau-brasil, apesar do interesse mercantil significou uma atividade puramente predatória de curta duração e de efeitos multiplicadores irrisórios na formação da economia nacional. Na verdade foi o açúcar que propiciou o primeiro ciclo econômico brasileiro, servindo de base para a colonização realizada sob os auspícios do capital mercantil com sustentação na escravidão. A expansão dessa agroindústria nas terras nordestinas, inserida no processo de acumulação do capital mercantil ganhou tal dimensão que foi palco de disputa entre as nações beligerantes pelo domínio dos circuitos de comér-

cio, com a invasão holandesa das colônias portuguesas que formavam a base da produção de açúcar. Nesse contexto insere-se o domínio holandês de terras angolanas donde vinham escravos e pernambucanas onde estavam os engenhos de açúcar com suas casas grandes e senzalas.

Ainda que outros produtos tenham produzido outros ciclos econômicos, como o extrativismo do ouro em terras das Minas Gerais, até o final do século XIX a agroindústria açucareira continuou a representar elemento importante da pauta de exportações brasileiras. Isso mesmo quando a produção antilhana deslocou a brasileira do papel central no contexto internacional. No final do século XIX, entretanto, surge outra mercadoria de demanda crescente no comércio mundial que iria sobrepujar a agroindústria açucareira e deslocar o nucleo dinâmico da economia brasileira para o sul, mais propriamente para São Paulo. Mais uma vez, mesmo com todos os corolários que o complexo cafeeiro engendrou, e mais, ainda que tenha ocorrido significativa expansão da indústria e da urbanização desde o inicio do século XX, as exportações brasileiras continuaram dependentes do café. Para montantes das exportações globais que cresceram de US$ 217,2 milhões para US$ 1,6 bilhão quando se compara as médias anuais da década de 1990-09 e 1960-69, as vendas de café aumentaram de US$ 115 milhões para US$ 743,0 milhões. Isso significa que respondendo proporcionalmente por 53% das divisas geradas no começo do século, com todo o desenvolvimento da economia, o café nos anos 60 ainda representava 46,7% das cambiais geradas (Tabela 50).

Tabela 50.- Quantidade e Valor das Exportações de Café e sua Relação com as Exportações Totais, Brasil, Medias Anuais de 1990-09 a 1960-69.

Períodos	Café			Exportações Totais (US$ 1000)
	Sc 60 Kg	US$ 1.000	%	
1900-1909	12.979.925	115.036	53,0	217.193
1910-1919	11.870.187	170.857	52,5	325.494
1920-1929	13.576.874	272.681	68,1	400.389
1930-1939	15.015.661	159.496	54,5	292.878
1940-1949	13.539.177	279.938	39,5	707.963
1950-1959	14.893.075	915.900	63,3	1.446.532
1960-1969	17.113.643	742.955	46,7	1.589.628

Fonte:IBC/BB, citados em PAIVA, SCHATTAN & FREITAS (1973).

A analise do comércio exterior brasileiro no período de três décadas compreendidas entre os triênios 1961-63 e 1991-93 mostra que foram exatamente as exportações da agricul-

tura que continuaram a sustentar a geração de cambiais. As exportações brasileiras cresceram de US$ 1,3 bilhão para US$ 31,4 bilhões enquanto que as importações subiram de US$ 1,5 bilhão para US$ 24,6 bilhões. O maior ritmo de crescimento das exportações em relação às importações determinou a reversão da situação da balança comercial que sendo deficitária em 1961-63 e 1971-73, passou a ser superavitária em 1981-83, tendência essa aprofundada até 1991-93 (Tabela 51). Esse comportamento deu sustentação à entrada de cambiais que conformaram os *megasuperavits* dos anos 80, tendo a balança comercial brasileira entrado nos anos 90 com uma situação altamente favorável como decorrência do bloco de investimentos dos anos 70, notadamente na agricultura quando montou-se o D1 setorial e a moderna agroindústria processadora. As políticas de estímulo às exportações dos anos 80, magnificaram os efeitos desse processo sobre o comércio exterior brasileiro.

Tabela 51.- Agricultura e Comércio Exterior no Brasil, 1961-63 a 1991-93.

Triênio	Economia Brasileira (US$ 1000)		
	Importação	Exportação	Saldo
1961-63	1.474.000	1.341.000	- 133.000
1971-73	5.161.000	4.364.667	- 796.333
1981-83	20.649.667	21.789.000	1.139.333
1991-93	24.613.667	35.396.000	10.782.333
	Agricultura Brasileira (US$ 1000)		
1961-63	335.967	1.179.334	843.367
1971-73	942.677	3.138.175	2.195.498
1981-83	2.475.989	10.068.888	7.592.899
1991-93	3.801.114	11.144.891	7.343.777
	Agricultura/Economia(%)		
1961-63	22,79	87,94	- 976.367(1)
1971-73	18,27	71,90	- 2.991.831(1)
1981-83	11,99	46,21	- 6.453.565(1)
1991-93	15,44	31,49	3.438.557(1)

(1) Saldo da balança comercial brasileira sem a agricultura.
Fonte: FAO (Agrostat)

Ainda que tenha sofrido alteração na composição da pauta de exportações brasileiras, a agricultura continuou sendo significativamente majoritaria. As exportações da agricultura crescream de US$ 1,2 bilhão em 1961-63 para US$ 11,1 bilhões em 1991-93, enquanto que as

importações setoriais cresceram de US$ 336,0 milhões para US$ 3,8 bilhões no mesmo período, conformando um saldo setorial crescente de US$ 843,3 milhões para US$ 7,3 bilhões. Ressalte-se que esse desempenho deu-se numa situação de preços internacionais cadentes exigindo volumes crescentes para gerar-se o mesmo montante de cambiais (DIAS, 1988), o que pode ser verificado quando se compara os inícios das décadas de 80 e 90. Os valores obtidos com as exportações da agricultura ficaram em patamares muito próximos (US$ 10 bilhões em 1981-83 contra US$ 11,1 bilnões em 1991-93). Esse fato mostra que existiram limites para ampliar-se consideravelmente a geração de divisas a partir da agricultura. Em razão disso reduz-se a participação da agricultura no total das exportações brasileiras de 87,4% em 1961-63 para 31,5 em 1991-93, com importações setoriais caindo de 22,7% para 13,4% (Tabela 51).

Entretanto, quando analisa-se o saldo da balança comercial visualiza-se o verdadeiro significado da contribuição setorial. Excluindo-se a agricultura o saldo da balança comercial brasileira seria deficitária nos triênios 1961-63, 1971-73 e 1981-83, atingindo saldo positivo de US$ 3,4 bilhões em 1991-93. Destaque-se dois pontos a respeito do triênio 1991-93: a) o primeiro já destacado de que a participação da agricultura só não mostra-se maior pela queda expressiva dos preços internacionais a partir da metade dos anos 80 e, o saldo ainda elevado (embora estagnado) da agricultura deriva de quantidades exportadas significativamente superiores, relevando a extrema competitividade setorial no enfrentamento dessas condições adversas (competitividade sustentada por políticas públicas de estímulo à exportação); b) ainda que com problemas do lado dos preços, a agricultura ainda respondeu por 67,6% do saldo da balança comercial no triênio 1991-93, indice mais que o dobro de sua participação no volume exportado. Portanto, a agricultura continuou a ser o setor responsável pela maior parcela da geração de divisas da economia brasileira, alterando-se a pauta setorial de comércio externo, agora mais diversificada e não atrelada a um único produto (café) e em grande parte decorrente da venda de produtos agroindustriais (suco cítrico, açúcar, oleo e farelo de soja, carne avícola).

A abertura comercial dos ano 90 aumenta ainda mais essa importância da agricultura na economia brasileira. No período 1993-96, as importações brasileiras cresceram substantivamente de US$ 25,2 bilhões para US$ 53,3 bilhões (+110,7%) para exportações aumentando de US$ 38,6 bilhões para US$ 47,7 bilhões (+ 23,6%). Em função disso rapidamente reverte-se a situação de *superavit* de US$ 13,3 bilhões para um *deficit* de US$ 5,5 bilhões (Tabela 52). Ainda que o aumento das importações tenha contribuído para a manutenção dos niveis internos de preços evitando os efeitos inflacionários da "bolha de consumo" derivada da estabilização dos preços agrícolas, não fosse a entrada de capitais, o equilíbrio da balança de pagamentos estaria comprometido em niveis insustentáveis. Esses capitais especulativos, atraídos pela alta taxa de juros internos, são voláteis e podem afetar duramente a sustentabilidade da estabiliza-

ção econômica numa reversão drástica de expectativas. O problema ganha maior dramaticidade quando se agrega à analise o fato de que o nivel de investimento em setores estratégicos mostra-se inferior ao necessário para conformar um quadro futuro mais promissor. De qualquer maneira, as medidas governamentais vem conseguindo manter o nivel das divisas externas em patamares elevados, mesmo com as extremas dificuldades que vem encontrando nas tentativas de conter o ritmo de crescimento das importações. O padrão de consumo alterou-se com o acesso generalizado a importados que não tem produção interna, criando uma rigidez para baixo nas importações.

Tabela 52.- Agricultura e Comércio Exterior no Brasil, 1993-96(1).

Triênio	Economia Brasileira (US$ 1 milhão)		
	Importação	Exportação	Saldo
1993	25.256	38.563	13.307
1994	33.079	43.545	10.466
1995	49.653	48.506	-3.157
1996	53.286	47.747	-5.539
	Agricultura Brasileira (US$ 1 milhão)		
1993	9.556	16.896	7.340
1994	9.918	18.734	8.816
1995	12.804	20.471	7.667
1996	12.366	20.775	8.409
	Agricultura/Economia(%)		
1993	37,8	43,8	5.967(2)
1994	30,0	43,0	1.630(2)
1995	25,7	42,2	-10.824(2)
1996	23,2	43,5	-13.948(2)

(1) Os critérios aqui utilizados abrange mais produtos que os dados da FAO, daí serem os resultados totais diferentes e maiores.
(2) Saldo da balança comercial brasileira sem a agricultura.
Fonte: SECEX

A agricultura vem contribuindo significativamente para a manutenção dessa estabilidade gerando saldos de exportação positivos e sustentados. As importações da agricultura cresceram de US$ 9,6 bilhões em 1993 para US$ 12,4 bilhões em 1996 (+29,2%), enquanto as exportações aumentaram em 22,9% no mesmo período, subindo de 16,9 bilhões

para US$ 20,8 bilhões. Dessa maneira o saldo da balança comercial setorial embora crescendo pouco, de US$ 7,3 bilhões para US$ 8,4 bilhões, amortece o profundo desbalanceamento do conjunto dos demais setores. O percentual das importações da agricultura reduz-se de 37,8% para 23,2% enquanto que as exportações setoriais mantem sua proporção na economia em torno de 43%. Dessa maneira o saldo da balança comercial brasileira, quando exclui-se a agricultura de um *superavit* de US$ 5,7 bilhões em 1993, passaria para o expressivo *deficit* de US$ 13,9 bilhões em 1996. A agricultura poderia ter contribuído ainda mais significativamente caso não houvesse sido praticada uma política deletéria para a cotonicultura, desmontando um setor inteiro e gerando a necessidade de compras externas de US$ 980 milhões em 1996 apenas de pluma, ao que se agrega as compras de trigo, arroz e frutas. Exatamente na agricultura baseiam-se as estratégias de reversão desse quadro preocupante com o estímulo ao algodão e à soja, mas cuja resposta não se fará de imediato.

A estabilização econômica numa realidade de economia aberta expôs toda a deficiência estrutural da economia brasileira e mesmo na agricultura as respostas dependem do aprofundamento do processo de transformação num ajuste de generalização dos padrões tecnológicos mais altos para o conjunto da agropecuária, reduzindo a heterogeneidade setorial. Isso não apenas porque a necessidade de exportações crescentes, para as mercadorias constantes da pauta de vendas externas da agricultura brasileira, pressionam pelo lado dos custos agropecuários como uma forma de enfrentar a realidade dos preços internacionais, mas também porque a redução das importações exigem investimentos e forçam os custos para baixo como necessidade para fazer frente ao produto importado que com a abertura econômica passou a freqüentar a rotina das gondolas dos supermercados. Essa pressão sofrida pela agricultura brasileira apresenta efeitos regionais distintos e exige maiores investimentos em infra-estrutura, notadamente no Brasil Central e nos corredores de exportação.

A redução sustentada das importações exige uma política solida de investimentos em varios segmentos da agricultura onde pode-se reverter o aumento das compras externas. O algodão representa o caso mais nítido dessa possibilidade com a ampliação do plantio mecanizado, e de uma situação de destruição drástica da antiga cotonicultura derivada do colonato do café pode-se erguer a nova cotonicultura, nas terras planas do Brasil Central em grandes areas mecanizadas. Nas frutas e olerícolas e no pescado as dificuldades são de deficiência da logística da produção nacional frente ao padrão vigente no contexto internacional, Já no trigo não há possibilidade de curto prazo de reversão do crescimento das importações sem que haja algum mecanismo de proteção da produção interna. Na verdade, para ampla gama de produtos a rigidez para baixo das importações da agricultura deriva das políticas executadas pelos países fornecedores do mercado internacional, mas em todo caso, os investimentos exigidos são expressivos. Isso numa realidade em que o Estado encontra-se fragilizado para fazer frente à

mobilização de recursos para realizar o custeio, quiçá inversões de vulto. Paradoxalmente, o maior desemprego, ao reduzir pressões de consumo, se mostra funcional com o ajuste necessário, o que representa uma contradição numa realidade de pobreza e desigualdade.

O comportamento da balança comercial brasileira no último triênio revela que a economia, e em particular a agricultura brasileira, ganhou muito pouco com os resultados da Rodada Uruguai do GATT[135]. Para complicar, integrou-se no Mercado Comum do Sul(MERCOSUL) numa situação de desvantagem, pois o ajustamento tem favorecido a agricultura argentina em relação à brasileira. A agricultura da Argentina como parceira de comércio tem características que lhe conferem vantagens expressivas em alguns segmentos produtivos. As principais delas decorrem de uma condição natural de solos férteis e planos e de um empresariado agropecuário com niveis educacionais médios mais elevados que o brasileiro. Esses fatores determinam produtividades mais altas pela incorporação de tecnologias modernas para um universo mais significativo de agropecuaristas. Por outro lado, elementos diferenciados da política macroeconômica tem favorecido os agropecuaristas platinos, notadamente no tocante à tributação e juros, além de uma infra-estrutura menos onerosa pelo lado dos custos. Os impactos negativos desse ajustamento para a agricultura brasileira só não tem sido mais graves pelo crescimento do mercado interno em razão do recente processo de estabilização econômica.

A ampliação da ainda reduzida inserção internacional da agricultura brasileira, que pode ser estratégica para a política de emprego e renda interna, além de alavancar o prosseguimento da modernização, exige o enfrentamento de constrangimentos que tem levado a agricultura brasileira à reduzida posição competitiva. Um elemento esta representado pela organização logística deficiente, a produção e o comércio internacional de produtos agropecuários sustenta-se na presença da grande empresa "organizando" o processo. Mesmo no caso das frutas frescas esse processo esta dominado por poderosas *tradings companies* que constituíram eficientes estruturas de pós-colheita, armazenagem e distribuição, trabalhando com base no binômio custo/qualidade para atender os consumidores exigentes dos países importadores. O Brasil desenvolveu essas estruturas de coordenação vertical para alguns produtos como os derivados de soja e de milho, os sucos cítricos, o açúcar e carne avícola. Assim as agroindústrias processadoras, e mesmo modernas *tradings companies* para alguns grãos, seja por cooperativas ou sociedades anônimas, construiram estruturas capazes de sustentar o desenvolvimento dessas cadeias produtivas com alto dinamismo tecnológico e mantendo posições competitivas sustentáveis no mercado interno e externo. Entretanto, para produtos como o café e o algodão, as estruturas montadas não atendendo às exigências desse padrão tem levado a perda siste-

[135] Uma analise sobre o comércio exterior da agricultura brasileira, analisando-a no tocante aos resultados da Rodada Uruguai do GATT e da formação dos blocos econômicos regionais e continentais entre nações pode ser encontrada em GONÇALVES (1996).

mática de participação do produto nacional no mercado externo.

No tocante aos mecanismos precários de regulação do mercado interno, há que se considerar que os mercados das diversas nações estão regulados por inúmeros instrumentos que ao controlarem o transito de mercadorias com exigências de embalagens, níveis de resíduos químicos e biológicos e medidas fitossanitárias, funcionam como protetores das produções nacionais. No caso dos produtos transacionados *in natura*, que ganham cada vez mais importância nas transações internacionais, esses fatores podem impedir a entrada de mercadorias em dado espaço econômico. Nas frutas frescas por exemplo, os países desenvolvidos do Hemisfério Norte desenvolveram mecanismos diversos para regular o mercado interno. As barreiras não tarifárias são elementos importantes das trocas internacionais como instrumentos impeditivos do livre transito de mercadorias, em especial para produtos vegetais *in natura*. Ressalte-se que crescem as exigências no tocante a parâmetros ambientais com instrumentos como o selo verde para caracterizar produtos ecologicamente saudáveis como também tem sido levantados questionamentos de ordem social como trabalho de menores, situação dos trabalhadores em especial os salários e condições de vida.

No Brasil a realidade mostra-se exatamente a inversa, com aparato regulatório precário e estrutura de fiscalização ineficaz. A defesa da agricultura no Brasil configura-se como um antiquada legislação federal, associada ao pequeno desenvolvimento da estrutura de fiscalização, o que não apenas tem fragilizado a exportação de produtos nacionais, bem como permite a entrada de produtos estrangeiros em condições que, muitas vezes, sequer atendem à antiquada legislação brasileira sobre o assunto. Como as operações internacionais não sofrem rigorosa fiscalização das autoridades sanitárias brasileiras, tem-se a pratica contumaz de empresas "não especializadas agindo especulativamente" (agindo apenas eventualmente como exportadoras) mas sem cumprir requisitos de qualidade e comprometendo a imagem do produto nacional nos principais mercados. Trata-se portanto, não apenas de uma mera questão sanitária, mas principalmente do não cumprimento de especificações quanto à qualidade do produto e da embalagem. Essa, moderna logística com estratégias inovadoras de transações no mercado externo são encontráveis no Brasil apenas para poucos produtos da agricultura, como são os exemplos dos sucos cítricos e do complexo soja.

Outro elemento critico da politica comercial brasileira esta na abertura indiscriminada de mercado sem instrumentos protetores contra a concorrência desleal. Nesse caso, o aspecto mais grave refere-se com a pratica de subsídios implícitos ou explícitos em outros países, como se configura os casos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Européia (UE). A agricultura dessas nações tem o emparo de políticas agrícolas ativas, notadamente com o sentido de sustentação de renda por vários mecanismos, associadas a inúmeros estímulos à exportação de seus excedentes de maneira a manter estoques reduzidos, que oneram em demasia os cofres

públicos, funcionando como redutores dos preços internacionais numa realidade de elevados custos de manutenção dos mesmos. Como para o Brasil revela-se impossível a pratica de subsídios substanciais à sua agricultura, como forma de igualá-los aos praticados na UE e EUA, torna-se necessário compor medidas para que esses mecanismos não venham a afetar drásticamente os produtos brasileiros dentro de seu próprio mercado interno.

Nessas nações desenvolvidas, o sentido das políticas não esta em sustentar a agricultura pela sua capacidade de oferta, mas sim buscam garantir emprego e renda no campo para reduzir a pressão sobre a industria que, face à revolução tecnológica em curso, mostra-se desempregadora. No caso brasileiro, a abertura do mercado deu-se sem a organização de estrutura *anti-dumping* capaz de proteger o agropecuarista brasileiro contra atos de concorrência desleal. Mais que isso, a abertura se deu sem exigência de contrapartida, pois o suco de laranja brasileiro paga tarifa para entrar nos Estados Unidos e, tanto este país, como a União Européia praticam tarifas *ad valorem*, com variações sazonais ou não, como forma de obstruir a entrada de produtos nos respectivos mercados. A Europa realiza a pratica de fixação de preços de internalização, que correspondem ao nivel capaz de remunerar de maneira adequada a maioria dos produtores internos, e com isso determina o patamar mínimo a partir do qual dá-se a competitividade. No Brasil sequer desenvolveu-se uma instrumentação legal compatível com uma atitude efetiva nesse sentido. Encerrando, deve-se deixar claro que a abertura dos mercados revela-se um pratica necessária mas com os cuidados capazes de obstar a concorrência desleal no mercado interno.

Complicando a situação, as políticas macroeconômicas de juros e câmbio do Brasil afetam diretamente a competitividade interna e externa do produto nacional quando o mesmo destina-se ao consumo interno. A política de juros altos, girando em torno de 5 a 9% ao mês para recursos de capital de giro, promove um enorme desnivelamento das condições de mercado do produto brasileiro frente ao importado no mercado interno. Isso porque os juros internacionais para transações desse tipo situam-se em torno de 4 a 9% ao ano com prazos de até 360 dias para pagamento, dependendo do produto. Assim, os grandes importadores e os supermercados diretamente tem adquirido esses produtos no exterior em condições muito mais vantajosas que realizasse essa negociação no mercado interno. Na verdade financiam-se em termos de capital de giro a juros muito menores pois, podem comprar o produto, transporta-lo até os centros de destino, processa-lo ou beneficia-lo, venderem no varejo, e aplicarem o resultado das vendas no mercado financeiro por 9 a 10 meses, para depois saldarem seus empréstimos para a transação comercial. Trata-se claramente do impactos de mecanismos financeiros relacionados ao financiamento do capital de giro das empresas com base em dinheiro barato e farto que representa a conjuntura atual do mercado financeiro mundial, notadamente das *tradings companies* e dos supermercados, e mesmo alguns grandes grupos agroindustriais.

Nota-se aí que não apenas tem-se taxas de juros inferiores mas prazos dilatados para pagamento, com o que a operação de financiamento por esse mecanismo revela-se um ótimo negócio. Esse fato, associado a um atraso na desvalorização da moeda nacional, cria impactos ainda mais substantivos no mercado interno provocar um barateamento relativo do produto estrangeiro. Exatamente no câmbio a politica governamental revela sua verdadeira face, qual seja ancorar o controle dos preços internos com mecanismos de abertura de mercado numa visão curto prazista. Na politica cambial praticada desde 1993 o Governo ao mesmo tempo que procura manter um preço do dolar favorável à exportação, procura manter a moeda nacional sobrevalorizada na ótica das importações. Analisando essa politica como a verificação do câmbio efetivo (pois constitui-se num erro grave fazer qualquer consideração com base apenas na paridade R$/US$ pois as condições dessas transações alteraram-se profundamente), conta-se que a paridade para os exportadores não mostra-se tão desfavorável.

Por meio de mudanças nas condições de troca de cambiais dos exportadores por moeda nacional, procura-se incrementar as vendas externas. Os prazos dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) foram mudados para ampliar as vantagens dos exportadores que, inclusive utilizaram-se desse mecanismo para financiar seus fornecedores (soja verde). No final de 1996, para não alterar o instrumento da banda cambial e procurar estimular e entrada de divisas, pressionado pelo *deficit* comercial crescente, o Governo isentou as exportações dos produtos primários e semi-manufaturados, medida que atinge diretamente o complexo soja e outros produtos da agricultura. Dessa maneira se as exportações brasileiras vem crescendo em ritmo considerado lento isso decorre de que como exportador agroindustrial enfrenta uma realidade de mercado internacional onde o aumento da participação enfrenta enormes obstáculos por não prevalecer o dogma liberal do livre comércio. Ampliar espaço no mercado internacional da agricultura mostra-se cada vez mais difícil face a concorrentes poderosos pela tamanho de sua agricultura e capacidade de realizar políticas ativas para a sustentação das mesmas.

Exatamente essa realidade, de políticas ativas de exportação das nações, todas interessadas em gerar cambiais, problematiza a outra face do câmbio. O preço do dolar para o importador ao ficar mais barato pela sobrevalorização da moeda brasileira, sem que nesse caso o Governo tenha grande possibilidade de mudar drásticamente as condições de negócio (prazos e taxas), barateia o produto estrangeiro no mercado brasileiro. Para tanto enfrenta dificuldades crescentes de adotar medidas de represamento do produto importado, mantendo as compras em certo nivel, principalmente na indústria metal-mecânica (veja-se o caso dos automóveis). Na agricultura, ainda que com a balança setorial favorável, explodem as compras externas de algodão em pluma, arroz, frutas frescas e uma ampla variedade de produtos da industria de alimentos para os quais, inclusive, não internalizou-se as plantas produtivas. Assim, as políticas macroeconômicas recentes tem permitido uma situação favorável ao produto es-

trangeiro no mercado interno. Não sem razão que não consegue-se controlar o ritmo de crescimento das importações, o deficit da balança comercial cresce de forma vertiginosa, ainda que com paliativos como a exigência do fechamento do câmbio no ato de desembarque adotada em março de 1997.

Em resumo, o comércio internacional de produtos agrícolas , entendidos como agriprocessados ou *in natura*, está limitado por um enorme conjunto de práticas que exigem dos competidores uma definição objetiva da estratégia a ser seguida. Como o Brasil não tem capacidade de bancar uma política protecionista nos moldes da norte-americana e européia, tem de visualizar mecanismos de impedimento para que esses subsídios, atualmente chancelados pelo GATT, não produzam efeitos danosos na produção interna. Dessa maneira não pode continuar a subordinar sua política comercial externa aos objetivos internos de combate à inflação. Do ponto de vista da destruição da capacidade produtiva nacional e da dificuldade de modernizar as atividades atingidas isso tem um efeito mais danoso que as políticas de tabelamento dos preços de alimentos do início da década de 70. É preciso ter claro que esses mercados não estão subordinados à lógica da livre concorrência, e dentro dessa perspectiva, avaliar em quais produtos o Brasil pretende ter uma posição importante no mercado mundial. A partir dessa definição constituir todo um arco de medidas internas e externas para concretizar esse objetivo. As dificuldades a serem superadas são enormes, e não se trata de enfrentar uma competição regrada pelas normas da ordem natural de um mercado pletor do equilíbrio e constituidor inexorável da distribuição equitativa dos benefícios, ao contrário " é nesse mundo áspero, sem compaixão nem filantropia que teremos de operar nossa inserção, não a desejável ou ideal, que requereria um mundo ideal e um País ideal, mas a necessária, a inevitável, a resultante do ponto de encontro entre as oportunidades e limitações do sistema internacional e as do Brasil" (RICUPERO, 1991).

Esse processo, no seu início, exige que se saiba que a economia brasileira, como não poderia deixar de ser numa economia continental, avança centrada nas transformações de sua agricultura. Ainda que não seja ela própria a fonte da qual emana o dinamismo modificador de estruturas, sobre ela devem atuar as forças fundamentais de sustentação desse processo. As mudanças econômicas verificadas e intensificadas no denominado processo de industrialização não teriam o sentido nacional se reduzidas tão somente ao circunscrito limite da industria em si. O alcance desse processo foi muito mais amplo, mas por mais amplo que tenha ainda fica circunscrito à agricultura, uma nova agricultura, talvez uma agricultura industrial, mas sem deixar de ser agricultura. Uma economia continental não ganha amplitude no desenvolvimento capitalista se somente se industrializar, mas sim quando industrializa sua agricultura. Para isso exige-se mais que industrializar mas transformar as estruturas de mercado e a própria estrutura social com por exemplo a urbanização. Esse processo também não pode ser resumido à simples

presença de fabricas, mas à inserção de todo um continente, do Oiapoque ao Chuí (para fazer similitude com do Atlântico ao Pacífico da economia norte-americana) como espaço ampliado de acumulação capitalista.

A concepção estreita de que esse processo em economias continentais resulta apenas da proliferação de fábricas corresponde à uma visão colonial de feitorias. Essas fortificações coloniais tinham o sentido de proteger areas ricas em pau-brasil e estabelecer pontos de negócios com os índios com base nas miçangas. Eram pontos na costa que viviam na verdade da exploração de riqueza pedrada no interior das matas, numa visão tipica do capital comercial na época da acumulação primitiva. Pensar o processo de industrialização como apenas um conjunto de fábricas distribuídas à orla da costa significa abrir mão da compreensão do sentido mais amplo que esse processo deva ganhar numa economia continental como a brasileira. Ressalte-se que também constitui-se em verdade que os "rurais" equivocam-se ao avocarem a primazia da agricultura como se ela carregasse sózinha o "fardo" do desenvolvimento econômico. As criticas ao vários mecanismos de deslocamento de capitais de setores líquidos, que em economias primário-exportadora consiste na agropecuária, para sustentar o desenvolvimento de outros setores carecem de compreensão do contexto mais amplo das transformações capitalistas.

As contas externas brasileiras no que diz respeito à sua balança de pagamentos sempre foram, e continuam sendo, assentadas em cambiais geradas pela agricultura. Mas deve ter-se o cuidado para não cair na esparrela de viver repetindo que tudo isso corresponde à penalização da agricultura. Isso parece compatível com a idéia equivocada de que os setores da economia movem-se por si próprios, autonomamente, no desenvolvimento capitalista. Numa radicalização da idéia a agricultura estaria parada, ou andando a "passos de tartaruga", enquanto os demais setores cingiriam o horizonte temporal à velocidade da luz. Trata-se na verdade de que constroi-se uma nova agricultura, uma síntese de mutuas determinações inter-setoriais que cria uma industria para a agricultura, uma agroindústria da agricultura, uma nova estrutura de mercado da agricultura. Não foram apenas as industrias rurais que libertando-se dos grilhões das cozinhas da fazenda, do artesanato familiar e do fogão de lenha, vieram às cidades multiplicar suas chaminés. O homem rural também veio às cidades, profissionalizou-se, deixou de ser enxadeiro para tornar-se um trabalhador urbano especializado na operação de sofisticada maquinaria que move as lavouras e criações. Muitos ainda são submetidos ao trabalho manual, mais propriamente os não aquinhoados, mas não dá para entender as lavouras e criações sem o trator e outras máquinas que lhe propulsionam, movidas a produtos da industria petroquímica e não mais a pasto e arroz com feijão. O agricultor torna-se agora empresário que gere uma atividade complexa inserida numa economia financeirizada. É essa nova agricultura brasileira que mantém-se inserida internacionalmente, e continua sendo o principal setor da economia

brasileira exatamente porque assim esta desenhado o desenvolvimento capitalista em economias continentais.

A industrialização dessa maneira, com a irradiação da constituição das forças produtivas especificamente capitalistas por todo um universo territorial continental foi e continua sendo a portadora do novo na economia brasileira. Não fazem o mínimo sentido os arroubos ruralistas de que a agricultura, ou para usar um conceito da moda os agronegócios, seria a redenção da economia nacional, deixando nas entrelinhas o entendimento de que teria sido um equivoco o privilegiamento da industrialização como caminho para o desenvolvimento nacional. Ao contrário, os ruralistas podem ficar coléricos, mas **a indústria foi a salvação da lavoura**. Foi exatamente a presença da industria, por meio das agroindustrias, que trouxe a agricultura antes condenada ao nomadismo (presa ao velho rufião de terras virgens, o café), para o atual patamar invejável de inserção internacional. Assim a agricultura precisa sim de mais indústria, e se não especificamente de mais industria, de modificações estruturais que consistem nas forças produtivas especificamente capitalistas que a industria traz no seu bojo. Na agricultura brasileira, onde não há industria permanece o atraso, veja-se a realidade das cadeias de produção de frutas.

O fato de que a balança comercial brasileira apresenta-se com a preponderância da agricultura na pauta de exportação não pode caracterizar a economia brasileira como primário-exportadora. Nem a remontagem estatística de que os produtos agropecuários são transformados e portanto a maior parcela constitui-se de manufaturados autoriza a tese de que a industria assumiu a testa do processo. Esses anacronismos impedem que se visualize que a nova agricultura brasileira como uma sintese do processo de desenvolvimento capitalista transformou sua estrutura de produção para inserir-se no mercado mundial e mantem-se competitiva, e mais que isso não apenas para o café. Mesmo no café cresce a importância internacional da industria brasileira de solúvel tardiamente internalizada nos anos 60. Agregue-se a retomada da posição competitiva do açúcar não mais nordestino, do complexo citrícola com os sucos cítricos e derivados como peletes de bagaço, do complexo soja com o grão, o farelo e óleo e mais que isso, pois a soja representa um insumo do complexo proteico-animal, da carne de frango.

Nota-se, portanto, que a agricultura brasileira para manter-se como principal fonte de geração de cambiais da economia, sofreu intenso processo de mudanças com a industrialização. Aliás, os produtos mais importantes da pauta revelam que existe ainda um amplo espaço para avanços na industrialização setoriais pois prevalece a agroindústria produtora de bens intermediários sendo ainda incipiente a produção de bens finais realizada por uma ampla industria de alimentos moderna e exportadora. Parcela importante das importações da agricultura compõe-se de setores ainda não plenamente desenvolvidos na economia brasileira(como as frutas e olerícolas) e outros apresentam grande dificuldade de competição numa economia aberta

(como o trigo, o arroz, o pescado e a borracha natural). O caminho da agricultura indica em aprofundar esse processo internalizando as agroindústria de ponta para a competição em escala mundial. **De qualquer maneira, torna-se necessário compreender o real significado das transformações da economia brasileira neste século, que de primário-exportadora passou a ser agroindustrial-exportadora.**

Assim os limites dos arroubos liberalizantes como a abertura indiscriminada do mercado nos anos 90 e, notadamente, a politica cambial posterior a 1993, são enormes. A tão decantada ineficiência das empresas nacionais, na economia continental brasileira, decorre antes mais nada de que o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, com a ampla generalização das força produtivas especificamente capitalistas ainda verifica-se em curso. Para piorar o quadro, na agricultura (nunca é demais repetir que em economias continentais representa o setor mais importante), mais que nenhum outro setor, mercado aberto esta muito longe de livre concorrência. O fato de que de alguma forma a agricultura agora esteja inscrita no conjunto das normas da Organização Mundial de Comércio (OMC) não representa grande vantagem para o Brasil. Ao contrário, sem poder praticar subsídios fica à merce das grandes potencias agrícolas mundiais e exposto à denuncias de *dumping* social e as barreiras de cunho ambiental e de defesa sanitária. **Desse modo, acreditar-se que a realidade imanente da Rodada Uruguai, a última do GATT, significa a extensão do neo-livrecambismo à agricultura, corresponde a acreditar-se em contos de fadas, eles são belos e dependendo da fada excitantes, mas infelizmente irreais. Mais infantil consiste em acelerar-se um processo de integração econômica em blocos regionais ou continentais, sem ter-se uma estratégia firme de assegurar condições de desenvolvimento da agricultura.**

Nesse setor está a maioria das industrias e dos serviços modernos, e se trata de uma economia continental, e não insular, portanto de possibilidades mais amplas. A abertura de mercado não pode ser mais um ato à la D. João VI como uma fuga a Bonaparte. Afinal não consta que o Brasil esteja com seu *Príncipe* ameaçado. Nesse quadro a abertura incondicional pode consistir num desastre anunciado. Essa ação governamental que, por exemplo entrega uma cotonicultura moderna que representava renda e emprego brasileiros e permite a entrada de pluma norte-americana subsidiada sem receber nada em troca, mostra-se inconcebível. Pior ainda quando faz-se vistas grossas aos subsídios do algodão norte-americano e também à taxação do suco cítrico brasileiro para a proteção da produção da Flórida. Em muitos produtos os concorrentes são exatamente os Estados Unidos e a União Européia, potencias geopolíticas, econômicas e comerciais. **As relações comerciais externas assentadas na crença do livre comércio, persistente como um fantasma ricardiano de mais de dois séculos, parece mais com uma situação onde o sonho interminável da bela adormecida foi interrompido com o beijo de um príncipe impostor. Parece-se com os contos da carochinha. Mas há os que acreditam neles.**

5.1.4 - Agricultura e Custo de Vida: Crescimento da Renda e os Preços Relativos.

O entendimento dos reflexos sociais do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas e dos efeitos do avanço da oferta agropecuária sobre o custo de vida e a melhoria da qualidade de vida urbana exige a colocação das "coisas" no lugar, sem o que não apenas não se consegue entender o real significado das mudanças como tornam inconsistentes as criticas sobre os corolários regressivos da ótica social, resultantes desse processo. A questão da renda como definidora da demanda assume aí o papel central na caracterização das transformações operadas na estrutura da sociedade nacional. **O primeiro aspecto** a ser destacado revela-se no expressivo crescimento da renda média real, que a cruzeiros de setembro de 1960, aumentou de Cr$ 5,8 mil em 1960 para Cr$ 13,9 mil em 1980 (+ 137,0%), tendo caído nos anos 80 para Cr$ 10,4 mil em 1990 (-25,8%) (Tabela 53). Assim, tem-se claro que foram expressivos os crescimentos da renda média, em especial nos anos 60 e 70, embora a crise da década de 80 a tenha feito recuar. Por seu lado, a retomada do crescimento econômico nos anos 90, com taxas anuais superiores ao aumento populacional traz por si só um novo ciclo de avanços nesse campo.

Tabela 53.- Evolução da Renda Média, Geral e por cada Décimo de Distribuição da População Economicamente Ativa com Renda Positiva, Brasil, 1960-1990 (1).

Décis	1960	1970	1980	1990
Primeiro	689	936	1.646	841
Segundo	1.366	1.654	2.832	1.866
Terceiro	2.013	2.421	4.115	2.288
Quarto	2.737	3.074	4.980	3.143
Quinto	3.621	4.051	6.152	4.202
Sexto	4.509	4.978	7.784	5.666
Sétimo	5.540	5.818	10.002	7.606
Oitavo	6.387	8.028	13.783	10.682
Nono	8.648	12.224	21.428	16.839
Décimo	23.348	37.496	66.809	50.407
Renda Média	5.887	8.069	13.950	10.353

(1) Expressa em Cruzeiros de 1° de setembro de 1960, deflacionada pelo IGP-DI da FGV.
Fonte: BARROS & MENDONÇA (1995).

O segundo aspecto relaciona-se à distribuição desse crescimento da renda pelas varias

camadas da população. Os dados de renda média caracterizam de forma clara que já no início dos anos 60 ocorria grande concentração da riqueza pois apenas os 3 últimos décimos (8°, 9° e 10°) obtinham rendas superiores a média nacional. Na entrada da década de 70 esse privilégio era usufruído apenas pelos dois derradeiros estratos (9° e 10°), o que se repete em 1980, sendo que em 1990 volta a realidade de que os 3 últimos superam a média nacional (Tabela 57). A concentração da renda configura-se assim como elemento persistente da sociedade brasileira, com a manutenção dessa característica durante o processo de transformação econômica impulsionado pela internalização da industria pesada pelo Plano de Metas (1956-61) e pela consolidação desse padrão com a industrialização da agricultura no contexto do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) nos anos 70. A década dos 80 mantém esse padrão, ou seja no crescimento ou na crise, o que tem se mantido no Brasil configura-se na renda concentrada.

O terceiro aspecto revela-se na diferenciação do crescimento da renda pelas faixas da população. Na fase de crescimento econômico 1960-80 a renda media cresceu 137%, indice esse refletindo distintos acréscimos dos varios segmentos sociais como mostra o incremento por décimo de participação na renda global da menor para a maior: primeiro (+139,0%), segundo(+107,3%), terceiro(+107,3%), quarto(+81,9%), quinto(+70,0%), sexto(+72,6%), sétimo(+80,5%), oitavo(+100,1%), nono(+147,8%) e décimo(+186,1%). Nota-se de forma clara que as faixas de maior renda usufruíram mais dos benefícios do desenvolvimento que as demais camadas da população, enquanto que as faixas médias tiveram ganhos (em particular do 4° ao 7° décimo) muito inferiores às demais. Outro fato esta na constatação de que os percentuais caem do 1° para o 5° décimo e crescem do 5° ao 10°, revelando um certo ganho nas faixas de renda muito reduzidas. Como todas as camadas sociais apresentam renda crescente, e em níveis expressivos, o clamor do progresso acaba mascarando essa regressividade, o que torna difícil sustentação política para as criticas ao processo.

O quarto aspecto inscreve-se no fato revelador das crises, onde as chagas do modelo são expostas de maneira impiedosa. Na fase de desaceleração econômica 1980-90, a renda média reduziu-se em 25,8%, mas como reflexo de diferentes comportamentos das rendas das diversas faixas da população, pois embora todos niveis de renda mostrassem quedas, elas foram distintas: primeiro(-48,9%), segundo(-34,1%), terceiro(-44,3%), quinto(-36,9%), sexto (-31,7%), sétimo(-27,2%), oitavo(-23,9%), nono(-21,4%) e décimo(-24,1%). Assim os efeitos da crise sobre a renda foram mais drásticos para as faixas de menores que para as de maiores ganhos revelando o efeito perverso da estagnação econômica para essas camadas da população. Outro aspecto reflete-se no plano político com o crescimento da popularidade de posturas contestatórias, em especial entre os segmentos sociais de menor renda, não apenas porque acordam da ilusão de que atingiriam niveis de qualidade de vida experimentados pelos mais

abastados, mas porque, frente à exigência da manutenção do padrão já alcançado, suas perdas de renda são mais expressivas.

Assim, para o período 1960-90 como um todo, tem-se renda média e desigualdades crescentes, numa realidade em que todos beneficiaram-se do crescimento econômico, ainda que uns mais que outros e assim, mais da metade desse crescimento obtido no período foi necessário para compensar o aumento das desigualdades. O bem estar social melhorou de forma inequívoca e a pobreza diminui, sendo que a grande vítima do processo (com menores ganhos) foi a baixa classe média (3° ao 5° décimos), justamente a alargadora do mercado interno pois os grandes mercados, como o norte-americano, centram-se exatamente no poder da classe média[136]. Nos anos 60, entremeado de crise, o crescimento foi moderado e o aumento da desigualdade acentuado. Nos anos 70, do "milagre brasileiro" o crescimento revela-se rápido e o aumento da desigualdade moderado. Nos anos 80 o crescimento foi negativo e a desigualdade aumentou substancialmente (BARROS & MENDONÇA, 1995). Esses comportamentos decenais mostram o quão duras são as crises para a população mais pobre e, com isso explica o respaldo político com que esse segmento social majoritário no Brasil distingue propostas políticas sustentadoras do crescimento, o que em última analise tem ocorrido nos anos recentes com o Plano Real, gerando a quase unanimidade de aprovação do Governo pela opinião pública.

No geral, a conclusão fundamental está em que, "apesar de todas as diferenças entre as três décadas, estas tem pelo menos dois fatos em comum: em primeiro lugar, a desigualdade aumentou continuamente; e, em segundo, as mudanças na pobreza e no bem-estar social seguiram o comportamento do crescimento, melhorando quando havia crescimento e piorando quando havia declínio. Em outras palavras, o impacto do aumento na desigualdade foi importante em mitigar os efeitos positivos do crescimento, mas não foi nunca grande o suficiente para reverter o quadro. Em suma, nunca houve no Brasil um período de crescimento com aumento da pobreza e declínio no bem-estar social. Assim essa situação continua a ser apenas uma possibilidade teórica" (BARROS & MENDONÇA, 1995). Essa realidade sofreu ainda os impactos positivos do processo de transformação da agricultura, aumentando a oferta de produtos de alimentação e vestuário, a preços proporcionalmente menores. Isso porque os preços da

---

[136] Sobre a relação entre o processo de desenvolvimento e a classe media ver o trabalho de QUADROS (1991). Esse trabalho mostra com rara felicidade a contradição interna de economias em que ocorre a desigualdade em processo. Nos anos 70, no período de crescimento rápido denominado "Milagre Brasileiro", houve a incorporação de milhares de pessoas ao mercado brasileiro de consumo. Nas palavras do autor, " o exame das estruturas familiares revelou justamente que para a classe média urbana as melhores oportunidades de ascensão social surgiram em torno da pequena e média propriedade empregadora de mão de obra assalariada ou do acesso às profissões de nivel superior ou ocupações bem situadas hierarquicamente... É certo que esses niveis de ascensão social foram trilhados por parcela minoritária, ainda que altamente expressiva, como o enorme contingente de trabalhadores da classe média, que em sua maioria defrontava-se com a realidade de baixa remuneração".

alimentação cresceram menos que a elevação média do conjunto dos preços da economia, como pretende-se comprovar na analise do comportamento dos preços da agricultura[137].

- Preços Agropecuários na Fazenda: Relações entre Custos e Preços Recebidos[138]

As transformações da agropecuária brasileira revelam sua profundidade mais latente nas mudanças da composição de gastos realizados na produção dentro das fazendas. Os insumos industriais que em 1958/59 representavam cerca de 16% do dispêndio global, em 1968/69 atingiram 25% e em 1980/81 quase 35% (Tabela 54). Desse modo a produção, não apenas deixou de representar o reflexo das condições naturais de fertilidade do solo, como a própria força motora desse processo não decorre mais de energia muscular (humanos ou animais). A terra em si, passou a se constituir em um "recipiente vivo" misturador de fertilizantes e corretivos na fabricação de produtos finais segundo uma "receita natural" dada, com as máquinas movidas a combustível fóssil mecanizando esse processo. Os insumos rurais que em 1958/59 representavam 8,1% dos gastos nas décadas seguintes atingiram cerca de 10,4%. Entretanto esse indicador, pela maneira como foi obtido, esconde outra mudança importante da produção agropecuária pois em 1858/59 as sementes e mudas eram 3% dos 8,1% desse item de gasto, em 1968/69 atingiam 5,2% e em 1980/81 alcançariam 7,4%. Isso decorre da especialização desse segmento constituindo uma "industria biológica" a montante, a partir da qual, gera-se o "fermento" da produção agropecuária responsável pelos efeitos

---

[137] Essa realidade de crescimento da renda nacional faz equivocadas palavras de ordem comumente repetidas por varios críticos do desenvolvimento experimentado, das quais a mais comum consiste no jargão de que nesse processo "**os pobres ficaram cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos**". É preciso sempre qualificar essa frase para não vulgarizá-la com o sentido de que "**cada vez mais os pobres ganham menos e os ricos ganham mais**". Isso corresponderia a uma afirmação improcedente pois "**os pobres ganham cada vez mais, embora os ricos ganhem cada vez ainda mais**". A questão central esta em que a desigualdade corresponde a uma medida de proporcionalidade, ou seja uns são mais beneficiados que outros e por isso as fragmentação na estrutura da demanda torna-se mais pronunciada, embora ela quantitativamente seja maior para todos. Os impactos das transformações da agricultura brasileira magnificaram esses incrementos de renda.

[138] A analise será realizada para o Estado de São Paulo, que representa o maior mercado brasileiro, sendo o centro formador de preços dos mercados agropecuários. A disponibilidade de dados mais rica e a possibilidade de acessar e utilizar dados primários são os motivos desta escolha. Utiliza-se o Indice de Dispêndio dos Agricultores com Insumos e Máquinas, correspondente ao Indice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista calculado e publicado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), cuja formulação pode ser vista em SANTIAGO et al (1990). A mesma referência tem o Indice de Preços Recebidos Pelos Agricultores, que representa o indice de mesma denominação cuja concepção pode ser encontrada em SANTIAGO et al (1990). O Indice de Dispêndio com Salários Rurais leva em conta as categorias administrador, tratorista e volante, ponderadas pela participação em termos de horas trabalhadas em cada ano, tendo sido construido com base em SENDIN (1972). O Indice Dispêndio com Custos de Produção, foi construido a partir dos indices de dispêndio com insumos e máquinas e com salários rurais, ponderados pela sua participação na estrutura de gastos com base em PELLEGRINI et al (1987). Todos os indices foram deflacionados pelo Indice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna "2", da Fundação Getúlio Vargas, estando em expressos em valores constantes de dezembro de 1996 e representam médias trienais construídas com base em médias anuais de valores constantes mensais. Indices Base 1948-50 = 100.

multiplicadores da aplicação dos demais insumos. Desse modo, o produto agropecuário guarda ainda menor relação com as condições naturais de produção, ainda que não tenha perdido sua característica de produto biológico.

Tabela 54.- Evolução da Participação dos Diferentes Tipos de Dispêndio no Custo Total das Propriedades Agropecuárias, 1958/59 a 1980/81

(em porcentagem)

Item de Dispêndio	1958/59	1968/69	1980/81
Insumos Industriais(1)	15,97	25,04	34,52
Insumos rurais(2)	8,18	10,67	10,38
Remuneração do trabalho	40,46	41,25	23,51
Construções e instalações	8,97	6,91	6,54
Máquinas, veículos e equipamentos	10,81	5,85	14,30
Animais de trabalho e produção	15,61	8,16	7,67
Arrendamento pagos	-	2,12	3,08
Total	100,00	100,00	100,00

(1) Inclui fertilizantes, corretivos, defensivos, vacinas, combustíveis, rações e concentrados e ferragens
(2) Inclui sementes, mudas, alimentação animal e adubos orgânicos.
Fonte: PELLEGRINI et al (1987).

Dentro da perspectiva do processo mais geral de acumulação capitalista o efeito mais direto esta na queda da participação relativa do trabalho vivo no processo de produção agropecuária. Os gastos com a remuneração do trabalho que eram 40,5% do dispêndio total em 1958/59, e que em 1968/69 representavam 41,2%, com a intensificação da modernização agropecuária nos anos 70, em 1980/81 alcançavam apenas 23,5% dos gastos. Em contrapartida, as máquinas e equipamentos que haviam reduzido sua participação de 10,8% para 5,8% nos anos 60, crescem significativamente nos anos 70 atingindo 14,3% no começo da década de 80. Os animais de tração com os quais eram gastos 15,6% em 1958/59, em 1980/81 os custos significavam apenas 7,7% (Tabela 54). Reafirma-se aí o sentido mais direto das mudanças sobre a estrutura rural na medida em que a intensificação da utilização de maquinaria realiza-se na tendência inversa do trabalho vivo no mesmo processo em que a força motriz animal, disponível nas fazendas, perde representatividade. Os anos 70 datam de maneira inequívoca o ponto culminante dessas transformações, bem como o sentido das mesmas, apontando direção mais geral do processo de acumulação capitalista, qual seja a redução da participação relativa da participação do trabalho vivo, bem como ampliação dos espaços de valo-

rização do capital.

A progressiva importância da agropecuária como espaço para a valorização do capital em geral visualiza-se exatamente na transformação da fazenda num "caldeirão" onde mistura-se ingredientes no fabrico de um produto ao invés de fonte natural donde brotaria tal produto. Ainda que mediada por condicionantes biológicos, essas transformações rompem com a simplificação da concepção de que no campo, enquanto espaço econômico, estaria fundado o setor primário da economia. O agropecuarista submete-se agora a varios mercados: a) os de insumos e máquinas onde adquire seus ingredientes a combinar e os equipamentos para realizar tal intento; b) o de trabalho (também urbanizado) onde obtem a força de trabalho para mover o processo, força de trabalho essa cada vez mais minoritária no contexto do dispêndio global e; c) o de produtos agropecuários onde realiza-se sua produção.

Mas esse raciocínio só torna-se completo com a inserção do cimento básico da reprodução ampliada do capital representado pelo crédito, que foi barateado para trazer a agropecuária para dentro do processo mais geral de ampliação dos espaços de valorização do capital. Assim, as decisões de produção da agropecuária estando vinculadas a esse amplo leque de mercados complexificam o conjunto de indicadores necessários para uma interpretação integral das mudanças. Não se trata mais de decisões autônomas de produção que derivam da simples utilização de recursos disponíveis, mas sim de decisões que exigem uma inter-relação direta com os mecanismos mais gerais da dinâmica econômica. Ao agropecuarista, enquanto capitalista empreendedor, exige-se o adiantamento de recursos com a aplicação de capital na produção de dada mercadoria como caminho para valoriza-lo, não mais situando-se na bucólica realidade de produtor simples ofertante de mercadoria para obter algum dinheiro como instrumento para acesso a outra mercadoria desejada. Inserido no processo ampliado de reprodução do capital, não apenas como capitalista o agropecuarista procura ampliar seu montante de capital, ma também ele próprio situa-se como importante consumidor de mercadorias na forma de bens intermediários, ou seja realizando o capital investido na produção industrial. A própria especialização das fazendas na produção de poucas culturas vincula-se com a inserção dos agricultores como consumidores genéricos nesse processo mais amplo de acumulação capitalista.

A analise da evolução dos preços dos insumos e máquinas, dos salários e dos preços recebidos permite clarear ainda mais a radicalidade dessas mudanças. Para os insumos e máquinas, os preços não sofreram grandes alterações estruturais nos anos 50 e 60 uma vez que o indice agregado para 1968-70 mostra-se semelhante ao observado em 1948-50. Nos anos 70, entretanto, sofrem grande aceleração com acumulo de aumento de 55% em valores constantes entre o final dessa década e o da anterior. Nos anos 80 e 90 a realidade revela preços de insumos e máquinas cadentes, embora apenas em 1994-96 eles tenham sido inferio-

res aos vigentes antes dos anos 70 (Tabela 55). Essa analise para um período mais amplo permite com nitidez identificar alguns fatos que devem ser destacados nesse comportamento: a) o primeiro esta em que se realmente os insumos e máquinas custam menos desde o final dos anos 70, na verdade essa diminuição ocorre em relação o pico e, portanto, não representa um enorme barateamento histórico desses produtos; b) o papel crucial do crédito rural subsidiado para forjar demanda desses insumos industriais na agropecuária brasileira barateando os gastos finais de insumos e máquinas pois os incrementos mais significativos ocorrem exatamente quando os preços estavam em franca elevação; c) a relevância estrutural dos investimentos realizados no contexto do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) nos anos 70, internalizando o "D1" da agricultura, sem o que não teria havido oferta de insumos e máquinas a preços cadentes nos anos 80 e 90.

Tabela 55 - Evolução dos Indices de Dispêndio e de Preços Recebidos pelos Agricultores, São Paulo, Médias Trienais, 1948-96

Ano	Insumos e Maquinas	Salários Rurais	Custo de Produção	Preços Recebidos
1948-50	100	100	100	100
1954-56	101	116	110	110
1958-60	110	104	107	87
1964-66	107	109	109	94
1968-70	99	143	126	87
1974-76	142	246	216	184
1978-80	154	258	236	193
1984-86	136	191	181	179
1988-90	103	144	137	110
1994-96	89	158	104	119

Fonte: Dados Básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A evolução dos preços dos insumos e máquinas nos anos 70 foi mascarada pelos subsídios ao credito rural. Na verdade esse período, ao contrário do que a analise fria da evolução dos preços parece indicar, corresponde a um período de insumos e máquinas baratos, exatamente porque a política agrícola ensejada tinha vinculação estreita com a estratégia mais geral da política econômica de aprofundamento do processo de industrialização, no caso da instalação da moderna industria de bens de capital da agricultura. Os volumes crescentes de subsídio que chegaram a atingir juros negativos de até 45% dos valores contratados, ao serem consumidos preponderantemente na aquisição de insumos e máquinas, dado o acesso ao

financiamento vinculado à utilização de dado pacote tecnológico, fizeram com que na realidade os preços pagos refletissem as condições formais dos negócios mas não os valores efetivamente pagos. Numa realidade credito distribuído de maneira concentrada e atingindo um espectro determinado de culturas, pode-se inferir os efeitos de marginalização dos "excluídos do crédito" pois estariam pagando preços muito mais elevados pelos insumos e máquinas. A associação do credito rural subsidiado mas concentrado com preços de insumos e máquinas crescentes consistiu num estimulo ao incremento da escala, privilegiando maiores areas de lavoura.

Os salários rurais apresentam, momento de tendência crescente no apogeu das politicas modernizadoras, mas enfrentando seus condicionantes estruturais recuam nos anos seguintes. Do final dos anos 40 à metade dos anos 60 o crescimento dos salários rurais foi bastante modesto, embora positivo, atingindo níveis cerca de 9% maiores que os anteriores. Lembre-se de se trata de salários para a agropecuária paulista cujo início do processo de transformação realizou-se alguns anos antes, pois foi a partir dela que o padrão agrário moderno se alastraria para as demais regiões. Por outro lado, em 1960, o processo de urbanização já atingia niveis mais elevados em São Paulo que no Brasil como um todo, o que mostra que num primeiro momento o êxodo rural teve pouco impacto sobre os salários dos que permaneceram no campo. Na fase de crescimento econômico a altas taxas, conhecida como "Milagre Brasileiro", os salários rurais aumentaram expressivamente atingindo ganhos acumulados de 136,7% no final dos anos 70 em relação à metade dos 60. A partir do início dos anos 80 ocorre uma significativa escalada descendente dos salários rurais que perdem poder de compra na proporção de 44,2% em uma década. Na metade dos anos 90 há uma reversão da tendência com ganhos de 6,9% nos salários rurais quando comparados com o final da década anterior (Tabela 55). Essa descontinuidade estrutural da evolução dos salários rurais deve ser qualificada na procura dos elementos caracterizadores das transformações como um todo.

O crescimento dos salários nos anos 70 sintoniza-se com o movimento geral das transformações, tendo se mostrado crescentes numa realidade de maquinaria barateada pelos subsídios ao credito, o que configura uma situação de estímulo à mecanização. Na verdade, no que diz respeito aos preços relativos há o que se pode configurar como "concorrência desleal" entre a força de trabalho e a maquinaria com diferenciais definindo-se em favor da industria pelas políticas públicas. A realidade forjada nos anos 70 persiste nos anos 80 provocando efeitos perversos sobre a renda dos trabalhadores rurais, não apenas prensada pela sazonalidade como também pela enorme "capacidade ociosa" com uma frota de máquinas não apenas superdimensionada frente à area agricola mecanizável que se mantem, como pressionada por uma industria capaz de ofertar máquinas e equipamentos a preços cadentes. Não sem outra razão que os salários rurais despencam nos anos 80 e 90, jogando por terra os "efeitos sociais

benéficos da modernização" destacados por seus ideólogos. Isso numa realidade em que a agropecuária apresentava taxas de crescimento positivas, na contramão da crise econômica, a produtividades crescentes da terra e do trabalho. Menos emprego e menores salários conformam a realidade do trabalhador rural desde o início da ultima década.

O comportamento conjunto dos salários rurais e dos preços de insumos e máquinas revelariam indicadores de custo de produção crescentes nos anos 70 e decrescentes a partir dos anos 80. O aumento acumulado do início dos anos 50 ao final dos anos 80 foi de 136%, desde então ocorre um recuo de 56% nos custos agropecuários. No mesmo período os preços recebidos mostram comportamento diferenciado com queda de 13% no período 1950-70, mas crescem 122% desde então até o final da década de 70. Os anos 80 e 90 foram de preços agropecuários decrescentes acumulando 38,3% até 1994-96. Desse modo chama a atenção a sintonia dos movimentos tanto dos custos de produção como dos preços agropecuários nos anos 70, 80 e 90. Esse fato fica mais visível na analise dos indices de paridade, que permitem aquilatar o real significado das variações dos preços relativos. A paridade custos/preços recebidos revela-se amplamente favorável aos custos no período 1950-70 desde quando recua e configura uma situação inversa, com tendência favorável aos preços com o que no triênio 1994-96 ocorre uma situação de relação de troca menor que 100, situação privilegiada para os agropecuaristas (Tabela 56).

Tabela 56.- Evolução dos Indices de Paridade entre os Indices de Dispêndio e o de Preços Recebidos pelos Agricultores, São Paulo, Médias Trienais, 1948-96.

Ano	Insumo/ Custo	Salário/ Custo	Insumo/ Salário	Salário/ Preços	Insumo/ Preços	custo/ Preços
1948-50	100	100	100	100	100	100
1954-56	92	105	87	105	92	100
1958-60	103	97	106	120	126	120
1964-66	98	100	98	116	127	116
1968-70	78	113	69	164	114	145
1974-76	66	114	58	134	74	117
1978-80	65	109	60	134	80	122
1984-86	75	106	71	107	76	101
1988-90	75	105	72	131	94	125
1994-96	85	146	66	135	74	89

Fonte: Dados Básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A paridade entre os preços dos insumos e máquinas e os custos de produção mostra-se significativamente favoráveis aos custos com indices cadentes desde a metade dos anos 60 até o final da década de 70. Daí em diante ocorre pequena elevação mas ainda mantem-se amplamente favorável aos custos. Quando o componente levado em conta configura-se na evolução dos salários, a paridade mantem-se em níveis pouco superiores a 100 em praticamente todo período, mas sofre intensa aceleração ascendente no triênio 1994-96. Desse modo quando coteja-se diretamente preços de insumos e máquinas com os salários rurais nota-se a persistência de uma situação em que até o final dos anos 70 os salários subiram mais que os preços dos insumos (porque todos os preços subiram), nos anos 80 há pequena recuperação relativa dos insumos, revertida nos anos 90. Esse quadro mais uma vez revela a perenização de uma perspectiva amplamente favorável à tecnologias substituidoras de mão de obra, o que parece um contra-senso numa economia de baixos salários.

Essa constatação consolida-se na verificação da paridade salários/preços recebidos, historicamente favorável aos salários, ainda que em períodos mais curtos possa-se encontrar situação inversa como entre 1968-70 e 1984-86. Em contrapartida, os dez anos decorridos desde então mostram salários crescentes proporcionalmente aos preços recebidos. Isso para uma relação insumos/preços recebidos configurando ganhos com incremento nos uso de insumos industriais. Desse modo, o comportamento global das paridades revela que o denominado processo de descapitalização da agropecuária no período 1985-96, apontado pelos ruralistas, não pode ser verificado apenas com base na analise fria dos preços relativos. Frente aos preços recebidos, os insumos e máquinas cuja utilização cresce desde o final dos anos 50, apesar de caros quando a oferta era limitada e atendida pelas importações até os anos 70, barateiam significativamente desde então. Os salários rurais, numa realidade de queda persistente do emprego agropecuário cresce mais que os insumos no período 1948-70 e apresenta queda menos expressiva no período 1970-96.

Entretanto, o comportamento relativo de ambos em relação aos preços recebidos devem sofrer duas ressalvas fundamentais. Para os insumos esses indices não levam em conta os efeitos das políticas de subsídio ao crédito. Dessa forma com os grandes volumes do crédito rural dos anos 70, considerando-se os efeitos barateadores dos subsídios ao crédito sobre os preços dos insumos, certamente as paridades efetivas apresentaram uma situação de insumos baratos também para essa década. Pela mesma razão, nos anos 80 e 90 as reduções dos preços relativos dos insumos e máquinas face aos preços recebidos apresentada nos indices de paridade não devem ter sido tão expressivas. Mas de qualquer maneira, há aumento da produtividade dos insumos, ou seja o crescimento da produção por unidade de insumo utilizada, como resultado do aumento da capacidade de resposta dos materiais genéticos, com efeitos multiplicadores importantes para a maior eficiência no uso de insumos e máquinas. Esses aspectos

conformam uma realidade de nítido barateamento relativos desses "insumos modernos" na agropecuária brasileira desde os anos 70.

A mesma ressalva deve ser feita com relação aos salários. A influência do crédito subsidiado teve efeitos importantes no barateamento da mão de obra. O primeiro deles consiste no subsídio ao crédito de custeio da safra que traz para os salários os mesmos efeitos apresentados para os insumos. O segundo aspecto consiste no subsídio ao investimento que barateando o preço das máquinas produziu um aumento da mecanização que substituiu diretamente dias trabalhados. Dessa maneira com o emprego cadente a massa de salários reduz-se proporcionalmente à receita bruta da agropecuária. Noutras palavras o fato dos salários agropecuários apresentarem paridade 37% superior aos preços recebidos no triênio 1994-96 não significa muito numa realidade em que a produtividade do trabalho cresceu 257% entre o início dos anos 60 e essa data[139]. Dessa maneira, levando-se em conta os subsídios ao crédito rural e principalmente os ganhos de produtividade do trabalho muito superiores aos ganhos salariais, pode-se afirmar que os salários agropecuários reduziram-se frente aos preços recebidos dos anos 70 em diante. Isso torna-se ainda mais claro quando constata-se que dos anos 80 em diante os ganhos dos trabalhadores agropecuários despencaram, exatamente quando a produtividade do trabalho ascendia a taxas expressivas.

- Preços Agropecuários no Consumo Final: Menores Gastos com Alimentação e Vestuário e o Poder de Compra dos Salários

Os preços da agricultura para os consumidores representa outro ponto fundamental na determinação da profundidade das transformações realizadas. As pesquisas de orçamento familiar no Município de São Paulo, principal cidade brasileira, mostram com nitidez as mudanças nos gastos dos consumidores. Na metade da década de 30 os dispêndios com alimentação e vestuário, no seu conjunto, representavam perto de 75% do total. Para tanto a alimentação correspondia à metade das despesas da família e o vestuário atingia 25%. Passadas várias décadas de profundas transformações na agricultura, no início dos anos 90, a somatória de alimentação e vestuário alcançava 39,5% do orçamento doméstico, sendo 30,8% para alimentos e 8,9% em vestuário (Tabela 57). Esses indicadores refletem a profundidade dos efeitos das transformações da agricultura brasileira sobre a qualidade de vida urbana. Em linhas gerais esse comportamento dos gastos com produtos da agricultura pelos consumidores da prin-

[139] A mensuração e a analise da evolução das produtividades da agricultura paulista pode ser encontrada em capítulo seguinte deste trabalho. Na agropecuária do Estado de São Paulo, a produtividade da terra cresceu 139%, a produtividade operacional 49% e a produtividade do trabalho 257% entre os triênios 1962-64 e 1994-96.

cipal metrópole nacional, reproduz padrão verificado nos maiores centros urbanos mundiais.

Tabela 57.- Evolução da Participação Percentual das Despesas com Alimentação e Vestuário nas Pesquisas de Orçamento Familiar, Município de São Paulo, 1934-83

(em porcentagem)

Pesquisa	Alimentação	Vestuário	Outros Dispêndios
DAVIS (1934)	50,20	25,10	24,70
LOWRIE (1936/37)	54,12	19,74	26,14
ARAÚJO (1940/41)	54,23	16,58	19,19
PREFEITURA (1951/52)	42,90	28,20	28,90
DIEESE (1958)	45,00	30,00	25,00
FGV (1961/62)	42,87	14,87	42,26
MIN.DO TRABALHO (1967)	40,90	18,30	40,80
DIEESE (1969/70)	39,00	23,50	37,50
FIPE (1971/72)	38,77	14,98	46,25
DIEESE (1982/83)	24,46	18,22	57,32
FIPE (1990/91)	30,81	8,66	60,53

Fonte: TASCO (1991), completada por informações da pesquisa FIPE (1990/91).

A redução do impacto dos custos com produtos da agricultura no custo de vida urbano representou objetivo central das políticas de modernização ensejadas no Brasil, notadamente a partir da metade dos anos 60. A pressão do custo de vida sobre os salários precisava ser reduzida e, de certa forma, para criar condições de sustentação para a própria política de arrocho salarial praticada nesse período, tornava-se necessário diminuir o custo da reprodução da força de trabalho. Ou seja, manter ou elevar os salários quando comparados com a cesta de alimentos mesmo quando estes perdem poder de compra na paridade com os preços da economia em geral. Noutras palavras, numa economia de baixos salários o próprio desenvolvimento capitalista exige o barateamento dos elementos básicos de sobrevivência humana, o que em linhas gerais foi conseguido com o resultado de redução significativa da participação dos preços da agricultura no gasto do consumidor.

Essa redução pode estar associada a 3 movimentos básicos nos preços relativos. O primeiro representado pelo próprio crescimento da renda familiar seja pelo aumento da remuneração ou pelo maior número de membros empregados por família, notadamente com a inserção da mulher no mercado de trabalho. O segundo, também detectável na realidade, corresponde à mudança para baixo nos preços da agricultura como resultado do repasse aos con-

sumidores de parcela dos ganhos de produtividade do setor. O terceiro, menos perceptível mas crucial, consiste no aumento substancial da eficiência da estrutura de comercialização para os principais produtos, gerando menores desperdícios e margens totais inferiores. Isoladamente, ou em conjunto, esses fatores contribuíram decididamente para o barateamento do custo médio de alimentação e vestuário. Entretanto, em sociedades desigualitárias esse benefício também reflete as disparidades e afeta diferentemente as diversas camadas da população.

Nessas sociedades desiguais como a brasileira, ao olhar-se o quadro mais geral do gasto com alimentação segundo as várias classes de renda nota-se que ocorre um "aumento da despesa com alimentação proporcionalmente ao crescimento da renda", ou seja quanto maior a renda menores os comprometimentos da renda por dispêndios com alimentos[140]. Isso não significa que em valores absolutos os mais pobres gastam mais em alimentos que o mais rico, mas sim o contrário pois "a elasticidade renda da população mostra que um aumento da renda *per capita* familiar de 10%, a despesa com alimentação *per capita* familiar cresce de 7,98% (CHAIM & TEIXEIRA, 1996). Em linhas gerais o custo de alimentação mostra-se muito mais pesado para as famílias de menor renda familiar, que comprometem maiores parcelas de suas rendas com alimentação. Por outro lado, essas famílias gastam menos em alimentos por pessoa, ou seja propiciam para cada indivíduo que a compõe uma cesta de alimentos mais pobre. Essa situação torna-se dramática quando sabe-se que essa parcela de baixa renda constitui-se majoritária na população urbana brasileira. Nas conjunturas de preços elevados da cesta de alimentos, ou de perda de renda real como nos anos 80, essa realidade encontra os limites da sobrevivência.

Essa disparidade de renda reflete-se diretamente na qualidade da dieta alimentar das famílias. Tomando como indicador de qualidade nutricional a proporção entre os gastos com 4 principais alimentos básicos por classe de renda verifica-se que as famílias de menor renda gastam mais da metade dos recursos na compra de arroz. A medida em que a renda aumenta os dispêndios com essa fonte de carboidratos reduz-se de 56,1% para 34,6%, redução também verificada na fonte de proteína vegetal, mais barata, o feijão cuja proporção cai de 18,8% para 12,1% (Tabela 58). Ressalte-se que menores gastos proporcionais não necessariamente significam menores gastos absolutos com arroz e feijão, mas apenas que as famílias de maior renda se permitem diversificar sua dieta alimentar introduzindo outros alimentos, qualitativamente superiores como proteína animal e frutas e olerícolas frescas. Isso fica nítido no comportamento do percentual gasto com carne bovina no conjunto dos alimentos básicos, que aumentam de

[140] Esses são resultados de estudo sobre alimentação na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, para o ano de 1994. Seus resultados mais gerais podem ser extrapolados para as áreas urbanas das grandes cidades pois Campinas consiste numa das maiores cidades do interior paulista que representa no seu todo o segundo maior mercado consumidor brasileiro, só perdendo para a Grande São Paulo.

11,2% para 34,1% em função da maior renda familiar. O impacto do desenvolvimento da agricultura nesse processo torna-se notório, quando visualiza-se a carne avícola, proteína animal tornada barata e cujos gastos elevam-se de 13,6% para 18,2% (Tabela 58).

Tabela 58.- Proporção Entre os Gastos com Quatro Alimentos Básicos Por Classe de Renda, Campinas, 1994.

(em %)

Classe (1)	Arroz	Feijão	Carne Bovina	Carne Avícola
0 a 0,50	56,14	18,79	11,19	13,58
0,50 a 1,00	51,59	15,33	17,51	15,58
1,00 a 1,40	43,58	14,22	23,72	18,48
1,40 a 2,00	43,55	14,47	22,96	19,02
2,00 a 2,75	37,69	11,87	27,96	22,48
2,75 ou mais	34,64	12,05	34,10	18,21

(1) Em número de salários mínimos per capita por família em cada mês.
Fonte: CHAIM & TEIXEIRA (1996).

A analise da realidade da dieta alimentar dos grandes centros revela o enorme espaço para o crescimento da demanda de produtos da agricultura no Brasil. Isso mesmo para produtos considerados de "baixa elasticidade renda" como o arroz e o feijão uma vez que mesmo gastando parcela maior de suas rendas com esses produtos, a população de menor renda ainda não saturou sua capacidade de consumo desses alimentos. Prensada por uma realidade de desemprego e baixos salários numa situação de família numerosa, essa gente gasta principalmente na ingestão de calorias, conseguida à base de carboidratos como o arroz. A melhoria de renda permite-a incorporar produtos proteicos, ainda que de qualidade "inferior" como o feijão. Não sem razão que, segundo os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o arroz não teve seu consumo alterado quando se compara os dados anteriores e posteriores ao Plano Real, mantendo-se em torno de 11,6 milhões de toneladas. Em contrapartida, o feijão teve significativo aumento de consumo, que era de 2,8 milhões de toneladas nas safras 1991/92 e 1992/93 e atingiu 3,4 milhões nas safras 1994/95 e 1995/96.

Ainda no tocante à qualidade da dieta alimentar pode-se comparar o acesso ao consumo de melhor qualidade, a proteína animal. A redução da percentagem dos gastos com feijão à medida que aumenta a renda não mostra-se contraditória com o aumento de seu consumo. Apenas que os efeitos do redução da espiral inflacionária sobre os menores salários são mais significativos para essa classe de renda frente as demais, e assim, a renda adicional permite melhorar o padrão de alimentação da família, comendo mais feijão. Entretanto, essa família passa também a incorporar o alimento fonte de proteína animal mais barato, no caso a

carne avícola, que também teve grande acréscimo de consumo com o Plano Real. Comparando a carne avícola com o feijão e a carne bovina, fica claro que a cada classe de renda mais alta, reduz-se os gastos proporcionais com feijão, elevam-se mas a taxas menores os com carne avícola e crescem mais rapidamente os com carne bovina. Assim, em países marcados pela desigualdade de renda os preceitos teóricos clássicos sobre a elasticidade renda, devem ser revistos à luz da realidade, caso contrário não há como explicar o crescimento do consumo de alimentos "condenados à insignificância" como o feijão. Para quem tem renda de menos e com isso consumo de menos, maiores ganhos podem significar a oportunidade de apenas aumentar seu consumo ao invés de sofistica-lo com alimentos de melhor qualidade. Isso pode ser verdade apenas para os já satisfeitos de alimentos básicos.

Outro aspecto que também pode ser associado ao padrão de consumo e à renda familiar corresponde à distribuição da proporção dos gastos com alimentação pelos equipamentos varejistas. Todas as famílias, independentemente do seu nível de renda, realizam a maior parcela de suas compras de alimentos nos supermercados (de 65,5% a 72,0%). Entretanto, chama a atenção que as de renda *per capita* mais baixa, menores que 1 salário mínimo por pessoa, são exatamente aquelas que deixam nesses modernos equipamentos de varejo a maior parcela de suas rendas gastas com alimentação (72,0%). Ao mesmo tempo, somente para elas os armazens apresentam alguma relevância (5,0%) e os açougues apresentam o menor percentual (5,9%) e em que os demais equipamentos também mostram participação inferior (8,6%). Esse fato por certo esta ligado de maneira clara à insuficiência de suas rendas que as obrigam a comprar nos supermercados quando podem pagar à vista, nos armazéns nas compras a prazo pelo velho sistema de "cadernetas", além de consumirem pouca carne ou de qualidade inferior (carne de segunda) reduzindo gastos nos açougues(Tabela 59).

Tabela 59.- Distribuição dos Gastos com Alimentação por Equipamento Varejista, Segundo a Classe de Renda,Campinas, 1994.

(em %)

Classe(1)	Supermercados	Padaria	Armazém	Açougue	Outros
0 a 0,50	72,01	8,53	4,97	5,87	8,62
0,50 a 1,00	66,66	8,39	0,90	10,82	13,23
1,00 a 1,40	70,70	9,70	0,15	8,44	11,01
1,40 a 2,00	67,50	8,25	2,34	8,08	13,83
2,00 a 2,75	65,52	7,92	0,06	9,86	16,64
2,75 ou mais	69,63	8,28	0,00	9,85	12,24

(1) Em número de salários mínimos per capita por família em cada mês.
Fonte: CHAIM & TEIXEIRA (1996).

Confirmando esse fato, na outra ponta nota-se que as famílias de maiores rendas não compram em armazens, gastam maior proporção de suas rendas em açougues, ao mesmo tempo em que a participação de outros equipamentos são mais elevadas. As razões da escolha entre equipamentos estão associadas à facilidade de obtenção da cesta desejada de mercadorias a preços compatíveis com suas rendas. Cabe lembrar que a qualidade da dieta alimentar muitas vezes esta relacionada à composição da cesta de alimentos, em termos de diversificação de produtos adquiridos pois muitos itens são semelhantes para as várias classes de renda, variando as quantidades. Isso torna-se verdade principalmente para os alimentos básicos como o arroz e o feijão onde os produtos disponíveis nos supermercados podem atender à toda amplitude de classes sociais. Por outro lado, nas carnes por exemplo, a venda de cortes especiais como o *filet mignon* e o peito de frango acabam levando à uma enorme produção de carne bovina de segunda e de outras partes menos nobres do frango que exigem que se atraia aos supermercados a clientela demandante desses produtos. Em qualquer situação, isso corresponde à procura de preços menores que possibilitem maiores quantidades adquiridas.

As transformações da agricultura deram sustentação ao processo de mudanças econômicas e sociais onde a urbanização crescente, e a conseqüente redução da população rural, em termos percentuais e absolutos, pode ser realizada a custos cadentes da alimentação para o consumidor metropolitano. Os gastos com alimentação, que cresceram 35% do final dos anos 40 até a metade da década de 70, e nesse sentido toda a movimentação em torno do custo dos produtos básicos encontra explicação. Nesse período as discussões fundamentais prendiam-se à dicotomia exportáveis/domésticos numa critica contundente à realidade exportadora da agricultura brasileira, como se o fato de que os preços da alimentação cresciam mais que o conjunto dos preços da economia derivasse dessa sua característica histórica. Os anos 80, entretanto, mostram um quadro reverso, pois desde a metade dos anos 70 os custos da alimentação para o consumidor decresceram 59% em valores constantes (Tabela 60). Isso ocorre exatamente numa passagem em que a crise econômica freava o crescimento da renda, fazendo-a retroceder para as classes de menor poder aquisitivo. Assim, essas camadas da população em que a alimentação ainda representa parcela significativa da renda familiar, só não tiveram sua sobrevivência ainda mais precarizada, face aos menores custos da alimentação.

A situação fica ainda mais grave quando agrega-se à essa realidade dramática o aumento do desemprego, pois para nenhum salário o alimento barato fica muito caro e inacessível. Entretanto, o custo da alimentação cresceu mais que o custo de vida total, que cresceu 18% entre o fim dos 40 e dos 60, manteve-se no começo dos 70, e desde a metade dessa década quando decresce significativamente, acumulando 64% de queda até 1994-96. Desse modo a redução do custo de vida total foi mais acentuada que o custo da alimentação, pois os demais itens de dispêndio do orçamento familiar tiveram queda mais expressiva. A

paridade entre a alimentação e custo de vida cresce de 20% no período 1940-80, inclusive acelerando-se nos últimos anos ao atingir 33% em 1994-96 (Tabela 60). A conclusão global para esses indicadores consiste em que, ainda que fossem importantes as transformações da agricultura para o menor custo da alimentação, isso insere-se num movimento mais geral de barateamento do custo de vida urbano[141]. Ressalve-se ainda as alterações qualitativas do consumo alimentar, pois a alimentação ficou não apenas mais barata, mas sobretudo mais diversificada.

Tabela 60.- Evolução dos Indices de Dispêndio do Consumidor com Alimentação e do Custo de Vida, Cidade de São Paulo, Médias Trienais, 1948-96

Ano	Alimentação	Custo de Vida	Paridade
1948-50	100	100	100
1954-56	110	95	116
1958-60	117	104	112
1964-66	128	110	116
1968-70	125	118	106
1974-76	135	117	115
1978-80	128	107	120
1984-86	95	65	146
1988-90	76	51	149
1994-96	56	42	133

Fonte: Dados Básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Interessante reflexão pode ser feita para o conjunto de preços da agricultura avaliando as paridades entre os custos de produção, os preços recebidos pelos agricultores e os indices de preços aos consumidores. Todas essas paridades crescem significativamente desde o final dos anos 40, indicando aumento considerável de eficiência no sistema de comercialização com redução das margens. A relação entre custos de produção da agricultura e custo da alimentação ao consumidor aumenta 86% no período, enquanto que, quando calcula-se a paridade entre os preços ao consumidor e os preços recebidos pelos agricultores o indicador aumenta 113% e

[141] Esse comportamento da paridade entre o custo da alimentação e o custo de vida pode levar a equívocos de concluir-se que a alimentação teria aumentado no período, ou seja teria havido "inflação na sopa". Na verdade, ao deflacionar-se o indice de custo da alimentação pelo indice de preços ao consumidor, realmente a alimentação eleva-se em termos reais. Entretanto, a base correta de comparação deve ser feita com o conjunto dos preços da economia e não apenas com índice de consumo direto.

atinge acréscimo de 183% quando compara-se com os preços recebidos e o custo de vida (Tabela 61). A reflexão sobre esses indicadores mostram elementos interessantes pois os preços recebidos isoladamente crescem 93% no período 1948-80, para custo de vida também crescente em 7%. No momento em que ambos contabilizam quedas nos anos 80 em diante, as verificadas na alimentação e no custo de vida foram muito mais expressivas que os 38% de queda dos preços recebidos no período. Isso só torna-se possível com a redução de margens de comercialização, denotando a contribuição das mudanças da estrutura de mercado associadas ao processo de transformação da agricultura, ou seja não se resumiu à simples irradiação de agroindustrias pois tão importante quanto, foram os supermercados e as *tradings companies*.

Tabela 61.- Evolução dos Indices de Paridade entre os Indices aos Agricultores e os Indices aos Consumidor, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1948-96.

Ano	Custo Produção/ Custo Alimentação	P.Recebidos / Custo Alimentação	P.Recebidos/ Custo Vida	Sal. Rurais/ Custo Vida
1948-50	100	100	100	100
1954-56	100	100	116	122
1958-60	91	74	84	100
1964-66	85	73	85	99
1968-70	101	70	74	121
1974-76	160	136	157	210
1978-76	184	151	180	241
1984-86	191	188	275	294
1988-90	180	145	213	282
1994-96	186	213	283	376

Fonte: Dados Básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Outra paridade interessante consiste entre os salários rurais e o custo de vida. Trata-se na verdade de salários de trabalhadores rurais que vivem preponderantemente nas cidades, ou seja do salário mais relevante das categorias mais pobres das principais cidades interioranas. No momento de maior crescimento dos salários agropecuários (nomenclatura mais correta para esses salários) correspondente ao período 1950-80 quando eles aumentaram 158%, o custo de vida ainda que crescendo menos, corroeu parcela expressiva desses ganhos. Com a queda do custo de vida, menor nos anos 70 e acentuada dos 80 em diante, a paridade torna-se amplamente mais favorável aos salários fazendo com que a queda em valores constantes de 39% nos

anos 80 e 90 não conformasse uma situação dramática. Noutras palavras a redução dos custos da alimentação e do custo de vida urbano em geral, amenizou o impacto da queda salarial, embora a sazonalidade e o menor numero de dias trabalhados, além do desemprego, ao propiciarem quase nenhum salário, não tivesse permitido à um largo contingente de famílias a fuga à situação de miséria.

Numa reflexão global sobre os impactos das transformações da agricultura sobre os preços relativos pode-se caracterizar em definitivo os corolários do processo ensejado pela política econômica da metade dos anos 60 em diante, e que atinge seu auge no final dos anos 70, sobre o custo de vida. A renda e os salários em queda nos anos 80, tiveram seus efeitos perversos amortecidos pela materialização nessa década dos resultados do expressivo bloco de inversões do período anterior. A materialização desses resultados conforma mais um sucesso dos objetivos transformadores da política econômica do período e que iriam ser aprofundados nos anos 90. Desse modo, a consolidação da internalização do "modelo americano" nos anos 70 mudaram de forma decisiva a dinâmica econômica, seja no plano espacial com a industria típica da 2ª Revolução Industrial, a agroindústria, seja no plano das empresas com a concretização de uma economia de grandes empresas, seja pela revolução da comercialização. Isso alterou profundamente também a realidade urbana, esvaziando os movimentos contra a carestia. Nada autoriza, contudo, afirmações ruralistas de que a agricultura pagou um preço alto ao sustentar o processo de industrialização, ao contrário, os demais itens do custo de vida tiveram maiores quedas de preços. Mas **as condições de acesso à alimentação melhoraram e muito. Entretanto, nada nos permite afirmar que os problemas acabaram, mas eles mudaram de forma e de conteúdo, pois a carestia poderia ser solucionada com tecnologia, com maquinas, com sementes selecionadas, mas o que ficou, a pobreza não pode ser solucionada com instrumentos de política alavancadores da oferta. São os desempregados, os biscateiros, os camelos, e pior, os inimpregáveis. Essa outra face da moeda também, deve ser visualizada, pois ela conforma a outra lâmina da tesoura marshalliana, a curva da demanda, ou noutras palavras, o tamanho e o perfil do mercado interno.**

5.2.- Dois Problemas Persistentes da Questão Agrária: Concentração de Renda e Alargamento das Disparidades.

A questão agrária enquanto questão estrutural acabou condicionando o perfil de sociedade construído a partir do desenvolvimento do capitalismo retardatário brasileiro. Em sendo uma economia continental, com baixa densidade populacional quando comparada à das nações da Europa, Estados Unidos, América e Ásia, e tendo a parcela preponderante de seu território habitável e praticamente inexplorada, verifica-se no Brasil o paradoxo do excedente

populacional. Esse excedente configura-se fundamentalmente na baixa capacidade incorporadora da sociedade de consumo, gestada no processo de desenvolvimento, e que em última instância deriva dos patamares de salários reduzidos e mantidos nesses níveis pelo excedente de oferta de força de trabalho, em geral desqualificada. A urbanização deslocou parcela importante de pobres do campo para as cidades e, nesse sentido, constituiu-se numa "urbanização da miséria".

O processo, contudo, criou ou incorporou uma parcela da população à sociedade de consumo e, em certa medida, gestou uma imensa camada de consumidores de "bens de baixo preço", numa expansão qualitativamente inferior do consumo de massa. Assim, ocorreu no Brasil uma profunda fragmentação do mercado de consumo que apresenta perfis de demanda profundamente díspares. De um lado, encontra-se a demanda sofisticada por parte de parcelas da população satisfeitas nas suas necessidades básicas e que "aprimoram" suas preferências por bens e serviços e, na outra ponta, a demanda reprimida por parte de uma população que vive nos limites da exigência de sobrevivência, aquém das necessidades básicas, e que espera inserir-se por meio do acesso a uma cesta de produtos qualitativamente melhores. Essa desigualdade característica do aprofundamento das diferenças de renda, condiciona a estrutura de empregos e salários.

A desigualdade produzida nas cidades, sem ser equacionada no meio rural, revela a face mais dura do desenvolvimento brasileiro e em particular da sua agricultura. Preços baixos e dificuldades de impulsionar a qualidade de produto, num quadro em que várias análises apontam para a descapitalização do setor, convivem com parcela da população que não tem emprego capaz de garantir-lhe renda compatível com o consumo básico desejável [142]. E as perspectivas apresentam-se como aprofundadoras dessas distorções, na medida em que se prevê a expansão da produção com menores níveis de emprego. Alguns dizem que a agricultura e a indústria deveriam responder pela eficiência e produtividade e os serviços em geral pelo emprego[143]. Entretanto, o nível de incorporação desejável dos "excluídos" não é compatível

---

[142] A conjuntura que vigiu durante a colheita da safra de grãos de 1994/95 ilustra muito bem esse grave constrangimento que a demanda representa para o desenvolvimento da agricultura. Foram colhidos 81 milhões de toneladas de grãos e, mesmo que tenham ocorrido problemas do lado do câmbio, dos juros e do conflito distributivo interno às cadeias produtivas em função do ajuste à estabilização econômica imposta pela realidade do Plano Real, uma questão importante para explicar os baixos preços está na baixa capacidade aquisitiva do mercado interno, uma vez que se criou uma situação de oferta excedente de produtos agropecuários numa realidade onde cerca de 30 milhões de pessoas viviam na linha da fome. Dessa maneira, se os problemas derivados da política macroeconômica são relevantes, os efeitos dessas medidas seriam radicalmente diferentes nos preços relativos, se estruturalmente a demanda estivesse fortalecida com maior numero de pessoas inseridas como consumidores plenos e não apenas marginais agindo na linha da sobrevivência (GONÇALVES, 1995c).

[143] ZOCHUN (1996), por exemplo, conclui que "para que o país possa consumir mais de todas as coisas, isto é, para que a renda per capita aumente, é fundamental que a produtividade geral da economia se eleve. Essa é uma incumbência que o setor terciário, como se viu, não tem condições de assumir, sendo

com essa proposta. A não ser que se queira alcançar níveis maiores do que os da já insuportável violência no campo e na cidade, numa realidade em que parcela significativa " da população brasileira não tem poder aquisitivo suficiente para sua segurança alimentar" (HOFFMANN, 1994).

5.2.1 - Médias Pouco Representativas: Regiões e Atividades Num Mosaico de Disparidades[144]

As transformações da agricultura brasileira forjaram uma face de disparidades nem sempre levadas em conta em muitas analises estruturais. Trata-se das disparidades setoriais entre regiões e culturas, ou seja entre culturas em distintas regiões, entre culturas numa mesma região e ainda mais entre agropecuaristas numa mesma cultura. A generalização do uso de insumos modernos e as similitudes que à primeira vista surgem no horizonte rural turvam a visualização da realidade em que se move o processo de produção agropecuário. Numa situação como esta as médias dizem muito pouco, ou quase nada, e por essa razão muitos estudos, dentre os quais os de competitividade, ao fazerem o vaticínio de crise profunda de segmentos da agricultura no processo de abertura, tiveram que ser refeitos pois os desdobramentos mostraram incríveis avanços. A questão resume à pobreza explicativa das médias e ao fato de que se comparava agriculturas de países onde ocorre certa homogeneidade estrutural com a brasileira onde existe intensa heterogeneidade estrutural. A existência de importantes setores em posição competitiva vantajosa frente a outros internamente levou ao um profundo ajuste na estrutura de produção com o avanço dos primeiros e recuo dos segundos, com o que a nova média configurou uma nova situação de competitividade.

A analise das diferenças produtivas iniciando-se pela participação regional mostra as mudanças espaciais do processo de desenvolvimento da agricultura. Partindo das regiões de colonização antiga, nota-se a perda de importância relativa do Nordeste na produção de complexos expressivos da agricultura brasileira. No algodão a participação nordestina que fora de 52,4% em 1934-36 reduz-se expressivamente atingindo 16,2% no triênio 1994-96. Isso também se verifica na cana cujo percentual cai de 48,7% para 19,3% (Tabela 62). Essa mudança não pode ser menosprezada pois no algodão, cultura em que a abertura de mercado interno afetou duramente todas as regiões, os efeitos são muito mais dramáticos que a redução de area

---

indispensável que seja assumido pela industria e pela agricultura. Assim, ficam bem caracterizados os papéis de cada setor: o terciário é o responsável pela criação de empregos, enquanto que a industria e a agricultura devem garantir os ganhos de produtividade do país".

[144] A analise será feita apenas para as lavouras uma vez que são escassas informações sobre as diferenças regionais na pecuária, numa série de tempo ampla.

e de renda, mas afetaram decisivamente toda uma estrutura de produção sustentada no algodão arbóreo, de fibra longa, e que entrava na mistura com o algodão herbáceo do sul-sudeste na fabricação de fios texteis. Por seu lado, a cana para indústria representa um complexo de mais de quatro séculos, organizando os interesses políticos e econômicos de uma poderosa oligarquia que perenizou-se no poder em todo esse período. A redução da importância nordestina na produção nacional de algodão e cana para indústria significa a decadência dos dois segmentos fundantes da economia e sociedade regional, muito embora não necessariamente isso represente alteração favorável à modernização nas elites regionais.

Tabela 62.- Participação das Mesoregiões na Produção das Lavouras, Nordeste e Centro-Sul do Brasil, 1934-36, 1964-66 e 1994-96

(em %)

	Nordeste			Centro-Sul		
Atividade	1934-36	1964-66	1994-96	1934-36	1964-66	1994-96
Algodão	52,4	40,9	16,2	47,1	59,1	81,7
Arroz	6,9	13,5	16,9	92,0	85,4	73,3
Banana	10,7	28,0	30,2	87,8	70,8	55,6
Batata	0,6	2,2	1,7	99,4	97,8	98,3
Cacau	94,3	95,5	83,3	1,6	2,9	1,8
Café	2,9	3,0	4,9	97,1	97,0	87,1
Cana	48,7	33,4	19,3	51,0	66,2	80,5
Feijão	13,0	29,0	38,5	86,7	70,5	56,6
Laranja	4,8	10,2	8,5	94,3	88,7	90,0
Mandioca	51,6	38,5	42,7	43,8	56,2	35,9
Milho	7,0	11,8	8,0	92,7	87,8	89,2
Soja	...	0,2	4,2	...	99,8	95,6
Tomate	...	17,6	26,3	...	82,3	73,4
Trigo	...	...	...	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

Mesmo em culturas alimentares importantes, como a mandioca, o Nordeste perde participação nacional uma vez que os percentual reduz-se de 51,6% para 42,7%. Em outras culturas ainda, como a banana o crescimento de 10,7% para 30,2% de representatividade da produção regional não significa alteração na inserção nacional pois, excluindo-se o polo do sul do Maranhão e do Vale do Assú no Rio Grande do Norte (ainda pouco expressivos em volume pro-

duzido em termos nacionais), trata-se de bananais velhos, com baixo padrão tecnológico e que fornecem produtos de qualidade inferior o que limita a ocupação de outros mercados que não as feiras regionais. Das grandes culturas nordestinas, organizadas em função das exportações, apenas a zona cacaueira bahiana mantem firme sua hegemonia nacional respondendo por 94,3% da produção de amêndoas nos anos 30 e por 83,3% nos anos 90. Dos movimentos de expansão na região de culturas de alto padrão tecnológico, formando polos de larga expressão nacional, destaque-se os casos do feijão cuja participação aumenta de 13,0% em 1934-36 para 38,5% em 1994-96 e do tomate cujo percentual se eleva de 17,6% para 26,3% no mesmo período.

Numa reflexão global sobre a realidade da agropecuária nordestina, as lavouras nordestinas reduzem sua relevância no contexto brasileiro nos principais complexos regionais que são o textil e o sucroalcooleiro, mantendo sua posição apenas na lavoura cacaueira. Entretanto, nos três casos grassa uma crise que vem comprometendo a competitividade pois no algodão o novo polo de fiações cearense sustenta-se em produto importado, na produção de açúcar e alcool ocorre niveis expressivos de endividamento e poucas unidades denotam condições de reação com melhoria do padrão tecnológico e, no cacau, a presença regional mantem-se unicamente porque as zonas de escape da doença vassoura-de-bruxa que vem devastando os cultivos bahianos não empreenderam, ainda, movimentos de expansão do cultivo. As poucas culturas em expansão na região não produzem, na agricultura, opções de renda e emprego capazes de contrabalançar o declínio dos velhos complexos exportadores, nem mesmo a fruticultura irrigada dos vales nordestinos, como o do São Francisco, do Assú e de Neópolis, apresenta efeitos generalizados, pois sendo localizados, mostram-se ainda pouco expressivos no contexto regional, nacional e internacional. Noutras palavras, as lavouras nordestinas ainda apresentam, em superfície e para a ampla maioria dos habitantes dispersos pelas vilas e cidadelas do sertão, o mesmo perfil crítico de baixa produtividade e condições miseráveis de vida, como atividade onde o principal insumo ainda depende "da vontade de São Pedro". Essas lavouras rudimentares ainda mostram como principal produto, a produção de "peões", pois delas imigram grandes contingentes de mão de obra barata, em turnos sazonais ou definitivos, para realizar as piores funções de trabalho nas principais regiões brasileiras[145].

Os grandes complexos produtivos da agricultura brasileira ganharam dinamismo no Centro-Sul, alargado com a inclusão do Brasil Central na area de lavouras. No período da metade dos anos 30 até a metade dos 90, essa grande região cresce sua participação produtiva

[145] LIRA (1982) realiza interessante ensaio sobre o papel dessa agropecuárias "atrasadas" no contexto do desenvolvimento capitalista caracterizando-as como produtora de "peões", entendidos como trabalhadores rurais desqualificados. Entretanto, no momento atual restringe-se o "mercado" para esse produto.

nacional nas principais culturas como a cana (de 51,0% para 80,5%) e o algodão (de 47,1% para 81,7%). O Centro-Sul constitui-se na região agricola relevante brasileira concentrando os principais zonas produtivas dos mais importantes produtos, além de apresentar-se como a de maior potencial de expansão. Mantem sua liderança no arroz (92% para 73,3%) concentrando-se no polo irrigado gaúcho; na banana (87,8% para 55,6%) com destaque para as grandes zonas bananeiras comerciais do Vale do Ribeira paulista, do Litoral Norte catarinense e dos cultivos irrigados do Norte mineiro; na batata (99,4% para 98,3%) em São Paulo, Minas Gerais e Paraná; no café (97,1% para 87,1%) que se desloca do Oeste paulista para o Norte paranaense e agora para o Cerrado mineiro; na laranja (94,3% para 90,0%) do complexo paulista de sucos citricos; na soja (atuais 95,6%) e do milho (92,7% para 89,2%) no Paraná, Rio Grande do Sul e Brasil Central; e no tomate (82,3%) com o cultivo de mesa paulista e rasteiro goiano. Entretanto, nota-se de forma nítida a formação de polos especializados que se concentram nas zonas produtivas mais dinâmicas em toda região. Os dados globais passam uma falsa imagem de diversificação pois na verdade o Centro-Sul detem importância nas principais lavouras mas elas estão localizadas espacialmente dentro da região de forma concentrada, como alías determina a estrutura agroindustrial ou de logistica de beneficiamento e pós-colheita do modelo de agricultura implantado.

No interior dessa grande região Centro-Sul há movimentos distintos nas várias regiões, em especial ocorrem diferenças entre o Sul e o Sudeste, areas de ocupação antiga, e o Brasil Central, nova fronteira agropecuária. A região Sudeste, donde emergiu o epicentro das transformações da agricultura a partir de São Paulo, perde importância em lavouras relevantes mas mantem hegemonia em outras. Do triênio 1934-36 para 1994-96, a participação do Sudeste na produção nacional decresce no algodão (45,8% para 24,4%), no arroz (64,4% para 9,1%), no feijão (55,7% para 19,4%), na mandioca (17,6% para 9,2%) e no milho (57,2% para 22,4%), além da banana (70,9% para 30,8%). Em contrapartida ganhou ou mantem a hegemonia no café (94,7% para 81,3%), na cana para industria (42,7% para 67,2%), na laranja (78,7% para 85,2%), e no tomate ainda que tenha perdido posição no geral (76,9% em 1964-66 para 53,1% em 1994-95), especializa-se no tomate envarado (Tabela 63).

As razões estão objetivamente ligadas às disputas por terras entre culturas e à tendência de especialização local em determinados produtos, levando essas lavouras a migrarem para outras regiões como o Brasil Central. No algodão num primeiro momento cresce o paranaense e agora o do Centro-Oeste; no arroz ocorreu profunda transformação estrutural que centralizou o nucleo dinâmico no cultivo irrigado gaúcho; no feijão como produto não processado disseminam-se regiões especializadas em todo território nacional oferecendo "feijão novo" a todo tempo; no milho emergem as estruturas produtivas de grandes áreas do Paraná e Brasil Central; enquanto que na banana, apesar da redução percentual, ela reflete uma difusão

nacional de plantações não comerciais, tendo em vista que há concentração da produção para o mercado no Vale do Ribeira paulista e Norte de Minas. Do ponto de vista macrosetorial, entretanto, consolida-se no Sudeste importantes polos produtores de café, de sucos cítricos, de açúcar e alcool e, para citar um produto animal, de frango de corte, exatamente os mais dinâmicos da agricultura brasileira. Com isso, na verdade, deslocam-se do Sudeste as lavouras isoladas que dão lugar, nas zonas mais dinâmicas como Ribeirão Preto, Campinas e Vale do Paranapanema de Assis, aos grandes complexos agroindustriais modernos. Ou seja, reforça-se a posição de liderança nacional do Sudeste nas principais atividades da moderna agricultura.

Tabela 63 - Participação das Mesoregiões na Produção das Lavouras, Sul e Sudeste do Brasil, 1934-36, 1964-66 e 1994-96

(em %)

	Sudeste			Sul		
Atividade	1934-36	1964-66	1994-96	1934-36	1964-66	1994-96
Algodão	45,8	38,7	24,4	1,3	17,5	32,3
Arroz	64,4	31,9	9,1	19,1	28,4	51,0
Banana	70,9	53,5	30,8	15,4	12,5	16,8
Batata	43,6	45,1	46,3	55,2	52,6	51,2
Cacau	1,6	2,9	1,6	...	...	...
Café	94,7	51,3	81,6	2,1	41,7	4,3
Cana	42,7	56,3	67,2	6,3	7,0	6,8
Feijão	55,7	21,9	19,4	27,3	40,7	31,2
Laranja	78,7	67,9	85,2	15,4	17,9	4,0
Mandioca	17,6	20,6	9,2	23,6	28,9	22,0
Milho	57,2	36,9	22,4	31,6	43,8	48,4
Soja	...	2,2	9,7	...	97,4	46,6
Tomate	...	76,9	53,1	...	4,5	10,3
Trigo	...	0,8	2,4	100,0	98,9	94,9

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

A região Sul, outra area de colonização antiga da Grande Região Centro-Sul, também perde importância relativa em culturas relevantes da lavoura regional. Essa região, de 1934-36 a 1994-96: a) no algodão, mesmo tendo crescido (1,3% para 32,3%) com a expansão da produção paranaense, nos anos recentes, após ser abalado por séria crise em função da abertura de mercado nos anos 90, sofre direto a pressão da produção argentina em larga escala e tam-

bém do Brasil Central, *locus* da nova cotonicultura; b) no arroz o polo irrigado gaúcho ganhou hegemonia nacional (19,1% para 51,0%) mas agora enfrenta crise de pesado endividamento e fuga de orizicultores e capitais para províncias limítrofes da Argentina; c) na banana mantem-se com concentração no Litoral Norte de Santa Catarina; d) na batata vem assegurando-se como a região mais relevante (55,2% para 51,2%) com base no Paraná e Rio Grande do Sul; e) no café, nesse período ocorreu a ascensão e o declínio do Norte do Paraná conformando uma participação residual no triênio 1994-96 (4,3%); f) no feijão cresce a participação sulista (27,3% para 31,2%) embora já tivesse sido maior (40,7% em 1964-66) em função da produção paranaense e da expansão catarinense; g) a mandioca consolida-se no moderno nucleo feculeiro de Paranavaí (PR); h) o milho mantem-se com base nas lavouras paranaenses e gaúchas que, contudo, perdem progressivamente posição frente ao avanço do Brasil Central; i) na soja o sul perdeu a hegemonia para o Centro-Oeste (97,4% em 1964-66 para 46,6% em 1994-96); j) no trigo, mantem-se hegemônica numa cultura cujo processo de substituição de importações foi revertido com a prevalência do produto importado e recuo da produção nacional.

O grande desafio da agropecuária sulista para fugir à tendência de perda de importância no contexto nacional esta na criação de polos dinâmicos capazes de contrabalançar o deslocamento das grandes áreas de grãos (milho, soja e algodão) para o Brasil Central, do trigo importado da Argentina e, em certa medida do arroz irrigado também oriundo dos países do MERCOSUL. Essas ocorrências ainda vem se mostrando localizadas como o polo suino-avícola catarinense que também avança nos texteis, na maçã e no feijão, no leite e no revigoramento do arroz gaúcho dentre outras atividades. No Paraná o grande impacto foi realizado pela saída rápida e seqüencial do café, derrocado pela geada, e do algodão, pela abertura indiscriminada do mercado brasileiro nos anos 90, fazendo essa unidade da federação, até então a mais importante estrutura agropecuária brasileira, perder renda e emprego sem que tenha havido a expansão de complexos produtivos capazes de amortecer os impactos das perdas nesses aspectos. Em relação ao Sudeste, a expansão das lavouras no Brasil Central tem para a agropecuária sulista uma situação mais drástica de pressão sobre a estrutura produtiva. Mas, mesmo perdendo agricultores e capitais a agricultura do Sul Brasileiro terá sempre papel relevante no contexto nacional, ainda que com menor participação percentual. Outro ponto a destacar consiste em que, o padrão educacional médio dos agropecuaristas sulistas, colocam-nos em posição vantajosa no cenário da agricultura brasileira.

No momento ergue-se no Centro-Oeste um novo eldorado de expansão da agropecuária brasileira, e cujas notícias vem ocupando a maior parcela do espaço da mídia, destacando a potencialidade e os resultados obtidos nessa região. Trata-se da nova fronteira agrícola, com pouco mais de uma década e meia como centro de atração de investimentos, e que concentra

as atenções dado ao fato de que na região Norte, a novíssima fronteira agrícola, as lavouras são ainda atividades incipientes no contexto nacional. A conquista do Brasil Central que iniciou-se com o arroz (8,4% para 25,1% da produção brasileira entre 1934-36 e 1964-66), passa para a soja (0,2% em 1964-66 e 39,3% em 1994-96), o milho (7,1% em 1964-66 e 18,4% em 1994-96) e o algodão (2,9% em 1964-66 e 20,5% em 1994-96) (Tabela 64). Assim, funda-se no Centro-Oeste a principal região brasileira produtora de grãos com base na grande lavoura mecanizada e alto rendimento, ocupando areas antes consideradas inaptas para a pratica agrícola. Trata-se de resultado de intenso esforço de pesquisa ao mesmo tempo em que eram privilegiadas inversões com base no subsídio ao crédito e incentivos fiscais para se montar a estrutura produtiva regional. Agora, enfrentando a necessidade de amplos investimentos em infra-estrutura, em especial de armazenagem e transporte, o Brasil Central consolida-se como a grande região brasileira produtora de grãos, atraindo capitais de segmentos produtivos e agroindustrias associadas como a moageira, a avícola e suína e a textil.

Tabela 64. - Participação das Mesoregiões na Produção das Lavouras, Norte e Centro-Oeste do Brasil, 1934-36, 1964-66 e 1994-96

(em %)

	Norte			Centro-Oeste		
Atividade	1934-36	1964-66	1994-96	1934-36	1964-66	1994-96
Algodão	0,5	...	2,1	...	2,9	25,0
Arroz	1,1	1,1	9,8	8,4	25,1	13,3
Banana	1,4	1,2	14,2	1,5	4,8	8,0
Batata	...	...	...	0,6	0,2	0,7
Cacau	4,1	1,6	15,0	...	...	0,2
Café	...	...	8,0	0,3	4,0	1,1
Cana	0,3	0,4	0,2	2,0	2,9	6,5
Feijão	0,3	0,5	4,9	3,6	7,9	6,0
Laranja	0,9	1,1	1,6	0,2	2,9	0,7
Mandioca	4,6	5,5	21,4	2,6	6,9	4,7
Milho	0,3	0,4	2,7	3,9	7,1	18,4
Soja	...	...	0,1	...	0,2	39,3
Tomate	...	0,2	0,3	...	0,8	10,0
Trigo	...	...	...	...	0,3	2,7

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

No que diz respeito à participação regional o processo de transformação da agricultura

brasileira alargou as diferenças, com o crescimento da produção do Centro-Sul em detrimento do Nordeste, ou seja a superprodução continua localizada numa região e a superpopulação em outra com o agravante de que a mecanização crescente da colheita vem permitindo à agropecuária do Centro-Sul prescindir, mesmo sazonalmente, da mão de obra barata nordestina. Não se formou nesse processo nem um grande complexo produtivo na agricultura nordestina, com hegemonia nacional, ao contrário os antes existentes, algodão e açúcar, tiveram solapadas suas bases competitivas e perderam espaço para a moderna agricultura do Centro-Sul. Dentro desta região dinâmica surge um nucleo atraindo os fluxos de investimentos para a produção de grãos em larga escala, o Brasil Central, cuja dinâmica vem redesenhando o mapa agropecuário brasileiro com efeitos mais drásticos para a região que tinha a supremacia na produção de grãos, o Sul Brasileiro. Esse panorama regional consiste no alicerce sobre o qual assenta-se um outro leque de disparidades relacionados ao padrão tecnológico. A analise da evolução da produtividade da terra nas lavouras permite mostrar essa outra face da iniqüidade da agropecuária brasileira, ou seja como a dinâmica do progresso técnico não foi pletora da homogeneização.

Essa mesma realidade das diferenças pode ser vista no tocante aos resultados do progresso técnico. Diversas analises da agropecuária brasileira tem mostrado com nitidez os impactos do progresso técnico no aumento do rendimento das lavouras[146]. Entretanto, torna-se fundamental discutir o verdadeiro significado desse crescimento das médias de produtividade da terra, pois esse processo caracteriza-se também pelo aumento da diferença de padrões tecnológicos e com isso os rendimentos observados apresentam enorme amplitude de variação. Desse modo, longe de cumprir tendência homogeneizadora onde a maioria convergiria para niveis semelhantes de resultados em termos de produção por unidade de area, esse movimento promoveu o inverso. As diferentes respostas obtidas nos distintos produtos, bem como, principalmente, as enormes disparidades dentro de cada produto, encobre a efetividade dos ganhos realizados e corroboram para equívocos analíticos sobre o futuro da atividade frente ao acirramento da concorrência em função da abertura da economia nacional (o grande exemplo pode ser dado pela agroindústria brasileira de leite e laticínios frente aos produtos argentinos). Essa corresponde à outra face das disparidades da agropecuária brasileira onde as médias de rendimento agrícola das principais lavouras são pouco representativas num processo onde os extremos se afastam no movimento de crescimento.

Do conjunto das lavouras, a comparação das médias anuais de rendimento dos triênios 1934-36 e 1994-96 mostra apenas 3 culturas com percentuais negativos: o feijão (-32,3%),

---

[146] Dentre o grande número de estudos realizados no Brasil e que comprovam os efeitos positivos do progresso técnico sobre a produtividade das culturas tem-se o clássico para o algodão de AYER (1970), e o estudo de SILVA, FONSECA & MARTIN (1979). Uma discussão da evolução dos rendimentos agrícolas em comparação com os niveis esperados pela tecnologia disponível pode ser encontrada em GONÇALVES (1990).

a banana (-22,1%) e a mandioca (-8,1%). Os limites inferiores também apresentam queda para o feijão (466 kg/ha para 265 kg/ha) e a banana (10,5 t/ha para 9,9 t/ha), sendo que para a mandioca esse indicador cresce(9,3 t/ha para 10,5 t/ha). Por outro lado os limites superiores caem para o feijão (1.1159 kg/ha para 1.063 kg/ha) e elevam-se para a mandioca (21,2 t/ha para 31,3 t/ha) e a banana (32,5 t/ha para 38,9 t/ha). Com isso a amplitude aumenta de forma expressiva para o feijão (149% para 260%), mantem-se alta para a banana (208% para 294%) e menor para a mandioca (126% para 199%) (Tabela 65). Essas três lavouras que apresentaram decréscimo de rendimento médio são culturas nacionais de plantio generalizado com o que dentro de cada unidade da federação as variações são enormes, e com isso a analise a partir das médias estaduais minimiza diferenças. Por outro lado são culturas da alimentação básica, seja no prato do dia a dia de diversas regiões como o feijão e a mandioca, ou como a fruta mais barata e abundante (banana).

Tabela 65.- Disparidades dos Rendimentos Agrícolas das Principais Lavouras, Brasil, Médias Trienais, 1934-36, 1964-66 e 1994-96.

(em %)

	Média Nacional(Kg/ha)			Amplitude(%)(1)		
Atividade	1934-36	1964-66	1994-96	1934-36	1964-66	1994-96
Algodão	613	482	1.188	290	362	603
Arroz	1.423	1.540	2.500	284	387	537
Banana	17.693	19.186	13.780	208	187	294
Batata	7.579	6.290	14.333	249	233	199
Cacau	667	340	434	222	406	273
Café	832	829	1.178	349	438	280
Cana	38.618	44.861	66.987	144	181	140
Feijão	874	657	592	149	204	260
Laranja	10.153	11.666	17.682	193	445	523
Mandioca	14.227	14.113	12.970	126	218	199
Milho	1.420	1.286	2.448	147	220	419
Soja	...	1.610	2.175	...	194	41
Tomate	...	15.488	43.847	...	590	84
Trigo	920	831	1.612	23	97	92

(continua)

(1) Trata-se de médias trienais de estados que somam mais de 70% da produção nacional, sendo o limite inferior o estado com menor rendimento médio e limite superior o com maior rendimento médio, em termos de medias trienais para cada estado. A amplitude representa em percentagem, a diferença entre o rendimento superior e o inferior.
Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

Tabela 65.- Disparidades dos Rendimentos Agrícolas das Principais Lavouras, Brasil, Médias Trienais, 1934-36, 1964-66 e 1994-96 (1).

	Limite Inferior (Kg/ha)			Limite Superior (kg/ha)		
Atividade	1934-36	1964-66	1994-96	1934-36	1964-66	1994-96
Algodão	200	222	286	780	1.025	2.009
Arroz	601	618	779	2.039	3.009	4.964
Banana	10.536	12.570	9.872	32.503	36.076	38.908
Batata	3.300	2.705	10.542	11.515	9.010	31.570
Cacau	231	185	234	744	937	872
Café	237	257	616	1.065	1.383	2.337
Cana	26.487	26.316	32.480	64.589	74.003	78.085
Feijão	466	358	295	1.159	1.090	1.063
Laranja	6.504	4.621	4.853	19.061	25.201	30.236
Mandioca	9.365	9.804	10.461	21.167	31.213	31.283
Milho	800	547	773	1.977	1.750	4.018
Soja	...	702	1.772	...	2.064	2.505
Tomate	...	4.122	33.430	...	28.469	61.636
Trigo	762	600	932	940	1.180	1.789

(conclusão)

(1) O limite inferior corresponde ao Estado com menor rendimento médio e o limite superior ao do Estado com maior rendimento médio, encontrado no período. Sempre considerando medias trienais para cada estado.
Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

As demais lavouras tiveram rendimentos crescentes entre as metades dos anos 30 e 90, sendo os avanços mais expressivos experimentados pelo algodão (+93,8%), batata (+89,1%), trigo (+75,2%), laranja (+74,2%), cana para industria (+73,5%) e o milho (+72,4%). Dentre essa lavouras estão as principais matérias primas industriais (cana e laranja), duas importantes culturas alimentares (arroz e trigo), uma olerícola (batata) e um cereal de uso diversificado (milho). Interessante notar que dentre dois dos produtos de mais expressivos ganhos de rendimento médio, o algodão e o trigo, sofreram pesadamente os impactos da abertura econômica com aumento das importações e queda da produção nacional, o que denota que o dinamismo do progresso técnico não garante competitividade num mercado marcado pelos subsídios. Note-se também as enormes amplitudes observadas que tiveram acentuados seus valores, principalmente no algodão (290% para 603%), arroz (284% para 537%), laranja (193% para 523%) e milho (147% para 419%). Ressalte-se por outro turno a reduzida ampli-

tude verificada para a soja (194% para 41%), tomate (590% para 84%) e trigo (23% para 92%), denotando-as como culturas mais homogêneas do ponto de vista tecnológico, niveladas pelo alto padrão, e inclusive apresentam queda de diferenças entre os rendimentos limites como a soja e o tomate.

O movimento de mudança da base técnica inserido no bojo das transformações da agricultura brasileira forjou um alargamento da distância entre os extremos de produtividade. Verifica-se tal ocorrência também para culturas onde a produção nacional apresenta-se competitiva no cenário internacional como a laranja, matéria prima dos sucos cítricos onde, para uma média de rendimento agrícola evoluindo de 10,7 t/ha para 17,7 t/ha dos anos 30 aos 90, o limite inferior cai de 6,5 t/ha para 4,8 t/ha e o limite superior cresce de 19,1 t/ha para 30,2 t/ha. Desse modo, enquanto os citricultores das regiões mais dinâmicas agregam inovação tecnológica e sustentam o crescimento da produtividade, noutras mantem-se praticas rudimentares que não conseguem impedir a queda da produção por area. Por outro lado, pode-se encontrar semelhante situação para culturas exclusivamente de mercado interno como o feijão que, não apenas mostra queda de rendimento médio como alargamento das diferenças entre os extremos. Essa disparidade em movimento ascendente explica-se por um processo em que o desenvolvimento capitalista da agricultura escolheu não apenas culturas como seu *locus*, as regiões e, ao engendrar nessas areas privilegiadas seu ímpeto transformador deferenciou-as das demais.

Essa ocorrência notada quando se compara a evolução de produtividades médias estaduais das lavouras, mostrando as enormes diferenças entre elas, na verdade corresponde à subestimação das disparidadec verdadeiras pois se no plano nacional a dispersão elevada corroi a representatividade da média, esse fato também ocorre no plano interno a cada unidade da federação. Por outro lado, as diferenças expressivas denotam que algumas regiões foram privilegiadas enquanto que outras ficaram à margem do processo e, como os preços são similares no mercado nacional entre as várias realidades, a existência dessas diferenças de rendimento na verdade configuram também distintas situações de renda, ou seja desigualdade distributiva entre agropecuaristas. Os aprimoramentos na logística de transporte e distribuição, o intercâmbio de informações em tempo real pelo avanço das telecomunicações cindiram num unico grande mercado as principais cidades brasileiras e, com isso, encurtou-se distâncias permitindo a colocação de produtos de zonas produtivas próximas ao Chui em grandes cidades da orla marítima nordestina e mesmo amazônica. Assim, as vantagens competitivas derivadas de produtividades superiores (e quase sempre a elas associadas a qualidade), abre um amplo espaço para a expansão dessas estruturas produtivas modernas, deslocando as demais e, com isso complicando a problemática distributiva.

A analise dos diferenciais de rendimentos agrícolas das lavouras e os respectivos custos de produção determinados a partir dos diferentes perfis tecnológicos, dá concretude à

essa proposição[147]. Os rendimentos agrícolas apresentam situações extremas de disparidade como no café (1.300%), milho (1.047%), arroz (900%), feijão (787%) e uva fina (614%), reafirmando o quadro de diferenças antes verificado para a comparação de médias estaduais por cultura. Mais relevante ainda consiste em notar que essas disparidades configuram diferenças expressivas de custos de produção de cada unidade ofertada. As maiores diferenças de custo estão no café (133%), uva comum (115%), laranja (112%), cebola (109%) e, mesmo as menores verificadas que são para a soja (15%) e algodão (35%) são bastante expressivas (Tabela 66). Os maiores diferenciais de custo foram encontrados para culturas perenes onde a implantação de um pomar com dada base técnica leva à necessidade de depreciar o investimento consistentemente no decorrer de vários anos de produção e, assim a introdução de nova técnica como o adensamento, deve esperar alguns anos. Além disso, no café fica claro o tradicionalismo pois ainda encontra-se cafezais com a velha Maragogipe em plena produção. Por seu lado a soja foi implantada como uma cultura "padronizada" de alta tecnologia e o algodão, que já se constituia numa cultura de alto padrão técnico, com a crise dos anos 90 houve uma seleção de cotonicultores. No geral tem-se um quadro de rendimentos e custos de produção com enormes diferenças dentro e entre culturas.

Essa constatação problematiza analises de competitividade das lavouras brasileiras calcadas nas médias de custo e produtividades para coteja-las com os dos países concorrentes. Na visualização de desvantagens competitivas nesse campo fica-se procurando explicações e na maioria das vezes creditando esse fato ao um denominado "Custo Brasil" e, pior, quase sempre enveredando-se a culpar "os custos dos salários" (notadamente os recolhimentos previdenciários) por tal ocorrência. Mas porque algumas empresas e setores são competitivas mesmo com todas essas limitações? Sem negar que possam existir ineficiências em varios pontos da cadeia exportadora, notadamente na infra-estrutura de transporte, o fato de existirem disparidades de custos torna inócuas comparações pelas médias pois as conclusões obtidas são válidas apenas para a parcela inferior do gradiente de rendimentos agropecuários mas não para as produções de indices situados acima da média. Noutras palavras as analises de competividade da agricultura brasileira ao conformarem comparações de médias na verdade comparam com o pais concorrente os piores produtores brasileiros. O entendimento dos impactos tanto do processo de integração, como dos efeitos mais gerais da abertura da economia brasileira, para darem conta de aderência ao ritmo das transformações resultantes dessa política, deve ter em

[147] Trata-se de rendimento agrícola esperado, determinado para o "tipo ideal" de cada padrão tecnológico em condições normais de solo e clima, para os quais determinou-se os respectivos coeficientes técnicos e os respectivos custos de produção seguindo o sistema utilizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). Essas informações foram tomadas para as distintas situações da realidade brasileira e, dentre elas, foram escolhidos os extremos e as médias para analise. Isso significa que podem haver rendimentos médios ainda menores que os limites inferiores porque não foram consideradas as situações de agropecuária de subsistência de presença eventual no mercado.

conta o significado da heterogeneidade da estrutura produtiva nacional.

Tabela 66.- Diferenciais de Rendimento Agrícola e de Custos Operacionais (1), das Principais Lavouras, Brasil, 1996.

		Rendimento Agrícola(2)			Custos Operacionais(2)		
Atividade	Unidade	Menor	Médio	Maior	Maior	Médio	Menor
Algodão	@	76	130	250	6,86	6,22	5,08
Arroz	50 kg	18	32	180	15,26	12,02	7,83
Banana	t.	10	17	43	204,15	170,18	125,26
Batata	50 kg	192	320	473	15,74	10,26	8,32
Café	50 kg	5	10	70	140,30	120,55	61,12
Cana	t.	37	83	122	15,72	12,82	9,81
Cebola	25 kg	300	520	2.000	3,85	3,17	1,84
Feijão	60 kg	7	15	60	30,58	26,72	13,15
Laranja	40,2 kg	350	500	800	2,06	1,53	0,97
Maçã	20 kg	650	975	1.600	5,60	4,60	3,28
Mandioca	t.	8	15	32	49,20	43,00	31,70
Milho	60 kg	15	43	172	6,74	4,81	3,47
Soja	60 kg	30	40	52	9,14	8,10	7,94
Uva fina	6 kg	700	1400	5.000	4,35	3,45	2,34
Uva Comum	8 kg	600	1.900	3.000	3,70	2,33	1,72

(1) a metodologia de calculo dos custos de produção obedeceu à descrita em MATSUNAGA et al (1976), adotada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).
(2) Os rendimentos estão expressos em Unidades/ha e os custos em R$/unidade.
Fonte: Dados de Levantamento de Campo realizado pelo autor junto a técnicos da extensão pública e privada, além de lideranças setoriais para obtenção dos coeficientes tecnicos.

A questão da disparidade observada como intrínseca à agropecuária brasileira faz emergir outro problema: o processo de ajustamento com base numa economia aberta como se daria nessa realidade? Esse fato pode mudar os rumos dos desdobramentos futuros pois a capacidade de ajuste à realidade de economia aberta depende diretamente da capacidade desse nucleo mais moderno em engendrar expansão que consubstancie médias mais elevadas para o conjunto das lavouras consideradas. No mesmo sentido as disparidades tornam inconsistentes as analises de resultado econômico as quais obtem a renda líquida a partir dos custos médios (ou "custos representativos", termo que na verdade esconde, com uma metafora porque todo

custo representa alguma coisa, a inconsistência do indicador), a um dado preço e generalizam o resultado para o universo do produto. Na verdade a ocorrência de renda líquida negativa pode estar escondendo situações de alta rentabilidade dos agropecuaristas mais eficientes e que podem manter-se no mercado a preços inclusive menores que os praticados. Basta verificar os gradientes de custo que conclui-se que pode-se produzir feijão a R$ 0,21/kg, com venda no varejo a R$ 0,30/kg mantidas as margens e não aos R$ 1,20/kg médios de 1996, bem como um conjunto de outras lavouras a preços menores. Portanto, há um enorme espaço para ajustes de preços na agropecuária brasileira desde que a abertura econômica não seja equivocada a ponto de internalizar praticas de *dumping* que detonem iniciativas de busca da eficiência.

Mas esse ajustamento pode trazer conseqüências não desprezíveis para a agropecuária brasileira, principalmente se não forem realizadas políticas compensatórias ou se não houver concomitante distribuição de renda que alargue a base da demanda. A elevação da produtividade ao limite das condições do progresso técnico disponível significa produzir muito mais numa area agrícola inclusive menor, para se ter uma ideia se todas as lavouras brasileiras tivessem médias de rendimentos iguais ao limite superior estimado no gradiente de custos (Tabela 65), a area agrícola brasileira que patina nos 50 milhões de hectares desde a metade dos anos 80 poderia ser reduzida para 35,7 milhões de hectares mantendo o nivel de produção de todas as culturas. A agropecuária norte-americana realizou semelhante ajuste pois o numero de fazendas cresce de 2 milhões para 6,4 milhões no período de expansão 1860-1920, mas a partir daí recua persistentemente para atingir 2,1 milhões em 1987, o mesmo nivel do ponto de partida. Por seu turno a area agricola que avançou de 165 milhões de hectares em 1860 atinge seu pico em 1959 com 455 milhões de hectares e a partir daí recua de forma sistemática para chegar a 1987 com 390 milhões de hectares. Com isso o tamanho médio cresce em todo período 1860-1987 de 80 hectares para 187 hectares (Tabela 66). Preste-se atenção na magnitude dos números pois esta se falando da redução de area agricola de 65 milhões de hectares, superior a toda area brasileira de lavouras e de um numero de fazendas similar a todo conjunto brasileiro de propriedades existentes[148].

---

[148] Na verdade as transformações da agropecuária brasileira corresponde a contínua "fagocitose inter-regional" onde a nova frente de expansão absorve a atividade econômica da região moderna do momento. No café pode-se ver isso do Oeste Paulista em relação ao Vale do Paraíba, do Norte do Paraná em relação ao Oeste Paulista e agora do Cerrado Mineiro em relação ao Norte do Paraná. Nos grãos o Paraná em relação ao Rio Grande do Sul e agora o Brasil Central em relação ao Norte do Paraná. Nesse sentido, não se tem "expansão da fronteira agrícola" na verdade corresponde em grande medida a um deslocamento espacial da produção numa agropecuária nomade, movida a especulação fundiária, incentivos fiscais e creditícios, e baseados em interesses políticos dos grandes proprietários. A modernidade ainda não constituiu a agropecuária como atividade permanente. Dessa maneira somas expressivas de recursos do Estado são mobilizados e distribuídos com fartas vantagens para que se promova o "desenvolvimento regional" sem ter em conta que isso corresponde a um sucateamento dos investimentos já realizados nas antigas regiões de produção. No momento atual fala-se em implementar a fruticultura irrigada nordestina numa area de 1 milhão de hectares e a produção de grãos no Brasil Central em 120 milhões de hectares aptos, mas que mercado absorveria essa

Tabela 66.- Evolução do Número de Fazendas, da Area Cultivada e do Tamanho Médio das Propriedades Agropecuárias, Estados Unidos da América, 1860-1987.

Ano	Nº de Fazendas (milhões)	Area Cultivada (milhões de ha)	Tamanho Médio (em hectares)
1860	2,0	165	80
1880	4,0	217	56
1900	5,7	339	59
1920	6,4	387	60
1940	6,1	429	70
1959	3,7	455	122
1978	2,3	411	182
1987	2,1	390	187

Fonte: Censos dos EUA 1860-1987, citado por SOTERO (1997).

Os reflexos sociais de um ajustamento nesses moldes na realidade brasileira seriam por si só já dramáticos, ainda mais quando se realiza de forma concomitante com uma febre de abertura da fronteira agrícola do Brasil Central (estimulada por politicas publicas de incentivos e subsídios) numa perspectiva de que a area cultivada, em especial a de grãos, possa ser reduzida de forma drástica. A questão da disparidade de custo e rendimentos assume nessas condições uma situação grave para a realização de um processo de ajustamento à economia aberta pelo mercado, a não ser que possa haver significativo crescimento da demanda. Isso fica claro quando se agrega à analise a constatação de que os custos menores e rendimentos maiores estão ligados sempre a escalas de produção mais elevadas em termos de tamanho de areas de lavoura, em especial para os grãos. A elevação da competitividade da agropecuária brasileira para inserção no mercado externo e manutenção do interno com base em vantagens de custo pode representar um ajustamento altamente regressivo pelo lado da renda e mais que isso, embute inexoravelmente um componente de estímulo à concentração fundiária dada a exigência de maiores areas de lavouras para se concretizar esses objetivos de política econômica. **Para um País que se urbanizou em 30 anos, o que foi realizado por outros em séculos, trata-se de um novo desafio transformador, e sem dúvida com custos sociais. Certamente não se trata de repeteco histórico dos anos 60 e 70, pois os personagens são outros, naquela leva eram parceiros e agregados expulsos das propriedades, agora a maioria consiste de proprietários ainda que também pobres. Mas naquela época a industria empregava, agora desemprega. Eis**

produção numa realidade de mercado interno restrito e com ainda mais restritas chances de alavancagem das exportações nessa proporção.

a magnitude do dilema a ser enfrentado. Uma coisa é certa, o mercado, como *deux ex machina* dos liberais perde sua máscara de onipotência e, sozinho, não dá conta de tudo isso.

5.2.2 - Concentração da Terra, Concentração de Renda e a Realidade de Pobreza na Agricultura Brasileira[149]

A grande propriedade constitui-se no alicerce sobre o qual assentou-se todo o desenvolvimento não apenas da agricultura como também de toda economia brasileira. As capitanias hereditárias, as sesmarias no período colonial, as grandes posses legalizadas no processo subseqüente à Lei de Terras de 1850 e as concessões de imensas glebas de terras para colonização ou para projetos agropecuários neste século, formaram uma universalidade irrefutável da estrutura agropecuária brasileira: a grande propriedade fundiária. Não importa muito se o próprio processo de desenvolvimento capitalista forja de maneira inexorável a grande lavoura como exigência da escala face ao progresso tecnológico, o que importa sim, e muito, consiste na diferença estrutural entre sociedades agrárias fundadas sobre bases distintas, ou seja entre aquela onde a grande propriedade surge do desenvolvimento capitalista em função do progresso técnico a partir de uma realidade prévia de pequenas e médias propriedades e aquela onde a grande propriedade constituiu-se no pressuposto, na condição prévia, e não resultado do processo de desenvolvimento capitalista. O primeiro caso corresponde ao dos Estados Unidos da América onde o processo de expansão da fronteira agrícola no final do século passado foi executado com a legalização do acesso a terras públicas por uma legião de pequenos e médios agropecuaristas e o segundo caso o do Brasil, onde à mesma época forjou-se uma legislação fundiária que não apenas reforçava a grande propriedade já constituída como definiu-a como a forma predominante de concessão de terras publicas a partir de então.

A distribuição da posse da terra no Brasil mostra-se assim concentrada e com tendência a concentrar-se cada vez mais, tanto é que desde 1920 até 1975 os 50% menores estabelecimentos (50- na tabela) reduzem o total de area ocupada de 3,8% para 2,5 %. Nota-se que mesmo com indices de participação ínfimos em 1920, eles apresentam nitida tendência

---

[149] Na analise das desigualdades da agropecuária e da economia brasileira destaca-se a contribuição contida na obra de Rodolfo Hoffmann. A analise desse autor, dotada de inquestionável sustentação no campo da estatística, forma o pilar da crítica coerente e persistente às mazelas do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Seus estudos mostram a presença constante de uma tendência concentradora de terra e de renda da agricultura brasileira no período relevante das transformações produtivas, qual seja desde o início da década de 60 até os anos mais recentes. Ressalte-se, que ainda que tenha se servido aqui da obra de Rodolfo Hoffmann bem como de outros estudiosos dessa questão, trata-se de uma leitura de seus resultados cuja ótica não necessariamente poderá ser endossada por aquele autor.

decrescentes com o que os menores estabelecimentos perdem importância relativa em area total ocupada. Na outra ponta os 5% maiores estabelecimentos (5+ na tabela) crescem sua participação de 66,1% para 68,6% no mesmo periodo, e mais ainda, os 1% maiores estabelecimentos (1+ na tabela) que ocupavam 41,9% da area em 1920 passaram a deter 44,9% da area em 1975. A grande propriedade avança nitidamente nesse período que representou o assentamento das bases da moderna agricultura brasileira configurando uma das mais concentradas estruturas fundiárias mundiais. O índice de Gini, indicador de concentração, salta de 0,832 para 0,855 entre 1940 e 1975, numa evolução persistente e que conforma um perfil nitidamente excludente da distribuição da posse da terra no Brasil (Tabela 67).

Tabela 67.- Evolução da Distribuição da Posse da Terra no Brasil, Segundo os Censos Agropecuários, 1920-75.

Estab. (%)	% da Area Correspondente					
	1920	1940	1950	1960	1970	1975
50-	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	2,5
40	19,7	19,7	18,5	18,9	19,4	18,5
10+	76,5	76,5	78,3	78,0	77,7	79,0
5+	66,1	66,2	65,9	67,9	67,0	68,6
1+	41,9	43,0	44,6	44,5	43,1	44,9
Gini	-	0,832	0,843	0,842	0,844	0,855

Fonte : HOFFMANN (1979).

Visualizando as mudanças no período 1970-75, que corresponde ao auge do "Milagre Brasileiro" a nivel regional pode-se verificar que apesar da concentração fundiária ser grande em todas elas, algumas apresentam maiores niveis que outras, devido a fatos ligados diretamente ao modelo de ocupação ensejado. Na região Nordeste, primeira região colonizada com base no latifúndio canavieiro, os 50% menores estabelecimentos reduzem sua area total no período (2,3% para 2,1%), e os 5% maiores crescem de 66,7% para 68,3%, com que o índice de Gini regional cresce de 0,855 para 0,863 configurando uma das estruturas agrárias mais concentradas do Brasil. Interessante notar-se a similitude em relação ao Nordeste da situação do Centro-Oeste, região de expansão recente da fronteira agricola, pois os 50% menores estabelecimentos que detinham 2,1% da area total em 1970 passaram a ocupar 1,9% em 1975 enquanto que os 5% maiores também reduzem sua participação de 67,4% para 66,7%, indicando um crescimento dos 45% de estabelecimentos intermediários. Com a perda de participação das duas pontas, mantem-se indices elevados de concentração da posse da terra (Indices

de Gini iguais em 0,856 tanto para 1970 como para 1975) pois a quebra de algumas grandes propriedades compensou o sumiço das pequenas. A região Norte, de ocupação ainda mais recente que o Brasil Central, também não fugiu à regra pois os 50% menores estabelecimentos tiveram perda de participação (2,7% para 2,3%) e os 5% maiores avançaram de 64,5% para 72,8% no período, fazendo o Indice de Gini saltar de 0,839 para 0,868 (Tabela 68).

Tabela 68.- Evolução da Distribuição da Posse da Terra, Segundo os Censos Agropecuários, Brasil e Regiões, 1970-75.

(em %)

Região	1970			1975		
	Gini	50-	5+	Gini	50-	5+
Norte	0,839	2,7	64,5	0,868	2,3	72,8
Nordeste	0,855	2,3	66,7	0,863	2,1	68,3
Sudeste	0,761	5,4	53,0	0,762	5,3	52,7
Sul	0,727	8,4	56,3	0,735	8,1	57,0
Centro Oeste	0,856	2,1	67,4	0,856	1,9	66,7
Brasil	0,344	2,9	67,0	0,855	2,5	68,6

Fonte: HOFFMANN (1982).

As duas outras regiões, Sul e Sudeste mantem-se também com estruturas fundiárias concentradas embora em niveis inferiores às antes destacadas. No Sudeste os 50% menores estabelecimentos praticamente mantiveram sua participação na area total (5,4% para 5,3%), o mesmo ocorrendo com os 5% maiores estabelecimentos (53% para 52,7%), configurando pequena elevação no Indice de Gini, 0,761 para 0,762, ou seja movimento levemente desfavoravel aos pequenos. Na região Sul, aquela onde os pequenos proprietários apresentam-se mais importantes dentro da estrutura fundiária, os 50% menores estabelecimentos reduzem sua participação de 8,4% para 8,1% enquanto que os 5% maiores avançam de 56,3% com crescimento do Indice de Gini de 0,727 para 0,735. O conjunto dessas informações mostra que o aumento da concentração fundiária no "Milagre Brasileiro" decorreu de processos de incremento da grande propriedade tanto em regiões de base fundiária historicamente concentrada tal qual o Nordeste, nas novas fronteiras agrícolas do Brasil Central e Amazônia e até mesmo no Sul onde a colonização havia forjado uma estrutura fundiária melhor distribuída, ainda que pouco melhor. A compra de terra com fins de reserva de valor e na procura de obter vantagens da política de subsídios marca a estratégia do grande capital no período.

No período 1975-80, correspondente à tentativa de praticas de políticas anti-ciclicas pelo Estado Brasileiro sustentando o investimento com a realização do II PND, marcaria a

manutenção dos subsídios ao crédito rural em volumes crescentes. Os efeitos na estrutura fundiária foram de relativa acomodação no Indice de Gini que evoluiu de 0,855 para 0,857 mas decorrente de persistência da queda dos 50% menores estabelecimentos (2,5% para 2,4%) e elevação dos 5% maiores (68,6% para 69,3%), indicando assim a continuidade do impeto concentrador decorrente do solapamento da rentabilidade dos estratos inferiores num processo de estímulo à mecanização forjando a lavoura em larga escala. Regionalmente tem-se um crescimento da participação relativa dos 50% menores estabelecimentos nas regiões Norte (2,3% para 3,2%), Centro-Oeste (1,9% para 2,3%), manutenção no Nordeste (2,1%) e queda no Sul (8,1% para 7,6%) e Sudeste (5,3% para 5,0%). Noutra ponta, os 5% maiores reduzem sua importância na area total no Norte (72,8% para 68,6%), Centro-Oeste (66,7% para 65,3%), manutenção no Nordeste (68,3%) e aumentam no Sul (57,0% para 57,9%) e Sudeste (52,7% para 53,9%). No geral a estrutura fundiária brasileira persiste concentrando-se no período 1975-80 em função da perda de importância relativa dos menores estabelecimentos nas regiões onde eles mostram-se mais relevantes no contexto nacional, o Sul e o Sudeste, exatamente aquelas submetidas ao maior vigor dos subsídios ao crédito, modernizando suas estruturas produtivas. Isso pode ser visualizado no comportamento dos indices de Gini regionais, que crescem para o Sul e o Sudeste e recuam para o Norte e Centro-Oeste, mas não o suficiente para alterar as respectivas posições no *ranking* nacional de concentração da posse da terra (Tabelas 68 e 69).

Tabela 69.- Evolução da Distribuição da Posse da Terra, Segundo os Censos Agropecuários, Brasil e Regiões, 1980-85.

(em %)

Região	1980			1985		
	Gini	50-	5+	Gini	50-	5+
Norte	0,835	3,2	68,6	0,800	4,2	63,1
Nordeste	0,862	2,1	68,3	0,870	2,0	69,8
Sudeste	0,771	5,0	53,9	0,774	4,7	54,2
Sul	0,745	7,6	57,9	0,753	7,2	58,7
Centro Oeste	0,845	2,3	65,3	0,841	2,3	63,9
Brasil	0,857	2,4	69,3	0,858	2,2	69,2

Fonte: HOFFMANN (1987).

No período 1980-85 ocorreu a redução progressiva dos volumes de subsídio ao crédito rural, fruto da crise fiscal da passagem de década. Nessa realidade os Indices de Gini alteram-se

pouco entre 1980 e 1985 (0,857 para 0,858) numa situação onde os 50% menores estabelecimentos mantem sua tendência de insignificância em termos de area total, com a participação declinante em termos decimais de 2,4% para 2,2%, e os 5% maiores mostram queda decimal menor (69,3% para 69,2%). Isso indica que mesmo na presença de alterações reduzidas no Indice de Gini, a concentração da terra mostra-se intensa com o deslocamento excludente dos menores estabelecimentos. Regionalmente os 50% menores estabelecimentos aumentam a area total apropriada apenas na Norte (3,2% para 4,2%) caindo no Nordeste (2,1% para 2,0%), Sudeste (5,0% para 4,7%), Sul (7,6% para 7,2%) e mantendo no Centro-Oeste (2,3%). Já os 5% maiores estabelecimentos reduzem seu significado no Norte (68,6% para 63,1%), e no Centro-Oeste (65,3% para 63,9%) mas crescem no Nordeste (68,3% para 69,8%), Sudeste (53,9% para 54,2%) e Sul (57,9% para 58,7%) (Tabela 69). Visualiza-se assim a persistência da concentração fundiária nesse período com crescimento da area apropriada pelos grandes estabelecimentos nas três regiões de colonização antiga (Nordeste, Sul e Sudeste) e mesmo a redução ocorrida no Norte e Centro-Oeste não significa mudança nada alentadora pois trata-se de regiões de fronteira ocupadas com base em grandes areas pois as areas médias regionais (102,2 ha em 1980 e 90 ha em 1985 para o Norte e 424,1 ha em 1980 e 370,9 ha em 1985 para o Centro-Oeste) são superiores à media nacional (70,8 ha em 1980 e 64,6 ha em 1985), identificando um quadro de enorme concentração (HOFFMANN, 1987).

No período 1985-97 a inexistência de dados censitários impedem a caracterização da evolução da estrutura fundiária com base no número de estabelecimentos, obrigando-se a lançar mão de dados cadastrais do INCRA, que contabilizam imóveis rurais, para atualizar a analise. Trata-se de período de realização de sucessivas supersafras de grãos numa realidade de diminuição dos volumes de subsídio ao crédito, ainda que a fronteira agrícola e o Nordeste venham recebendo incentivos fiscais. No Brasil como um todo os imóveis com menos de 10 ha que eram 36,4% em 1967 reduzem sua participação para 28,1% em 1978 e recuperam-se atingindo 32,0% em 1992. Em area apropriada há queda de 1,7% para 1% no período 1967-78 e aumento para 1,4% em 1978-92. Na outra ponta, os estabelecimentos de area superior a 1000 ha crescem de 1,4% em numero em 1967 para 1,8% em 1978 e reduzem para 1,3% em 1992, enquanto que a area apropriada que era de 48,9% em 1967, passa para 51,4% em 1972, para 57,0% em 1978 e reduzem para 50% em 1992. No contexto nacional, o Indice de Gini que era de 0,820 em 1967 atinge 0,850 em 1978 e recua para 0,828 em 1992, numa redução desse indicador no período 1978-92 num privilegiamento das propriedades entre 10 e 1000 ha que reduzem sua participação em numero (69,7% para 66,7%) em contraposição a um significativo avanço da area total (42,0% para 48,6%). Noutras palavras, a estrutura fundiária ajusta-se à grande lavoura de grãos conformando o crescimento da area média dos estabelecimentos dos estratos intermediários.

Tabela 70.- Evolução da Distribuição dos Imóveis Rurais no Brasil, por tamanho, 1967-92.

Estratos de	% do Número de Imóveis			
Area (ha)	1967	1972	1978	1992
menos de 10	36,4	31,1	28,1	32,0
10 a 100	51,0	54,7	55,7	54,0
100 a 1 mil	11,3	12,7	14,0	12,7
1 mil a 10 mil	1,3	1,4	1,7	1,3
mais de 10 mil	0,1	0,1	0,1	-
	% da Area total			
menos de 10	1,7	1,4	1,0	1,4
10 a 100	17,0	16,1	13,8	16,5
100 a 1 mil	32,4	31,2	28,2	32,1
1 mil a 10 mil	33,1	32,4	32,0	30,4
mais de 10 mil	15,8	19,0	25,0	19,6
Gini	0,820	0,832	0,850	0,828

Fonte: Dados Básicos do Cadastro do INCRA para os respectivos anos.

No contexto regional há um recuo do Indice de Gini no período 1978-92 na região Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste e ligeiro crescimento no Sul. Destaque-se que essa alteração ainda mantem intacto o *ranking* nacional da estrutura fundiária com primazia para a região Norte e Centro-Oeste, seguidas do Nordeste, Sudeste e Sul. Desse modo a fronteira agrícola lidera a concentração da estrutura fundiária num processo em que avança com a derrubada da floresta e dos Cerrados primeiro pela pecuária extensiva, cumprindo seu velho desígnio de ocupação territorial, num processo alavancado depois pela grande lavoura mecanizada de grãos. Noutros lugares persiste o processo progressivo de concentração fundiária do Sul, em especial no Paraná e Rio Grande do Sul pelo plantio de grãos, numa tendência que conforma uma homogeneização perversa do tamanho dos imóveis em favor dos maiores (Tabela 71). As modificações visualizáveis para os imóveis rurais no último período (1978-92) apenas repõe o Indice de Gini a niveis da primeira metade dos anos 70 numa perspectiva de mudança muito pouco expressiva para o conjunto da estrutura fundiária brasileira, que continua apresentando no conjunto uma distribuição da terra muito concentrada, em que os 1,3% maiores imóveis detem a metade da area total, enquanto que nos menores, 32% do número detem apenas 1,4% da area (Tabela 70).

Tabela 71.- Evolução do Indice de Gini para a Distribuição da Posse da Terra, Segundo os Imóveis para as Regiões Brasileiras (1), 1978-92.

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1972	0,8955	0,8135	0,7638	0,6873	0,8255
1992	0,8493	0,7918	0,7421	0,6972	0,8049

(1) Já considerando o Estado de Tocantins, desmembrado de Goiás, como integrante da Região Norte e não do Centro Oeste.
Fonte: Recadastramento do INCRA, 1978 e 1992).

A analise da estrutura fundiária brasileira revela a manutenção da realidade de alta concentração fundiária. Isso numa situação de queda significativa do numero de estabelecimentos como mostram os dados censitários. No Brasil como um todo houve um aumento de 5,2 para 5,8 milhões de unidades entre os censos agropecuários de 1980 e 1985, com crescimento em todas as unidades da federação, em especial no Nordeste onde concentra-se quase a metade do número nacional de estabelecimentos. Quando compara-se os dados dos censos demográficos de 1980 e de 1991 ocorre uma redução do numero de estabelecimentos de 5,43 milhões para 5,2 milhões num comportamento em que apenas a região Norte aumenta o numero de estabelecimentos. Essa tendência de queda revela-se ainda mais nitida quando se compara os censos agropecuários de 1985 e 1995 (dados preliminares), onde o numero de estabelecimentos reduz-se em cerca de 1 milhão (-17,2%), com queda em todas as regiões brasileiras (Tabela 73)

Tabela 73.- Evolução do Numero de Estabelecimentos Rurais, Segundo os Censos (1), Brasil e Regiões, 1980-95

(em unidades)

Regiões	CD 80	CA 80	CA 85	CD 91	CA 95
Norte	392.341	408.443	496.599	514.061	401.475
Nordeste	2.569.269	2.447.513	2.798.239	2.344.595	2.288.177
Sudeste	983.744	890.869	993.974	923.670	847.063
São Paulo	274.095	273.187	282.070	239.729	221.480
Sul	1.121.691	1.145.548	1.198.542	1.095.044	1.006.049
C. Oeste	416.181	267.478	314.301	365.913	288.261
Brasil	5.483.226	5.159.851	5.801.655	5.243.283	4.831.025

(1) CD são os censos demográficos e CA os censos agropecuários.
Fonte: FIBGE, citados por FLORIDO (1.997).

Essa queda do numero de imóveis numa realidade de fronteira agrícola em expansão revela dois movimentos sustentadores do processo de concentração fundiária. O primeiro

decorre do próprio numero absoluto menor de estabelecimentos que pode indicar a redução do número de pessoas com acesso à terra. O segundo deduzido de forma indireta quando se compara a expansão da agropecuária amazônica e do Brasil Central com o menor numero de estabelecimentos dessas regiões permite supor a existência de areas médias muito maiores. Entretanto, quaisquer que sejam os resultados finais do censo agropecuário de 1995, eles não alterarão o quadro da elevada concentração fundiária brasileira, podendo inclusive apresentar indicadores mais dramáticos. Outro aspecto a destacar corresponde à realidade nordestina e sua relação com a situação nacional, pois detendo mais de 47% dos estabelecimentos e um dos maiores niveis de concentração interna, corresponde ainda aos maiores niveis de pobreza rural nacional, numa persistência do binômio muita gente e pouca terra num panorama geográfico limitante pelas secas intermitentes que produzem invariavelmente baixas produções. Numa reflexão mais geral, as transformações da agricultura brasileira não alteraram significativamente o quadro marcante de desigualdades da realidade agrária brasileira. Ao contrário, acirrou ainda mais o processo de exclusão social com aprofundamento da concentração da posse da terra não apenas nas regiões de colonização antiga como na fronteira agrícola os indicadores mostram niveis mais elevados de desigualdade distributiva.

Essa conclusão torna-se dramática quando se sabe que a desigualdade fundiária e a distribuição desigual da renda mostram-se correlacionadas de forma íntima. A distribuição da renda na agropecuária brasileira piora substancialmente no período 1960-80 como pode ser visto na evolução tanto do Indice de Gini que eleva-se de 0,40 em 1960 para 0,58 em 1980 como pelo Indice de Theil que evolui de 0,41 para 0,93 nessas duas décadas. Isso para uma sociedade como um todo que também piora seu perfil distributivo pois o Indice de Gini para a renda nacional que cresce de 0,52 para 0,61 e o de Theil de 0,58 para 0,85. Na agropecuária a distribuição da renda entre os empregados medida pelo Indice de Gini cresce de 0,49 em 1960 para 0,57 em 1970 e mantem-se até 1980, e medida pelo Indice de Theil mantem comportamento indêntico. Entre os empregadores também apresenta mesmo comportamento, o que não ocorre entre os autônomos cuja distribuição piora em todas as décadas com Indice de Gini evoluindo de 0,49 (1960) para 0,57 (1970) e depois para 0,62 (1980) enquanto o Indice de Theil aumentou de 0,52 para 0,87 no período 1960-80 (Tabela 72). Desse modo os anos 60-80 consubstanciaram um crescimento da desigualdade de renda na agropecuária em ritmo mais intenso que na economia como um todo, sendo que, mesmo quando esse aumento da regressividade perde ritmo para o conjunto da economia nos anos 70, ele persiste com maiores taxas na agropecuária. Entre os tipos de ocupação nos anos 60 e 70 as desigualdades de renda são maiores entre empregadores que entre empregados e autônomos, e em 1980 a primazia coube aos autônomos. Noutras palavras, no início a renda mostrava-se pior distribuída entre proprietários de terra (ou capital) que entre os trabalhadores e em 1980 isso passa a configurar-se

entre os trabalhadores sem carteira que pagos via de regra por empreita diferenciam-se pelo numero de dias trabalhados e rendimento operacional.

Tabela 72.- Estimativas da Desigualdade de Renda na Agropecuária Brasileira, por Ocupação de ocupação, 1960-80.

Setor/	1960		1970		1980	
Ocupação	Gini	Theil	Gini	Theil	Gini	Theil
Empregados	0,50	0,49	0,57	0,73	0,57	0,74
Empregadores	0,55	0,58	0,60	0,69	0,60	0,69
Autônomo	0,49	0,52	0,57	0,78	0,62	0,87
Agropecuária	0,40	0,41	0,42	0,47	0,58	0,93
Brasil	0,52	0,58	0,60	0,83	0,61	0,85

Fonte: PELIANO (1992).

Esse quadro conforma uma situação em que " de 1968 a 1973, o Brasil se destacou internacionalmente pelas suas elevadas taxas de crescimento econômico. Mas o Brasil também se destacou por ter apresentado, na década de 60, um extraordinário crescimento da desigualdade de renda (em geral)... Na area rural também houve aumento da desigualdade no mesmo período, embora de maneira menos intensa. E não se pode dizer que o Brasil apresentasse, em 1960, pouca desigualdade na distribuição da renda. Assim, o Brasil entra na década de 70 como um dos países do mundo com maior desigualdade na distribuição da renda" (HOFFMANN, 1990). Esse crescimento da disparidade realiza-se em pleno movimento modernizador da agropecuária e quando a economia brasileira apresentava taxas elevadas de crescimento. Diz o autor, que "na década de 70, a desigualdade da distribuição da renda no país como um todo, se mantém relativamente estável, como resultados dos seguintes processos: a) aumento da desigualdade no setor agropecuário; b) estabilidade da desigualdade no setor urbano e, c) diminuição da desigualdade entre os dois setores" (HOFFMANN, 1990). Entretanto, "no período 1970-80 houve substancial diminuição da pobreza absoluta na agropecuária brasileira. A proporção de pessoas economicamente ativas (excluindo-se os não remunerados) com rendimento inferior a 1 salário mínimo de agosto de 1980 diminui de 81,4% em 1970 para 59,5% em 1980. Cabe ressaltar que a redução da pobreza absoluta teria sido muito maior se não houvesse ocorrido aumento na desigualdade da distribuição de renda. Se a renda de todos tivesse crescido tanto quanto cresceu a média, sem alterar a forma da distribuição, a proporção de pessoas com menos de 1 salário mínimo em 1980 seria apenas cerca de 34%" (HOFFMANN, 1992).

Nos anos 80, a despeito das dificuldades da economia brasileira que oscilou entre

taxas se crescimento reduzidas, o que configurou um desempenho ruim na década como um todo, a agropecuária apresentou taxas positivas e conformou as supersafras de grãos do final dos 80. Esse crescimento setorial contudo, não reverteu numa diminuição da desigualdade de renda da agropecuária pois o Indice de Gini cresce de 0,507 para 0,540 no período 1981-90. No tocante ao percentual de pobres, o mesmo se reduz de 68,8% em 1984 para 66,6% em 1990 embora o Plano Cruzado tenha feito atingir niveis mais satisfatórios com 47,4% em 1986 e em 1989 esse patamar tenha sido de 60,8%. A parcela apropriada pelos 50% menores rendas caiu de 17,9% para 15,9% enquanto que as 10% maiores rendas crescem sua participação de 40,3% para 42,8% e as 5% maiores rendas de 28,9% para 30,6% no período 1981-90. Destaque-se os efeitos do Plano Cruzado em 1986 quando caem as parcelas da renda dos mais ricos e aumenta a dos mais pobres, em contraposição a 1989 quando a redução da pobreza poderia ser mais expressiva não fosse o crescimento da parcela dos mais ricos e queda da dos mais pobres (Tabela 73). Persiste nos anos 80 a tendência à concentração da renda na agropecuária brasileira tal como vem ocorrendo desde os anos 70.

Tabela 73.- Distribuição do Rendimento Total das Pessoas Ocupadas na Agropecuária, Brasil, 1981-90 (1).

Ano	Indices		Participação na Renda (%)		
	Gini	H(2)	50-	10+	5+
1981	0,507	-	17,9	40,3	28,9
1983	0,529	-	17,0	43,0	31,0
1984	0,526	68,8	17,4	42,9	31,0
1985	0,548	64,0	16,2	44,5	32,4
1986	0,521	47,4	17,2	41,7	29,6
1987	0,544	63,1	16,0	43,6	31,4
1988	0,555	65,2	15,3	44,5	31,8
1989	0,574	60,8	14,6	46,8	34,1
1990	0,540	66,6	15,9	42,8	30,6

(1) Incluindo as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste e excluindo-se a região Norte e os sem rendimento.
(2) proporção de pobreza, expressa em percentual, calculada com base no salário minimo de agosto de 1980.
Fonte: HOFFMANN (1992).

Nos anos 90, excluindo-se as regiões Norte e Centro-Oeste, o primeiro triênio como decorrência do aprofundamento da crise econômica a renda concentra-se na agropecuária com

o Indice de Gini crescendo de 0,548 para 0,607, enquanto que o percentual de pobres, após crescer de 72,4% em 1990 para 73,3% em 1991, cai para 70,8% em 1993. A parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres cai de 16,0% em 1990 para 13,3% em 1993 com os 10% mais ricos avançando de 44,9% para 51,3% e os 5% mais ricos de 33,3% para 39,3% no mesmo período, reforçando a caracterização de piora no padrão distributivo. Em 1995 verifica-se um reversão da tendência como resultante do Plano Real na medida não apenas que o Indice de Gini recua aos patamar de 1992 (0,563) como há uma redistribuição em favor dos mais pobres que passam a obter 16,2% da renda total enquanto que perdem os mais ricos com os 10% maiores reduzindo sua parcela para 48,5% e os 5% maiores para 37,8%. Ressalte-se que essa reversão não foi suficiente para repor as perdas dos mais pobres desde o início dos anos 60, pois o percentual de pobres na agropecuária em 1995 atingia o nada animador índice de 61,5% (Tabela 74).

Tabela 74.- Distribuição do Rendimento Total das Pessoas Ocupadas na Agropecuária, Brasil, 1990-95 (1).

Ano	Indices		Participação na Renda (%)		
	Gini	H(2)	50-	10+	5+
1990	0,548	72,4	16,0	44,9	33,3
1992	0,563	73,3	15,4	57,0	35,3
1993	0,607	70,8	13,3	51,3	39,3
1995	0,563	61,5	16,2	48,5	37,8

(1) Incluindo as regiões Nordeste, Sudeste, Sul excluindo-se as regiões Centro-Oeste e Norte, além disso exclui-se as pessoas sem rendimentos.
(2) proporção de pobreza, expressa em percentual, calculada com base no salário mínimo de agosto de 1980.
Fonte: HOFFMANN (1997).

Particularizando-se o ano de 1995 para uma comparação regional pode-se verificar o panorama espacial da desigualdade de renda na agropecuária brasileira. A região com pior distribuição da renda agropecuária localiza-se no eixo Minas Gerais, Espirito Santo e Rio de Janeiro com Indice de Gini igual a 0,584 enquanto que melhor resultado distributivo encontra-se no Nordeste com 0,485. Entretanto na região nordestina ocorre o percentual elevado de pobres (65,0%) em contraposição à realidade paulista de apenas 16,8%, com o que configura-se no Nordeste a triste realidade de "melhor distribuição da pobreza". Isso porque os 50% mais pobres nordestinos ficam, com 20,2% da renda da agropecuária regional, cabendo 40,6% para os 10% mais ricos e 31,0% para os 5% mais ricos. Em São Paulo essa distribuição da renda

agropecuária mostra-se mais desigualitária com 19,3% para os 50% mais pobres, 45,3% para os 10% mais ricos e 33,0% para os 5% mais ricos (Tabela 75). De qualquer modo, quaisquer desses índices referem-se a estruturas sociais de renda extremamente concentrada.

Tabela 75.- Distribuição do Rendimento Total das Pessoas Ocupadas na Agropecuária, Brasil, Segundo as Regiões, 1995.

Ano	Índices		Participação na Renda (%)		
	Gini	H(1)	50-	10+	5+
Norte	0,559	34,7	16,4	48,2	36,2
Nordeste	0,485	65,0	20,2	40,6	31,0
MG+ES+RJ	0,584	41,1	15,7	52,7	41,5
São Paulo	0,510	16,8	19,3	45,3	33,0
Sul	0,540	32,6	16,7	45,0	33,3
Centro-Oeste	0,549	30,1	17,3	49,0	37,6
Brasil	0,560	46,9	16,3	48,4	37,6

(1) proporção de pobreza, expressa em percentual, calculada com base no salário mínimo de agosto de 1980, excluídas as pessoas sem rendimento.
Fonte: HOFFMANN (1997).

Resumindo os efeitos das transformações da agropecuária brasileira sobre a estrutura fundiária pode-se caracteriza-la pela tendência do ímpeto concentrador acirrando ainda mais as disparidades econômicas e sociais no campo. No Brasil as grandes propriedades tornaram-se cada vez mais amplos domínios territoriais no processo de desenvolvimento agropecuário, numa disparidade acirrada quando se compara com o caso norte-americano, que partindo de estrutura fundiária mais igualitária concentrou-a de forma progressiva mas com menores danos distributivos. Assim, "a concentração da propriedade da terra não é, por si mesma obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, ..., ao contrário ela é resultado inevitável deste desenvolvimento, mesmo onde se encontrava, previamente, largamente dividida" (GERMER, 1976). Essa regressividade crescente da posse da terra na agropecuária brasileira conformou as bases de uma sociedade com enormes diferenças sociais no campo e nas cidades. Isso porque " **o toque excludente da sociedade brasileira é flagrante tanto em termos da desigualdade de renda, quanto em termos de mobilidade social. Enquanto as rendas se distanciam entre si dos mais pobres aos mais ricos, as chances de ascensão social se reduzem mais e mais a poucos privilegiados. São dois os tipos de movimento, portanto, que se condicionam mutuamente, a hierarquia das rendas se afunila e a mobilidade social se torna seletiva**" (PELIANO, 1992).

5.2.3 - Modernização da Agropecuária e Exclusão Social: Menos Emprego e o Problema da Sazonalidade

O processo de modernização da agricultura brasileira relaciona-se diretamente com a exclusão social ao não propiciar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, ainda submetidos a situações deploráveis de trabalho e baixos salários e/ou, transferindo parcela dessa massa populacional para as cidades sem que isso significasse melhores oportunidades. Vários aspectos se sobrepuseram na construção dessa realidade que vão desde a intensificação da mecanização e outras técnicas poupadoras de trabalho, passa pela parcialidade dessa mecanização gerando desequilíbrio sazonal na demanda por força de trabalho e chega à mudança qualitativa com cada vez maior utilização de mão de obra qualificada. A esse quadro adiciona-se heterogeneidade na adoção do moderno padrão produtivo na agropecuária com enormes diferenças entre as diversas atividades, entre agricultores de uma mesma atividade e entre regiões, forjando situações díspares num grande mosaico produtivo. Nessa diversidade, as técnicas poupadoras de trabalho formam a base fundamental das transformações ocorridas, com destaque para a figura do trator.

Os impactos da modernização no emprego agropecuário foram drásticos com redução dos postos de trabalho no campo. No núcleo irradiador do novo padrão agrário, representado pela agricultura paulista[150], pode-se perceber a radicalidade das transformações ocorridas. A area agrícola manteve-se pouco abaixo dos 17 milhões de hectares (seriam 18 milhões se adicionar-se cerca de 1 milhão ocupados com reflorestamento), o que significa que o aumento de produção verificado, de 139% desde o início dos anos 60 até a metade da década de 90, pode concretizar-se apenas por intermédio do progresso técnico. A produtividade da terra, numa realidade de fronteira agrícola estagnada, respondeu pela totalidade dos incrementos de oferta, numa demonstração de contínuo aprimoramento da base técnica. Sendo os rendimentos agropecuários crescentes, para uma população trabalhadora reduzindo em número, os indices de produtividade do trabalho aumentaram 257% nas 3 últimas décadas como resultado da produtividade operacional 49% superior (Tabela 76).

A produtividade da terra mensurando basicamente os efeitos da tecnologia químico-biológica (kg/ha) expressa a intensificação do uso do solo, ao tempo em que a produtividade

---

[150] Pela dificuldade de realizar a analise pretendida em âmbito nacional, discute-se aqui as transformações produtivas da agropecuária e da economia no seu todo afetaram o emprego e os salários rurais, para Estado de São Paulo desde o início da década de 70. A representatividade contudo acredita-se mantida pois trata-se da unidade da federação onde se instalou o maior parque industrial, não apenas brasileiro mas de toda América Latina, e na qual a agricultura apresenta niveis de "modernidade" comparáveis aos países mais desenvolvidos no contexto internacional. Desse modo, a realidade tende a ser muito mais difícil para os trabalhadores noutras regiões.

operacional medindo o efeito poupador de trabalho (ha/hd) identifica os impactos diretos da mecanização e de outras técnicas alavancadoras da capacidade individual de realização de tarefas de cada trabalhador. Ambas num efeito multiplicativo incrementam a produtividade do trabalho (kg/hd). A agricultura paulista mostra elevados ganhos em todos indicadores de produtividade[151] e, tendo em vista a manutenção da area agrícola as alterações fundamentais processaram-se na substituição de culturas, ou seja, a expansão de atividades significa a diminuição dos cultivos de outras, alterando a composição de culturas[152]. Dessa maneira, o crescimento da area de cana para indústria, de citros e de soja, realizou-se em areas anteriormente plantadas com arroz de sequeiro e de pastagens. Ainda assim, como os pastos ainda representam 11 milhões dos 17 milhões de hectares da area agrícola paulista, existe ainda um amplo espaço para o aprofundamento dessa mudança na composição de culturas (MARTIN et al, 1992).

Tabela 76 - Evolução dos Índices de Produção, da Produtividade da Terra , Operacional e do Trabalho na Agropecuária, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1962-96.

Ano	Area Agrícola (1)	Produção (2)	Produtividade do Trabalho (3)	Produtividade Operacional (4)	Produtividade da Terra (5)
1962-64	16.740	100	100	100	100
1972-74	17.362	138	168	126	133
1978-80	16.313	167	204	119	172
1988-90	16.799	225	274	122	225
1994-96	16.831	239	357	149	239

(1) Expressa em 1.000 ha, incluindo as pastagens (naturais e cultivadas) e as lavouras (temporárias e permanentes).
(2) Indice de Fisher, base 1962-64 = 100.
(3) Quociente do Indice de Produção pelo Indice Simples de Dias Trabalhados.
(4) Quociente entre os Indices Simples de Area Agrícola e de Dias Trabalhados.
(5) Quociente do Indice de Produção pelo Indice Simples de Area Agrícola.
Fonte: Dados Básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Na agricultura paulista, pela radicalidade das transformações verificadas, pode-se compreender a extensão do impacto das mudanças no emprego agropecuário. Nessa realidade, o número de trabalhadores ocupados reduziu-se de 2,5 milhões em 1962-64 para pouco mais

[151] Pode-se facilmente comprovar matematicamente que a Produtividade do Trabalho (PT) pode ser expressa como resultado do produto entre a Produtividade Operacional (PO) e a Produtividade da Terra (PB), ou seja, PT(kg/hd) = PO(ha/hd) * PB(kg/ha). Uma discussão mais aprofundada das diferentes tecnologias sobre as produtividades na agricultura paulista, inclusive particularizando as principais culturas pode ser encontrada em GONÇALVES (1990). Interessante contribuição para a mensuração dos impactos do progresso técnico na agricultura paulista esta contida no trabalho de SILVA (1984).

[152] Sobre o processo de modernização como um aprofundamento da mecanização das atividades agropecuárias pode-se ver o trabalho de GONÇALVES (1990a). A respeito da mecanização da colheita de cana para industria e seus impactos no emprego ver VEIGA Fº et al (1994), o mesmo fato para o algodão pode ser visto em URBAN et al (1995). No tocante às alterações na composição de culturas pode-se ver o trabalho de MARTIN et al (1992) para São Paulo e MARTIN & GONÇALVES (1995) para o Brasil e regiões.

de 1,2 milhões em 1994-96, o que representa uma queda à metade do contingente existente na década de 60 (Tabela 77). Como nos anos 70 e 80 nota-se uma relativa estabilidade e mesmo aumento do número de trabalhadores ocupados, verifica-se que a mecanização parcial das operações nos anos 60, com a introdução crescente da maquinaria no preparo do solo e plantio, aprofunda-se nos anos 90 com o incremento da colheita mecânica das principais culturas. Outro aspecto esta na urbanização do trabalhador pois em 1962-64 residiam no campo cerca de 2,1 milhões de trabalhadores (83,7%), em 1994-96 esse número atingia pouco mais de 680 mil (54,5%). Por outro lado os trabalhadores agropecuários residentes nas cidades que eram cerca de 398 mil (16,3%) no início dos anos 60, na metade da década de 90, esse total era de 572 mil (45,5%). Nota-se aí duas grandes tendências do trabalho agropecuário quais sejam: a) a redução significativa do emprego nas atividades intra-propriedade rural e, b) a urbanização da massa de trabalhadores agropecuários que vivendo nas cidades exercem atividades no campo [153]. Assim, mais que a manifesta tendência cadente do emprego, urbaniza-se a força de trabalho agropecuária.

Tabela 77. - Trabalhadores Ocupados (1) na Agropecuária, Estado de São Paulo, Medias Trienais, 1962-96.

Ano agrícola	Residente		Não residente		Total	
	Número	%	Número	%	Número	Índice(2)
1962-64	2.087.488	83,7	397.698	16,3	2.485.186	100
1972-74	1.026.211	71,6	406.944	28,4	1.433.155	58
1978-80	848.817	60,6	551.272	39,4	1.400.089	56
1988-90	782.454	53,6	676.290	46,4	1.458.744	59
1994-96	684.833	54,5	572.344	45,5	1.257.177	51

(1) Inclui proprietários, administradores, assalariados, parceiros, colonos, empreiteiros e volantes.
(2) Índice simples, base 1962-64 = 100.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Os reflexos da transformação da agropecuária sobre o trabalho rural revelam-se profundos, ainda que não necessariamente apresentem uma linearidade inexorável, uma vez que dentro dos intervalos apresentados, ocorreram variações importantes, mas que contudo não alteraram a tendência geral. GARCIA (1985) analisando a ocupação da mão de obra na agropecuária paulista nos anos 60 e 70 mostra que a modernização setorial intensificada nesse

[153] Estimativas do número de casas vazias existentes nas propriedades rurais paulistas dão conta de que o mesmo atinge mais de 250 mil unidades. Freqüentemente apresenta-se determinações do Estatuto do Trabalhador Rural, datado do começo dos anos 60, como responsáveis por esse problema uma vez que os proprietários de terras teriam expulsado seus antigos colonos para não enfrentarem "chatos e dispendiosos" embates trabalhistas. Entretanto, isso parece ser apenas um aspecto da questão que pode ter influenciado, mas certamente não apenas os encargos trabalhistas teriam pesado, mas em especial a possibilidade de acesso a serviços urbanos, uma vez que os próprios familiares dos proprietários também mudaram-se para as cidades.

período deu-se claramente com a substituição de terra e trabalho por capital com forte redução do emprego agrícola, tendo sido o principal efeito o crescimento dos trabalhadores temporários, morador das cidades, em detrimento dos trabalhadores residentes. Esse processo ocorreu em ritmo acelerado nos anos 60, a taxas menores nos 70 com tendência a estabilizar-se da metade dessa década em diante face ao crescimento do trabalho temporário, ainda que os residentes permanecessem em decréscimo. Dentre os residente foram os proprietários e familiares que diminuiriam sistematicamente, sendo que os empregados residentes ainda que com redução absoluta, mantiveram sua participação no emprego. Outro aspecto detectado esta na expressiva participação de menores na composição da força de trabalho agrícola nos anos 70.

Outras analises convergem no tocante aos elementos explicativos desse processo de transformação como o estudo de VICENTE & BAPTISTELLA (1987) que mostra o crescimento dos numero de volantes da metade para o fim dos anos 70, tendo saído de 287 mil para 392 mil no período 1975-79, mas que nos anos 80 há uma inversão de tendência com o emprego de 379 mil trabalhadores dessa categoria em 1986. O trabalho de VEIGA et al (1995) confirma essa tendência de redução do número de volantes nos anos 90, pois as medias de emprego desse tipo de trabalhador, superiores a 300 mil no primeiro biênio reduz-se para cerca de 270 mil em 1994. Outro aspecto destacado neste trabalho esta no crescimento verificado na formalização desse tipo de contrato de trabalho com maior número de registro em carteira verificado no decorrer do primeiro quadriênio dos anos 90, embora no caso dos assalariados e administrador, ou seja dos trabalhadores permanentes, esse indice tenha se reduzido de 80,8% em 1992 para 66,5% em 1994.

Os dados giobais de trabalhadores efetivamente empregados para os anos 90 mostram uma revelação preocupante do ponto de vista do emprego agropecuário, qual seja o esgotamento da capacidade rural de fornecer empregos para trabalhadores "urbanizados". Até os anos 90, mesmo com a queda expressiva dos trabalhadores rurais residentes, como resultado do êxodo para as cidades tanto de proprietários como de empregados, havia crescimento absoluto do emprego de não residentes com o que, ainda que vivendo nas cidades, parcela importante dos trabalhadores encontravam emprego no campo. A redução absoluta do numero de trabalhadores rurais não residentes nos anos 90 significa os primeiros movimentos dos impactos do processo de complementação do padrão produtivo no tocante à mecanização com a colheita com máquinas. A maior rigidez dos contingentes de trabalhadores da categoria proprietários e familiares, a não ser num quadro de aprofundamento da concentração fundiária dada a existência atual de menos opções de emprego urbano para família, leva a que esse ajuste realize-se fundamentalmente sobre as categorias de contratos mais instáveis como os volantes.

A evolução do total de dias homens trabalhados em cada ano reforça a visualização

desse comportamento do emprego agropecuário. Em 1962-64 haviam sido utilizados em torno de 366,86 milhões de dias homens, patamar esse que reduz-se para 300 milhões nos anos 70 durante os quais mantém-se em niveis similares. No decênio dos 80 esse indicador mostra estabilidade ao atingir 300 milhões no final da década, situação essa que se modifica no início dos anos 90 quando passa a reduzir-se para atingir 246 milhões em 1994-96. Esse comportamento de diminuição no período mais recente deriva diretamente do incremento da mecanização em várias culturas, em especial na colheita e, principalmente, pela queda livre da cotonicultura paulista, grande empregadora de mão de obra. Estimando-se o número de dias trabalhados por pessoa ocupada nota-se que nas décadas de 60 e 70 houve uma aumento desse indicador, passando de 148 para 215 dias anuais. Nos anos 80 e 90 a tendência reverte-se com quedas pequenas mas persistentes, passando para 206 dias em 1988-90 e atingindo 202 dias no triênio 1994-96 (Tabela 78).

Tabela 78.- Evolução dos Dias-Homens Utilizados/ano e Dos Dias-Homens por Trabalhador/ano, Para o Conjunto dos Trabalhadores e para os Volantes, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1962 - 1996.

Ano	Uso Total de Dias Homens (1)	Média de Dias Trabalhados por Pessoa (2)	Uso de Dias Homens de Volantes (3)	Numero Anual de Volantes (4)	Média de Dias Trabalhados por Volante (5)
1962-64	366.813	148	66.002.595	337.352	195
1972-74	299.933	209	53.961.462	308.128	175
1978-80	301.766	215	55.993.030	365.790	153
1988-90	300.501	206	47.564.380	343.400	139
1994-96	246.364	202	33.166.682	239.431	139

(1) Expresso em 1.000 dias homens, até 1980 os dados são os elaborados por SILVA (1984), os demais foram estimados pelo autor com base nos coeficientes técnicos do IEA.
(2) Quociente entre o numero anual de dias homens e o numero de trabalhadores ocupados, expresso em dias trabalhados por trabalhador.
(3) expresso em dias homens, estimados com base nos coeficientes técnicos do IEA até 1974, daí em diante, dados primários de levantamentos do IEA.
(4) Expresso em número de trabalhadores utilizados, média dos vários meses de cada ano.
(5) Expresso em dias homens por volante, resultado do quociente entre dias homens de volantes e o número de volantes.
Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

As informações globais de dias trabalhados definem com nitidez o processo de mudança do emprego agropecuário com a queda nos anos 60, quando incorpora-se em São Paulo o primeiro movimento de mecanização, em especial no preparo de solo e plantio. Essa ocorrência realiza-se antes da generalização desse padrão para o Brasil pois, se em 1962 existiam cerca de 40 mil tratores em operação na agropecuária paulista em 1962, em 1970 esse número alcança 59,6 mil unidades. O percentual de terras aradas com essa máquina que em 1963 atingia 53%, em 1968 alcançara 70%, sendo que na gradeação os indices para os

mesmos anos foram de 64% e 73% (IEA, 1972). Nos anos 70 e 80 o incremento da substituição de culturas, em especial as pastagens para a expansão da cana para indústria (VEIGA F°, GATTI e MELLO, 1980) e da citricultura (MAIA, 1996) permitiu a manutenção do total de dias homens ainda que persistindo o incremento da mecanização. A mecanização da colheita da cana para industria que avançou nos anos 90 (VEIGA F° et al, 1994), aliada à derrocada da cotonicultura (BARBOSA, 1996) e à redução dos pomares citrícolas, faz reduzir o uso de dias homens nos anos 90.

Avaliando a realidade da categoria dos volantes quanto aos indicadores de dias trabalhados pode-se visualizar aspectos da mudança estrutural verificada no mercado de trabalho agropecuário. O número de volantes decresce nos anos 60, saindo de 337 mil para 308 mil, mas reverte a tendência passando a crescer nos anos 70 para atingir 365 mil em 1978-80. Essa diferença dá-se fundamentalmente pelo incremento dos plantios de cana para indústria e laranja para sustentar a expansão das agroindustrias sucroalcooleiras e de sucos cítricos, realizada com colheita parcialmente mecanizada, o que se comprova com o fato de que o maior emprego dessa categoria dá-se na região de Ribeirão Preto, nucleo sucroalcooleiro e de sucos cítricos paulista (VICENTE & BAPTISTELLA, 1987). No decorrer dos anos 80 e 90, com a crescente introdução da colheita mecânica na cana para indústria e a queda da produção de café e algodão, o numero de volantes empregados reduz-se de maneira expressiva para alcançar 239 mil no triênio 1994-96 (Tabela 78). Essa realidade de redução do emprego, centrada nos números médios de volantes efetivamente empregados, pode ser ainda mais dramática quando acrescenta-se que nas pequenas e médias cidades poucas são as opções de serviços fora da agropecuária. E a colheita revela-se a operação onde ainda guarda-se a exigência de maior volume dessa mão de obra.

O efeito do processo de modernização sobre o emprego de volantes na agropecuária paulista pode ser verificado com nitidez na evolução do total anual de dias homens trabalhados por essa categoria. Em 1962-64 foram trabalhados 66 milhões de dias homens, número esse que apresenta queda sistemática nas três décadas seguintes para atingir apenas 33 milhões em 1994-96, ou seja reduzindo-se praticamente à metade. Fruto disso o numero anual médio de dias trabalhados por cada volante reduz-se de 195 dias para 139 dias, com impactos decisivos na renda familiar e nas condições de vida desses trabalhadores (Tabela 78). Essa redução poderia ser ainda mais expressiva, uma vez que a estabilidade do número de dias trabalhados nos anos 90 (139 dias tanto em 1988-90 como em 1994-96) esta relacionada com a redução expressiva, e concomitante, do total de dias trabalhados e do número de volantes empregados. Como os salários também apresentam queda nos anos 90, com perda de poder aquisitivo de 33,94% no período 1991-94 (VEIGA F° et al, 1995), a renda familiar mostra uma queda ainda mais expressiva. Ganhando menos e trabalhando menos dias por ano os volantes enfrentam

uma situação de piora contínua de suas condições de vida sem que estejam postas opções consistentes de reversão desse quadro dramático, alargador de disparidades e dos níveis de miséria[154].

Os impactos das transformações sobre a estrutura do emprego rural foram marcantes com a redução global dos postos de trabalho, associada à urbanização da mão-de-obra. A esses efeitos quantitativos somam-se as mudanças na sazonalidade e a exigência de maior qualificação. Este último revela-se de importância central numa sociedade onde a educação não representa um direito generalizado à maioria da população e o conjunto dos desempregados e dos sub-empregados correspondem exatamente à esse perfil de trabalhadores. Analisando a região de Ribeirão Preto, que corresponde à das mais desenvolvidas da agricultura brasileira, BORBA (1994) mostra que a "modernização tecnológica da agricultura implicou na necessidade de ajustamento da força de trabalho às novas condições de realização deste, no que diz respeito ao aperfeiçoamento das máquinas e equipamentos, tipos de insumos agrícolas e técnicas agronômicas utilizadas na produção. A necessidade de treinamento levou as empresas a manterem fixo o trabalhador, exercendo maior controle sobre ele ... Além disto com a modernização da base produtiva as empresas passaram a demandar relativamente menos braçais e mais trabalhadores especializados... e o trabalho temporário, no que se refere ao volante 'boia fria', também passou por mudanças, havendo tendência de perda da característica de trabalho instável e sazonal".

Aspecto qualitativo extremamente relevante detectado na agricultura ribeirão-pretana esta no fato de que "com o aprofundamento do padrão industrial, a agricultura paulista passou a necessitar de trabalhadores com grau de instrução mais elevado. A habilidade de leitura e entendimento de texto tornaram-se exigência deste padrão. Os trabalhadores sem instrução perderam espaço nesta agricultura, representando em 1990, 21% das pessoas ocupadas nela. Se antes a produção agrícola podia ser feita sem qualquer nível de escolaridade, hoje, por causa do padrão de evolução tecnológica ocorrido na agricultura, tem-se tornado cada vez mais difícil

---

[154] Essa realidade de miséria dos volantes, os também denominados boias frias acaba refletindo-se em padrões inadequados de vida, em especial no que diz respeito à alimentação que não atende aos requisitos nutricionais mínimos, gerando deficiências de várias ordens no desenvolvimento físico. Essa situação pode ser verificada tanto nas regiões de agricultura desenvolvida centrada nos modernos complexos sucroalcooleiro e de sucos cítricos que caracteriza a de Ribeirão Preto (DUTRA DE OLIVEIRA et al, 1981) como na produção de feijão concentrada no Sudoeste Paulista (GONÇALVES & SOUZA, 1993b). Numa realidade como essa, até indicadores que mostrariam avanços no campo social podem estar escondendo aumento da dramaticidade das condições de trabalho e de vida. Exemplo disso esta na significativa redução do emprego de menores na agropecuária paulista no período 1994-96, conforme mostram VICENTE, BAPTISTELLA & VEIGA (1997), pois como a maioria das famílias que empregam menores são de "boias frias", antes disso representar um fato social auspicioso, pode estar revelando menores rendas familiares e níveis de vida ainda mais dramáticos. Noutras palavras, se "o lugar de criança é na escola e não no árduo trabalho de colheita", torna-se necessário prover os pais de emprego e renda para que isso ocorra em condições dignas. Até que isso ocorra indicadores de redução do trabalho infantil representa mais um elemento revelador da piora das condições de vida das famílias de trabalhadores rurais.

que os trabalhadores sem instrução possam ocupar-se da produção agrícola. Até mesmo os trabalhadores temporários braçais (volantes) sem instrução perderam espaço nesta agricultura. Nesta categoria cerca de 37% já apresentavam, em 1990, nivel de escolaridade referente ao primário incompleto e mais de 30% o primário completo... Entre os empregados é importante destacar o crescimento relativo de niveis superiores de escolaridade (colegial e superior) fundamentalmente associado à atividade técnica e administrativa da empresa rural... A melhoria no grau de instrução da mão-de-obra ocupada na agricultura ocorreu de forma mais contundente entre os indivíduos com domicílio urbano" (BORBA, 1994).

Essa mudança qualitativa no perfil do trabalhador rural decorre de dois elementos aparentemente contraditórios. De um lado o aprofundamento das transformações tecnológicas com o aperfeiçoamento das maquinas e equipamentos levou à grande simplificação do conteúdo do trabalho mecânico da agropecuária (BORBA, 1994), ao mesmo tempo em que parece ter sido atingido o limite dos ganhos de produtividade pela simples adição ou desenvolvimento tecnológico de um insumo. O padrão de intensificação do uso de insumo a partir de uma realidade onde os niveis de utilização eram reconhecidamente baixos permitiu que a resposta ao aumento das quantidades de fertilizantes, defensivos e sementes fosse elevada num primeiro momento. No entanto, quanto mais elevadas essas quantidades menores os efeitos obtidos com a simples adição, passando a exigir técnicas de manejo de solo e agua mais eficientes para obter-se acréscimos de produtividade. Entra-se assim num padrão de interação de técnicas de condução, insumos e máquinas que ganham crescentemente em complexidade, o que provoca exigência de maior qualificação da mão-de-obra da produção biológica. Assenta-se aí a contradição do processo de produção natural pois se as máquinas "inteligentes" simplificam as operações, de outro lado a interação de tecnicas tornam mais complexas as atribuições de quem vai realizá-las. Além disso, as menores oportunidades de emprego urbano faz com que trabalhadores, em especial os filhos que buscaram maior escolaridade para fugir da necessidade de exercerem a função "bruta" de seus pais, acabem se sujeitando àquilo que procuravam escapar por absoluta falta de perspectivas. Essa talvez seja na realidade, a dura explicação do porque do fato de que trabalhadores com maior escolaridade se sujeitem a cortar cana como boias frias.

Outro aspecto relevante para a compreensão dos impactos da modernização sobre a estrutura do emprego rural esta nos distintos caminhos seguidos pelos vários complexos produtivos. Se na maioria do sucroalcooleiro, pela sua magnitude territorial, realiza-se todo o conjunto de operações com pessoal próprio, montando patrulhas mecânicas com todos os serviços de manutenção como o de oficinas, pois "a agroindústria desenvolveu estrutura diferenciada altamente especializada voltada à produção de matéria prima, que pouco depende de serviços prestados por outrem" (BORBA, 1994), em outras atividades essas tarefas podem ser realizadas

por terceiros. Trata-se da terceirização onde ocorre a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho, que revela-se relevante pois na metade dos anos 80, "aproximadamente um milhão de estabelecimentos rurais no Brasil utilizaram instrumentos de trabalho de propriedade de terceiros na execução de trabalhos agrários. A importância desse contingente torna-se maior, quando se considera apenas o subconjunto de estabelecimentos rurais cujos titulares informaram o uso não exclusivo da força humana na execução de trabalhos agrários. Praticamente, em cada 10 estabelecimentos rurais onde se usou instrumentos de trabalho, haviam quatro, que utilizaram animais de trabalho, máquinas e equipamentos de propriedade de terceiros, ou que não pertenciam, de forma exclusiva, ao titular da unidade de produção agrícola" (LAURENTI, 1996).

As condições da terceirização esta determinada pelas características da maquinaria e das culturas. No preparo do solo, as máquinas e equipamentos são de uso genérico e permitem atuar em distintas culturas pois as operações mostram-se idênticas em todas elas. Apenas a escala de plantio pode nesse caso diferenciar os lavradores quanto à terceirização dessa operação. Nas grandes lavouras mecanizadas com maquinas de porte, como a cana para indústria e os maiores sojicultores, o preparo do solo e o plantio são realizados, na maioria dos casos, com uso de máquinas próprias. Já os pequenos e médios lavradores, cuja escala não justifica a aquisição de maquinaria de preparo do solo, bem como das semeadeiras-adubadeiras de grãos (estas ainda que com menor generalidade), acabam contratando serviços de outros agricultores ou de "trabalhadores equipados" como bem definiu LAURENTI (1996), para um tipo comum de prestadores de serviço encontrados em certas regiões agrícolas. Trata-se de trabalhadores que, detendo a propriedade dos meios de produção, vivem da realização de serviços nos quais, além do trabalho, alugam as máquinas e os implementos. Pelo maior nivel de "qualificação" decorrente de estarem equipados, estes trabalhadores conseguem melhores condições de vida.

Na colheita a realidade apresenta-se muito diferente, dado que o nivel de especificidade mostra-se muito mais elevado, pois as principais culturas como o milho, a soja, o algodão e a cana para indústria podem ser mecanizadas mas cada qual exige colheitadeira diferente. Outras culturas, em especial as perenes como o café, cacau, citros e as demais frutas não permitem a colheita sem perdas para a planta (que constitui um capital fixo a ser preservado) e a qualidade do produto (com diferentes estagios de maturação), além de, quando existem, tam-bém serem equipamentos específicos. A ocorrência de sazonalidade no uso desses equipamentos e a escala minima para que a operação de colheita mecânica seja rentável acaba dificultando a generalização dessa tecnologia, factível apenas em grandes areas de lavouras em culturas com períodos de colheita mais largos. Assim, nos grandes sojicultores e na cana para industria (cana própria), a mecanização avançou mais rapidamente que nas demais atividades. Aparecem aqui também firmas prestadoras de serviço de colheita, mais difundidas no caso da

soja e que apresentam crescimento recente no caso do algodão.

Por essas razões, a mecanização plena de todas as tarefas produtivas agrícolas, pôde ser estendida completamente somente a poucas culturas. Com isso atividades importantes na agricultura brasileira não utilizam, ainda, somente a tecnologia mecânica em todas as fases de seu cultivo, e concentram demanda de mão-de-obra na colheita. Ressalte-se que essa característica da agricultura brasileira não se encontra restrita a bolsões de culturas tradicionais. Mesmo em regiões de moderna agricultura, como as zonas da cana para indústria, laranja e algodão no Estado de São Paulo, a utilização de mão-de-obra intensiva nestas fases do cultivo é usual. O produtor capitalista, dispensando mão-de-obra permanente e contratando trabalhadores temporários nos picos de trabalho, economiza o restante do ano. Esta prática tem ainda sua manutenção estimulada pelos baixos custos da mão-de-obra empregada no setor agrícola brasileiro.

De outro lado, a especialização monocultora das propriedades agrícolas e das regiões agrava a sazonalidade do emprego, determinando o deslocamento contínuo da mão-de-obra à procura de ocupação. Esses são dois aspectos condicionadores do crescimento do trabalho temporário na agropecuária brasileira (KAGEYAMA, 1982). Essa mão-de-obra de baixa remuneração é utilizada nas regiões de produção mais dinâmicas do Brasil. E não apenas o trabalhador temporário sofre a sazonalidade: "as unidades que ocupam mão-de-obra familiar não-remunerada ocupam seus membros por tempo muito restrito, o que possivelmente se reflete em baixos níveis de renda, impondo a estes trabalhadores a necessidade de assalariamento sazonal" (KAGEYAMA, 1986).

A magnitude dessa subutilização em 1980 equivale, segundo KAGEYAMA (1986), a 6 milhões de desempregados. No Nordeste concentravam-se 45% desse total, contra 14% em São Paulo. Esses números apontam a dimensão do potencial de êxodo rural e regional ainda existente, a despeito da radicalidade desse processo nas décadas de 60 e 70, requerendo do setor não-agrícola, especialmente do parque industrial e de serviços das regiões mais desenvolvidas, uma ampliação muitas vezes maior do que a ocorrida para dar conta de absorver esse contingente, na virtual seqüência do processo de modernização da agricultura. Essas cifras paradoxalmente têm como contraponto uma maior intensidade do trabalho rural, com 3,8 milhões de pessoas, 31% da mão-de-obra empregada, ocupadas em jornadas maiores que 49 horas semanais (KAGEYAMA, 1986), sem, a despeito dessas jornadas, amealharem diferenças significativas de renda pessoal ou familiar, a fim de torná-las equivalentes, ao menos, aos níveis de renda proporcionados pelos empregos urbanos.

A crise da década de 80, cujos efeitos mais intensos se reproduziram nas cidades, significou para o campo brasileiro, especialmente para os Estados de Minas Gerais e do Nordeste, um crescimento do número de minifúndios, com um conseqüente aumento do número

de pessoas ocupadas de 3,3 milhões no período 1980-85, tal como demonstram dados da metade da década para a agricultura. A reativação de pequenos estabelecimentos e o crescimento da parceria no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, com a volta dos "agregados" nesse período de crise econômica, aumentaram nessas regiões o número de pessoas sob esse regime de trabalho em 50%, contra 38,6% da média nacional. Desse modo, "o aumento de mais de 3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura nesses cinco anos deve-se a um aumento da mão-de-obra familiar nas regiões mais pobres, sobretudo o Nordeste, e um crescimento do uso da parceria e assalariados temporários em todas as regiões do país" (KAGEYAMA, 1992). Essa reconversão, entretanto, acentua o subemprego agrícola, gerando índices superiores aos do início da década de 80.

RANGEL (1962) detecta outro aspecto da sazonalidade do emprego na agropecuária: "não obstante" - diz o autor - "a superpopulação agrícola, que se converte pelo êxodo rural em desemprego urbano, as atividades agrícolas organizadas como monocultura, forma típica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira atual, sofrem de escassez sazonal de mão-de-obra que limita o desenvolvimento da agricultura capitalista" (RANGEL, 1962). No complexo sucroalcooleiro paulista, um dos segmentos mais modernos da agropecuária brasileira, a migração sazonal é uma prática rotineira para suprir a escassez de mão-de-obra e rebaixar seus custos. Originários do Vale do Jequitinhonha, uma das áreas mais pobres de Minas Gerais, pequenos agricultores vêm à região de Ribeirão Preto para complementar sua renda. São submetidos a precárias condições de vida e trabalho, viajam na maior parte das vezes por conta própria e se alojam em barracões nas propriedades, ou em pensões rústicas nas cidades, sempre com alguma intermediação. Raramente reivindicam melhoria de suas condições, e desejam voltar rapidamente a seus locais de origem, onde possuem melhor nível de vida (GEBARA et al, 1988). Esses trabalhadores temporários emigram de suas regiões com destino certo para as usinas das companhias de açúcar, geralmente para aquela na qual trabalharam no ano anterior, e safra após safra trazem consigo familiares e agregados em condições de trabalho, enquanto a parcela de mão-de-obra familiar menos produtiva permanece na localidade de origem, realizando as tarefas de manutenção e tratos culturais de suas pequenas propriedades. São, no dizer dos administradores e capatazes das usinas, "gente que trabalharia 24 horas por dia, se isso fosse permitido". Essa massa de trabalhadores temporários mostra-se portadora do maior grau de disciplina no trabalho, e constitui o elemento ininterrupto do trabalho nas safras, mesmo durante os períodos de greve dos trabalhadores permanentes.

Os modernos empresários sucroalcooleiros preferem, naturalmente, empregar essa mão-de-obra mais disciplinada e passível de controle, em detrimento da mão-de-obra local, para a qual está reservada a oferta de trabalho das unidades fornecedoras de matéria-prima, ou das pequenas e médias propriedades familiares restantes na região. A pequena qualificação da mão-

de-obra empregada, seu baixo nível de instrução e a inadequação das condições de segurança no trabalho constituem o conjunto de condições desfavoráveis ao trabalho no campo, perpetuadas pela possibilidade, sempre presente, de substituição do trabalhador empregado por outro, que aceite receber menos ainda que o baixo salário pago. Complementa-se, assim, a remuneração do trabalhador rural com gêneros em espécie, não raramente descontados do valor monetário que lhe é pago como salário mensal ou diária, exceção feita aos volantes, já em avançado grau de proletarização.

Esse contingente de pequenos proprietários das regiões pobres do Nordeste Brasileiro, como o Vale do Jequitinhonha e a Chapada Diamantina, também realizam migrações sazonais para trabalharem na construção civil. Nesse caso de posseiros na origem esses trabalhadores transformam-se em poceiros no destino, realizando para isso constantes migrações para viverem em torno de um semestre em cada local. As condições de trabalho são muito precárias pois esses operários "temporários" executam a tarefa de abrir a obra, cavando os poços (" tubulão") dentro dos quais ergue-se os pilares que irão sustentar as construções. Trata-se de operação extremamente arriscada, para o que usa-se instrumentos rudimentares como cavadeiras e baldes puchados por "sarrilhos" ("cambitos"). Sem direitos trabalhistas reconhecidos e submetendo-se a condições de elevada periculosidade, esses pequenos lavradores vagam de tempo em tempo enquanto a saúde permitir (GONÇALVES, 1995b).

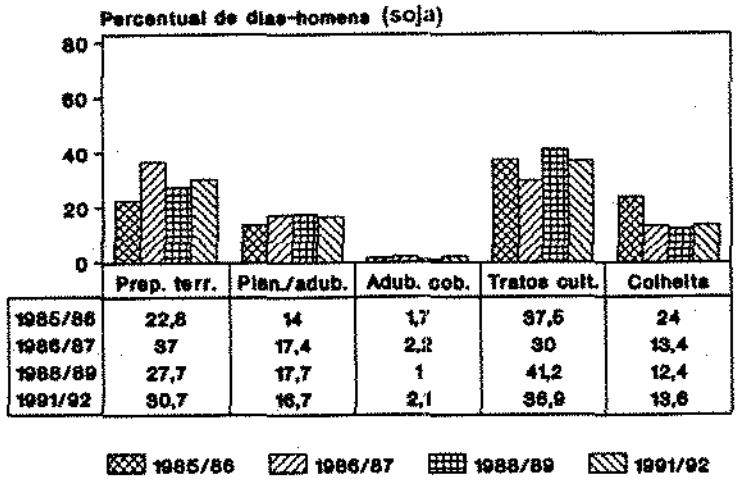
A relação entre modernização e sazonalidade do emprego na verdade tem que ser acrescida pela influência da composição de culturas sobre esse processo. O elemento básico dessa discussão está no fato de que a mecanização crescente das várias operações produtivas, com menor intensidade na colheita, leva à redução substancial da demanda por mão-de-obra na maior parte do período, e aumento da necessidade na colheita. Esse problema é acirrado porque a menor intensidade da mecanização na colheita e o crescimento da área plantada possibilitada pela máquina, reforça a especialização regional em uma ou poucas culturas, e com isso tornando a colheita exigente de maior número de trabalhadores. Pode assim, ocorrer o paradoxo do excesso de gente em todo processo produtivo converter-se em escassez na colheita criando enormes dificuldades ao proprietário agrícola.

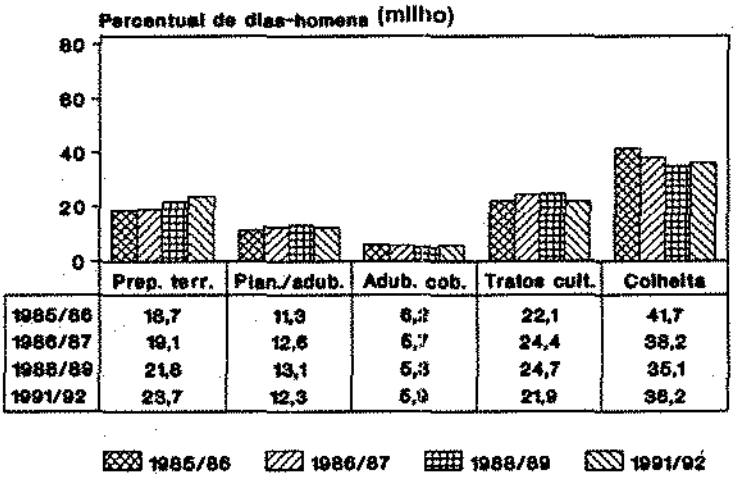
As culturas paulistas mais importantes podem ser divididas em 3 grandes blocos quanto à sazonalidade da exigência de mão-de-obra: a) o padrão de baixa sazonalidade, que inclui a soja, o milho e o arroz; b) o padrão intermediário, que inclui o feijão, o amendoim e o café, c) o padrão de alta sazonalidade, que inclui a cana para indústria, laranja e algodão. A diferenciação fundamental entre esses grupos está na intensidade com que a colheita foi mecanizada. Além dessas, mas pouco desenvolvido em São Paulo, tem-se ainda o padrão das frutas de mesa, com uso intensivo de mão-de-obra como, também, é o caso das olerícolas. Mas, a maior parte da mão-de-obra paulista está associada às culturas acima destacadas.

As culturas de baixa sazonalidade do uso de mão-de-obra têm na soja o seu exemplo mais acabado. Trata-se de atividade de expansão vertiginosa da década de 60 em diante, onde a mão-de-obra na colheita não mostra-se como pico do processo produtivo, sendo superada pelo preparo do solo e tratos culturais. Em geral tem baixo uso global de mão-de-obra, podendo ser cultivada em grandes áreas sem a limitação inerente à dificuldade de contratação de pessoal na safra. No milho, ainda que a colheita ainda exija mais mão-de-obra, a tecnologia disponível não apenas indica que esse quadro poderia ser diferente, bem como isso vem ocorrendo crescentemente nas principais regiões produtoras. Uma particularidade da cultura do milho é que, via de regra, representa a 2ª ou 3ª cultura em importância de muitos pequenos e médios lavradores que colhem o produto manualmente. Esse segmento de plantadores tem o milho como cultura secundária em suas propriedades e eleva o percentual médio estadual de uso de pessoal nessa tarefa, mascarando assim a intensidade da mecanização da colheita das regiões e propriedades especializadas no cultivo de milho. O arroz segue, em grandes linhas, o mesmo perfil da soja, inclusive sendo permitida a colheita com a mesma máquina colheitadeira (Figura 1).

As culturas do padrão intermediário são aquelas em que, principalmente, os tratos culturais dividem com a colheita a posição de pico na intensidade da utilização de mão-de-obra. O feijão, ainda com predominância da colheita com arranquio manual, tem mostrado uma mecanização quase completa das tarefas complementares, como transporte e trilha, sendo que mesmo o arranquio mecânico já vem sendo introduzido, podendo rapidamente torná-lo mais próximo do padrão da soja (GONÇALVES, 1993a). No amendoim, a intensidade maior está na trilha e tratamento do grão, que deve ser feita em condições adequadas para evitar-se o desenvolvimento de ataques fungicos associados à aflotoxina. O café, como planta perene, produtiva por vários anos, tende a se manter como grande empregadora nos tratos culturais e na colheita, em especial quando se busca melhor qualidade de bebida, com tratamento do grão na secagem a terreiro (Figura 2).

No bloco das culturas com elevada sazonalidade estão a cana para indústria, a laranja e o algodão, sendo que a cana e a laranja tem safras praticamente concomitantes localizadas em regiões contíguas dentro do território paulista e são atualmente as maiores empregadoras. A cana para indústria mecanizou praticamente todas as operações, sendo que a intensidade da utilização da mão-de-obra na colheita decorre, em certo sentido, do menor custo do corte manual frente ao mecanizado (Figura 3). Além disso também, advindo de que, como cultura semiperene com tendência a elevar o número de cortes da mesma planta, a qualidade da soqueira torna-se elemento fundamental, o que se consegue, com segurança, utilizando-se do corte manual. Entretanto, no período recente a mecanização da colheita da cana para industria se intensifica em São Paulo, e com isso a utilização sazonal de mão-de-obra sofre grande redução (VEIGA Fº et al, 1994).





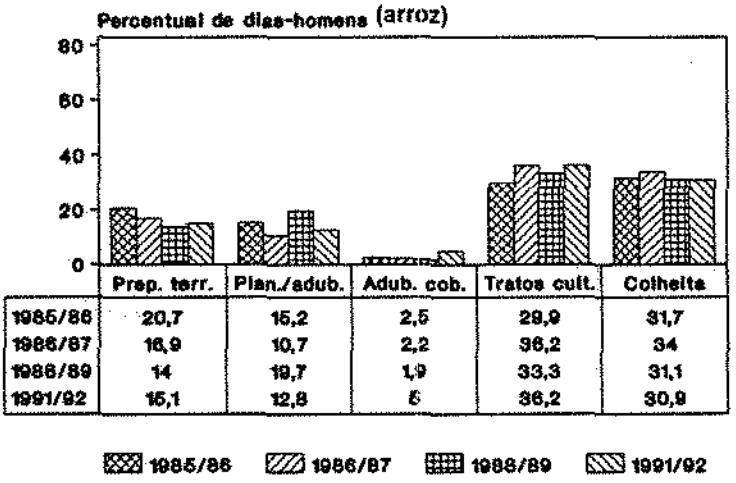
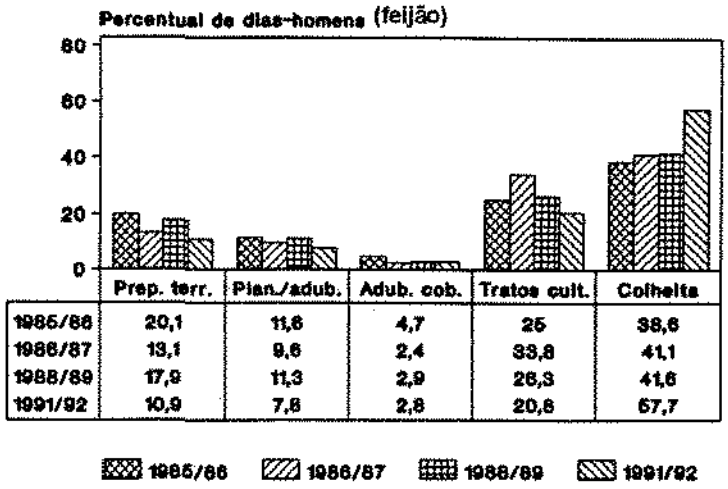
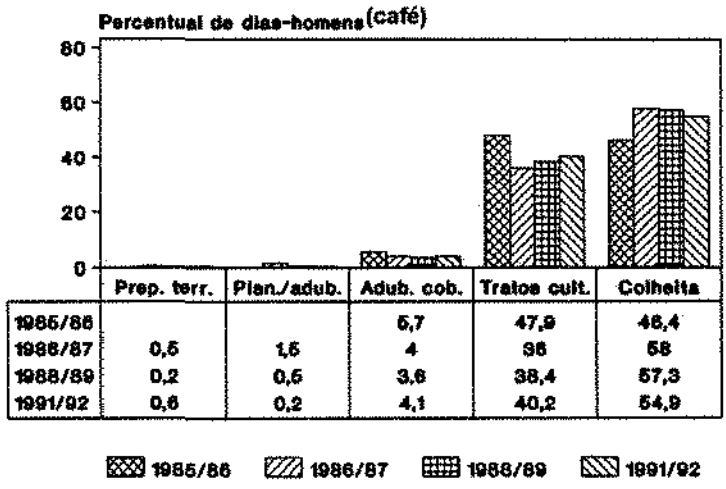


Figura 1 - Percentual de Dias-Homens Utilizados nas Operações Agrícolas das Culturas de Soja, Milho e Arroz, Estado de São Paulo, 1985/86 a 1991/92.

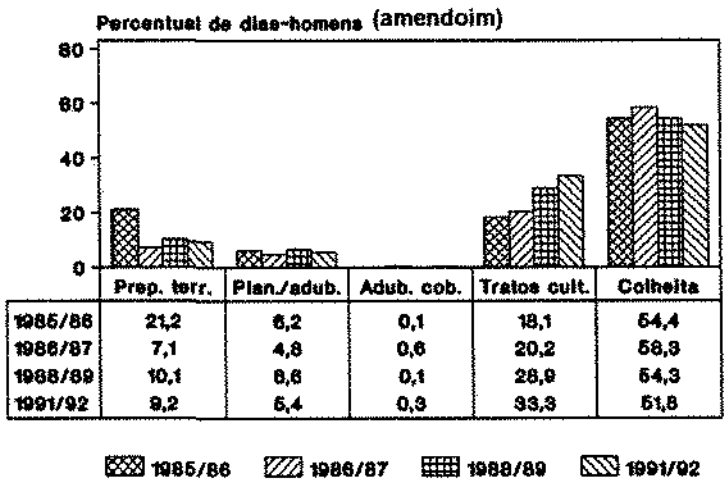
Fonte: BAPTISTELLA et al. (1994).



	Prep. terr.	Plan./adub.	Adub. cob.	Tratos cult.	Colheita
1985/86	20,1	11,6	4,7	25	38,6
1986/87	13,1	9,6	2,4	33,8	41,1
1988/89	17,9	11,3	2,9	26,3	41,6
1991/92	10,9	7,6	2,8	20,6	57,7



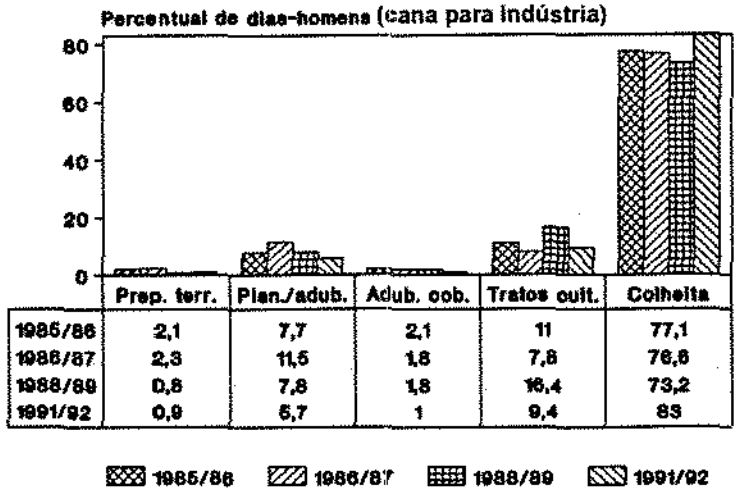
	Prep. terr.	Plan./adub.	Adub. cob.	Tratos cult.	Colheita
1985/86			5,7	47,9	46,4
1986/87	0,5	1,5	4	36	58
1988/89	0,2	0,5	3,6	38,4	57,3
1991/92	0,6	0,2	4,1	40,2	54,9

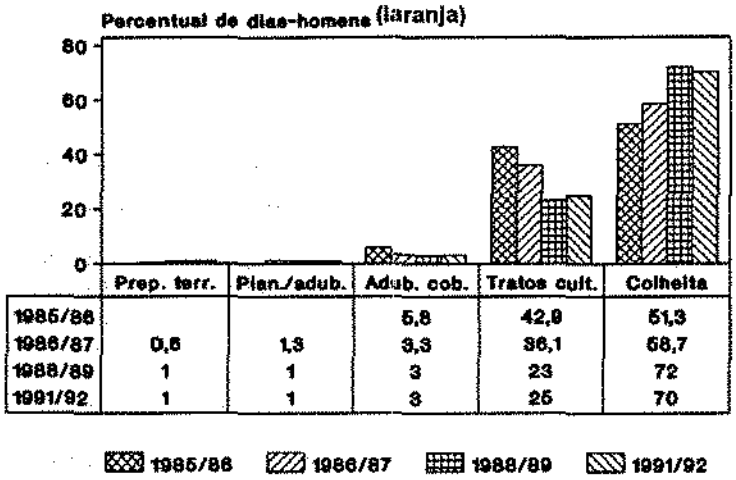


	Prep. terr.	Plan./adub.	Adub. cob.	Tratos cult.	Colheita
1985/86	21,2	6,2	0,1	18,1	54,4
1986/87	7,1	4,8	0,6	20,2	58,3
1988/89	10,1	6,6	0,1	28,9	54,3
1991/92	9,2	5,4	0,3	33,3	51,8

Figura 2 - Percentual de Dias-Homens Utilizados nas Operações Agrícolas das Culturas de Feijão, Café e Amendoim, Estado de São Paulo, 1985/86 a 1991/92.

Fonte: BAPTISTELLA et al. (1994).





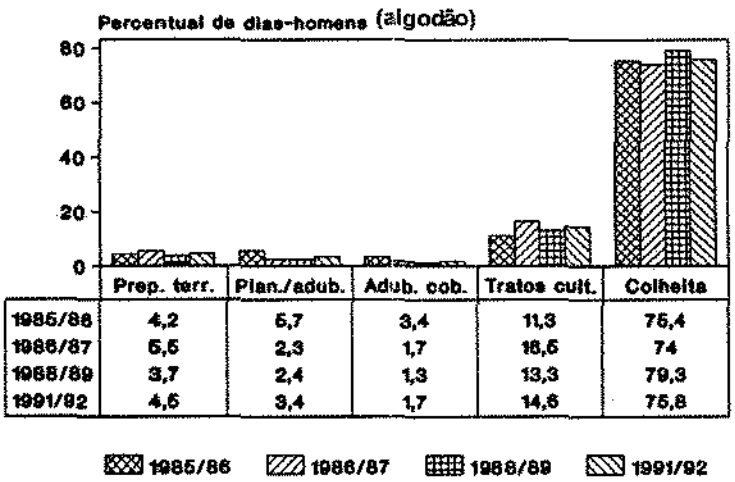


Figura 3 - Percentual de Dias-Homens Utilizados nas Operações Agrícolas das Culturas de Cana para Indústria, Laranja e Algodão, Estado de São Paulo, 1985/86 a 1991/92.

Fonte: BAPTISTELLA et al. (1994).

Na laranja, como em toda citricultura, a questão fundamental está associada à manutenção das árvores, para que o potencial produtivo se mantenha por vários anos. De qualquer modo, nota-se um aprofundamento da mecanização dos tratos culturais, com o que reforça a sazonalidade da colheita. Como as frutas não amadurecem todas ao mesmo tempo e como a procura de "esticar" a safra mostra-se interessante, a colheita da laranja tende a manter essa intensidade do uso de mão-de-obra, agora amenizada com a menor concorrência da demanda do complexo sucroalcooleiro. A destinação das frutas para mesa, face à crescente exigência de qualidade do mercado consumidor, poderá constituir em fator de alteração do padrão tecnico da cultura da laranja, mantendo grande exigência de mão-de-obra. Por outro lado com o aumento da destinação de frutas para as maquinas de produção do suco à vista do consumidor, a qualidade e uniformidade da fruta passa a ser relevante, e isso exige melhores cuidados na condução do pomar e na colheita. Por esses elementos, a laranja tende a um padrão semelhante ao do café no tocante à sazonalidade da mão-de-obra, especialmente na consolidação da destinação para comércio "in natura".

O algodão, por sua vez, tem perspectivas extremamente opostas devendo trilhar a tendência da cana para indústria, com a contínua introdução de colheita mecânica, em especial nas áreas mais planas. A manutenção da colheita manual esteve associada à qualidade do produto, que era imensamente superior nesse processo frente à mecanizada, cuja tecnologia está dominada desde os anos 60. As áreas em declive de certas regiões algodoeiras paulistas e paranaenses, ao lado da enorme presença de parceiros e arrendatários, conformavam a cotonicultura com grande empregadora. Mas, a crise da atividade, nos anos 90, alterou essa realidade com a expansão da cultura nas áreas planas e de clima estável do Brasil Central e nordeste paranaense. Ao lado disso, a disseminação do "rapa" em substituição à panha "maçã a maçã" como método de colheita manual, elevou a produtividade da mão-de-obra na operação mas piorou imensamente a qualidade do produto, tornando-o inferior ao colhido mecanicamente[155]. Nesta situação amplia-se a colheita mecanizada nas grandes áreas, tornando o algodão cada vez menos exigente de mão-de-obra e reduzindo sua sazonalidade (URBAN et al 1995).

Essas tendências permitem, na verdade, redefinir os blocos de culturas face às perspectivas de avanço da colheita mecanizada. Ainda que deva ser ressalvado que esse

---

[155] O método de colheita de algodão "maçã a maçã" constituia-se na antiga forma de colheita manual, em que as famílias inteiras de colonos que viviam nas propriedades algodoeiras, envolviam-se na tarefa de retirar, uma a uma, com as pontas dos dedos, a pluma dos capulhos abertos. Com isso o produto colhido era limpo e uniformemente maduro produzindo, além do caroço, uma pluma beneficiada de qualidade superior. As transformações decorrentes da modernização da cultura e da urbanização da população que eliminaram as colônias, levam à contratação de volantes pagos por quantidade colhida. Desse modo, para elevar seu rendimento diário, esses trabalhadores passaram a executar a colheita no metodo denominado "rapa", ou seja, em vez de colher cada "maçã", o colhedor arranca da planta a pluma junto com pedaços de capulho e folhas que sujam o produto tornando-o de qualidade pior.

processo está longe de ser linear e concomitante, em linhas gerais, no conjunto dos produtos cujo progresso tecnológico tende a reduzir a sazonalidade do uso de mão-de-obra, tem-se a soja cujo padrão esta bem estabelecido, devendo ser seguida pelo milho, arroz, feijão, amendoim, cana para indústria e algodão. Noutras palavras, do grupo intermediário o feijão e o amendoim tendem a seguir na direção do padrão dos grãos em geral, com cultivos em áreas extensas, com pouca utilização de mão-de-obra. Nesse caso o progresso tecnológico resolve a contradição inerente à sazonalidade da utilização de mão-de-obra, permitindo manter equipes treinadas e com padrão um pouco superior (saindo de volantes para tratoristas ou operadores de máquinas), ocorrendo entretanto grande redução no emprego em geral.

A citricultura e o café acompanhados das demais frutas e culturas perenes, além das olerícolas, formam um conjunto de atividades mais intensivas em mão-de-obra. Trata-se de culturas em que, ainda que a mecanização seja incrementada em várias operações, os cuidados com as plantas, para garantir produtividade e qualidade de produto, necessitarão de maior intensidade de mão-de-obra que o grupo dos cereais. Notadamente na colheita, esse processo de busca de incremento na qualidade, para mercado internos e externos cada vez mais exigentes, mostra limitações à radicalização no uso de maquinaria. A maçã catarinense parece constituir-se no caso mais consistente desse padrão, onde a baixa sazonalidade leva a pequenas contratações na safra, numa atividade que alia produtividade e qualidade (GONÇALVES et al, 1996). As atividades com maior potencial de emprego são, portanto, essas que inclusive por fornecerem produtos de maior elasticidade renda, tenderão a ter maior demanda com o processo de redistribuição e aumento da renda nacional. No Brasil esse consumo sofisticado ainda mostra-se incipiente, mas com perspectivas de crescimento.

Nestes dois grupos de produtos, levando ao extremo as perspectivas da tendência manifestada no período recente na agropecuária paulista, e que mostra-se consistente com o que vem ocorrendo em outros países, as culturas poderiam ser agrupadas em intensivas em maquinaria, seguindo o padrão dos grãos, ou intensivas em mão-de-obra, formando portanto patamares distintos no ponto de vista do emprego. A conformação da estrutura fundiária não necessariamente estaria ligada a essa intensidade ou não do uso de mão-de-obra. Se é verdade que a escala dos grãos leva a grandes lavouras mecanizadas, por outro lado a fruticultura não teria estrutura diferente, como mostram os grandes pomares pomícolas catarinenses. Além disso, a intensidade em capital parece ser semelhante nos dois blocos de atividades. Entretanto, a sazonalidade deve ser bastante reduzida em ambos os casos, abrindo espaço para a ampliação da adoção de relações de trabalho mais estáveis.

Na agropecuária paulista esse processo ainda não se manifesta plenamente, verificando-se uma concomitante queda do emprego e aumento da sazonalidade. No triênio 1976-78, para uma média de utilização de dias homens de 4,6 milhões mensais, tem-se o limite

inferior, em agosto, com 4 milhões de dias homens e o superior, em março, com 5,2 milhões de dias homens, numa amplitude de 30,0%. Em 1986-88, para uma média de 5 milhões de dias homens, o pico ocorreu em julho, com 6,4 milhões de dias homens, e o piso em fevereiro com 3.9 milhões, numa amplitude de 64,1%. Em 1991-93, para uma média mensal de 3,4 milhões de dias homens, a maior utilização foi em agosto, com 4,5 milhões, e a menor em dezembro com 2,2 milhões, numa amplitude de 104,5% (Tabela 79).

A realidade mostra uma situação de profunda redução da utilização de dias homens, com incremento da sazonalidade no emprego. Mas esse quadro não significa uma contradição com a tese de que a radicalização da modernização vem no sentido da redução da sazonalidade. Na metade da década de 70 o emprego era sazonalmente melhor distribuído, podendo-se atribuir a grande mudança, até a metade dos anos 80, não à modernização, mas à alteração na composição de culturas, com o incremento significativo da cana para indústria e da laranja, cujos picos de colheita ocorrem exatamente no trimestre junho/agosto, época em que também o preparo do solo para os grãos de verão são executados. No início dos anos 90 tem-se uma redução geral do uso de mão-de-obra, com os picos também nesses meses voltando aos patamares da metade do decênio de 70. As culturas com pico de colheita no meio do ano, dentre as quais as mais relevantes são a cana para indústria e a laranja, em conjunto empregaram menos 2 milhões de dias homens ao mês na colheita, o que deveria reduzir a amplitude sazonal. Isso não ocorreu, ao contrario elevou-se, em razão também da alteração na composição das culturas.

Tabela 79.- Distribuição Mensal do Número de Dias-Homens Utilizados na Agropecuária, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1976-93

(em número)

Mês	1976-78	1986-88	1991-93
Jan.	4.905.423	4.671.469	2.717.168
Fev.	4.655.503	3.940.282	2.625.988
Mar.	5.162.872	5.141.272	3.519.332
Abr.	4.246.446	5.184.823	3.040.518
Maio	4.279.747	4.520.970	3.481.740
Jun.	4.576.285	6.399.757	4.378.424
Jul.	4.722.739	6.426.588	4.194.327
Ago.	4.003.941	6.093.343	4.460.754
Set.	4.394.381	4.545.947	3.626.617
Out.	4.742.212	4.587.431	3.621.453
Nov.	4.886.529	4.200.709	2.819.710
Dez.	4.898.132	3.986.263	2.222.801
Total	55.474.211	59.698.855	40.708.832

Fonte: VICENTE & BAPTISTELLA (1987), para o período 1976-88; BAPTISTELLA et al. (1994), para os períodos 1976-88, 1991 e 1991-92; e VEIGA et al. (1995), para 1993.

A sazonalidade só não baixou a niveis menores pela crise aguda da cotonicultura nos anos 90, atividade altamente empregadora cuja área plantada reduziu-se significativamente, com impactos na demanda de mão-de-obra no período de outubro a março. Mas, essa menor estacionalidade pode ainda concretizar-se com a maior intensidade da mecanização da colheita de cana para indústria que, a persistir a tendência dos ultimos anos, virá a reduzir drasticamente a amplitude atual, com quedas no emprego entre os meses de maio a outubro. Com base nas estimativas de incremento da colheita mecânica, de VEIGA F° et al (1994), o emprego nesses meses de pico, para a atual composição de culturas, teria a media mensal de 3,2 milhões de dias homens, contra os 4 milhões atuais (-20%), com o que a amplitude reduziria para 45,4%.

Desse modo a sazonalidade do emprego agropecuário em geral estaria cada vez mais próxima daquela verificada na metade dos anos 70. Noutras palavras, a solução técnica encontrada para eliminar-se os males do emprego sazonal significa menos emprego, o que para muitos refere-se a nenhuma oportunidade de emprego. Isso é factível até porque a escassez de mão-de-obra na colheita tem pressionado significativamente os lavradores a optarem por mecanizar essa operação em muitas culturas. Essa racionalidade não pode ser freiada por decorrer do próprio processo de modernização e elevação da competitividade. As medidas possíveis estão no campo das políticas compensatórias, ou expandindo a lavoura com redução da pecuária ou gerando empregos urbanos.

Os impactos desse processo, na distribuição de renda, reflete-se na marginalização mais radical de parcela importante da população, além de que, **esse fato derruba definitivamente a argumentação de que a expansão da modernização da agropecuária constitui-se num processo sempre empregador**. Na verdade, a modernização setorial representa um aprofundamento da crise de emprego rural, que para ser superada exige políticas empregadoras, entre elas, especialmente as de construção civil na área urbana, que utiliza a mesma mão-de-obra. Por outro lado a composição de culturas mostra-se com fundamental para conformar a massa geral de emprego, e dentro disso, em São Paulo, certamente contribuiu de forma decisiva a ação inepta do Governo do Estado que assistiu passivo à crise do algodão e o deslocamento da produção de café, quando tinham suporte tecnológico para impedir ou ao menos amenizar esse processo.

A analise da evolução da area cultivada na agropecuária paulista permite visualizar a potencialidade da alteração na composição de culturas. Embora seja a economia onde concentra-se a maior parcela da industria brasileira e onde a agricultura apresenta indices de produtividade dos fatores compatíveis com os observados mundialmente, a expressão da pecuária intensiva ainda se mostra predominante. Dos 18 milhões de hectares da area agrícola estadual, e que tem se mantido nesse patamar desde os anos 70, cerca de 11 milhões são ocupados com pastagem (61,1%), 6 milhões com lavouras temporárias e perenes (33,3%) e

1 milhão com reflorestamento (5,6%). Trata-se de proporção ainda elevada de ocupação do solo com uma atividade extensiva como a pecuária a pasto, e cuja característica fundamental reside na baixa utilização de mão-de-obra. As regiões mais desenvolvidas, e também as que mais empregam, que são as de Ribeirão Preto e Campinas tem uma participação em torno de 40% da pastagem na area agrícola. Caso esse índice fosse generalizado para todo o Estado de São Paulo poderiam ser agregados mais 3,8 milhões de hectares à area de lavouras. O acréscimo atingiria o expressivo patamar de 63% e, como as lavouras empregam muito mais que a pecuária por unidade de área, o emprego poderia mais que dobrar. (MARTIN & GONÇALVES, 1995).

A configuração dessa potencialidade também pode ser feita num espaço geográfico mais ampliado, analisando o conjunto das regiões Sul-Sudeste. As areas agrícolas dessas duas regiões somadas permitiriam a incorporação de muito mais que os 27,5 milhões de hectares cultivados em 1991-93. Nos últimos 5 anos houve um recuo de 3,1 milhões de hectares na area de lavouras do Sul-Sudeste que, se reincorporados permitiriam elevar expressivamente o emprego rural (MARTIN & GONÇALVES, 1995). Esses dados referentes à potencialidade da ampliação do emprego rural permitem destacar a importância de instrumentalizar a política agrícola como uma politica de emprego como forma de ampliar o processo de modernização, mesmo mecanizando, mas abrindo novas oportunidades de ocupação no campo. O planejamento da ocupação do solo interferindo nos mecanismos definidores da composição de culturas constitui-se num caminho para uma política de emprego[156]. Entretanto, em nome da competitividade e da "supremacia do mercado" como instrumento de alocação de fatores, estimula-se a modernização e com isso a redução do emprego. Na agropecuária brasileira tal como esta, investimento significa menos emprego e não mais emprego, ou seja, se as inversões são necessárias não o são para aumentar a oferta de serviços ao trabalhador rural.

5.2.4 - Destino Insólito Nas Cidades: Exodo Rural e Não Incorporação de Grande Parcela da Mão-de-Obra Migrante

O exôdo rural, com a crescente urbanização da população, constitui a marca do processo de formação da moderna sociedade capitalista. Na Europa, foi o êxodo generalizado de trabalhadores rurais nos princípios da Idade Moderna que propiciou a mão-de-obra demandada pelo crescimento das primeiras indústrias nacionais. Nos EUA, o êxodo de pequenos

---

[156] Esse planejamento da ocupação do solo mostra-se uma medida radical mas fundamental para a eficiência tanto da agropecuária como da agricultura no seu todo, uma vez que permite a maximização dos investimentos públicos na infra-estrutura, em especial na logistica de armazenagem, beneficiamento e transporte com sistema multimodais. Esse consiste um dos elementos determinantes da competitividade da agricultura norte-americana regionalizada por *belts* e administrada pelos esquemas *set a side*.

agricultores do Meio-Oeste para as cidades consolidou a formação de uma classe operária numerosa o suficiente para fornecer toda a força de trabalho necessária à constituição da maior economia industrial desde os primeiros três quartos do século XX. No Brasil, ao surto de crescimento experimentado pela indústria nacional desde a década de 30, correspondeu o acirramento da questão agrária no País, com enorme deslocamento demográfico do campo para a cidade. Essa migração mais que compensou o crescimento vegetativo ocorrido no campo, fazendo transcorrer no meio rural brasileiro rápido e vertiginoso esvaziamento populacional. No lapso de 50 anos, entre 1940 e 1990, a população rural brasileira variou de 68,1% para apenas 26,1% da população total (BALTAR, 1988).

Tal êxodo do campo para a cidade correspondeu à expulsão, inicialmente pela disseminação da pobreza, a seguir pelo emprego dos métodos de grilagem e violência, de grande contingente de pequenos sitiantes, agregados, arrendatários e colonos rurais para o meio urbano. Tornavam-se migrantes citadinos, sem contudo desfazerem seus laços com o campo: conservavam em suas perspectivas de vida a ruralidade de seu caráter (IANNI, 1961). Desse processo resultaram vários movimentos sociais no campo, dos quais o exemplo mais notável foram as Ligas Camponesas que, disseminadas pelo meio rural brasileiro, em especial os Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco (JULIÃO, 1962), figuraram como um dos principais expoentes na ebulição dos conflitos sociais que antecederam o início da ditadura militar no País, em 1964. Aconteceu no Brasil, em virtude da insuficiência de medidas para solucionar os problemas gerados pela questão agrária nacional, a perda da capacidade do setor agrícola de regular o mercado de trabalho rural-urbano. Por sua vez, a expansão da indústria nacional, sem realização da reforma agrária e constituída sobre uma estrutura prévia heterogênea, incorporou os elementos de um mercado de trabalho cujas principais características eram o excedente da oferta de mão-de-obra e o baixo nível de salários. Por fim, a modernização da agricultura durante a década de 70 gerou as últimas massas de excedentes de mão-de-obra no mercado de trabalho nacional.

Ao contrário do Meio-Oeste americano, onde ao emigrar para a cidade o pequeno proprietário rural levava consigo os recursos percebidos com a venda de suas terras, o que lhe permitia adquirir sua casa, antes de se tornar trabalhador assalariado, e por vezes juntar certo capital que pudesse aplicar em algum trabalho autônomo, no Brasil o agregado das fazendas chegava ao meio urbano sem posse de qualquer recurso (FURTADO, 1972). Levava consigo apenas sua força de trabalho e a dos membros de sua família que possuíssem idade para o trabalho, e pudessem ser aproveitados em algum ofício urbano para o qual não se exigisse quase, ou realmente nenhuma, qualificação formal. Ingressava, por este modo, num mercado de trabalho de alta produtividade da mão-de-obra e emprego excasso. Essas massas de trabalhadores rurais, ao chegarem às cidades, exerciam forte pressão demográfica sobre o

mercado de trabalho urbano, propiciando ao emergente parque industrial um exército de reserva superdimensionado para suas necessidades, e conseqüentemente reduzindo o preço dos salários urbanos. Como já apontara RANGEL (1986), "esse estado de coisas ... aumenta a produtividade do trabalho agrícola, em ritmo maior que o da expansão do mercado para bens agrícolas e, em conseqüência, milhões de camponeses são arruinados e deslocados, dispondo-se a disputar um lugar ao sol fora da agricultura, **virtualmente por qualquer salário**".

O processo de transformação da economia brasileira seguiu essa tendência e, notadamente a partir da década de 70, o Brasil experimentou seu maior êxodo rural: quase 16 milhões de pessoas deixaram o campo rumo às cidades. O processo de modernização da agricultura foi o elemento central desse êxodo, dispensando pessoal ao tempo em que a concentração urbana não tinha como contrapartida uma taxa de absorção de mão-de-obra, em nível da indústria e serviços, compatível com o ritmo das liberações do campo. Nesse contexto, "a fronteira agrícola tem sido citada repetidamente como salvador em potencial, capaz de atrair fluxos significativos de migrantes e arrefecer a intensidade da concentração urbana" (MARTINE, 1987). Contudo, a modernização se reproduziria na ocupação do Centro-Oeste com grandes propriedades mecanizadas, dando assim seqüência ao ciclo de reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira. Deste modo, cada nova frente da fronteira agrícola reduzia seu ciclo de atração intensiva de mão-de-obra, pois "os mesmos processos que limitam o acesso à terra nas áreas tradicionais estão funcionando na fronteira nova... O fato central é que as alternativas para os 'excedentes rurais' gerados em áreas tradicionais de produção agrícola se tornaram muito reduzidos, pois os contingentes expulsos não têm mais para onde ir... Os excedentes rurais já não podem ser absorvidos maciçamente em zonas agrícolas e acabam engrossando os fluxos urbanos" (MARTINE, 1987).

A radicalidade do processo de urbanização levou a que esse processo no Brasil fosse executado num espaço de tempo muito mais reduzido que nos países industrializados e não realizou-se de maneira semelhante em todas as regiões brasileiras. Tomando a população total regional, no período 1940-80, tem-se um panorama espacial desse processo. Na região Norte esse percentual caiu de 72,3% para 48,4%, o Nordeste reduziu de 76,6% para 49,5%, o Sudeste tem declínio de 60,6% para 17,2% , o Sul reduz de 72,3% para 37,6% e o Centro-Oeste cai de 75,5% para 32,0%. Visualizando os mesmos dados em relação à participação da população rural regional na população rural brasileira no mesmo período, tem-se um cruzamento interessante. A região Norte tem uma participação crescente mas reduzida saindo de 3,7% em 1940 para 7,4% em 1980, o mesmo sentido e situação do Centro-Oeste que sai de 3,5% e atinge 6,3%. A região Sudeste tem uma tendência inversa, caindo de 39,2% para 23,1%, ao tempo em que o Sul avança entre 1940-70 (14,6% para 22,4%) revertendo essa tendência na década de 70 e chegando ao ano de 1980 com 18,5%. Destaque para o Nordeste que tem a

maior parcela da população rural nacional e a participação é crescente saindo de 39% em 1940 para 44,7% em 1980 (BALTAR, 1988). Ao nivel do emprego esse processo tem impactos diretos, sendo que a população economicamente ativa (PEA) na agricultura do Nordeste cai de 74,2% em 1950 para 46,4% em 1985 enquanto no Sudeste esse percentil reduz-se de 45,9% para 15,6% (GUIMARÃES NETO, 1988).

As desigualdades do desenvolvimento regional intensificaram os efeitos do desequilíbrio do mercado de trabalho naquelas regiões mais urbanizadas e populosas. Se, de um lado, as regiões mais pobres e mais populosas sofrem um efeito menor da crise, de outro cessa o processo incorporador que a industrialização e a urbanização propiciam, gerando com isso índices crescentes de pobreza urbana. GUIMARÃES NETO (1990) observa com exatidão esse fenômeno: "as áreas periféricas menos industrializadas e de menor grau de urbanização sofreram menos os impactos negativos da crise e desaceleração que as demais, particularmente no Sudeste e, neste, particularmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro". Mesmo no interior dos estados de industrialização mais desenvolvida este fenômeno se repete, recriando a dicotomia entre o grande e o pequeno centro. O emprego ficou estagnado e foi interiorizado em São Paulo, uma vez que seus índices caem na grande São Paulo, e crescem no interior do Estado (GUIMARÃES NETO, 1990), impelidos pelo avanço da agricultura industrial.

Para o mesmo período, pode-se observar diferenças setoriais na evolução do índice de emprego. Atividades empregadoras de mão-de-obra desqualificada e barata apresentaram os maiores índices de desemprego, afetando a grande massa da população trabalhadora. A construção civil, atividade urbana que mais emprega mão-de-obra desqualificada migrante, "foi uma das mais negativamente afetadas pelo impacto da crise... o que chama atenção na evolução dos empregos na construção civil é a homogeneidade verificada no comportamento nas várias regiões brasileiras" (GUIMARÃES NETO, 1990). Esse processo desempregador, gerado pela crise no padrão de financiamento da indústria da construção civil, fechou a válvula absorvedora de mão-de-obra rural emigrada, gerando com isso impactos diretos no campo. A "minifundização" detectada por alguns com base nos dados censitários de 1985 tem no retorno de massas migrantes a seus locais de origem, importante parcela de sua explicação.

Com a generalização da crise do emprego, o papel do setor público foi o de realizar uma *performance* anticíclica. Movido em parte pela necessidade de estender a rede de serviços básicos prestados à população, os governos aumentaram contratações para amenizar a deterioração das condições de vida. "Este crescimento do emprego público significou passar de um contingente de 3,15 milhões de pessoas em 1979 para 5,13 milhões em 1988, um acréscimo portanto de 1,98 milhões de empregados em nove anos" (GUIMARÃES NETO, 1990). Esse índice é três vezes o número de empregos perdidos na construção civil (612 mil) - embora, naturalmente, não signifique empregos gerados para a mesma parcela da população -

e faz a administração pública saltar de 14,9% do emprego formal para 21,7% no período 1979-88. O crescimento deu-se principalmente nos planos municipal e estadual, e concentrou-se nas Regiões Norte (+126,10%), Nordeste (+99,28%) e Centro-Oeste (+82,83%), com um menor avanço no Sul (+40,56%) e Sudeste (+43,61%). Assim, "simultaneamente com o agravamento da crise fiscal e financeira que estava vivendo o Estado Brasileiro, ocorreu uma prática sistemática de 'política compensatória' de emprego público, que ao mesmo tempo desacreditou o setor público e abriu espaço recentemente, para violenta ofensiva contra o Estado Brasileiro e contra o servidor público" (GUIMARÃES NETO, 1990).

Assim a cidade, núcleo onde encontra-se agora concentrada a reserva de mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho nacional, não tem conseguido realizar a plena incorporação dos migrantes. No caso brasileiro, este mercado guarda características decorrentes principalmente da subutilização da capacidade de trabalho de significativo contingente da população economicamente ativa. Os reflexos da crise econômica agravam ainda mais as condições de vida dessa população subempregada. Analisando o passado recente da economia nacional, depara-se com um quadro crescente de deterioração desse mercado: "nos primeiros anos da década de 70, durante os do chamado milagre, a economia expandiu-se aceleradamente, apresentando um crescimento global de 11,5% ao ano entre 1969 e 1973. O investimento nesse período cresceu à inusitada taxa de 13,8% ao ano. O emprego industrial mostrou um comportamento invulgar, 8,4% ao ano entre 1970 e 74 no Brasil e 8,8% em São Paulo" (SOUZA, 1983). A manutenção de taxas de crescimento inferiores, mas ainda elevadas durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento, fruto de uma política anticíclica de alavancar o investimento através do Estado, manteve viva a idéia de perenidade do processo incorporador urbano, reforçando a migração interna rumo ao núcleo dinâmico da economia, a Região Sudeste, em especial São Paulo. Contudo, a década de 80 seria marcada pela crise deste modelo. O Brasil passaria a apresentar taxas reduzidas e irregulares de crescimento, com reflexos imediatos no mercado de trabalho: "tanto em relação aos setores produtivos como às regiões, fica evidenciada a mesma configuração do emprego, com redução dos níveis no início da primeira metade dos anos 80, com recuperação nos anos 1984/86 e estagnação no período mais recente (1987/88)" (GUIMARÃES NETO, 1990).

No conjunto da economia brasileira, o desemprego aparece como um problema assustador pois, após ter mostrado taxas cadentes no período 1985-89 quando reduziu de 5,2% para 3,3%, inverte a tendência e atinge 6% em 1992, desde quando novamente mostra queda com o desencadeamento do processo de estabilização da economia. Esses indicadores para o principal centro industrial do Brasil, representado pela Grande São Paulo são sempre maiores que a media nacional. Entretanto, contabilizando o desemprego oculto os dados mostram proporções assustadoras com taxas de 15,1% em 1996, ou seja superando o total

de 1 milhão de trabalhadores sem emprego (Tabela 80). Dessa maneira parece estarem esgotados os efeitos imediatos decorrentes do processo de estabilização da economia, posterior a 1994, com a redução da capacidade ociosa e inicia-se os corolários mediatos com a restruturação produtiva com a modernização eliminadora líquida de postos de trabalho, ainda assim de trabalho mais qualificado.

Tabela 80.- Taxas de Desemprego em Relação à População Economicamente Ativa (PEA), Brasil e Grande São Paulo, 1985-96

(em %)

Ano	Brasil	São Paulo	
	(Aberto)	Aberto	total
1985	5,2	7,8	12,2
1986	3,6	6,1	9,6
1987	3,7	6,1	9,2
1988	3,8	7,0	9,7
1989	3,3	6,6	8,7
1990	4,3	7,2	10,3
1991	4,8	7,9	11,7
1992	6,0	9,1	15,2
1993	5,3	8,7	14,6
1994	5,1	8,9	14,2
1995	4,6	8,9	13,2
1996	4,7	_	15,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

A análise do SEADE (1995) argumenta que os aspectos fundamentais para entender a evolução recente da taxa de desemprego na Grande São Paulo seriam: "o primeiro é o forte declínio do assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado, posição ocupacional que dispõe de maiores garantias contratuais e cuja remuneração é usualmente superior à média. O segundo é a expansão de algumas formas de inserção mais frágeis, que ocorrem, no entanto, em ritmo muito inferior à eliminação de postos assalariados. O terceiro é a intensa retração do emprego industrial. O quarto, o aumento da ocupação no comércio e nos serviços, a despeito das condições econômicas adversas". Essa realidade manifesta-se num largo crescimento do trabalho informal em todo pais, e que atinge principalmente as regiões Sul

e Sudeste. Na região Norte o emprego informal cresce de 48,05% para 57,48% no período 1985-95, o mesmo ocorrendo com o Centro-Oeste (de 49,10% para 53,37%), ambas alcançando níveis onde a informalidade sempre mostrou-se elevada como no Nordeste. O Sul e o Sudeste, onde tem predominado os contratos formais de trabalho, apresentam entretanto um crescimento do emprego informal, saindo de patamares em torno de 37% para outros próximos a 45%. Com isso em todo o Brasil os empregos informais que representavam cerca de 45% dos contratos na metade dos anos 80, caiu para 42% em 1990 e atingiu praticamente a metade dos empregados em 1995 (LAVINAS, citada por DURÃO, 1997).

O quadro de crescente desemprego e sub-utilização da força de trabalho acima apresentado vem pressionar ainda mais os efeitos negativos sobre o nível de salários da economia. A participação da massa de salários na renda nacional caiu de 57% para 52% entre 1949 e 1975 (SOUZA, 1983) e, no auge da crise econômica, reduziu-se de pouco mais de 50% no final da década de 70 para 35% da renda nacional no início da década de 90 (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991). A evolução do valor real do salário mínimo esclarece ainda mais a intensidade da crise da década de 80, e o profundo arrocho salarial que dela resultou. Tomando-se como base 100 o mês de julho de 1940, tem-se o período compreendido entre os anos de 1955-62 como o de maiores valores, com índices que variaram de 111,04 a 101,82, caindo a partir daí continuamente, para atingir seu patamar mais baixo em 1974 (54,48), com reduzida recuperação até 1982 (66,02), e queda drástica a partir de então, para atingir um nível reduzidíssimo de poder de compra em 1990 (29,09) (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991).

Comparando esses dados a outros indicadores econômicos, evidencia-se a desigualdade econômica e social como principal característica do crescimento experimentado durante as décadas de 60 e 70. Ainda mais, "os salários médios cresceram mais do que os baixos e os altos mais que os médios, abrindo-se assim o leque de salários. Este processo de crescente disparidade salarial certamente contribuiu para a concentração de renda verificada durante as décadas de 60 e 70 no Brasil" (SOUZA, 1983). Os dados apresentados para empregos e salários caracterizam a profunda desigualdade social gerada numa economia de baixos salários e crescentes níveis de subutilização da força de trabalho, frutos, entre outros fatores, do não-cumprimento pela agricultura de sua função reguladora do mercado de trabalho. O processo de industrialização brasileiro não engendrou uma melhor distribuição de renda, fracassando aqui a função homogeneizadora que desempenhou nas economias capitalistas da América do Norte e da Europa. Ao contrário, o setor industrial configurou-se como pólo concentrador de renda na economia nacional, tendo se realizado a partir da queda dos níveis médios de salários das indústrias a diminuição dos níveis de salários dos demais setores produtivos. Concentração de renda e restrição ao ingresso no mercado de consumo da maioria

da população foi a conseqüência produzida. Nos últimos trinta anos, os 50% mais pobres da população brasileira experimentaram acentuada e permanente queda em sua participação na renda nacional, que variou de 17,7% em 1960 para 14,2% em 1980, chegando a apenas 10,6% em 1989; na outra ponta, os 10% mais ricos aumentaram sua parcela de participação, saltando de 39,7% em 1960 para 47,8% em 1980, chegando a atingir 53,2% em 1989 (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991).

Durante a década de 80, proliferou-se a pobreza como conseqüência da concentração de renda na economia brasileira. Seu índice elevou-se de 24,4% de pessoas vivendo em condições abaixo da linha de pobreza em 1980 para 39,3% em 1989, para o total do País. Com isso, as desigualdades do desenvolvimento regional acentuaram-se ainda mais. A Região Nordeste permaneceu durante todo o período com o maior percentual de pobreza, saltando de 38,5% em 1980 para 56,4% em 1989; na Região Norte este índice cresceu de 24,2% para 37,8% no período, seguido pela Região Centro-Oeste, que apresentou índices de 19,1% para o começo da década e 33,3% para o ano de 1989. As Regiões Sudeste (com variação de 17,1% a 31,3% no período) e Sul (14,4% a 28,0%) apresentaram os menores índices de pobreza na década (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991). Esse quadro de aumento da pobreza ocorre tanto nas metrópoles como no campo. Nas grandes cidades, "comparando as situações de 1980 e 1989... a proporção de famílias pobres aumenta em São Paulo de 18,3% para 19,5%, enquanto no Rio de Janeiro ela eleva-se de 22,5% para 30,8%, em Porto Alegre de 11,0% para 15,7% e no Recife de 39,3% para 44,9%" (OLIVEIRA et al, 1991). No meio rural esses índices são ainda mais drásticos: evoluem de 46,1% em 1981 para 65,8% em 1990 (HOFFMANN, 1992), para o total do Brasil.

A crise dos anos 90 pressionaria ainda mais essa realidade, com quedas expressivas nas rendas médias das famílias. Na Região Metropolitana de São Paulo, no período 1990-94, a analise desse indicador mostra os efeitos perversos na distribuição de renda uma vez que além da renda familiar média ser cadente em valores constantes, essa queda deriva das perdas das famílias mais pobres enquanto que os ricos mantem seus ganhos. Os 5% mais pobres perdem 43% de suas rendas os 5% mais ricos tem rendimentos 1% maiores, com o que o índice de gini para a renda familiar cresce de 0,465 para 0,545, indicando acirramento da concentração. Assim, "o movimento de redução da renda familiar, além de acentuado, foi perverso. Confirmando a noção de que situações de instabilidade econômica e um ambiente inflacionário, tendem a afetar mais os indivíduos e famílias em situação econômica mais frágil, este processo contribuiu também para o aprofundamento do grau de desigualdade na distribuição da renda familiar" (BRANDÃO & JANNUZZI, 1995).

O panorama espacial da pobreza no Brasil revela com nitidez a realidade de que a transformação produtiva constituiu-se como um processo de "urbanização da miséria", sem

eliminar os bolsões de pobreza rurais. No contexto global, houve uma expressiva redução de cerca de 13 milhões de pessoas no numero de pobres da sociedade brasileira, como decorrência direta da estabilizaçãc da economia brasileira a partir de 1994. Assim, se em 1993 existiam 43,3 milhões de pobres, em 1995 eles eram 30,4 milhões e, portanto, ainda que tenha havido progresso, são indicadores alarmantes na ótica distributiva. No aspecto rural/urbano verifica-se não apenas que a maioria dos pobres estão nas cidades como essa proporção cresce nos anos 90, uma vez que se em 1990 os pobres rurais eram 12,2 milhões (29,1%) e os urbanos 29,7 milhões (70,9%), em 1995 viviam no campo 7,3 milhões de pobres (24,0%) contra 23,1 milhões nas cidades (76,0%) (Tabela 81). A estabilização econômica a partir de 1994 parece ter tido efeitos similares no campo e nas cidades pois manteve a distribuição de pobres entre ambos os locais de moradia.

Tabela 81.- Evolução da Distribuição da População Pobre Brasileira, 1990-95

(em 1.000 habitantes)

Ano	Rural		Urbano		Brasil	
	Numero	%	Numero	%	Numero	%
1990	12.227	29,1	29.743	70,9	41.970	100
1992	10.471	24,3	32.556	75,7	43.027	100
1993	10.286	23,8	32.991	76,2	43.277	100
1995	7.289	24,0	23.149	76,0	30.438	100
Ano	Nordeste Rural		Metrópoles		Grande São Paulo	
	Numero	%(1)	Numero	%(2)	Numero	%(3)
1990	7.988	65,3	12.261	41,2	3.277	26,7
1992	7.049	67,3	13.524	41,5	4.588	33,9
1993	7.469	72,6	14.156	42,9	4.547	32,1
1995	5.049	69,3	9.084	39,2	2.640	29,1

(1) Percentual em Relação ao total dos pobres rurais.
(2) Percentual em relação ao total dos pobres urbanos.
(3) percentual em relação ao total dos pobres metropolitanos
Fonte: ROCHA (1996)

Outro aspecto a destacar dentro da distribuição da população pobre brasileira esta no duplo sentido da concentração. No campo a grande maioria dos pobres estão nas areas rurais da região Nordeste com cerca de 8 milhões de pessoas em 1990, que correspondiam a 65,3% dos pobres rurais brasileiros, e em 1995 esse numero atingia 5 milhões, ou seja 69,3% dos pobres do campo (Tabela 82). Note-se que, excluindo-se o efeito da estabilização econômica

na redução do número de pobres da zona rural nordestina, a proporcionalidade da pobreza rural revela a manutenção dessa região como bolsão de concentração da pobreza do campo. Isso a despeito dos inúmeros projetos estimulados por políticas públicas centradas em subsídios que propugnam pelo desenvolvimento da agricultura regional, em especial nos polígonos irrigados. Nesse caso, ou a expressão desses projetos mostra-se reduzida ou os propalados efeitos sobre as condições de vida da população rural local revelam-se efêmeros.

Nas cidades o panorama de concentração também apresenta-se nítido, pois da população urbana em 1990, um total de 12,3 milhões das pessoas pobres moravam em metrópoles (41,2%) das quais 3,3 milhões (26,7%) na Grande São Paulo, sendo que em 1995 os pobres metropolitanos eram 9 milhões (39,2%) dos quais 2,6 milhões (29,1%) na area de influência da capital paulista. Nesse último ano, outra grande região metropolitana do sudeste, a Grande Rio concentrava 2,1 milhões de pobres, com que o conjunto das duas maiores metrópoles brasileiras teriam em conjunto 4,7 milhões de pobres, ou seja 52,2% dos pobres metropolitanos nacionais. Revela-se aí o segundo grande bolsão de pobreza do Brasil, a pobreza urbanizada pelas migrações internas das várias zonas rurais que, forjando uma periferia com condições de vida precárias, multiplica a desnutrição, a criminalidade e a ausência de oportunidades. A reprodução dessa realidade por outras metrópoles e cidades interioranas, até mesmo as pequenas cidades, forma o quadro preocupante da miséria urbana brasileira.

A pobreza urbana não é necessariamente uma ocorrência universal e inevitável do crescimento. Como argumenta RANGEL (1986b), a "urbanização em si mesma é um fenômeno perfeitamente normal numa economia em processo de urbanização. O que não é normal é o ritmo que imprimimos ao nosso processo de urbanização, que implica em criar nas cidades uma oferta de mão-de-obra em descompasso com a demanda que a industrialização vai criando" (RANGEL, 1986b). No Brasil portanto, a proliferação da pobreza é conseqüência direta da crise agrária, que desembocou no desemprego urbano e no florescimento da economia informal. O setor agrícola não possuiu mecanismos eficientes de regulação do mercado de trabalho e, dessa forma, multidões mergulharam no êxodo rural. Atraídos pela perspectiva de abandonar as difíceis condições do campo, não encontraram nas cidades melhores oportunidades de vida e trabalho. Ao lado disso, a insuficiência dos recursos urbanos causou déficits cada vez maiores das ofertas dos serviços de habitação, saúde, educação, e toda espécie de serviços públicos básicos, criando a face dramática da questão social brasileira, tão bem expressa na dicotomia das cidades, gerada pela pobreza urbana: "A cidade se divide em duas partes. Uma reune as regiões onde se verifica melhor qualidade de vida, é habitada pelas camadas de renda mais alta com pleno acesso à infra-estrutura básica e de serviços e apresenta baixa taxa de crescimento populacional, significativa concentração de edificações de uso residencial e níveis de renda satisfatórios. Outra, composta pelas áreas periféricas, caracteriza-se por alto incremento

demográfico, baixo nível de renda e de condições de saúde e sérios problemas de infra-estrutura" (JACOBI, 1990).

A marginalidade e a violência cresce entre a população desterrada, que migrou do campo para as grandes cidades. "Ao se analisar a criminalidade no período 1984-93 para o Município de São Paulo, verifica-se o aumento de 20,5% no total de registros delituosos. Entretanto é a partir de 1988 que essa ascensão torna-se mais acentuada. Quando se observa a tendência das categorias que englobam os tipos de crimes mais violentos no período 1988-93, constata-se que aqueles praticados contra o patrimônio são os que apresentam maior crescimento (30,3%), seguidos por aqueles contra a pessoa (29,7%). Muito próximo a estes encontram-se os crimes contra a incoluminidade pública (16,1%) - que incluem o uso e o tráfico de drogas - e finalmente aqueles voltados contra os costumes que declinam em 6,1%" (FEIGUIN & LIMA, 1995). A concentração da criminalidade na periferia, onde moram preponderantemente migrantes do campo, revela a origem agrária do problema. Estes "condenados da terra", entretanto, não lutam contra um opositor de classe; lutam entre si, são tragados pelos ardis da violência, que tornam a delinqüência sua estratégia de vida: "(...) o banditismo, cada vez mais formalmente organizado, é apenas uma variante dessa economia informal complementar... esse desmesurado e teratológico exército de reserva pode pôr em causa a própria viabilidade do sistema econômico suscitando uma questão de ordem pública" (RANGEL, 1986).

A explosão da violência ao fazer emergir e crescer os exércitos armados das firmas de seguranças particulares leva à perda do monopólio estatal da violência. Noutras palavras, o Estado deixa de exercer a atividade fundante de promover a justiça. Essa situação nas grandes regiões metropolitanas atingiu patamares preocupantes pois, " em 1994, o contingente de vigilantes no Brasil era de 1 milhão de trabalhadores, sendo que 600 mil homens atuavam em empresas devidamente legalizadas e 400 mil naquelas clandestinas, sem autorização para funcionarem. No Estado de São Paulo, nesse mesmo ano, o total de vigilantes em empresas autorizadas pelo Ministério da Justiça a exercerem tal função chegou a 90 mil homens (contra cerca de 70 mil da Polícia Militar do Estado em 1993)" (FEIGUIN & LIMA, 1995). Dessa maneira eleva-se o custo das empresas com contratação de esquemas de segurança particulares e aumenta-se o transtornos das pessoas impedidas de exercerem o direito de ir e vir. Mais que isso, essa estrutura acaba por consolidar uma verdadeira segregação social entre pobres e ricos, afastados nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e assim, principalmente fisicamente.

Outro resultado dessa explosão da violência esta no fato de que o Brasil aparece no cenário internacional com o segundo maior contingente de presidiários. São 126 mil condenados cumprindo penas, 76% deles analfabetos e 66% negros ou mulatos. Detidos em uma estrutura

penitenciária que só poderia atender a 51 mil vagas, entre estes internos o índice de reincidência chega a 86%. Somados ao número de mandados de prisão a serem cumpridos - 345 mil - esse contingente atinge uma população de 471 mil pessoas[157] (CARVALHO, 1993). Os gastos públicos com segurança tornaram-se vultosos, e consomem crescentes recursos, confrontando a crise fiscal do Estado ao crescimento da população carcerária, a exigir a expansão do sistema penitenciário. Os recursos necessários para essa expansão chegam a US$15 milhões por presídio, o que demandaria um montante de US$2,25 bilhões para os 150 presídios de 500 vagas projetados. Os custos de manutenção equivalem a US$290 ao mês por presidiário (CARVALHO, 1993), isto é, US$36,5 milhões ao mês e US$438 milhões ao ano para toda a população carcerária. Tem-se, portanto, o comprometimento crescente de recursos públicos para a manutenção do sistema penitenciário, o que de imediato produz mais escassez de recursos para o combate às causas estruturais da violência.

Por outro lado, imensa parcela da população mergulhada na pobreza urbana associa os gastos do Tesouro do Estado com o sistema penitenciário à carência generalizada de recursos para os serviços básicos de atendimento público. Para o cidadão comum, os presidiários, "porque consomem altas somas do contribuinte, o qual não recebe os serviços do Estado a que teria 'direito', é insuportável a idéia de que apenados comem e dormem sem pagar" (ZALUAR, 1991). Por sua vez, a segurança pública assume papel de destaque, numa sociedade na qual o contingente de presidiários avança sem reduzir os índices da violência, pois é maior o número daqueles que deveriam "estar presos". O patrimônio ameaçado e a própria integridade física em risco toma conta do cotidiano, disseminando a insegurança pelas cidades: "Os condomínios que têm surgido podem ser comparados às cidades medievais, onde a segurança figura entre os principais serviços de conforto oferecidos" (MATHIAS, 1990). A separação econômica entre as classes produz então a segregação espacial como resposta aos conflitos sociais urbanos. **Em resumo, as vítimas do êxodo rural são também vítimas de toda sorte de privações nas cidades. Eram pobres no campo, e para muitos seus pais eram pobres no campo, e reproduziram-se como pobres nas cidades. O paraíso de outrora tornou-se o inferno do presente nas periferias de desemprego, pobreza e violência. Agora robotizam as indústrias e informatizam os escritórios na mesma toada que mecanizam as lavouras. O sistema de inequações nessa sociedade de diferenças, apresenta mais incognitas que certezas. Nessa situação, prometer um futuro melhor significa tornar-se mais um camelô, dentre os muitos dos grandes centros, e pior que todos eles, pois seria um camelô de ilusões... irrealizáveis.**

---

[157] Uma comparação com o contingente da população carcerária de outros países - abstraindo-se naturalmente a análise das diferentes causas da violência - demonstra bem a gravidade do fenômeno no Brasil. No mundo todo, apenas os EUA superam, em números absolutos, a população carcerária brasileira, com 823 mil presidiários. Em termos proporcionais, porém, os dois países apresentam desempenhos extremamente semelhantes, correspondendo o índice brasileiro a 0,32% da população, e o americano a 0,36%.

6.- CONCLUSÕES: INIQÜIDADE COMO PRESSUPOSTO E NÃO COMO RESULTADO

No Brasil dos anos 70, no período conhecido pela prevalência do argumento da força e não da força do argumento, difundia-se a ideologia do Brasil Grande. Nesse contexto uma importante autoridade econômica, quando questionada sobre o alargamento das desigualdades sociais respondeu que **"primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois dividir"**. A receita desse crescimento usava como fermento o investimento público e as taxas expressivas de aumento da renda nacional sustentaram esse processo até o final da década, mesmo porque o delicioso cheiro exalado da padaria prendia a crença de muitos de que poderiam participar do banquete. No inicio dos anos 80 a crise fiscal arrombou a porta da padaria e notou-se que não havia mais bolo a distribuir que as migalhas já servidas à maioria dos brasileiros nos anos 70. Ao contrário, o mestre cuca havia sim deixado uma enorme dívida a ser paga, tanto interna como externa. Poucos tinham tido acesso ao mestre cuca e à boca do forno, e o bolo na verdade havia crescido, e muito, mas tinha uma destinação clara ao ser assado nas grandes fôrmas da estrutura de poder político e econômico brasileiro. Essas fôrmas são relíquias de mais de quatro séculos que foram mantidas intactas com base até mesmo na proteção armada.

A crise fiscal dos anos 70 causou falta de fermento e o bolo deixou de crescer na proporção desejada. Na porta do velho forno não havia mais bolo a dividir pois a padaria consiste numa linha industrial onde se põe a mão na massa, coloca-se na fôrma para crescer (e portanto cresce num formato pré-definido), após algum tempo assa-se e dá-se forma definitiva ao bolo e serve-se o banquete. Assim, concomitantemente ao fabrico do bolo os donos das fôrmas levaram o produto para casa (o fermento e os ingredientes eram públicos mas as fôrmas privadas), apropriando-se e distribuindo-o entre os seus. Àqueles que não tinham fôrmas, ficaram as migalhas na padaria, e como muito bolo foi assado nesse período, parecia o paraíso o deleite com tal iguaria à qual não tinham tido acesso antes. Ainda mais quando o progresso técnico havia substituído o forno a lenha pelo forno elétrico, mais limpo e com maior capacidade de produção. Os anos 80 vieram mostrar que muitos não poderiam mais participar do banquete, perderam a hora ou não eram dotados de exigências protocolares básicas, e a festa era reservada principalmente para os donos das fôrmas. Aí esta a questão central, o importante não estava no sabor ou formato do bolo nem na sua cobertura de *marketing* que o fazia atraente, mas na fôrma que o acondicionaria e na qual seria assado ganhando formato definitivo. Ainda no momento atual, os novos mestres cucas tentam pregar a mesma peça na maioria da população. Aos barrados no banquete afirmam que o acesso dos mesmos à delicias do cardápio do desenvolvimento exige maior crescimento do bolo. Mas nem mesmo investem em educação para que todos possam ser aceitos pelo protocolo. Outra vez a mesma história? Mais uma vez "o bolo tem que crescer para ser dividido"? E a fôrma, qual o desenho da fôrma

que irá assá-lo? Discutir a questão agrária brasileira corresponde à discussão do processo de produção de fôrmas e não do bolo. Afinal copiaram dos norte-americanos a receita do bolo mas não a fôrma, pois preferiram assá-la nas enormes fôrmas com quatrocentos anos de poder de fogo.

A boa teoria mostra a modernização da industria produtora de fôrmas, o bem de capital da produção de bolos, como fundamental para o dinamismo de expansão da padaria, tanto em volume como em formato. Analisar o desenvolvimento histórico da "produção de fôrmas" constituiu-se no objeto deste trabalho, ocupando-se fundamentalmente da fôrma fundamental numa sociedade que de rural virou urbana, de litorânea virou interiorana, de artesanal virou industrial. Trata-se de entender porque o nosso bolo esta cada vez mais confinado a um banquete para poucos, onde muitos nem passam da porta, e os que ela conseguem transpôr não conseguem adentrar ao salão nobre. Trata-se de estudar a questão agrária: fôrma fundamental de todas as fôrmas ao produzir especificidades relativas ao desenho de sociedade construído ou em construção. A questão agrária como planta original da produção de fôrmas precede o próprio forno, não importa se a lenha ou elétrico, e também à própria receita. A receita pode definir o conteúdo do bolo mas não seu formato, sua estrutura. E para compreender o porque da decepção com o bolo não dividido, não basta conhecer a receita nem ajustar a temperatura do forno. É preciso entender algo anterior, o processo de fabricação das fôrmas, ou seja entender a questão agrária brasileira.

A questão agrária, consubstanciada na concentração da posse da terra e nas relações de produção e de trabalho no campo, constitui-se no elemento fundante da economia e sociedade brasileira. No processo de colonização as capitanias hereditárias foram consignadas aos donatários como vastas extensões territoriais demarcadas na cartografia sem nem mesmo conhecer-se sua geografia. Eram faixas de extensão variável na sua largura e cuja profundidade era a desconhecida linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, tão imaginária que foi desconsiderada. As sesmarias também seguiram tal padrão, eram "léguas de frente por quanto se pudesse ocupar de comprimento". Essa forma de ocupação territorial, que ainda nos dias atuais pode ser encontrada nas áreas amazônicas e dos cerrados, configuraram a grande propriedade territorial como pressuposto e não resultado do desenvolvimento capitalista brasileiro. Aos donatários eram ofertados *a priori* grandes extensões como estímulo à posterior colonização e implantação da economia, aos sesmeiros eram oferecidas terras para depois vir o gado e as plantações. Isso nos primórdios da economia do território onde implantou-se a nação brasileira atual, mas também nas fronteiras agrícolas do momento o processo guarda enorme similitude, pois aos grandes capitais oferece-se incentivos fiscais, terras abundantes e infra-estrutura para que implantem as grandes lavouras de grãos do Brasil Central. No Nordeste, terra árida e desprezada pelos grandes capitalistas, quando a política abrange investimentos

significativos na infra-estrutura de irrigação e logística, regados a subsídios e incentivos fiscais, as grandes empresas disputam frenéticamente areas de terra. Em todo processo a grande propriedade surge como pressuposto, como condição essencial para obter benefícios das políticas públicas.

O fato de que a terra concentrada constitui-se em pressuposto e não em resultado histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro atribui-lhe uma especificidade estruturante da economia e sociedade nacional. Não importa tanto o que muitos propalam de que uma sociedade industrial urbanizada, onde a questão agrícola estaria resolvida e a oferta de alimentos e bens mostra-se farta, descolocaria a questão agrária como questão fundamental. Na história não adianta varrer o pó para debaixo do tapete, pois torna-se necessário entender a questão agrária, e nesse sentido o fato de não haver sido realizada a reforma agrária prévia à industrialização, muito mais pelos efeitos perversos já produzidos e nitidamente detectáveis na estrutura social e econômica que pela própria oportunidade histórica atual da reforma agrária, qualquer formato que ela tenha. A roda da história não anda para traz, e nesse sentido os problemas sociais e econômicos não admitem soluções fora de tempo e lugar, mas também constitui verdade que a roda virando para frente pode fazê-lo de maneira lenta, e pior, num continuo esmagar de oportunidades históricas de superação dos limites ao desenvolvimento capitalista brasileiro. As transformações da agricultura brasileira foram intensas e a resultante desvela muitos sucessos, mas exatamente esse sucesso, pela forma como se deu, compromete o rumo dos desdobramentos.

A iniqüidade constituiu-se no universal da agricultura e sociedade brasileira. E a agricultura representa o principal setor de economias continentais como a brasileira, e no processo de desenvolvimento capitalista diferencia-se da agropecuária ampliando segmentos como a industria de insumos e máquinas, a agroindústria processadora e a industria de alimentos, além do beneficiamento e da logística. Nesse sentido a abordagem tradicional de agricultura, presa de maneira inexorável ao sentido rural da agricultura perde poder explicativo, condenando-se a si própria à insignificância. Na verdade, o processo de desenvolvimento de economias continentais exige a compreensão realidade mais ampla, ou seja como organiza-se o complexo de segmentos no qual se transforma a agricultura. Assim, entendida a agricultura numa concepção abrangente pode-se visualizar o impacto na dinâmica econômica que a industrialização da agricultura produz em economias continentais no que diz respeito à renda e o emprego. O entendimento das questões de renda e emprego acabam por fazer retornar ao centro das preocupações uma velha e persistente questão da agricultura brasileira: a questão agrária. Os maquinismos e a quimica da modernização conservadora da agricultura brasileira deram conta de sustentar o sucesso dessa política econômica no tocante à solução da questão agrícola: não há constrangimentos de oferta e de preços penalizando a sociedade brasileira. Mas porque

então safras tão exiguas, que poderiam ser muito maiores, patinam nos indices de produção? Porque nem toda questão agrícola esta resolvida. Até nos modelos neoclássicos à toda curva de oferta existe uma curva de demanda. E a demanda verdadeiramente esta dada como pressupõe esses teóricos, mas dada pelo nivel de renda da sociedade e sua distribuição.

A vitória conservadora no debate teórico dos anos 60 foi portanto uma vitória de Pirro. Na verdade as reformas de base não realizadas, dentro delas a reforma agrária, ao não serem feitas mantiveram a estrutura, e ao não fazer-se reformas estruturais produziu-se uma sociedade desigual e autoritária. E à superprodução falta mercado, e como as chances de exportação não atendem à todo potencial de oferta, falta nada menos que mercado interno, e como alavancar o mercado interno sem reformas estruturais? O desafio torna-se agora muito maior pois trata-se de uma sociedade urbana, gestada numa processo de aprofundamento de disparidades de várias matizes, o que aumentou de forma desmesurada a complexidade da questão. Trata-se então de gestar propostas capazes de alterar a realidade da miséria urbanizada na mesma medida em que o campo também não se mostra homegêneo, mas um mosaico de diferenças a exigir propostas para reduzi-las ao aceitável. A agropecuária brasileira, moderna e pujante, ocupa no momento atual cerca de 50 milhões de hectares plantados, e falam os eufóricos que outros 100 milhões de hectares no Brasil Central poderiam ser plantados com grãos mas para que mercado isso seria destinado? Fala-se ainda com enfase que 1 milhão hectares poderia ser cultivado com frutas irrigadas no Nordeste, o que seria a redenção regional. Mas, mais uma vez, qual mercado absorveria mais de 50 milhões de toneladas de frutas? Noutras palavras, a agricultura brasileira mais cedo ou mais tarde terá de acertar conta com sua antiga questão fundamental: a questão agrária. Enfrentando concorrência desleal no mercado internacional frente a politicas protecionistas dos países desenvolvidos, como forma de alavancar seu próprio futuro, com crescimento sustentado, sobra a alternativa do fortalecimento qualitativo e quantitativo do mercado interno.

Desse modo, paradoxalmente, o aprofundamento do desenvolvimento das atividades urbanas (serviços e indústrias) são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura. Esse processo exige o aprofundamento da industrialização da agricultura superando os limites da agroindústria processadora para adentrar com força na produção de bens finais da industria de alimentos moderna. Por outro lado, a questão da distribuição de renda torna-se crucial para a agricultura brasileira promovendo alterações qualitativas e quantitativas no perfil da demanda interna. Na agropecuária o desafio a enfrentar consiste na procura de superação do modelo dos grãos, pouco intensivo em emprego e renda por unidade de área, para incorporar a horicultura (frutas frescas, olerícolas frescas e flores), alterando a composição de culturas no sentido mais favorável do ponto de vista distributivo. Torna-se necessária para isso a radicalização da regulação estatal capaz de enfrentar a necessidade de formulação e aplicação do planejamento

da produção. Uma sociedade de recursos escassos, permeada por enormes carências no plano social, não pode dar-se ao luxo de persistir numa continua "fagocitose" inter-regional, onde a expansão da agropecuária das regiões de fronteira se realiza às custas das antigas regiões. Isso ao invés de alargar a area agricultuda substitui antigas regiões por novas regiões sem incrementar a renda e o emprego nacional. Para verificar-se isso basta ver a febre da ocupação do Brasil Central com base em incentivos fiscais e subsídios e expressivas inversões em infra-estrutura. Planta-se mais soja, milho e algodão no Centro-Oeste e diminui-se as areas dessas culturas no Sul-Sudeste. Enquanto isso, sucateia-se precocemente a infra-estrutura construída nas regiões antigas que se repecuarizam. Esse canibilismo inter-regional representa um rombo nos cofres públicos (que arca tanto com os recursos para investimento como abre mão de receitas por subsídios e renúncias fiscais), sem que sejam gestadas as condições de desenvolvimento sustentado. Ao contrário, nessas modernas fronteiras persiste a antiga lógica de expansão da ocupação com base na especulação fundiária, com os recursos públicos alavancando os preços da terra.

Nesse contexto, a reforma agrária pode até ser um ícone dos anos 60 que teria perdido a oportunidade histórica, mas corresponde à alternativa exequível para parcela expressiva da agropecuária brasileira, em especial aquela presa à ocupação extensiva de terras. Mas mesmo assim, a agricultura industrializada com uma agropecuária modernizada recolocam a reforma agrária em outros termos, mas de maneira alguma a afastam do caminho para o desenvolvimen-to capitalista. O desenvolvimento capitalista aprofundou desigualdades e a heterogeneidade estrutural ao passo em que modernizou processos e equipamentos, e dessa maneira, como a inserção num novo padrão econômico só torna-se possível pela ponta, também a reforma agrária deverá superar os limites da terra e enquadrar-se nas exigências do desenvolvimento histórico experimentado pela agricultura brasileira. Ainda máis numa realidade marcada pela iniqüidade não há como pensa-la num unico formato nacional. Noutras palavras, ainda que deva ser parte inexorável de políticas publicas para a agricultura não mais reveste-se da condição de único instrumento de uso generalizado. Mais importante que a própria reforma agrária isolada reveste-se romper com a lógica de mais de 4 séculos de conservadorismo na defesa do patrimônio. Trata-se de romper com o mecanismo perpetuador do domínio político de elites rurais conservadoras, ainda que muitas com domicílio urbano e oriundas de segmentos dos capitais industrial e financeiro, que nesse período todo mantem-se no poder promovendo mudanças para ficar, e ficar significa manter políticas de suporte à acumulação patrimonial. Isso pode ser visto nos tributos, nas políticas da cana e do café, no crédito rural subsidiado e nos incentivos fiscais, bem como na instalação de infra-estrutura. Não há medida desconcentradora da renda que se sustente frente ao turbilhão de privilégios derivados desse predomínio conservador. **Enquanto não houver uma radicalização da democratização do poder tudo quanto for desenhado**

e implantado não representará mais que uma transformação sem ruptura: uma pseudomorfose.

Em síntese, a discussão da questão agrária brasileira corresponde à discussão dos pressupostos sobre os quais erigiu-se a economia e sociedade brasileira. Aceitos os preceitos não há o que discutir no modelo e, nesse sentido a distribuição desigual da posse da terra como pressuposto da instalação da agricultura brasileira que aí está, a agricultura de grandes lavouras, condicionou seu desenvolvimento histórico. Diferentemente do caso norte-americano onde a grande lavoura surge como resultado do desenvolvimento, no brasileiro a grande propriedade funcionou como alicerce sobre o qual assentou-se o próprio desenvolvimento da agricultura. Num país continental onde a agricultura representa o principal setor econômico e onde a principal indústria consiste numa agroindústria, isso significa condicionar todo o processo histórico nacional ao desígnio da grande propriedade territorial. Noutras palavras, significa que não adianta esperar o bolo crescer, mesmo porque dada a existência de poucos grandes gulosos, ele nunca será dividido, já que foi fermentado para poucos, e sempre haverá falta de pedaços para muitos. **No final das contas, internalizou-se no Brasil o "modelo americano" derivado da 2ª Revolução Industrial. Mas isso foi feito como caricatura pois "os Estados Unidos construíram, desde cedo, uma matriz socialmente mais apta à modernização. No Brasil, no começo do nosso desenvolvimento, tivemos profunda concentração patrimonial, a começar da própria terra e crescemos sem alterar essa marca de origem. Além disso, a escravidão, que aqui se prolongou muito, criou em nossas elites um preconceito arrraigado contra os trabalhadores. Essa é uma diferença fundamental."(FURTADO, 1997).**

LITERATURA CITADA

ABRAMO, Lais. Novas tecnologias e movimento sindical no Brasil: desafios dos anos 90. In: CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. **As novas tendências da economia e do sindicalismo**, CESIT/UNICAMP, Campinas, 1990. p. 98-121.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo In: STÉDILE, João Pedro **A Questão Agrária Hoje**, Editora da Universidade - UFRGS, Porto Alegre, 1994, p.94-104.

_____. et al Novos Dados sobre a Estrutura Social na Agricultura no Estado de São Paulo, **Agricultura em São Paulo 43**(2):67-88, 1996.

ADAMS, Dale W.; VEGA, Caludio G. & PISCHKE, J.D. Von **Crédito agrícola y desarollo rural**: la nueva vision, Ohio, Ohio State University, 1987.

ALENCASTRO, Luiz F. O fardo dos bacharéis. **Novos Estudos CEBRAP**, SP, (19): 68-72. 1987.

ALMEIDA, Alivínio de **Mercados informais como fonte alternativa de liquidez para os agricultores**, ESALQ/USP, Piracicaba, 1994 (Dissertação de Mestrado).

ALVES, Eliseu R.A. **A importância do milho na agricultura brasileira**, EMBRAPA, Brasília, 1981, 15p.

ANDRADE, Cyro F. As origens rurais do capital financeiro. **A Gazeta Mercantil**, SP, 29/04/1980.

ANJOS, J.A.L. dos Avaliação do desempenho do setor açucareiro do Estado de São Paulo. **Brasil Açucareiro**, Rio de Janeiro, **102**(5,6), 1984.

ANJOS, Natanael M. & NEGRI NETO, Afonso (Coord) **Atualização de Estudos de Comportamento de Demanda Interna e Oferta de Fertilizantes para o Mercado Brasileiro**, IEA/SAA, São Paulo, 1979, 2v.

ARAÚJO, Jadir. **Aspectos da formação da agricultura de Dumont.** Jaboticabal, FCAVJ/UNESP, 1979. (Trabalho de Graduação).

ARAUJO, Ney B., WEDEKIN, Ivan e PINAZZA, Luiz A. **Complexo Agroindustrial:** O "Agribusiness" Brasileiro , AGROCERES, São Paulo, 1990, 238p.

AYER, H. W. **The costs, returns and effects of agricultural research in a development country: The case of cotton seed research in São Paulo**, Purdue University, Purdue, 1970.

BACHA, Carlos J.C. **Evolução Recente da Cafeicultura Mineira: determinantes e impactos.** FEA/USP, São Paulo, 1988. 536p. (Tese de Doutorado).

BAQUERO, Fernando A. S. **Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil:** o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo. IE/UNICAMP, Campinas, 1992. 298p. (Tese de Doutorado).

BALTAR, Paulo E. de A. Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Olinda, ABEPE, 1988. v.1, p.67-103.

BAPTISTELLA, Celma da S. L. et al Trabalho Volante na Agricultura Paulista e sua Estacionalidade, 1985-93, **Revista Agricultura em São Paulo 41** (3):61-84, 1994.

BARBOSA, Marisa Zeferino Algodão In: BULISANI, Eduardo A. **Plano de safra 1996/97:** Prognóstico econômico e tecnologia de produção de algodão, arroz, feijão, milho e soja. IAC/IEA, Campinas, 1996, p.14-19.

BARRIOS, Daniel L.A. **Economia de escala e processo de produção de ovos na Região Sul de Minas Gerais**, ESAL, Lavras, 1979. 80p. (Dissertação de Mestrado).

_____. & SILVA, José T. da **Aspectos técnicos e econômicos da produção comercial de ovos no Sul de Minas**, EMATER, Belo Horizonte, 1980, 22p.

BARROCO, H.E. & MENEZES, J.A.S. **Aspectos físicos, econômicos e políticos do chocolate brasileiro:** 1976-1984, CEPLAC, Brasília, 1987, 92p. (Série Estudos Econômicos, 10)

BARROS, Geraldo S.C. **Economia da Comercialização Agrícola** , FEALQ, Piracicaba, 1989.

BARROS, José R.M. de Política e Desenvolvimento Agrícola no Brasil In: VEIGA, Alberto (org) **Ensaios Sobre Politica Agrícola Brasileira**, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1979, p.9-36.

_____. Agricultura e Energia: Notas Introdutórias ao Dilema dos Anos 80 In: SAYAD, João (org) **Economia Agrícola:** Ensaios, IPE/USP, São Paulo, 1982, p.9-36.

_____. & MANOEL, Alvaro Insumos Agrícolas: Evolução Recente e Perspectivas In: BRANDÃO, Antonio S. P. (ed) **Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira:** Analise e sugestões, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1988. p.295-332.

_____.& GOLDENSTEIN, Lidia O processo de reestruturação da indústria. **Gazeta Mercantil, de 12/08/1996.** p. A9-A11.

BARROS, Ricardo P. de & MENDONÇA, Rosane A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas - 1960-90. **Pesquisa e Planejamento Econômico 25**, RJ, (1):115-164, 1995.

BASTIDE, Roger **Brasil, Terra de contrastes**, Difel Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1980. 282p.

BAUM, Moisés **Substituição de Importações:** uma nova fase na indústria de fertilizantes, FEA/USP, São Paulo, 1977, 244p. (Tese de Mestrado).

BECKER, Dinizar F. **A economia política do arroz:** uma analise da conformação do CAI do arroz irrigado do Rio Grande do Sul, IE/UNICAMP, Campinas, 1992 (Tese de Doutorado).

BELIK, Walter A tecnologia em um setor controlado; o caso da agroindústria canavieira em São Paulo. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasilia, 2(1):99-136, 1985.

_____. **Agroindústria Processadora e Política Econômica**, IE/UNICAMP, Campinas, 1992 (Tese de Doutorado).

_____. **Um estudo sobre o financiamento da política agroindustrial no Brasil (1965-87)**, IE/UNICAMP, Campinas, 1994. 58p.(Texto para Discussão Nº 35).

BLOCH, Didier **As frutas amargas do velho Chico:** irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. Livros da Terra, São Paulo, 1996. 117p.

BORBA, Maria M. Z. **Adequação da Força de Trabalho Rural na Moderna Agricultura da Região de Ribeirão Preto**, IE/UNICAMP, Campinas, 1994. (Tese de Doutorado).

BORLAUG, Norman E. & DOWSWELL, Christopher R. **As Terras Ácidas:** Uma das últimas fronteiras da agricultura. Manah, São Paulo, 1996. 28p.

BRANDÃO, Antonio S. P Mercado de Terras e Estrutura Fundiária In: _____. (ed) **Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira**, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1988, p.139-179.

BRANDÃO, Sandra M.C. & JANNUZZI, Paulo de M. Distribuição de Renda e Pobreza **São Paulo em Perspectiva** 9(3): 101-115, 1995.

BRANDIMARTE, Vera Preços dos Produtos Básicos Tiveram Queda Real de 50% nos ultimos Dez Anos , **Gazeta Mercantil** , 21/10/93, p.14, São Paulo, 1993.

BRASIL, Comissão de Desenvolvimento Industrial. **O Problema da Alimentação no Brasil: Relatório Klein e Saks**, Rio de Janeiro, 1954.

BRUNHOFF, Suzane de **A Hora do Mercado:** Crítica ao Liberalismo, Editora UNESP, São Paulo, 1991, 181p.

BURBACH, Roger e FLYNN, Patricia **Agroindústria nas Américas**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

BURNIER, Diva M. de F. **Estudo comparativo da produção de arroz no Maranhão, em Goiás e no Rio Grande do Sul.** ESALQ/USP, Piracicaba, 1980. (Dissertação de Mestrado).

CAMARGO, Ana M. P. & FERREIRA, Célia R. R. P. T. Evolução do preço da terra agrícola no Brasil, 1966-86. **Agricultura em São Paulo**, SP, 36(1):45-72, 1989.

CAMARGO, Aspásia Alcântara A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964) In: FAUSTO, Boris (dir) **História Geral da Civilização Brasileira:** O Brasil Republicano - Sociedade e Política (1930-1964) Tomo III, 3º Volume, DIFEL/Difusão Editorial S.A, 3ª Edição, São Paulo, 1981.

CAMARGO Fº, Waldemar P de et al Produção e mercado de batata no Brasil, no período 1971-90. **Agricultura em São Paulo,** SP, **40**(1):183-204, 1993a.

_____. Evolução da produção e comportamento do mercado de cebola no Brasil, 1971-90. **Agricultura em São Paulo,** SP, **40**(2):27-50, 1993b.

_____. Evolução da produção de tomate no Brasil. **Agricultura em São Paulo,** SP, **41**(1):41-70, 1994.

CAMPINO, A.C.C. et al Fatores Sócio-econômicos Associados à Nutrição no Município de São Paulo **Estudos Econômicos 5**(1),São Paulo, 1975.

CAMPO, Renato R. Tecnologia e concorrência na indústria brasileira de carnes na década de oitenta, IE/UNICAMP, Campinas, 1994. 214p. (Tese de Doutorado).

CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1865-1875)**, São Paulo, s. ed., 1951, 323p.

CANO, Wilson **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo** , Editora Hucitec, São Paulo, 1980,, 318p.

_____. A Industrialização e o Desenvolvimento do Capitalismo Retardatário no Brasil (1880-1980) In:____. Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional, Campinas, Hucitec, 1993, p.15-21.

_____. Partido dos Trabalhadores **Reforma Agrária 24**(2): 16-19, 1994.

CARDOSO, Fernando H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios.** São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1972.

_____. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 240p.

CARMO, Maristela S. **Reestruturação do Sistema Agroalimenatr no Brasil:** A Diversificação da Demanda e a Flexibilidade da Oferta, IE/UNICAMP, Campinas, 1994. 235p. (Tese de Doutorado).

CARTIBANI, M.B. **Estudo de estrutura produtiva e organização administrativa das fazendas de cacau**, UFV, Viçosa, 1980, 150p. (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, Flavio C. et al Estudo da integração vertical na agroindústria sucroalcooleira no Estado de São Paulo, 1970-92. **Revista Agricultura em São Paulo 40** (1): 157-182, 1993.

CARVALHO Fº, José Juliano **Politica Cafeeira no Brasil, seus Instrumentos, 1961-1971**. IPE/USP, São Paulo, 1975. 120p.

CARVALHO, Luiz Carlos P. **Possibilidades do milho no comércio internacional do Brasil**: analise de alguns problemas econômicos, FEA/USP, São Paulo, 1972, 141p. (Tese de Doutorado).

CARVALHO, Luiz Carlos C Mercado nacional e internacional do açucar e do alcool. 2ª SEMANA DA CANA-DE-AÇUCAR DE PIRACICABA (Anais), 22 a 25/04/1997, IAC/ESALQ, Piracicaba, 1997. p. 16-28.

CARVALHO, Mozart. Brasil é o 2º país do mundo em número de presos. **O Estado de São Paulo**, SP, 25 maio 1993. p.4 (Caderno Cidades).

CASTRO, Josué de **Geografia da Fome**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1957. 292p.

_____. A Explosão Demográfica e a Fome do Mundo In: CASTRO, Anna M. **Fome, Um Tema Proibido - Últimos Escritos de Josué de Castro**, Editora Vozes, Petrópolis, 1983a, p.28-50.

_____. De Bandung a Nova Delhi: A Grande Crise do Terceiro Mundo In:____. **Fome, Um Tema Proibido - Últimos Escritos de Josué de Castro**, Editora Vozes, Petrópolis, 1983b, p.75-86.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: Departamento de Estudos Sócio-Ecônomicos e Políticos. A crise brasileira e os trabalhadores. **Debate Sindical**, SP, 5(12):1-42, 1991.

CHAIM, Norma A. & TEIXEIRA, Paulo H.R. Caracterização da Estrutura de Consumo de Alimentos na Pesquisa "Inquérito de Consumo familiar de Campinas". **Cadernos de Debate NEPA/UNICAMP 8**: 47-65, 1996.

CHAVES, Antonio M. et al **Programa Nacional de Defensivos Agrícolas**, IPEA/IPLAN/FINEP, Brasília, 1975.

CLARK, Colin. **Conditions of economic progress**. Londres, s.ed., 1940.

COELHO, Carlos N. A reforma tributária na agricultura e a substituição do ICMS. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, 3(3):11-14, 1994.

COMIF - Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais. **Relatório de Avaliação dos Incentivos Fiscais Regidos pelo Decreto Lei Nº 1.176 de 12/12/1974**, IPEA, Brasília, 1986.

COMIN, Alexandre & MULLER, Geraldo **Crédito, modernização e atraso**: O credito rural na modernização e no atraso da agricultura brasileira no período 1965-84. CEBRAP, São Paulo, 1985. 117p.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB) **CONCRAB: Quatro anos organizando a cooperação**, São Paulo, 1996, 28p.

CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS (I) Declaração Sobre o Carater da Reforma Agrária In: GRAZIANO DA SILVA, José & WANDERLEY, Maria de N. B. (org) **A Questão Agrária**: Textos dos Anos Sessenta, Brasil Debates, São Paulo, 1980, p.84-88.

CORADINI, Odacir L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais; o caso do trigo e da soja. In: ____. & FREDERICQ, Antoniette **Agricultura, cooperativas e multinacionais**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982, p.11-89.

COSTA, Fernando P. **Analise econômica da produção de ovos em condições comerciais no Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, FCE/IEPE, 1980, 88p. (Dissertação de Mestrado).

COUTINHO, Luciano G. A Terceira Revolução Industrial e a Tecnologia: As Grandes Tendências de Mudança **Economia e Sociedade** (1): 69-89, 1992.

COUTO, Cláudio G. As Bancadas Parapartidárias no Congresso, XIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu (MG), 1995, 19p. mimeo.

CRUZ, Paulo D. Notas Sobre o Endividamento Externo Brasileiro Nos Anos Setenta In: BELLUZZO, Luiz.G.M. e COUTINHO, Renata (orgs) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil Nº 2** : Ensaios sobre a Crise, Brasiliense, São Paulo, 1983.

_____. **Dívida externa e a política econômica:** a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CYRILLO, Denise C. **O Papel dos Supermercados no Varejo de Alimentos**, São Paulo, FEA/USP, 1986. (Tese de Doutorado).

DAVIS,J.H. & GOLDBERG,R.A. **A Concept of Agribusiness** , Harvard University, Boston, 1957.

DELGADO, Guilherme **Capital Financeiro e Agricultura**, Hucitec, São Paulo, 1986.

_____. Tendências da Demanda Agrícola Face à Política Econômica XX CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL (Anais), Fortaleza, 1988, p.71-104.

DELFIN NETO, Antonio **O problema do café no Brasil**, FEA/USP, São Paulo, 1959 (Boletim nº 5).

_____. & PINTO, Carlos A.A. **O Café do Brasil**, IBC, Rio de Janeiro, 1967. 126p.

DIAS, Guilherme L.S. O Papel da Agricultura no Processo de Ajustamento Estrutural no Brasil In: ROCCA, C.A. (org.) **Brasil 1980**: Os Desafios da Política Econômica, FIPE/USP, São Paulo, 1988, p.245-288.

DIAS, Rubens de A. Fundamentos de uma política de desenvolvimento agrícola. **Agricultura em São Paulo**, SP, **14**(3,4):1-14, 1967.

DINIZ, Eli & LIMA JR. Olavo B. **Modernização autoritária**: o empresariado e a intervenção do Estado na economia. Brasília, IPEA/CEPAL, 1986. 79p.

DULLEY, Richard D. Políticas Agrícolas em São Paulo, 1930-80: o papel da Secretaria da Agricultura, Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 1988. 301p. (Dissertação de Mestrado).

_____. & MONTEIRO, Ana V. Transição no comportamento do mercado de terras agrícolas **Informações Econômicas**, SP, **26**(1): 63-65, 1996.

DURÃO, Vera Saavedra Emprego Informal Cresce no Sudeste. **Gazeta Mercantil de 3/2/97**. p. A5.

DUTRA DE OLIVEIRA, José E. et al **Boia-Fria** : Uma Realidade Brasileira, CNPq, Brasília, 1981.

ESPÍRITO SANTO, Benedito R. do, DAMASO, Otavio R. & NASSAR, André M. Evolução e Perspectivas Econômicas da Produção de Milho no Brasil **Revista de Política Agrícola 3**(4):14-32, 1994.

EVANGELISTA, Francisco R. & ARAÚJO, Paulo F.C. de Distribuição do crédito concedido pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). **Revista de Economia e Sociologia Rural 34** (1,2): 111-130, 1996.

FACHIN, Luiz E. & SILVA, José G. da **Comentários à Constituição Federal**: arts. 184 a 191, Edições Trabalhistas, Rio de Janeiro, 1991, 91p.

FAGUNDES, Alvaro B et al **Fertilizantes no Brasil**, Editora Peri, São Paulo, 1959, 151p.

FAGUNDES, Maria Helena **Comentários sobre o crédito rural e sua evolução recente**. CFP, Brasília, 1987. (Coleção de Estudos Especiais, 21).

FAORO, Raymundo **Os Donos do Poder**, Editora Globo, São Paulo, 9ª edição, 2v., 1991, 750p.

FARINA, Elizabeth M.M.Q. O sistema agroindustrial de alimentos no Brasil: a cadeia agroindustrial do frango de corte. PENSA/FEA/USP, São Paulo, 1992. 58p.

_____. A industria de laticínios e o desenvolvimento da pecuária leiteira. 2° CONGRESSO BRASILEIRO DE GADO LEITEIRO (Anais), FEALQ, Piracicaba, 1996.

FEIGUIN, Dora & LIMA, Renato S. Tempo de Violência: Medo e Insegurança em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva 9**(2): 73-80, 1995.

FERNANDES, Florestan **A Revolução Burguesa no Brasil**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975, 413p.

FERREIRA, Célia R.R.P.T., CARVALHO, Flavio C. & CARMO, Antonio J. B. do **Evolução do setor de defensivos agrícolas no Brasil, 1964-83**. IEA/SAA, São Paulo, 1986 (Relatório de Pesquisa nº 2/86).

_____, SANTOS, Zuleima A.P. de S. & CAMARGO, Ana M.M.P. de Mercado de Terras Agrícolas no Brasil, 1981-93. **Agricultura em São Paulo 42**(2):167-193, 1995.

FERNANDES Fº, José F. A Política Brasileira de Fomento à Produção de Trigo - 1930-1990. XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (Anais), Curitiba, 1995, p.443-474.

FIGUEIREDO, Vilma de M & TRIGUEIRO, Michelangelo G.S. O Processo de Modernização nas Fronteiras Agrícolas: A Região Geoeconômica de Brasilia. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, DF, **4** (2):199-224, 1986.

FLORIDO, Antonio Carlos S. Censo Agropecuário de 1995. XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (Anais), Natal, 1997.

FONSECA, Maria A.S. da **Retorno Social aos Investimentos em Pesquisa na Cultura do Café**, ESALQ/USP, 1976. 149p. (Dissertação de Mestrado).

_____, & MATSUNAGA, Minoru Programa de Assistência Creditícia à Cafeicultura em São Paulo, IEA/SAA, São Paulo, 1981 (Relatório de Pesquisa Nº 2/81).

FONSECA, Maria da Graça D. **Concorrência e progresso técnico na indústria de máquinas para a agricultura**: um estudo sobre as trajetórias tecnológicas. UNICAMP, Campinas, 1990. 250p. (Tese de Doutorado).

_____. & GONÇALVES, José S. Política de Desenvolvimento Agroindustrial e o Crédito Estatal: Analise do Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA), **Agricultura em São Paulo 42**(3):117-162, 1995.

FRANTZ, Telmo **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola**, COTRIJUI/FIDENE, Ijuí (RS), 1982.

FREITAS, Claus F.T. de Politica cafeeira: diretrizes para a modernização e desenvolvimento do setor. In: VEIGA, Alberto (coord) **Ensaios sobre política agrícola brasileira**, SAA, São Paulo, 1979, p. 233-294.

_____. O Mercado de Café Sem Cláusulas Econômicas do Acordo Internacional. **Revista Informações Econômicas 19**(6):33-39, 1989.

FRIEDMANN, Harriet Changes in the International Division of Labor: Agri-food Complexis and Export Agriculture In: FRIEDLAND, William et al (eds) **Towards a New Political Economy of Agriculture**, Westview Press, Oxford, 1991.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), Trigo, **Agroanalisis 3**(11), Rio de Janeiro, 1979.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**, Ed Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

_____. A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro. In:_____. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Nacional, 1972. p.89-122.

_____. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Nacional, 1989. 291p.

_____. Há risco de uma ingovernabilidade crescente. **Jornal dos Economistas, agosto de 1997**, p.12-15 (Entrevista).

FUTINO, Ana Maria & SILVEIRA, José Maria Programa Nacional de Defensivos Agrícolas **Agricultura em São Paulo**, SP, **37**(1):183-204, 1990.

GASQUES, José G. & VILLA VERDE, Carlos M. Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta. **Agricultura em São Paulo**, SP, **37**(1):183-204, 1990.

_____. & _____. **Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural.** IPEA, Brasília, 1995. 38p. (Texto para Discussão, 392).

_____. & YOKOMIZO, Clando Resultados de 20 Anos de Incentivos Fiscais na Agropecuária da Amazônia. 14º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, ANPEC, Brasilia, 1986, v2. p.47-84.

_____. & _____. Avaliação dos Incentivos Fiscais da Amazônia In: DELGADO, Guilherme C.; GASQUES, José G.; VILLA VERDE, Carlos M. org. **Agricultura e política públicas.** Brasília, IPEA, 1990. p.279-328.

GARCIA, Ana Elisa B. Ocupação da Mão-de-obra na agricultura do Estado de São Paulo na década de setenta. **Agricultura em São Paulo**, SP, **32**(1):29-82, 1985.

GATTI, Elcio U; VIEIRA, José L. T. M.; SILVA, Valquiria. Análise do perfil distributivo do crédito rural no Brasil, 1969-90. **Agricultura em São Paulo** , SP, **40**(1):65-100, 1993.

GEBARA, José J. **A Estrutura Agrária no Muncícipio de Sertãozinho**: caracterização e efeitos, FGV, São Paulo, 1976. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Análise do Comportamento do Salário Agrícola no Brasil**, EAESP/FGV, São Paulo, 1982. (Tese de Doutorado).

_____. Fatores condicionantes e formas da migração sazonal: o caso da migração do Vale do Jequitinhonha (MG) para a região canavieira de Ribeirão Preto (SP). **Revista de Economia Rural**, Brasília, **26**(1):39-51, 1988.

GERMER, Claus **Analise histórica das relações entre desenvolvimento econômico e estrutura fundiária**. ESALQ/USP, Piracicaba, 1976. 218 p. (Dissertação de Mestrado).

_____. Perspectivas das Lutas Sociais Agrárias nos Anos 90 In: STÉDILE, João Pedro **A Questão Agrária Hoje**, Editora da Universidade - UFRGS, Porto Alegre, 1994, p. 259-284.

_____. **A irrelevância pratica da agricultura "familiar" para o emprego agrícola**, UFPR, Curitiba, 1996, 15 p., mimeo.

GIULIETTI, Nelson et al **Diagnóstico da avicultura no Brasil**, 1970-78: contribuição para um programa de desenvolvimento. IEA/SAA, São Paulo, 1980, 278 p. (Relatório de Pesquisa nº 7/80).

GOMES, M.F.M et al **Analise prospectiva do complexo agroindustrial de suinos no Brasil**, Concórdia (SC), EMBRAPA, 1996. (Documento, 26)

GONÇALVES, José S. **A crise de alimentos sob a égide do capital**, FCAVJ/UNESP, Jaboticabal, 1982. (Trabalho de Graduação).

_____. Estado e Desenvolvimento Tecnológico: Os Resultados da Pesquisa Agropecuária Paulista e a Acumulação de Capital **Agricultura em São Paulo 39**(2): 1-73, 1990.

_____. A eficiência setorial de longo prazo e a concentração da terra e da renda no complexo sucroalcooleiro paulista. **Agricultura em São Paulo 38**(2): 69-104, 1991.

_____. Progresso Técnico e Produção de Alimentos: A Disparidade Técnologica na Cultura de Feijão em Itaberá-SP, Revista **Agricultura em São Paulo 40**(1):101-118, 1993a.

_____. A Agricultura Paulista: A Ação Estatal na Construção da Modernidade, **São Paulo em Perspectiva**, SEADE, 7(3):100-106, 1993b.

_____. Pesquisa Agropecuaria e Difusão de Tecnologia para Produtos Alimentares: O Desempenho Técnico da Produção de Feijão em Itaberá-SP, Revista **Agricultura em São Paulo 40**(1):119-138, 1993c.

_____. Agricultura e Protecionismo: Semelhança dos resultados das políticas agrícolas dos Estados Unidos, da Comunidade Européia e do Brasil **Revista Agricultura em São Paulo 41**(1):149-168, 1994.

_____. Tributação e desenvolvimento econômico: aspectos gerais da metamorfose dos sistemas tributários. **Revista Informações Econômicas 25**(4):43-54, 1995a.

_____. Da Posse ao Fundo do Poço: Migração Sazonal de Lavradores da Chapada Diamantina do estado da Bahia par Trabalhar na Construção Civil Paulistana, **Revista Informações Econômicas 25**(2):75-90, 1995b.

_____. Debate Sobre Crise da Agricultura: Crise do Significado Setorialista e o Entendimento do Significado da Crise, **Revista Informações Econômicas 25**(10):93-102, 1995c.

_____. Analise da agricultura brasileira no Mercosul e no mercado internacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba(PR), 88: 69-106, 1996.

_____. Complexo Produtivos de Frutícolas no Brasil e o Progresso Técnico na Produção de Mudas In: FONSECA, Maria da Graça D. (Coord) **O Desenvolvimento da Biotecnologia no Brasil**: Trajetórias Tecnológicas e Organização Institucional da Agroindústria Brasileira, FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997a. (Relatório do Convênio PADCT/FINEP). mimeo.

_____. et al Competitividade dos Complexos Produtivos de Frutas e Hortaliças: Discussão Uma Abordagem Sobre a Ótica da Inserção Brasileira", **Revista Agricultura em São Paulo 42**(3):11-52, 1995.

_____. et al Mudanças na composição da área cultivada no Estado de São Paulo e suas regiões agrícolas, 1970/72 a 1987/89. **Agricultura em São Paulo**, SP, **20**(12):69-92, dez. 1990.

_____. et al Produção, Mercado e Inserção Internacional da Maçã Brasileira **Revista Agricultura em São Paulo 43**(1): 95-136, 1996a.

_____. et al Competitividade do Complexo Produtivo da Uva de Mesa Brasileira **Revista Agricultura em São Paulo 43**(1):43-94, 1996b.

_____. et al Competitividade e produtividade das algodoeiras e fiações do Sul-Sudeste Brasileiro, Convênio IEA/FUNDEPAG/IPARDES, 1997b. Mimeo.

_____. & FONSECA, Maria da Graça D. Credito Estatal e o Investimento na Produção Agropecuária: Analise do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), **Agricultura em São Paulo 42**(3):53-116, 1995.

_____. & MARTIN, Nelson B. Agricultura e Néo-liberalismo: O fracasso das renegociações recentes dos acordos multilaterais de produtos básicos do mercado mundial **Revista Agricultura em São Paulo 41**(2):29-56, 1994.

_____. & OLIVEIRA, Terezinha C. & MARTIN, Nelson B. O cooperativismo agrícola e o complexo sucroalcooleiro: o caso COPLANA. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, RS, **22** (59):77-176, 1987 (Cooperativismo, 22).

_____. & PEREZ, Luiz H. Gastos do Consumidor Paulistano com Alimentação e com Frutas numa Década de Planos Econômicos (1985-1995) **Revista Informações Econômicas 26**(4): 69-73, 1996.

_____; _____; SOUZA, Sueli A. M. Mercado internacional e produção de banana: a estrutura produtiva e comercial do complexo bananeiro mundial. **Agricultura em São Paulo**, SP, **41**(3):161-188, 1994.

_____. & RESENDE, José Venâncio de Transformações econômico-sociais e seus reflexos no aparelho de Estado: as grandes mudanças da pesquisa agropecuária paulista de 1887 a 1990. **Agricultura em São Paulo**, SP, **40**(2):1-26, 1990.

_____. & SOUZA, Sueli A.M Contribuição à analise regional: Transformações da agricultura do sudoeste do Estado de São Paulo, 1965-85, Revista **Agricultura em São Paulo 40**(1):45-64, 1993a.

_____. & ____. Produção de alimentos e concentração fundiária: o caso do feijão em Itaberá-SP no período 1968-88, Revista **Agricultura em São Paulo 40**(1):139-156, 1993b.

_____. & ____. Produção e comercialização de laranja de mesa no estado de São Paulo. **Revista Científica Laranja**, Cordeirópolis, **15** (2):35-84, 1994.

_____. & ____. Efeitos do Plano de Estabilização Econômica Sobre a Concorrência Entre a Uva de Mesa Nordestina e a do Noroeste Paulista, no Mercado Paulistano, **Revista Informações Econômicas 24**(6):63-65, 1994.

_____. & _____. Proibição da Queima de Cana: Simulação dos Efeitos na Área e no Emprego. SEMINÁRIO SOBRE PRODUÇÃO E MEIO AMBIENTE, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, 1997, mimeo.

_____. & VEGRO, Celso L.R. Crise Econômica e Cooperativismo Agrícola: Uma Discussão Sobre os Condicionantes das Dificuldades Financeiras da CAC, Revista **Agricultura em São Paulo 41**(2):57-87, 1994.

_____. & VEIGA Fº, Alceu de A. Ruy Miller Paiva, O Pioneiro: Suas Idéias, Seu tempo e seu Lugar. **Agricultura em São Paulo**, SP, **43**(1):9-34, 1995.

GOODMAN, David et al **Da Lavoura às Biotecnologias**, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José **O que é Questão Agrária** , Brasiliense, São Paulo, 1980 (Coleção Primeiros Passos)

_____. **Progresso Técnico e Realações de Trabalho na Agricultura**, Hucitec, Campinas, 1981.

_____. Complexos Agroindustriais e Outros Complexos **Reforma Agrária 21** (3): 5-34, 1991.

_____. **Uma Década Perversa**: As Política Agrícolas e Agrárias dos Anos Oitenta, IE/UNICAMP, Campinas, 1992, mimeo.

_____. **Por Um Novo Programa Agrário**, DESEP/CUT, São Paulo, 1993, mimeo.

GRAZIANO NETO, Francisco Agricultura e agroindústria: o caso do romate em Taquaritinga (SP). ESALQ/USP, Piracicaba, 1977. 126p. (Tese de Mestrado).

_____. **Questão Agrária e Ecologia** : Critica da Moderna Agricultura, Brasiliense, São Paulo, 1982.

_____. **Latifúndios e verdades: crítica ao distributivismo agrário**, FCL- UNESP, Araraquara , 1990, 36 p. (Rascunho Nº 9).

_____. **Qual Reforma Agrária?** Terra, Pobreza e Cidadania, Geração Editorial, São Paulo, 1996, 115p.

GREEN, Raul & SANTOS, Roseli R. Uma reflexão teórica metodológica sobre o processo de reestruturação do setor agroalimentar na América Latina. SEMINÁRIO SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR, Curitiba, 1991a, 21p.

_____. & _____. Economia de red y Restructuración del sector agroalimentário In: SEMINÁRIO "CAMBIO TECNICO Y RESTRUCTURACIÓN DEL SECTOR AGROALIMENTÁRIO, Consejo Superior de Investigaciones de España, Madrid, 1991b, 35p.

GUARNIERI, Laura C. Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeeicultura, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1979. 213p. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES NETO, Leonardo Notas Sobre os Impactos Sociais da Evolução Econômica Recente do Nordeste IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1988, ABEP, Olinda-PE, v.4, p-43-56.

_____. O mercado de trabalho na década perdida. **São Paulo em Perspectiva**, SP, 4(3/4):6-15, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos **A Crise Agrária** , Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo, Paz e Terra, 1982. 255p.

GURGEL, J.B.S. & BERNARDES, Renata R. **Intervenções Oficiais e Orgãos Cafeeiros no Brasil** IBC, Rio de Janeiro, 1974.

HENTSCHKE, Roque **Maçã:** estudo da situação catarinense frente ao MERCOSUL, EPAGRI, Florianópolis, 1994. 70p.

HINRICHS, Harley H. **Teoria Geral da Mudança na Estrutura Tributária Durante o Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro, Secretaria da Receita Federal, 1972, 71p.

HOBSBAWN, Eric **Era dos Extremos:** O Breve Século XX - 1914-1991, Companhia das Letras, São Paulo, 1995, 598p.

HOBSON, John **A Evolução do Capitalismo Moderno** , Abril Cultural, São Paulo, 1983. (Os Economistas).

HOFFMANN, Rodolfo. A concentração da posse da terra no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira** (7):207-222, 1979.

_____. Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960-80. **Reforma Agrária 12**(6):17-34, 1982.

_____. Distribuição da posse da terra no Brasil em 1980 e 1985. **Reforma Agrária 17**(2):56-63, 1987.

_____. Distribuição da renda e da pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, Guilherme et al (org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 1990.

_____. Vinte anos de desigualdade e pobreza na agricultura brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural 30** (2):97-113, 1992.

_____. **Pobreza, Insegurança Alimentar e Desnutrição no Brasil**, ESALQ/USP, Piracicaba, 1994, 16p. (mimeo).

_____. Ricos e pobres na agricultura brasileira em 1995. XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (Anais), Natal, 1997.

_____. & KAGEYAMA, Angela Credito Rural no Brasil: concentração regional e por cultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural 25** (1):31-50, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque **Raizes do Brasil**, José Olympio, Rio de Janeiro, 1936.

_____. & CAMPOS, Pedro Moacir Dispersão e Unidade In: ____ & ____ (dir) **História Geral da Civilização Brasileira:** O Brasil Monarquico - As províncias do Norte e do Oeste, Livro Segundo, Tomo II, DIFEL/Difusão Editorial S.A, 3ª Edição, São Paulo, 1972.

HOMEM DE MELLO, Fernando B. Agricultura de Exportação e o Problema da Problema da Produção de Alimentos. **Estudos Econômicos** 9(3), São Paulo, 1980.

_____. **Disponibilidade de Alimentos no Brasil e Impactos Distributivos**, IPE/USP, São Paulo, 1982a (Trabalho para Discussão nº 44).

_____. A Contribuição da Agricultura: Alimentos, Exportação e Energia XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (Anais), Curitiba, 1982b.

_____. Agricultura Brasileira: Um novo Horizonte de Crescimento In: TEIXEIRA, Erly C.(ed) **Política Agrícola e Desenvolvimento**, UFV/FAPEMIG, Viçosa, 1992a, p. 25-44.

_____. Tendência de Queda dos Preços Reais de Insumos Agrícolas **Revista de Economia Política** (45): 141-146, 1992b.

_____. **A política econômica e o setor agrícola após-guerra**, FIPE/USP, São Paulo, 1978.

IANNI, Octávio. A constituição do proletariado agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, RJ, (12):27-46, out. 1961.

_____. Processo político e desenvolvimento econômico In:_____. org. **Política e revolução social no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p.11-62.

_____. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. **Ditadura e Agricultura**, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

_____. **A Ditadura do Grande Capital** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1981, 227p.

_____. A Questão Social **São Paulo em Perspectica** 5 (1): 2-10, 1991.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA -IEA. **Desenvolvimento da agricultura paulista**, IEA/SAA, São Paulo, 1972. 319p.

JACOBI, Pedro. Habitat e saúde na periferia. **São Paulo em Perspectiva**, SP, **4**(3/4):121-130, 1990.

JANK, Marcos S. **Competitividade do *Agribusiness* Brasileiro:** Discussão teórica e evidências do sistema carnes, FEA/USP, São Paulo, 1996. 195p. (Tese de Doutorado).d

JOHNSTON, Bruce F. & KILBY, Peter. **A agricultura e transformação estrutural.** Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 458p.

_____. & MELLOR, John W. The role of agriculture in economic development. **The American Economic Review**, California **51**(4): 566-593, Sep. 1961.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

JUNQUEIRA, Pérsio C. & DESGUALDO NETO, Domingos Mecanização agrícola em São Paulo. **Agricultura em São Paulo 10**(7 a 12): 49-53, 1963.

KAGEYAMA, Angela **Crise e estrutura agrária:** a agricultura paulista na década de 30. ESALQ/USP, Piracicaba, 1979. 159p. (Dissertação de Mestrado).

_____. O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente. **Reforma Agrária**, Campinas, **12**(5): 3-12, 1982.

_____. **Modernização, produtividade e emprego na agricultura:** uma análise regional. Campinas, IE/UNICAMP, 1986. 386p. (Tese de Doutoramento).

_____. **O emprego agrícola em 1985:** análise preliminar. Campinas, IE/ UNICAMP, 1992. 19p. (Texto para Discussão, 8).

_____. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme C.; GASQUES, José G.; VILLA VERDE, Carlos M. org. **Agricultura e política públicas.** Brasília, IPEA, 1990. p.113-224.

KALECKI, Michal **Teoria da dinâmica econômica**, Nova Cultural, São Paulo, 1985. p.1-146.

LANGONI, Carlos G. **A economia da transformação**, José Olimpio, Rio de Janeiro, 1975.

LAURENTI, Antonio Carlos **A Terceirização na agricultura:** dissociaçãp entre a propriedade e o uso de instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense, IE/UNICAMP, Campinas, 1996. 247 p. (Tese de Doutorado).

LAUSCHNER, Roque **Agroindústria y Desarollo Econômico**, Facultad de Ciências Econômicas da Universidade do Chile, Santiago do Chile, 1975 (Tese de Mestrado).

_____. Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. In: SEMINÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA RURAL, 1. **Anais...** Brasília, BINAGRI, 1979. p.155-170.

LAZZARINI NETO, Sérgio, LAZZARINI, Sergio G. & PISMEL, F.S. **Pecuária de corte**: e nova realidade e perspectivas no *agribusiness*, São paulo, SDF editores, 1996.

LE FRANC, Georges **Histoire du commerce**, s.ed, Paris, 1948.

LENIN, Vladimir Ilitch Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América, Ed Brasil Debates, 1980, 100p.

LEONTIEF, Wassily. **A economia do insumo produto**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 22-6p. Os Economistas.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. Campinas, UNICAMP, 1975. 95p.

LICIO, Antonio M. A. et al. **A tributação da agricultura no Brasil**. Brasília, IPEA, 1994. 141-p. (Estudos de Política Agrícola, 7).

_____.& CORBUCCI, Regina A agricultura e os corredores de transporte multimodais **Revista de Política Agrícola 5**(2):22-36, 1996.

LIST, George F. **Sistema Nacional de Economia Política**, Abril Cultural, São Paulo, 1983. Os Economistas.

LIMA, Jadir F. & PEREIRA, Alexandre P. **A cadeia agroindustrial do leite e seus derivados**. BNDES, Rio de Janeiro, 1995. (BNDES Setorial, 2).

_____. et al **Setor Sucroalcooleiro: Açucar**, BNDES, Rio de Janeiro, 1995a (Informe Setorial, 4).

_____. **Setor Sucroalcooleiro: Alcool**, BNDES, Rio de Janeiro, 1995b (Informe Setorial, 5).

LIMA, Marcelo A.A **Mudança tecnológica, organização industrial e expansão do frango de corte no Brasil**, FEA/USP, São Paulo, 1984, 192p. (Dissertação de Mestrado).

LINHARES, Maria Y. L. & SILVA, Francisco C.T da **A história política do abastecimento** (1918-1974). Brasília, BINAGRI, 1979, 240p.

LIRA, Enrique A. Dialética da produção de peões. **Reforma Agrária 12**(5): 22-35, 1982.

LOUREIRO, Maria R. G. **Terra, Família e Capital:** formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo, IFLCH/USP, São Paulo, 1984. 219p. (Tese de Doutorado).

MACEDO, ANGELA R.P. & MATTOS, René L.G. **A trajetória de crescimento das empresas prodtoras brasileiras de papel e celulose 1970-94.** BNDES, Rio de Janeiro, 1996. (BNDES Setorial, 3).

MAIA, Maria L. **Citricultura Paulista:** Evolução, Estrutura e Acordos de Preços, IEA/SAA, São Paulo, 1996. 157p. (Coleção Estudos Agrícolas, 4).

_____. & AMARO, Antonio A. Estrutura de mercado de suco cítrico no Brasil. **Revista Científica Laranja**, Cordeirópolis, 15 (1):55-68, 1994.

_____. et al. Produção e Comercialização de Frutas Cítricas no Brasil **Revista Agricultura em São Paulo 43**(1):1-42, 1996.

MALASSIS,L. La Structure et L'évolution du Complexe Agri-industrial D'aprés la Compatabilité National Française In: **Economies et Societé**, Cahiers de L'ISEA, Tomo III nº 9, Paris, 1969.

MALUF, Renato S. O Encarecimento dos Alimentos no Brasil **Conjuntura Alimentos 4** (1): 28-30, 1992.

MANN, Susan e DICKINSON, James A. State and Agriculture in Two Eras of American Capitalism In: BUTTEL, F.H. e NEWBY, N. (ed) **The Rural Sociology of Advanced Societies:** A Critical Perspectives, Croonttelm, London, 1980, p.283-326.

MANTOUX, P. **A revolução industrial no século XVIII.** São Paulo, Hucitec, 1988. 552 p.

MARCUSE, Herbert **A Ideologia da Sociedade Industrial:** O Homem Unidimensional, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

MARJOTTA, Marta C. & COSTA, Vera M.H. de M Desregulamentação do Setor Tritícola e seus Efeitos sobre a Organização e Incorporação de Tecnologias nos Segmentos Agrícola e de Moagem. XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (Anais), Curitiba, 1995, p.258-274.

MARTIN, Nelson B. O pluralismo tecnológico na pecuária de corte no Estado de São Paulo. **Revista Agricultura em São Paulo 26**(1):187-216, 1979.

_____. Manejo de Microbacias: o caso do Paraná Rural In: LOPES, Ignez V. et al **Gestão Ambiental no Brasil**: experiência e sucesso, Editora da FGV, Rio de Janeiro, 1996, p:239-264.

_____. et al A Performance da Agricultura no Estado de São Paulo e das Suas Regiões Agrícolas no Pós-70, **Revista Agricultura em São Paulo 39**(1):97-132, 1992.

_____., CANCEGLIERO, Luiz F.B. & VEIGA F°, Alceu de A. **Analise do programa nacional do alcool e suas implicações para o setor agrícola paulista**, IEA/SAA, São Paulo, 1980. (Relatório de Pesquisa n° 6/80).

_____. & GONÇALVES, José S. Estudo das Mudanças na Distribuição Regional e na Composição da Area Agrícola Brasileira no Período 1970-93, **Revista Informações Econômicas 25**(3):19-48, 1995.

_____., VEGRO, Celso R. e MORICOCHI, Luiz Custos e Rentabilidade de Diferentes Sistemas de Produção de Café **Informações Econômicas 25** (8):35-48, 1995.

MARTINE, George Expansão e Retração no Emprego na Fronteira Agrícola **Revista de Economia Política 2/3**(7):53-76, 1.982.

_____. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: _____ & GARCIA, Ronaldo C. org. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987. p.59-78.

_____. **Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira**, IPEA, Brasilia, 1989 (Texto para Discussão n°15).

_____. **Processos Recentes de Concentração e Desconcentração Urbana no Brasil**: Determinantes e Implicações, Instituto SPN, Brasilia, 1992, 28p. (Documento de Trabalho nº11).

MARTINS, José de S **O Cativeiro da Terra** , Editora de Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. **O Poder do Atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo, Editora Hucitec, 1994, 1974.

MARTINS, Sonia S. **Cadeias produtivas do frango e do ovo**: avanços tecnológicos e sua apropriação, EAESP/FGV, São Paulo, 1996 (Tese de Doutorado).

MARX, Karl. **O capital.** São Paulo, Abril, 1983. 2.v. (Os Economistas).

_____ & ENGELS, Friedich **Manifesto Comunista**. Ched Editorial, 2ª Edição, São Paulo, 1980.

MATA, Milton da **Crédito rural**: Caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos. IPEA/INPES, Brasilia, 1981 (Texto para Discussão, 42).

MATHIAS, Suzeley K. A segurança privada em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, SP, **4**(1):97-99, 1990.

MATSUNAGA, Minoru et al Metodologia de custos de produção utilizada pela IEA. **Agricultura em São Paulo 23**(1):123-140, 1976.

_____. **A cafeicultura em São Paulo**, IEA/SAA, São Paulo, 1977, 135p. (mimeo).

MAYER, Arno J. **A Força da Tradição** : A Persitência do Antigo Regime (1848-1914), Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

MELLO, João M. C. **O capitalismo tardio.** São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. Prefácio In: BELLUZZO, Luiz G.M. **O Senhor e o Unicórnio** , Brasiliense, SãO Paulo, 1984.

MEIRELLES, Almir J. **A desrazão laticinista.** Cultura editores associados, São Paulo, 1996. 268p.

MEMMI, Albert **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967. 127 p.

MENDES, Ana G., RAMALHO JR, Álvaro, & LACERDA, Guilherme N. de **Liberalização de mercado e integração econômica do MERCOSUL:** estudo de caso sobre o complexo agroindustrial tritícola. IPEA, Brasília, 1994, 172p. (Estudos de Política Agrícola nº 10).

MENEZES, Socorro de M. A. **Brasil e os Acordos Internacionais de Cacau, Café e Açúcar, 1962-1982**, ESALQ/USP, Piracicaba, 1985, 123p. (Dissertação de Mestrado).

MIOR, Luiz Carlos **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina**, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992, 394p. (Dissertação de Mestrado).

MIRANDA, V.C. Agroindústria açucareira: sonho e realidade. SIMPÓSIO SOBRE SÓCIO-ECONOMIA CANAVIEIRA(Anais), COPLANA/STAB/FCAVJ-UNESP, Jaboticabal, 1978. p 11-27.

MYINT, Hla. Agriculture and economic development in the open economy. In: REYNOLDS, L.G. (ed.) **Agriculture in development theory**. s.l.p., s.ed., 1977.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo.** São Paulo, Hucitec, 1984.

MONTAGNER, Paula A Agroindústria Paulista e a Crise dos Anos Oitenta , **São Paulo em Perspectiva** 1(3): 15-17, 1987.

MONTEIRO, D. T. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. coord. **História geral da civilização brasileira.** São Paulo, DIFEL, 1972. v.9.

MONTEIRO, Maria J.C. Preços de terra - uma queda esperada **Agroanalysis 17**(1):18-19, 1997.

MONTENEGRO, Ricardo S. P.; MONTEIRO Fª, Deila C. & PAN, Simon S.K. **Resina Pet para recipientes**, 1996. (BNDES sectorial, 4).

MOONEY, Patrick H. **My Own Boss?** Class, Rationality and Family Farm, Westview Press, Boulder/Colorado, 1988.

MORAES, MÁRCIO de Mais de 50 mil Produtores Devem ao BB, **O Estado de São Paulo**, 15/02/1994, pag B1 (Caderno de Economia e Negócios).

MORICOCHI, Luiz et al Produção de leite no Estado de São Paulo: potencial tecnológico. **Agricultura em São Paulo 41**(2):141-157, 1994.

_____. Uma reflexão sobre a industria de carne bovina no Brasil. **Informações Econômicas 25**(6):61-67, 1995.

_____. Algumas Considerações Sobre a Produção Mundial e Brasileira de Café, Safra Comercial 1995/96. **Revista Informações Econômicas 25**(12):82-84, 1995.

_____. et al Geada e Seca de 1994: Perspectivas do Mercado Cafeeiro. **Revista Informações Econômicas 25**(6):49-57, 1995.

_____. & MARTIN, Nelson B. As Perspectivas da Cafeicultura Brasileira Pós- Acordo Internacional **Revista Informações Econômicas 23**(8):35-39, 1993.

MILLIET, Sérgio **Roteiro do café e outros ensaios**, Hucitec, São Paulo, 1939. 183 p. (Coleção Departamento de Cultura).

MORTARA, Fabio A. **Avicultura de corte**: uma alternativa de exploração agrícola, analise da produção e comercialização na região de Amparo (SP), EAESP/FGV, São Paulo, 1982. 161 p. (Dissertação de Mestrado).

MULLER, Geraldo **Estrutura e Dinâmica do Complexo Agroindustrial Brasileiro**, USP/FFLCH, São Paulo, 1981, mimeo.

_____. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**, Editora Hucitec/Educ, São Paulo, 1989, 149p.

_____. Algumas Observações Sobre a Noção de Complexo Agroindustrial **Rascunho** (19):3-28, UNESP, Araraquara, 1991.

_____. **Novo Agrário Verde-Amarelo: Contabilizando Heranças e Sugerindo uma Estratégia**, IGCE-UNESP, Rio Claro, 1993, 39p. (Rascunho Nº 27).

_____. **Competitividade e Integração Econômica e Social: Para uma gestão das questões agrárias e agroindustriais**, IGCE-UNESP, Rio Claro, 1994, 49p. (Rascunho Nº 32).

_____. Empresas líderes, poder econômico e pequenos produtores na cadeia agroindustrial de carnes no Brasil. **Informações Econômicas 26**(9): 7-342, 1996.

_____., FALEIROS, Maria Izabel L. e SANTONIERI, Nelson **Conflitos, Sindicatos e Agroindústrias: A Difícil Construção da Democracia**, FCL- UNESP, Araraquara, 1990, 51p. (Rascunho Nº 11).

MUELLER, Charles C. A Evolução Recente da Agropecuária Brasileira Segundo os Dados dos Censos Agropecuários, **Dados Conjunturais da Agropecuária** (esp), IPEA, Brasília, 1987, p.11-41.

_____. **A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil**. CFP, Brasília, 1982. p.43-56 (Coleção Analise e Pesquisa, 25).

NASCIMENTO, Fernando R. et al **A crise da lavoura cacaueira**; sua natureza e soluções, IPEA, Brasília, 1994, 227p. (Estudos de Política Agrícola nº 26).

NEVES, Marcos F. & ZYLBERSZTAJN, Décio "Toll Processing" no Agribusiness Brasileiro: O Exemplo do Sistema Industrial Citrícola. XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (Anais), Curitiba, 1995, p.258-274.

NICHOLLS, William H. The Brazilian Food Supply: Problems and Prospects **Economic Development and Cultural Change**, 1971.

NOGUEIRA, Elizabeth A. et al **Estatísticas dos salários rurais em São Paulo.** São Paulo, IEA, 1992. 100p.

NOGUEIRA JR, Sebastião & NEGRI NETO, Afonso **Crescimento diferenciado da soja no Brasil**: uma analise regional, IEA/SAA, São Paulo, 1982, 23p. (Relatório de Pesquisa nº 3/82).

NOJIMOTO, Toshio **Obstáculos à mecanização da agricultura brasileira**, FEA/USP, São Paulo, 1987, 345p. (Tese de Doutorado).

NUEVO, Paulo A.S. Aspectos da cadeia agroalimentar do tomate no Brasil. **Informações Econômicas 24**(2):31-44, 1994.

OLIVEIRA, Carlos A. B. **O processo de industrialização:** do capitalismo originário ao atrasado. Campinas, IE/UNICAMP, 1985. 200p. (Tese de Doutoramento).

_____. et al. **Caracterização e evolução da pobreza nos anos oitenta.** Campinas, IE/UNICAMP, 1991. (mimeo).

OLIVEIRA, Fabrício A. **A política fiscal e o processo de reordenamento institucional na nova república.** Campinas, IE/UNICAMP, 1990a. mimeo.

_____. **A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil.** Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991. 192p.

_____. **As finanças públicas na nova constituição.** Campinas, IE/UNICAMP, 1990b. 139p.

_____. **Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984).** Campinas, IE/UNICAMP, 1986. 153p. (Tese de Doutoramento).

OLIVEIRA, Maria H. **Cerveja:** um mercado em expansão. BNDES, Rio de Janeiro, 1996 (BNDES setorial, 4).

_____.& MEDEIROS, Luiz A.R. de **Investimentos necessários para a modernização do setor textil.** BNDES, Rio de Janeiro, 1996 (BNDES setorial, 3).

OLIVEIRA, Maria José C. **Rentabilidade privada e social da produção de alimentos na agricultura de cerrado**, UFV, Viçosa (MG), 1985, 57p. (Tese de Mestrado).

ORTEGA, Antonio C. **A indústria de rações:** da especialização à integração vertical. IE/UNICAMP, Brasília, 1988. 186p.

PACHECO Fº, Adolfo Alternativas para uma Gestão Democrática na Educação: Histórico e Diagnóstico. In: LIMA, Chopin T. de (1995), **Participação da Sociedade Civil na Educação: Alternativas para Melhoria da Escola Pública,** IBEAC, São Paulo, 1995, p.9-18. (Documentos IBEAC nº 8)

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. Curitiba, Hucitec, 1981.

PAIVA, Ruy M. **Factors afecting cotton production in sourthern Brazil,** Faculty of Agriculture and Mechanical College of Texas, 1941, 87p. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Problemas da agricultura brasileira.** Rio de Janeiro, MA/ SIMA, 1954. 121p.

_____. Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira. SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICA GOVERNAMENTAL. Rio de Janeiro, FGV, 1968.7 6p.

_____. **Uma característica da agricultura de São Paulo**. Jornal O Estado de São Paulo, p.4, 12/03/1946.

_____. **O problema dos alimentos**. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola. São Paulo, 1949, 18p.

_____. Retorno da agricultura de São Paulo para as zonas velhas: fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do país. **Agricultura em São Paulo 7**(9):1-2, 1960.

PAIVA, Ruy M. et al A Indústria do Café em São Paulo **Agricultura em São Paulo 8**(3):1-56, 1961.

_____. Bases de uma política para a melhoria técnica da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia 21** (2):55-138, 1967.

_____. Aspectos Econômicos da Reforma Agrária In: NOGUEIRA, Antonio de Pádua F. et al **Aspectos Econômicos, Jurídicos e Sociais da Reforma Agrária**, SOPRAL, São Paulo, 1985, p. 1-21.

_____. Fatores que afetam a produção de algodão no Sul do Brasil **Agricultura em São Paulo** 43(3):141-175, 1996.

_____, SCHATTAN, Salomão; FREITAS, Claus F. T. **Setor agrícola do Brasil**. São Paulo, IEA, 1973. 450p.

PANAGIDES, Stahis **Erradicação do Café e Diversificação da Agricultura Brasileira**, IPEA, Rio de Janeiro, 1968, 40p. mimeo.

PAOLI, Maria Célia P.M. Violência e espaço civil. In: _____. **Vivência brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.45-55.

PARENTE, Pedro et al Porque securitizar a dívida agrícola? **O Estado de São Paulo**, 15/07/96, São Paulo, 1996 (Caderno de Economia).

PASTORE, Afonso C. **A Resposta da Produção Agrícola aos Preços no Brasil**, FEA/USP, São Paulo, 1968. (Tese de Doutorado).

PASTORE, José et al Condicionantes da Produtividade da Pesquisa Agrícola no Brasil **Estudos Econômicos 6** (3): 147-181, 1986.

PELIANO, Ana Maria et al **O Mapa da Fome II**: Informações Sobre Indigência por Municípios da Federação, IPEA, Brasilia, 1993. (Documentos de Política nº 15).

PELIANO, José Carlos P. **Distribuição da renda e mobilidade social no Brasil: A ordem e o progresso desiguais**. IE/UNICAMP, Campinas, 1992. 347p. (Tese de Doutoramento).

PELLEGRINI, Rosa Maria P. et al **Sistemas de ponderação para o cálculo de índices de preços pagos pela agricultura paulista**: uma análise comparativa, IEA/SAA, São Paulo, 1987. 20p. (Relatório de Pesquisa nº 22/87).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1983**, Editora Brasiliense, São Paulo, 15ª edição, 1987, 298p.

_____. De volta ao capital mercantil: Caio Prado Jr e a crise da Nova República **Revista Brasileira de Ciência Política 1**(1): 45-69, 1989.

PETRONE, Maria Thereza **A lavoura canavieira em São Paulo**. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, 241p.

PINTO, Anibal Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente In: SERRA, José (org) **Ensaios de Interpretação Econômica**, Paz e Terra, São Paulo, 1979, p.44-82.

PINTO, Luiz Carlos G. Notas Sobre a Politica Agrícola e Crédito Rural, IE/UNICAMP, Campinas, 1980, 344p.

_____. **Notas sobre a política de crédito rural**. Convênio Fundação Ford/UNICAMP, Campinas, 1981.

_____. Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no Período de 1964-1994, **Reforma Agrária 25**(1): 65-92, 1995.

PIRENNE, Henri. **História social e econômica da idade média**. São Paulo, Mestre Jou, 1973.

PIVA, Luiz H.O. et al Consumo de milho a nivel de propriedade no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo 37** (1):89-96, 1990.

_____. Estrutura produtiva e situação da pecuária leiteira no Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo 42**(2):36-65, 1995.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

POSSAS, Mario L. Concorrência, Inovação e Complexos Industriais: Algumas Questões Conceituais, **Rascunho** (19): 29-60, UNESP, Araraquara, 1991.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1966. 332p.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1969. 354p.

PRADO, Maria Clara R.M. O consumo no Brasil é ínfimo, **Gazeta Mercantil**, 24/01/1997.

QUADROS, Waldir J. de **O "Milagre Brasileiro e a Expansão da Nova Classe Média**, IE/UNICAMP, Campinas, 1991. 229 p. (Tese de Doutorado).

QUESNAY, François. **Quadro econômico dos fisiocratas.** São Paulo, Abril Cultural, 1983. - (Os Economistas).

RAMALHO, Yolanda M. M. et al **Mudanças estruturais nas atividades agrárias**: uma análise das relações intersetoriais no complexo agroindustrial brasileiro. Rio de Janeiro, BNDES, 1988. 126p. (Estudos Econômicos, 9).

RAMOS, Pedro **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil**, EAESP/FGV, São Paulo, 1991, 331p.

RANGEL, Ignácio **El Desarollo Econômico en Brasil** , CEPAL, Santiago do Chile, 1954, 167p.

_____. **A questão agrária brasileira.** Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

_____. Questão agrária e agricultura. **Encontros com a Civilização Brasileira**, (7):172-192, 1979.

_____. Crise agrária e metrópole. **Reforma Agrária**, Campinas, **16**(1):4-8, 1986.

_____. **A inflação brasileira**, São Paulo, Bienal, 1986. 139p. (1.ed. 1963).

_____. Posfácio. In: _____ **A inflação brasileira.** São Paulo, Bienal, 1986b.

RANIS, Gustavo & FEI, John C. H. A theory of economic development. **The American Economic Review**, California, **51**(4):533-547, Sep. 1961.

REYDON, Baastian P. **A política de crédito rural e a subordinação da agricultura ao capital, no Brasil, no período 1970-75.** ESALQ/USP, Piracicaba, 1984. (Dissertação de Mestrado).

_____. **O mercado de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil**: um estudo de casos. Campinas, IE/ UNICAMP, 1992. (Tese de Doutoramento).

RESENDE, Gervásio C. Crescimento econômico e oferta de alimentos no Brasil. **Revista de Economia Política** 6(1):64-81, 1986.

_____. Do Cruzado ao Collor: Os Planos de Estabilização e a Agricultura. 18° ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (Anais), ANPEC, Brasília, 1990, p.499-519.

_____. **A agricultura de grãos no Centro-Oeste**: evolução recente, vantagens comparativas regionais e o papel da política de preços mínimos. IPEA, Rio de Janeiro, 1990.

RIBEIRO, Darcy **O Povo Brasileiro**: A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 469p.

RICUPERO, Rubens **A Inserção Internacional Desejada e a Possível para o Brasil**, São Paulo, IEA/USP, 1991. (Coleção Documentos- Série Assuntos Internacionais n° 12).

RIZZI, Aldair T. Mudanças tecnológicas e reestruturação da industria alimentar: o caso da indústria de frango no Brasil, IE/UNICAMP, Campinas, 1993, 193p. (Tese de Doutorado).

ROCHA, Sonia Crise, estabilização e pobreza- 1990 a 1995. **Conjuntura Econômica 51**(1):22-25, 1997.

RODRIGUES, Roberto O Fornecedor de cana: problemas e soluções. SIMPÓSIO SOBRE SÓCIO-ECONOMIA CANAVIEIRA(Anais), COPLANA/STAB/FCAVJ-UNESP, Jaboticabal, 1978. p75-90.

ROMÃO, Devancyr A. **Do autoconsumo à produção capitalista**; A evolução da produção de feijão no Estado de São Paulo, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1981 (Dissertação de Mestrado).

ROMERO, Luiz L. et al. **Fibras artificiais e sintéticas**. BNDES, Rio de Janeiro, 1995a (BNDES setorial, 1).

_____. **Malharias**. BNDES, Rio de Janeiro, 1995b (BNDES setorial, 1).

ROSA, Sueli L.C. O Estatuto da Terra e o Esvaziamento da Estratégia Agrária no Brasil, **Reforma Agrária 25**(1): 205-219, 1995.

ROSTOW, W. W. A decolagem para o desenvolvimento autosustentado. In: AGARWALA, A. W. & SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Forense, 1969.

ROY, Ewell P. **Exploring agribusiness**. Dansville, Interstate Printers, 1967. 295p.

ROUSSEAU, Jean J. **Discursos sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens**. Lisboa, Presença, 1953. (Coleção Clássicos, 29).

SANTIAGO, Maura Maria D. **Determinação do custo de produção de suinos no Estado de São Paulo e analise da rentabilidade**. Piracicaba, ESALQ/USP, 1989, 152p. (Dissertação de Mestrado).

_____. et al Estatísticas de Preços Agrícolas no Estado de São Paulo: Preços Pagos e Índice de Preços. **Série Informações Estatísticas da Agricultura** 1(3), IEA, 1990.

SANTOS, Francisco M. dos et al **Credito subsidiado e modernização**: Uma contribuição à analise do caráter dualista da agricultura. BACEN, São Paulo, 1980. 175p.

SANTOS, José Vicente T. dos Colonização de Novas Terras: A continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República **Reforma Agrária 25**(1): 39-64, 1995.

SANTOS, Zuleima A. P. de S. & SANTOS, José C. de S. Preços das terras agrícolas **Informações FIPE**, SP, 141: 11-12, 1992.

SARTRE Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p.1-21.

SAYAD, João. Planejamento, crédito e distribuição de renda. **Estudos Econômicos 7**(1): 9-34, 1977.

_____. **Crédito rural no Brasil**, FIPE/USP, São Paulo, 1978.

_____. Estratégias de transição para a reforma do crédito rural. XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (Anais), Brasilia, 1982. p.127-144.

_____. **Crédito rural no Brasil: Avaliação das críticas e das propostas de reforma.** Pioneira/FIPE, São Paulo, 1984.

SCHILLING, Paulo Do Caminho Brasileiro de Reforma Agrária In: GRAZIANO DA SILVA, José e WANDERLEY, Maria N.B. **A Questão Agrária:** Textos dos Anos Sessenta, Brasil Debates, São Paulo, 1980, p.108-127. (Texto escrito em 1960)

_____. Da Estrutura Agrária Brasileira In: GRAZIANO DA SILVA, José e WANDERLEY, Maria N. B. **A Questão Agrária:** Textos dos Anos Sessenta , Brasil Debates, São Paulo, 1980, p. 89-107. (Texto escrito em 1961).

SCHUH, Guy E. & VEIGA, Alberto A política de imposrtações de insumos no Brasil, 1948-67, **Agricultura em São Paulo 23** (1):141-190, 1976.

SEADE- Fundação Estadual de Analise de Dados. **Desemprego na Grande São Paulo:** Taxa e Perfil dos Desempregados, São Paulo, 1995.

SENDIN, Paulo V. Elaboração de um ínndice de salários rurais para o Estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo 19**(2):167-190, 1972.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira no pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz G. & COUTINHO, Renata org. **Desenvolvimento capitalista no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1989. v.1, p.57-121.

SERVILHA, Valdemar **O financiamento da agricultura brasileira**, IE/UNICAMP, 1994. 228p. (Tese de Doutorado).

SETA, Sérgio & CAMBON JR, Edison Mercado de Trabalho Rural: Salários Rurais no Estado de São Paulo de Abril de 1994 **Revista Informações Econômicas 24**(7):67-76, 1994.

SHIROTA, Ricardo Crédito Rural no Brasil: Subsídio, Distribuição e Fatores Associados à Oferta. ESALQ/USP, Piracicaba, 1988. (Tese de Mestrado).

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1550-1820**, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Beatriz A. **Um estudo sobre as contribuições sociais no Brasil.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1990. (Tese de Mestrado).

SILVA, Gabriel L.S.P da; FONSECA, Maria A. S. & MARTIN, Nelson B. **Pesquisa e produção agrícola no Brasil**, IEA/SAA, São Paulo, 1979 (Relatório de Pesquisa 17/79).

SILVA, Helio **1930: a revolução traída**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966

SILVA, José G. da **Caindo por Terra**: Crises da Reforma Agrária na Nova República, São Paulo, Ed. Busca Vida, 1987.

_____. **Buraco Negro**: A Reforma Agrária na Constituinte de 1987/88, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1989. 223p.

SILVA, José R. et al A agroindústria de farinha de mandioca nos Estados de São Paulo e Paraná. **Informações Econômicas 26**(3):69-83, 1996.

SILVA, Liana M. L. A. No limiar da industrialização. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1976. (Tese de Doutorado).

SILVA, Lytra Spíndola **Complexidade e Ineficiência**: a tributação da renda agrícola no Brasil, Brasília, UNB, 1986, 292 p. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Sérgio Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, Editora Alfa Omega, São Paulo, 1981.

SINGER, Paul. A política das classes dominantes. In: IANNI, Otávio. org. **Política e revolução social no Brasil.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. p.65-128.

SOARES, S.F. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil**, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, 366p. (Série Pensamento Econômico Brasileiro, 2). (1ª edição de 1860).

SOBOLL, Walter Novos caminhos para o financiamento da produção agropecuária. **São Paulo em Perspectiva 7**(3):85-93, 1993.

SOTERO, Paulo Questão Agrária: Para economista, tentar dividir terras em pequenas áreas será um desastre pa País. **O Estado de São Paulo**, 20/07/1997.

SOUZA, José Gilberto & JORGE, Wirley J. Imposto Territorial Rural no Brasil: O processo de descentralização **Informações Econômicas 25** (9): 83-94, 1995.

SOUZA, Paulo R. Os impasses atuais das políticas de empregos e de salário. In: BELUZZO, Luiz G. M & COUTINHO, Renata. org. **Desenvolvimento capitalista no Brasil, 2**: ensaio sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.139-161.

SOUZA, Sueli A. M & GONÇALVES, José S. Tamanho do Mercado Internacional de Frutas Frescas, 1989-93 **Revista Informações Econômicas 25**(11):89-93, 1995.

SZMRECSÀNYI, Támas Sugestão de um novo esquema de analise do setor agropecuário. **Contexto** (4):127-136-177.

_____. O IAA como orgão de planejamento e controle: atuação e redirecionamento. SIMPÓSIO SOBRE SÓCIO-ECONOMIA CANAVIEIRA (Anais), COPLANA/STAB/FCAVJ-UNESP, Jaboticabal, 1978.

_____. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**, HUCITEC, São Paulo, 1979.

_____. Analise Crítica Das Políticas para o Setor Agropecuário In: BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil nº 2**: Ensaios Sobre a Crise, Brasiliense, 1983, p. 223-240.

SWEEZY, Paul **Teoria do desenvolvimento capitalista.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

TAKITANE, Isabel C. & SOUZA, Maria C. M. de Coordenação de Cadeias Agroindústriais: O caso Yllicafé **Informações Econômicas 25** (7):29-42, 1995.

TASCO, Adriana M. P. Cesta Básica **Conjuntura Alimentos 3** (esp):8-17, 1991.

TAVARES, Maria da C. O sistema financeiro e o ciclo de expansão recente. In: BELUZZO, Luiz G.M. & COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.107-138 (Ensaios sobre a crise, 2).

_____. A Questão Agrária e as Relações de Poder no País, **Folha de São Paulo**, 5/5/1996, cad 2, p.5.

_____. & LESSA, Carlos. **O desenvolvimento e a política industrial na década de 70.** Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1984. mimeo.

TOYAMA, Nelson K., MARTIN, Nelson B. & TACHIZAWA, Eduardo H. **A pecuária bovina de corte no Estado de São Paulo**, IEA/SAA, São Paulo, 1978. 94p. (Relatório de Pesquisa nº 5/78).

THOMAZ JR, Antonio **A territorialização do monopólio**: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal, FFCH/USP, São Paulo, 1988. 318p. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Por trás dos canaviais, os nós da cana.** FFLCH/USP, São Paulo, 1996. 439 p. (Tese de Doutoramento).

TSUNECHIRO, Alfredo Estimativa do valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo, Safras 1993-95. **Informações Econômicas 26**(2), 1996.

_____, UENO, Lidia H. & PONTARELLI, Cristina T.G. Avaliação econômica das perdas de hortaliças e frutas no mercado varejista da cidade de São Paulo, 1991/92. **Agricultura em São Paulo 41**(2):1-16, 1994.

_____., FERREIRA, Célia R.R.P. & MORICOCHI, Luiz Produtividade da cultura do milho no Brasil **Agricultura em São Paulo 43**(2):117-138, 1996.

URBAN, Maria L. P et al **Estudo da competitividade do algodão do Centrosul brasileiro**, Convênio IPARDES/FAO, Curitiba, 1995.

VEGRO, Celso L.R. Uma abelha circunscrita: um estudo sobre o processo empresarial da cooperativa agrícola de Cotia (CAC), UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. 196p. (Dissertação de Mestrado).

_____. Programa de Autofiscalização da ABIC: a trajetória do selo de pureza. **Revista Informações Econômicas 23**(12):37-44, 1993.

_____, FERREIRA, Célia R.R.P.T. e CARVALHO, Flavio C. **Indústria brasileira de máquinas agrícolas**: evolução e mercados, 1985-95, IEA/SAA, São Paulo, 1997. mimeo.

_____, MARTIN, Nelson B. & MORICOCHI, Luiz Planos de Revitalização da Cafeicultura: uma analise do programas estaduais. **Revista Informações Econômicas 25**(4):25-42, 1995.

_____, VILPOUX, Olivier & SILVA, José R. da Analise da distribuição da farinha de mandioca nos supermercados da cidade de São Paulo.**Revista Informações Econômicas 26**(1):39-46, 1996.

VEIGA, José Eduardo R. et al Panorama do Emprego e dos Salários na Agricultura do Estado de São Paulo 1991-94 **Revista Informações Econômicas 25**(5):37-94, 1995.

VEIGA, José Eli S.da Inflação na Sopa **Informações FIPE**, São Paulo,1990.

_____. Fundamentos do Agroreformismo In: STÉDILE, João Pedro **A Questão Agrária Hoje**, Editora da Universidade - UFRGS, Porto Alegre, 1994, p. 68-93.

VEIGA Fº, Alceu de A. & SANTOS, Zuleima A.P. de S. Padrão tecnológico da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: evidências empíricas da evolução da cultura. **Informações Econômicas 25**(8):15-25, 1995.

_____., GATTI, Élcio H. e MELLO, Nilda T. C. **O Programa Nacional do Álcool e seus impactos na agricultura paulista** IEA/SAA, São Paulo, 1980. (Relatório de Pesquisa nº 8/80).

_____., ASSEF, Luiz Carlos & SOUZA, Maria Célia M. de A produção da pesquisa para a agricultura: o caso da cultura do café no Estado de São Paulo **Agricultura em São Paulo 32**(1,2):83-106, 1985.

_____. et al Analise da Mecanização do Corte da Cana de Açúcar no Estado de São Paulo **Revista Informações Econômicas 24**(10):43-58, 1994.

VICENTE, Maria C. M. & BAPTISTELLA, Celma da S. L. **Trabalho Volante na Agricultura Paulista 1975 a 1986**, IEA/SAA, São Paulo, 1987, mimeo (Relatório de Pesquisa 16/87).

_____ & VEIGA, José E.R. **A exclusão dos trabalhadores na reestruturação e modernização da agricultura paulista**, IEA/SAA, São Paulo, 1997, 17pag. (mimeo).

VIEIRA, R de C.M.T.L & TEIXEIRA Fº, A.R. Preços agrícolas e teoria do mark up. **Revista de Economia e Sociologia Rural 27**(1):89-105, Brasília, 1989.

VILARINHO, Carlyle **Imposto Territorial Rural (ITR) no Brasil**, IE/UNICAMP, Campinas, 1989. (Dissertação de Mestrado).

VOGELER, Ingolf **The Myth Of the Family Farm:** Agribusiness Dominance of U.S. Agriculture, Westview Press, Boulder/Colorado, 1982, 352p.

WEDEKIN, Valéria S.P. & MELLO, Nelson cadeia produtiva da suinocultura no Brasil. **Agricultura em São Paulo 42**(1):1-12, 1995.

VIGNOLI, Francisco H. **O Preço da Terra no Estado de São Paulo (1850-1930)**, EAESP/FGV, São Paulo, 1983. 86p. (Dissertação de Mestrado).

WILLIAMS, Garry W. & THOMPSON, Robert Lee **A indústria da soja no Brasil: estrutura econômica e políticas de intervenção do Governo no mercado**, CFP, Brasília, 1988, 50p. (Coleção Análise e Pesquisa, 34).

WILKINSON, John **Estudo da competitividade da indústria brasileira:** competitividade dos laticínios, IE/UNICAMP, Campinas, 1993.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

ZAMBONI, Silvio P. **O Café no Norte Paulista : A crise de 29 na Fazenda Dumont**, Piracicaba, ESALQ/USP, 1980. 87p. (Dissertação de Mestrado).

ZALUAR, Alba. Brasil transição: cidadãos não vão ao Paraíso. **São Paulo em Perspectiva**, SP, **5**(1):19-25, 1991.

ZOCKUN, Maria H.G.P. **A expansão da soja no Brasil**: alguns aspectos da produção. FEA/USP, São Paulo, 1978, 210p. (Tese de Mestrado).

_____. O Papel dos Diferentes Setores Econômicos na Criação de Empregos, **Jornal do Economista**, CORECON-SP,Número 84, Janeiro de 1996, p.6.

ZYLBERSZTAJN, Décio **A Transation Cost Aproachs to Agribusiness Coordenation**, PENSA/FEA/USP, São Paulo, 1995. 28p.